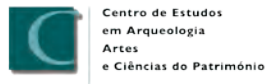




Arqueologia Urbana em Centros Históricos

JOÃO PEDRO BERNARDES
CARLOS ETCHVARNE
M. CONCEIÇÃO LOPES
CARLOS COSTA
(Eds.)



An aerial, grayscale photograph of ancient stone ruins. The image shows a complex of masonry structures, including a prominent semi-circular archway in the lower-left quadrant. The stones are weathered and arranged in various patterns, suggesting a well-developed urban or monumental architecture. The overall scene is one of historical depth and archaeological interest.

Arqueologia Urbana em Centros Históricos

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Arqueologia Urbana em Centros Históricos

EDITORES

João Pedro Bernardes
Carlos Etchevarne
M. Conceição Lopes
Carlos Costa

DESIGN GRÁFICO

TVM Designers

IMPRESSÃO

Litogrâfis – Artes Gráficas, Lda

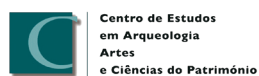
EDIÇÃO

Universidade do Algarve – Centro de Estudos
em Arqueologia, Artes e Ciências do Património
© 2018

ISBN 978-989-8859-37-2

DEPÓSITO LEGAL 446206/18

ORGANIZAÇÃO



FINANCIAMENTO



UID/ARQ/00281/2016

Arqueologia Urbana em Centros Históricos

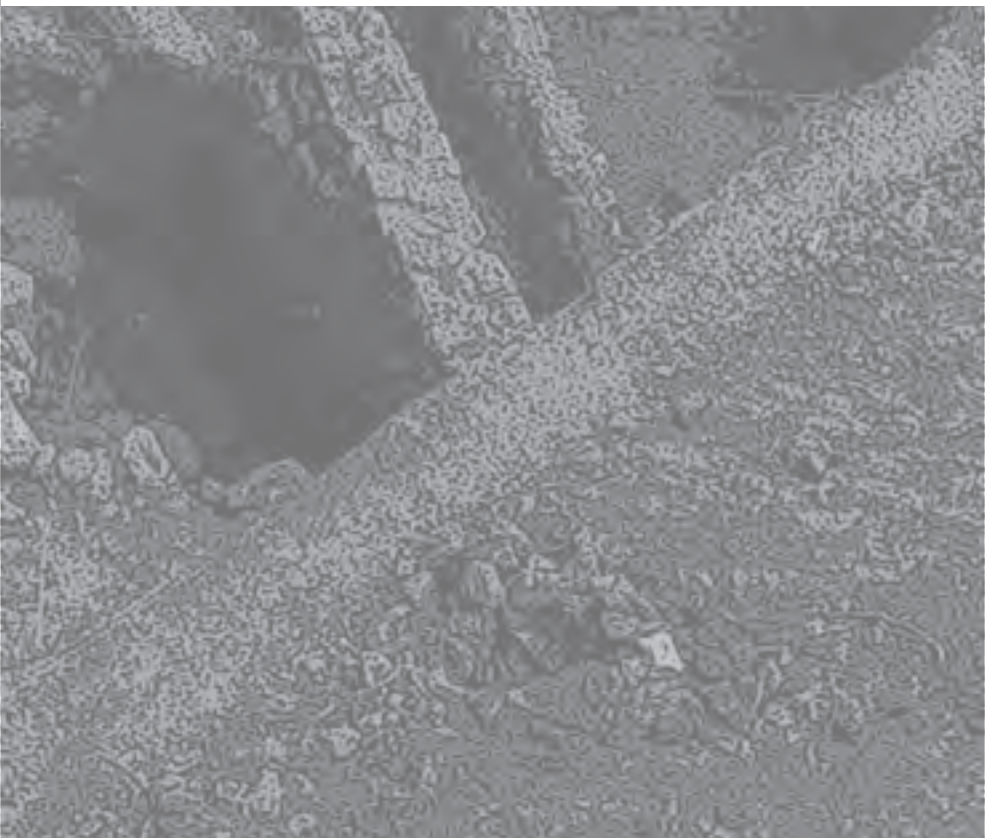
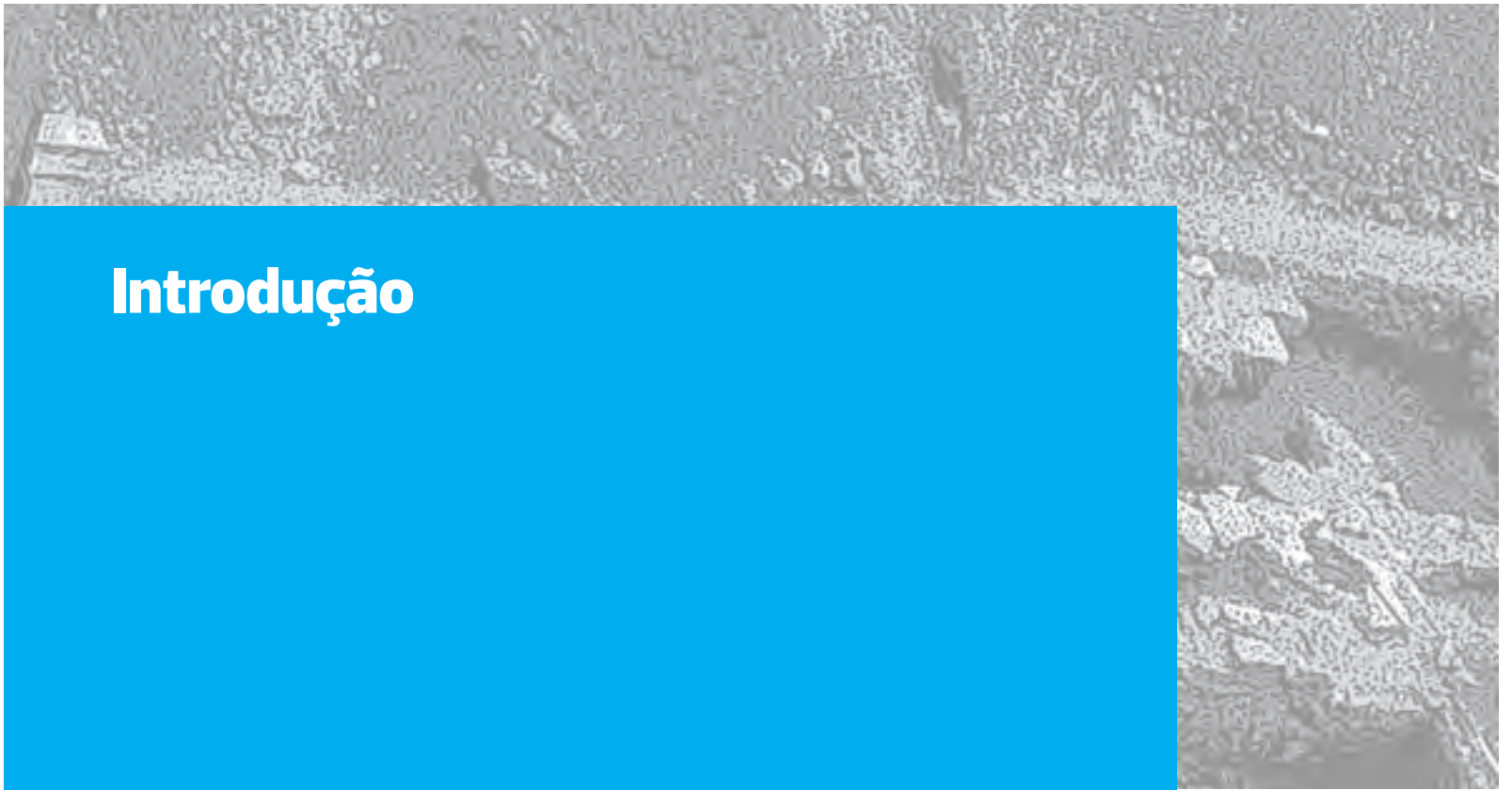
JOÃO PEDRO BERNARDES
CARLOS ETCHVARNE
M. CONCEIÇÃO LOPES
CARLOS COSTA
(Eds.)

ÍNDICE

Introdução	8
De la arqueología “en” la ciudad, a la arqueología “de” la ciudad... Córdoba, como yacimiento único DESIDERIO VAQUERIZO GIL	12
Lisboa: uma cidade, várias centralidades ANA CAESSA , ANTÓNIO MARQUES , RODRIGO BANHA DA SILVA	50
Origem, auge, decadência e processos de ressignificação de cidades históricas da Bahia CARLOS ETCHEVARNE, CARLOS ALBERTO SANTOS COSTA	68
Jazz, rapé e pôr-do-sol: Arqueologia das negras areias submersas do Solar do Unhão (Salvador, Bahia) BEATRIZ BRITO BANDEIRA, PAULO FERNANDO BAVA DE CAMARGO, LEANDRO DOMINGUES DURAN, GILSON RAMBELLI	80
Arqueologia urbana em Mértola (Portugal). Uma perspectiva integrada CLÁUDIO FIGUEIREDO TORRES, MARIA DE FÁTIMA PALMA, MIGUEL REIMÃO COSTA, SUSANA GÓMEZ MARTÍNEZ, VIRGÍLIO LOPES	98
Uma instalação arqueológica na Amazônia: dimensões e pluralidades culturais CAMILA GARCIA IRIBARREM, MÁRCIA REGINA CALDERIPE FARIAS RUFINO	122
Arqueologia para quem? Gestão do patrimônio arqueológico no sítio histórico urbano da Cidade de Goiás, Goiás, Brasil – Patrimônio Mundial HÉLLEN BATISTA CARVALHO, GISLAINE VALÉRIO DE LIMA TEDESCO	136
El patrimonio arqueológico como agente de desarrollo sostenible: educación, turismo y mecenazgo ANA B. RUIZ OSUNA	148
O desafio de desenvolver técnica e metodologia eficazes para intervenções arqueológicas em áreas urbanas no Centro Antigo Soteropolitano JEANNE ALMEIDA DIAS, RAILSON COTIAS DA SILVA	168

A cidade romana de Balsa: novos dados e algumas problemáticas da prospeção geofísica em meios muito humanizados	178
VÍTOR DIAS, JOÃO BERNARDES, VASCO MANTAS, JORGE FREIRE, TIAGO DORES	
A sobreposição de tempos e registros para o reconhecimento de um património luso-brasileiro	196
ROSELINE VANESSA SANTOS OLIVEIRA	
Évora durante os séculos VIII–XII, das fontes literárias à materialidade arqueológica	212
JOSÉ RUI SANTOS	
O beco desaparecido da judiaria medieval de Leiria. Repensar o urbanismo a partir da descoberta de um arruamento	226
ANTÓNIO GINJA	
Lagos dos Descobrimentos: contributos para a delimitação do núcleo primitivo da cidade e sua expansão extramuros até 1550	242
ELENA MORÁN, DANIELA NUNES PEREIRA	
As praias fluvio-estuarinas da Idade do Ferro e Período Romano da Baixa de Lisboa, Portugal	256
ANA MARIA COSTA, MARIA CONCEIÇÃO FREITAS, VERA LOPES, JACINTA BUGALHÃO, JOÃO CASCALHO, CÉSAR ANDRADE, ARTUR ROCHA	
<i>Nihil durare potest tempore perpetuo.</i> Desafios contemporâneos à eficaz tutela do Património Arqueológico Vesuviano	274
DAVID ALMEIDA ELEUTERIO	
Evolução histórica da arquitetura da habitação e da organização espacial na colina de Estremoz: primeiros resultados de uma análise multidisciplinar	286
ANA ROSADO, MARCO LIBERATO, MIGUEL REIMÃO COSTA	
Planeamiento especial y protección de los centros históricos. Reflexiones desde la perspectiva docente	306
DANIEL NAVAS CARRILLO, MARÍA TERESA PÉREZ CANO	
Arqueologia na cidade em construção	322
M. CONCEIÇÃO LOPES	
Conclusão	336

Introdução



A cidades são locais privilegiados de encontros de pessoas e de culturas, que se renovam constantemente. Mas são também repositórios de testemunhos vivos de um passado que se reatualiza. É nessa dimensão de espaço de expressão coletiva, onde se projetam diferentes grupos e onde as gerações do presente vislumbram as do passado, que radica a sua mais genuína importância. Mas também a sua complexidade, particularmente na hora de intervir!

Sendo um espaço vivo e dinâmico, onde o passado e o presente dialogam permanentemente, as intervenções em meio urbano, necessárias e frequentes, deparam-se com múltiplos problemas na tentativa de conciliar, de preservar e até de valorizar essa dimensão de espaço de encontros intergeracionais ou intercivilizacionais. Constitui este o principal desafio ao arqueólogo, por múltiplas razões. Em primeiro lugar por a cidade, enquanto espaço pluriestratigrafado, constituir um repositório de informações múltiplas, onde diferentes grupos e manifestações sociais se encontram representadas e entrecortadas, funcionando o arqueólogo como uma espécie de clínico geral que deve ser capaz de apreender e interpretar toda essa diversidade, presente quer no subsolo como no edificado; depois, porque é um espaço onde se jogam os mais diversos interesses, políticos, imobiliários, corporativos, privados, sendo quase sempre o arqueólogo o elo mais fraco de uma complexa teia de relações; finalmente porque o arqueólogo, no meio das tensões várias, tem ainda que dialogar e “negociar” com profissionais de diferentes áreas que atuam na intervenção urbana, procurando consensos que permitam conciliar as diferentes partes de que a cidade se foi construindo com o presente. A Arqueologia Urbana, a que corresponde hoje a parte mais significativa do trabalho de campo do arqueólogo, requer uma permanente reflexão e debate, decorrente da especificidade e problemáticas do trabalho em meio urbano mas também da acelerada transformação e da refuncionalização dos espaços que ali ocorre. Debate este que não se pode ficar apenas pelos centros históricos, expressão maior das questões que se colocam, mas por todos aqueles ambientes arqueológicos onde a ocupação sucessiva de um espaço o vai construindo como lugar com espessura temporal, para o qual é necessário encontrar hoje novos significados.

É de toda esta problemática centrada em torno da Arqueologia Urbana e do estudo das cidades que trata este livro. Reúne um conjunto de textos de arqueólogos, historiadores, arquitectos e técnicos do Património, sobretudo portugueses e brasileiros, mas também espanhóis, que se reuniram em Faro, na Universidade do Algarve, em outubro de 2017, no âmbito do IV Forum Luso-Brasileiro de Arqueologia Urbana, com o propósito de debaterem os problemas da Arqueologia Contemporânea dos dois lados do Atlântico, particularmente os que se relacionam com a intervenção em centros históricos. Daí o título deste volume: “Arqueologia Urbana em Centros Históricos”.

Inicia-se com o contributo de Desiderio Vaquerizo Gil, catedrático de Arqueologia da Universidade de Córdoba e um dos responsáveis pelo convénio que levou a cabo a maior parte dos trabalhos de arqueologia, na primeira década deste século, naquela cidade andaluza de intensa ocupação humana, particularmente ao longo dos últimos dois mil e quinhentos anos. Após uma apresentação global do quadro normativo e da prática da arqueologia espanhola e andaluza nas últimas décadas, analisa os

resultados da arqueologia urbana em Espanha a partir da realidade andaluza e cordovesa, apontando, de forma muito crítica, "las razones de um fracasso" que considera ter sido a prática arqueológica na Andaluzia, uma das regiões arqueologicamente mais ativas nos últimos anos no continente europeu. Feito o diagnóstico que, *mutatis mutandis*, é extensível ao espaço ibérico, aponta experiências alternativas que estão em curso em Córdoba, com o projecto "Arqueologia Somos Todos" e caminhos a seguir no quadro de uma arqueologia das cidades históricas diferente, mais ativa e participada e sobretudo voltada para o serviço da cidadania, de acordo com as convenções internacionais.

Se Córdoba é um dos melhores exemplos para se observar o que tem sido a Arqueologia Urbana no espaço Ibérico, particularmente após a *boom* imobiliário das últimas décadas, Lisboa é seguramente o melhor caso de estudo do espaço português, quanto mais não seja pelo volume de intervenções arqueológicas que ali têm ocorrido nos últimos anos. Uma equipa do Centro de Arqueologia de Lisboa fala-nos desse volume de trabalho e dos instrumentos de Gestão do Território que os enquadram, bem como do impacto (patrimonial, económico...) que tais intervenções têm tido na cidade.

A transformação das cidades do estado da Baía após a década de 80 do século passado, particularmente das cidades litorâneas ligadas à colonização portuguesa ou à expansão do século XIX decorrente da exploração diamantífera, é o tema focado por professores das universidades federais da Baía e do Recôncavo da Baía. A arqueologia integrada numa preocupação de reabilitação urbana e de qualificação paisagística, a pensar no potencial que estes factores têm no turismo e na capacidade atractiva das cidades, é evidente, ainda que se lamente que todo esse esforço de qualificação das cidades nem sempre tenha em conta os grupos sociais que as habitam.

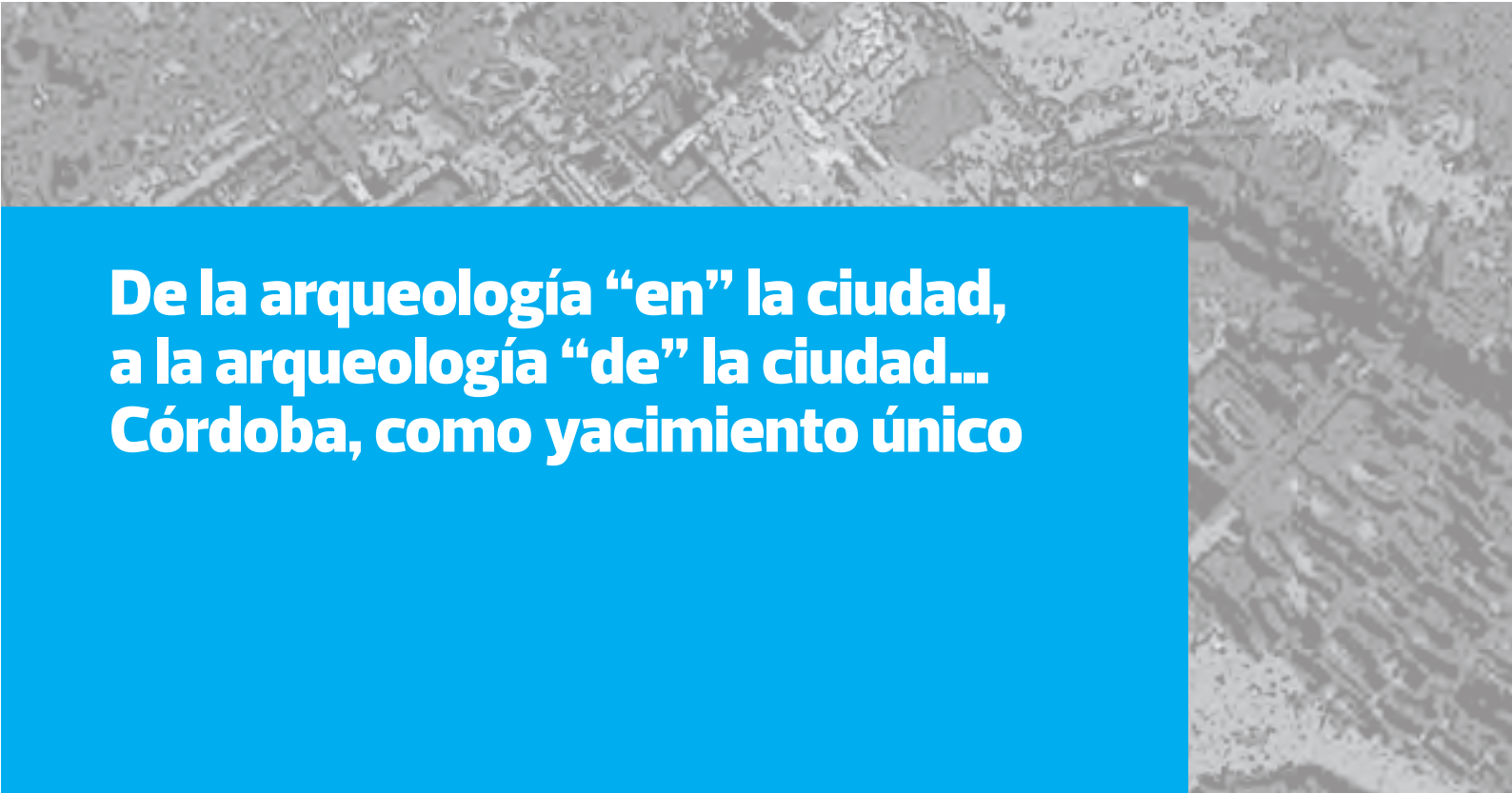
As questões sociais, vistas a partir da diacronia das paisagens arqueológicas, estão no foco dos textos dos colegas brasileiros que se seguem, quer em meio subaquático, na costa de S. Salvador da Bahia, quer na região amazónica. Tratam-se de lugares com espaços refuncionalizados e ressignificados, com uma dimensão museológica após intervenções arqueológicas que procuram reflectir a pluralidade cultural dos povos que por ali passaram. A valorização da pluralidade cultural que os locais encerram, está também bem presente no texto sobre Mértola que, contando com uma intensa atividade arqueológica urbana nas últimas décadas, apresenta hoje vários polos museológicos, retratando as várias comunidades na espessura temporal do lugar, e que mudaram radicalmente a forma de se viver hoje naquela vila do interior do Portugal profundo.

Este último artigo, também muito focado nas estratégias museográficas e de gestão do Património Arqueológico, suscita a pergunta, materializada no título do texto seguinte: "Arqueologia, para quem?" Esta pertinente questão é abordada a partir da experiência de gestão da cidade Património Mundial de Goiás, onde é bem realçada não só a necessidade de aproximação da comunidade que qualquer trabalho de intervenção urbana reclama, como ainda o seu envolvimento na gestão da herança colectiva. É dessa participação ativa, e quase como que respondendo àquela questão, que se dá no texto seguinte o exemplo de Córdoba, uma cidade, como vimos, que passou por alterações e obras profundas que geraram um volume inusitado de informação arqueológica. Com este contributo, que

nos leva de novo ao contacto com a vasta experiência da região autónoma espanhola da Andaluzia e ao projecto participativo que se desenvolve hoje em Córdova, encerra-se de certa forma o conjunto de textos mais centrados nas intervenções em centros históricos, na resignificação e gestão desses antigos espaços e nos conflitos e problemáticas sociais que tais intervenções sempre geram.

A partir daqui a monografia prossegue reunindo um conjunto de textos de arqueologia urbana em Centros Históricos mais centrados em problemáticas relacionadas com questões técnicas e metodológicas. Numa dezena de contributos de forte cariz interdisciplinar, exploram-se novas formas de abordagem de fazer arqueologia em meio urbano, novas fontes que concorrem complementarmente à arqueologia para o estudo das cidades, como a iconografia, as fontes literárias ou a cartografia, ou reflexões sobre a necessidade de uma nova relação entre turismo e preservação de espaços arqueológicos com muita pressão turística; recorrem-se a outras disciplinas e metodologias como a arqueologia da arquitectura, a sedimentologia ou os métodos geofísicos. O penúltimo texto é uma reflexão de docentes da escola de arquitectura da Universidade de Sevilha sobre um programa de preservação dos centros históricos, acentuando a preservação patrimonial da cidade como, antes de mais, um exercício interdisciplinar planeado, onde a arqueologia tem um papel essencial para evitar a perda da autenticidade do tecido urbano. O volume encerra com uma reflexão da professora da Universidade de Coimbra, M. Conceição Lopes, sobre o papel atual da Arqueologia na cidade em construção e a relação de toda a "fábrica urbana" com a contemporaneidade e a cidadania, como que anunciando a conclusão que se segue.

As questões levantadas pela reabilitação urbana em centros históricos, mas também a forma como se constrói hoje a cidade, onde o subsolo entra, como nunca, na equação construtiva, tornam necessário discutir os diversos problemas, teóricos e metodológicos, que se colocam para a preservação do passado no quotidiano das nossas cidades. É isso que este livro faz, com o contributo interdisciplinar de especialistas de várias áreas envolvidos no estudo das cidades. É certo que o tema está longe de ser novo, mas as dinâmicas da contemporaneidade impõem que seja constantemente revisitado, até porque hoje a Arqueologia se firmou como um parceiro incontornável no planeamento da urbe. Na verdade, enquanto lugares de património e locais de encontros geracionais e civilizacionais, a intervenção nas cidades históricas pressupõe, cada vez mais, um diálogo amplo e interdisciplinar não só entre arquitetura e arqueologia, mas entre todas as ciências e saberes que podem contribuir para a qualificação e sustentabilidade destes espaços de (con)vivência.

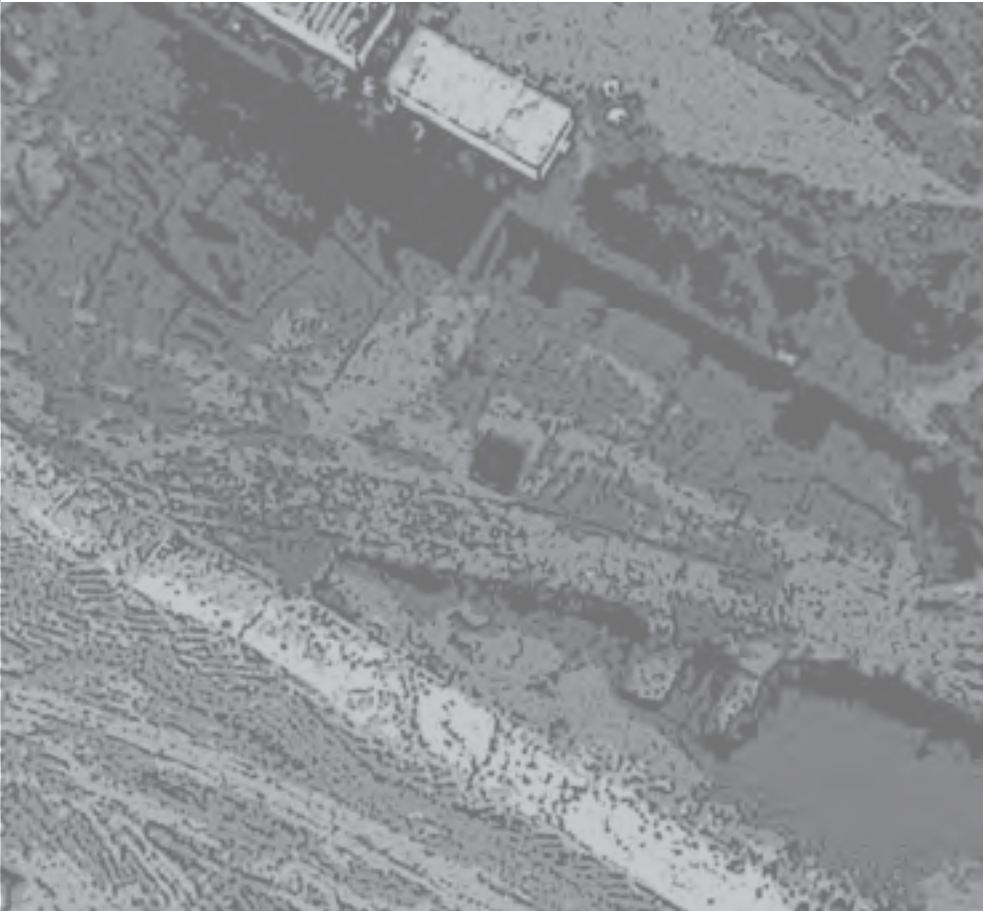


De la arqueología “en” la ciudad, a la arqueología “de” la ciudad... Córdoba, como yacimiento único



DESIDERIO VAQUERIZO GIL

Grupo de Investigación *Sísifo*
Universidad de Córdoba
dvaquerizo@uco.es



RESUMEN En la segunda mitad del siglo XX, la arqueología urbana y de gestión –una de esas profesiones que se han ido definiendo al tiempo que la realidad la demandaba–, fue pasando progresivamente de exigencia normativa, investigadora y de tutela, con carácter básicamente preventivo, a puro y en buena medida inútil trámite administrativo; una disciplina que, esclava de su paradójico carácter destructivo, ha vaciado en los últimos años una parte significativa del subsuelo de nuestras ciudades históricas en beneficio de un volumen ingente de información documental, no siempre de la mejor calidad, ni transformada en conocimiento o tejido patrimonial. De ahí la necesidad perentoria de una revisión de su marco legal –no sólo a nivel andaluz–, y una sistematización racional del trabajo que prime el estudio de los datos acumulados sobre el movimiento de tierras; todo un reto del que no pueden quedar al margen ninguno de los principales agentes implicados: Administraciones, Universidades y colectivos profesionales.

PALABRAS CLAVE Arqueología Urbana, Arqueología Preventiva, España, Andalucía, Universidad, Arqueología somos todos

ABSTRACT In the second half of the twentieth century, urban and management archaeology –one of those professions that have been defined at the same time as the reality demanded it–, gradually moved from a normative, research and guardianship requirement, basically preventive in nature, to pure and largely useless administrative procedure; a discipline that, slaves of its paradoxical destructive character, has emptied in recent years a significant part of the subsoil. Hence the urgent need for a revision of its legal framework –not only at Andalusian level–, for a rational systematization of work that prioritizes the study of accumulated data on earth movement; a challenge that none of the main agents involved can ignore: Administrations, Universities and professional groups.

KEY WORDS Urban Archaeology, Preventive Archaeology, Spain, Andalusia, University, We are Archaeology

IDEAS DE PARTIDA

Como es bien sabido, la arqueología urbana² toma fuerza en España durante las últimas décadas del siglo XX, ante la necesidad de hacer compatible la tutela patrimonial con el desarrollo urbanístico en las ciudades históricas o superpuestas. Surge, y así se mantiene en el tiempo, como una actividad administrativa no sistemática ni programada, centrada en la gestión, el salvamento *in extremis* de los archivos del suelo, y, muy especialmente, la liberación del suelo, que sustituye progresivamente a los proyectos de investigación sistemática (a los que permanece ajena), favorecida por el *boom* del desarrollismo, la presión urbanística y la transferencia de competencias a las 17 Autonomías que integran el Estado español. Utiliza para ello una metodología propia, derivada de la complejidad estratigráfica y de planteamiento que requieren su objeto principal de aplicación: las ciudades yacimientos, verdaderos “entes vivos” en continuo cambio, a la manera de palimpsestos nunca terminados, en los que es habitual el choque de intereses, acusada la arqueología de rémora para la economía, el crecimiento urbano y el progreso. De acuerdo con ello, fiel a sus principios conceptuales y metodológicos, debería, desde el

primer momento y por definición, haber tenido como finalidad última el análisis en perspectiva diacrónica de la evolución del tejido y de la imagen urbana, desde la primera ocupación del asentamiento o hasta su estado actual; algo que, sin embargo, no hizo y que, como no podía ser de otra manera, se ha convertido en uno de sus más importantes lastres, en una de sus más grandes cortapisas.

Esto no evitó que durante varias décadas se convirtiera en el yacimiento de empleo de mayor potencial asociado a la macroárea de las Humanidades, a pesar de la escasa cualificación de muchos de sus profesionales (*vid. infra*), y de que, por más llamativo o paradójico que pueda resultar, sólo retribuye el trabajo de campo, no la investigación. Como resultado, durante muchos años ha sido la modalidad arqueológica que ha generado mayor volumen de información, pero no de conocimiento histórico; tampoco, de tejido patrimonial. Ahí radican dos más de las razones fundamentales de su fracaso.

Tras recibir su Estatuto de Autonomía³, el nuevo marco legislativo de Andalucía tomó forma de entrada en la Ley de Patrimonio Histórico Andaluz de 1991, re-promulgada en 2007, y materializada después en dos Reglamentos: el de Actividades Arqueológicas, que cuenta ya con tres promulgaciones, en 1993, 2003 y 2012 (Vaquerizo 2015a), y el Reglamento para el fomento y la protección del Patrimonio Histórico-Artístico, de 1995⁴. Previamente, por Real Decreto 864/1984, de 29 de febrero, se transfirieron a la Comunidad Autónoma de Andalucía todas las competencias y funciones del Estado en materia de patrimonio arqueológico, que quedaron asignadas a la Consejería de Cultura (Ortiz Sánchez 2015, 406).

La Ley de Patrimonio Histórico Andaluz de 26 de noviembre de 2007, en su artículo 1, especifica con rotundidad y sin medias tintas que es objeto suyo "establecer el régimen jurídico del Patrimonio Histórico de Andalucía con el fin de garantizar su tutela, protección, conservación, salvaguarda y difusión, promover su enriquecimiento y uso como bien social y factor de desarrollo sostenible y asegurar su transmisión a las generaciones futuras". Del mismo modo, en su artículo 4.1, reconoce a los Ayuntamientos un papel activo y responsable en la investigación, gestión, tutela, protección, conservación, y eso que se viene llamando puesta en valor del patrimonio local (León Muñoz 2012, 345 ss.). Esto explica la proliferación de Planes Especiales de Protección⁵ y de Cartas Arqueológicas redactadas estos últimos años en nuestras más importantes ciudades históricas; entre ellas Córdoba, en el marco de sus Planes General de Ordenación Urbana (PGOU, 2001) y Especial de Protección del Casco Histórico (PEPCH, 2003) (Murillo 2006 y 2010; León Muñoz, Vaquerizo 2012; *vid. infra*) [FIG. 1, A y B].

Se trata, por tanto, de un marco legal muy desarrollado, aunque sus carencias, vacíos y limitaciones han favorecido que en determinadas ciudades la actividad arqueológica se haya visto muy condicionada durante las últimas décadas por la no coincidencia entre el color político de los Gobiernos estatal, autonómico y/o local, con las consiguientes interferencias, obstáculos y entorpecimientos entre unos y otros, inexplicables tal vez desde un punto de vista lógico o de servicio público, pero reales y nefastos para una gestión verdaderamente eficaz de la arqueología; sobre todo, si tenemos en cuenta la redacción del artículo 4.2 de la ya citada Ley de Patrimonio Histórico Andaluz en su formulación de 2007: "Las administraciones públicas de la Comunidad Autónoma de Andalucía colaborarán



FIG. 1 A) Portada del Plan General de Ordenación Urbana de Córdoba de 2001. B) Portada del Plan Especial de Protección del Casco Histórico de Córdoba (2003).

FIG. 2 Duelo a garrotazos. Pintura negra de Francisco de Goya conservada en el Museo del Prado que sirve de triste metáfora de las relaciones habituales entre las instituciones en España, y más concretamente en Córdoba.

estrechamente entre sí en el ejercicio de sus funciones y competencias para la defensa del Patrimonio Histórico' [FIG. 2].

Se pone así en evidencia cómo la descentralización administrativa española en lo que se refiere a la gestión del patrimonio, aun incorporando indudables bondades, puede también provocar numerosas duplicidades y frecuentes solapamientos, resultar muy negativa y ser causa de muchos conflictos cuando no existe una adecuada coordinación entre las diversas Administraciones (Muñoz Cosme 2010, 9), y éstas, en lugar de colaborar, como supuestamente garantiza el Consejo de Patrimonio en lo relativo al Estado central y su relación con las Autonomías⁶, se dedican a boicotear al resto o a entorpecer su labor.

La dinámica aludida ha sido especialmente traumática en ciudades como Córdoba, un conjunto histórico muy complejo que no quiere de *arqueología en la ciudad*, de gestión, preventiva o de urgencia, al servicio sólo de la resolución de problemas administrativos derivados de la legislación vigente y la liberación de suelo, sino de *arqueología de la ciudad*, entendida ésta como yacimiento único, en el tiempo y en el espacio, incluida la relación diacrónica con su territorio circundante; yacimiento que ha de ser abordado además con carácter integral, es decir, concediendo igual importancia a todos los pasos que conforman la arqueología como ciencia histórica de fuerte y marcado carácter social: investigación, gestión, conservación, tutela y transferencia del conocimiento generado. Es, posiblemente, la clave más importante de futuro para una profesión y una disciplina que, tras el hundimiento de la burbuja inmobiliaria, y con ella de la arqueología comercial, vive una profunda crisis marcada por la disensión y la falta de corporativismo y de autocrítica, de la que no se salva la arqueología académica.

BALANCE DE PÉRDIDAS... EL MODELO ANDALUZ DE ARQUEOLOGÍA

No soy el primero en acercarse con ojos más o menos críticos a la etapa autonómica de la Arqueología andaluza. Lo han hecho antes que yo otros muchos autores, entre los cuales Salvatierra 1994, a-c, y 2004; Ruiz de Arbulo 2004; Rodríguez Temiño 2004, 2009 y 2010; Vidal 2005⁷; Fernández Cacho 2008; Gurriarán, Salado 2009; Hidalgo 2010; Ventura 2010; Aranda Jiménez 2011; Sánchez Romero 2011; León Muñoz 2012; León Muñoz, Vaquerizo 2012, o Alcaraz 2016, por sólo citar algunos. No pretendo, por tanto, ser original, ni descubrir nada que no haya sido ya señalado; sólo aportar mi humilde punto de vista. Sabido es que no existe la verdad absoluta; sólo verdades parciales con cuya conjugación y confrontación es posible, a veces, acercarse en alguna medida a aquélla. De ahí la importancia de mirar atrás desde la propia experiencia; sobre todo, cuando uno cuenta con la ventaja inicial (no me atrevo a llamarlo fortuna) de haber desarrollado su carrera de forma paralela al periodo analizado.

Ya he destacado en algún otro lugar (Vaquerizo 1994) la inflexión que representa para la arqueología regional la transferencia de competencias en materia de Patrimonio Histórico a mediados de los



pasados años ochenta desde el Gobierno central a la Comunidad Autónoma de Andalucía, que como tantas otras⁸ inicia rápidamente un voraz proceso de construcción identitaria destinado a refrendar las posiciones de poder recién adquiridas con base en buena medida en la exaltación del pasado (Ruiz Zapatero 2009b, 17 ss.; González Álvarez 2013, 156). Nace casi enseguida, en el marco de la Consejería de Cultura, la Dirección General de Bienes Culturales, que comienza una intensa línea legislativa en materia arqueológica ante la cual el mundo de la investigación arqueológica andaluza creyó iniciada una etapa diferente, abierta a nuevos planteamientos y rigurosa en todos sus niveles. Esperanza utópica, en realidad, como enseguida comentaré. A día de hoy, después de más de treinta años de andadura, sería deseable, y sin duda necesario, un replanteamiento conceptual y orgánico que, con un componente decidido de revisión y autocrítica, adaptara el marco legal a la nueva realidad de los bienes culturales en la Comunidad Autónoma Andaluza, y más en particular de la arqueología, incluidos sus logros (que sin duda los ha habido), sus numerosísimas pérdidas (lacerantes, y de gravedad extrema), sus muchas componendas (injustificables, por más que sean características de una época lamentable), y sus no del todo claras perspectivas de futuro (Rodríguez Temiño 2001, 39).

Hablo de un modelo muy diferente al existente por ejemplo en Italia, donde la tutela de los bienes culturales corre por cuenta de las Soprintendenze, y la puesta en valor, conservación y difusión, de los entes locales, particularmente de las regiones. En realidad "*due facce della stessa medaglia*" (Liverani 2016) que, sin embargo, han originado también a lo largo del tiempo numerosas fricciones y problemas. De hecho, el tema es a día de hoy objeto de un importante desencuentro entre la comunidad científica italiana que se encuentra en plena eclosión (*vid.* como síntesis más reciente Volpe 2016, 187 ss., con abundante bibliografía anterior, propia y ajena).

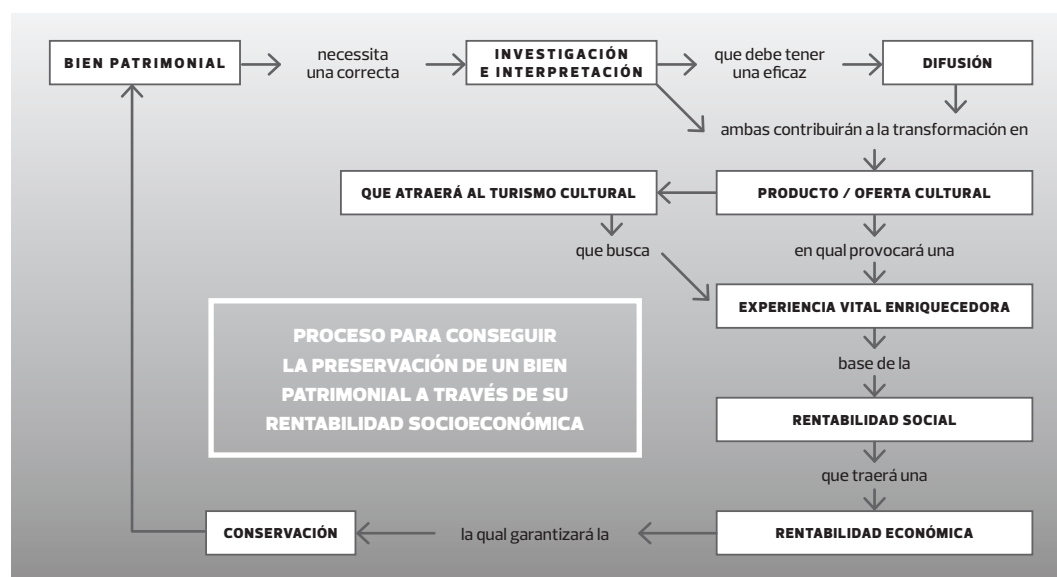
En el caso de Andalucía, para desgracia de los archivos del suelo regionales, el ejecutivo autonómico acabó imitando enseguida el modelo centralizado del gobierno estatal, de concepción altamente restrictiva (Azuar 2011, 21; Morín, Barroso 2014, 318), basado en el principio general de *quien paga, destruye* (o *client-oriented archaeology*, típica de los ámbitos británico y norteamericano), muy perjudicial para el mundo de la arqueología científica (León Muñoz 2012, 350; Ribera 2015, 122), y, de rechazo, también para la percepción que de ella tiene la ciudadanía, víctima última de las pérdidas. Esta práctica, que puede hacerse extensiva a todo el tejido pseudo-federal español, incorpora problemas de muy diverso género y alcance, relacionados por una parte con la legislación, por otra con la aplicación de esta última, y finalmente con las maneras de actuar (Benet, Rigo 2015, 129), en las que desempeñan un rol determinante la vocación altamente clientelar de la Administración autonómica –por encima de la profesionalidad, la solvencia y la independencia de criterio, molestas para quien exige obediencia–, las presiones de todo tipo sobre los profesionales y la falta de ética por parte de muchos de éstos (Vidal 2005, 81 ss.; Moya 2010, 16; Roig 2013, 186).

A partir de ese mismo momento, y en coincidencia sustancialmente con el pico más alto del *boom* inmobiliario, "*considerado burbuja por la espiral de compras y revalorizaciones*" (Brandis 2012), se inició una actividad arqueológica frenética gobernada por la imprevisión, la improvisación y una cierta

temeridad (Castro López 1996, 175), que puso patas arriba y con las entrañas al aire a la inmensa mayoría de nuestras ciudades históricas, además de numerosos yacimientos de todo tipo y las más diversas épocas, dispersos por el territorio⁹. Como consecuencia, se removió un volumen enorme de tierra, con frecuencia sin verdadera necesidad, debido, entre otras muchas razones, a errores gravísimos de planificación por parte de la Administración responsable, "ausente, o en todo caso complaciente" (Rodríguez Temiño 2011, 197).

Del mismo modo, faltaron garantías de calidad en muchos de los proyectos de intervención, las intervenciones mismas y las memorias de resultados de éstas (Ruiz Zapatero 2014a, 15, Nota 4), así como el preceptivo sometimiento de los resultados obtenidos a la comunidad científica y a la sociedad; y, casi siempre, además, un plan adecuado de conservación, protección, puesta en valor, divulgación y optimización de los restos (Pérez-Juez 2010, 16). Se olvidó así el principio básico de que se estudia para hacer avanzar el conocimiento, se integra para difundir, se difunde para rentabilizar, y, cuando se hacen bien las cosas y se consigue cerrar por completo el ciclo, se rentabiliza precisamente para proteger (Pulido Calvo 2008, 336; Azkárate 2011, 8) [FIG. 3]. De ahí, el fracaso de las políticas de gestión: no importa la cantidad de las intervenciones, sino la calidad de los resultados obtenidos y el impacto social que tales avances provoquen.

FIG. 3 Ciclo integral de la arqueología (a partir de Pulido Calvo 2008, Fig. 1).



Durante más o menos un par de décadas la cosa funcionó "como un termómetro de la coyuntura económica española" (Parga 2011a, 173)¹⁰: se movía muchísimo dinero, las obras públicas y privadas alcanzaban dimensiones pocas veces vistas, nuestras ciudades crecían como nunca antes lo habían hecho, y el mercado arqueológico se convirtió en el principal marco de inserción laboral para cientos de recién licenciados que comenzaron a acceder a él sin grandes exigencias formativas –por no decir en

muchos casos sin ninguna-, en recluta masiva y perentoria acuciada por un marco legal que olvidó en todo momento los resultados en beneficio de la inmediatez¹¹.

Muchos de estos profesionales –*capataces al frente de cuadrillas de obreros destajistas*, ha llegado a calificarlos algún autor (Vidal 2005, 79)– salieron de nuestras propias aulas, lo que de alguna manera nos hace co-responsables de sus errores, de sus desmanes y también de sus desatinos (Ruiz de Arbulo 2010, 281). Con todo, por doloroso que sea reconocerlo, o por más que pueda parecer echar balones fuera, una cosa es graduar a un estudiante en Historia, Humanidades o Historia del Arte (actualmente, por fin, también en Arqueología, lo que varía bastante las cosas), y otra muy diferente que esté capacitado para dirigir una intervención arqueológica.

La escasa calidad de la enseñanza universitaria en España es un problema de hondo calado y múltiples ramificaciones que radica, entre otras razones, en el número desproporcionado e innecesario de Universidades (y de campus) actualmente existentes, la financiación de las mismas en función de la cantidad de alumnos en lugar de su calidad, y la promoción poco menos que automática de los estudiantes, en una *secundarización* de la educación superior que constituye un reflejo bastante fidedigno de la devaluación general –a todos los niveles– en la que vive sumida actualmente la sociedad española. Con todo, soy de los que piensan que, más allá de las limitaciones flagrantes, reales y objetivas que presenta la enseñanza, no sólo universitaria¹², en nuestro país, o del plan de estudios que se curse, en un altísimo porcentaje de su tiempo el alumno recibe la formación que quiere recibir; puede, si quiere, diseñar su propio itinerario curricular al margen de las directrices oficiales. Por eso, dada la ausencia de un Colegio Oficial de Arqueólogos, imposible de crear mientras la profesión no sea reconocida oficialmente a nivel estatal, en último término ha de ser la Administración responsable (no la Universidad, sin competencia alguna al respecto) la garante de que proyectos, ejecuciones de obras, informes y memorias respondan a los estándares de calidad mínimos exigibles, vetando a aquellos técnicos que demuestren no estar a la altura (Vigil-Escalera 2011, 18 ss.).

La irreversibilidad del trabajo arqueológico así lo aconseja; y así lo han reclamado expresamente algunos profesionales (Zarco 2011, 250–251), los Colegios de Licenciados y Doctores en los que nos integramos como colectivo, y las asociaciones de arqueólogos, perfectamente conscientes de sus grandes limitaciones formativas y de su escasa o nula vocación corporativista; de la inconcreción legal y administrativa de la profesión y de su alarmante falta de representatividad institucional; de la necesidad perentoria de órganos de control, de un visado colegial para poder ejercer con garantías, y de un estricto código deontológico (Lorenzo 2009, 26 ss.). Todo ello dice mucho en su favor. De hecho –hay que ser justos–, es posible que, de haberse prolongado la bonanza, la arqueología comercial, de empresa, contractual o como decidamos llamarla, hubiera llegado a corregir bastantes de sus errores y tomado derroteros diferentes, pero sus buenas intenciones acabaron fagocitadas por el temporal de la crisis.

En cualquier caso, más allá de las terribles –e injustificables– pérdidas patrimoniales generadas por dicho estado de cosas, y de la mala imagen social y científica cosechada por la arqueología

preventiva y de empresa durante los años del *boom* inmobiliario, ligada absolutamente a la construcción, el verdadero drama estuvo en no saber aprovechar la fase de vacas gordas para crear una estructura académica, profesional y normativa adecuada, racional y coherente con los principios teóricos, metodológicos y heurísticos más exigentes de la disciplina. Habría sido el momento de:

- reivindicar condiciones laborales dignas y un marco legal *ad hoc*;
- organizar el trabajo conforme a los objetivos básicos de investigación e interpretación, conservación y restauración, tutela y musealización, publicación y difusión, que en último término debe perseguir la arqueología entendida de manera integral;
- buscar el modo para hacer de la arqueología preventiva también arqueología de investigación;
- demostrar que los arqueólogos, con independencia de que nos dediquemos a una etapa u otra, al mundo universitario, administrativo, de empresa o comercial, caminamos en el mismo sentido animados por una forma común de entender las cosas, y, en consecuencia, anteponeamos la ética científica, la motivación y el compromiso patrimonial sobre la dictadura del dinero, las presiones o las prisas; algo que, es obvio, no supimos hacer, deslumbrados por una coyuntura que creímos estructural, y enfrentados incluso en lo más básico.

Mientras tanto, en parte como consecuencia lógica de esta desunión y de nuestras incomprensibles para el resto del mundo disparidades de criterio –también, de tantas concesiones contrarias a la más pura deontología o incluso la honradez que muchos arqueólogos, de todos los ámbitos, hicieron durante estos años–, algunas instancias sociales, reforzadas por los medios de comunicación y gobernadas por intereses creados (Carvajal *et alii* 2011, 46), se empeñaban en hacer de nuestros archivos del suelo la principal rémora para el desarrollo urbanístico, provocando entre la ciudadanía un rechazo explícito que se convirtió para muchos en la justificación moral que necesitaban. Primaba la urgencia sobre la planificación, la inmediatez sobre el sosiego, el método sobre la ciencia, liberar suelo sobre hacer de verdad arqueología, lo crematístico sobre la deontología, la parte por el todo. Y así nos fue...

Sólo entre 2005 y 2010 la Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía autorizó 5.312 actividades arqueológicas de diverso signo (Preventivas, Puntuales, Urgentes y de Impacto Ambiental, mayoritariamente en Sevilla, Málaga y Córdoba), lo que da una media para el periodo citado de 900 intervenciones anuales en la Comunidad Autónoma al año. Del total, sólo 121 en el marco de proyectos de investigación propiamente dichos (Aranda Jiménez 2011, 15); ninguno, que me conste, en Córdoba, donde se pasó de 31 autorizaciones en 1997 a 96 en 2007, hasta un total para la década de 701, frente a las 110 desarrolladas en los veintiún años transcurridos entre 1962 y 1983 a cargo del Museo Arqueológico Provincial (Ventura, 2010, 49 ss., Figs. 1-5).

Ya he dicho antes que esta situación no fue, en absoluto, privativa de Andalucía. Como puro elemento de contraste, en Cataluña, entre 1981 y 2007, se llevaron a cabo 11.280 intervenciones preventivas y 2.476 más en el marco de proyectos de investigación. Frente a las 70 excavaciones

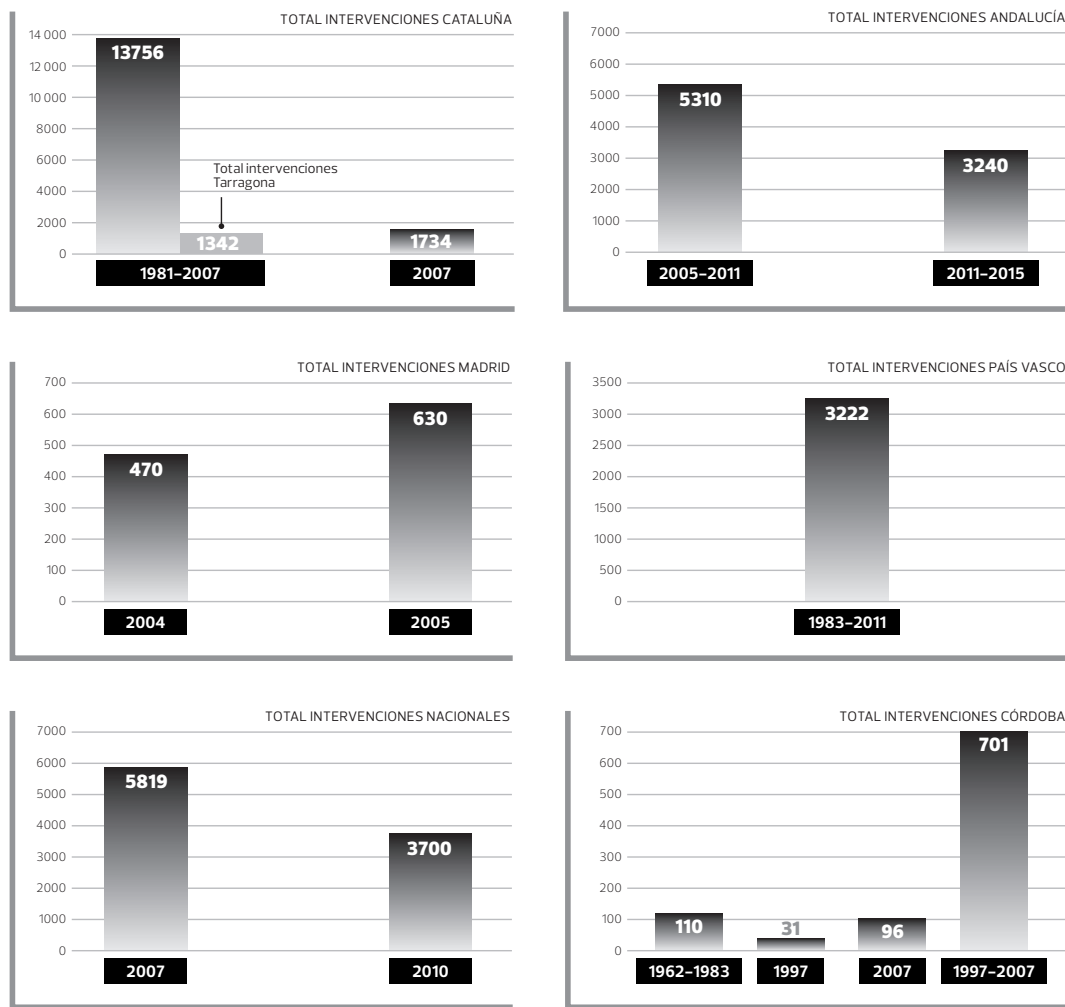


FIG. 4 Tabla que recoge de manera sintética algunos de los datos sobre número de intervenciones arqueológicas autorizadas en diversas zonas de España durante los años del *boom* inmobiliario (elaboración: Jorge Hernández).

sistemáticas y las 13 de urgencia de 1981, sólo en 2007, alboreando ya la crisis, fueron concedidos 1.592 permisos para actividades preventivas y de urgencia (91,8% del total), y 142 para labores programadas y sistemáticas de investigación (8,2%) (Quirós 2013, 27; Roig 2013, 184)¹³. Sólo en término municipal de Tarragona se concedieron entre 1982 y 2007 1.342 intervenciones arqueológicas, con un incremento proporcional significativísimo del número de las mismas conforme pasaban los años (Ruiz de Arbulo 2010, 281). Por su parte, el País Vasco sumó 3.222 intervenciones arqueológicas entre 1983 y 2011 (Quirós 2013, 27), mientras en la Comunidad de Madrid se llevaron a cabo 470 en 2004 y 630 en 2005 (Martínez, Querol 2013, 150). Finalmente, en el conjunto del territorio español los 5.819 proyectos arqueológicos autorizados en 2007 habían bajado a 3.700 en 2010, una cantidad más cercana a los 2.300 de 2001 (Parga-Dans, Fernández 2012, 144), al tiempo que el número de arqueólogos en activo mermaba drásticamente [FIG. 4].

Esta misma reducción tuvo lugar en Andalucía, donde, en cambio, no resulta tan significativa como habría cabido esperar. Según datos ofrecidos por la Consejera de Cultura –a la sazón, Rosa Aguilar– en su comparecencia ante la Comisión de Cultura del Patrimonio de Andalucía el 17 de febrero de 2016, la Administración de la que ella era en aquel momento eventual responsable habría autorizado 3.240 actividades arqueológicas entre 2011 y 2015¹⁴; una cifra a todas luces desorbitada, reveladora por sí misma de que si volviéramos a conocer otro *boom* inmobiliario es muy posible que repitiéramos los mismos errores, por cuanto los niveles de responsabilidad y eficacia institucionales parecen cifrarse también para este aspecto en el número y no en la calidad, los filtros o la existencia de planes adecuados de investigación, tutela, conservación y rentabilización de lo excavado (Hernando, Tejerizo 2011, 67). Confirma mi pesimismo al respecto el hecho de que, aun cuando la nueva formulación de la Ley de Patrimonio Histórico Andaluz de 2007 establece claramente firmes cautelas arqueológicas por parte de la Administración autonómica de Cultura sobre los instrumentos municipales de planeamiento urbanístico y los planes de control ambiental en sus artículos 29–32 (Ortiz Sánchez 2015, 397 ss.), por el momento no se hayan corregido sesgos. Tampoco, sobre ciertos proyectos sistemáticos que priman la excavación sobre el análisis profundo de estratigrafías y secuencias, la exhumación de restos sobre el estudio de materiales y la publicación de resultados. Así lo han detectado también otros autores (Menga 2015, 7).

Dudas similares sobrevuelan sobre las políticas de documentación, gestión, protección y musealización oficial desarrolladas por parte del mismo organismo, que como el resto de las Autonomías españolas ha templado mucho desde el inicio de la crisis su política arqueológica, reduciendo fondos ostensiblemente para investigación y publicaciones en beneficio de la arqueología preventiva y la rentabilización social y política de la disciplina a través de la difusión, lo que supone de nuevo un error de primera magnitud, dado que ésta no puede existir sin aquéllas (Ruiz Zapatero, 2016, 57). No se trata de hacerlas caminar en paralelo, sino de conseguir un modelo integral.

En la misma fecha de referencia, el número de bienes incluido en el Inventario de patrimonio arqueológico de Andalucía (desde su creación, en 1985) era ya de 15.559 yacimientos, y el de inscritos en el Catálogo General de Patrimonio Histórico de Andalucía, como Bienes de Interés Cultural terrestres o subacuáticos, Zonas Arqueológicas, Bienes de Catalogación General o Zonas de Servidumbre Arqueológica, de 2.924; números verdaderamente importantes y llamativos que, para escarnio de todos, se corresponden a duras penas con la recuperación de información histórico–arqueológica y la puesta en valor, o por lo menos la devolución o canalización hacia la sociedad de esos mismos bienes en el periodo indicado, con sólo algunas honrosas excepciones y grandes diferencias de criterio y rasero según miremos a medio rural o urbano, a entornos ideológicos afines o contrarios.

En la actualidad, unos presupuestos muy bajos para investigación, protección y conservación (Menga 2015, 8), que acaparan precisamente determinadas zonas o yacimientos primados desde el punto de vista político, ideológico o “de oportunidad”, se traducen en un abandono prácticamente generalizado de las políticas patrimoniales, más allá del personal y el mantenimiento de los Museos

de la red autonómica, los conjuntos arqueológicos y los enclaves de la red patrimonial de Andalucía, que sobreviven muy a duras penas (me refiero a estos últimos), casi siempre con el apoyo determinante de los Ayuntamientos. Tanto es así, que hoy el discurso patrimonial de nuestras ciudades históricas, y Córdoba es ejemplo paradigmático de ello, apenas se ha enriquecido, después de décadas de trabajo, un número escandaloso de intervenciones arqueológicas, y decenas de millones de euros invertidos.

Este panorama se parece muy poco al del triunfalismo esgrimido a diario por nuestros políticos, a pesar de la declaración de propósitos que establece el Preámbulo de la Ley de Patrimonio Histórico Andaluz en su primera formulación de 1991¹⁵, y de que, por más que algunos no terminen de suscribirlo, el papel último de los arqueólogos es devolver a la sociedad el fruto de su trabajo para que pueda servirse de él desde un punto de vista educativo, patrimonial en sentido amplio, y también económico, integrándolo en su tejido productivo. En caso contrario, el proceso queda incompleto.

En efecto, estas cifras resultan paradójicamente ilustrativas de una realidad que alcanza tintes especiales de dramatismo si comparamos el volumen de tierra removida (sobre todo, en el marco de nuestras ciudades históricas) con el avance de la investigación arqueológica y el conocimiento histórico en sentido estricto. Hoy, de la innumerable relación de intervenciones arqueológicas puntuales, preventivas o de urgencia realizadas en Andalucía entre 1985 y 2015, son pocas las que pueden considerarse lecturas estratigráficas realmente científicas, y menos aún las que han visto la luz o han servido para la resolución de un problema arqueológico concreto; circunstancia, de nuevo, perfectamente extrapolable al resto de España (Martín-Bueno, Luesma 2006, 16 ss.; Almansa 2011b, 273). Como ocurre en Andalucía, de la mayor parte de ellas sólo quedan los informes de excavación, de utilidad muy desigual por fondo y por forma (Berrocal 2016, 122), y naves enteras repletas de material arqueológico “*que nadie estudiará jamás*” (González Álvarez 2013, 166).

Hablo de una responsabilidad de enorme calado para las Administraciones, los arqueólogos comerciales y también, por qué no, la Universidad, marginada, silente, o incluso consciente y militantemente ajena a los problemas citados (Roig 2013, 196 ss.). Por regla general la arqueología profesional ha desatendido la investigación, debido entre otras muchas causas –además de su falta de formación al respecto– a que no se la pagan. Por otro lado, si bien no faltaron excepciones, en plena vorágine del *boom* inmobiliario la Universidad fue globalmente anatemizada por el sector, ante los riesgos de todo tipo que suponía su entrada en liza. Sirva como ejemplo el fracaso estrepitoso del Programa Especial de Arqueología Urbana que la Junta de Andalucía puso en marcha a mediados de los pasados años noventa, y su consideración como una injerencia/competencia desleal por parte de los arqueólogos de empresa (*cf.* Salvatierra 2013, 250 ss.).

Es llegado, por tanto, el momento de asumir pérdidas; de corregir sesgos; de unir fuerzas; de hacer de la necesidad virtud y, aprovechando la crisis, poner freno definitivamente al movimiento indiscriminado de tierras en beneficio de:

- una planificación rigurosa, selectiva y conservadora;
- un análisis exhaustivo de la información acumulada (Almansa 2014b, 324);

- la optimización patrimonial de lo poco que ha quedado, y
- la potenciación de los proyectos sistemáticos y bien diseñados de investigación, que garanticen el cumplimiento íntegro, equilibrado y unitario de los principios conceptuales definidores de la arqueología como ciencia histórica, generadora de conocimiento, y disciplina social.

No se trata de excavar por excavar, sino de utilizar los archivos del suelo en beneficio de la reconstrucción del pasado, de potenciar su valor patrimonial integrándolos en los discursos diacrónicos de nuestras respectivas ciudades, de garantizar su sostenibilidad no sólo desde el punto de vista monumental, sino también como laboratorios permanentes de formación, de generación de conocimiento y, por qué no, de producción de cultura y riqueza, en un *feedback* que se perfila como la mejor garantía de futuro.

En una situación similar a la observada en otros países como Portugal e Irlanda, de aquella inmensa pléyade de profesionales de muy diversas categorías académicas y casuísticas laborales dedicados a la arqueología comercial durante las décadas analizadas (Moya 2010, 14 ss.) hoy sólo perseveran unos pocos –en Andalucía podrían haber desaparecido entre el 80 y el 90% (Quirós 2013, 27)–, que en muchos casos parecen no haber aprendido la lección, mientras el resto se han visto forzados a tomar nuevos derroteros con un buen bagaje de amargura y resentimiento a las espaldas, no siempre bien canalizado (Berrocal 2016, 122)¹⁶.

El número aproximado de estos arqueólogos no llegó nunca a ser conocido, debido, entre mil razones¹⁷, a la temporalidad de su trabajo, las fluctuaciones del mercado y su indefinición académica y administrativa (Moya 2010, 13). Algún autor llegó a fijar su censo en más de 5.000 para toda España justo en los inicios de la crisis, con base supuestamente en el número de colegiados (Lorenzo 2009, 26); una cifra muy superior a la intuida en su momento por Ruiz Zapatero, o a la establecida para 2008 por Eva Parga Dans¹⁸, que, sobre una muestra real y contrastada de 212 empresas¹⁹, la fija en 2.358, incluidos socios –457–, contratos temporales –1.328– y contratos indefinidos –573–, y excluidos los arqueólogos integrados en Universidades, Museos o centros de investigación públicos o privados (lo que podría explicar la diferencia), con un volumen anual de facturación estimado en 32 millones de euros (Vigil-Escalera 2011, 17). En sus años de mayor desarrollo la arqueología comercial llegó a copar el 90% de la actividad arqueológica en España (Quirós 2013, 9), pero ya para 2012 el número de los arqueólogos activos en España se habría reducido a sólo un centenar (Pain 2012, citando datos de E. Parga-Dans y J. Almansa, sin duda ilustrativos), lo que indica las dimensiones de la crisis.

De las empresas citadas, sólo dos de ellas existían antes de la innovación institucional que supuso la promulgación de la Ley de Patrimonio Histórico Español de 1985 y el Real Decreto Legislativo de Evaluación de Impacto Ambiental de 1986, ambas en la Comunidad de Madrid (Parga-Dans, Fernández 2012, 143, Gráfico 2), por lo que fácilmente puede ligarse su aparición masiva al nuevo marco normativo nacional, y casi enseguida autonómico, en materia de patrimonio cultural. En Andalucía llegaron a contabilizarse 45, la cifra máxima registrada por una Comunidad Autónoma en los momentos de mayor

desarrollo de la actividad arqueológica comercial. Finalmente, las más grandes y poderosas se ubicaron en Cataluña, pero lo cierto es que no se han detectado matices regionales significativos, ni en lo orgánico ni en lo productivo.

La misma reflexión sirve también para ámbito académico. A día de hoy la Universidad acumula un stock ingente y en su mayor parte muy cualificado de investigadores y docentes que apostaron en su momento por la formación, sin más perspectivas de futuro que unas tasas de reposición atendidas estrictamente (y no siempre) a las jubilaciones. Algunos de los mejores trabajan ya al otro lado del mundo, donde, por cierto, suelen recibir el reconocimiento que aquí se les niega. Unos y otros han olvidado así el componente de resistencia casi maratoniana y las espaldas de acero que requiere esta profesión, a los que últimamente es preciso añadir, entre otros muchos, los de formación sostenida, solvencia extrema, adaptabilidad al entorno, inventiva, imaginación, versatilidad, energía creativa y capacidad de innovación, sin dejarse jamás gobernar por el desaliento cuando se tienen las cosas claras y se quiere hacer de la arqueología profesión, en cualquiera de sus facetas, modalidades, corrientes teórico-prácticas o posibilidades: académicas, investigadoras, educativas o de empresa (González Ruibal 2012, 105). Así lo señalan algunos de sus colegas italianos, en un libro cuya lectura recomiendo por lo que representa de modelo a seguir en momentos de crisis y desazón generalizadas (Dal Maso, Ripanti 2015, 13), si bien estos últimos años la escasa demanda del mercado y las prácticas poco éticas de unos y de otros han cambiado por completo los parámetros convencionales, y no siempre formación, mérito o perseverancia equivalen por fuerza a éxito (ni siquiera dilatados en el tiempo...).

Entre 2009 y 2013 desaparecieron en España el 42% de las 273 empresas de arqueología -mínimo- existentes y validadas en 2008 -400 en 2009, según otros autores (Roig 2013, 183)-, de las cuales, recordemos, el 40% al menos se creó entre los años 2000 y 2005, de la mano del nuevo marco legal que establecía la cautela arqueológica en los estudios de impacto ambiental, según E. Parga-Dans (2012, 87 y 95 ss.)²⁰. Resultaron ser extraordinariamente vulnerables ante la nueva y devastadora coyuntura económica debido a los endeblecimientos de un sistema de trabajo liberalizado, frágil, atomizado, dependiente, inmaduro, fluctuante, endeble y mal regulado; de un sector no siempre bien formado, competitivo y profundamente desleal; de un mercado feroz, basado de manera casi exclusiva en la arqueología preventiva y de urgencia, sometida por definición a unos índices de estacionalidad, temporalidad y precariedad laboral muy elevados²¹. En 2013, las empresas supervivientes mantenían sólo el 34% de los puestos de trabajo, muy mal remunerados por lo general (en Córdoba no disponemos de estadísticas, pero posiblemente los datos son aún más traumáticos)²²; una realidad impactante, que en los últimos años no ha hecho sino agravarse hasta llegar prácticamente al colapso, y que ha despertado incluso el interés de la comunidad científica internacional (Berrocal 2014).

Hace falta, pues, en definitiva, un riguroso ejercicio de reflexión, diagnosis y autocrítica para conocer en detalle las causas que han motivado la debacle y valorar con la máxima objetividad posible

hasta qué punto son externas o internas. El colectivo no es en absoluto ajeno a una situación que no alcanzó a prever ni para la que tampoco supo prepararse, cegado por el individualismo, la vorágine del dinero, y un sentido de la moral cuando menos discutible; en lo que algunos autores han dado en llamar *Arqueología de la prisa* (Rodríguez Temiño 2010, 21).

LAS RAZONES DE UN FRACASO

Sin que mi análisis, de antaño y de ahora, tenga nada que ver con dogmatismo alguno, o esa crítica fácil que muchos arqueólogos "libres" reprochan al mundo académico, empeñado, según ellos, en enfrentar la arqueología "profesional" a la "científica", sólo unos años después de la puesta en marcha del Plan Andaluz de Arqueología yo mismo (Vaquerizo 1994, 13 ss.) sintetizaba ya entonces los primeros problemas detectados en la arqueología andaluza en los siguientes ítems, válidos en su mayor parte hasta el día de la fecha, como bien se han encargado de señalar otros autores (León Muñoz 2012, 353 ss.):

- **Falta de uniformidad en los criterios oficiales** aplicados a la concesión y la gestión de las intervenciones arqueológicas de urgencia, particularmente urbanas.
- **Ausencia de una metodología consensuada**, que, con mucha más frecuencia de lo razonable, se ha servido –se sirve, incluso, todavía hoy– de medios mecánicos (Ventura 2010, 46). Tal circunstancia, que llega a ser justificada por algunos arqueólogos (Benet, Rigo 2015, 128), ha facilitado la destrucción habitual de los niveles arqueológicos urbanos más recientes, y en más de un caso también de trascendentales restos de época islámica, tardoantigua, romana y prerromana, al amparo de un progreso urbano que no es sino falta de planificación y de cultura patrimonial (Sotomayor 2016, 20). Estas destrucciones, en sus más diversas modalidades –de las que ya he hablado más arriba y lo haré de nuevo más abajo–, se evitarían si el patrimonio arqueológico en sentido amplio (más allá de las Zonas Arqueológicas o los Bienes de Interés Cultural) tuviera por definición un grado de protección institucional con categoría alta que asegurara su plena integridad antes incluso de ser excavado (Pérez-Juez 2006, 44 ss.). El problema es que tal prescripción no se cumple en sentido estricto ni siquiera en los yacimientos con nivel de protección más elevada, sometida la conservación de los restos a mil variables no siempre justificadas; sin olvidar que muchos arqueólogos parecen más preocupados por la monumentalidad o el impacto social de los restos excavados que por su investigación y exégesis rigurosas; o al contrario, que de todo hay (Vidal 2005, 79).
- **Vaciado de solares vitales para la resolución de problemas topográficos y urbanísticos de primer orden** sobre las diversas etapas históricas de nuestras ciudades, en aras fundamentalmente de evitar el enfrentamiento sostenido con el sector inmobiliario, de gran poder económico y mucha influencia social y política (Ventura 2010, 52–53), como sostenedor casi exclusivo de la

arqueología preventiva y comercial. Las Administraciones competentes en la materia derivan todos los costes de esta última a promotores y particulares, en una flagrante contradicción con las Leyes de Patrimonio Histórico Español y Patrimonio Histórico Andaluz, que, recogiendo el espíritu de la Constitución española en su artículo 46, fijan la responsabilidad sobre la conservación del patrimonio arqueológico en los poderes públicos (Vidal 2005, 80)²³. Tales medidas se toman habitualmente al amparo de *seguimientos arqueológicos* que suponen la oficialización de los desmontes y las destrucciones (Marín Suárez 2011) [FIG. 5]. Mientras, se descarga públicamente y de forma maniquea la responsabilidad sobre los hombros de los arqueólogos –que, según el Reglamento de Actividades Arqueológicas de la Junta de Andalucía (Art. 30, c y g), deben incluir en sus informes de excavación una propuesta sobre qué se debe conservar y qué no, con los peligros evidentes que esto conlleva–, demonizándolos de cara a la sociedad, en una estrategia bien diseñada, favorecida por la falta de corporativismo y el no reconocimiento oficial de la profesión (Rodríguez Temiño 2007, 150). Al tiempo, no existe principio legal o normativo alguno que obligue a poner en valor, publicar o difundir.

- **Intervenciones limitadas a las secuencias estratigráficas afectadas por la obra**, conforme al principio de que el promotor sólo debe pagar por lo que destruye (Rodríguez Temiño 2010, 20 ss.). Fue así como la arqueología "comercial" se convirtió, también en Andalucía, en una mera prestación técnica al servicio de las exigencias legales, burocráticas y administrativas destinadas en último término a liberar el terreno de su carga arqueológica (Vidal 2005, 79; Salvatierra 2013, 269), en lugar de primar la investigación, el avance del conocimiento, la divulgación y la defensa a ultranza del tejido patrimonial, entendidos todos ellos en el marco de un proyecto multidisciplinar de conjunto (González Álvarez 2013, 158). Dicha situación se ha visto agravada por la premisa de *quien paga, manda*, sin duda en la base de muchos de los desastres ocurridos, y de la displicencia de más de un profesional (Linerós 2001, 41; Roig 2013, 182); un juego de relaciones privadas de fuerte sesgo mercantilista propiciado en principio por las Administraciones, del que, paradójicamente, ellas quedan al margen, con el patrimonio arqueológico como víctima principal, y la sociedad como víctima subsidiaria.
- **Grandes pérdidas de información**, que convierten en prácticamente inútiles, o por lo menos limitan, la mayor parte de las intervenciones arqueológicas realizadas: por metodología incorrecta, registro inadecuado o incompleto, o porque sus autores desconocían –tal vez no les interesaba profundizar en ello– qué requerir del yacimiento mismo, debido a la ya citada falta de formación o de un proyecto mínimo y bien documentado de investigación (Rodríguez Temiño 2010, 21). Puro



FIG. 5 En Córdoba se han excavado los últimos años decenas de hectáreas de arrabales islámicos que, con muy escasas excepciones (jamás integradas en el discurso patrimonial de la ciudad), han sido destruidos.

"ruido de fondo", que consume recursos, crea molestias y deslegitima en último término a la arqueología preventiva (Quirós 2013, 32).

- **Tibieza en los controles oficiales**, particularmente de proyectos, memorias y registros, en muchos casos sin el menor valor científico y por consiguiente inútiles (Hidalgo 2010, 13 ss.; Morín, Barroso 2014, 319; Benet, Rigo 2015, 130).
- **Respaldo injustificado a profesionales de escasa cualificación y criterio**; un factor más de desestabilización del mercado, que siempre puja a la baja y deja de lado los criterios de idoneidad, interés, capacidad y responsabilidad científica (Linerós 2001, 41; Vidal 2005, 81; Ribera 2015, 122), en perjuicio de aquellos otros profesionales que por su formación, su carácter independiente o su libertad de criterio suelen resultar incómodos. Esto no ha ocurrido únicamente a nivel urbano: los proyectos de investigación auspiciados desde la Universidad se vieron muy pronto (y se ven, actualmente) recortados de manera sensible en beneficio sólo de algunos investigadores (Hidalgo 2010, 6 ss.; Contreras 2016, 105 ss.).
- **Inexistencia de proyectos generales (e interdisciplinares) de investigación**, capaces de ir incardinando los logros obtenidos en la interpretación global de una problemática, de una ciudad o de un territorio concretos (Volpe 2015, 35). También, en la generación de modelos.
- **Demora recurrente en la adopción de las medidas mínimas de protección** o consolidación de los yacimientos, que incluso en el caso de no ser destruidos acaban con frecuencia abandonados y comidos por la maleza, con el efecto negativo que ello ejerce sobre los vestigios y la propia ciudadanía [FIG. 6, A y B].



FIG. 6 A) Restos del arrabal de *Saqundah*, abandonados durante casi diez años, antes de ser definitivamente colmatados de nuevo, sin recibir ningún uso patrimonial. B) Restos de uno de los arrabales califales documentados a poniente de la ciudad, comidos por la maleza.

- **Ausencia de un plan de conjunto, consensuado y bien sistematizado**, para integrar los escasos restos que han sobrevivido a las destrucciones generalizadas en el discurso histórico-patrimonial de la ciudad; lo que es lo mismo que decir en su circuito cultural y turístico, y, consecuentemente, en su tejido productivo. Eso evitaría que tales ruinas se estén deteriorando al día de la fecha dispersas por solares, sótanos y garajes sin ningún tipo de señalización²⁴, ni tampoco accesibilidad, lo que los convierte en francamente inútiles. Se convierten así en víctimas paradigmáticas

de lo que Patricia Monzo denomina *efecto sótano* o parking, que ella califica con cierta ironía de *broma consentida* (Monzo 2008, 345 y 350 ss., y 2010, 137); *floreros arqueológicos* (Castillo 2013, 194) que pretenden adornar nuestras ciudades añadiéndoles un marchamo de nobleza y antigüedad, pero carecen de cualquier tipo de utilidad, convertidos con demasiada frecuencia en una carga intolerable para los ciudadanos, y un factor contraproducente para la comprensión social de la arqueología como recurso, disfrute o simple riqueza patrimonial (León Muñoz 2012, 350). Dada, en consecuencia, su falta de retorno social, su nulo aporte a la herencia colectiva, a los valores colectivos o las señas de identidad como grupo, tales actuaciones no pueden ser calificadas sino de una forma un tanto falaz de justificación de lo injustificable, de acallar conciencias, incluso de derroche o dilapidación de recursos; con mayor contundencia en el caso de aquéllas que se siguen abordando hoy, cuando nuestro nivel de conocimiento sobre las relaciones entre ciudad histórica y patrimonio se ha incrementado exponencialmente respecto a los años del desarrollismo (Salvatierra 2013)²⁵. Hemos creado de esta manera nuestras particulares *rutas del despilfarro*, que se suman así, triste y deshonorosamente, a las otras muchas ya existentes en España (Ayán 2014b, 143 ss.), manifestación material evidente de la megalomanía, la falta de criterio y de planificación, el culto al dinero, la habilidad para el mangoneo, la irresponsabilidad y la carencia de perspectiva de futuro de los que hizo gala cierta clase política en España durante los años del desarrollismo feroz enmarcados en la burbuja inmobiliaria. De ahí la importancia de ciertas herramientas tecnológicas, que permiten a la empresa y la ciudadanía acceder al conocimiento de forma sencilla, ilustrativa y muy rentable, a pesar de las pérdidas. Es el caso del Vir Time Place que desde *Arqueología somos todos* (*vid. infra*) hemos desarrollado estos últimos años en colaboración con Arketipo [FIG. 7].

- **Falta casi total de publicaciones** -de conjunto, pero también de detalle-, que obligan al investigador a basarse con exclusividad en el *Anuario Arqueológico de Andalucía* (Hidalgo 2010, 13 ss.)²⁶ y en los informes arqueológicos oficiales. Esta dinámica, nada inocente por cierto (Rodríguez Temiño 2009a, 15), que ha llevado a algunos autores a hablar de los *arqueólogos invisibles*²⁷, ha sido denunciada igualmente en otros lugares, caso por ejemplo de la Comunidad Autónoma de Galicia (Ayán, González, Rodríguez 2012, 69), si bien sus causas son complejas y no siempre achacables en todas sus implicaciones a los profesionales (Morín, Barroso 2014, 319 ss).
- **Dificultades administrativas de muy diverso tipo a la hora de consultar los expedientes de excavación**²⁸, buscando quizás evitar que otros investigadores detecten y denuncien sus múltiples



FIG. 7 Vir Time Place. Herramienta de inmersión virtual en la Córdoba romana, creada por la empresa Arketipo en colaboración con nuestro proyecto de cultura científica *Arqueología somos todos*.

carencias (*vid.* cómo se está trabajando en Italia para solucionar este mismo tema, que afecta también a la libre circulación de datos y a la reproducción de imágenes relacionadas con el patrimonio arqueológico, en Volpe 2016c, 205 ss.²⁹). Las instituciones prefieren ignorar así, irresponsablemente, que el trabajo científico sobre la documentación recuperada, además de obligación moral, es una de las escasas vías de futuro para la Arqueología española y andaluza; un débito fundamental que se erige en prioridad incontestable (Rodríguez Temiño 2009a, 21), ante la que, de nuevo, estamos tardando en reaccionar; muy particularmente desde las instancias oficiales (Vigil-Escalera 2011, 19–20).

En definitiva, con la transferencia de competencias en materia de patrimonio arqueológico a las Comunidades Autónomas se pasó a tener los medios, pero casi en una sublimación, sin duda incongruente, del método de ensayo y error, necesario siempre para definir objetivos, métodos, estrategias y contenidos (Pérez-Juez 2010, 9), en bastantes más ocasiones de las deseables se equivocó la gestión (Morín, Barroso 2014, 318), provocando una pérdida irreparable, masiva e irreversible de los archivos del suelo que ha terminado por poner en evidencia las limitaciones legales, profesionales y éticas al respecto, y que sólo la investigación futura, desde una correcta perspectiva, podrá evaluar con objetividad y en su plena dimensión; todo ello derivado de la concepción de la arqueología por parte de las Administraciones como un problema (Vidal 2005, 79), que habría podido encontrar, pero no encontró, su perfecto contrapeso en una correcta educación de la ciudadanía (Sada 2012, 153 ss.; Sánchez, Rodríguez, Hernández 2012). La realidad excedió, con mucho, las buenas intenciones (Gutiérrez Lloret 2011, 115), y de esta materialización del fracaso (Criado 2013, 106) somos, de nuevo, co-responsables todos.

Así las cosas, es llegada la hora de hacer balance. La "crisis del ladrillo", "*versión castizo-española de la gran recesión*" (Criado 2016, 79), provocó que el sector despertase bruscamente de su sueño de color de rosa (González Álvarez 2013, 159), y marcará un dramático punto de no retorno. Resulta altamente improbable (por lo menos, en mucho tiempo) que se conjuguen de nuevo las mismas variables, que la Arqueología vuelva a mover tanta gente, tanto dinero y tanta tierra como movió en los últimos treinta años, entre otras razones porque el subsuelo de nuestras ciudades no da para mucho más. Con la burbuja inmobiliaria estalló también la burbuja arqueológica, y nada volverá a ser como antes. Lo han entendido las Administraciones, y lo han sufrido en carne propia quienes pensaron un día que podrían ganarse la vida saltando de corte en corte (Almansa 2011a; González Álvarez 2013).

A mi modesto entender (que no sabría bien si calificar de afirmación o de *desideratum*), serán muy pocos los que en el futuro harán arqueología urbana –cuyo carácter "*extremadamente agresivo y destructivo*" (León Muñoz, Vaquerizo 2012, 326) es más que conocido–, entre otras razones porque serán pocas las obras; pero si llegara a producirse una situación similar a la vivida tendríamos que evitar caer en los mismos errores y la misma falta de previsión (Benet, Rigo 2015, 124). De ahí la necesidad perentoria de reflexión y de autocrítica (Rodríguez Temiño 2010, 28), imprescindibles para

aunar voluntades, recomponer los pedazos y continuar adelante desde nuevas, más sólidas, flexibles, versátiles y solidarias (también, exigentes y rigurosas) posiciones heurísticas y metodológicas. Algo realmente complicado, dados la escasa permeabilidad del colectivo a este tipo de auto-análisis y exámenes de conciencia; su desunión y su proverbial falta de empatía; las reservas y los bandazos de las Administraciones implicadas en la gestión de la Arqueología (Pérez-Juez 2010, 13-14); la resistencia de una parte representativa de la empresa a primar los resultados sobre la ley, y, por supuesto, el papel no siempre modélico de la Universidad.

ARQUEOLOGÍA URBANA Y UNIVERSIDAD

La Universidad se encuentra en la base de muchos de los factores que han contribuido a la descomposición de la arqueología española –y, por extensión, andaluza– durante las tres últimas décadas; por acción, omisión, irresponsabilidad, connivencia, o sencillamente incompetencia (para un análisis de conjunto, en los albores de la crisis, *vid.* Ruiz Zapatero 2009a, que encabeza un foro de debate sobre el tema de gran interés a los efectos que aquí interesan). Son pocos los Departamentos universitarios o los Grupos de Investigación que han adoptado una postura crítica y combativa con relación a lo que pasaba a su alrededor; pocos los que han denunciado alguno de los mil y un abusos de todo tipo que se han venido cometiendo –en más de un caso porque peligraban prebendas–; menos aún los que han salido del pretendido estatus que otorga la cátedra para mancharse los pies de tierra, tomar contacto con el entorno y la realidad cotidiana a riesgo incluso de errar y ser vilipendiados, o se han fajado sin reparos ni escrúpulos academicistas con el yacimiento urbano sobre en el que desarrollan su labor, los profesionales salidos de sus aulas, o la sociedad que los acoge. Eso, por no hablar de la falta de generosidad, criterio, visión estratégica, altura de miras o interés general en el momento de programar los nuevos Planes de Estudios³⁰, casi siempre gobernados por escuelas o grupos de poder –a nivel nacional, autonómico y dentro de cada Universidad–, que defienden sus respectivos territorios y áreas de especialidad con ahínco, violencia y malas artes nada acordes con la institución que representan.

Es cierto que durante el *boom* inmobiliario a la Universidad, entendida en sentido holístico, no le quedó la mayor parte del tiempo otra posibilidad que desarrollar una suerte de *arqueología de salvamento*³¹ gobernada por el peligro de destrucción de los archivos del suelo y no por criterios propiamente científicos, al margen, por tanto, de proyectos de investigación en sentido estricto destinados a resolver problemas históricos, potenciar el patrimonio recuperado y facilitar su incorporación al discurso cultural del centro urbano investigado; nada rentable, por tanto, desde el punto de vista académico. Dicha dinámica le ha permitido tan sólo rescatar retazos de la historia arqueológica de nuestras ciudades, no siempre en el mejor estado para ser interpretados, viéndose limitada las más de las veces a levantar *acta de defunción* de solares o sectores de extraordinaria complejidad y relevancia. Todo ello fue agudizando el enfrentamiento con el colectivo de arqueólogos comerciales o “libres”,

a los que se ha acusado sin recato de llenar "*los museos de depósitos mudos, descontextualizados e históricamente ingravidos*" (Gutiérrez Lloret 2011, 115), mientras ellos han convertido a la Academia en su principal enemigo, olvidando ambos que la responsabilidad última del problema gravita sobre los hombros de la Administración –que por definición debería estar al servicio de sus administrados–, y que es la arqueología de nuestras ciudades la única perjudicada.

De hecho, la falsa –o cuando menos cuestionable– dicotomía entre arqueólogos universitarios sistemáticos más o menos bien formados, y arqueólogos comerciales sin los suficientes formación o compromiso con la investigación (Vigil-Escalera 2011, 18 ss.), sometidos inexcusablemente y por sistema a la tiranía de las prisas y la improvisación, viene siendo denunciada desde hace ya tiempo como una consecuencia "*de haber pasado directamente del positivismo pre-científico al post-positivismo subjetivista*" (Criado 1996, 19). Sin embargo, dicha disyuntiva no puede ser aceptada por definición. La realidad es mucho más compleja, y se equilibra o se desequilibra en un sentido u otro según los casos, el momento y las circunstancias, entre otros aspectos porque las razones últimas de la misma son variadas, estructurales y con un carácter muy transversal (Moya 2010, 12). Las culpas, por tanto, si existen, hay que repartirlas.

Fieles sin concesiones a los principios epistemológicos y éticos de nuestra disciplina, desde la Universidad tendríamos que haber velado en todo momento por la formación en profundidad, integral, íntegra y competitiva de nuestros egresados, la investigación rigurosa, selectiva y de verdad objetiva, y una aproximación sosegada, sin resquicios y quizá también consensuada a la problemática que plantea el conocimiento histórico–arqueológico de la ciudad antigua, implicándonos de lleno en la gestión y la interpretación del yacimiento urbano. Algo para lo que habrían sido necesarios, desde el minuto cero:

- un compromiso firme con el entorno, el gran yacimiento ciudad y los principios definidores de la arqueología como ciencia histórica y social.
- una perfecta definición de los fines perseguidos;
- la creación de equipos solventes y transdisciplinares de trabajo;
- la colaboración directa y bilateral con los llamados arqueólogos comerciales;
- la publicación periódica y obligada de resultados;
- la difusión del conocimiento adquirido;
- la defensa sin fisuras del patrimonio exhumado,
- y no renunciar en ningún momento, bajo concepto alguno, a mantener una actitud crítica y favorecer las "arqueologías desde abajo" (Ruiz Zapatero 2013 y 2014b, 300).

Es decir, en el caso concreto de la urbe histórica habría sido imprescindible un proyecto holístico de ciudad, con fines no estrictamente urbanísticos; capaz de corregir los desequilibrios entre gestión, investigación, conservación y divulgación, y que hubiese primado la visión de futuro, incidiendo en el carácter potencial de la arqueología. Justo lo contrario de lo que ha venido ocurriendo, con muy pocas

excepciones (Ruiz de Arbulo 2010; León Muñoz, Vaquerizo 2012; Berrocal 2016, 122 ss.). Algo de verdad difícil en una institución inmovilista por sistema, vertical y endogámica, en la que, paradójica y dramáticamente, suele primarse, o premiarse más, la sumisión dócil y acrítica que la capacidad y el mérito (González Ruibal 2011, 103; Morin, Barroso 2014, 317 y 321), los amiguismos, las clientelas o la escuela que la solvencia curricular (aun cuando sea necesario prescindir de ésta forzando los datos), el continuismo que la innovación o la iniciativa; de nuevo no sólo en España (Volpe 2015, 37), aunque de forma muy especial en ella.

Actualmente, asistimos a una inflexión inédita en la forma de concebir la arqueología de urgencia, urbana y de gestión de la que debería surgir otra manera de entender las cosas, un nuevo cuerpo legal y normativo que primara por fin la interpretación sobre la remoción de tierra, la calidad sobre la cantidad, el rigor sobre las componendas, la conservación y la tutela sobre la destrucción y las pérdidas, la planificación sobre las imprevisiones, la difusión y la rentabilización sobre la desidia. En este nuevo esquema las excavaciones habrían de ser reducidas al mínimo, en beneficio del volumen ingente de información arqueológica extraída sin los suficientes precisión ni control durante los años de vacas gordas que languidece en los almacenes. Y para atender este presumible nicho de empleo deberíamos formar arqueólogos completos y versátiles³², que sumen a su cualificación metodológica imprescindible en eventuales intervenciones de campo una formación intelectual, teórica, patrimonial y ética a prueba de carencias y de tentaciones, con todos los rudimentos que exige una investigación crítica y de calidad, base ineludible para el avance y la transmisión del conocimiento, para que la sociedad nos entienda y acepte como una ciencia útil al tiempo que necesaria; premisa que se erige a la vez como garantía de supervivencia³³.

En síntesis, quienes pretendan desarrollar su carrera como arqueólogos en el futuro habrán de reciclarse, blindarse contra el desánimo, las injusticias, los cohechos, los predadores y las puñaladas por la espalda, y, sin duda, reinventarse (Álvarez Martínez 2011, 5). ¿Cómo...? A mi modesto entender, mediante la formación en profundidad, exhaustiva y sostenida; el compromiso firme con la realidad patrimonial inmediata; el incremento del trabajo de laboratorio sobre el de campo (Aranda Jiménez 2011, 16), sin fariseísmos ni falsas fachadas que no hacen sino perpetuar el problema; la internacionalización; la imaginación; la polivalencia; la transversalidad; la solvencia; el espíritu emprendedor; la capacidad de innovar; la resistencia a hacer concesiones; el trabajo riguroso y entusiasta con el entorno y la ciudadanía; un sentido estricto de la ética y, huelga decirlo, el activismo sostenido y generoso contra la precariedad, la resignación y la ausencia de corporativismo (Santana 2001, 36; Moya 2010, 18 ss.; Berrocal 2016, 122 ss.).

Para ello hace falta una cualificación académica completa, que muy pocas Universidades españolas están en condiciones reales de prestar, a pesar de los nuevos Grados y Postgrados en Arqueología (Hernando, Tejerizo 2011 y 2013; Querol 2014; Vaquerizo 2017c)³⁴. Y, sin embargo, no hay más vías, en una sociedad gobernada por la ausencia de valores que se niega a dar paso a los más jóvenes y prima la mediocridad y los contactos sobre la capacidad y el mérito, que se mueve entre la falta de trabajo y



FIG. 8 Cartel de una campaña desarrollada hace unos años por el Ministero per i Beni Culturali de Italia con el fin de potenciar la relación de la ciudadanía con el patrimonio, partiendo de unos presupuestos y un mensaje erróneo.

la fragilidad laboral (Moya 2010), que no sabe qué hacer consigo misma. Basta mirar alrededor con un mínimo de inconformismo para percibirlo, porque los problemas indicados cobran especial dramatismo en las ciudades históricas.

Hemos de aprender a rentabilizar el pasado también como recurso: histórico, patrimonial y económico, sin miedo a ser tildados de mercantilistas; y, huelga decirlo, reivindicarlo como nuestro, sin dejar que las instituciones o los políticos de turno lo manejen a su antojo, como si fuera propiedad suya [FIG. 8]. Quizá así logremos transmutar en futuro lo que hoy es sólo desesperanza. En tiempos de crisis la cultura es lo primero que se sacrifica, y los arqueólogos sólo generamos conocimiento. De ahí la necesidad de hacerlo útil.

Ante este panorama, sorprende la ausencia prácticamente absoluta de debate por lo que se refiere a la Academia, que con honrosas salvedades, y a pesar de que debería ser bandera de pensamiento crítico, suele ser muy lenta, reticente y cautelosa en sus reacciones, quedando con frecuencia desfasada (Ayán, González, Rodríguez 2012, 89), como si en realidad no percibiera que nos jugamos el futuro de la disciplina, su supervivencia como ciencia y como profesión, nuestra razón de ser como colectivo. "*Nuestra opinión, nuestra voz, no existe*" (Castro Carrera 2011, 52); he aquí un grito desgarrado que refleja bien la angustia de quienes se saben amenazados frente a los envites de una nueva dinámica cuyo alcance último desconocemos.

EL EJEMPLO DE CÓRDOBA. ARQUEOLOGÍA SOMOS TODOS

Ante el caos que afectaba a la arqueología cordobesa desde el comienzo de la vorágine inmobiliaria, en 2001 la Universidad de Córdoba, de la mano del Grupo de Investigación que dirijo (*Sísifo*; PAIDI HUM-236), decidió dar un nuevo paso adelante y firmó un Convenio de colaboración con la Gerencia Municipal de Urbanismo del Ayuntamiento local (León Muñoz, Vaquerizo 2012; Ruiz Osuna, Ortiz 2012, 601 ss.), que estableció como prioritarios los siguientes objetivos:

- Consideración de la ciudad como yacimiento único, en el tiempo y en el espacio.
- Aplicación de la diacronía a la lectura arqueológica del proceso urbanístico y la imagen urbana de la ciudad a lo largo de toda su historia, incorporando a los archivos del suelo los edificios emergentes.
- Colaboración efectiva -y normativa- entre las diferentes instituciones implicadas en la gestión de la arqueología urbana y preventiva de la ciudad (Universidad de Córdoba, Ayuntamiento y Junta de Andalucía).
- Creación de un equipo pluridisciplinar de trabajo, con un objetivo común: la gestión e investigación del patrimonio arqueológico cordobés (ciudad y territorio).
- Formación sostenida de estudiantes e integrantes del equipo de trabajo, clave indiscutible para la retroalimentación del proceso.

- Homogeneidad y rigor en la metodología aplicada y en los sistemas de registro documentales. Creamos para ello un Sistema de Información Geográfica denominado *al-Mulk*, que desde entonces no ha parado de crecer, convertido en la herramienta informática de mayor alcance y utilidad en el inventario y tratamiento del maltrecho patrimonio arqueológico cordobés [FIG. 9].
- Integración de toda la información arqueológica generada en ámbito urbano en el marco de un proyecto de investigación sistemática. Asumimos en este sentido las intervenciones arqueológicas de iniciativa municipal, y emprendimos una nueva política de colaboración con arqueólogos en el libre ejercicio de la profesión destinada a poner las novedades al servicio de la interpretación global del yacimiento.
- Compromiso responsable con el trabajo investigador y con la publicación científica de los resultados.
- Atención al entorno y a la vertiente social de la arqueología, en aras siempre de concitar apoyos, educar y crear conciencia patrimonial entre la ciudadanía...



FIG. 9 Carátula del Sistema de Información Geográfica Al Mulk, creado por la Gerencia Municipal de Urbanismo del Ayuntamiento de Córdoba, en el marco de su convenio de colaboración arqueológica con el Grupo de Investigación que dirijo.

A partir de 2011, cuando tras diez años de investigación arqueológica frenética y muy fecunda³⁵, las cosas empezaron a serenarse un tanto –me refiero a los movimientos masivos de tierra, no a los ánimos, por desgracia más exacerbados que nunca ante la evidencia de que estaba punto de morir la gallina de los huevos de oro (CNT Córdoba 2010 y 2011; Vaquerizo 2013 y 2015, a–b)–, la divulgación científica pasó a ocupar un lugar de honor en nuestro proyecto urbano, con un protagonismo calculado y perfectamente intelectualizado, de la mano de la investigación y en línea con las últimas recomendaciones al respecto de las Cartas internacionales sobre patrimonio, caso por ejemplo de



la *Convención de Faro sobre el valor del patrimonio cultural para la sociedad* (2005) (Volpe 2016c, 29 ss.), o el *Programa europeo sobre el Hombre y la Biosfera (AaB)*³⁶ (Pérez–Juez 2016, 321). Todo ello tomó forma material en el proyecto de cultura científica *Arqueología somos todos* (<http://www.arqueocordoba.com/>) [FIG. 10], una apuesta de transferencia activa del conocimiento que poco a poco ha ido calando en Córdoba y genera un día sí y otro también émulos en la empresa, las Administraciones y otras Universidades, en lo que podríamos entender como termómetro fiel de nuestro nivel de acierto.

FIG. 10 Comadreja Claudia, mascota de nuestro proyecto de divulgación científica *Arqueología somos todos*, pensada para transmitir contenidos a los más jóvenes.

Hablo de un proyecto inédito de transferencia y gestión del conocimiento basado en el derecho básico e inalienable de la sociedad a la información, que poco a poco se ha ido consolidando (Vaquerizo

2013, 2014; 2015, a–b; 2016, a–e; 2017, a–b, y 2018; Vaquerizo, Ruiz 2013, 2014 y 2017; o Ruiz Osuna, Vaquerizo 2014), y hoy llama la atención dentro y fuera de nuestras fronteras (Cardona 2015, 94). *Arqueología somos todos* (en adelante *AST*), que llamamos así convencidos de que el patrimonio es

proceso en permanente conformación –nunca algo acabado e inalterable (Vizcaíno 2016, 64)– y responsabilidad colectiva, nació, pues, de la mano del Grupo de Investigación *Sísifo* como una iniciativa universitaria de difusión arqueológica en la que, a día de hoy, han participado ya muchos miles de cordobeses, de todas las edades, franjas sociales y los más diversos niveles educativos; un proyecto vivo, abierto y en permanente construcción que pretende integrar, nunca excluir, aunar sinergias y concitar apoyos.

Consecuente, como decía, con los preceptos emanados de las más recientes Cartas y Recomendaciones internacionales al respecto, caso por ejemplo de la ya citada Convención de Faro, AST tiene como fin último transferir a la ciudadanía el conocimiento generado por la investigación –propia y ajena–, convencidos sus miembros de la potencialidad casi infinita del volumen ingente de información acumulada durante las últimas décadas, de que sólo si aquélla percibe y entiende lo que la Arqueología representa en toda su dimensión aprenderá a respetarla, cuidarla, defenderla y también apoyarla, hasta asumirla como algo necesario de lo que no puede, ni debe, ni quiere prescindir, por considerarla parte suya, símbolo de identidad, motivo de orgullo, y recurso de futuro. Cerramos así, por otra parte, el círculo conceptual y definitorio de nuestra ciencia, favoreciendo de paso su retroalimentación. Desde esta óptica, y aun cuando sólo tangencialmente, nuestro trabajo roza parámetros conceptuales de la arqueología pública, social o comunitaria como los que rigen proyectos de filosofía semejante, pero quizá no tan moderados en muchos de sus planteamientos, como el de A Lanzada (Sanxenxo, Pontevedra) (Ayán, González, Rodríguez 2012, 63).

AST nace en 2011 para conmemorar el décimo aniversario –al final, convertido de forma imprevista en obituario– del Convenio GMU-UCO (Martín-Bueno 2016, 16), pero con vocación de permanencia, por cuanto entendemos que sólo mediante la educación se pueden comprender las múltiples vías de desarrollo de nuestra disciplina [FIG. 11]; algo que para el caso concreto de Córdoba, donde el índice de analfabetismo funcional alcanza casi al 50% de la población, había sido ya señalado como una de las claves fundamentales en cuanto a la actitud más o menos negativa de la ciudadanía, o por lo menos de una parte muy significativa de ella, con relación a su patrimonio (Palmieri 2008, 289 ss., Tabla 2). Lo hace, en principio, desde la Universidad y con marchamo público, pero sin renunciar a la posibilidad de acabar tomando un sesgo privado, o simplemente desaparecer, si no conseguimos respaldo que nos oficialice por parte de las Administraciones o, por lo menos, algún tipo de mecenazgo. Circunstancias más que probables (en particular, la segunda), dados los vientos que soplan.

Apoyamos nuestras propuestas en las más modernas metodologías [FIG. 12], que pretenden aportar una nueva forma de acercamiento al hecho arqueológico desde la objetividad, la riqueza de matices y el rigor, básicos para evitar cualquier tipo de banalización, reñida sin duda con el objetivo último de divulgación histórica que perseguimos. Se trata de un modelo adaptado a la capital cordobesa pero extrapolable a cualquier otra ciudad histórica o unidad territorial (hispana o no); que, coherente con los principios fundamentales que han regido hasta ahora nuestra trayectoria, busca el equilibrio entre la labor básica de investigación, la gestión integral, la salvaguardia del yacimiento y la transferencia a la sociedad del conocimiento histórico generado (a todos los niveles y en los más diversos



FIG. 11 Collage fotográfico que recoge algunas de las actividades de divulgación, didácticas y formativas que desarrollamos en el marco de *Arqueología somos todos* desde 2011.



FIG. 12 Centro de interpretación arqueológica *La Axerquia en el tiempo*, creado en el marco de *Arqueología somos todos* en colaboración con el Ayuntamiento de la ciudad con base en las más modernas tecnologías, caso del *videomapping*.

formatos), de cara a su transmutación última en motor de empleo y factor sostenible de reactivación social, cultural y económica.

Tenemos como finalidad añadida concienciar a la ciudadanía –y, con ella, a responsables políticos y Administraciones públicas–, de que la arqueología constituye el manantial más importante y regular de novedades sobre el pasado de Córdoba, y el estudio y la gestión de lo excavado fuente de empleo de potencialidad indiscutible, intentando de paso acabar con la visión peyorativa tradicional de dicha ciencia; todo un reto, si tenemos en cuenta la escasa receptividad al respecto de unos y otros. La Recomendación 5 del Comité de Ministros del Consejo de Europa de 13 de abril de 1989 lo establece con absoluta claridad: “... *la salvaguarda y puesta en valor del patrimonio arqueológico es un factor importante de desarrollo cultural, turístico y económico*” (cfr. Pérez-Juez 2006, 281). Otra cosa es que el turismo pase a ser de masas, como está ocurriendo en Córdoba, donde se ha convertido en una nueva *burbuja* que roza peligrosamente su capacidad de carga y corre el peligro de desnaturalizar su esencia y su casco histórico por una gestión del todo ineficaz. De ahí la importancia de diversificar la oferta, de enriquecer el tejido patrimonial de la ciudad para evitar el monopolio de la Mezquita, descentralizar el foco de atención y redirigir la afluencia hacia otros muchos frentes, que existen y necesitan con urgencia ser valorados.

Con la crisis ha llegado la ocasión de reinventarse, de emprender nuevas apuestas, de corregir nuestra forma de acercarnos a la disciplina y de revertir sus resultados a la sociedad que nos sostiene; en un ejercicio consciente de lo que se ha dado en llamar socialización del patrimonio que, en pocas palabras, pretende:

- ser el germen de una cultura compartida (Cardona 2015, 90);
- educar a la ciudadanía con el fin de generar conciencia colectiva y que sea ella misma la que, implicándose, reclame con criterio el consumo y la intervención programada, sistemática y estratégica sobre aquél;
- repartir de modo consciente las responsabilidades en el momento de gestionarlo, disfrutarlo y también rentabilizarlo (que no investigar, tarea específica de los técnicos), siempre desde un punto de vista global, y tanto por lo que se refiere al patrimonio subyacente como al emergente (Azkárate 2013).

Este fue el espíritu que guió desde su puesta en marcha AST, en cuyas propuestas vienen participando generosamente no sólo arqueólogos, sino también arquitectos, médicos, ingenieros, físicos, gestores patrimoniales, asociaciones, empresas, etc. [FIG. 13], en un ejemplo claro de acercamiento multidisciplinar, intersocial e inclusivo (Marín Cepeda 2015) que demuestra por sí mismo la transversalidad de la arqueología, su capilarización como ciencia histórica, pero también social, capaz de devolvernos el orgullo de pertenecer a una tierra y a un grupo: los nuestros. Del mismo modo, hemos contado en algún momento de nuestro *cursus* con el apoyo institucional o económico eventual de

diversos colectivos, empresas y organismos, entre los cuales no quiero dejar de citar aquí, por el papel relevante que han desempeñado en la buena marcha y consolidación del proyecto el Ministerio de Economía y Competitividad, la Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología, el Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, la Fundación Obra Social "la Caixa", el Ayuntamiento de Córdoba, Casa Árabe, la Fundación Descubre, el Parque de las Ciencias de Granada, la Real Academia de Córdoba, el Real Círculo de la Amistad, etc. Finalmente, sumamos ya una decena larga de premios y reconocimientos, incluso a nivel europeo [FIG. 14], que se erigen en la expresión pública más evidente del refrendo social que poco a poco vamos consiguiendo.

Obviamente, para que el problema de fondo de la arqueología en Córdoba empezara a ver la luz en sus amplísimas, y no siempre edificantes, dimensiones haría falta mucho más que un humilde proyecto universitario, por más apoyo que tenga, o haya tenido, de instituciones nacionales e internacionales. Como avanzaba más arriba, la arqueología es una disciplina social, y como tal necesita (además de posturas unitarias por parte del colectivo de profesionales) del concurso de todos, incluidos la ciudadanía, el tejido empresarial y los medios de comunicación, que por fortuna nos otorgan cada vez mejor trato, corrigen progresivamente determinados sesgos erróneos del pasado y se erigen día a día en escaparate privilegiado de la labor que realizamos, de la misión que nos hemos impuesto. De ahí que nos nutramos de los más variados frentes, en un ejemplo militante de unión de esfuerzos que pretende servir de laboratorio de pruebas, probeta de ensayo capaz de demostrar su viabilidad incontestable a quien corresponda, llamada de atención sobre la necesidad de un pacto de ciudad para generar un modelo de futuro y evitar que repitamos errores añejos.

Por más que a sus responsables políticos se les llene la boca al decirlo, Córdoba está muy lejos de ser modelo en lo que se refiere a la gestión, defensa, conservación y puesta en valor de su patrimonio, particularmente arqueológico. De hecho, como ya avanzaba más arriba, después de inversiones millonarias y un derroche de medios difícilmente justificable, para oprobio colectivo sigue ofreciendo el mismo discurso patrimonial de los años setenta. Como bien recoge el Plan Nacional de Educación y Patrimonio, aprobado por el Ministerio de Educación, Cultura y Deporte en 2013, necesita de formación para su ciudadanía, pero también, más allá del Instituto Municipal de Turismo³⁷, un organismo participado y sostenido por todas las Administraciones que estudie, planifique y gestione de manera autónoma el enorme legado histórico cordobés, y personas capacitadas para dirigirlo. A día de hoy el turismo de



FIG. 13 Cartel de una de las actividades de difusión realizadas en el marco de *Arqueología somos todos* a instancias de una empresa externa y con técnicos de otras ramas, en este caso en torno al aceite de oliva.

FIG. 14 Mención Especial concedida en el marco de los Premios Europa Nostra 2104 al proyecto *Arqueología somos todos*.

masas genera en la ciudad un auténtico río de dinero –en buena medida “sumergido”–, que poco repercute en su imagen cultural o la recuperación y potenciación de su maltrecho patrimonio³⁸. Y cuando hablo de cultura no lo hago sólo de fiesta y espectáculos.

Desde el convencimiento absoluto de que la educación se halla en la base del progreso social y económico de todos los pueblos, la Arqueología está en condiciones de desarrollar estrategias pedagógicas capaces de formar a la ciudadanía e inculcarle valores esenciales como la construcción de la identidad local, el respeto a todas las formas de Patrimonio y a la diversidad cultural, la igualdad de género, el interés por la investigación y sus resultados, el emprendimiento, la innovación, el plurilingüismo, la multiculturalidad, la atención a la discapacidad y a la diversidad (de cualquier tipo), la inclusividad, etc. Aparte de fomentar la vocación por la Arqueología en los adultos del mañana, estamos obligados a contribuir a la formación de personas plenas, solventes y comprometidas con su tiempo, su patrimonio histórico–arqueológico, la sociedad en general, y la ciencia en particular. De ello depende la percepción futura de la disciplina y la resolución de muchos de los problemas y limitaciones que hoy nos aquejan.

La Arqueología como ciencia histórica tiene una responsabilidad colectiva a la que hacer frente. En esta tarea, y en el debate necesario sobre las formas de abordar la presentación del patrimonio arqueológico al gran público, han de ejercer un papel activo todos los agentes implicados: arqueólogos, políticos, técnicos, educadores, asociaciones y, sobre todo, ciudadanos. Es hora, pues, de exponer, discutir y validar claves que le permitan convertirse en motor de conocimiento, crecimiento económico y yacimiento de empleo; un marco capaz de generar multitud de iniciativas con carácter activo y rentable, que no renuncien a su faceta humanística. Tenemos la obligación de contribuir a la investigación, interpretación, protección, conservación y tutela del patrimonio arqueológico, que constituyen los ejes básicos sobre los que gravita nuestro trabajo, pero, también, de sentar las bases de un modelo científico de difusión arqueológica extrapolable a cualquier ámbito geográfico, que apoye en transversalidad, innovación y sostenibilidad, conecte lo público y lo privado, cree nuevos lazos internacionales y fortalezca los ya existentes, y, por supuesto, imbrique sin matices Administraciones, Universidad y Sociedad. Nos va el futuro en ello (Palmieri 2008, 91).

De acuerdo con tales premisas, desde AST buscamos potenciar la creación de conocimiento, incrementar la colaboración con instituciones y entidades gestoras del patrimonio histórico, arqueológico y cultural; favorecer la recuperación y el uso del patrimonio arqueológico como recurso emergente en el campo de la industria y el turismo culturales; reintegrar a la sociedad lo que ella nos da, y, al mismo tiempo, si es posible, vivir de ello. Nuestra intención última: erradicar la falsa y perversa dicotomía entre “arqueología de gestión” y “arqueología de investigación” (Vaquerizo 1994; Criado 1996, 18; Rodríguez Temiño 2001, 38; Salvatierra 2004; León Muñoz, Vaquerizo 2012, 326), aunando conceptos como ordenación urbanística, estudio, formación y tutela, por más que haya zonas en las que el segundo represente en los últimos 30 años sólo un 20% de la actividad desarrollada, frente al 80% de la primera.

Conscientes de todas las limitaciones indicadas, nuestro trabajo se inscribe en un nuevo modelo de gestión de la Arqueología Urbana en Córdoba que persigue el tratamiento equilibrado entre las

diversas variables, conforme a las exigencias que impone el desarrollo urbanístico de una "ciudad viva", y con base en la creación de un equipo de trabajo multidisciplinar, cuyos miembros, aun cuando abordan su tarea desde perspectivas diferentes, comparten el mismo objetivo y un grado similar de compromiso con la sociedad, el entorno, el patrimonio arqueológico y la cultura emprendedora. Un equipo en estado de permanente renovación, para el que la formación continua y la discusión científica constituyen eje principal de actuación, con una metodología y un sistema de registro comunes, así como canales propios de difusión de resultados.

En cierta manera, y aunque tal afirmación no supere la categoría de utópico *desideratum*, lo lógico y racionalmente estratégico por parte de las instituciones responsables habría sido convertir a nuestro proyecto en el primer paso para la creación de un organismo autónomo a la manera del Consorcio de la Ciudad Monumental, Histórico-Artística y Arqueológica de Mérida, sostenido por capital público y privado con la ayuda de fondos regionales, nacionales y europeos, que, con base en la Carta Arqueológica de Riesgo y la colaboración de todas las Administraciones, coordinara esfuerzos³⁹, asegurara la rentabilización de recursos, evitara las duplicidades, corrigiera desequilibrios, garantizara la formación permanente y la inserción laboral de los profesionales, y permitiera una intervención oficial programada con criterio, solvencia y altruista objetividad al margen de colores y ciclos políticos. Evitaría así problemas para el desarrollo urbanístico y para los ciudadanos, facilitando de paso las cosas a los promotores públicos y privados; ayudaría a transformar la investigación fundamental en aplicada, el conocimiento en riqueza, la formación en criterio; acercaría la labor universitaria al conjunto de la sociedad, y reforzaría el papel de la Arqueología como ciencia histórica, agente de desarrollo, yacimiento de empleo y elemento dinamizador, al tiempo que potenciaría la cultura emprendedora y el mecenazgo.

A día de hoy, desde AST nos hemos convertido en una fuente de información primordial, un generador de propuestas de actuación de las que, posteriormente, se benefician administraciones, empresas privadas y particulares. Así lo han hecho ya de algunos de nuestros programas e iniciativas pasadas, como demuestran la proliferación en la ciudad de rutas arqueológicas por parte de jóvenes emprendedores, los ciclos de conferencias sobre temas histórico-arqueológicos a cargo de muy diversas instituciones, los recorridos en bicicleta por el casco histórico como valor de accesibilidad, la presencia de talleres didácticos y divulgativos en multitud de centros educativos y en varios arqueódromos⁴⁰ diseminados por Córdoba y provincia [FIG. 15], la asunción como propias de nuestras nuevas sugerencias didácticas y tecnológicas, o la incorporación del "somos todos" para las más variadas propuestas patrimoniales, reivindicativas o de mecenazgo⁴¹.

No cabe, pues, dudar de la trascendencia de lo que hacemos, por más que los organismos evaluadores de la actividad universitaria tiendan a depreciar la actividad divulgadora por considerarla de segunda categoría, y las instituciones en general a prescindir de ella. Eso, por no hablar de otros estamentos, que primero nos ignoran, luego nos critican y finalmente nos copian, lo que termina por fijar nuestro más importante índice de impacto en la gran cantidad de émulos que nos nacen por doquier.



FIG. 15 "Arqueódromo", en realidad Aula Permanente de Formación en Arqueología, construido por *Arqueología somos todos* en uno de los patios de la Facultad de Filosofía y Letras de Córdoba, que sirve no sólo para prácticas de nuestro alumnado, sino también como espacio didáctico. A y B) Taller infantil.

Hemos vivido un sueño; de pronto, todo lo que parecía superfluo se ha convertido en imprescindible; recibimos cada mañana un baño inmisericorde de realidad que nos ha colocado frente al peor de los espejos; tratamos, no sin esfuerzo, de aceptar con humildad nuestro papel real en el mundo (Santana 2001, 37). Es llegado, pues, el momento de reflexionar sin cortinas de humo, de asumir con gallardía los errores y construir el futuro con lo mejor que tenemos; y entre esos recursos la arqueología representa sin duda un activo de primera importancia, particularmente en el caso de las ciudades históricas; ciudades vivas que, como el patrimonio, se construyen y se reconstruyen permanentemente. No asumir su enorme potencialidad actuando en consecuencia (por parte de todos) sería un pecado de temeridad que, como estamos sufriendo ya, acaba siempre pasando factura.

REFLEXIÓN DE FUTURO

Cuando uno se para a analizar objetivamente y en profundidad lo vivido en el marco de la arqueología urbana española, y más en particular andaluza, durante los años del denominado *boom* inmobiliario (más o menos entre 1990 y 2008), el balance deja poco lugar a las palabras amables o los paños calientes. Y lo peor es que, genéricamente hablando, no parece que hayamos aprendido nada (Rodríguez Temiño 2009a, 18). Ahí está el drama. Como afirma con absoluta rotundidad y una gran dosis de razón F. Criado (2013, 103 ss.), en línea con algunos de los argumentos que yo mismo expongo más arriba, la arqueología comercial "*ha sido un proyecto fallido: no era esto... -porque- ... ¿qué han aportado décadas de trabajo y decenas de millones de gasto...? ... Los trabajos preventivos que han dado lugar a tesis, trabajos de investigación, producción del conocimiento, incremento de la autoconciencia, orgullo de la comunidad local, recurso cultural o bien público, son escasos para la cantidad de esfuerzo invertido*".

A este panorama se suma el de una Universidad que en su mayor parte ha permanecido silente y conscientemente al margen, limitada, en el mejor de los casos, a poner en marcha títulos específicos

en arqueología (de Grado y de Postgrado) justo cuando el mercado se hundía, sin ni siquiera tener en cuenta –y mucho menos atisbar soluciones– que la profesión sigue sin ser reconocida como tal por el Ministerio de Trabajo. Así las cosas, no caben más alternativas que abordar un ejercicio de profunda autocritica; aunar fuerzas, incrementando de paso el exíguo espíritu corporativista del colectivo; sentarse con las Administraciones responsables a reivindicar nuevas formas de hacer arqueología gobernadas por un perfeccionado marco legal; potenciar la relación con una sociedad que, además de financiarnos, sea co-responsable del legado patrimonial objeto de nuestro trabajo; y, en último término, dar paso a una arqueología de carácter integral que asuma como obligación innegociable todos los pasos del ciclo, en consecuencia con su condición de ciencia histórica, pero también social, útil.

Para conseguirlo, habremos de trabajar en pro de ideas comunes, que deberían cimentar en una batería de premisas previamente consensuadas, entre las cuales, a mi juicio, las siguientes:

- Creación de consorcios o empresas públicas que, bajo la égida de la Universidad, o en coordinación con ella, aborden la gestión de la arqueología en las ciudades históricas como proyectos de investigación sistemática y programada aplicados a yacimientos únicos, en el tiempo y en el espacio, sin excluir en ningún caso el mercado libre, ni tampoco el patrimonio edificado.
- Vocación no sólo administrativa sino también, e ineludiblemente, investigadora y estable, que englobe también los aspectos urbanísticos, arquitectónicos y sociales.
- Visión integral del trabajo arqueológico, que, desde una perspectiva multidisciplinar, unifique metodologías, consensúe objetivos, incremente el rigor y se comprometa con el entorno.
- Nuevos códigos éticos, que obliguen y protejan en la misma medida a todos los profesionales del sector.
- Prioridad del análisis sobre lo instrumental, de la crítica sobre la descripción, del estudio sobre la excavación, siempre destructiva, que, fiel a su vocación preventiva y de urgencia, debería limitarse en el futuro a los casos realmente imprescindibles, acompañada siempre, ineludiblemente, de planes previos de preservación, integración, tutela y valorización.
- Coordinación administrativa, científica y económica entre las instituciones responsables, incluida siempre la Universidad
- Rentabilización de recursos, que evite la atomización y la dispersión de esfuerzos, y no descarte la creación de una arqueología de oficio, por más que su uso se reserve a casuísticas muy concretas y/o excepcionales.
- Permanente labor de difusión, reintegrando el pasado en el día a día de las ciudades históricas; ofreciendo nuevas lecturas y significados capaces de incrementar sus valores simbólicos y sus usos.
- Educación de la ciudadanía, buscando su sensibilización, su participación en determinados procesos, y por supuesto su apoyo, como destinataria última del conocimiento y usufructuaria del tejido patrimonial generado.

FIG. 16 En toda ciudad histórica resulta necesario concitar el apoyo de los más diversos agentes implicados en la arqueología y el patrimonio para generar un modelo estratégico de futuro al margen de colores políticos y ciclos electorales.

- Potenciación de los múltiples perfiles de la disciplina como yacimiento de empleo, susceptible en todos los casos de generar retorno económico.
- Asunción del principio definidor del legado patrimonial como co-responsabilidad colectiva, capaz de reforzar simbólicamente las señas de identidad del grupo.
- Búsqueda de la sostenibilidad económica, propiciando de ser necesario la co-financiación social y el mecenazgo.
- Minimizar el impacto que en determinados casos provoca a los particulares la pérdida de suelo o de superficie edificable mediante la tipificación de incentivos fiscales o contrapartidas urbanísticas.
- Favorecer un pacto de ciudad [FIG. 16] entre todas aquellas fuerzas políticas y sociales que tengan algo que ver con la arqueología, la cultura y cualquiera de las facetas derivadas de ella, como por ejemplo la educación o el turismo, al margen de colores políticos, intereses inmobiliarios o ciclos electorales. Sólo así será posible la elaboración de planes directores o modelos de trabajo que cuenten con respaldo suficiente como para durar en el tiempo y corregir sesgos.



Obviamente, como decía al principio de este trabajo, no pretendo arrogarme bajo ningún punto de vista el don de la verdad. Lo expuesto aquí es sólo una parte de mi visión de las cosas, un estado de la cuestión derivado de mi propia experiencia al respecto; duro y algo descarnado quizás, pero real en todos sus extremos. Lo he planteado dirigiendo el foco a Andalucía como región y a Córdoba como paradigma de ciudad histórica; en ambas, el desarrollo de la arqueología durante las cuatro últimas décadas está tristemente plagado de enormes lagunas y claroscuros. Se han hecho muchas cosas bien, es cierto, pero también hemos cometido errores de libro que han acarreado pérdidas patrimoniales ingentes e imperdonables, bajo cualquier óptica.

Si mi análisis, realizado como no podía ser de otra manera, desde la humildad y la más profunda autocrítica, contribuye en alguna medida a propiciar estudios similares en otros puntos de España o del mundo, el esfuerzo habrá merecido la pena; porque, con independencia de su alcance (muy especialmente, si es grave) sólo es posible curar una enfermedad si antes establecemos con precisión el diagnóstico.

NOTAS

- ¹ Este trabajo se inscribe en el marco del Proyecto de I+D+i PATTERN: (P)atrimonio (A)rqueológico, Nuevas (T)ecnologías, (T)urismo, (E)ducación y (R)entabilización social: un (n)exo necesario para la ciudad histórica, concedido para el período 2016-2019 por la Secretaría de Estado de Investigación, Desarrollo e Innovación del Ministerio de Economía y Competitividad, dentro del Programa Estatal de Investigación, Desarrollo e Innovación Orientada a los Retos de la Sociedad, enmarcado a su vez en el Plan Estatal de Investigación Científica y Técnica y de Innovación 2013-2016, convocatoria de 2015 (Ref. HAR2015-68059-C2-1-R). Muchas gracias a J.P. Bernardes por tenerme en cuenta a la hora de abordar el espinoso tema de la arqueología en medio urbano, e invitarme a abrir esta monografía. También, a Jorge Hernández Alcaraz por su apoyo técnico. Para un tratamiento más en profundidad del tema, *vid.* mi obra VAQUERIZO, D. (2018). *Cuando (no siempre) hablan las piedras. Hacia una arqueología integral como recurso de futuro. Reflexiones desde Andalucía*, JAS Arqueología, Madrid, aún en prensa en el momento de entregar estas líneas.
- ² No entro en cuestiones de nomenclatura, que me llevarían a matices excesivamente engorrosos sobre la arqueología de gestión, comercial y preventiva. Elijo en cambio el calificativo de "urbana" por entender como tal, de manera quizás un poco simplista, pero asumida, la arqueología que se desarrolla en las ciudades históricas, habitualmente de manera preventiva, a cargo de arqueólogos "comerciales", y en el marco de la "gran", y controvertida, arqueología de gestión (*vid.* al respecto, como obra de conjunto más reciente para el conjunto de España, Rodríguez Temiño 2004).
- ³ El artículo 68.1 del mismo otorga a la Comunidad Autónoma de Andalucía competencias exclusivas en materia de cultura, y el 68.3.1a la hace responsable de la "protección del patrimonio histórico, artístico, monumental, arqueológico y científico, sin perjuicio de lo que dispone el artículo 149.1.28.º de la Constitución" en relación con la defensa del patrimonio cultural artístico y monumental español.
- ⁴ Para una reciente revisión de la legislación andaluza sobre patrimonio cultural, la conexión entre patrimonio histórico y planteamiento urbanístico, nuevas herramientas para la tutela del patrimonio en relación con el territorio, el patrimonio etnológico, el mueble o el histórico *sensu stricto*, *vid.* Aavv 2010. También, concretamente sobre el patrimonio arqueológico y sus estrategias de gestión y planificación en Andalucía, Fernández Cacho 2008.
- ⁵ *Vid.* por ejemplo, como casos significativos por lo que tienen además de diferente, González Beviá *et alii* 2002, para el Plan Especial de Protección, Reforma Interior y Catálogo del Conjunto Histórico Artístico de la ciudad de Écija; Jiménez-Camino 2006, para la ciudad costera de Algeciras, o Santana Falcón 2004, para una selección muy representativa de ciudades andaluzas.
- ⁶ En dicho Consejo no están representados ni los Ayuntamientos ni las Diputaciones, que también desarrollan una importante labor al respecto.
- ⁷ Este autor, Arqueólogo Territorial del Servicio Territorial de Cultura de León (Junta de Castilla y León), reflexiona en realidad sobre la arqueología urbana y de urgencia en abstracto para toda España, pero su texto, de enorme sensatez y que suscribo en su totalidad sin apenas matices, es perfectamente extrapolable a Andalucía; de ahí que lo incluya entre las referencias ineludibles.
- ⁸ *Vid.* por ejemplo Parga-Dans 2012, 89 ss. para una revisión del complejo marco legal y los contextos de gestión europeos en los que se insertan ésta y otras iniciativas, así como de sus consecuencias en lo que habría de ocurrir a continuación.
- ⁹ *Vid.* Fernández Cacho 2008 para una reflexión en profundidad sobre las estrategias de planificación territorial seguidas en Andalucía desde la transferencia de competencias en materia de patrimonio.
- ¹⁰ Nadie mejor que profesionales de esas mismas empresas para, con todos los matices que se quiera, dado el riesgo que implican siempre las generalizaciones, sintetizar lo ocurrido: Benet, Rigo 2015, 134.
- ¹¹ Diversas valoraciones regionales en Álvarez Martínez 2011; Almansa 2011a; González Álvarez 2013a; Morín, Barroso 2014, 318 ss., o Benet, Rigo 2015, 135.
- ¹² Sobre la escasa presencia de la educación patrimonial en los currícula formativos de Primaria y Secundaria, *vid.* por ejemplo Álvarez-Sánchez 2009, 243 ss., o Caballero, Fernández, Quattrocchi 2016, 551 ss.
- ¹³ MONTAÑÉS, J.A. (2009), "La crisis llega al subsuelo catalán", *El País*, 6-X-2008; *cfr.* Moya 2010, 11.
- ¹⁴ Es decir, años después de iniciada la crisis (<http://www.europapress.es/andalucia/cultura-00621/noticia-junta-andalucia-autoriza-3240-actuaciones-arqueologicas-ultimos-anos-20160217155645.html>; fecha de consulta: 20 de febrero de 2016).
- ¹⁵ "Todas las medidas de protección y fomento que la Ley establece sólo cobran sentido si, al final, conducen a que un número cada vez mayor de ciudadanos pueda contemplar y disfrutar las obras que son herencia de la capacidad colectiva de un pueblo. Porque en un Estado democrático estos bienes deben estar adecuadamente puestos al servicio de la colectividad en el convencimiento de que con su disfrute se facilita el acceso a la cultura y que ésta, en definitiva, es camino seguro hacia la libertad de los pueblos".
- ¹⁶ *Vid.*, además, las interesantes y atinadas reflexiones de esta misma autora en relación con los nuevos derroteros de la arqueología profesional, en 123 ss.
- ¹⁷ Para un cálculo estimativo del total de personas trabajando en los distintos ámbitos del patrimonio en España hace algunos años, así como su incidencia en el PIB, *vid.* Rausell 2014, 18 ss.
- ¹⁸ Parga-Dans 2009, 13; 2011 y 2012, 95 ss.; Parga-Dans, Varela-Pousa 2011; Parga-Dans, Fernández 2012, 142 ss.; Parga-Dans, Castro, Fernández 2012, 146 ss., Tabla 1.
- ¹⁹ Dicho trabajo sigue siendo a día de hoy el único estudio de conjunto sobre las empresas de arqueología en España; el único, y probablemente el último, dada la desaparición súbita de la mayor parte de ellas, cuyos registros documentales podrían haberse perdido al tiempo que cesaban su actividad. Resulta por otra parte imposible valorar su evolución salvo en el caso de las escasas supervivientes, que han sido generalmente las más grandes y/o con mayor capacidad de movilidad, innovación y diversificación profesional y de servicios (conservación, restauración, evaluación medioambiental, educación, difusión, turismo cultural, etc.). Quizás esto explica la no materialización del *Observatorio de Arqueología* que prometían crear los autores del estudio (Parga-Dans, Varela-Pousa 2011, 24).

- ²⁰ Sobre la problemática de las mismas, analizada desde su propia perspectiva, *vid.* también, por ejemplo, Parga-Dans 2009, 2011 y 2012; Parga-Dans, Varela-Pousa 2011; Parga-Dans, Fernández 2012, 142 ss., Gráficos 1-4; Parga-Dans, Castro, Fernández 2012, 146 ss., o Benet, Rigo 2015, 133 ss.
- ²¹ Por más que, circunstancialmente, pudieran adoptar la forma de intervención, documentación, puesta en valor y musealización, consultoría o difusión (Parga-Dans 2012, 94 ss.). Todos los que vivimos aquella etapa sabemos que la actividad más importante, sin paliativos, fue la primera (Parga-Dans, Castro, Fernández 2012, 150).
- ²² Sobre los sueldos oficiales medios que durante los años del desarrollismo cobraron en España las distintas categorías de profesionales relacionados con la arqueología, *vid.* por ejemplo Moya 2010, 14 ss. No obstante, conviene aclarar que al menos en algunas ciudades el dinero puesto en circulación fue con mucha frecuencia muy superior al declarado, por lo que resulta complicadísimo dar cifras exactas; y que desafortunadamente no todos supieron mantenerse al margen de la tentación o –por ser eufemístico– los chanchullos. Como contrapartida, fueron también enormes los abusos por parte de los empleadores.
- ²³ En Andalucía tales aspectos son matizados en el Reglamento de Actividades Arqueológicas, y más concretamente en el Reglamento para la Protección y Fomento del Patrimonio Histórico Andaluz (Art. 48; *vid. supra*), que gravitan las cargas a efectos económicos sobre los particulares, como si de otro impuesto se tratara, reservándose la Administración todos los derechos y decisiones, en una singular aplicación de la ley del embudo que elude por completo la responsabilidad; circunstancias todas ellas que explican en buena medida la impopularidad de la arqueología (Peña Calzada 2003, 110).
- ²⁴ Consultar, por ejemplo, al respecto, Pulido Calvo 2008, 329 para el caso de Córdoba; Monzo 2010 e Ibáñez Alfonso 2016, 420 ss., para el de Sevilla, o Sotomayor 2016, 21 ss. para el de Granada.
- ²⁵ Es curioso, sin embargo, que cuando se pregunta a la ciudadanía, ésta suele pronunciarse por la conservación de los restos conforme básicamente al criterio de los especialistas y con independencia de su coste, social y económico. Así se ha detectado en el caso de Sevilla (Ibáñez Alfonso 2016, 418).
- ²⁶ <http://www.juntadeandalucia.es/organismos/cultura/areas/bienes-culturales/actividades-arqueologicas/paginas/anuario-arqueologico.html>
- ²⁷ Everill, P. (2012), *The invisible diggers. A study of commercial archaeology in the UK*, Oxford (2ª ed.); *cfr.* Ruiz Zapatero 2016, 68.
- ²⁸ Que deberían ser dispuestos sin excepción en repositorios telemáticos de libre acceso, por cuanto se trata de documentos de carácter público; una afirmación que choca –soy bien consciente de ello– con el principio, básico e inalienable, de propiedad intelectual y protección de datos (una discusión reciente al respecto en Rodríguez Temiño 2009b, 109 ss., o González Reyero 2015). Aun así, este problema habrá de ser abordado desde un punto de vista institucional más pronto que tarde, por el entorpecimiento que tales cortapisas en cuanto al acceso a la información suponen para el avance del conocimiento.
- ²⁹ *Vid.* también los trabajos contenidos en Auriemma 2017, obra a la que remito para una puesta al día.
- ³⁰ Hay muy pocos “académicos que pongan de verdad la excelencia por encima de los intereses personales. Que piensen en el futuro de la disciplina” (González Ruibal 2011, 103).
- ³¹ Que no es exactamente lo mismo que la *de urgencia*, después rebautizada con mayor propiedad como *preventiva* (Martínez, Querol 2013, 151 ss.).
- ³² Cuando hablo de arqueología integral me refiero siempre a un modo de hacer que implique, o por lo menos esté en condiciones de abarcar las repetidamente citadas investigación, protección, conservación y difusión en sentido amplio, principios definidores e indisolubles las cuatro de la arqueología como ciencia histórica, patrimonial y social. Al respecto, por ejemplo, Barreiro 2013, que prefiere hablar de *Arqueología Aplicada*.
- ³³ “Si nuestro trabajo no es valorado socialmente, ¿por qué seguir financiándolo con fondos públicos?” (Alonso, González 2013, 326).
- ³⁴ Sobre el deterioro general del Doctorado en la Universidad española, y más en concreto del Doctorado en Arqueología, *vid.* el interesante debate coordinado recientemente por G. Ruiz Zapatero (2015) en *Revista d'Arqueologia del Ponent* 25, pp. 349–369.
- ³⁵ Aun cuando prácticamente no dábamos abasto con las intervenciones de campo, sin casi tiempo para la publicación de resultados, en nuestro caso éstos nutrieron con fuerza tres series periódicas, aun en plena productividad: *Anales de Arqueología Cordobesa*, *Anejos de Anales de Arqueología Cordobesa*, y *Monografías de Arqueología Cordobesa*, sin duda el mejor testimonio del esfuerzo realizado, por más que todo en la vida admita mejoras, y más de un error pudiera haber sido evitado.
- ³⁶ UNESCO, Programa Hombre y Biosfera www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/biosphere-reserves/europe-north-america/spain/
- ³⁷ Este organismo sustituyó en marzo de 2017 al antiguo y maltrecho Consorcio Municipal de Turismo. Se trata de una agencia pública de naturaleza administrativa y prestación de servicios, que pretende en último término la promoción y el fomento del turismo en la ciudad de Córdoba, con una amplísima relación de funciones (entre las cuales, “*gestionar la participación de Córdoba en redes de cooperación turística y patrimonial*”), que pueden consultarse en <http://www.turismodecordoba.org/seccion/quienes-somos2> (fecha de consulta: 19 de julio de 2017).
- ³⁸ Como a tantos profesionales de la arqueología, me da terror utilizar la palabra “explotación” a la hora de hablar del patrimonio, por miedo a que se confunda con mercantilización o sometimiento a las claves del capitalismo feroz en que nos hallamos inmersos. De ahí mi reiteración en el uso de ciertos términos.
- ³⁹ Así lo recomienda por ejemplo la Convención de Faro de 2005 en su artículo 11b <https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=09000016806a18d3> (fecha de consulta: 26 de abril de 2016).
- ⁴⁰ Aun consciente de lo poco afortunado del término, entiendo en este caso por arqueódromo un aula didáctica para el aprendizaje de la arqueología basada en la recreación –por regla general a escala 1/1– de una excavación real.
- ⁴¹ Sirva como ejemplo la campaña de *crowdfunding* montada por el Ayuntamiento de Écija para la restauración del mosaico de El Picadero destrozado por los expoliadores (<https://www.facebook.com/video.php?v=1610490425832444&fref=nf>), o la muestra arqueológica organizada en junio de 2017 por el Campo Arqueológico de Mértola bajo el lema *Arqueología para todos. Uma atividade de Ciência para todos, crianças, jovens e adultos*.

BIBLIOGRAFÍA

- AAVV (2010), *El nuevo marco legal de patrimonio histórico andaluz*, Instituto Andaluz de Administración Pública, Sevilla.
- ALCARAZ, F.M. (2016), "Una aproximación a la arqueología profesional andaluza", en Mancilla, M.I. et alii (Eds.), *El Patrimonio Arqueológico: de las trincheras a la sociedad. La Granada invisible*, Granada, pp. 27-36.
- ALMANSA, J. (Ed.) (2011a), *El futuro de la Arqueología en España*, San Fernando de Henares (Madrid).
- (2011b) "Analizando el futuro de la arqueología española", en Almansa, J. (Ed.), *El futuro de la Arqueología en España*, San Fernando de Henares (Madrid), pp. 263-287.
- (2014b), "Bendita crisis, maldita profesión", *Arqueoweb* 15, pp. 322-325.
- ALONSO, P.; GONZÁLEZ, D. (2013), "Construyendo el pasado, reproduciendo el presente: identidad y arqueología en las recreaciones históricas de indígenas contra romanos en el Noroeste de España", *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares* LXVIII.2, Madrid, pp. 305-330.
- ÁLVAREZ MARTÍNEZ, V. (2011), "Agotados de esperar el futuro. Una opinión sobre el futuro de la Arqueología Profesional en Asturias", en Almansa, J. (Ed.), *El futuro de la Arqueología en España*, San Fernando de Henares (Madrid), pp. 1-6.
- ÁLVAREZ-SANCHIZ, J. (2009), "¿Qué arqueología para mañana?", *Complutum* 20 (2), pp. 242-245.
- ARANDA JIMÉNEZ, G. (2011), "Presente y futuro de la Arqueología en Andalucía", en Almansa, J. (Ed.), *El futuro de la Arqueología en España*, San Fernando de Henares (Madrid), pp. 13-19.
- AURIEMMA, R. (a cura di) (2017), *La democrazia della cognoscenza. Patrimoni culturali, sistemi informativi e Open Data: accesso libero ai beni comuni?*, Atti del convegno, Forum, Udine.
- AYÁN, X. (2014b), "El capital social del patrimonio arqueológico. La gestión para el desarrollo y la participación de las comunidades locales", en Vives, J.; Ferrer, C. (Eds.), *El pasado en su lugar. Patrimonio arqueológico, desarrollo y turismo*, Valencia, pp. 139-176.
- AYÁN, X.M.; GONZÁLEZ, M.; RODRÍGUEZ, R.M. (2012), "Más allá de la arqueología pública: arqueología, democracia y comunidad en el yacimiento multivocal de A Lanzada (Sanxenxo, Pontevedra)", *Treballs d'Arqueologia* 18, Barcelona, pp. 63-98.
- AZKÁRATE, A. (2011), "Por un conocimiento socialmente distribuido: 'abierto por obras' en Vitoria-Gasteiz", en Querol, M.Á. (Ed.), *Manual de gestión del Patrimonio Cultural*, Madrid, pp. 156-158.
- (2013), "La construcción y lo construido. Arqueología de la arquitectura", en Quirós, J.A., *La materialidad de la historia. La arqueología en los inicios del siglo XXI*, Madrid, pp. 271-298.
- AZUAR, R. (2011), "Arqueología, Museos y ciudadanos", en Almansa, J. (Ed.), *El futuro de la Arqueología en España*, San Fernando de Henares (Madrid), pp. 21-24.
- BARREIRO, D. (2013), *Arqueológicas. Hacia una arqueología aplicada*, Bellaterra, Barcelona.
- BENET, C.; RIGO, A. (2015), "La profesió d'arqueòleg i l'activitat arqueològica des del punt de vista d'una empresa. Evolució i actualitat", *Pyrenae* 46.2, Barcelona, pp. 125-138.
- BERROCAL, P. (2014), "Arqueología profesional liberal y de empresa. Una reflexión sobre el devenir de esta profesión en los últimos años", *Saguntum-PLAV Extra 15. Desmuntant Lara Croft. Dones, arqueologia i Universitat*, Valencia, pp. 101-106.
- (2016), "Ejercer de arqueólogo profesional. ¿Nuevas perspectivas para un tiempo diferente?", en Vaquerizo, D.; Ruiz, A.; Delgado, M. (Eds.), *RESCATE. Del registro estratigráfico a la sociedad del conocimiento: El patrimonio arqueológico como agente de desarrollo sostenible*, Córdoba, Vol. I, pp. 121-140.
- BRANDIS, D. (2012), "Los grandes desarrollos residenciales de la periferia de Madrid: de la burbuja a la crisis inmobiliaria", Delgado, C.; Juaristi, J.; Tomás, S. (Eds.), *Ciudades y paisajes en el siglo XXI*, Santander, pp. 241-261.
- CABALLERO, J.; FERNÁNDEZ, B.; QUATTROCCHI, L. (2016), "La utilización didáctica de los mosaicos romanos. Entre la fábula y la mitología", en Vaquerizo, D.; Ruiz, A.; Delgado, M. (Eds.), *RESCATE. Del registro estratigráfico a la sociedad del conocimiento: El patrimonio arqueológico como agente de desarrollo sostenible*, Córdoba, Vol. II, pp. 551-562.
- CARDONA, G. (2015), "Pero... ¿de verdad esto es importante? La didáctica de la arqueología desde la academia y la investigación", *La Linde* 4, Valencia, pp. 83-100.
- CARVAJAL, Á. et alii (2011), "El síndrome de Indiana Jones. La imagen social del arqueólogo", *Estrat Critic* 5.3, pp. 38-49.
- CASTRO CARRERA, J.C. (2011), "Sociedad, cultura... arqueología", en Almansa, J. (Ed.), *El futuro de la Arqueología en España*, San Fernando de Henares (Madrid), pp. 49-53.
- CASTRO LÓPEZ, M. (1996), "Reconstruyendo un paisaje agrario. La campaña de Jaén en los siglos I-II", *De las sociedades agrícolas a la Hispania romana. Jornadas Históricas del Alto Guadalquivir. Quesada (1992-1995)*, Jaén, pp. 175-195.
- CNT-CÓRDOBA. Sección Sindical de Arqueología (2010), "Córdoba, una arqueología en precario (I). El Convenio Gerencia Municipal de Urbanismo-Universidad de Córdoba", *Antiquitas* 22, Priego de Córdoba, pp. 253-269.
- (2011), "Córdoba, una arqueología en precario (II). La arqueología de mercado y la destrucción de los Arrabales Occidentales", *Antiquitas* 23, Priego de Córdoba, pp. 245-270.
- CONTRERAS, F. (2016), "La arqueología en la Universidad de Granada", en Mancilla, M.I. et alii (Eds.), *El Patrimonio Arqueológico: de las trincheras a la sociedad. La Granada invisible*, Granada, pp. 95-107.
- CRIADO, F. (1996), "El futuro de la Arqueología, ¿la Arqueología del futuro?", *Trabajos de Prehistoria* 53, Madrid, pp. 15-35.
- (2013), "La producción de sentido. La arqueología más allá de la interpretación", en Quirós, J.A., *La materialidad de la historia. La arqueología en los inicios del siglo XXI*, Madrid, pp. 101-140.
- (2016), "Rescatar, ¿a quién?", en Vaquerizo, D.; Ruiz, A.; Delgado, M. (Eds.), *RESCATE. Del registro estratigráfico a la sociedad del conocimiento: El patrimonio arqueológico como agente de desarrollo sostenible*, Córdoba, Vol. I, pp. 77-88.
- DAL MASO, C.; RIPANTI, F. (a cura di) (2015), *Archeostorie. Manuale non convenzionale di archeologia vissuta*, Milano.
- FERNÁNDEZ CACHO, S. (2008), *Patrimonio arqueológico y planificación territorial: Estrategias de gestión para Andalucía*, Sevilla.
- GONZÁLEZ ÁLVAREZ, D. (2013), "Del precariado a la nada. La situación laboral de la Arqueología Comercial en el Estado Español a comienzos del s. XXI", en Almansa, J. (Ed.), *Arqueología Pública en España*, Madrid, pp. 151-168.

- GONZÁLEZ BEVIÁ, F.J. *et alii* (2002), "La política municipal de protección del patrimonio histórico", *PHBoletín* 32, Sevilla, pp. 210-224.
- GONZÁLEZ REYERO, S. (2015), "Arqueologías digitales. Una reflexión sobre el cambio en la relación entre la academia, los profesionales y el público", *La Albolafia* 3, Madrid, pp. 31-52.
- GONZÁLEZ RUIBAL, A. (2011), "El desastre académico de la arqueología en España", en Almansa, J. (Ed.), *El futuro de la arqueología en España*, Madrid, pp. 99-104.
- (2012), "Hacia otra arqueología: diez propuestas", *Complutum* 23(2), Madrid, pp. 103-116.
- GURRIARÁN, P.; SALADO, J.B. (2009), "Arqueología urbana en el sur peninsular: problemática de una actividad incipiente", en Domínguez Arranz, A. (Ed.), *Patrimonio arqueológico a debate. Su valor cultural y económico*, Huesca, pp. 51-61.
- GUTIÉRREZ LLORET, S. (2011), "La arqueología ensimismada", en Almansa, J. (Ed.), *El futuro de la Arqueología en España*, San Fernando de Henares (Madrid), pp. 111-117.
- HERNANDO, C.; TEJERIZO, C. (2011), "La arqueología y la Academia: del siglo XIX al 'Plan Bolonia'", *Revista Arkeogazte* 1, pp. 53-69.
- (2013), "Arqueólogos/as? Graduados/as y autodidactas a golpe de talón", en *Actas de las V Jornadas de Jóvenes en Investigación Arqueológica*, Madrid, pp. 225-230.
- HIDALGO, R. (2010), "La ciudad dentro de la ciudad: reflexiones sobre la gestión y conservación del patrimonio arqueológico en ámbito urbano en Andalucía", en Hidalgo, R. (Coord.), *La ciudad dentro de la ciudad. La gestión y conservación del patrimonio arqueológico en ámbito urbano*, Sevilla, pp. 5-21.
- IBÁÑEZ ALFONSO, M. (2016), "La imagen social de la arqueología y su patrimonio. El caso de Sevilla", en Vaquerizo, D.; Ruiz, A.; Delgado, M. (Eds.), *RESCATE. Del registro estratigráfico a la sociedad del conocimiento: El patrimonio arqueológico como agente de desarrollo sostenible*, Córdoba, Vol. II, pp. 413-422.
- JIMÉNEZ-CAMINO, R. (2006), "La arqueología urbana en Algeciras. Primeras reflexiones sobre su modelo de gestión", en Bernal, D. *et alii* (Eds.), *Actas del I Seminario Hispano-Marroquí de Especialización en Arqueología*, Cádiz, pp. 241-258.
- LEÓN MUÑOZ, A. (2012), "Public administration of archaeology in Spain. Notes on the current situation and future prospects", *Post-Classical Archaeologies* 2, Mantova, pp. 337-360.
- LEÓN MUÑOZ, A.; VAQUERIZO, D. (2012), "Un nuevo modelo de gestión de la Arqueología Urbana en Córdoba", en Beltrán, J.; Rodríguez, O. (Eds.), *Hispaniae Urbes. Investigaciones arqueológicas en ciudades históricas*, Sevilla, pp. 321-361.
- LINEROS, R. (2001), "Arqueólogo, una profesión imposible. Reflexiones desde el municipio", *PH Boletín* 37, Sevilla, pp. 40-41.
- LIVERANI, P. (2016), "La riforma del sistema di tutela in Italia", *Tavola Rotonda Archeologia Classica oggi. 70 anni di AIAC*, Istituto Svedese di Studi Classici, Roma (en prensa). El texto puede consultarse en https://www.academia.edu/23484309/La_riforma_del_sistema_di_tutela_in_Italia, o bien http://www.ae-info.org/ae/User/Liverani_Paolo/Highlight/La%20Riforma%20della%20Tutela%20in%20Italia
- LORENZO, J.I. (2009), "Presente y futuro de la arqueología profesional en el estado español", *Apuntes de Arqueología* 25, pp. 25-28.
- MARÍN CEPEDA, S. (2015), "Relaciones entre inclusión social, accesibilidad y patrimonio cultural. La educación como clave". *Actas del II Congreso Internacional de Educación y Accesibilidad. Museos y Patrimonio*, Zaragoza, Tomo 1, pp. 101-109.
- MARÍN SUÁREZ, C. (2011), "Diario de campo", en Almansa, J. (Ed.), *El futuro de la Arqueología en España*, San Fernando de Henares (Madrid), pp. 151-156.
- MARTÍN-BUENO, M. (2016), "Ahora más que nunca", *Arqueología somos todos* 4, Córdoba, pp. 16-17.
- MARTÍN-BUENO, M.; LUESMA, R. (2006), "La Arqueología como factor de desarrollo en la sociedad actual", *Mainake* XXVIII, Málaga, pp. 11-26.
- MARTÍNEZ, B.; QUEROL, M. A. (2013), "Arqueología preventiva. Gestión del patrimonio arqueológico", en Quirós, J.A., *La materialidad de la historia. La arqueología en los inicios del siglo XXI*, Madrid, pp. 143-175.
- MENGA (2015), "La arqueología de gestión y su situación en Andalucía", *Menga. Revista de Prehistoria de Andalucía* 6 (editorial), Sevilla, pp. 7-12.
- MONZO, P. (2008), "El problema del aislamiento de los bienes inmuebles arqueológicos. La búsqueda del significado", en *Romula* 7, Sevilla, pp. 331-353.
- (2010), "Patrimonio arqueológico en la ciudad de Sevilla: cuidados y olvidados", en Hidalgo, R. (Coord.), *La ciudad dentro de la ciudad. La gestión y conservación del patrimonio arqueológico en ámbito urbano*, Sevilla, pp. 107-142.
- MORÍN, J.; BARROSO, R. (2014), "De la arqueología de la mortadela a la arqueología de la resistencia. La democratización fallida de la Arqueología española", *Arqueoweb* 15, pp.315-321; <http://pendientedemigración.ucm.es/info/arqueoweb/pdf/15/MorinBarroso.pdf>
- MOYA, P. (2010), "Grandezas y miserias de la arqueología de empresa en la España del siglo XXI". *Complutum* 21(1), Madrid, pp. 9-26.
- MUÑOZ COSME, A. (2010), "El patrimonio cultural ante la crisis económica", *Patrimonio Cultural de España* 3 (*La economía del patrimonio cultural*), Madrid, pp. 9-13.
- MURILLO, J.F. (2006), "La gestión del Patrimonio Arqueológico en el ámbito del PEPCH y del PGOU de Córdoba", *III Jornadas de Patrimonio Arqueológico de la Comunidad de Madrid*, Alcalá de Henares, pp. 9-15.
- ORTIZ SÁNCHEZ, M. (2015), "Análisis de la jurisprudencia en materias de competencia de la Comunidad Autónoma de Andalucía (continuación)", en Pérez Pino, M.D.; Sánchez, M. (Coords.), *Manual sobre Responsabilidad Patrimonial de la Administración Pública*, Sevilla, Cap. IV, pp. 381-407.
- PALMIERI, G. M. (2008), "Imagen de una ciudad del tercer milenio. Límites, obstáculos, necesidades y oportunidades para la ciudad de Córdoba", *Arte, Arqueología e Historia* 15, Córdoba, pp. 285-294.
- PARGA-DANS, E. (2009), *El mercado del Patrimonio: nacimiento, estructura y desarrollo de las empresas que gestionan el patrimonio arqueológico*, CAPA, 21. Santiago de Compostela.
- (2011), *Innovación y emergencia de un servicio intensivo en conocimiento: El caso de la arqueología comercial*, Tesis doctoral, Universidad de Santiago de Compostela (2010). Disponible en: <http://hdl.handle.net/10251/13175>.

- (2012), "Estructura y desafíos de la arqueología comercial en España. Un proceso de innovación social", *Revista d'Arqueologia de Ponent*, 22, Barcelona, pp. 87-100.
- PARGA-DANS, E.; VARELA-POUSA, R. (2011), "Caracterización socioeconómica de la Arqueología Comercial española. Resultados de la primera encuesta nacional dirigida a empresas del sector", *Complutum* 22 (1), Madrid, pp. 9-25.
- PARGA-DANS, E.; FERNÁNDEZ-ESQUINAS, M. (2012), "Instituciones públicas y dinámica empresarial en el sector cultural: la arqueología comercial en España", *Arbor* 188, pp. 135-152.
- PARGA-DANS, E.; CASTRO-MARTÍNEZ, E.; FERNÁNDEZ DE LUCIO, I. (2012), "La arqueología comercial en España: ¿Un sistema sectorial de innovación?", *Cuadernos de Gestión 12. Especial Innovación*, pp. 139-156.
- PEÑA CALZADA, F. J. (2003), "La Arqueología y su impacto social", *Arte, Arqueología e Historia* 10, Córdoba, pp. 109-114.
- PÉREZ-JUEZ, A. (2006), *Gestión del Patrimonio Arqueológico. El yacimiento como recurso turístico*, Barcelona (3.ª ed. 2015).
- (2010), "La gestión del patrimonio arqueológico: de la tradición al nuevo panorama del siglo XXI", en Hidalgo, R. (Ed.), *La ciudad dentro de la ciudad: la gestión y conservación del patrimonio arqueológico en ámbito urbano*, Sevilla, pp. 23-40.
- (2016), "Posibilidades del binomio turismo y patrimonio... ¿Es posible?", en Canals, A.; Carreras, D. (Coords.), *20 anys d'una il·lusió. Jornades sobre els 20 anys de la reserva de biosfera de Menorca (18-22 de novembre de 2013)*, Menorca, pp. 317-328.
- PULIDO CALVO, A. J. (2008), "La Arqueología como instrumento de rentabilidad social y económica: el ejemplo de Córdoba", *Anejos de Anales de Arqueología Cordobesa* 1, Córdoba, pp. 321-338.
- QUEROL, M.Á. (2014), "La génesis del título universitario de arqueología: desde mi ángulo", *Complutum* 16, Madrid, pp. 213-220.
- QUIRÓS, J. A. (2013), "¿El fin de la arqueología? La arqueología a inicios del siglo XXI", en Quirós, J.A., *La materialidad de la historia. La arqueología en los inicios del siglo XXI*, Madrid, pp. 9-34.
- RAUSELL, P.R. (2014), "La sostenibilidad económica de los proyectos de desarrollo local basados en el patrimonio", en Vives, J.; Ferrer, C. (Eds.), *El pasado en su lugar. Patrimonio arqueológico, desarrollo y turismo*, Valencia, pp. 5-27.
- RIBERA, A. (2015), "El incierto pasado reciente de la arqueología valenciana", *Pyrenae* 46.2, Barcelona, pp. 121-123.
- RODRÍGUEZ TEMIÑO, I. (2001), "Formarse con el quehacer diario", *PHBoletín* 37, Sevilla, pp. 38-39.
- (2004), *Arqueología urbana en España*, Barcelona.
- (2007), "Arqueología a diario", *PHBoletín* 21. *Patrimonio cultural y medios de comunicación*, Sevilla, pp. 139-153.
- (2009a), "Repensar la Arqueología Urbana", *Anuari d'Arqueologia i Patrimoni de Barcelona 2009*, Barcelona, pp. 15-24.
- (2009b), "Notas sobre la regulación de las actividades arqueológicas", *Patrimonio Cultural y Derecho* 13, Madrid, pp. 87-115.
- (2010), "Arqueología urbana en tiempos de crisis", en *Arqueología, patrimonio histórico y urbanismo en las ciudades Patrimonio de la Humanidad de España. Actas de las Jornadas Técnicas sobre Arqueología, Patrimonio Histórico y Urbanismo (Tarragona. 2009)*, Tarragona, pp. 17-29.
- (2011), "Arqueología con futuro", en Almansa, J. (Ed.), *El futuro de la Arqueología en España*, San Fernando de Henares (Madrid), pp. 197-202.
- ROIG, J. (2013), "Trabajo, mercado y conocimiento. La arqueología como profesión", en Quirós, J.A., *La materialidad de la historia. La arqueología en los inicios del siglo XXI*, Madrid, pp. 177-197.
- RUIZ DE ARBULO, J. (2004), "El Patrimonio Arqueológico en la ciudad contemporánea", *Anales de Arqueología Cordobesa* 15, Córdoba, pp. 31-43.
- (2010), "Por una arqueología urbana al servicio de la sociedad. Martín Biddle y la reunión de Tours treinta años después", en *Arqueología, patrimonio histórico y urbanismo en las ciudades Patrimonio de la Humanidad de España. Actas de las Jornadas Técnicas sobre Arqueología, Patrimonio Histórico y Urbanismo (Tarragona. 2009)*, Tarragona, pp. 273-282.
- RUIZ OSUNA, A.; ORTIZ, R. (2012), "Un nuevo modelo de gestión arqueológica en Córdoba: el Convenio GMU-UCO", en Peinado Herreros, M.ª A. (Coord.), *I Congreso Internacional El Patrimonio Cultural y Natural como base de desarrollo: Investigación e Innovación*, Jaén, pp. 590-609.
- RUIZ OSUNA, A.B.; VAQUERIZO, D. (2014) (e.p.), "La Cultura Científica como factor de emprendimiento en el marco de la Ciudad Histórica. El modelo de *Arqueología somos todos*", *Fórum Ciudades y Territorios Creativos de España*, Gran Canaria.
- RUIZ ZAPATERO, G. (2009a), "¿Qué arqueología enseñar en la universidad del siglo XXI?", *Complutum* 20 (2), Madrid, pp. 225-254.
- (2009b), "La divulgación arqueológica: las ideas ocultas", *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de Granada* 19, Granada, pp. 11-36.
- (2013), "¿Qué son arqueologías de elite y arqueologías desde abajo?", *La Uni en la calle. Libro de textos*, Madrid, pp. 190-191.
- (2014a), "Escribir como Arqueología. Arqueología como escritura", *AnMurcia* 30, Murcia, pp. 11-28.
- (2014b), "Arqueología: abrir ojos cada vez más grandes", *Arqueoweb. Revista sobre Arqueología en internet* 15.1, pp. 295-300.
- (2015), "El valor del doctorado en arqueología a comienzos del siglo XXII", *Revista d'Arqueologia de Ponent* 25, pp. 349-352.
- (2016), "Presente y futuro de la arqueología en España. Luces, sombras y desafíos", en Vaquerizo, D.; Ruiz, A.; Delgado, M. (Eds.), *RESCATE. Del registro estratigráfico a la sociedad del conocimiento: El patrimonio arqueológico como agente de desarrollo sostenible*, Córdoba, Vol. I, pp. 53-76.
- SADA, P. (2012), "Patrimonio arqueológico, aprendizaje de la historia y educación", en Aavv, *Construcciones y usos del pasado. Patrimonio Arqueológico, Territorio y Museo*, Valencia, pp. 153-176.
- SALVATIERRA, V. (1994a), "Historia y desarrollo del modelo andaluz de Arqueología", *Trabajos de Prehistoria* 51.1, Madrid, pp. 1-13.
- (1994b), "El nuevo Reglamento de Actividades Arqueológicas de la Junta de Andalucía", *Boletín del Instituto de Estudios Giennenses* 152, abril-junio, pp. 227-238.
- (1994c), "Arqueología urbana: investigación y gestión. La situación en Andalucía", *Arqueología y Territorio Medieval* 1, Universidad de Jaén, pp. 75-82.

- (2004), "Arqueología urbana, investigación y profesión", *Anales de Arqueología Cordobesa* 15, Córdoba, pp. 45-59.
- (2013), "En los adentros de la ciudad. Arqueología y urbanismo", en Quirós, J.A., *La materialidad de la historia. La arqueología en los inicios del siglo XXI*, Madrid, pp. 241-270.
- SÁNCHEZ ROMERO, M. (2011), "Planificando las políticas públicas sobre patrimonio arqueológico en Andalucía", en Almansa, J. (Ed.), *El futuro de la Arqueología en España*, San Fernando de Henares (Madrid), pp. 227-232.
- SANTANA FALCÓN, I. (2001), "De los profesionales de la Arqueología y de la profesión de Arqueólogo", *PHBoletín* 37, Sevilla, pp. 34-37.
- (2004), "Acerca de la protección de espacios y conjuntos patrimoniales de carácter arqueológico en casos históricos de Andalucía", *Arqueología y Territorio Medieval* 11 (1), Jáén, pp. 159-178.
- SOTOMAYOR, M. (2016), "Prólogo. El patrimonio arqueológico: de las trincheras a la sociedad. La Granada invisible", en Mancilla, M.I. et alii (Eds.), *El Patrimonio Arqueológico: de las trincheras a la sociedad. La Granada invisible*, Granada, pp. 19-23.
- VAQUERIZO, D. (1994), "Arqueología de Gestión/ Arqueología de Investigación: ¿disyuntiva o complemento?", *Cassandra* 2, Roma, pp. 9-21.
- (2013), *Córdoba, a pie de tierra*, Córdoba.
- (2014), *En precario... Reflexiones desde el pasado con vocación de futuro*, Universidad de Salamanca.
- (2015a), "Arqueología para un futuro incierto... La profesión de Arqueólogo tras la crisis devastadora del Pelotazo", *Pyrenae* 46.2, Barcelona, pp. 89-120.
- (2015b), "Arqueología para un futuro incierto... o crónicas del desencuentro", *Pyrenae* 46.2, Barcelona, pp. 139-146.
- (2016a), "Reinventare il futuro... Verso un modello integrale e sostenibile di ricerca, gestione e diffusione del patrimonio archeologico a Cordova, paradigma di città storica", *Archeologia e parchi archeologici. Sperienze a confronto*, Aquileia, pp. 68-93.
- (2016b), "L'Accademia come fattore determinante della socializzazione del patrimonio archeologico", in Bonetto, J. et alii (a cura di), *I mille volti del passato. Scritti in onore di Francesca Ghedini*, Roma, pp. 1029-1038.
- (2016c), "Herederos a la fuerza... Reflexiones sobre arqueología, sociedad y futuro", en Mancilla, M.I. et alii (Eds.), *El Patrimonio Arqueológico: de las trincheras a la sociedad. La Granada invisible*, Granada, pp. 49-62.
- (2016d), "Arqueólogos... al rescate", en Vaquerizo, D.; Ruiz, A.; Delgado, M. (Eds.), *RESCATE. Del registro estratigráfico a la sociedad del conocimiento: El patrimonio arqueológico como agente de desarrollo sostenible*, Córdoba, Vol. I, pp. 9-14.
- (2016e), "Arqueología somos todos, el triunfo de Sísifo", en Vaquerizo, D.; Ruiz, A.; Delgado, M. (Eds.), *RESCATE. Del registro estratigráfico a la sociedad del conocimiento: El patrimonio arqueológico como agente de desarrollo sostenible*, Córdoba, Vol. I, pp. 155-187.
- (2017a), "Arqueología Pública, o el uso social del patrimonio", *Revista Otarq* 2, Madrid, pp. 251-284.
- (2017b), "El capitel rodó sobre la ortiga... Reflexiones ¿heterodoxas? Sobre la gestión del patrimonio arqueológico en la ciudad histórica. El ejemplo cordobés", en Arasa, F.; Mata, C. (Eds.), *Homenaje a Carmen Aranegui Gascó*, Saguntum-PLAV 19, Valencia, pp. 43-57.
- (2018), *Cuando (no siempre) hablan las piedras. Hacia una arqueología integral como recurso de futuro. Reflexiones desde Andalucía*, IAS Arqueología, Madrid.
- VAQUERIZO, D.; RUIZ, A.B. (2013), "Arqueología somos todos..., o la necesidad de (re)inventarse", en Almansa, J. (Ed.), *Arqueología pública en España*, Madrid, pp. 221-247.
- (2014), "¿Socializar el Patrimonio? 'Arqueología somos todos', un modelo de cultura científica en (por y para) Córdoba, ciudad histórica", *Hispania Nostra. Revista para la defensa del Patrimonio cultural y natural* 17, Madrid, pp. 56-41.
- (2017), "Arqueología Pública, o el uso social del Patrimonio", *Revista Otarq* 2, Madrid, pp. 251-284.
- VENTURA, J.T. (2010), "Presencias del patrimonio arqueológico en la ciudad de Córdoba. 1997-2007", en Hidalgo, R. (Coord.), *La ciudad dentro de la ciudad. La gestión y conservación del patrimonio arqueológico en ámbito urbano*, Sevilla, pp. 41-80.
- VIDAL ENCINAS, J.M. (2005), "La inmodélica gestión de la arqueología en España: de servicio público a mercancía", *PHBoletín* 53, Sevilla, pp. 78-82.
- VIGIL -ESCALERA, A. (2011), "El pequeño mundo en ruinas de la Arqueología contractual española", *Revista Arqueogazte* 1, pp. 17-20.
- VIZCAÍNO, A. (2016), "De la arqueología programada a la arqueología en tránsito. Algunas reflexiones en torno a los cambios de forma y fondo de nuestra disciplina", en Díaz-Andreu, M.; Pastor, A.; Ruiz, A. (Coords.), *Arqueología y comunidad. El valor social del patrimonio arqueológico en el siglo XXI*, IAS Arqueología, Madrid, pp. 51-68.
- VOLPE, G. (2015), *Patrimonio al futuro. Un manifesto per i beni culturali e il paesaggio*, Electa, Roma.
- (2016), *Un patrimonio italiano, Beni culturali, paesaggio e cittadini*, Novara.
- ZARCO, E. (2011), "Excavar en tiempos revueltos", en Almansa, J. (Ed.), *El futuro de la Arqueología en España*, San Fernando de Henares (Madrid), pp. 249-253.



Lisboa: uma cidade, várias centralidades



ANA CAESSA


Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL)/ Departamento de Património Cultural (DPC)/
Direcção Municipal de Cultura (DMC)/ Câmara Municipal de Lisboa (CML)
ana.caessa@cm-lisboa.pt

ANTÓNIO MARQUES

Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL)/ Departamento de Património Cultural (DPC)/
Direcção Municipal de Cultura (DMC)/ Câmara Municipal de Lisboa (CML)
antonio.a.marques@cm-lisboa.pt

RODRIGO BANHA DA SILVA

Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL)/ Departamento de Património Cultural (DPC)/
Direcção Municipal de Cultura (DMC)/ Câmara Municipal de Lisboa (CML)
rodrigo.banha@cm-lisboa.pt



RESUMO A actual cidade de Lisboa resulta da fusão de vários aglomerados dispersos, de pequena, média e grande dimensão. À medida que recuamos no tempo, e vamos suprimindo os conjuntos urbanísticos que têm vindo a ser edificados no seu território, conferindo-lhe uma homogeneidade construtiva, verificamos que existem vários núcleos habitacionais dispersos que tiveram dinâmicas ocupacionais distintas, interligados por redes de mobilidade que em muitos casos persistem no seu actual traçado. No sentido de se permitir o registo e garantir a preservação destas realidades, os actuais Instrumentos de Gestão de Território (Plano Director Municipal, Planos de Urbanização e de Pormenor) vigentes, estão dotados de articulado próprio que confere protecção ao vasto património arqueológico, cujo cumprimento permite sustentar a leitura e a memória dos diferentes dinamismos que marcaram a ocupação do actual território lisboeta, os seus ritmos, as suas vivências e as suas gentes. O cumprimento destes diplomas legais levou a que, nos últimos 15 anos, a actividade arqueológica em Lisboa beneficiasse de um incremento assinalável, com efeitos mais ou menos imediatos no conhecimento sobre da história da cidade, na valorização do seu património arqueológico e na afirmação da Arqueologia (nomeadamente a Arqueologia Urbana) enquanto recurso cultural, mas também económico e turístico.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanismo, Arqueologia, Lisboa, Património

ABSTRACT The current Lisbon's configuration is the result of the merger of several scattered clusters of small, medium and large size. As we go back in time, suppressing urbanistic assemblies that have been built up in its territory, allowing a constructive homogeneity, one may observe that there are several housing scattered nuclei that had distinct occupational dynamics, connected by networks of mobility which in many cases persist in its current urbanistic draw. In order to enable the registration and guarantee the preservation of these realities, the current management regulations instruments (Plano Director Municipal and other Detailed Development Plans), have some specific rules that protect the vast archaeological heritage, which compliance enables the support reading and memory of different dynamics that marked its territory, its rhythms of occupation, its experiences and its people. The fulfilment of these legal acts over the last 15 years, led to a remarkable increment of the archaeological activity in Lisbon, with immediate effects on knowledge about the history of the city, in the promotion of its archaeological heritage and in the consolidation of Archaeology (particularly Urban Archaeology) as a cultural, but also as an economic resource with a special impact on tourism.

KEY WORDS Urban Planning, Archaeology, Lisbon, Heritage

1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

A arqueologia em Lisboa reveste-se de características peculiares, por razões múltiplas que se prendem com a identidade da cidade e do território em que se insere, assumindo aqui especial significado a sua dimensão histórica.

Na realidade, e de acordo com os mais recentes dados arqueológicos, a cidade equivale a um fenómeno de origem trimilenar. A esta elevada ancestralidade, rara entre as capitais europeias, acresce o ter registado uma importância contínua em toda a sua espessura temporal. Deste modo

se concentram no subsolo, como nas edificações de Lisboa, informações volumosas e de evidente complexidade e significado, sedimentadas ao longo dos seus três milénios de história.

Em sentido diverso, o fenómeno urbano a que damos hoje o nome de Lisboa estabeleceu-se num nicho ecológico rico e diversificado, local de charneira geográfica com elevado potencial no estabelecimento de relações ultra regionais, que mais tarde se assumiu como o local de convergência pluricontinental no arranque da globalização: recorde-se que foi Lisboa a primeira porta da Europa para o Mundo, e do mundo para a Europa.

Convém levar em linha de conta, também, que determinados circunstancialismos do passado exponenciaram a valia do registo arqueológico da capital portuguesa, pois foi palco de numerosos eventos traumáticos à escala nacional (catástrofes naturais, eventos bélicos, surtos epidémicos, episódios de segregação e de intolerância étnico-religiosa). Destes, um merece especial destaque: o «terramoto do 1.º de Novembro de 1755». Se este cataclismo modificou a fisionomia urbana de então, ele transfigurou também, e profundamente, o seu valor patrimonial e científico, ao ter transformado a capital de um Império-Mundo da Época Moderna num enorme sítio arqueológico, o que por consequência transcende em muito o seu valor tópico e nacional, tornando-o num sítio-chave para o ensaio de metodologias e de leituras da própria disciplina em geral.

Por fim, não poderíamos deixar de se mencionar aqui que Portugal detém, na longa duração, uma estrutura demográfica e territorial desequilibrada, assumindo Lisboa uma notória macrocefalia. Esta condição reflecte-se nos mais diversos planos da sociedade portuguesa, da economia, política, desporto ou da cultura. A cidade-capital constituiu-se, de há muito, e sempre de forma destacada, como o mais importante centro dos vários poderes do país. Sendo esta a causa e o efeito de uma concepção de Estado centralista, que foi perpassando as mais distintas configurações políticas e ideológicas desde a Época Moderna, a conflitualidade em Lisboa entre o legado do passado e a vida urbana actual é aqui, portanto, mais incisiva, como maior é a visibilidade da *praxis* arqueológica ou os meios que consegue convocar.

De uma forma ou de outra, são estes os fundamentos porque muitas vezes as práticas culturais lisboetas, no caso as patrimoniais, inspiram as de outros centros urbanos portugueses ou são até por eles mimetizadas. Pelo cúmulo de razões antes expostas, "fazer Arqueologia" em Lisboa não é equivalente a fazê-lo noutra qualquer cidade portuguesa.

2. UMA SINOPSE SOBRE A EVOLUÇÃO DA PRAXIS ARQUEOLÓGICA NA CIDADE DE LISBOA

As experiências pioneiras de recuperação de passados remotos na cidade de Lisboa podem ser logo identificadas nos humanistas do Renascimento, mas remontam sobretudo ao antiquarismo setecentista que, embora precedendo a reconstrução urbana que se seguiu a 1755, ganhou especial vitalidade neste quadro. Com um interesse centrado na Época Romana, então se identificaram um teatro

romano, um criptopórtico, os grandes banhos públicos romanos, o denominado «Templo de Cibele» e se registou um elevado e significativo número epígrafes, entre outros achados mais relevantes.

Com o advento oitocentista da arqueologia enquanto disciplina científica, as intervenções urbanas foram alvo de algum cuidado patrimonial, tendo desempenhado papel de relevo a Associação dos Arqueólogos Portugueses (n.1863) e o seu Museu Arqueológico de Lisboa (n. 1865), actualmente Museu Arqueológico do Carmo. O foco alarga-se nestes momentos a um período bem mais amplo, incluindo um passado então recente, prévio ao cataclismo de 1755.

A criação do Museu Etnológico Português (1895), actual Museu Nacional de Arqueologia, retiraria ao Museu do Carmo a exclusividade arqueológica respeitante a Lisboa. A arqueologia da cidade viria, porventura como consequência, a veicular-se mais directamente aos investigadores congregados numa disciplina então despontante e vigorosa, a Olisipografia (ou «ciência que estuda Lisboa»), que aglutinou em si um conjunto eclético de especialistas multidisciplinares das áreas da Arte, História, Etnografia, Urbanismo e Saúde Pública, entre muitas outras áreas do saber. Agrupados numa Comissão de Estudos Olisiponenses da Associação dos Arqueólogos Portugueses, esta daria depois origem a outros organismos de diverso cariz (Amigos de Lisboa, Gabinete de Estudos Olisiponenses ou a mais recentemente ressuscitada Comissão original). Dela fizeram parte os mais notáveis estudiosos da história de Lisboa entre os finais do século XIX e os meados do século XX onde, convenhamos, era notório um desfasamento teórico e metodológico em relação à arqueologia enquanto disciplina, que seguiu outro curso, de forma mais académica, vinculada ao Museu Nacional e à Universidade de Lisboa.

De facto, nas décadas centrais do século XX a arqueologia lisboeta incidiu sobretudo sobre as mais antigas ocupações pré-históricas da Serra de Monsanto, relegando para um plano secundário o que se passava na cidade propriamente dita (à excepção dos restauros do Castelo de São Jorge, terminados em 1939-1940), sendo a área urbana antiga o território por excelência dos olisipógrafos. Aqui uma *praxis* propriamente arqueológica iria ser retomada somente em 1960, pela mão de Irisalva Moita, a Conservadora do Museu de Lisboa, fundado poucos anos antes e ligado ao município da capital. A instalação do metropolitano motivaria escavações de grande impacte público na Praça da Figueira, em 1960, e os trabalhos iriam ser alvo de "acompanhamentos" de Moita em múltiplos locais ao longo deste ano e seguintes, para depois, em 1966-1967 se dedicar à recuperação por iniciativa da municipalidade das ruínas do Teatro Romano.

A vertente de divulgação pública dos resultados pela Conservadora de Museus assumiu especial ênfase no seu trabalho, com alguns aspectos classificáveis como de um pioneirismo vanguardista. Os trabalhos arqueológicos no local foram continuados por Fernando Bandeira Ferreira, o prossecutor do salvamento dos restos de uma necrópole romana no subsolo da Praça da Figueira, em 1962 (Ferreira, 1962: 9).

Os anos de 1981 e 1982 assumir-se-iam como o prelúdio de uma nova etapa da arqueologia de Lisboa. Na zona de Monsanto, uma estirpe de jovens investigadores, onde assomam João Luís Cardoso e Júlio Roque Carreira, entre outros, desenvolvem prospecções e descobrem o assentamento

proto-histórico da Tapada da Ajuda, que escavam parcialmente, revelando um sítio crucial para o conhecimento da Idade do Bronze Final do território hoje português, depois destruído pelo Instituto de Agronomia da Universidade de Lisboa (Carreira, 1986; Cardoso e Carreira, 1993; Cardoso, 2004 e 2015– entre outra abundante bibliografia produzida por J.L. Cardoso). Neste mesmo período teria lugar o salvamento arqueológico da icónica Casa dos Bicos, em pleno centro histórico originário, por uma equipa ligada à administração central liderada por Clementino Amaro. Desta avulta, como principal resultado para a cidade, a primeira integração arquitectónica em convivência com o edificado de ruínas arqueológicas visitáveis (tanques romanos e um troço da muralha antiga). Naquele mesmo ano de 1982 Clementino Amaro e António Carlos Silva salvariam, de novo na Tapada da Ajuda, restos de uma necrópole romana afectados por obras do Instituto de Agronomia.

Depois destas datas só episodicamente ocorreriam escavações arqueológicas em Lisboa, a despeito do elevado número de operações urbanísticas praticadas. Em 1986, a “construção do regime” equivalente ao Centro Cultural de Belém, símbolo da recente integração europeia do país, como também do ideal desenvolvimentista e de promoção de grandes obras públicas então vigente, seria acompanhada por extensas escavações dos restos do antigo Paço Real da Praia, de origem quinhentista, a cargo da administração central. Sintomaticamente, dos restos revelados, nada permaneceu *in situ*. Em 1988, o extenso rompimento do subsolo por uma vala de saneamento em pleno coração metropolita, entre do Terreiro do Paço e Rua Augusta, efectuada sem cuidado patrimonial digno de nota (somente foi autorizada ao Museu da Cidade a recolha de materiais exumados, desprovidos de qualquer registo), teve reais consequências ao nível da opinião pública lisboeta, crescentemente sensibilizada para estas questões. A tensão por isso instalada entre a autarquia e o instituto do património resultaria na tentativa de harmonização entre estas duas esferas da administração que conduziu à constituição (*ad hoc*) de um gabinete técnico municipal de arqueologia dedicado ao teatro romano, tendo em vista a sua recuperação e a integração urbanística das ruínas de há muito exumadas e conservadas num estado precário.

As escavações do monumento romano seriam retomadas por uma pequena equipa de jovens arqueólogos em 1989, sob a direcção de Dias Diogo, e perdurariam ali até 1993. No entretanto, a constatação de afectações de património arqueológico na zona antiga da cidade iria ser alvo de “acompanhamentos” pelo gabinete do teatro, logo a partir de 1989, e com notória incidência nos anos de 1990 e 1991, num total de quase 50 salvamentos praticados. Numa delas, na Rua das Pedras Negras, em 1991, Dias Diogo transformou arduamente pequenas sondagens numa ampla escavação em área dos restos monumentais dos grandes banhos públicos romanos, as *Thermae Cassiorum*, que concluiria em 1998. Por seu turno, em 1990, Clementino Amaro, da administração central, também de forma astuciosa, transformou o salvamento de uma cisterna nos Claustros da Catedral numa escavação em área, que ainda se arrasta hoje: graças a esta se formaria uma equipa de jovens arqueólogos no âmbito da administração central, que prosseguiria o seu trabalho na capital noutros locais (Amaro, 1992).

Estes casos despoletam, em definitivo, o arranque de uma *praxis* arqueológica contínua em Lisboa (Gaspar *et al.*, 1997). Tratando-se de uma etapa onde a actuação foi exclusiva por equipas

ligadas ao Estado (Administração Central e Autarquia), a forma manifestamente pouco estruturada como surgiu justifica a casualidade das intervenções e o confuso âmbito de actuações das equipas em função dos respectivos enquadramentos (Fabião, 1994), tendo como pano de fundo, de parte a parte, a inexistência de uma concepção de estratégia de estudo da cidade enquanto objecto (Silva, 2000). Será neste quadro que nasce o primeiro instrumento jurídico específico para Lisboa, o primeiro Plano Director Municipal de 1994 (adiante PDM '94). A esta matéria voltaremos adiante.

A crescente afirmação da Arqueologia na sociedade portuguesa, verificada na década de 1990, teria como consequência a afirmação dos seus profissionais e a autonomização da disciplina a nível governamental, com a criação do Instituto Português de Arqueologia, em 1997. As opções estratégicas da administração central em assumir-se como organismo com um papel fundamentalmente regulador, com a consequente promoção da liberalização da realização dos trabalhos, comportariam o seu afastamento da condução de escavações na cidade, com as excepções dos Claustros da Catedral, Castelo de São Jorge e Antigos Armazéns Sommer, heranças do passado próximo.

Prosseguindo neste período a municipalidade a sua trajectória anterior, agora feita no quadro do Museu da Cidade e sobretudo devotada às iniciativas urbanísticas municipais, o cenário da *praxis* transfigura-se por completo com a entrada em acção das recém-formadas empresas de arqueologia e dos profissionais liberais, que no essencial compõe o quadro actual das actuações: no momento presente, o número de intervenções arqueológicas urbanas ultrapassa anualmente os 200 pedidos de autorização, número constante há cerca de uma década, e onde a crise económica que o país atravessou produziu um efeito mais ligeiro do que se suporia, por força do *boom* turístico e suas consequências no âmbito imobiliário entretanto verificadas.

O balanço desta nova configuração dos intervenientes em Lisboa é para nós claro. Por um lado, gerou-se a capacidade de ampliar e convocar, em muito, os meios humanos destinados a actuar no terreno, por outro, as empresas imprimiram um dinamismo próprio, quer na sua articulação com os promotores quer com a administração central, circunstâncias que no seu conjunto conduziram a uma progressiva expansão no número de actuações, servindo-se das duas versões do PDM de Lisboa (1994 e 2013) enquanto instrumento fundamental. Mas não só: a cidade viu crescer significativamente o número de equipamentos culturais com forte componente arqueológica [FIG. 1] (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros – 1995, Espaço Chiado/Muralha Fernandina – 1996, Teatro Romano – 2001, Casa dos Bicos – 2014, Museu do Dinheiro – 2014, etc.), como mais ainda o número de ruínas integradas urbanisticamente (Cetária da Loja Napoleão – 1993, Espaço Oikos – 1994, Baluarte do Livramento – 1995, Loja H&M – 1999, etc.) ou de informação com aquela natureza exposta em estabelecimentos públicos e privados. Logo, a Arqueologia assumiu-se como uma componente da vida da cidade, sendo patentes hoje níveis de conflitualidade menores em resultado da sua prática.

Em sentido contrário, todavia, a nova configuração da *praxis* induziu uma maioritária não especialização dos actuanes (Bugalhão, 2008), admitiu a aplicação de uma diversidade de metodologias que tornam incompatíveis leituras de conjunto e provocou a dispersão da informação (documentação



FIG. 1 Locais com estruturas arqueológicas integradas ou em vias de integração (2016).

e espólios); pulverizou-se, portanto, o conhecimento sobre a cidade enquanto objecto de estudo, como se transformou a gestão do património gerado pela arqueologia num exercício casuístico de fundamentos por vezes dificilmente inteligíveis. Na realidade, toda a gestão da arqueologia da cidade actual se tornou em algo muito mais exigente e complexo, incluindo as componentes de divulgação e comunicação produzidas por uma diversidade de actores com distintos enquadramentos, acrescentando à ampliação exponencial da *praxis* e do património produzido.

Foi o diagnóstico antes expresso que em 2004 despoletou a concepção, no quadro do então Museu da Cidade e do Departamento de Património Cultural, de um centro de recursos, o Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL). Novo equipamento cultural de Lisboa, aberto em 2013, o CAL constituiu a resposta da municipalidade à nova realidade e aos novos desafios da arqueologia da capital portuguesa.

3. OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA ARQUEOLOGIA DE LISBOA

Os Planos Directores Municipais são consequência directa do novo ordenamento administrativo e jurídico português que resultou da revolução de 1974, surgindo os municípios consagrados como autarquias locais na primeira constituição democrática de 1976. Aqui se alargaram as competências no que respeita ao planeamento e desenvolvimento socioeconómico e ambiental dos territórios, conferindo-se às assembleias municipais a capacidade de deliberar sobre os planos ordenadores municipais.

Contudo, os Planos Directores Municipais (adiante PDMs) iriam somente ser regulamentados em 1982, já tendo em vista a futura integração europeia do país. A intenção é que neles fossem definidas “as metas a alcançar pelo município nos domínios do desenvolvimento económico e social do município, das suas relações com o ordenamento do território, sendo um instrumento de planeamento, ocupação, uso e transformação do território (...) do município pelas directrizes sectoriais de actividades nele desenvolvidas, (...) um instrumento de programação das realizações e investimentos municipais” (Dec.–Lei 208/82 de 26 de Maio– Art.º 1.º). As dificuldades em implementar o modelo, considerado burocratizado e altamente exigente tecnicamente, traduzem-se no reduzido número de quatro planos produzidos até 1989. Lisboa esteve, obviamente, fora deste grupo restrito.

Foi por força da integração europeia, verificada em 1986, e da decisão de agilização de processos, que novo diploma regulamentar substituindo o anterior de 1982 é produzido em 1990 (DL 69/90 de 2 Março). É com base neste texto que serão elaborados os denominados PDMs de “primeira geração”, de onde desaparece a ideia de estratégia de desenvolvimento socioeconómico constante no diploma de 1982, e focalizando o plano como instrumento orientado para a regulação da ocupação do solo. Na realidade, uma ideia de plano... sem planeamento. A existência de PDM passa então a ser requisito obrigatório para as autarquias acederem a fundos comunitários e a contractos programa, o que mobilizou as autarquias no sentido da sua rápida elaboração.

3.1. O PDM DE LISBOA DE 1994

O primeiro PDM de Lisboa (de 1994) foi antecedido por documentos como o Plano Geral de Melhoramentos (dirigido por Ressano Garcia – 1901 / 1904), o Plano Director de Urbanização de Lisboa (dirigido por Etienne de Groer – 1948; CML / Gabinete de Estudos de Urbanização – 1959) e o Plano Geral de Urbanização da Cidade de Lisboa (dirigido por Meyer–Heine – 1966/1976), que funcionam como seus precursores, mas os trabalhos preparatórios do PDM de Lisboa incluíram uma forte componente patrimonial. Nele, um grupo de trabalho multi-disciplinar coligiu informação relevante concernente ao património classificado, onde o ordenamento jurídico previa já o acautelamento dos valores culturais, tarefa cometida à administração central. A estes se acrescentou um levantamento de imóveis de valor histórico, artístico e arquitectónico, devidamente inventariados e incluídos numa Carta Municipal do Património.

A componente arqueológica, todavia, teve uma “entrada em cena” mais tardia. O modo “expe-dito” como foi executada a tarefa traduz-se em óbvias lacunas e limitações: ao passo que na área do Parque Florestal de Monsanto surgem assinaladas as várias “estações pré e proto-históricas”, o que foi feito com base no levantamento de prospecção produzido na década de 1980 por João Luís Cardoso (mediante documento interno que todavia não aparece citado), somente outras duas situações fora desta geografia foram repertoriadas, com base na *Carta Arqueológica de Lisboa: Pré e Proto-História* de João Muralha, publicada anos antes na Revista Municipal (Cardoso, 1988a e Cardoso, 1988b). O importante sítio deste âmbito cronológico de Sete Moinhos, todavia, ficou olvidado, como nas mesmas circunstâncias ficaram variados outros locais mencionados na *Carta* de João Muralha, aliás

o único texto que surge mencionado na proposta original. Apesar do inegável interesse já à época, os (escassos) sítios romanos do concelho ficaram ausentes ou afortunadamente foram abrangidos por outras realidades.

Esta proposta inicial, finalizada em Setembro de 1993 pela então Direcção de Projecto de Planeamento Estratégico da Câmara Municipal, iria depois sofrer uma revisão no quadro da colaboração com o então Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural.

Deste labor resultou uma reconversão do figurino: ao invés de um tratamento por cronologias («dominante pré e proto-histórica»; «dominante pré-medieval e medieval»; dominante medieval e pós-medieval»; «dominante industrial»), são definidos níveis de sensibilidade, nomeados como “áreas de potencial valor arqueológico” [FIG. 2], conectadas com patamares distintos de actuação arqueológica. Estes equivaleriam a uma actuação prévia ao licenciamento na área da “Cerca Moura” e Baixa (1-1); em estudo prévio e pedido de viabilidade na restante área interior à “Cerca Fernandina” (1-2) trecentista (sondagens prévias ou “simples acompanhamento de obra por um arqueólogo” – *ipsis verbis*); na emissão de parecer técnico prévio e opção por eventual intervenção no terreno por equipas de arqueologia nas áreas de edifícios singulares, núcleos urbanos dispersos e nos eixos de expansão moderna da cidade (2); por fim, na restante área do concelho (3) a sua sujeição à lei geral do património cultural de 1985 (Dec.-Lei 13/85 de 6 de Julho).



FIG. 2 Plano Director Municipal de Lisboa (1994). Níveis Arqueológicos.

Em nome da simplificação de processos, o preconizado para as duas primeiras áreas foi aglutinado, impondo a toda a área das Cerca Medievais de Lisboa o acautelamento mais exigente, onde a formulação não obrigava sempre, todavia, à intervenção arqueológica prévia («Área de Potencial valor Arqueológico de Nível 1»). Do mesmo modo, as extensas manchas territoriais classificadas como originalmente "dominante medieval e pós-medieval" e "dominante pré e proto-histórica" comporiam um segundo nível, sujeito a "acompanhamento", mas somente eventual. As áreas de «dominante industrial" e exteriores às manchas, desapareceriam do texto do PDM de Lisboa '94, embora se induzam ainda pela cartografia publicada.

Parece ter imperado em Lisboa a influência e inspiração directa do modelo do PDM do Porto de 1993, aqui adaptado em função do pouco tempo disponível para tratar a componente arqueológica. Nas duas principais cidades portuguesas, parcelas do património dos seus territórios foram excluídos do acautelamento arqueológico. Deverá referir-se, de qualquer das formas, o refinamento notório de ambos face a PDMs de outras cidades peninsulares em iguais circunstâncias, como é o caso de Madrid '92 (com um único –e vaguíssimo– nível de «património arqueológico e paleontológico»).

Nos primeiros PDMs das duas cidades lusas se reflectem as preocupações específicas em relação à arqueologia das cidades históricas patentes na *Convenção Europeia de Protecção do Património Arqueológico* de 1992, assinada por Portugal (porém somente ratificada em 1997), cuidado que já era manifesto na lei de bases do património cultural então em vigor (1985), que prometia legislação complementar de desenvolvimento respeitante à arqueologia urbana: nunca publicada, esta especial preocupação desapareceria (sintomaticamente) com a actual lei de 2001.

Como seria expectável, e para mais num quadro em que somente equipas ligadas à administração (central e local) actuavam no terreno, os efeitos práticos do PDM de Lisboa '94 só progressivamente se iriam fazer sentir, mas a ele se deve em boa parte o alavancamento da *praxis* arqueológica, o que é manifesto na recorrência com que foi invocado ulteriormente quer nos pedidos de autorização, como nos relatórios finais, como ainda nos actos administrativos dos organismos do Governo da área do património.

3.2. A REVISÃO DO PDM DE LISBOA DE 2012

Apesar da sustentação jurídica (nacional e local) de que actividade arqueológica passou a dispor, tornando-se obrigatória em determinados procedimentos urbanísticos, apenas em meados da primeira década de 2000, começou a ter alguma expressão [FIG. 3]. Esta ténue experiência foi contudo bastante útil para a adopção de novas abordagens ao território, no contexto do processo de Revisão do Plano Director Municipal, que se operou entre os anos de 2004 e 2010, tendo os signatários deste artigo sido incumbidos desta tarefa, enquanto funcionários e arqueólogos do antigo Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade.

Entendeu-se então que o Património Arqueológico era um "conjunto de materialidades legadas pelo passado humano, ocultas no subsolo ou integradas no edificado, que constitui um recurso cultural a potenciar" (Caessa *et al.*, 2012).

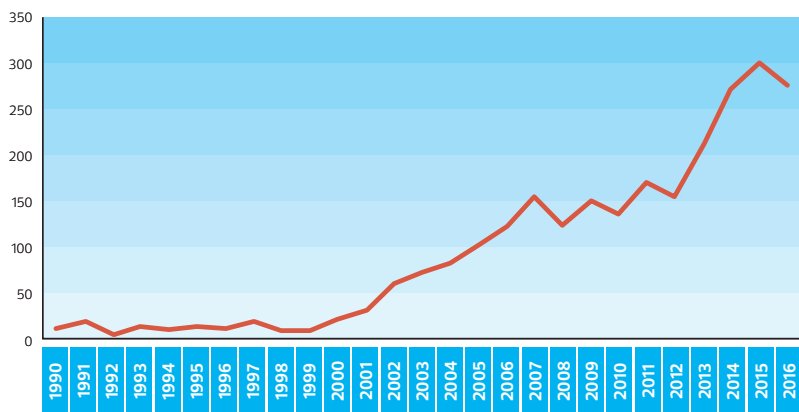


FIG. 3 Atividade Arqueológica em Lisboa (1990 / 2016)

As dificuldades antes sentidas com vista à elaboração de uma Carta Arqueológica, no seu sentido mais tradicional, mantiveram-se, acrescendo que por decisão superior, de carácter urbanístico, o actual território geográfico do município passaria integralmente à

categoria de "urbano", suprimindo-se a categoria "rural" que ainda subsistia no PDM de 1994. A actual delimitação de "Áreas de Valor Arqueológico" na "Planta de Ordenamento e Qualificação do Espaço Urbano" do novo PDM¹, resultou da revisão da anterior "Planta de Condicionantes Arqueológicas".

Foram consideradas as fragilidades entretanto identificadas durante a vigência da primeira versão do PDM, designadamente a pouca atenção dispensada aos núcleos antigos dispersos, nos quais, apesar de categorizados como Nível 2 (1994), haviam ocorrido muito poucas intervenções arqueológicas, pese embora o enorme volume de novas edificações realizadas.

A actual versão, feita à luz da legislação nacional então em vigor (nomeadamente a Lei de Bases do Património Arqueológico Subaquático – Lei 64/97 de 27 de Junho; o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos – Decreto-Lei n.º 270/99 de 15 de Julho; e a Lei de Bases do Património Cultural – Lei 107/2001 de 8 de Setembro) e europeia (concretamente a Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico, conhecida por Convenção de Malta e a Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico Subaquático, conhecida como Convenção de Paris), foi realizada através da pesquisa em bibliografia, cartografia e iconografia, mas sobretudo da consulta da base de dados do IGESPAR I.P. então disponível, denominada de "Endovélico", e dos processos de arqueologia arquivados naquele Instituto (memórias documentais de todas as intervenções arqueológicas realizadas em Lisboa) com especial relevância para os diversos Estudos de Impacte Ambiental, feitos a partir da década de 90 do século XX.

A interpretação das informações recolhidas exigiu alterações significativas na localização, extensão e quantidade de manchas territoriais consideradas como áreas de sensibilidade arqueológica. Nalguns casos, poucos, foram eliminadas manchas, contudo, na maioria dos casos verificou-se o acréscimo motivado pela descoberta de novos vestígios em áreas anteriormente não abrangidas, assumindo-se igualmente, a necessidade de propor uma nova categorização das "Áreas de Valor Arqueológico", desta vez em três níveis de intervenção que preconizam distintos procedimentos, conforme adiante explicitaremos.

Por outro lado, considerando a incipiente eficácia do anterior PDM na salvaguarda do património arqueológico nos antigos núcleos habitacionais dispersos, nalguns casos (Carnide/Luz, Benfica, Ameixoeira, Charneca, Lumiar/Paço do Lumiar e Belém) procedeu-se à definição de áreas mais restritas, sujeitas a procedimentos mais apertados, onde a densidade da presença de materialidades primitivas é maior, justificando a sua elevação a uma sensibilidade superior à anteriormente atribuída.

Preocupação que foi igualmente estendida aos principais eixos viários de acesso a Lisboa, sobejamente identificados na documentação histórica.

Pretendia-se que esta nova marcação das “Áreas de Valor Arqueológico” funcionasse como um instrumento de planeamento e gestão urbanística, passível, não só de registar para memória futura os vestígios do passado contribuindo para a construção do discurso histórico sobre o território do município de Lisboa, mas também de potenciar a integração das memórias materiais do passado no presente e nas opções futuras da cidade de Lisboa, rentabilizando-se o investimento económico que a prática arqueológica implica.

3.2.1. ÁREAS DE VALOR ARQUEOLÓGICO

As “Áreas de Valor Arqueológico” integradas na “Planta de Ordenamento e Qualificação do Espaço Urbano” do PDM de 2012, correspondem a manchas territoriais de sensibilidade arqueológica, onde os vestígios arqueológicos existem consolidadamente, ou existem potencialmente, com um grau de probabilidade variável entre o elevado e o razoável. Consoante o grau de conhecimento da existência e da integridade dos vestígios essas áreas foram categorizadas em três níveis de intervenção.

A distribuição das manchas, tal como a sua categorização em níveis, representa um resumo cartográfico do que então se sabia acerca da evolução da ocupação e uso do território do município, ao mesmo tempo que reflecte a importância concedida a alguns arqueossítios elevados à categoria de marcos identitários da história de Lisboa, muito em especial os que foram incluídos nos novos níveis 1 e 2, alguns dos quais já integram roteiros culturais e turísticos da cidade de Lisboa, enquanto relativamente aos outros, se estudam estratégias e propostas passíveis de os colocar à fruição do grande público, ou em muitos casos de confirmar a sua existência.

As condicionantes a levar em consideração nestas áreas, encontram-se previstas e definidas no Regulamento anexo ao PDM, designadamente no seu artigo 33.º, onde além de se contextualizarem os diferentes níveis, se propõem estratégias de actuação relativamente ao património arqueológico.

3.2.1.1. ÁREAS DE INTERVENÇÃO DE NÍVEL 1

As “Áreas de Intervenção de Nível 1” constituem áreas de valor arqueológico consolidado e correspondem à zona monumentalizada do Castelo de São Jorge, aos Troços das Cercas Medievais de Lisboa, ao espaço ocupado pelas ruínas do Teatro Romano, à zona da Sé Catedral, da Igreja de Santo António e respectivos largos, ao espaço ocupado pelas Termas dos Cássios e pelas ruínas do suposto “Templo de Cibele”, às Galerias Romanas/Criptopórtico da Rua da Prata e ao Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros [FIG. 4].

Nestes locais, considerados vitais para a manutenção da memória e identidade de Lisboa, preconiza-se a promoção da preservação, consolidação e valorização do uso patrimonial científico e arqueológico e uma estratégia arqueológica prévia a todas as operações urbanísticas que devem ser orientadas para esse desiderato. Todas estas áreas têm potencial para conferir uma valência pública à

actividade arqueológica e integrar os roteiros de oferta patrimonial da cidade, contribuindo para a sua dinâmica cultural e turística.

3.2.1.2. ÁREAS DE INTERVENÇÃO DE NÍVEL 2

As “Áreas de Intervenção de Nível 2” são as áreas de potencial valor arqueológico elevado. Correspondem a realidades de ocupação do espaço onde a diacronia, a densidade, ou a integridade dos vestígios, de acordo com o estado actual dos conhecimentos, está já identificada ou a probabilidade da sua ocorrência é bastante elevada [FIG. 5].

Nessas áreas, na maioria dos casos, integradas em zonas históricas de uso predominantemente habitacional e terciário, preconiza-se uma estratégia de intervenção arqueológica prévia aos projectos e operações urbanísticas que impliquem impactos ao nível do subsolo. Desta forma pretende-se que o interventor, ou a entidade gestora do território, tenham a possibilidade de integrar alguma materialidade arqueológica, cuja importância o justifique, perseguindo-se por conseguinte, o aumento e valorização da oferta patrimonial da cidade, com a criação de pequenos equipamentos culturais, de carácter museológico, mais ou menos dispersos pela cidade, que se transformem em eventuais pólos de atracção, revelando aos munícipes e visitantes, as diferentes fases da ocupação humana deste território.

Destacam-se as zonas correspondentes ao núcleo urbano primitivo de Lisboa desde a Antiguidade até aos inícios da Época Moderna, ou seja, toda a área compreendida dentro dos limites da denominada Muralha Fernandina (1371/73), o Bairro da Mouraria, a Encosta de Santana, o Bairro Alto e a frente ribeirinha contígua à Muralha. Nesta área, durante a vigência do PDM de 1994, detectaram-se vestígios pré-históricos e proto-históricos anteriores à própria cidade, sob o Palácio dos Lumiares no Bairro Alto (Valera, 2014) e sob o empreendimento da EPUL no lado ocidental do Largo Martim Moniz na Encosta de Santana (Muralha, Costa e Calado 2002).

Para além da zona do núcleo urbano primitivo da cidade de Lisboa, são também consideradas “Áreas de Intervenção de Nível 2” outros centros históricos, cujas origens conhecidas, na maioria dos casos remontam à Época Medieval e inícios da Época Moderna, períodos em que o território do município não se cingia ao espaço urbano de uma única cidade, mas antes era marcado por vastas áreas rurais de utilização agrícola, polvilhadas por pequenos núcleos de povoamento, quintas, conventos, casais agrícolas, etc.. É o caso dos centros históricos de Carnide/Luz, Paço do Lumiar, Lumiar, Charneca, Ameixoeira, Belém e Chelas, que se destacam pela antiguidade e possível integridade dos vestígios e que, *grosso modo*, só recentemente foram integrados na grande mancha urbana da Lisboa contemporânea.

Igualmente integradas em “Áreas de Intervenção de Nível 2”, estão incluídas as zonas correspondentes a arqueossítios de Época Pré-Histórica bem conhecidos então, na sua maioria já intervenções arqueologicamente e, em princípio, preservados na zona ocidental do território, nomeadamente nas áreas protegidas afectas ao Parque Florestal de Monsanto (designadamente Vila Pouca e Montes Claros), dos Sete Moinhos e na área da Tapada da Ajuda. Os arqueossítios de Época Romana



FIG. 4 Plano Director Municipal de Lisboa (2012). Área de Intervenção de Nível 1 (Centro Histórico).

FIG. 5 Plano Director Municipal de Lisboa (2012). Área de Intervenção de Nível 2.

FIG. 6 Plano Director Municipal de Lisboa (2012). Área de Intervenção de Nível 3.

localizados sob a chamada “Casa do Governador da Torre de Belém” – uma unidade de produção de preparados piscícolas (Filipe e Fabião 2006/2007) e na Tapada da Ajuda – uma necrópole (Cardoso, Amaro e Batalha 2018), provavelmente pertencente a uma *villa* romana, foram também considerados neste nível de sensibilidade.

3.2.1.3. ÁREAS DE INTERVENÇÃO DE NÍVEL 3

As “Áreas de Intervenção de Nível 3” são áreas condicionadas de potencial valor arqueológico [FIG. 6]. Nesta categoria foram contempladas várias realidades distintas de ocupação do território, cuja existência se presume a partir de materialidades existentes (núcleos habitacionais antigos, eixos viários fósseis e interface ribeirinho), da documentação arquivística e cartográfica, por vezes vaga e pouco rigorosa, e em materiais arqueológicos recolhidos, sobretudo durante a primeira metade do século XX (actualmente depositados em diferentes Museus), que lançam suspeitas verosímeis. Em função dessas informações, no âmbito dos procedimentos de salvaguarda arqueológica ora previstos, pretendia-se confirmar e reencontrar estas materialidades do Passado, por forma a tornar a informação histórica da cidade mais fundamentada, permitindo um maior rigor na elaboração e revisão dos diferentes instrumentos de gestão territorial em termos futuros.

Nesta categoria preconiza-se uma estratégia preferencial de intervenção arqueológica de acompanhamento presencial das operações urbanísticas que tenham impacto no subsolo. Estão contempladas nestas áreas de Nível 3, as zonas de expansão do núcleo histórico urbano de Lisboa, ao longo da Época Moderna, estruturando-se habitualmente, ao longo dos antigos eixos viários de penetração e saída da cidade, por vezes de forma dispersa, nas mais diversas direcções.

Foi aliás ao longo desses eixos viários que se foram instalando as manufacturas de época pré-industrial e as indústrias de primeira geração, promovendo-se, por conseguinte, a preservação pelo registo arqueológico, deste património passível de reconstituir as primeiras fases da história da revolução industrial do município de Lisboa. Integram ainda esta categoria, as áreas de expansão dos outros núcleos históricos dispersos mais antigos que já referimos, ao longo dos seus principais eixos viários de acesso, como a Estrada da Luz, a Estrada de Carnide, a Estrada de Benfica, a Estrada da Ameixoeira ou a Estrada do Lumiar, entre outras.

Integrados nesta grande mancha de sensibilidade arqueológica definida pela Zona Ribeirinha/ Eixos Viários Antigos/Aqueduto da Águas Livres, encontram-se igualmente outros núcleos de

povoamento antigos, como Olivais Velho, São Domingos de Benfica, Campolide e Ajuda, e fora desta Telheiras, Palma de Cima e de Baixo que, apesar de ainda possuírem algumas características primitivas, já estão muito diluídas pelo urbanismo contemporâneo que os foi integrando no grande espaço urbano que constitui hoje a cidade de Lisboa.

De igual modo, os espaços onde há notícia de terem estado implantadas estruturas militares datáveis de Época Moderna (fortes, baluartes, baterias e outros) foram também considerados, procurando-se localizar no terreno todos os vestígios da antiga cintura defensiva da cidade. O mesmo sucedeu com os troços do Aqueduto das Águas Livres identificados, uma vez que se trata de um Monumento Nacional (Decreto de 16 -06-1910), sendo por conseguinte uma realidade patrimonial com implicações arqueológicas.

Algumas das manchas territoriais assinaladas como "Áreas de Intervenção de Nível 3" correspondem a zonas onde foram detectados vestígios de grande antiguidade (pré-históricos e romanos). É o caso das manchas localizadas na zona ocidental da cidade, localizadas no Alto do Duque, ou na Serra de Monsanto e suas imediações, nos Soeiros, na Ameixoeira, ou no Pinhal da Charneca, que correspondem a arqueossítios de Época Pré-Histórica com localização imprecisa e cuja integridade/existência necessita de ser verificada.

De Época Romana regista-se a ocorrência de arqueossítios em localizações cujo uso territorial poderá de algum modo ter protegido os vestígios, pelo menos em parte, como é o caso dos locais conhecidos como Cemitério de São Cornélio (junto ao actual cemitério dos Olivais), Poço de Cortes nos Olivais, o espaço ocupado pelo Palácio Pancas Palha e área limítrofe, Ameixoeira e o espaço contíguo à Avenida da República (arqueossítio de Entrecampos), onde foram detectados vestígios eventualmente relacionados com vilas romanas de exploração agrícola que se sabe terem existido, distribuídas pelo actual concelho de Lisboa e que fariam o abastecimento de víveres à urbe de Olísipo, considerando-se o seu papel de escala portuária para o comércio entre o Mediterrâneo e o Atlântico Norte.

3.3. OUTROS INSTRUMENTOS DE GESTÃO E CONTROLO TERRITORIAL

No que respeita aos diplomas legais com condicionantes de gestão territorial, com articulado próprio, onde a salvaguarda do património arqueológico constitui uma preocupação com força de lei, podem-se ainda mencionar os Planos de Pormenor (PP) e os Planos de Urbanização (PU). No actual município de Lisboa contabiliza-se a existência de 48 PPs, dos quais apenas 25 são eficazes; no que respeita aos PUs contam-se 17 Planos, dos quais apenas 9 já são eficazes [FIG. 7].

Os Planos de Pormenor constituem documentos que desenvolvem e concretizam com detalhe propostas de ocupação de uma determinada área do território municipal, estabelecendo regras sobre a implantação de infraestruturas e o desenho dos espaços de utilização comum, a implantação, a volumetria e regras para a construção e a disciplina da sua integração na paisagem, a localização e a inserção urbanística de equipamentos de utilização colectiva, assim como a organização espacial das demais actividades de interesse geral.

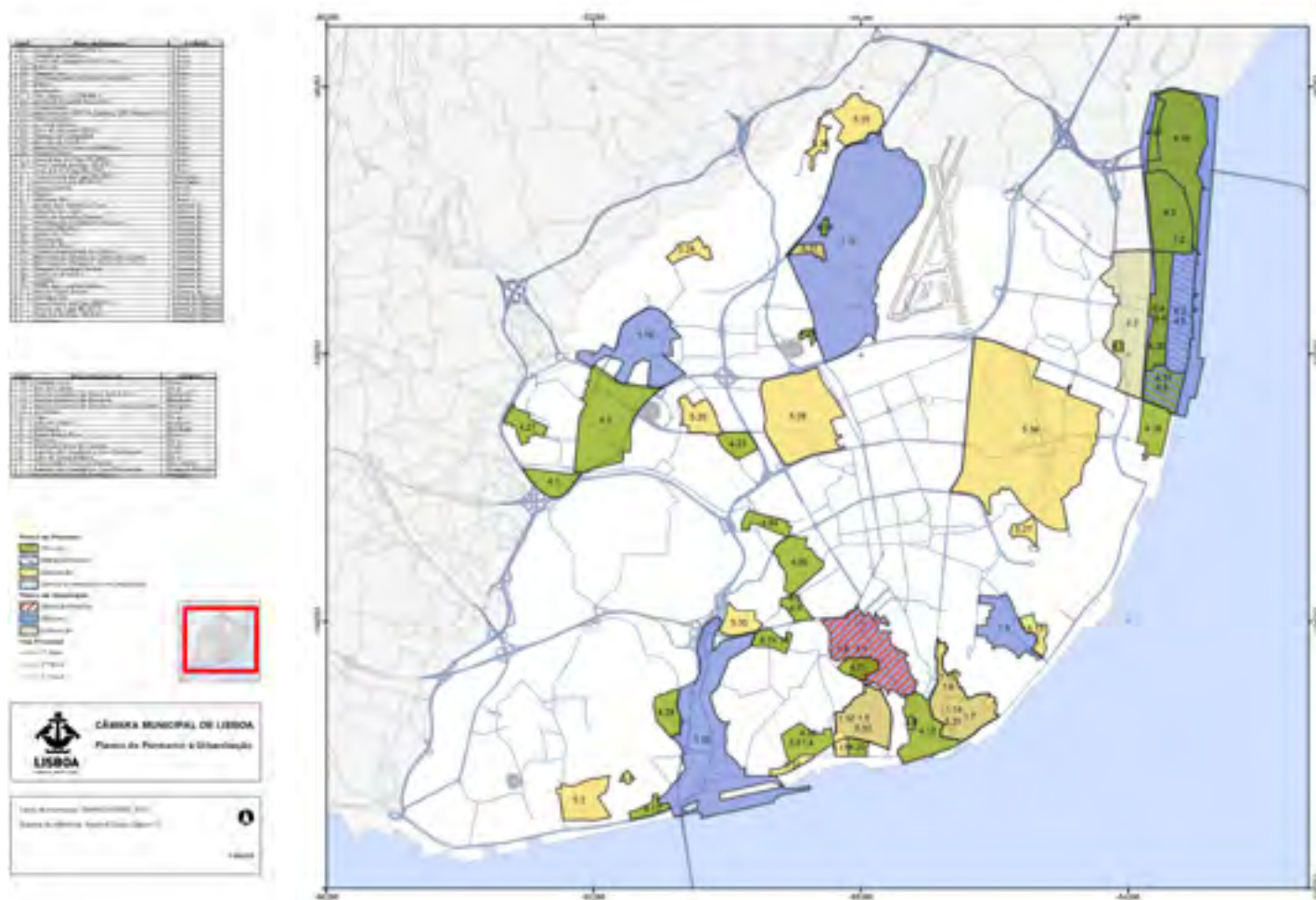


FIG. 7 Planos de Pormenor e Urbanização de Lisboa (2017).

Os Planos de Urbanização desenvolvem e concretizam o Plano Director Municipal, estruturando a ocupação do solo e o seu aproveitamento, fornecendo o quadro de referência para a aplicação de políticas urbanas e definindo a localização das infraestruturas e dos diversos equipamentos colectivos principais.

Na documentação que compõe ambos os diplomas, além de cartografia detalhada (Planta de Condicionantes), onde se assinalam, à semelhança do PDM, as realidades arqueológicas conhecidas e os níveis arqueológicos aí definidos, existe igualmente um Regulamento associado, no qual se poderão estabelecer especificidades próprias, que condicionem a própria metodologia arqueológica a adoptar no que respeita à salvaguarda desta memória.

Contudo, nos Regulamentos que presentemente acompanham os diplomas eficazes, nos respectivos articulados, as normas que respeitam ao património arqueológico, não vão além do que já está definido por força da aplicação do Art.º 33.º do Plano Director Municipal em vigor, reiterando-o. Não obstante, este constitui mais um veículo jurídico de sustentação à actividade arqueológica que também deve ser considerado, designadamente no que respeita às formas de registo a adoptar tendo por fim a gestão da múltipla informação recolhida, necessariamente incompleta, por força do contexto urbanístico das intervenções arqueológicas de carácter urbano. Mas também noutros aspectos como a integração de estruturas arqueológicas, ou mesmo o tratamento dos bens móveis exumados.

Igualmente, os vários Regulamentos que enquadram os diferentes aspectos da actividade urbanística da cidade, ainda que de forma vaga, também promovem a salvaguarda do património arqueológico, concretamente: o Regime Jurídico de Edificações Urbanas (Dec. Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro), Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Lisboa (vulgo, REMUEL, aprovado em Assembleia Municipal em 2008 – Publicado em DR a 13 de Janeiro de 2009). Aliás, no caso do REMUEL, prevê-se mesmo no n.º 1 do art.º 13.º que sejam assegurados “princípios de preservação e promoção dos valores ambientais, patrimoniais e arqueológicos”, em fase de licenciamento.

4. ACTIVIDADE ARQUEOLÓGICA: UM RECURSO

Temida por muitos dos diferentes intervenientes urbanísticos (desde políticos, arquitectos, empreiteiros, promotores e outros), a actividade arqueológica tem vindo a demonstrar que tem formas de actuar sem colocar em risco a concretização de projectos. Antes pelo contrário, paulatinamente tem vindo a contribuir para uma maior oferta patrimonial da cidade, em muitos casos mesmo por iniciativa dos próprios promotores que reconhecem a sua valia, permitindo que os mesmos se constituam como apontamentos vestigiais de outras vivências e de outras Lisboas mais remotas.

Com efeito, desde o início do novo milénio, o número de locais em Lisboa com estruturas arqueológicas integradas mais do que duplicou [FIG. 1], adivinhando-se para breve a apresentação de novos espaços similares. Aliás esta constitui uma nova valência de gestão da actividade arqueológica que vai ao encontro da sua crescente complexificação, pois também neste desiderato de Arqueologia Pública se constata a falta de alguma regulação ou enquadramento jurídico, que proteja as boas intenções do momento, para o futuro.

Por conseguinte decorridos cerca de 15 anos de uma actividade arqueológica cada vez mais sólida e intensa, no que concerne à cidade de Lisboa, se por um lado se poderá constatar que objectivamente houve um contributo inegável para o incremento da identidade territorial, disponibilizando mais património e mais informação. Por outro lado expõem-se e abrem-se algumas novas fragilidades (por vezes imprevisíveis, mas nem sempre), sobretudo no que respeita à área da gestão, nas suas diversas dimensões.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com um papel definitivamente definido no enquadramento jurídico do processo urbanístico da cidade, e na sua prática, a actividade arqueológica em meio urbano debate-se hoje com novos desafios, com novas expectativas e, sobretudo, com um interesse público crescente.

Como herança, no que respeita à legislação específica da Arqueologia, mantém-se ainda uma visão centralista, que desresponsabiliza muitos dos agentes locais, e que curiosamente são por ventura, aqueles que mais investem na promoção e salvaguarda deste património.

Às novas respostas que são exigidas à Arqueologia, enquanto factor importante na gestão urbanística, mantem-se a necessidade de se aperfeiçoarem e adaptarem às diferentes realidades do espaço territorial os instrumentos jurídicos disponíveis, porquanto ainda permanecem excluídos alguns critérios de avaliação patrimonial essenciais para a caracterização do legado histórico e urbanístico da cidade, como por exemplo a Arqueologia da Arquitectura que não se encontra acautelada em qualquer normativo específico.

A ausência de qualquer estratégia direccionada para o território do município que não foi incluído em qualquer dos Níveis Arqueológicos definidos no PDM 2012, constitui igualmente uma situação que urge alterar.

Igualmente, no que respeita à frente Ribeirinha da cidade, é hoje claro que a sua classificação deverá ser alterada, devendo-se em sede de nova revisão de PDM garantir que a protecção do património arqueológico de carácter subaquático também é contemplada.²

NOTAS

- ¹ Toda a documentação relativa ao Plano Director Municipal pode ser consultada em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal>
- ² Os autores agradecem aos colegas da Divisão de Gestão de Informação Georreferenciada a cedência das Figuras 2, 4, 5, 6 e 7.

BIBLIOGRAFIA

- AMARO, C. (1994). "A Arqueologia Urbana de Lisboa- sua evolução", *Al-madan*, 2.ª Série, n.º 1, pp. 19-22.
- BUGALHÃO, J. (2000). "Lisboa (III Urbanismo; A. Arqueologia Urbana de)", *Enciclopédia Verbo Luso- Brasileira de Cultura, Edição Século XXI*, vol. 17. Lisboa: Editorial Verbo, pp. 1386-1389.
- BUGALHÃO, J. (2008). "Lisboa e a sua Arqueologia: uma realidade em mudança", *Era Arqueologia, revista de divulgação científica de estudos arqueológicos*, n.º 8, pp. 218-230.
- CAESSA, A. I. S.; MARQUES, A. A. C.; SILVA, R. A. B. (2012). *Componente arqueológica - caracterização do Plano Director Municipal de Lisboa*, 30 p., 6 fig., 1 pl. (policopiado).
- CARREIRA, J.R. (1986). "A jazida da Idade do Bronze Final da Tapada da Ajuda", *Lisboa-Revista Municipal*, 2.ª Série, n.º 15, pp. 3-18.
- CARDOSO, G.; AMARO, C.; BATALHA, L. (2018) – O Sítio Arqueológico do Alto da Casa Branca (Tapada da Ajuda, Lisboa), *Al-madan (on line)*, n.º 22, 35-40. Acedido em Janeiro 2018, em: https://issuu.com/almadan/docs/al_madanonline22_1/44.
- CARDOSO, J. M. (1988a). "Carta Arqueológica do Concelho de Lisboa", *Lisboa-Revista Municipal*, 2.ª Série, n.º 23, pp. 3-15.
- CARDOSO, J. M. (1988b). "Carta Arqueológica A jazida da Idade do Bronze Final da Tapada da Ajuda", *Lisboa-Revista Municipal*, 2.ª Série, n.º 24, pp. 3-25.
- CARDOSO, J. L.; CARREIRA, J. R. (1993). "Le Bronze Final et le début de l'Âge du Fer dans la région riveraine de restuaire du Tage", *Méditerranée*, n.º 2, pp. 193-206.
- CARDOSO, J. L. (2004). *A Baixa Estremadura dos Finais do IV milénio a.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de História regional*, (Estudos Arqueológicos de Oeiras n.º 12). Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (2015). "Between the Atlantic and the Mediterranean: the Late Bronze Age around the Tagus estuary (Portugal). Economic, social and cultural aspects", *Rivista di Scienze Preistoriche*, 65, 149-170.
- FABIÃO, C. (1994). "Ler as cidades antigas: Arqueologia Urbana em Lisboa", *Penélope - Fazer e desfazer a História*, n.º 13, pp. 147-162
- FILIPE, I.; FABIÃO, C. (2006/ 2007). "Uma unidade de produção de preparados de peixe de época romana na Casa do Governador (Lisboa): uma primeira apresentação", *Arqueologia & História*, n.º 58/59, pp. 103-118.
- FERREIRA, F. A. B. (1962). *Diário das Escavações Sistemáticas na Praça da Figueira em Lisboa*, Lisboa: Junta Nacional da Educação (manuscrito - exemplar policopiado a partir de microfilme).
- GASPAR, A., GOMES, A., SEQUEIRA, M. J., SILVA, R. B. (1997). "Arqueologia Urbana em Lisboa?", *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. 8. Porto: ADECAP, pp. 55-74.
- MURALHA, J.; COSTA, C.; CALADO, M. (2002) – "Intervenções arqueológicas na Encosta de Santana (Martim Moniz - Lisboa)", *Al-madan*, 2.ª série, n.º 11, pp. 245-246.
- SILVA, R. B. (2000). "As concepções de Arqueologia Urbana em Lisboa", *Actas das Sessões do III Colóquio Temático «Lisboa-Utopias na viragem do milénio Ribeirinha» (Forum Roma, 30 de Junho a 2 de Julho de 1999)*. Lisboa: Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, pp. 229-240.
- VALERA, A. C. (2014). "Antes de Lisboa. Palácio dos Lumiares: uma janela sobre a Pré-História da foz do Tejo", *Rossio. Estudos de Lisboa*, n.º 3, 10-15. Acedido em Setembro de 2017, em: https://issuu.com/camara_municipal_de_lisboa/docs/rossio_03_issuu.



Origem, auge, decadência e processos de ressignificação de cidades históricas da Bahia




CARLOS ETCHEVARNE

Universidade Federal da Bahia
etchevarnebahia@gmail.com

CARLOS ALBERTO SANTOS COSTA

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
solracoteb@gmail.com



RESUMO No estado da Bahia existe um número significativo de cidades históricas, que responde a dois grandes momentos de expansão da sociedade brasileira: aquelas vinculadas ao processo histórico de colonização portuguesa, na faixa litorânea, da metade do século XVI ao início do XIX; e as que estão vinculadas ao processo de expansão da sociedade nacional, com a 'explosão' econômica provocada pela exploração do diamante, no século XIX. Estas variantes respondem à função, à utilização e às novas formas de valorização e significação dos espaços. Na segunda metade do século XX os centros históricos baianos da faixa litorânea encontram-se em franco estado de abandono e degradação. Essa condição de decadência só é parcialmente revertida a partir dos anos 1980, quando se começa a vislumbrar o potencial econômico que toma o turismo nesses espaços urbanos. De fato, as propostas das políticas públicas para as cidades históricas enfatizaram a reabilitação arquitetônica e paisagística, mas foram omissas às situações sociais das pessoas que moravam aí, em situação precária. No caso das cidades relacionadas ao ciclo do diamante, os centros históricos, apesar do abandono parcial, tiveram um processo de continuidade social, com ressignificação das funções conferidas aos espaços.

PALAVRAS-CHAVE Centros Históricos; Chapada Diamantina; Litoral da Bahia.

ABSTRACT *Origin, rise, decay and processes of resignification of historic cities of Bahia.* There is a significant number of historical cities in the state of Bahia, which makes part of two great moments of expansion of Brazilian society: those that correspond to the historical process of Portuguese colonization, in the coastline, from the middle of the sixteenth century to the beginning of the nineteenth century; and those linked to the process of expansion of national society, with the economic 'explosion' caused by the exploitation of the diamond in the nineteenth century. These variants respond to the function, the use and the new forms of valorization and signification of the spaces. In the second half of the twentieth century, the historical centers from Bahia are in a state of abandonment and degradation. This condition of decay has only partially reversed since the 1980s, when it begins to be noticed the economic potential of tourism in these urban spaces. In fact, the public policy proposals for historical cities emphasized architectural and landscape rehabilitation. These proposed policies neglected the precarious social situations of the people who lived there. In the case of cities related to the diamond cycle, the historical centers, despite the partial abandonment, had a process of social continuity, with a redefinition of the functions referred to the spaces.

KEY WORDS Historic Centers; Chapada Diamantina; Littoral of Bahia

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Em linhas gerais, definem-se como centros históricos os setores espaciais onde se originaram os núcleos urbanos e que permanecem habitados até o presente, ou pelo menos até tempos recentes. Independentemente da expansão territorial que possa ter acontecido, o *locus* de fundação original mantêm-se como referência geográfica, histórica e/ou social para os moradores atuais das cidades, ainda que a percepção e conseqüente valorização sobre eles possa ir mudando no transcurso do tempo. Nesse sentido, a atitude consciente ou inconsciente dos habitantes contemporâneos enquadram-se em um variado espectro comportamental que vai da total indiferença e distanciamento

até a familiaridade, apropriação afetiva e ressignificação, a depender da perspectiva do grupo social que seja observado.

No estado da Bahia, no que se refere às cidades de fundação antiga, vinculadas ao projeto de implantação e afirmação do programa português de colonização, podem-se comprovar situações urbanísticas diversas, ocasionadas, fundamentalmente, pela mudança da ordem econômica e social, assim como pela introdução de modelos de habitação em cidades que se diferenciaram daqueles que se seguiam no período colonial.

Desta forma, os centros históricos das cidades baianas fundadas no século XVI oferecem um enorme potencial arqueológico, porque contêm elementos testemunhais de todos os períodos e das modificações pelas quais passaram as cidades desde as suas origens. Devem ser incluídos nesse conjunto de testemunhos, os que correspondem ao momento inicial de interação entre colonizadores e grupos indígenas que habitavam as áreas próximas aos núcleos recém implantados, como no caso de Salvador da Bahia.

As cidades resultantes da primeira onda de migrações programadas do século XVI estão relacionadas com a instalação das Capitânicas Hereditárias, empreendimentos de capital privado, mas controlados pelo Estado, com características fortemente econômicas. Não obstante, esses empreendimentos manifestam também o interesse político da coroa portuguesa de assegurar a posse e o usufruto dos novos territórios.

Por uma questão logística, as cidades fundadas durante o século XVI estão localizadas na área litorânea, ou seja, mantendo uma relação direta com o oceano, funcionando como portos de escoamento da produção (açúcar e fumo) e de matéria prima (madeiras) e de importação de produtos manufaturados e insumos. Esta posição geográfica também lhes outorgou outro papel crucial, tornando-as ponto de convergência de uma rede regional de vias (terrestres e aquáticas), que as uniam com os locais de extração ou de produção.

Cabe ressaltar que as cidades brasileiras, assim como as suas congêneres espanholas nas colônias americanas, estiveram sempre sob a mira cobiçosa de outros países, especialmente Inglaterra, França e Holanda, cujas frotas frequentemente tentaram tomar posse dos territórios luso americanos. O sistema de fortificações estabelecidos estrategicamente ao longo da costa brasileira, dentro e fora das cidades, justifica-se pela ameaça constante de invasão por parte dessas nações, pelo menos até finais do século XVIII. Portanto, a posição topográfica e a própria organização das cidades levaram em consideração também esse imprescindível aspecto defensivo.

Desta forma, a história das três cidades coloniais litorâneas, Salvador, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia, que aqui analisaremos em primeiro lugar estão associadas a esses grandes ciclos econômicos (extrativista primeiro, depois produtivista) e aos processos sociais decorrentes, porque deles participaram, ainda que inseridas de maneira muito diversa. Nessas três cidades se mantêm até hoje, salvo algumas transformações, estruturas arquitetônicas significativas e arranjos espaciais, que são considerados os centros históricos de cada uma delas.

Por outro lado, na segunda metade do século XIX, teve lugar uma outra explosão de atividade econômica, que desta vez dinamizou a região central do estado da Bahia, até então bastante marginal no que se refere ao desenvolvimento sócio econômico: a descoberta e exploração do diamante. O achado deste mineral nos aluviões da região de Mucugê, no planalto baiano, provocou um deslocamento vertiginoso de um número importante de pessoas que foram se instalando em diferentes partes da Chapada Diamantina. Inicialmente formaram pequenos acampamentos, para depois se constituírem em casarios espontâneos, definindo-se, em princípio, ao longo de uma rua ou de um espaço aberto ou praça. No geral, essas instalações precárias ficavam próximas das áreas de extração do diamante. Com o tempo, o povoado, uma vez consolidado, ia se estendendo em direção aos caminhos para as zonas de exploração.

O declínio destas cidades mineradoras começou no final do século XIX e, em alguns casos, nos primeiros anos do século XX, quando foram se esgotando as areias diamantíferas, especialmente das gemas, permanecendo apenas os cristais carbonáticos, só apropriados para a indústria e, portanto, menos valiosos. Ou seja, nesse período inicial do novecentos o empreendimento de extração artesanal dos cristais diamantíferos, sob a forma de garimpos, já não era mais compensatório, posto que se tornou oneroso e pouco competitivo no mercado internacional.

Enfrentados com essa realidade, os moradores foram migrando para outras regiões do país ou, se permanecendo, mudando para atividades de subsistências. De fato, o esgotamento das jazidas superficiais e a descoberta de outros locais diamantíferos no mundo foram determinantes para a rápida decadência das cidades mineradoras do diamante, na chapada baiana. Elas chegaram à metade do século XX com redução drástica de população e o franco empobrecimento, até algumas serem abandonadas totalmente pelos seus moradores, situação que as conduziu ao atual estado de ruínas.

Somente restaram as cidades e vilas que souberam se adaptar à nova realidade convertendo-se em núcleos baseados na criação de gado ou, então, como pontos de descanso de tropeiros e de rebanhos no percurso da transumância até as feiras ou mercados litorâneos.

O declínio ou a estagnação persistiu até a década de 1970, quando as cidades fundadas no ciclo da exploração do diamante entraram a formar parte de roteiros turísticos alternativos, focando os recursos naturais, acompanhando o surgimento das trilhas ecológicas. A construção de hotéis e outras formas de hospedagem, melhoramento de redes de estradas e, sobretudo, a criação de um aeroporto, em Lençóis (centro da Chapada Diamantina), transformaram substancialmente os perfis sócio econômicos das cidades diamantinas. Hoje, elas estão incluídas, no âmbito nacional, nos programas de visitação de paisagens naturais, sendo o turismo ecológico ou de aventura a maior fonte de renda regional¹.

2. SALVADOR DA BAHIA

A cidade de Salvador da Bahia destaca-se, em uma segunda onda de fundações, acontecida depois de formados os núcleos das capitânicas hereditárias. Esta cidade foi concebida como capital da colônia portuguesa na América e, como tal, teve um papel preponderante como centro administrativo



de todo o território brasileiro, desde o século XVI até metade do XVIII e, ainda, como importante polo econômico até meados do século XIX. A sua condição dentro do sistema atlântico de navegação e comércio foi de tal importância para o período dos dois primeiros séculos de colonização que foi considerada o maior porto de América.

Sua posição no topo de uma alta e íngreme falésia, com grande visibilidade sobre o horizonte da baía de Todos os Santos, proporcionava uma defesa natural, complementada por uma muralha, na parte interna. Nos dois primeiros séculos a cidade ficou protegida por terra por uma linha amuralhada, superando esse limite somente no século XVIII, quando se expande para as colinas próximas. Essa área circunscrita começou a ser monumentalizada no século XVII, com a construção de igrejas, conventos, hospitais e pelos palácios da administração pública e de residências privadas.

O Centro Histórico de Salvador foi classificado seguindo o critério de ocupação original dentro desses antigos limites defensivos. Portanto, se trata de uma grande área que vai da atual Praça Castro Alves (onde existia a Porta de São Bento, uma das duas portas de entrada) ao Largo do Pelourinho, onde se encontrava a porta de Santa Catarina, passando por outras duas praças, a do Paço (hoje Praça Municipal) e a do Terreiro de Jesus.

No decorrer do século XIX, essa parte da cidade começa a se transformar substancialmente, com a mudança do perfil social dos moradores que a vão paulatinamente ocupando. Se até as primeiras décadas desse século, todos estavam relacionados a famílias de um poder aquisitivo importante e vinculados com o poder político e econômico, para metade do oitocentos começam a ser registradas como moradoras famílias com membros de ascendência africana, libertos, pequenos comerciantes e funcionários públicos de baixo escalão. A cidade já tinha iniciado o processo de expansão para novos bairros, em que se instala a elite da sociedade baiana. Para os primeiros anos do século XX, os bairros que compreendem hoje o Centro Histórico estavam no franco caminho de proletarização, para chegar à década de 1990, com a degradação avançada da maioria dos prédios e a ocupação deles por parte de grupos sociais muito desprotegidos. É nesse período que políticas públicas do estado da Bahia decidem transformar o Centro Histórico na área turística principal da cidade, coincidindo com a classificação de Patrimônio da Humanidade por parte da Unesco.

Cabe assinalar que em todo o programa de requalificação da Salvador antiga, não houve intervenções arqueológicas, salvo as escavações sistemáticas que foram realizadas durante a remodelação

FIG. 1 Salvador da Bahia. Fotografia panorâmica de Benjamin Mulock, de 1860, denominada Frontispício da Cidade, tomada a partir da Baía de Todos os Santos. Fonte: Ferrez, 1989.



da Praça de Sé, programa que, desta vez, não esteve a cargo do estado da Bahia, mas da prefeitura municipal de Salvador, como parte das comemorações dos 450 anos de fundação da cidade.

Essas escavações redundaram na recuperação dos alicerces da primeira igreja do arcebispado da Bahia e das estruturas das fundações do Pátio dos Estudos Gerais do Colégio dos Jesuítas, além de restos de construções de habitação. Como se tratava de locais de aterro onde se depositavam materiais de descarte de todo tipo, o volume de restos de objetos da vida cotidiana dos moradores de Salvador foi muito expressivo. Foi o primeiro grande e variado acervo constituído por objetos coloniais e pós-coloniais, na Bahia.

FIG. 2 Salvador da Bahia. Ladeira do Pelourinho, com Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, nos anos da década de 2000. Fonte: Domínio público.



Como resultado destas intervenções arqueológicas em Salvador, foram colocados à disposição da população contemporânea um conjunto de vestígios, especialmente estruturas de alicerces de edificações que não formavam mais parte da paisagem urbana, da experiência do dia a dia dos habitantes, nem da memória coletiva. As áreas de escavações eram abertas ao público, de forma que todos os que passavam pela praça podiam ver os avanços dos trabalhos em profundidade e as evidências vestigiais resultantes.

Se em um primeiro momento os alicerces foram motivo de atenção, logo se constatou que o fato marcante para os habitantes de Salvador eram as próprias pesquisas arqueológicas, que iam revelando a um público não especializado, um universo de objetos desconhecidos. Entre todo esse conjunto houve especial atenção para os restos ósseos humanos, dos sepultamentos realizados dentro e fora da Igreja da Sé, durante todo o período colonial e início do século XIX.

3. PORTO SEGURO E SANTA CRUZ CABRÁLIA (LITORAL SUL DA BAHIA)

Com relação às cidades de Porto Seguro, núcleo original da Capitania do mesmo nome, e da cidade irmã Santa Cruz Cabrália, que se encontra a pouco mais de 60 km ao norte, no mesmo município, pode-se dizer tiveram histórico parecido desde a fundação até o século XX.

Do ponto de vista da ocupação espacial as duas possuem Centros Históricos, na parte alta das falésias. Isto quer dizer que, para suas fundações, foi seguido o padrão em acrópole que se usaria para fundar todas as cidades ou vilas quinhentistas do litoral baiano.

A Capitania de Porto Seguro nunca prosperou, não obstante os investimentos e esforços de seu donatário Pero do Campo Tourinho. Uma das razões pode ter sido a belicosidade de diversos grupos indígenas da região que chegaram a incendiar Santa Cruz Cabrália e mataram seus habitantes. Teve ainda aspectos pessoais negativos na administração da empresa que contribuíram a malograr o empreendimento. Tourinho chegou a ser enviado preso para Lisboa, denunciado por blasfemo diante da Inquisição. Nos séculos seguintes não houve maior interesse pela casa de Aveiro, herdeira da Capitania, nem da coroa em reativar essa região e por isso se instaura um processo de paralisia econômica que deixou a região esquecida e letárgica.

Somente nas duas últimas décadas do século XX, em que se descobrem as belezas naturais da região, propícias para o turismo, é que a região de Porto Seguro se torna região hoteleira de turismo, do tipo de diversão em massa e, como consequência, surge como polo econômico do sul do estado da Bahia, transformando-se drasticamente seu perfil social e urbano. Efetivamente, o aumento demográfico excessivo e rápido elevou o número de habitantes a níveis exponenciais e, sobretudo, redundou na remoção dos moradores nativos para as periferias.

No caso do Centro Histórico de Porto Seguro, observa-se ainda um casario do século XVII e XVIII, composto por algumas fileiras de unidades residenciais, uma igreja matriz e duas pequenas, a Casa de Câmara e Cadeia (hoje Museu Histórico) e as ruínas do Colégio dos Jesuítas. Boa parte da cidade

FIG. 3 Porto Seguro.
Centro Histórico com Igreja
de Nossa Senhora da Pena,
Casa de Câmara e Cadeia.
Autor: Carlos Etchevarne.



FIG. 4 Santa Cruz Cabralia,
Centro Histórico. Igreja
de Nossa Senhora da Conceição,
Autor: Carlos Etchevarne.



desapareceu, mas ainda podem ser identificadas as linhas de edificação, através dos vestígios de alicerces que aparecem a poucos centímetros da superfície, demonstrando como era a concentração de moradias. Hoje, as casas que permaneceram são utilizadas como lugares de venda de suvenires e de lanches rápidos, para os visitantes que costumam circular durante o verão. No inverno, época das chuvas, a área adquire um ar fantasmal.

Em Santa Cruz Cabralia, povoação menos importante política e economicamente que Porto Seguro, os efeitos do turismo de massa e da especulação imobiliária são menores. Não obstante, na parte antiga da Cidade Alta, seu centro histórico, o despovoamento parece ter sido maior. Só resta o edifício da Câmara e Cadeia (onde está instalado um arquivo e um museu), a igreja de Nossa Senhora da Conceição (utilizada esporadicamente) e uma ruína de um edifício inconcluso, do qual não se sabe sua utilidade, nem sua antiguidade.

Nesta área de ocupação antiga são raras as visitas de turistas e menos ainda de moradores nativos. Alguns projetos tentaram revitalizar a zona com fins turísticos. Pesquisas arqueológicas, programadas para dar subsídios, identificaram bolsões de material doméstico de descarte do século XVII (em parte exposto no museu) e as fundações das casas, com suas divisões internas, compondo as linhas de arruamento que ficaram musealizadas para visitação pública.

Em Santa Cruz Cabralia, as ondas de migrações de outras regiões do Brasil, assim como as de empreendimentos hoteleiros e imobiliários, foram recebidas mais tardiamente que as de Porto Seguro, mas com igual efeito transformador e desestabilizador para a população local. O Centro Histórico dessa cidade, não tendo outros atrativos que não seja a estupenda vista sobre o horizonte marinho, não está incluído nos passeios tradicionais para visitantes e nem é motivo de utilização por parte dos moradores.

Como em Porto Seguro, aqui também, o núcleo original da cidade permanece desvinculado da população contemporânea, a não ser como longínqua referência da história regional. Em compensação, existe um marco espacial que alude ao primeiro contato entre o indígena e o colonizador, com força diferenciada na memória social local, regional e nacional: Coroa Vermelha. Esta praia foi o cenário em

que Cabral e seus acompanhantes desceram para rezar a primeira missa, em 1500. Nela existe, desde o ano 2000, um monumento comemorativo alusivo aos 500 anos da chegada de Cabral, construído nas proximidades da comunidade indígena Pataxó de Coroa Vermelha. O peso simbólico desse cenário do descobrimento no imaginário social contemporâneo é tão grande que pode ser considerado como uma das razões pelas quais o núcleo original de Santa Cruz Cabralia e o próprio de Porto Seguro não sejam significativos.

4. CIDADES DE MINERAÇÃO DA CHAPADA DIAMANTINA

A grande expansão da ocupação territorial para o interior da Bahia, especificamente a região diamantina, aconteceu a partir da terceira década do século XIX, iniciando-se na região da atual cidade de Mucugê, na bacia do rio Paraguaçu. A corrida ao diamante se espalhou de forma tão veloz que não houve tempo de uma intervenção planejada por parte do governo estadual. Os povoados foram surgindo espontaneamente, adaptando-se à topografia, com a finalidade de serem eficientes, seja para residência ou para o trabalho de exploração.

Mucugê apresenta um Centro Histórico de ocupação contínua, com um número de residências e edifícios públicos do século XIX e início do XX, em bom estado de conservação. A cidade atual está incluída no perímetro original, apresentando todos os serviços necessários ao funcionamento de uma povoação ativa. O crescimento demográfico permitiu a criação de novos bairros, que se articulam eficientemente ao antigo casco, sem solução de continuidade, mas soube manter as características originais, garantidas pelo tombamento a nível federal.

Ao programa de desenvolvimento econômico baseado no turismo lhe sucedeu outro que se fundamenta na agricultura de pequeno e médio porte, de espécies hortícolas e frutícolas. Esta atividade distingue Mucugê de outras cidades antigas da Chapada Diamantina, transformando-a em um polo agrícola que verte sua produção na região e em Salvador. Ou seja, passado o período de crise do garimpo diamantífero, o município apontou para atividades agrícolas complementadas com outras vinculadas ao chamado turismo ecológico e de aventuras.

A continuidade de ocupação, por parte dos grupos familiares associados ao período de auge da atividade mineradora, também pode ser observada em Lençóis, município localizado no centro da Chapada Diamantina. Sua população decresceu numericamente com o esgotamento do diamante, mas não ocorreu o processo de despovoamento que padeceram outros núcleos urbanos. Ademais conseguiu-se a retomada de sua posição hegemônica na região, quando assumiu a liderança do turismo regional, ao ser criado um aeroporto, no seu território.

De fato, esta é a cidade em que o turismo ecológico e o de aventura estão melhor estruturados e aparelhados, apresentando uma rede de hospedagem variada, um número de agências de turismo com circuitos de visitação consagrados, de forma que ela se tornou o centro de irradiação de excursões a outros municípios vizinhos, como o Iraquara e o de Palmeiras.



FIG. 5 Mucugê. Centro Histórico, com rua enfeitada para a festa de São João. Autor: Carlos Etchevarne.

FIG. 6 Centro Histórico de Lençóis. Casarões da praça principal. Autor: Carlos Etchevarne.

Lençóis, conserva também todas as características essenciais de uma cidade mineradora com as marcas de que teve forte influência política e econômica na região. Três igrejas, prédios públicos importantes, residências elegantes, praças e pontes formam um cenário urbano de grande impacto visual para quem a visita. Como acontece em Mucugê, o Centro Histórico coincide com o perímetro residencial contemporâneo, mantendo-se as feições das construções, ainda que muitas sejam hoje destinadas ao comércio que satisfaz ao turismo. Os novos bairros criados nas duas últimas décadas, conservam as características da antiga cidade, em volumetria e materiais construtivos, posto que também é uma cidade protegida por tombamento a nível federal e controlado pelo órgão de proteção patrimonial.

A Vila de Igatu, no município de Andaraí, e a Vila de Ventura, em Morro do Chapéu, dois núcleos urbanos muito prósperos no período da mineração (até década de 1920 chegaram a contar cerca de 3000 habitantes), passaram igualmente pelo mesmo processo generalizado de decadência, que significou para estas vilas o arruinamento e despovoamento quase total.

Esses dois núcleos mineradores, situados na beira de rios que serpenteia por verdes e profundos vales, são apenas dois exemplos do impacto produzido pelo desaparecimento dos recursos diamantíferos, mas não são as únicas². Igatu do Xique-Xique era uma vila construída ao longo de uma estrada principal que acompanhando paralelamente o rio, unia a entrada do povoado com o caminho às áreas de garimpo. As casas em pedra iam se sucedendo de um lado e do outro da estrada, sem interrupção. O povoado conseguiu conservar um setor da rua principal com moradores descendentes das famílias dos antigos garimpeiros, até que, nos anos 1990, foi descoberta pelo turismo alternativo e por novos moradores de fora que reocuparam algumas casas abandonadas ou edificaram outras em locais próximos às ruínas.

A Vila de Ventura, na beira do rio do mesmo nome, estende-se por uma área, ao pé de uma serra. Até duas décadas atrás, aproximadamente, os habitantes estavam reduzidos a uma única família, havendo um incremento de moradores pela reprodução dos membros dessa família e a presença intermitente de alguns moradores de Morro do Chapéu, que passam ali alguma temporada. Salvo as casas de uma rua paralela ao rio, um sobrado em uma esquina e outra moradia que está próxima à igreja, na



FIG. 7 Vila de Igatu de Xique-Xique. Arruamento com restos de casas de mineradores. Autor: Carlos Costa.

FIG. 8 Vila de Ventura. Sobrado do Centro Histórico. Autor: Carlos Etchevarne.

residência da família remanescente, as construções foram desaparecendo e deixando espaço vazios entre os grupos de ruínas.

Cabe destacar que nas proximidades desta vila foram encontrados restos cerâmicos pertencentes aos grupos indígenas pré-coloniais classificados arqueologicamente como de origem Tupi, grupos estes que se espalharam pelo território baiano em diferentes momentos. Ademais, ainda nas vizinhanças desta vila, encontram-se dois grandes conjuntos de locais com pinturas rupestres denominados Toca da Figura e Toca do Pepino, com painéis de estilos já identificados em outras partes do Nordeste, vinculados a grupos genericamente denominados de caçadores coletores. No primeiro deles foi desenvolvido um programa de escavações arqueológicas, com o objetivo de obter elementos culturais que servissem para contextualizar as pinturas. Nele, foi descoberta uma fogueira com um bloco de hematita desgastada dentro. Análise químicos permitiram identificar a figura do painel que foi pintada com o pigmento extraído do bloco. Sua datação por C14 proporcionou uma idade de quase 3.000 anos AP.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise destas situações urbanas, seja nas quinhentistas cidades litorâneas, como nas oitocentistas chapadenses, e das intervenções arqueológicas promovidas nos centros históricos delas, podem-se apresentar algumas reflexões que envolvem aspectos históricos, técnicos, políticos e econômicos, em que intervêm vários agentes sociais, especialmente no que se refere à valorização, preservação e gestão.

Em primeiro lugar deve ser considerado o próprio processo histórico geral de ocupação e os fatos específicos que modelaram a conformação atual das cidades históricas. De fato, apesar de existirem elementos comuns a todas elas, as especificidades as tornam singulares. Nas cidades litorâneas (Salvador, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália por exemplo), os centros históricos não são áreas de habitação dos moradores contemporâneos e sim, áreas de hospedagem e recreação destinadas ao turismo consumista, onde só sobrevivem edificações emblemáticas do período colonial e imperial.

Nas cidades da Chapada Diamantina, duas delas conseguiram sobreviver com seus Centros Históricos (Lençóis e Mucugê) e duas correram o risco de desaparecer (as vilas de Igatu do Xique-Xique e Ventura), pela sua falência e seu despovoamento, como já acontecera a outros núcleos urbanos da mineração do diamante. A incorporação de novos componentes demográficos exógenos, não interiorizados com os costumes, paisagem e história local, contribuem para modificar o sentimento de valorização sobre os restos arquitetônicos das edificações originais.

Por outro lado, a apresentação de novos elementos referenciais do processo histórico ocorrido nesses núcleos urbanos e a recuperação de informação social proporcionada pelos trabalhos de arqueologia, não significam a valorização desses espaços de maneira imediata. Antes, pode se observar um forte distanciamento entre a população contemporânea e os vestígios arqueológicos (sejam eles arquitetônicos ou objetos móveis).


Em todos os casos, o que parece ser relevante para a conservação de áreas dos centros históricos é a permanência da população local que deverá adequar a sua experiência de vida, a novas condições sociais, políticas e tecnológicas. Uma constatação ultra evidente, mas quase sempre ignorada nos programas de revitalização dos centros históricos.

NOTAS

- ¹ Cabe esclarecer que os exemplos aqui apresentados resultam de um histórico de pouco mais de 20 anos de pesquisas arqueológicas realizadas pelos autores que subscrevem o texto.
- ² Santo Antônio da Cravada, à beira do rio Santo Antônio, é um caso extremo. Trata-se de uma vila absolutamente em ruínas tomada pela vegetação, de cuja existência hoje não se tem mais memória. Foi localizada recentemente, mediante prospecções arqueológicas na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, C. A influência do Colégio dos Jesuítas na configuração da malha urbana de Salvador-BA (1549-1760). *Clio. Série Arqueológica* (UFPE), Recife, v. 2, n.º 19, 2005, pp. 188-194.
- COSTA, C. Os velhos e os novos patrimônios: acerca do processo de remodelação da Praça da Sé de Salvador-BA e os patrimônios arqueológico, arquitetônico e social. *Mneme* (Caicó Online), Caicó - RN, v. 7, n.º 18, 2005, pp. 363-394.
- COSTA, C.; ETCHEVARNE, C.; MACEDO, J. Arqueologia da mineração na Bahia: avaliação e caracterização do potencial arqueológico da Vila de Xique-Xique de Igatu, Andaraí. In: *XV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2011, Belém*. - trabalhos completos. Belém: SAB, 2011, pp. 131-145.
- ETCHEVARNE, C. Bahia. Aportes para uma arqueologia das relações transatlânticas no período colonial. In: *Velhos e Novos Mundos. Congresso Internacional de Arqueologia Moderna, 2012, Lisboa. Anais Velhos e Novos Mundos*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2012.
- ETCHEVARNE, C.; TAVARES, A.; COSTA, C. Arqueologia nas cidades coloniais portuguesas. O exemplo de Salvador. In: ETCHEVARNE, C.; PIMENTEL, R. (Orgs.). *Patrimônio Arqueológico da Bahia* (Série estudos e pesquisas). Salvador: SEI, 2011, v. 1, pp. 77-92.
- ETCHEVARNE, C.; LOPES, M. O território urbano no mundo colonial Luso-Braliseiro. In: *I Fórum Luso-Brasileiro de Arqueologia Urbana, 2009, Salvador: Fast Design, 2006*. v. 1, pp. 09-16.
- FERREZ, G. *Bahia velhas fotografias*. Salvador: Livraria Kosmos Editora, 1989, 199 p.



Jazz, rapé e pôr-do-sol: arqueologia das negras areias submersas do Solar do Unhão (Salvador, Bahia)

BEATRIZ BRITO BANDEIRA

LAAA/ DARQ/ PROARQ/ UFS
beatrizbritobandeira@gmail.com

PAULO FERNANDO BAVA DE CAMARGO

LAAA/ DARQ/ PROARQ/ UFS
pfbavac@gmail.com

LEANDRO DOMINGUES DURAN

LAAA/ DARQ/ PROARQ/ UFS
leandrodduran@hotmail.com

GILSON RAMBELLI

LAAA/ DARQ/ PROARQ/ UFS
gilson.rambelli@gmail.com

RESUMO O Solar do Unhão, desde o século XVI, já foi engenho de cana-de-açúcar, entreposto de escravos, fábrica de rapé, trapiche, armazém de inflamáveis e cortiço. Hoje sedia o Museu de Arte Moderna da Bahia. Aos sábados, após o pôr-do-sol acontece concorrido evento musical – a *Jam no Mam*. Esse cenário espetacular, pleno de arte, está envolvido, no entanto, por grande tensão social entre moradores ricos e pobres, os primeiros recém-chegados, os segundos já fixados há tempos na região. À época dos trabalhos de licenciamento arqueológico de um quebra-mar da Bahia Marina (2008–2012), foram identificados dois sítios arqueológicos: um na Praia da Preguiça, outro diante do Solar do Unhão. Sobre o segundo, nas areias do fundo marinho defronte ao Unhão, enegrecidas pelo carvão mineral despejado ao longo de mais de uma centena de anos de intensa atividade fabril oitocentista, escondem-se também outros vestígios arqueológicos: restos relacionados ao reparo de embarcações e outras atividades do dia a dia dos marítimos, muitos deles potencialmente moradores da vizinha Gamboa. Como consequência do acima exposto, delinea-se o objetivo deste artigo: entender as continuidades e rupturas desse processo secular de tensão social a partir da diacronia das paisagens arqueológicas.

PALAVRAS-CHAVE Solar do Unhão, Salvador, Bahia, Brasil, Arqueologia de Ambientes Aquáticos.

ABSTRACT *Jazz, Snuff and Sunset: Archaeology of the Blackened Submerged Sands of the Solar do Unhão (Salvador, Bahia)*. The Solar do Unhão, since the XVIth century, had been used for sugar cane mill, slave trade entrepôt, snuff factory, warehouse (trapiche), flammable warehouse and tenement. Today the building hosts the Museum of Modern Art. On Saturdays, after the sunset hour, a popular musical event takes place – the *Jam at the Mam*. This spectacular setting, full of art, happens, however, among great social tension between rich and poor neighbours, the first are newcomers, and the second have already been established for a long time in the region. By the time of the archaeological licensing of a Bahia Marina's breakwater (2008–2012), two archaeological sites were identified: one on the Preguiça beach, another on the Solar do Unhão. On the second, in the dark sands of the seabed in front of the Unhão, blackened by coal dumped along for more than a hundred years of intense XIXth century industrial activity, the sand shide other archaeological remains: repair-related vessels parts and day to day utilities sherds of seafarers, many of them potentially residents of nearby Gamboa. As a consequence of the above exposed, the purpose of this article has been outlined: to understand the continuities and ruptures of this secular process of social tension by the examination of archaeological landscapes diachrony.

KEY WORDS Solar do Unhão, Salvador, Bahia, Brazil, Archaeology of Aquatic Environments.

INTRODUÇÃO

Este artigo visa expor os dados decorrentes do salvamento de um dos dois sítios depositários encontrados durante a fase de licenciamento das obras marítimas de um centro de lazer náutico na cidade de Salvador. Os resultados das pesquisas arqueológicas possibilitaram expor temas pouco explorados na Arqueologia. Através de estudos de Arqueologia marítima, foram trazidas à tona realidades socioeconômicas decorrentes da evolução urbana de Salvador, entre a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX.

As obras marítimas caracterizaram-se principalmente pela construção de um enrocamento de pedras perpendicular a Praia da Preguiça, com a finalidade de servir de quebra-mar à *Bahia Marina*, empreendimento em que são oferecidos serviços para clientes permanentes e visitantes. Esse enrocamento minimizaria os efeitos da *elevadia* ou rebojo, uma ondulação de período longo, produzida pela alteração das correntes marítimas durante as frentes frias de inverno, a qual causa danos às instalações portuárias e às embarcações.

Durante as etapas de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica realizadas nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) (Rambelli, 2008; Universidade, 2010), dois sítios arqueológicos foram identificados e delimitados, o Depositário da Praia da Preguiça [FIG. 2], e o Depositário Subaquático do Solar do Unhão [FIG. 3]. Como resultado do trabalho, concluiu-se que as obras afetariam uma pequena parcela do sítio da Praia da Preguiça, podendo gerar impactos negativos indiretos, também, no sítio submerso do Solar (Universidade, 2010).

Decorrente disso indicou-se a necessidade do resgate dos dois sítios, com o intuito de minimizar possíveis impactos negativos da referida obra de engenharia ao patrimônio cultural material, atendendo à legislação e às normas vigentes em território brasileiro.

CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E ARQUEOLÓGICA DA ÁREA

Entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII, a cidade do Salvador presenciou o que parece ter sido um período de importante crescimento que se manifestou materialmente tanto em um apogeu das construções navais (Amaral Lapa, 2000), quanto na ampliação física de seus equipamentos urbanos (Vasconcelos, 2002). No caso da área de nosso interesse, tal desenvolvimento implicou na construção de novas edificações, dentre elas o Solar do Unhão. Segundo Fernando Pires e Geraldo Gomes, tratar-se-ia, na verdade, da ampliação de estruturas originalmente erguidas ainda no século XVI (1994, p. 136), que teriam assumido outro vulto, na segunda metade do século XVII, quando se tornou proprietário da área o desembargador Pedro Unhão Castelo Branco. Esse proprietário teria edificado parte do atual parque arquitetônico, instalando um "engenho urbano" que servia para moradia, com estrutura produtiva vinculada ao beneficiamento do açúcar que era, então, o principal produto econômico de exportação, e local para administrar-se o tráfico de escravos.

Apesar de terem sido erigidos preferencialmente em espaços essencialmente rurais existentes no entorno da grande baía, onde podiam manter vastas plantações de cana de açúcar, a presença de engenhos nos limites do perímetro urbano de Salvador já era mencionada por Gabriel Soares de Souza quando descrevia, em 1587, a região de Água de Meninos. Lá, Cristóvão de Aguiar havia erguido uma estrutura desse tipo, mas que o referido cronista afirmava que não seria de grande proveito justamente por conta de sua proximidade com o núcleo urbano (Sousa, 1945, p. 272). Mas, como bem observaram Fernando Pires e Geraldo Gomes, talvez essas estruturas estivessem voltadas para um nicho

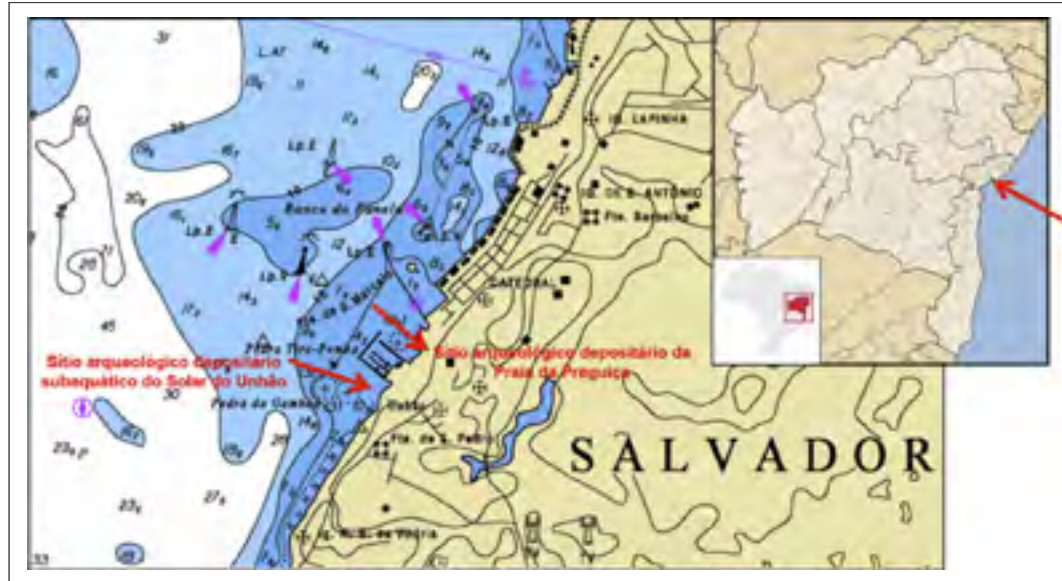


FIG. 1 Área da pesquisa assinalada em Carta Náutica (Universidade, 2013).



FIG. 2 A área do sítio Depositário da Praia da Preguiça, situada entre o Porto Trapiche e a Bahia Marina vista a partir do mar. Foto: Paulo Bava Camargo.



FIG. 3 A área do sítio Depositário Subaquático do Solar do Unhão vista a partir do mar. Foto: Paulo Bava Camargo.

um pouco mais especializado, vinculado, pelo menos no caso do Unhão, justamente à exploração de seu potencial náutico. Assim, segundo os supracitados autores:

"Não se pode deixar de aludir ao extenso cais e aos armazéns da propriedade que fazem supor que sua função de maior importância fosse a de recolher e exportar a produção açucareira dos numerosos engenhos existentes no Recôncavo" (Pires; Gomes, 1994, p. 137).

Teríamos então, ali, a continuidade das práticas já desenvolvidas pelo licenciado Baltazar Ferraz em seus balcões de secar açúcar, alocados, como estiveram, logo ali nos limites da Praia da Preguiça, no início daquele mesmo século (Livro Velho, 1945, p. 44). De forma geral, de 1850 em diante a região em foco – Pedreiras, Preguiça, Jaqueira e Unhão – foi dominada por trapiches – além de fábrica de derivados de tabaco e do alambique – fenômeno que pode ser observado em diversas fotos tiradas a partir das décadas de 1860–1870, reunidas no relatório original da pesquisa (Universidade, 2013).

A existência desses imensos armazéns à beira mar já se percebia, na costa soteropolitana, desde o princípio do século XVII, no antigo Bairro da Praia (Leal, 2016, p. 81). A sua principal função declarada era estocar mercadorias, mas com as construções de pontes de embarque ligadas a eles havia também a necessidade de minimizar a cara e demorada ação de transbordo de mercadorias das embarcações maiores, oceânicas, para as embarcações de serviço (chatas, canoas ou saveiros), para somente então descarrega-las em terra firme. A proliferação dessas edificações, na região de interesse do artigo, na segunda metade do século XIX pode ser explicada por diversas razões relativas ao desenvolvimento capitalista, seja no cenário mundial, seja no cenário regional, as quais demandavam necessária diminuição de custos e de tempo de carga e descarga de bens.

Não é nossa intenção discorrer longamente sobre a economia baiana no século XIX, mas alguns aspectos específicos para o entendimento deste contexto em tela devem ser apontados:

- O aumento do calado das embarcações, o que fazia com que elas tivessem que fundear cada vez mais afastadas da linha de costa, em zonas mais profundas, aumentando ainda mais o custo com o transbordo e o tempo gasto com a operação, impactando a viagem como um todo;
- A já conhecida transferência de capitais do tráfico negreiro para outras áreas de produção, neste caso, para o comércio (Vasconcelos, 2011);
- O Código Comercial, de 1850, instrumento que permitiu o estabelecimento de sociedades comerciais (Baiardi; Saraiva, 2007) voltadas para empreitadas de construção de uma imensa estrutura sobre o mar.
- A crescente urbanização e a migração do campo para a cidade, com destaque para os escravos libertados de suas atividades agrícolas no Recôncavo pela lei de 13 de maio (Fraga Filho, 2009) poderiam ter reforçado a massa de consumidores de bens largamente acumulados nos trapiches.

- A ferrovia Salvador-Alagoinhas, trecho da E. F. Bahia ao São Francisco, inaugurada no alvor da década de 1860.
- Por fim, como visto em outros locais do país, mas ainda pouco explorado de forma sistemática pela Arqueologia como um fator de peso para a transformação material da sociedade, a modernização da economia brasileira após a Guerra do Paraguai (1864-1870) (Pedrão, 2002) promoveu a aquisição de títulos do governo (Marcondes, 2002), mas também o investimento em obras de urbanização, comercialização de imóveis e o desenvolvimento do consumo interno.

É dentro desse mesmo contexto de modernização capitalista que se insere a segunda fase de exploração industrial do Unhão. O funcionamento do Solar como fábrica de derivados do tabaco é relativamente bem documentada, representando o início da imigração suíça para o Brasil: a presença deles como grandes investidores na Bahia; como fazendeiros de café; e de cacau, no sul da província (Ribeiro, 2008). A fábrica de rapé – o seu primeiro e mais conhecido produto – operou lá por volta de um século e talvez tenha sido uma das primeiras instalações industriais de rapé do Brasil. A Meuron & Cia, fundada ainda no período colonial (1816) pelo suíço Auguste-Frédéric Meuron, só teria ido para o Solar em 1826-1827, época em que ele já teria deixado de funcionar como entreposto de escravos. Nessa data o Solar foi arrendado a Meuron e Antoine Saint Valéry Scheult, sendo que este último, cidadão francês, não parecia estar envolvido diretamente com a produção de derivados de tabaco, mas sim com a fabricação de açúcar a partir de máquinas e processos por ele desenvolvidos (Vannucci, 2016, pp.47-51). De qualquer forma, no Unhão passou a ser fabricado o rapé *Areia Preta*, a mais famosa marca do produto no Brasil oitocentista. Tempos depois, a empresa muda de nome – Borel & Cia (Peixoto, 1945) – passando a ser capitaneada por Frédéric Edouard Borel, sobrinho de Meuron (falecido em 1852).

Meuron & Scheult, seguidos por Borel, possuíam diversos negócios – o último, inclusive, tinha uma instalação industrial no Rio de Janeiro, parcialmente situada no hoje conhecido morro do Borel. Assim, não é de se estranhar que a propriedade do Unhão servisse também para outras atividades fabris: sabe-se que, em 1853, em uma das dependências do engenho funcionava também um alambique (Azevedo, 1990). Entretanto, parece que o alambique estava fora do conjunto de edificações remanescentes, segundo o *Mappa Topographica* da cidade, feito em c. 1851 por Carlos Augusto Weyll. Quem sabe fosse uma herança das atividades de Scheult, que havia retornado à França e obtido patente de suas invenções em 1836 (Vannucci, 2016, p. 51), um ano antes de sua morte.

Em 1879 a empresa era responsável por metade da produção brasileira de rapé (Olhar, 2008). E por todo o século XIX, até as primeiras décadas do século XX a Borel & Cia teve papel de destaque na produção e comercialização de tabaco e derivados (Lloyd; Feldwick, 1913, p. 872-893).

Segundo o IPHAN, a fábrica funcionou no Unhão até 1926. Dois anos mais tarde o Solar passou a servir como trapiche, sendo tombado em 1943 em nível federal.¹

Além disso, o Solar do Unhão, até seu restauro e instalação de um Museu, na década de 1960 (1962-1963), serviu também como cortiço e depósito de inflamáveis (Zollinger, 2007). Tal função de

estoque de combustíveis também foi assumida pelo trapiche do Marinho, onde atualmente está instalado o restaurante Amado, na Praia da Preguiça [FIG. 2], servindo igualmente como depósito a estrutura onde hoje se encontrado o Porto Trapiche, na mesma praia, mas um pouco mais ao norte, isso pelo menos até o final da década de 1960.

ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Nossa proposta teórico-metodológica passa por duas premissas basilares. A primeira é bastante simples e concreta: a pesquisa que deu origem a este artigo foi desenvolvida para uma necessidade de mercado, estabelecida no âmbito do Licenciamento Ambiental. Assim, embora tenhamos realizado escavações de pequeno impacto, fato é que fomos obrigados a realiza-las, tendo em vista o certame legal envolvido nesse tipo de trabalho. De outra maneira, talvez elas não tivessem sido feitas, produzindo resultados potencialmente diferentes, pois teriam sido gerados mais dados – menos densos, talvez – sobre a cota positiva de uma região mais ampla.

A segunda se refere ao tipo de Arqueologia realizada. Podemos defini-la como uma Arqueologia das Paisagens Marítimas Urbanas. Muito mais do que um rótulo, essa denominação esclarece os procedimentos pensados e adotados.

Não cabe, neste espaço, um desenvolvimento tão exaustivo desse conceito, resultado de uma intrincada tessitura científica (para ter-se um exemplo do desenvolvimento de Paisagens portuárias, que são essencialmente ligadas ao meio urbano, ver Blot, 2003). De forma sucinta, nossa abordagem de Arqueologia não busca simplesmente o estudo da cultura material do passado, mas sim as formas materiais de poder e de representação do poder. Essas estruturas de poder são disseminadas, em um determinado espaço, ao longo do tempo, compondo, atualmente, um mosaico diacrônico de paisagens pretéritas constituindo a paisagem por nós perceptível. O fato de ser uma paisagem marítima urbana é uma simples escolha pessoal pela afinidade com o tema, mas guarda implicações intelectuais mais profundas. Trabalhar com o mar e a cidade envolve entender algo que talvez seja melhor traduzido, de início, pela arte: um pintor habilidoso é aquele que se destaca por não criar linhas demasiado *duras* no ponto de encontro entre a terra e a água. Assim, de forma análoga, um arqueólogo marítimo urbano depende de sua capacidade de entendimento da urdidura entre a cidade e a água, construída na zona intermarés a partir tanto de usos difusos e intermitentes, literalmente ao sabor da maré, quanto de seus usos ostensivos, radicalmente transformadores e cerceadores, como os cais e demais estruturas e edificações portuárias. É, ao fim e ao cabo, uma efetiva Arqueologia do Poder, pois a aproximação da cidade da água gera o gradativo loteamento das fachadas marítimas ou fluvio-marítimas, restringindo o fluxo da população em geral, entre terra e água.

E abaixo do espelho d'água estão depositados vestígios móveis dessas paisagens, a saber, os restos de embarcações, nos sítios de naufrágio e aquilo que sobrou da faina, da festa e da vida comum de marinheiros e trabalhadores portuários, nos sítios depositários. Em razão disso, a Arqueologia

subaquática surge como instrumento oportuno para decifrar as antigas pontes flutuantes e seus operadores, elos de ligação entre civilizações e cidades distantes.

Desse modo, levando em conta a caracterização histórica e arqueológica da área onde estão localizados os sítios Praia da Preguiça e Solar do Unhão, observam-se paisagens náuticas remanescentes da Salvador colonial e imperial entranhadas sem espessas camadas de aterro que foram sendo sobrepostas conforme a evolução urbana da cidade, acentuada de forma intensa no período republicano. Ambos os sítios são remanescentes materiais do sistema produtivo responsável pela manufatura, transporte e comercialização de mercadorias. Portanto realizar a etapa de resgate sobre esses dois sítios permitiu avaliar aspectos da consolidação do modo de produção capitalista na Bahia do século XIX, questão que suscita discussões importantes para a caracterização da economia e da sociedade baiana contemporânea.

Na pesquisa arqueológica no Solar do Unhão, a despeito da comprovada antiguidade do lugar, os vestígios de cultura material nos mantiveram do século XIX fabril para o presente, representado de forma peculiar por grandes quantidades de roupas, tecidos, tapetes e carpetes. Retirada essa curiosa camada contemporânea, foi-nos permitido realizar uma intervenção direta num sítio submerso depositário (Rambelli, 2002, com referências anteriores), tipo de sítio arqueológico que, não raro, é relegado a um segundo plano em razão de sua complexidade, dimensões e do grande fascínio monumental, midiático e sinestésico que exercem os sítios arqueológicos de naufrágio na opinião pública e nos arqueólogos também.

Como consequência, buscou-se identificar os locais dos vestígios materiais não enterrados e diretamente relacionados ao sistema produtivo de mercadorias, para então a partir dessas evidências, estabelecer sistemas de escavação e de coleta de amostras que permitissem o entendimento dos contextos arqueológicos.

Em primeiro lugar, seguindo premissas de pesquisa colocadas há muito tempo (Bava-de-Camargo, 2017, com referências anteriores) foi realizado um cadastramento das estruturas, equipamentos e edificações relacionadas aos sítios, bem como foram levados em conta os trabalhos realizados nas etapas arqueológicas anteriores e suas indicações de continuidade de pesquisa (Universidade, 2010), para em seguida iniciarmos os trabalhos arqueológicos de coleta e escavação através de registros controlados. Seguem nas linhas abaixo o desenvolvimento das atividades de resgate.

AS PESQUISAS NO UNHÃO: NO FUNDO MARINHO, A HISTÓRIA DE UMA INDÚSTRIA

O Sítio Depositário Solar do Unhão [FIGS. 4-13] foi localizado durante a fase de Prospecção (Universidade, 2010) com base nos vestígios materiais identificados na superfície do fundo marinho, principalmente no entorno da edificação, tombada em nível federal e estadual. E nessa etapa de pesquisa arqueológica detectou-se que o sítio submerso poderia ser eventualmente impactado de forma indireta pelas obras da Bahia Marina.

Diferente da situação observada na pesquisa do sítio da Praia da Preguiça, o trabalho de resgate foi realizado na maré de quadratura, ou seja, aquela que se forma nas fases da lua quarto crescente ou quarto minguante (neste caso, crescente). Essa maré possui menor amplitude entre os picos da vazante e da enchente, o que causa menor agitação do mar, diminuindo a quantidade de sedimentos em suspensão e melhorando a visibilidade das águas.

Em razão das dimensões do sítio submerso e do recorte teórico-metodológico da pesquisa, nessa fase de resgate optou-se por identificar potenciais bolsões de material arqueológico no subfundo marinho, notadamente aqueles que seriam relacionados às atividades náuticas e de carga e descarga de mercadorias vindas *para* e provenientes *do* Solar. Pareceu-nos o melhor meio para atingir esse objetivo a realização de escavações numa área fronteira ao guindaste oitocentista do Solar [FIGS. 4 e 5], indicador material claro da movimentação portuária ocorrida naquele local, a exemplo do que já foi averiguado em investigação similar em Cananéia, litoral sul do estado de São Paulo (Bava-de-Camargo, 2009).

A partir das coordenadas do guindaste (24L 551945 8564716, *datum* WGS 84) [FIGS. 6 e 7], a equipe posicionou a embarcação de pesquisa por volta de 80m de distância do muro do Solar, na direção oeste, buscando profundidades ao redor de 5m, calado suficiente para o fundeio de curta duração de embarcações de médio porte e de barcas de transbordo de mercadorias, as quais faziam as trocas comerciais com a fábrica de rapé instalada no Unhão, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século seguinte.

Para a escavação das sondagens foi utilizada uma sugadora impulsionadas por água sob pressão (Nautical, 1998; Rambelli, 2002, dentre outros), e foram estabelecidos seis triângulos equiláteros de 5 m no fundo marinho, a partir das coordenadas 24L 551879 8564766, dentro dos quais se desenvolveriam as atividades de escavação e de registros [FIGS. 8 e 9] das estruturas depositadas em superfície e aquelas enterradas. Desse modo, buscou-se entender as camadas de deposição dos sedimentos e dos vestígios arqueológicos a partir de duas sondagens que compunham uma semelhante caracterização estratigráfica.

Na Sondagem 1, a primeira camada se estendia da superfície até os 90 cm de profundidade. Embora a camada tenha se apresentado um tanto alterada com a presença de lixo contemporâneo, o sedimento de areia fina a média, com restos faunísticos esparsos, apresentou partículas negras, as quais se identificou, posteriormente, como provenientes de carvão vegetal e pequenos pedaços de carvão mineral. Este último, como veio a se comprovar depois, provinha da carga soçobrada das embarcações que demandavam o Solar do Unhão, assunto que será tratado linhas mais adiante. Entre os 70 e 90 cm, os vestígios contemporâneos tendiam a desaparecer e a partir dos 90 cm, começava a segunda camada. Essa se caracterizou por um aumento da quantidade de ossos e carvão, com aparente predomínio do carvão mineral, evidenciado por fragmentos de maiores dimensões. Em razão do constante colapso das paredes da sondagem, não foi possível escavar mais fundo, alcançando até os 160cm de profundidade. A Sondagem 2 apresentou a mesma tendência da composição das camadas e só foi escavada até os 90 cm de profundidade devido à impossibilidade de escoramento razoável de seus perfis.

No intuito de evidenciar o contexto de deposição de vestígios de embarcações, decidiu-se continuar as buscas naquele setor do sítio através de diversas varreduras do fundo marinho, por meio de cabos guia e carretilhas orientadas por bússolas em direção ao Solar. E num ponto distante a 9 m de onde estavam posicionadas as sondagens, foi localizado um vestígio de madeira; um fragmento de peça estrutural de uma embarcação, depositada sobre o fundo marinho e parcialmente enterrada. Apesar de separados por menos de uma dezena de metros, o local da madeira revelou uma estratigrafia bastante diferente, muito mais preservada que no local da triangulação.

Imediatamente abaixo dela foram identificadas dezesseis rochas, sendo pelo menos sete delas poitas de embarcação, estando pelo menos quatro delas ainda com seus cabos de piaçava amarrados [FIGS. 11-13]. Elas indicavam que aquele local havia sido largamente utilizado para o fundeio, o que fica evidente pelo número de poitas localizadas em uma área de escavação rasa – não mais de 50 cm de profundidade, no ponto mais fundo – com dimensões não superiores a 6 x 3 m, mas também pelo fato de algumas dessas antigas poitas estarem umas sobre as outras. Acredita-se que a menor perturbação de estratificação da camada inicial nesse ponto tenha ocorrido justamente pelo acúmulo das poitas de pedra, as quais permitiram proteger os vestígios e os sedimentos da dinâmica marinha.

A explicação para esse cenário arqueológico desvelado pela escavação subaquática foi obtida com a observação diacrônica das paisagens marítimas daquele espaço, através de imagens antigas, a exemplo do que também foi feito para o sítio da Praia da Preguiça (Universidade, 2013).



FIG. 4 Pesquisas arqueológicas realizadas defronte ao Solar do Unhão (ao fundo).



FIG. 5 O solar do Unhão, visto a partir do quebra-mar Sul da Bahia Marina. No lado direito, a embarcação de pesquisa sobre o sítio.



FIGS. 6 e 7 Foto das engrenagens remanescentes do guindaste manual ainda do Solar do Unhão.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

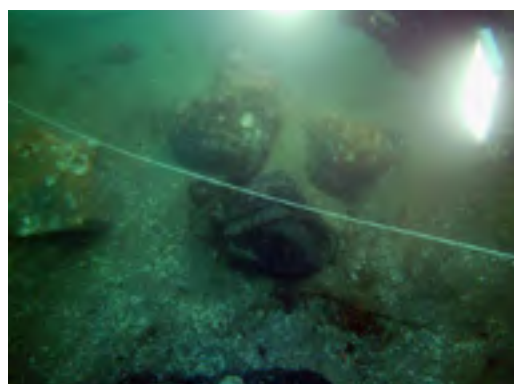
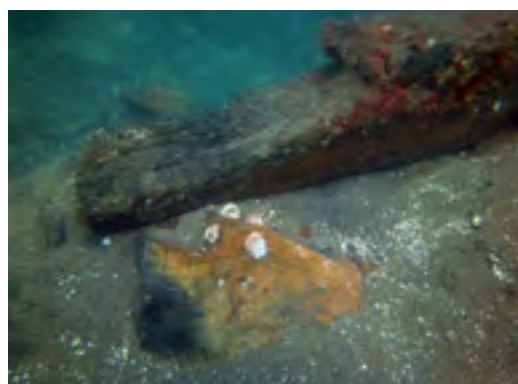
Da antiguidade do Solar do Unhão, não se duvida. É um exemplar antiquíssimo de engenho urbano, remanescente do século XVI. Há, por certo, evidências materiais referentes ao período colonial. Entretanto, as diversas camadas de tempo materializadas naquelas paisagens são condicionadas por todas as transformações, sendo que as influências mais recentes são aquelas potencialmente com maior poder modificador. Assim, o restauro do Solar, nos anos 1960 e sua transformação em museu impôs uma interessante concretude ao conjunto: seu passado fabril relativamente recente não foi apagado. Pelo contrário, foi incorporado ao Museu de Arte Moderna.

E é esse passado industrial, oitocentista que formou algumas das paisagens acumuladas no Unhão e entorno. Desse modo, como premissa de uma pesquisa de Arqueologia das Paisagens Aquáticas Urbanas, para abordarmos a ocupação quincentista ou seiscentista da Preguiça, da Pedreira, da Jaqueira, ou do Unhão, ao fim e ao cabo teríamos que necessariamente explicar, em primeiro lugar, a

FIGS. 8 e 9 Remoção do sedimento com a ajuda do *aqualift* e registro dos vestígios encontrados durante as sondagens.



FIGS. 10 e 11 Madeira de estrutura de embarcação, possivelmente uma porção de quilha e a revelação do contexto das poitas.



FIGS. 12 e 13 Vestígios das poitas com restos de cabo e piaçava.



grande quantidade de material derivado dos séculos mais recentes, para então enveredar pelos relativamente escassos vestígios legados pelos primeiros conquistadores/ colonizadores euro-africanos. Não é possível entender o colonial, período mais recuado que, invariavelmente, tem grande apelo à sociedade, sem compreender o que existe de concreto por sobre essa camada colonial de ocupação. Em simultâneo à percepção arqueológica, também não podemos ignorar o que aconteceu, em termos de História, depois do 7 de setembro... ou do 2 de julho, no Unhão, pois o complexo continuou sendo ocupado e transformado.

Todos esses vestígios do Solar do Unhão e entorno submerso, a exemplo do que acontece na Praia da Preguiça, são remanescentes de paisagens que não são criações exclusivas da segunda metade do século XIX, mas que se impõem a partir desse momento. Trapiches, pontes de embarque, fábricas à beira mar e depósitos de combustíveis são edificações e estruturas com presença marcante na cena portuária

de Salvador até a construção do porto organizado, nas primeiras décadas do século XX. Com relação às fábricas, essas vão gradativamente se afastando da orla soteropolitana em razão da valorização dos terrenos da fachada marítima e da transformação do modal de transporte (predomínio do rodoviário). No caso dos depósitos de combustíveis, eles continuam a existir depois desse período, mas, ao invés de granéis sólidos surgem os de granéis líquidos, pois os derivados de petróleo passaram a predominar a partir da Segunda Guerra Mundial.

Nessa busca por uma explicação para esse passado relativamente recente do Unhão, soma-se ao contexto arqueológico evidenciado pelos trabalhos, a análise da iconografia: as reproduções de pinturas nas FIGS. 14 e 15. Nelas foi possível identificar a presença de embarcações fundeadas ali, no século XIX e a realização de tarefas de manutenção das mesmas, especialmente na FIG. 14, na qual, a despeito da abstração dos detalhes percebe-se o desenvolvimento de atividades rotineiras da faina náutica, cujos vestígios permanecem no fundo do mar. Já na FIG. 15 vemos outros detalhes importantes: o provável acúmulo de carvão ao lado do guindaste manual que, àquela época – embora isso não seja possível de ser visto nesta reprodução do quadro – era de madeira.

Por fim, na FIG. 16 vemos uma foto bastante antiga, da década de 1870, a qual apresenta o Unhão com uma feição muito próxima àquela imediatamente anterior ao restauro novecentista.

E o pivô dessa História industrial, o elemento de ligação entre as informações escritas, iconográficas, os vestígios emersos e os submersos é o velho guindaste de ferro de 1861 (FIGS. 6 e 7), fabricado na própria Bahia, o que é um importante indicador da atividade industrial, alavancada de forma geral, pela complexificação do panorama econômico e, de forma mais pontual pela presença de fundições e oficinas instaladas na cidade e entorno. É importante destacar que a fundição *Cameron & Smith*, que fabricou o guindaste, teve papel destacado em Salvador, a partir de 1857, segundo F. Pedrão (2002, p. 318), mas também em Aracaju, onde se instalou em 1868 (Bava-de-Camargo, 2017), funcionando até o início do século XX. Assim, esse fato nos mostra um importante aspecto da empreitada capitalista no Nordeste, a saber: a expansão das atividades de capitalistas estrangeiros sediados em centros industriais dinâmicos para zonas historicamente sob a influência desses centros.

Os vestígios submersos revelaram que essa empreitada industrial deixou marcas muito mais profundas na área. O fato de haver carvão mineral em grandes quantidades no subfundo marinho,



FIG. 14 Eduard Hildebrandt, *Panorama van Bahia* (Belluzo, 1994). Note-se as atividades relativas à faina náutica defronte ao Unhão.

FIG. 15 J. Righini, c. 1850, Museu de Arte da Bahia. A seta indica um monturo negro, que pode ser associado ao depósito e armazenamento de carvão mineral no solar.

FIG. 16 Detalhe de fotografia tirada em 1870, a partir do alto da Gamboa. Reparar na haste do guindaste e também no galpão coberto – poderia ser o depósito de carvão da fábrica? Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

mostra não só a permanência da atividade em termos cronológicos, mas o impacto que ela causou no ambiente: esse carvão existe até pelo menos 160 cm, segundo a caracterização das sondagens demonstrada linhas acima.

O que se percebe, hoje em dia, com o avanço dos trabalhos arqueológicos na outrora menosprezada Baixa de Salvador, é a extensão do impacto das atividades industriais no fundo marinho: durante as recentes pesquisas arqueológicas subaquáticas relacionadas à ampliação do molhe do porto da cidade foram identificados, dentre outras evidências, sedimentos repletos de carvão mineral ao longo de toda obra (Marcos de Paula, com. pes, 2017).

O carvão mostra, também, que a indústria de rapé e outros derivados do tabaco não era uma empresa pequena: havia grande quantidade de maquinário que utilizava esse carvão em grande escala. E o fato desse carvão estar disponível a bom preço, na Bahia (Baiardi; Saraiva, 2007), indica um forte uso do combustível, tanto para abastecer as embarcações quanto para movimentar a indústria. Mas, esse carvão não chegava diretamente dos grandes cargueiros europeus até o Unhão: era necessário o transbordo de uma embarcação maior para outra menor, para então essa embarcação menor encostar no cais e o carvão ser dela retirado através do guindaste de ferro, ficando acumulado ao seu lado, tal como visto na FIG. 15. Esse transbordo tinha que ser realizado por braços humanos, os quais passavam longas horas numa das mais penosas e danosas fainas náuticas e portuárias existentes, retratadas por Claude Monet no quadro *Les déchargeurs de charbon* (1875) [FIG. 17].

Natural seria que, livres ou escravos, esses trabalhadores passassem boa parte do dia no mar, a despeito de estarem próximos da terra. E, desse modo, realizariam, assim como os marinheiros, suas refeições no mar, legando ao fundo marinho os restos dessas refeições e demais dejetos. De fato, associados ao carvão mineral do sítio foram encontrados restos faunísticos e de carvão vegetal, os quais poderão revelar mais informações sobre o dia do trabalho no mar – tanto de marinheiros quanto de carregadores. Hoje é sabido que esses vestígios faunísticos estão também distribuídos, em quantidades consideráveis, no eixo das já mencionadas obras de ampliação do molhe do porto soteropolitano (Marcos de Paula, com. pes., 2017).

Essa situação de transbordo de mercadorias tais como o carvão era bastante comum. Isso só mudou tempos depois, com a construção de longas pontes de embarque e desembarque, ligando os armazéns ou trapiches às zonas de fundeio mais profundas. Em Salvador encontramos um interessante contexto arqueológico que elucida parte desse processo de descarga de carvão a partir de ponte de desembarque: o naufrágio do clipper/ barca *Blackadder*, em 1905 (Gusmão, 2015), ao lado dos vestígios da ponte da fábrica de tecidos Companhia Empório Industrial do Norte (CEIN), estabelecida pelo capitalista Luiz Tarquínio, na Boa Viagem, em 1891. A embarcação transportava carvão em pedra e seu naufrágio, por ocasião de uma tempestade, rompimento das amarras e choque com recifes, mostra como essa atividade era necessária, cara e complicada, implicando em grandes riscos durante a descarga das embarcações e transporte do combustível para as fábricas. A CEIN, em 1899:

"Disponha, contudo, do seu próprio ancoradouro: de um cais de 240 metros de extensão e 840 metros cúbicos de alvenaria parte uma ponte com 150 metros, de comprimento e 3,65 metros de largura, solidamente construída com madeira de lei. Um guindaste a vapor carrega ou descarrega os navios que aí aportam, mesmo os de maior calado e em qualquer mare. Uma linha de trilhos de bitola estreita estendia-se do final da ponte até as dependências da fábrica, facilitando o transporte dos bens de produção importados, principalmente o carvão, onde era conduzido até um depósito com capacidade para 1.200 toneladas ou diretamente para as fornalhas (Sampaio, 1975, p.80)."

Se anteriormente, o transporte de carvão era custoso e demorado, as novas empreitadas capitalistas demandavam soluções infraestruturais elaboradas que visavam a rápida, mas arriscadas (do ponto de vista náutico), carga e descarga: a ponte da fábrica chegava até uma profundidade de 7 a 9 m, dependendo da maré, mas era contígua a um recife de pedras, um dos algozes do malfadado *Blackadder* na tempestade que o pôs a pique. Ou seja, ao invés do navio ficar ao largo, fundeado a uma distância segura e ser descarregado por barças de menor calado, para que a operação fosse mais rápida e barata a embarcação acostava em uma sólida ponte de desembarque, mas que havia sido construída em local cujas condições de fundo apresentavam grandes e comprovados riscos. O tempo do capital não esperaria as marés e nem seria precavido.

Também do trabalho na fachada da marítima do Solar são os vestígios dispersos de madeiras de embarcações e as poitas identificadas ao lado das sondagens. Uma vez que tanto o engenho como a fábrica de rapé dependiam quase que em exclusivo do mar como via de transporte para o abastecimento ou escoamento de bens, fundamental seria possuir algumas embarcações e contratar outras. Barcos, saveiros, canoas e afins, todos de madeira precisavam de manutenção constante, sendo parte intrínseca da faina náutica as atividades de reparo e limpeza do equipamento. Vale salientar que o bairro da Gamboa, vizinho ao Solar, até hoje é lar de pessoas dedicadas à faina marítima, com destaque para a pesca. Assim, também é natural que, diante desse bairro ancestral, por séculos os moradores tenham deixado suas embarcações fundeadas ali, ocasionalmente realizando reparos nas mesmas.

Desse modo, o contexto localizado no sítio subaquático do Unhão permite dar sentido, complemento e humanidade às estruturas e equipamento fabris que foram mantidos no Solar pela restauração, proporcionando explicações às suas funções originais, as quais hoje não seriam mais localizadas tão facilmente no contexto arqueológico emerso, seja pelo grande número de transformações pelas quais passou o conjunto de edificações, seja pela grande perturbação que uma escavação arqueológica emersa de ampla superfície provocaria no cotidiano na instituição.

Os resultados obtidos com o resgate do sítio Depositário do Solar do Unhão, longe de esgotarem o potencial arqueológico do mesmo, permitiram a definição de novos limites espaciais para ele, ampliando a área onde foram identificados vestígios arqueológicos e onde foram localizadas novas



FIG. 17 *Les déchargeurs de charbon*, 1875, por Claude Monet. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/199425089722772650/?lp=true>. Acessado em: 01/12/2012.

estruturas que enriqueceram as possibilidades da escrita de uma História de Salvador baseada nos vestígios materiais contidos nas praias e nas zonas submersas da metrópole sotero-politana.

Por fim vale destacar como um dos resultados da pesquisa o entendimento da transformação dos eixos de circulação urbanos. A topografia de Salvador estabelece clivagens físicas e sociais das quais a Arqueologia não está alheia – de forma consciente ou inconsciente. Por alguma razão ainda não esmiuçada, há um aparente privilégio da Cidade Alta como foco das pesquisas arqueológicas. Isso pode significar apenas que a parte alta possui maior dinâmica construtiva, mas também pode significar que a

porção territorial de maior destaque social importa mais para uma Arqueologia feita por pessoas que pertencem a diferentes classes sociais e que, portanto, direcionam suas ações para manter ou transformar determinadas estruturas desiguais de classe.

A separação física da Cidade Alta e Cidade Baixa também está expressa em seus eixos de comunicação. A barreira topográfica determina alguns pontos específicos de comunicação entre os portos e o topo da elevação – elevador, ladeiras, funiculares e guindastes – de capacidade restrita, estreitos e íngremes, mas cria uma avenida aquática vastíssima entre os diversos portos, a ponto de a comunicação sotero-politana, até meados do século XX, ser muito mais fácil pela água do que pela terra.

Essa determinação topográfica criou também vários enclaves populacionais ao longo dos inúmeros portos, fazendo com que a costa se povoasse de casas, barcos e gamboas.

A partir do momento em que é planejada e construída a avenida Lafayette Coutinho, entre as décadas de 1950 e 1960 (Zollinger, 2007), a popularmente conhecida avenida do Contorno, é estabelecida uma alternativa de comunicação terrestre entre o centro e a Barra, mas, ao mesmo tempo, provocou a diminuição do fluxo marítimo entre essas regiões. Quebrou-se um eixo marítimo, criou-se um terrestre.

Ao mesmo tempo, esse eixo rodoviário cindiu a lógica quadricentenária de ocupação de uma estreita faixa de terra. Os resultados mais óbvios foram: a demolição do Mercado Modelo e a destruturação de uma lógica produtiva e de transportes que afetou as camadas mais pobres da população; a substituição das edificações por pistas de rodagem, diminuindo a área habitável; e a cisão de várias localidades, colocando uma barreira de asfalto e viadutos entre os bairros, as pessoas e a água.

NOTA

¹ Disponível em http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1172. Acessado em 23/12/2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACCIOLI, I.; AMARAL, B. *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1919-1937. (Vol. I a VI)
- AMARAL, L., José R. (2000). *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Hucitec; Unicamp.
- AZEVEDO, E. B. (1990). *Arquitetura do açúcar*. São Paulo: Nobel.
- BAVA-DE-CAMARGO, P. F. (2009). *Arqueologia de uma cidade portuária: Cananéia, séculos XIX-XX*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BAVA-DE-CAMARGO, P. F. (2017). Em busca do porto perdido: Arqueologia na margem aracajuana do rio Sergipe. *Cadernos do Lepaarq*, vol. XIV, n.º 27, pp. 285-313.
- BAIARDI, A.; SARAIVA, L. F.; AMILCO, R. (2007). Gênese e transformação das empresas regionais: o Recôncavo Baiano. *Recôncavos*, revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras, vol. 1(1), pp. 77-92.
- BELLUZO, A. M. de M. (1994). *O Brasil dos viajantes*. São Paulo: Metalivros; Fundação Odebrecht, 3 vols.
- BLOT, M. L. B. H. P. (2003). Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal. *Lisboa: Instituto Português de Arqueologia*. Trabalhos de Arqueologia n.º 28.
- FRAGA, F. W. (2009). Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no recôncavo baiano após a Abolição. *Cadernos AEL*, v. 14, n.º 26.
- GUSMÃO, D. M. (2015). *Sítios arqueológicos de naufrágio na Baía de Todos os Santos, Salvador/BA: Estudo de caso do Clipper Blackadder*. (Dissertação de Mestrado em Arqueologia), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras.
- LEAL, M. G. A. (2016). O trapiche Barnabé no contexto portuário da Salvador do século XVIII ao XX. In CRUZ, Maria C. V.; LEAL, Maria G. A.; PINHO, José R. M. *História e espaços portuários: Salvador e outros portos*. Salvador: EDUFBA, pp. 77-121.
- Livro Velho de Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade do Salvador*. (1945). Salvador: Tipografia Beneditina.
- LLOYD, R.; FELDWICK, W.; DELANEY, L. T. et alii. (1913). *Impressões do Brasil no século XX*. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Company. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g00.htm>. Acessado em: 22/12/2017.
- MARCONDES, R. L. (2002). O financiamento hipotecário da cafeicultura no vale do Paraíba paulista (1865-87). *Rev. Bras. Econ., Rio de Janeiro*, v. 56, n.º 1, pp. 147-170, Mar. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402002000100006&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 23/12/2017.
- (1998). *Nautical Archaeology Society*. Archaeology Under water: the NAS guide to principles and practice. Londres: Archetype/NAS.
- (2008). *Olharviajante na Casa Fiat de Cultura*. Coleção Brasileira / Fundação Estudar da Pinacoteca do Estado de São Paulo. Nova Lima. Catálogo de exposição.
- PEDRÃO, F. (2002). O Recôncavo Baiano na origem da indústria de transformação no Brasil. In SZMRECSÁNYI, T.; AMARAL, L.; JOSÉ, R. (orgs.). *História econômica da independência e do império*. São Paulo: Hucitec / Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica / EDUSP / IOSP, Vol. 2. 2.º ed. p. 307.
- PEIXOTO, A. (1945). *Breviário da Bahia*. Salvador: Livraria Agir Editora.
- PIRES, F. T.; GOMES, G. (1994). *Antigos Engenhos de Açúcar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- RAMBELLI, G. (1998). *A arqueologia subaquática e sua aplicação à arqueologia brasileira: o exemplo do Baixo Vale do Ribeira de Iguape*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- RAMBELLI, G. (2002). *Arqueologia até debaixo d'água*. São Paulo: Maranta.
- RAMBELLI, G. (2008). *Diagnóstico Arqueológico da Área de Complementação das Obras Marítimas do Empreendimento da Bahia Marina (SALVADOR/BA)*. Salvador: MAE / UFBA.
- RIBEIRO, A. L. R. (2008). *Urbanização, poder e práticas relativas à morte no sul da Bahia, 1880-1950*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- SAMPAIO, J. L. P. (1975). *A evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira: a Companhia Empório Industrial do Norte, 1891-1973*. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- SOUSA, G. S. (1945). *Notícia do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 2 Vol.
- Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Museu de Arqueologia e Etnologia. (2010). *Prospecção Arqueológica Subaquática na Área de Complementação das Obras Marítimas do empreendimento Bahia Marina (Salvador, BA)*. Salvador: UFBA/MAE, Relat. Técnico.
- Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. (2013). Museu de Arqueologia e Etnologia. *Resgate Arqueológico Subaquática na Área de Complementação das Obras Marítimas do empreendimento Bahia Marina (Salvador, BA)*. Salvador: UFBA/ MAE, Relat. Técnico.
- VANNUCCI, J. C. P. (2016). *As invenções técnicas brasileiras no segundo reinado. Estudo das Comissões Técnicas da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional nas concessões de privilégios de patentes entre 1833 a 1862*. São Paulo, 2016. Tese (Doutorado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- VASCONCELOS, P. de A. (2002). *Salvador: transformações e permanências (1549-1999)*. Ilhéus: Editus.
- VASCONCELOS, P. de A. (2011). Salvador, rainha destronada? (1763-1823). *História, Franca*, v. 30, n.º 1, pp. 174-188, June. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742011000100008&lng=en&nrm=iso>. Access on 23 Dec. 2017.
- WEYLLE, Carlos A. [ca.1851]. *Mappatopographica da cidade de S. Salvador e seus suburbios*. Stuttgart [Alemanha]: Ferd. Glocker, 1 mapa, col, 52 x 99 cm. em folha 61 x 108. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart523945/cart523945.jpg>. Acesso em: 22 dez. 2017.
- ZOLLINGER, Carla B. (2007). O Trapiche à beira da baía: a restauração do Unhão por Lina Boa Bardi. *Anais do 7.º Seminário Docomomo Brasil*.



Arqueologia urbana em Mértola (Portugal). Uma perspetiva integrada



CLÁUDIO FIGUEIREDO TORRES

Campo Arqueológico de Mértola/ Centro de Estudos em Arqueologia,
Artes e Ciências do Património
torresclaudio@sapo.pt

MARIA DE FÁTIMA PALMA

Campo Arqueológico de Mértola/ Centro de Estudos em Arqueologia,
Artes e Ciências do Património/ Bolseira de Doutoramento da Fundação
para a Ciência e a Tecnologia
tuchapalma@hotmail.com

MIGUEL REIMÃO COSTA

Campo Arqueológico de Mértola/ Centro de Estudos em Arqueologia,
Artes e Ciências do Património/ Universidade do Algarve
mrcosta@ualg.pt

SUSANA GÓMEZ MARTÍNEZ

Campo Arqueológico de Mértola/ Centro de Estudos em Arqueologia,
Artes e Ciências do Património/ Universidade do Algarve
susanagomez@sapo.pt

VIRGÍLIO LOPES

Campo Arqueológico de Mértola/ Centro de Estudos em Arqueologia,
Artes e Ciências do Património/ Bolseiro de Pós-Doutoramento
da Fundação para a Ciência e a Tecnologia
virgilioamlopes@sapo.pt

RESUMO Pela sua situação estratégica no fim do troço navegável do rio Guadiana, Mértola foi um local privilegiado de assentamento humano desde, pelo menos, o século VII a.C. Em consequência, a vila apresenta uma sequência estratigráfica muito rica, mas também muito complexa, que permite abordagens de análise muito variadas, mas sempre condicionadas tanto pelas interferências estratigráficas de uns períodos sobre outros mais antigos, como pelas contingências de uma prática arqueológica limitada, na maior parte do espaço, pela ocupação contemporânea do solo. Centramos esta comunicação em dois pontos essenciais: a sequência arqueológica de Mértola, a sua evolução urbanística e a gestão do património arqueológico. No primeiro ponto, explicamos a sequência cronológica de vestígios encontrados e os problemas de interpretação derivados da continuidade de estruturas ao longo do tempo. No segundo, expomos quais têm sido as estratégias de preservação e valorização dos vestígios arqueológicos que o Campo Arqueológico de Mértola tem seguido para pôr à disposição da comunidade a riqueza patrimonial de Mértola, centrada na experiência museográfica que traduzimos no projeto *Mértola Vila Museu*. Finalmente, nas considerações finais, tratamos de definir constantes e variáveis na estrutura urbana e no traçado urbanístico da cidade ao longo dos séculos.

PALAVRAS-CHAVE Sequência arqueológica, topografia, transformações, urbanismo, museografia.

RESUMEN Gracias a su situación estratégica en el último punto navegable del río Guadiana, Mértola ha sido un lugar privilegiado de asentamiento humano desde, por lo menos, el siglo VII a.C. Por ello, el núcleo urbano presenta una secuencia estratigráfica muy rica y compleja, que permite aproximaciones variadas de análisis, siempre condicionadas tanto por las interferencias estratigráficas de unos períodos en otros más antiguos, como por las contingencias de una práctica arqueológica limitada, en casi todo su espacio, por la ocupación contemporánea del suelo. Esta se centra, esencialmente, en dos puntos: la secuencia arqueológica de Mértola y su evolución urbanística, y la gestión del patrimonio arqueológico. En el primer punto, explicamos la secuencia cronológica de los vestigios encontrados y los problemas de interpretación que se derivan de la continuidad de estructuras a lo largo del tiempo. En el segundo, exponemos cuales han sido las estrategias de preservación y puesta en valor de los vestigios arqueológicos que el Campo Arqueológico de Mértola ha seguido para poner a disposición de la comunidad su riqueza patrimonial, centradas en la experiencia museográfica que denominamos como proyecto *Mértola Vila Museu*. Finalmente, concluimos tratando de definir constantes y variables en la estructura de la ciudad y en su trazado urbanístico.

PALABRAS-CLAVE Secuencia arqueológica, topografía, transformaciones, urbanismo, museografía.

1. MÉRTOLA NO ESPAÇO E NO TEMPO

1.1. A IDADE DO FERRO

Os vestígios arqueológicos mais antigos encontrados em Mértola datam da Idade do Ferro e, embora sendo pouco abundantes, definem, de forma bastante aproximada, a estrutura de uma cidade com duas linhas de fortificação. Deve situar-se neste período a grande Muralha que rodeava a vila e cuja função ainda não se encontra suficientemente esclarecida (Hourcade, Lopes & Labarthe, 2003; ver FIG. 2.1.). Até à data, não surgiram vestígios de estruturas de vivenda no espaço que medeia entre esta



FIG. 1 Vista aérea de Mértola (foto Virgílio Lopes).

grande muralha e a cerca que rodeia o Centro Histórico, também denominado Vila Velha, que permitam atribuir-lhe uma utilização como espaço de habitação permanente. Dentro desta área, encontram-se os espaços funerários da Idade do Ferro, embora apenas contemos com informação dos achados feitos nos finais do século XIX, por Estácio da Veiga (Veiga, 1983: 117) e mais recentemente de prospecções de superfície. Este arqueólogo regista na Ladeira da Senhora das Neves [FIG. 2.2.] sepulturas de incineração e de inumação, e recolhe espólio associado a estas, onde se destaca uma urna cerâmica tipo “Cruz del Negro”, assim como outros materiais desta época que se situam entre os finais do século VII e a primeira metade do século VI a.C. (Barros, 2010).

A outra estrutura da Idade do Ferro encontrada até à data é também um troço de muralha. Foi identificada durante as escavações arqueológicas de emergência realizadas na Biblioteca Municipal de Mértola (Palma, 2009), numa zona com uma longa ocupação no tempo, e corresponde, até ao momento, ao vestígio mais antigo documentado estratigraficamente das muralhas da cidade [FIG. 2.3]. Neste ponto, a sobreposição de estruturas permite afirmar que, pelo menos na zona norte da vila, a cerca que delimita o espaço habitado manteve um alinhamento consistente. Sobre a muralha da Idade do Ferro, foram encontrados

FIG. 2 Estrutura urbana de Mértola na Idade do Ferro:
 1. Grande Muralha da Idade do Ferro – Cerro do Benfica.
 2. Localização da Necrópole da Idade do Ferro.
 3. Escavações da Biblioteca Municipal de Mértola (Elaboração CAM).



FIG. 3 Estruturas da Idade do Ferro das escavações da Biblioteca Municipal de Mértola (foto Maria de Fátima Palma).

outros panos de muralha e um torreão de época Romana Republicana (século II a.C., ver FIG. 3), aos quais se sobrepuseram, séculos mais tarde, estruturas de época Medieval Islâmica, aproveitando os troços mais antigos como alicerces.

1.2. O PERÍODO ROMANO

Para caracterizar a topografia histórica referente a este período, são poucos os elementos seguros de que dispomos, o que se deve, sobretudo, ao facto de só pontualmente terem sido escavados níveis romanos. A monumental cintura de muralhas que atualmente envolve o casco antigo de Mértola seria a mesma de época romana, que foi certamente refeita em épocas posteriores. Em qualquer caso, somente a muralha junto da Torre do Rio, parece preservar estruturas datáveis desta altura [FIG. 4.2.]. No que concerne ao traçado das ruas, os dados arqueológicos são quase inexistentes. Apenas são conhecidas, com alguma segurança, a porta do *forum*, que faria a ligação da cidade com as zonas a Norte, e a Porta da Ribeira, que ligava a cidade ao rio e à zona portuária.

As escavações arqueológicas recentemente levadas a cabo na designada Casa Cor-de-Rosa [FIG. 4.3.] abrem novas perspectivas para a compreensão do urbanismo romano. Os trabalhos arqueológicos ainda não foram concluídos, mas os dados até ao momento conhecidos apontam para que se esteja em presença de uma estrutura monumental, de carácter público, possivelmente um templo [FIG. 5]. Estruturas encontradas em 2006-2007, no acompanhamento da obra de recuperação da Casa Fagulha, relativamente próxima, parecem situar-se no mesmo alinhamento destas, pelo que poderão constituir, eventualmente, o prolongamento deste edifício até esse



FIG. 4 Mértola no período romano.

1. Muralha da Idade do Ferro.
2. Muralha da Vila – Estruturas junto da Torre do Rio.
3. Casa Cor-de-Rosa.
4. Casa Romana – Câmara Municipal.
5. Depósito/armazém na Rua Serrão Martins 7B.
6. Depósito/armazém na hospedaria Beira Rio.
7. Depósito/armazém de Além-Rio.
8. Necrópole romana do Rossio do Carmo.
9. Necrópole romana da Achada de São Sebastião.
10. Necrópole romana da Rua Alves Redol.
11. Biblioteca Municipal.
12. Acrópole (Elaboração CAM).



outro imóvel. Estas estruturas monumentais estariam, possivelmente, integradas numa praça do tipo *forum*, constituído por plataformas, e coroado por um templo. Com ela ser relacionada a descoberta no século XVI, no torreão que deu lugar à Igreja da Misericórdia, de seis ou oito estátuas às quais viriam a juntar-se, no final de 2017, mais quatro exemplares exumados no âmbito da intervenção na Casa Cor-de-Rosa [FIG. 6].

Quanto à arquitetura doméstica de *Myrtilis*, os dados disponíveis resumem-se apenas a uma “casa romana” (Lopes, 2012a), escavada na década de oitenta do século XX no subsolo do edifício da Câmara Municipal (onde hoje está instalado o núcleo museológico correspondente, FIG. 4.4. e FIG. 7) e, entre 1994 e 2004, na intervenção arqueológica realizada no edifício contíguo a poente, dita “Casa do Lanternim”. A escavação arqueológica nos Paços do Concelho não permitiu esclarecer muitas questões, dada a impossibilidade de prosseguir sob as construções vizinhas. No entanto, conseguimos determinar que esta casa teve dois níveis distintos de ocupação: um mais antigo, possivelmente de época imperial, e um outro, posterior ao século III d.C. Um *impluvium* mais antigo foi completamente recoberto por um *opus signinum* compacto, ainda hoje visível, com o objetivo de o adaptar a tanque ou lago interior. Os vários compartimentos da habitação organizavam-se em volta de um pátio, embora a leitura funcional deste espaço suscite algumas dúvidas, sobretudo nas aberturas ao exterior que nunca foram encontradas. Tudo faz supor que os vestígios encontrados na Casa do Lanternim possam constituir o limite poente da referida habitação, embora a rua que separa



FIG. 5 Estruturas de edifício público romano na Casa Cor-de-Rosa (foto Virgílio Lopes).

FIG. 6 Estátuas encontradas durante as escavações da Casa Cor-de-Rosa (foto Virgílio Lopes).

FIG. 7 Núcleo museológico da Casa Romana – Câmara Municipal de Mértola (foto Jorge Branco).



as duas edificações nunca tenha sido alvo de intervenção arqueológica. A confirmar-se esta hipótese, os dois conjuntos de estruturas pertenceriam a um edifício com cerca de 500 m², constituindo uma métrica muito próxima das casas romanas de Mérida (Alba, 2005: 125). Certamente, a parte frontal do edifício, virada à rua e ao rio, seria ocupada por *tabernae* (lojas). A julgar pelo número e a área dos compartimentos, as técnicas construtivas e o espólio associado, não se trataria de uma casa luxuosa. Pela sua implantação ao longo da rua principal da cidade, teria servido de habitação a um dos muitos comerciantes que durante vários séculos justificaram a importância económica deste porto fluvial.

O espaço exterior às muralhas, para o lado Norte, encontrava-se ocupado por armazéns e outros espaços ligados ao comércio e à indústria, bem como, por necrópoles. Duas escavações documentaram a atividade comercial. Por um lado, nos trabalhos de acompanhamento da obra de remodelação de uma casa situada na Rua Serrão Martins em 1999 [FIG. 4.5], foi detetado um conjunto de ânforas do período romano (séculos I–IV d.C.), que aparentemente, fariam parte de um depósito/armazém de uma casa romana. Por outro lado, os níveis inferiores da intervenção arqueológica levada a cabo em 2008 na hospedaria Beira Rio [FIG.4.6.] forneceram estruturas e materiais com cronologia do séculos V–VI (Lopes, 2012b). Idênticas estruturas existiam na margem esquerda do Guadiana, onde hoje se localiza o núcleo populacional de Além-Rio (Sá, 1905; FIG. 4.7.).

No que respeita ao mundo dos mortos, até ao momento foram identificadas na cidade de *Myrtilis* três necrópoles: uma nas encostas do Rossio do Carmo [FIG. 4.8]; outra na Achada de São Sebastião [FIG. 4.9.]; e uma terceira na Rua Alves Redol [FIG. 4.10]. Da primeira, são poucas as informações arqueológicas de que dispomos, para além da referência a uma dezena de sepulturas escavadas na rocha nos anos 70 do século XX, aquando do alargamento da rua, e a uma lucerna com um enquadramento datável dos fins do século I e II d.C.

Na segunda, foram escavadas aproximadamente três centenas de sepulturas, com cronologia entre o século I e o V d.C., que se estendiam por uma vasta área de terrenos xistosos, junto à margem direita do rio Guadiana. Foram encontrados 269 enterramentos, dos quais ainda se conservam 87 sepulturas, escavadas na rocha, na área musealizada junto à ermida de São Sebastião, no interior da Escola EB2–3ES de Mértola. Na maior parte dos casos, as sepulturas de inumação estão escavadas no afloramento, sendo cobertas com lajes de xisto e terra. Nestas duas necrópoles, o espólio referente ao período romano é extremamente escasso. Pensamos que estas necrópoles tenham tido uma longa utilização, tendo sido aí seguidos rituais pagãos e, posteriormente, cristãos (Lopes, 1999: 95).

As obras de remodelação do eixo comercial realizadas em 2008/2009, na rua Alves Redol, puseram a descoberto parte de uma importante necrópole de incineração até então completamente desconhecida, cujo espólio associado aponta para uma cronologia do século I d.C. Trata-se de 26 estruturas funerárias que albergavam incinerações, na sua maior parte depositadas em urnas, e 3 enterramentos de inumação. No limite oeste desta necrópole, duas sepulturas de inumação ladeiam uma de incineração. À semelhança de outras cidades romanas como Mérida ou Córdova (Vaquerizo, 2002: 156), também em Mértola parecem conviver os dois tipos de enterramento, incineração e inumação.

1.3. A ANTIGUIDADE TARDIA

A parede exterior do criptopórtico [FIG. 8.1.] é o único troço do amuralhamento que podemos enquadrar com relativa segurança no período tardo-romano, a julgar pelo tipo de aparelho construtivo e a estratigrafia associada àquela estrutura na área intramuros. No entanto, tudo aponta para que o perímetro do conjunto da muralha seja o mesmo que foi conservado até hoje, acrescentando-se, na Antiguidade Tardia, a Torre do Rio, destinada à defesa e controlo do porto e da porta de acesso ao mesmo (Gómez & Lopes, 2008, FIG. 8.2.).

Carecemos de informação estratigráfica sobre os acessos e os arruamentos no interior da muralha, mas é de supor que as constantes do período anterior se mantivessem. Do mesmo modo, é escassa a informação de que dispomos sobre os espaços domésticos, resumindo-se a já referida *domus* descoberta nas escavações dos Paços do Concelho e da Casa do Lanternim [FIG. 8.3.]. Os materiais encontrados, apesar de serem em parte reutilizados nas construções posteriores, apontam para uma ocupação daquele espaço na Antiguidade Tardia.

No que se refere à arquitetura religiosa, durante os séculos V-VI d.C., na zona da antiga acrópole [FIG. 8.4.], as construções do possível *forum* foram remodeladas e adaptadas às novas necessidades criadas com a introdução do Cristianismo tendo sido erguido, na parte oeste da plataforma, um complexo de edifícios para albergar dois monumentais batistérios. Para além das sumptuosas piscinas batismais, chegaram até aos nossos dias vestígios dos pavimentos adornados com painéis de mosaicos, onde não faltava a policromia dada pelas tesselas de vidro ou pelos vestígios dos frescos que chegaram até nós. No *suburbium*, fora de portas, procedeu-se à construção das basílicas paleocristãs do Rossio do Carmo [FIG. 8.5.], do Cineteatro [FIG. 8.6.] e do Mausoléu [FIG. 8.7.].

Na acrópole, o complexo religioso assenta sobre uma construção subterrânea designada por criptopórtico/cisterna. Esta construção é referida por Duarte de Armas, no início do século XVI, que anota: "*aqui esta huã abobada atopida muyto boa*" (Almeida, 1943). Trata-se duma galeria com um papel essencialmente estrutural, de contenção e suporte da plataforma de implantação do *forum* (Torres & Silva, 1989: 31; Torres & Oliveira, 1987: 618).

O complexo religioso era constituído pela sala do batistério, um compartimento anexo situado a norte, uma passagem em cotovelo e um espaço que ladeia a abside; a sul e a norte é delimitado por um compartimento de planta basilical e uma galeria porticada, respetivamente. Este edifício de planta retangular continha no seu interior um batistério octogonal, implantado no centro de um tanque



FIG. 8 Mértola na Antiguidade Tardia.

1. Muralha junto ao criptopórtico.
2. Torre do Rio.
3. Casa Romana – Câmara Municipal.
4. Acrópole – Complexo religioso paleocristão.
5. Basílica do Rossio do Carmo.
6. Basílica do Cine-Teatro Marques Duque.
7. Mausoléu paleocristão.
8. Igreja Matriz.
9. Casa Cor-de-Rosa.
10. Hospedaria Beira Rio.
11. Necrópole da Achada de São Sebastião (elaboração CAM).

FIG. 9 Estruturas da Antiguidade Tardia sob a antiga mesquita, actual Igreja Matriz (foto Susana Gómez Martínez).

ou piscina e rodeado por um deambulatório, no qual se abria a leste uma abside de planta em arco ultrapassado. O pavimento da galeria porticada e o deambulatório estavam cobertos por um significativo conjunto musivo, do qual realçamos, no deambulatório do batistério, Belerofonte cavalgando o Pégaso para matar a Quimera e, no longo corredor porticado, dois leões afrontados e várias cenas de caça com um cavaleiro empunhando um falcão (Lopes, 2003). Se a falta de paralelos bem datados inviabiliza uma cronologia segura, leituras estratigráficas e traços estilísticos permitem atribuir esta obra à primeira metade do século VI d.C.

Os trabalhos arqueológicos do verão de 2013, na encosta do Castelo de Mértola, puseram a descoberto parte de um edifício, onde se insere uma segunda estrutura batismal de forma octogonal. Nos derrubes assentes sobre o seu pavimento, foi encontrada uma grande quantidade de fragmentos de fresco dum programa pictórico o qual, apesar de estar longe de ser compreensível na sua totalidade, os restos identificáveis parecem assemelhar-se aos programas pictóricos das pinturas das catacumbas de Roma (Bourguet 1965; Nicolai, Bisconti & Mazzoleni, 2000).

No sector oriental da plataforma, as escavações realizadas no adro da Igreja Matriz [FIG. 8.8.], a antiga Mesquita, revelaram uma estrutura monumental, anterior à construção da mesquita, constituída por silharia de granito reaproveitada, com cerca de 2 m de altura e da qual sobressaia um corpo retangular que foi interpretado como sendo uma abside (Gómez, 2011: 103; FIG. 9). Com os dados de que dispomos colocamos a hipótese de se tratar do limite nascente de um edifício, de planta simples, com uma abside retangular. Da análise dos materiais epigráficos e arquitetónicos, provenientes das várias obras feitas no edifício e nas imediações, pode inferir-se a existência de vários momentos construtivos. Um primeiro edifício, possivelmente um templo dedicado ao culto imperial atendendo à epigrafia a e aos elementos arquitetónicos aí encontrados, poderá ter estado em funções até aos inícios do século IV. Contudo, a descoberta, no local, de algumas impostas e um cimácio leva a considerar a existência de um templo cristão no século VI-VII naquele local (Lopes, 2014).

No *suburvium*, bastante afastado das muralhas da cidade, foi construído um mausoléu nesta época. Nos anos de 2008 e 2009, as intervenções arqueológicas levadas a cabo na Rua Afonso Costa, revelaram as criptas dum edifício, com vestígios do arranque de duas abóbadas de berço e, a nível dos pavimentos, quatro sepulturas de contornos retangulares, com uma orientação nascente-poente [FIG. 10]. Elementos de arquitetura decorativa de grandes dimensões, como um cimácio e um fragmento de coluna, bem como a considerável dimensão das estruturas, levam a colocar a hipótese de que, pudesse haver um segundo piso. A epigrafia encontrada no sítio (um epitáfio em grego e outro em latim) aponta para uma ocupação do espaço situada pelo menos entre os anos 522 (?) e 566 (Dias, Gaspar, Lopes, 2013: 247-267; Lopes, 2014).





FIG. 10 Mausoléu da Antiguidade Tardia (foto Virgílio Lopes).

A sul deste mausoléu, as campanhas de escavação arqueológica no Cineteatro Marques Duque e na Rua Dr. Afonso Costa, permitiram identificar uma basílica paleocristã que já tinha sido iniciada por Estácio da Veiga no século XIX (Veiga, 1983: 117). Tratava-se de um edifício de três naves, possivelmente com dupla abside, tendo a nave central, mais larga, outra abside interior. Dentro e em redor da basílica, foi encontrada uma necrópole que se estendia pela rua Serrão Martins. A epigrafia associada ao sítio remete para um intervalo cronológico entre 465 e 518, tornando admissível que a construção da basílica se iniciasse em meados do século V, prolongando-se a sua utilização às centúrias seguintes.

Também desde o século XIX se conhece a existência duma outra Basílica Paleocristã no Rossio do Carmo. Supomos ter existido nesta zona uma área cemiterial desde o século IV a.C., hipótese sustentada por uma lápide funerária com "escrita do Sudoeste", que estava a ser reutilizada numa sepultura paleocristã. Já foi referida a existência de uma necrópole de inumação a partir do final do século I d. C. neste mesmo local que antecedeu à construção da basílica funerária, composta de três naves, com sete tramos separados por colunas e com duas absides semicirculares contrapostas destacadas em relação ao corpo do edifício (Macias, 1993: 39). Esta igreja revelou uma dimensão funerária em quase todo o espaço interior, bem como nas áreas adjacentes, onde se localizam sepulturas em fossa, escavadas na rocha e, em alguns casos, identificadas com uma lápide funerária. A epigrafia associada à necrópole permite atestar uma ocupação contínua entre, pelo menos, os anos 462 e 729 d.C. (Dias & Gaspar, 2006: 135).

1.4. A CIDADE ISLÂMICA

A continuidade até a atualidade de alguns troços de muralha datados de época romana e da Antiguidade Tardia permite sustentar a ideia de manutenção do recinto fortificado do Centro Histórico no período islâmico, durante o qual foi beneficiando de obras de manutenção e reforço, nem sempre passíveis de serem datadas com exatidão. Do mesmo modo, os eixos viários principais terão mantido a mesma orientação, ao longo das curvas de nível, ainda que tenham sofrido, durante deste período, alterações decorrentes de mudanças na configuração das estruturas habitacionais. Estas alterações são confirmadas pelo saneamento urbano. É o que ocorre, por exemplo, na Casa Romana musealizada na cave dos Paços do Concelho [FIG. 11.1.], onde uma fossa séptica, certamente situada numa rua, foi escavada no interior dos compartimentos romanos, destruindo parte dos seus muros. Uma outra evidência destas alterações foi encontrada nas escavações da Biblioteca Municipal [FIG. 11.3.] onde, sob os pavimentos duma casa almóada, foi encontrada uma fossa séptica, desativada em inícios do século XI, pertencente a uma habitação califal da qual não se conservaram quaisquer outros vestígios (Palma & Gómez, 2010: 713).

No espaço intramuros, a primeira grande transformação estrutural em época emiral é evidente no Castelo [FIG. 11.4.]. Desconhecemos a que época exata remonta a ocupação nesta área da cidade, embora alguns indícios apontem para uma estrutura fortificada, pelo menos, desde a Idade do Ferro (Palma & Gómez, 2013). A primeira referên-

cia clara nas fontes escritas data do século IX quando 'Abd al-Mālik Abī l-Ġawwād, seguidor de 'Abd al-Rahmān Ibn Marwān al-Ġillīqī, o Galego, tomou Mértola e reforçou as defesas do seu castelo (Coelho, 1989: vol. II p. 159; Picard, 2000: 206). A planta que hoje conhecemos da fortificação terá, certamente, origem no período omíada, tendo sido modificada sucessivamente, consoante as necessidades defensivas e habitacionais, até à conquista cristã em 1238. Será desta primeira fase de ocupação islâmica, séculos IX-X, a forma trapeziforme do Castelo, que ainda hoje figura, adaptada à topografia do terreno, com torres de planta quadrada nos seus ângulos (Palma & Gómez, 2013).

Nesta primeira fase de construção islâmica, a entrada na fortificação teria um acesso direto e simples, com dois torreões quadrangulares compostos por grandes silhares a flanquear a mesma. Vestígios desta primeira estrutura da porta são visíveis na sua primeira fiada de silhares que marcam os cantos dos dois torreões e que, em época almóada, seriam absorvidos pela construção duma porta em cotovelo. Obras de reconstrução da porta, no século XX, deixaram à vista parte da face de um dos

FIG. 11 Mértola islâmica:

1. Casa Romana – Câmara Municipal.
2. Casa Cor-de-Rosa.
3. Biblioteca Municipal.
4. Castelo de Mértola.
5. Acrópole/Alcáçova.
6. Antiga Mesquita/Igreja Matriz.
7. Antemuro.
8. Mausoléu paleocristão.
9. Necrópole islâmica.
10. Arrabalde ribeirinho.
11. Forno de produção cerâmica.
(elaboração CAM).





torreões (Palma e Gómez, 2013). No exterior virado a Norte, alinhado com estes dois torreões, ainda é observável um outro torreão, de planta quadrada (Torres *et alii*, 1991: 16; Macias, 2006: II, 112).

As obras no interior do Castelo do século IX foram acompanhadas de um conjunto de infraestruturas habitacionais e de saneamento urbano (Palma & Gómez, 2013). Embora as intervenções arqueológicas realizadas no interior do monumento tenham sido parciais, não permitindo ainda a compreensão, no seu conjunto, das sucessivas estruturas ali conservadas, foram registadas várias fossas sépticas e canalizações associadas a habi-

tações, cujas desativações foram acontecendo entre os finais do século X e os finais do século XII, indicando uma preocupação pela salubridade no interior do recinto fortificado [FIG. 12].

Sabemos que o complexo religioso paleocristão, situado aos pés do Castelo [FIG. 11.5.], continuou a manter as suas funções religiosas, pelo menos até uma fase adiantada do século IX. Durante os períodos califal e taifa foi perdendo a sua vigência e, nos inícios do século XII, apenas possuía um uso marginal, como o demonstram as fogueiras que se realizaram sobre os mosaicos, as toscas reparações que estes foram sofrendo, ou as lascas deixadas pela sistemática reutilização dos mármore do batistério (Gómez, 2015).

Possivelmente, um dos templos deste grande complexo religioso paleocristão, situado sob os alicerces da atual Igreja Matriz [FIG. 11.6.], foi partilhado pelas duas comunidades religiosas no início da presença islâmica no território, como foi hábito um pouco por todo al-Ándalus. Desconhecemos que alterações poderá ter sofrido esta igreja paleocristã para a sua adaptação ao culto muçulmano. É possível que a sua transformação para uma mesquita com as dimensões aproximadas do templo atual decorresse já em época emiral. O embasamento do *mihrab*, posto a descoberto pelas escavações no adro da Igreja Matriz, a julgar pelo aparelho construtivo, poderá datar de época omíada (Gómez, 2011).

As transformações de maior envergadura no interior da cidade foram realizadas no período almóada. As fontes referem uma modificação considerável no Castelo, com uma nova campanha de obras, atribuída a Abū Ya'qūb Yūsuf, em 566 H./1171 d.C., que teria reparado a fortificação e reconstruído a porta do castelo. Efetivamente, as obras de requalificação do Castelo do presente século permitiram confirmar a cronologia almóada da porta em cotovelo (Palma & Gómez, 2013). À configuração de época omíada, acrescentou-se um novo corpo de muralha, com o aceso a nascente flanqueado por duas torres. As obras de vulto na porta foram provavelmente acompanhadas por uma reorganização dos espaços interiores. Nas camadas de construção e reconstrução dos pavimentos dos espaços abertos

FIG. 12 Canalizações dos períodos califal e taifa do Castelo de Mértola (foto Susana Gómez Martínez).

junto do pano norte da muralha do Castelo, formadas ao longo da primeira metade do século XII, foi construída uma casa, da que conservamos apenas a latrina, e abertas canalizações de esgotos e águas pluviais (Palma & Gómez, 2013).

Não foi este o único reforço realizado no sistema defensivo da cidade em época almóada, já que as escavações realizadas junto das muralhas revelaram reconstruções em todo o sector Norte. A estas reconstruções, acrescentou-se, fora da muralha, um antemuro [FIG. 11.7.] do qual se conservam, ainda, alguns panos e uma torre em taipa (Gómez, 2014: 49), tendo sido ainda registados os alicerces de uma outra na rua Alves Redol (Torres *et alii*, 2008).

Também na mesquita se implantou um novo edifício na segunda metade do século XII que seguia os modelos construtivos almóadas (Macias *et alii*, 2011). Um hipotético *mihrab* quadrangular omíada foi substituído por um outro de planta poligonal. Se consideramos que este nicho marcaria o eixo de simetria do edifício, é de supor que o templo almóada mantivesse, não obstante, as dimensões do edifício anterior.

Este forte programa de obras levou também à “requalificação” do espaço a norte da cidade entre o Castelo, a muralha e a mesquita, que costumamos denominar Alcáçova do Castelo. O complexo religioso paleocristão estaria praticamente arruinado em meados do século XII. Em época almóada, uma parte deste terreno foi aplanado para construir um bairro de casas organizado em quarteirões formados por grupos de 4 habitações que partilhavam paredes medianeiras, com arruamentos



FIG. 13 Vista geral de Mértola desde a margem esquerda do Guadiana. Destaca-se a acrópole com o Castelo e a antiga Mesquita-Igreja Matriz.



FIG. 14 Vista aérea do bairro almóada da Alcáçova e da antiga Mesquita – Igreja Matriz.

aproximadamente ortogonais alinhados com o troço norte da muralha da vila, que também foi reforçado com a construção/reconstrução de várias torres quadrangulares. As casas seguiam o modelo de casa de pátio central, já implantado na cidade em datas anteriores. Até ao seu abandono, após a conquista cristã de Mértola em 1238, o bairro sofreu diversas transformações derivadas, certamente, do aumento de população no interior da *madina*. As casas de maiores dimensões foram divididas em 2 ou 3 habitações autónomas, e, noutros casos, cederam alguns dos seus compartimentos que deram a lugar a novas habitações com ocupação parcial da rua.

Os espaços periurbanos foram sofrendo alterações também progressivamente. Desconhecemos em que momento preciso o Mausoléu da Rua Dr. Afonso Costa [FIG. 11.8.] deixou de ser utilizado com funções funerárias, mas as escavações permitiram documentar um nível de ocupação marginal, abandonado no século X, cuja funcionalidade é difícil de aferir (Gómez, 2015), mas não estaria certamente relacionada com o uso funerário. Na necrópole do Rossio do Carmo, a epigrafia permite confirmar que a comunidade cristã continuou a utilizar o cemitério associado à basílica (Gómez, 2015; Dias & Gaspar, 2006: 135). A *maqbara* [FIG. 11.9.] ocupou parcialmente o espaço da necrópole paleocristã, mas desenvolveu uma área de ocupação diferente, prolongando-se em direção à muralha da vila. Não contamos com elementos de datação absoluta que permitam determinar quando se iniciaram exatamente as inumações muçulmanas e como foram estendendo-se espacialmente. Em momento também ainda indeterminado, a basílica, abandonada e arruinada, foi ocupada por enterramentos muçulmanos. O que é possível afirmar é que o espaço cemiterial muçulmano foi ocupado de forma intensa, constatando-se uma forte sobreposição de enterramentos até ao fim do período islâmico.

Os espaços periurbanos dedicados à produção artesanal e ao armazenamento de mercadorias parecem ter sido abandonados na Antiguidade Tardia, como observamos, por exemplo, na Hospedaria Beira Rio (Lopes, 2012b). Só temos testemunhos da sua reocupação, já mais tarde, no século XII, quando um arrabalde ocupa o espaço ribeirinho a norte da cidade [FIG. 11.10.] onde, para além das funções habitacionais, se terão desenvolvido atividades produtivas. Seguramente, a ameaça das incursões portuguesas vindas do Norte terá levado ao abandono deste arrabalde em finais do século XII, facto que terá conduzido ao aumento da pressão urbanística no bairro almóada junto do Castelo ou à presença de atividades artesanais poluentes no interior das muralhas da cidade, como testemunha a presença duma forja encontrada durante as escavações da Biblioteca Municipal (Palma & Gómez, 2010). No entanto, na área periurbana ainda se vão manter em atividade oficinas artesanais, como ocorre com o forno de produção cerâmica da rua 25 de Abril (Gómez, 2010; ver FIG. 11.11.).

1.5. AS TRANSFORMAÇÕES DA BAIXA IDADE MÉDIA

Em muitas das escavações realizadas em Mértola, a estratigrafia é omissa no que diz respeito à Baixa Idade Média, motivo pelo qual ainda não foi possível confirmar se a estrutura viária mudou neste período e, sobretudo, como se produziu a alteração do modelo de casa de pátio islâmica para as tipologias que dominam no mundo cristão. O perímetro amuralhado manteve-se, no essencial, muito semelhante ao dos períodos anteriores, mas o antemuro introduzido em época almóada foi então abandonado e deixado a uma degradação progressiva. As três grandes exceções ao vazio estratigráfico referido são o Castelo [FIG. 15.1.], a antiga Mesquita [FIG. 15.2.] e a área a noroeste de ambos, geralmente designada de Alcáçova [FIG. 15.3.].

No caso do Castelo [FIG. 15.1.], a Ordem de Santiago realizou fortes modificações após a conquista em 1238 (Gómez & Palma, 2013). A mais importante foi, sem dúvida, a construção da Torre de Menagem

cujas lápides fundacionais data de 1292. Para as outras modificações não contamos com uma cronologia tão precisa. Em data indeterminada do século XIV, foi construída a Capela de Santiago sobre a porta de acesso ao Castelo (Boiça & Barros, 2002). Já no século XV terá ocorrido o reforço defensivo da porta falsa, que foi protegida com um baluarte, aproximadamente pentagonal (Boiça & Barros, 2002). Nessa mesma época, a Torre da *Carocha*, situada na esquina sudoeste da fortificação, teve de ser reforçada por um contraforte escalonado (Boiça & Barros, 2002: 380).



FIG. 15 Mértola na Baixa Idade Média.

1. Castelo.
2. Igreja Matriz.
3. Cemitério Cristão.
4. Biblioteca Municipal (elaboração CAM).

No interior da Praça de Armas, as escavações permitiram verificar que as estruturas de habitação islâmicas tinham sido destruídas e as canalizações de época almóada tinham sido abandonadas. Sobre elas foram construídas edificações adaptadas às necessidades da Ordem, a maior parte das quais não se conservou, devido a transformações do período moderno. Se considerarmos a informação oferecida pelos documentos medievais, a nascente, encostadas à muralha, foram erguidas as cavalariças e os dormitórios da guarnição constituídos por duas casas contíguas de dimensões razoáveis. A cozinha parece ter sido implantada no lado sul do terreiro (Boiça & Barros, 2002: 383). As Visitações, especialmente a de 1515, descrevem a Alcaidaria, adossada a uma das faces da Torre de Menagem, erguida na década de oitenta do século XV, em tempos de D. João II (Boiça & Barros, 2002: 583).

No desenho de Duarte de Armas, nada foi assinalado no espaço a norte da Praça de Armas, junto da Torre de Menagem e do pano norte da muralha do Castelo. No entanto, esta zona foi alvo de uma intervenção arqueológica, em 2006, que revelou um compartimento perpendicular à torre de menagem e paralelo à muralha, pavimentado com uma camada de argamassa muito espessa, sobre a qual encontramos vestígios de três lareiras que parecem indicar uma função do espaço ligada a atividades domésticas, talvez relacionadas com a confecção de alimentos e outros serviços de apoio aos freires (Gómez & Palma, 2013).

Do mesmo modo, também a Mesquita foi sofrendo progressivas transformações com a sua conversão em Igreja Matriz [FIG. 15.2.]. A estrutura manteve-se no essencial, mas a sua nova função obrigou a modificações que, pouco a pouco, foram ocultando os elementos distintivos da mesquita e criando novos, que foram sendo registados pelas visitas da ordem de Santiago e documentados, pontualmente, do ponto de vista arqueológico. É este o caso da sacristia contígua à porta almóada em arco de ferradura do muro da *qibla*. A construção dessa sacristia foi ordenada pelos visitantes da Ordem de Santiago em 1482 (Barros, Boiça & Gabriel, 1996: 43) e já estaria construída em 1509, data provável do *Livro das Fortalezas* de Duarte de Armas, no qual a sacristia aparece desenhada. Esta sacristia teve, no entanto, um curto período de vida, acabando por ser destruída para assentar, sobre os seus alicerces, o arcobotante que sustenta a cobertura abobadada da igreja construída por volta de 1535.

A conversão da mesquita em templo cristão trouxe uma outra transformação estrutural no espaço envolvente com a implantação do binómio, habitual no mundo medieval cristão, que une igreja e cemitério paroquial. Tanto no interior como em redor do recinto sagrado, foi instalada uma necrópole que as escavações têm vindo a revelar. No adro, a disposição inicial das sepulturas tentou seguir os cânones habituais de orientação Oeste-Este, mas as condições adversas da topografia do terreno e a necessidade de aproveitar melhor o espaço levaram à sua reorganização e as sepulturas passam a alinhar-se com os muros da igreja.

Na Alcáçova do Castelo, produziu-se então uma transformação radical: o espaço dos vivos deu lugar ao espaço dos mortos. O antigo bairro almóada foi abandonado, passando a alojar o cemitério que só saiu desta área da cidade em meados do século XX. É possível que o intuito da Ordem de Santiago

não fosse apenas o de associar o cemitério ao espaço sagrado, mas também o de criar um espaço livre em redor do Castelo, por razões de estratégia militar e conferir um maior destaque simbólico e visibilidade para o seu centro de poder.

O fim da Idade Média foi ainda marcado por uma outra novidade a nível da ocupação do espaço intramuros: a introdução de estruturas artesanais de forte impacto no tecido urbano, como atesta o achado dum forno de produção de cerâmica no sítio da Biblioteca Municipal (Palma & Gómez, 2018, FIG. 15.4.). Assim, a área periurbana da vila aparece, nesta época, despida de estruturas de carácter habitacional ou produtivo, confinando, dentro das muralhas, todas as atividades urbanas e reservando, inclusivamente, lugar para algumas pequenas hortas.

1.6. O URBANISMO MODERNO E CONTEMPORÂNEO

As linhas definidas no período medieval dominaram a estrutura urbana dos séculos posteriores. A muralha da vila foi alvo de manutenção regular; a zona alta manteve o Castelo, a Igreja Matriz e o Cemitério isolados; e, só tardiamente, os espaços periurbanos voltaram a receber habitações e atividades artesanais e comerciais.

No interior do Castelo [FIG. 16.1.], a introdução da artilharia resultou em mudanças significativas, com a criação de rampas de acesso à torre situada a sudoeste. Ao longo do século XVI e XVII, os edifícios que haviam sido construídos pela Ordem de Santiago vão desaparecer. Algumas transformações terão acontecido mais cedo, como a reconstrução da cisterna, que passou a ter a atual forma rectangular e que terá ocorrido entre 1510 e 1535 (Boiça & Barros, 2002: 583). As escavações e acompanhamentos arqueológicos realizados em seu redor revelaram um conjunto de canalizações

FIG. 16 O urbanismo de Mértola em época moderna e contemporânea (séculos XVI a primeira metade do século XX).

1. Castelo.
2. Igreja Matriz.
3. Rua Direita.
4. Largo da Misericórdia – Porta da Ribeira.
5. Praça da Vila (Largo Luís de Camões).
6. Torre do Relógio.
7. Convento de São Francisco.
8. Ermida de Nossa Senhora das Neves.
9. Igreja de Santo António dos Pescadores.
10. Igreja de Nossa Senhora do Carmo.
11. Ermida de São Sebastião.
12. Arrabalde da Vila.
13. Além Rio.



em cerâmica e superfícies argamassadas que estariam destinadas a conduzir, de forma eficiente, as águas da chuva para o interior do reservatório, e que seriam contemporâneas das transformações do século XVI.

É também no século XVI, por volta de 1535, que se produziram as maiores mudanças na antiga Mesquita [FIG. 16.2.] com a construção duma nova cobertura abobadada e um novo portal renascentista presididos por um programa iconográfico que cruzava o estilo manuelino com o que costuma classificar-se como mudéjar alentejano.

Neste período, a vila de Mértola mantinha-se no interior das antigas muralhas, reconfigurando as sucessivas plataformas, que o sítio de implantação impunha, à organização em ruas e travessas, com preponderância da rua Direita [FIG. 16.3.], voltada ao Guadiana, sobre o troço nascente da muralha, na ligação das portas de Beja, a norte, e da Ribeira, a sul. A importância comercial deste eixo era pontuada pelos espaços mais importantes, como o largo da Misericórdia, junto à porta da Ribeira [FIG. 16.4.], ou a praça da Vila [FIG. 16.5.], mais a norte, que constituía a zona de concentração das estruturas concelhias. A dimensão de centralidade desta praça, atual largo de Camões, era assinalada, a nível da imagem urbana, pelo modo como o edifício dos antigos Paços do Concelho se projetava, em arcaria, sobre o pano exterior da muralha, ou pela silhueta da torre do Relógio [FIG. 16.6.], construída sobre um dos torreões, a norte, já no século de seiscentos. A ocupação da vila alta constitui, em contraponto, uma zona de consolidação bem mais recente, de características mais humildes em termos espaciais e sociais. A vertente próxima ao castelo, sem qualquer edificação na representação quinhentista de Duarte de Armas, só verá as últimas casas edificadas, com o aproximar do final do século XIX.

A nível da arquitetura corrente, a vila do início do período moderno confirma a importância das características "moradas de casas" (confirmadas em termos documentais em diferentes centros urbanos do sul do país), em que os diversos compartimentos da habitação se encadeavam, numa estrutura marcada pela predominância das paredes mestras e pela presença episódica de tabiques. Em termos tipológicos, confirma-se uma clara ruptura em relação à casa pátio almóada, escavada no bairro da Alcáçova, considerando, não apenas critérios de organização, mas também de hierarquia dos espaços e do módulo construtivo, pese embora a semelhança identificada a nível dos sistemas construtivos (Costa, 2015: 96).

A transformação da arquitetura da habitação do núcleo intramuros, durante o Antigo Regime, acentuará as diferenças entre a vila baixa e a vila alta, sobre o cadastro e módulo construtivo do período pós-reconquista. Se os conjuntos edificados à cota mais alta confirmarão a preponderância da pequena habitação de um piso (muitas vezes, de dois compartimentos, com ou sem logradouro), à cota mais baixa, assistir-se-á ao desenvolvimento de habitações de maior dimensão através, que poderão combinar as seguintes processos: aglutinação de vários imóveis; crescimento em altura (por vezes com integração de piso nobre e águas furtadas); e, quando possível, ampliação da habitação em profundidade, com ocupação do interior da parcela (Costa, 2015: 106). Assiste-se assim à generalização, em especial ao longo da rua Direita e áreas próximas, da habitação abastada de frente larga

constituída por espaços comerciais e de armazenagem no piso térreo, pela residência no piso nobre e pelos espaços de serviço e para serviços nas águas furtadas.

Entretanto, a vila retomara já a urbanização fora de muros, especialmente a partir do início da centúria de seiscentos, acentuando a importância do território natural na conformação do espaço urbano. Este novo ciclo, está associado ao desenvolvimento dos novos bairros dos arrabaldes aquém e além rio, na fundação, no início de seiscentos, do convento de São Francisco [FIG. 16.7.], a sul da ribeira de Oeiras, e na edificação dos novos templos, que acentuaram a importância simbólica associada à orografia (capela de Nossa Senhora das Neves [FIG. 16.8.] e das igrejas de Santo António dos Pescadores [FIG. 6.9.] e de Nossa Senhora do Carmo (FIG.16.10., junto ao sítio da antiga basílica paleocristã).

O tecido urbano do Arrabalde da Vila, a norte, foi conformado pela importância do traçado da antiga estrada para Beja, marcando a orientação dos novos conjuntos edificados [FIG. 16.11.], que originalmente constituíam um conjunto bastante indiferenciado, na sua maioria de casas térreas, como é evidente da leitura do Livro da Décima de 1765 (AMM, 1765/1834, livro1: fls 41-51). Já na margem esquerda do Guadiana, o arrabalde de Além Rio [FIG. 16.12.], afirmou-se progressivamente como uma espécie de entreposto, com presença cada vez mais expressiva de celeiros e armazéns, registada documentalmente, no segundo quartel de oitocentos (Costa, 2015: 84). A morfologia deste arrabalde recorda os núcleos rurais da região, sendo organizado em dois núcleos autónomos, distinguidos pelos nomes de Monte de Cima (situado a sul) e Monte de Baixo (a norte, defronte da vila intramuros, entre a Torre do Rio e Praça da vila).

Após o período de estagnação que se estende de finais do setecentos ao início da segunda metade de oitocentos, Mértola será objeto de um novo surto de prosperidade, que, constituindo uma expressão local da nova conjuntura, resulta, entre outros aspetos, do reforçado papel do Guadiana enquanto via de transporte e da exploração das Minas de São Domingos a partir de 1858. As repercussões da implantação do Liberalismo e a emergência da burguesia serão evidentes, primeiro na vila intramuros e depois na afirmação gradual do Arrabalde da Vila enquanto novo espaço de centralidade, em especial a partir do último quartel de oitocentos. A praça da vila concentrará, no primeiro caso, uma parte significativa do investimento público da transição de oitocentos para novecentos, com construção dos novos Paços do Concelho (no limite sul da praça após aquisição de armazém parcialmente demolido) e com a campanha de obras no conjunto edificado debruçado sobre a muralha, entretanto libertado (e posteriormente convertido em tribunal). A reafirmação da praça enquanto espaço de representação será assim pautada pela presença e pela imagem da casa dos Azulejos, edificada em época imediatamente anterior no limite norte da praça. Mas a construção da ponte sobre a ribeira de Oeiras, a par da reestruturação do sistema viário com a reconfiguração das estradas para o Algarve e para Beja, acabaria mesmo por ser determinante para a afirmação do Arrabalde da Vila enquanto nova centralidade, ao estabelecer os novos eixos para a expansão urbana e libertar a vila intramuros desta linha de atravessamento fundamental.

Esta mudança terá também repercussões a nível da imagem urbana e da arquitetura doméstica das classes mais abastadas, marcada gradualmente por um quadro de referências mais diversificado.

O florescimento económico da vila e da região em época contemporânea resultou em investimentos consideráveis na arquitetura da habitação, de expressão eclética oitocentista, em clara ruptura com as antigas *moradas de casas nobres* da vila velha, quer a nível da imagem e da volumetria, quer a nível tipo-morfológico e construtivo. De facto, ainda que o espaço intramuros seja também brindado por esta arquitetura (como são exemplos as já referidas casa dos Azulejos e casa Cor-de-Rosa), serão fundamentalmente as ruas fora de portas que serão eleitas para a edificação das novas habitações das classes privilegiadas. O Arrabalde da Vila acabará, gradualmente, por assumir as funções da vila intramuros, cada vez mais remetida a uma posição de excentricidade, que se acentuará decisivamente com a construção da ponte sobre o Guadiana no início a década de 60 do século XX.

2. ESTRATÉGIAS MUSEOGRÁFICAS DE PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO

O projeto do Campo Arqueológico de Mértola preconiza que qualquer projeto de investigação ou escavação de salvamento deva ter como objetivo, num primeiro momento, conhecer e preservar (mesmo que seja apenas através do registo arqueológico, conforme propõe a legislação vigente), mas depois, e sempre que possível, também conservar e musealizar. O propósito é assim compatibilizar a conservação de vestígios arqueológicos com o desenvolvimento de empreendimentos e atividades económicas, mediante uma negociação inteligente que permita usufruir das vantagens de uns e de outros. No entanto, este compromisso nem sempre é fácil e, por vezes, os conflitos de interesses obrigam a cedências, de parte a parte, e a uma gestão imaginativa e flexível dos recursos disponíveis, procurando evitar efeitos perversos no delicado equilíbrio de forças entre os recursos patrimoniais e a frágil economia local.

A metodologia a seguir na salvaguarda de vestígios arqueológicos, como não pode deixar de ser, adapta-se a cada caso específico. No entanto, podemos encontrar, basicamente, duas situações diferentes que condicionam os mecanismos de atuação. A primeira refere-se àqueles locais em que não existem projetos de construção previstos que condicionem as escolhas a seguir, e para os quais é sempre equacionada a sua valorização em função de critérios didáticos e museográficos. Este é o caso, por exemplo, da Alcáçova do Castelo em que a opção foi a construção de estruturas amovíveis que protegessem os vestígios e que organizassem o percurso de visita. É, precisamente, a classificação deste espaço como área *non edificandi*, que determinou a opção de utilizar estruturas amovíveis. No caso da Basílica Paleocristã do Rossio do Carmo, a ausência desta condicionante legal e a dimensão relativamente reduzida dos vestígios levaram a optar pela construção de um edifício que protegesse as estruturas arqueológicas e acolhesse uma parte dos objetos relacionados com o núcleo museológico, como viria a ser também adotado no adro da Mesquita-Igreja Matriz.

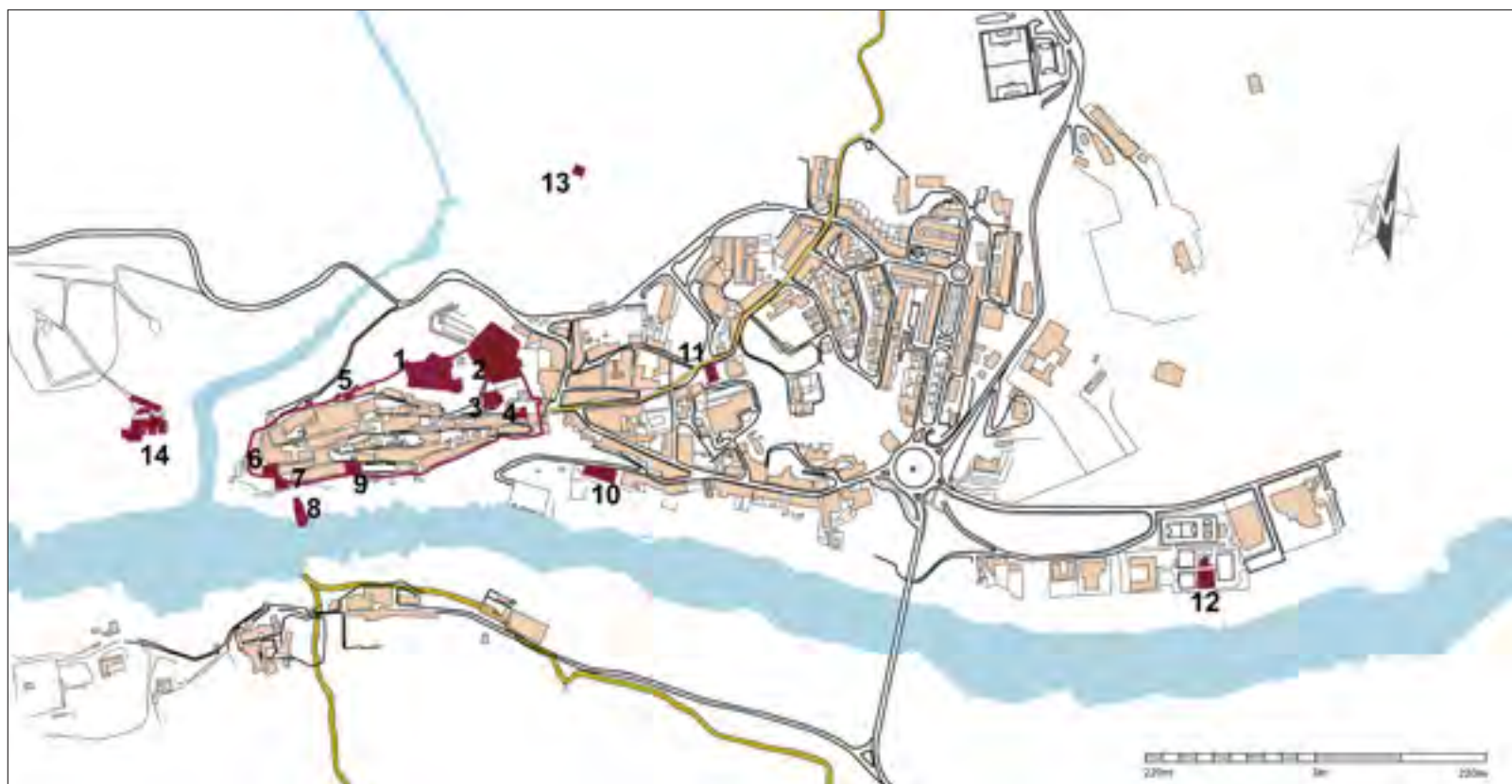
Muito diferentes, são as opções quando os achados se inscrevem no segundo tipo de situações: escavações de salvaguarda ou de carácter preventivo no âmbito de projetos de construção civil. Nalguns casos, os vestígios carecem de "relevância patrimonial" (conceito que não deixa de ser

extremadamente subjetivo) que suportem a sua preservação pelo que, depois de devidamente registados, por vezes não condicionam o projeto de construção que segue o seu percurso sem adaptações. Noutros casos, a importância dos achados determina alterações do projeto inicial. Este foi o caso do achado do Mausoléu da Antiguidade Tardia da rua Dr. Afonso Costa, que obrigou à alteração do projeto inicial, com o desvio das infraestruturas de saneamento, fazendo coincidir o traçado das novas canalizações com a vala das antigas. Mesmo tratando-se de vestígios arqueológicos cuja monumentalidade, antiguidade e raridade aconselhariam à sua musealização, a inexistência de uma alternativa para o traçado da rua e do trânsito viário da vila levou ao enterramento dos vestígios, seguindo todas as cautelas habituais, mas deixando aberta a possibilidade de, num futuro, encontrar soluções técnicas e financeiras que permitam conciliar a fruição dos vestígios com a utilização da rua para o tráfego rodado. A Biblioteca Municipal é outro caso em que se tentou a total integração das estruturas defensivas, no entanto, as alterações ao projeto do novo edifício apenas contemplaram a integração de uma pequena parcela de muralha do período Romano-Republicano.

Por último, encontramos alguns outros casos em que o grau de conservação e compreensão dos vestígios recomenda, não apenas a sua preservação, total ou parcial, mas também a sua musealização. Poderemos apresentar dois exemplos, a este propósito: a Casa Romana, na cave do edifício principal da Câmara Municipal, e o Hotel Museu. Este último reveste uma importância singular por se tratar da conservação de vestígios arqueológicos num espaço privado, em que é garantida a sua visita pelo público.

O tecido urbano do centro histórico de Mértola apresenta-se como um conjunto de alto valor histórico, patrimonial, plástico e mesmo vivencial pelo que, desde o início, se percebeu que a filosofia de intervenção teria que passar sempre por uma conservação integrada, social e patrimonial, do centro antigo. É que, embora os vetores mais importantes de expansão da vila estejam hoje extramuros, o núcleo primitivo permaneceu a imagem de marca dos registos do passado e, de certa forma, continua a ser o símbolo e motor do seu próprio desenvolvimento turístico. Este quadro ajuda a perceber como o Museu é a própria Vila. De facto, historicamente tão importantes como os achados arqueológicos que enchem os expositores, são as ruas, a organização dos espaços públicos, a estruturação e usufruto do conjunto urbano, da arquitetura corrente, dos materiais e técnicas de construção, assim como do seu usufruto por parte das comunidades.

Neste contexto, o Projeto de Museologia Local, designado Mértola Vila Museu [FIG. 17], insere-se numa filosofia de intervenção que visa, antes de tudo, projetar a recuperação social e patrimonial do centro antigo, conhecido por "Vila Velha". Deste modo, a museologia não podia alhear-se da reabilitação urbana, procurando contribuir para a mesma através de um princípio que, desde o início, tem presidido ao projeto do Museu de Mértola: o da polinuclearização, isto é, o de organizar/instalar em pontos distintos do centro antigo, espaços museográficos organizados de forma temática e, sempre que possível, no próprio local do achado arqueológico ou relacionado direta ou indiretamente com o objetivo pedagógico pretendido.



Um outro princípio fundamental é entender o Museu não apenas como um projeto finito, mas como um processo dinâmico, que interage com a população e com as suas necessidades culturais, aproveitando as conjunturas específicas para se expandir e servir melhor a comunidade sendo por isso, também, um projeto de turismo cultural em contínuo crescimento. Assim, a configuração do Museu (os núcleos museológicos e os seus respetivos conteúdos) muda com frequência, através de ampliações e atualizações pautadas pelo ritmo do avanço da investigação científica.

O Museu de Mértola é de tutela municipal, aberto à parceria e colaboração com outras instituições locais, nacionais e internacionais. Esta é mais uma das particularidades do projeto Mértola Vila Museu. Na construção dos vários núcleos que atualmente integram o Museu, participaram as mais diversas instituições públicas e privadas, de forma generosa e, em muitos casos, espontânea e tácita, sem recorrer a acordos formais. A Câmara Municipal de Mértola é o organismo público que suporta legalmente o Museu, sendo o Campo Arqueológico de Mértola, uma associação cultural e científica sem fins lucrativos, responsável pelas questões científicas e técnicas. No desenvolvimento de ações e projetos, esta unidade museológica tem parcerias com outras instituições locais como a Associação para a Defesa do Património de Mértola, a Cooperativa Oficina de Tecelagem, a Escola Profissional

FIG. 17 Mértola Vila Museu.

1. Castelo.
2. Alcáçova.
3. Antiga Mesquita – Igreja Matriz.
4. Oficina Cooperativa de Tecelagem e Casa de Mértola.
5. Oficina do Ferreiro.
6. Arte Islâmica.
7. Arte Sacra.
8. Torre do Rio.
9. Casa Romana.
10. Arrabalde Ribeirinho – Hotel Museu.
11. Basílica Paleocristã.
12. Ermida e Necrópole de São Sebastião.
13. Ermida de Nossa Senhora das Neves.
14. Convento de São Francisco.

ALSUD, o Agrupamento de Escolas de Mértola, a Santa Casa da Misericórdia e a Paróquia de Mértola. Por outro lado, a colaboração institucional com as autoridades da tutela (tanto regionais como nacionais) é também muito relevante, encontrando-se alguns dos monumentos, onde se encontram instalados os núcleos museológicos, dependentes destas tutelas e pertencendo o Museu à Rede Portuguesa de Museus, tutelada pelo Ministério da Cultura.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS. CONSTANTES E VARIÁVEIS NO URBANISMO DE MÉRTOLA

A estrutura urbana de Mértola, sempre esteve condicionada pelos grandes elementos morfológicos do seu local de implantação. Por um lado, o rio Guadiana define os limites de urbanização marcados pela curva de nível do leito de cheia e, na sua qualidade de principal eixo de comunicação com outros territórios, o ponto privilegiado de acesso ao centro da vila. Por outro lado, a topografia abrupta do cerro em que a vila foi implantada condiciona tanto o traçado da muralha que protege o casco urbano, como os eixos viários e a morfologia dos quarteirões alongados que seguem as curvas de nível do terreno.

A área intramuros da Mértola atual deve ter sido sensivelmente a mesma desde, pelo menos, o período romano e, seguramente desde a Idade do Ferro. As muralhas teriam certamente um traçado muito idêntico ao atual e para além do caráter defensivo eram, em última instância, o elemento estrutural de sustentação da plataforma artificial voltada para o rio Guadiana e a última barreira para as suas águas durante as grandes cheias. A topografia adversa não permitia qualquer veleidade de aplicação dos modelos tradicionais do urbanismo ortogonal romano, favorecendo o reaproveitamento de um possível traçado anterior que, por sua vez não devia diferir muito do seu aspeto atual. Ruas apertadas e sinuosas, seguindo grosseiramente as curvas de nível, são ligadas transversalmente por escadas e vielas. Para vencer o declive natural do terreno, entre as curvas de nível marcadas pelos arruamentos foram criadas plataformas artificiais para assentamento das habitações. Porém, algumas delas foram sendo alteradas ao longo dos séculos como demonstra, a título de exemplo, a continuidade das estruturas do edifício monumental da Casa Cor-de-Rosa por baixo do patamar superior atual situado a poente.

Os espaços públicos e centros de poder foram mudando ao longo do tempo, traduzindo as mudanças dos próprios poderes. Ainda que não haja certezas quanto à área de implantação do *forum* (ou *fora*) romano, é certo que o cristianismo mudou o centro nevrálgico da cidade para o complexo religioso da zona noroeste da cidade. Possivelmente é durante a Antiguidade Tardia que se constituiu o nexos entre o centro religioso e o centro político na zona mais alta da cidade, com a posição de destaque que adquiriram o Castelo e a Igreja/Mesquita, e que perdurará até que os poderes municipais levem o centro da vida pública para a praça do Município.

Os espaços religiosos foram mudando em função dos credos dominantes, mas mais em termos de edificação e menos em termos de implantação. A confirmarem-se os dados para que aponta a escavação da Casa Cor-de-Rosa, o trunfo do cristianismo deve ter sido o factor de alteração mais forte, em

termos de localização dos centros de culto e dos centros nevrálgicos da cidade, erradicando de forma rápida e contundente o templo imperial situado nas proximidades do acesso ao porto. Posteriormente, o espaço sagrado na acrópole da cidade, nas proximidades do Castelo, manteve as funções religiosas, ao longo dos séculos, até à atualidade.

A ocupação funcional da área periurbana foi sofrendo alterações decorrentes do maior ou menor sucesso económico e comercial da cidade. Os momentos em que o registo material é mais rico em intercâmbios com outras regiões são também aqueles em que os arrabaldes tiveram um maior desenvolvimento e em que surge um maior número de instalações artesanais e de armazéns de mercadorias.

No que diz respeito às áreas funerárias, até a chegada do cristianismo da Baixa Idade Média, as necrópoles foram ocupando diferentes zonas do espaço periurbano, registando-se, a este propósito, a mudança mais radical com a conquista cristã de 1238, que haveria de juntar o espaço dos mortos e dos vivos, como nunca tinha acontecido.

BIBLIOGRAFIA

- ALBA CALZADO, M. (2005). La vivienda en Emerita durante la antigüedad tardía: propuesta de un modelo para Hispania. In Josep M. GURT, Albert RIBERA (eds.), *VI Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica*. Barcelona, pp. 121-150.
- ALMEIDA, J. (ed.) (1943). *Livro das Fortalezas de Duarte Darnas*. Lisboa: Editorial Império.
- BARROS, M. F., BOIÇA, J. M.; GABRIEL, C. (1996). *As Comendas de Mértola e Alcaria Ruiva. As visitas e os Tombos da Ordem de Santiago*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- BARROS, P. (2010). Mértola entre os séculos VI e III a.C. *Maikake*. Málaga. 32: 1, pp. 417-436.
- BOIÇA, J. M.; BARROS, M. F. (2002). O Castelo de Mértola - estrutura e organização espacial (sécs. XIII a XVI). In *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (5000-1500)*. *Actas sobre o Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa / Palmela: Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, pp. 579-586.
- BOURGNET, P. (1965). *La peinture paléo-chrétienne*, Port Royal, 3, Suiça.
- COELHO, A. B. (1989²). *Portugal na Espanha árabe*. 2 vols. Lisboa: Ed. Caminho.
- COSTA, M. R. (coord.) (2015). *Mértola. A arquitetura da vila e do termo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- DIAS, M. M. A.; GASPAS, C. (2006). *Catálogo das Inscrições Paleocristãs do Território Português (Ciptp)*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos UL.
- DIAS, M. M. A.; GASPAS, C.; LOPES, V. (2013). Mértola in la Antigüedad Tardía: Nuevos datos arqueológicos y epigráficos. *HABIS*, 44, pp. 247-267
- GÓMEZ, S. (2010). Mértola e as rotas comerciais do Mediterrâneo no período islâmico. *Arqueologia Medieval*, 11, pp. 43-60.
- GÓMEZ, S. (2011). Intervenção arqueológica na Mesquita - Igreja Matriz de Mértola. In *Mesquita - Igreja de Mértola*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 91-106.
- GÓMEZ, S. (2014). *Cerâmica Islâmica de Mértola*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. 423 p.
- GÓMEZ, S. (2015). La presencia islámica en el sudoeste de la Península Ibérica en época emiral in *Actas IV Jornadas de Arqueología e Historia Medieval en la Frontera Inferior de al-Andalus: La Lusitania tras la presencia islámica (713-756 d.C./94-138 H.)*. Mérida: Mérida Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica, pp. 95-122.
- GÓMEZ, S.; LOPES, V. (2008). La Torre del Río de Mértola. Una estructura portuaria tardorromana. In *Strutture e insediamenti antichi e medievali funzionali alla viabilità commerciale terrestre e marittima. Atti del Convegno, Roma, 4 Aprile 2008*, Roma: Pieraldo Edizione, pp. 15-25 + Tav. I-VII.
- GÓMEZ, S.; PALMA, M. de F. (2013). O Castelo de Mértola. As transformações da Ordem de Santiago (séculos XIV-XV). In I. C. Fernandes (Coord.), *Castelos das Ordens Militares. Actas de Encontro Internacional*, Lisboa, Direção-Geral do Património Cultural, 2013, vol. 1, pp. 341-353.
- HOURCADE, D.; LOPES, V.; LABARTHE J.-M. (2003). Mértola: la muraille de l'Âge du Fer. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6-1, pp. 175-210.
- LOPES, V. (1999). A necrópole da Achada de S. Sebastião. *Museu de Mértola: a necrópole e ermida da Achada de S. Sebastião* (pp. 79-99). Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

- LOPES, V. (2003). *Mértola na Antiguidade Tardia*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- LOPES, V. (2012a). *Casa romana: Museu de Mértola*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- LOPES, V. (2012b). Escavação arqueológica na Hospedaria Beira Rio. *Arrabalde ribeirinho: Museu de Mértola* (pp. 15–28). Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- LOPES, V. (2014). *Mértola e o seu território na antiguidade tardia (séculos IV–VIII)*. Huelva: Universidade de Huelva. Dissertação de Doutoramento. Disponível em <<http://rabida.uhu.es/dspace/handle/10272/8053>>, [Consulta realizada em 10/1/2017]
- MACIAS, S. (1993). Um espaço funerário. In TORRES, C.; MACIAS, S., *Museu de Mértola: basílica paleocristã* (pp. 30–62). Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- MACIAS, S. (2006). *Mértola, o último porto do Mediterrâneo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. 3 Vol.
- MACIAS, S. et alii (2011) – *Mesquita – Igreja de Mértola*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p. 108.
- PALMA, M. F. (2009). *Arqueologia urbana na Biblioteca Municipal de Mértola (Portugal): contributos para a história local*. Huelva: [s.n.]. Dissertação de mestrado em Arqueologia e Património apresentada à Universidade de Huelva.
- PALMA, M. de F.; GÓMEZ MARTÍNEZ, S. (2010). Níveis islâmicos da Biblioteca Municipal de Mértola. In *IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular, Huelva (2009)*. Huelva: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Huelva, pp. 1174–1197.
- PALMA, M. de F.; GÓMEZ, S. (2013). O Castelo de Mértola em Época Islâmica. In Fernandes, I. C. (Coord.) *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb – Séculos VI a XVI*. Lisboa: Edições Colibri – Campo Arqueológico de Mértola, 2013, pp. 405–412.
- PALMA, M. de F.; GÓMEZ MARTÍNEZ, S. (2018). El horno de la Biblioteca Municipal de Mértola (Portugal) en la transición entre el mundo medieval y el moderno. In YENİŞEHİRLİOĞLU, F. – *XIth Congress AIECM3 on Medieval and Modern Period Mediterranean Ceramics Proceedings*. Ankara: Koc Universitesi VEKAM, Vol. 1, pp. 227–232.
- PICARD, C. (2000). *Le Portugal musulman (VIII^e–XIII^e siècle). L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*. Paris: Maisonneuve et Larose.
- SÁ, B. de (1905). Explorações arqueológicas em Mértola. *O Archeologo Português*, X, pp. 96–98.
- TORRES, C.; OLIVEIRA, J. C. (1987). O criptopórtico–cisterna da Alcáçova de Mértola. *II Congreso de Arqueología Medieval Española, Madrid, 1987*. (T. II, pp. 617–626). Madrid: [Comunidad de Madrid].
- TORRES, C.; SILVA, L. (1989). *Mértola Vila Museu*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- TORRES, C. et alii (1991). *Museu de Mértola: núcleo do Castelo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- TORRES, C. et alii (2008). Eixo Comercial de Mértola. Arqueologia de emergência. In *Mértola Arqueológica 2003–2008. Cadernos de Mértola/Mértola Vila Museu*. Mértola: Câmara Municipal de Mértola, pp. 49–55.
- VAQUERIZO GIL, D. (ed.) (2002). *Espacios y usos funerarios en el Occidente Romano: actas del congreso internacional celebrado en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Córdoba: (5–9 de jun., 2001)*. Córdoba: Seminario de Arqueología, Universidad de Córdoba.
- VEIGA, E. da (1983). *Memórias das Antiguidades de Mértola*, (ed. fac-similada de 1880). Lisboa: Imprensa Nacional, Mértola: Câmara Municipal de Mértola.



Uma instalação arqueológica na Amazônia: dimensões e pluralidades culturais

CAMILA GARCIA IRIBARREM

Mestre em Antropologia Social – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
da Universidade Federal do Amazonas – PPGAS-UFAM
arqueologiauatuma@gmail.com

MÁRCIA REGINA CALDERIPE FARIAS RUFINO

Professora Associada II do Departamento de Antropologia e Programa de Pós-Graduação
em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas – PPGAS-UFAM
marciacalderipe@yahoo.com.br

RESUMO Esta proposta apresenta uma reflexão sobre a dinâmica de agência e apropriação de espaços simbólicos, encontros de dimensões tempo-espaciais e pluralidades culturais, provocadas a partir da evidencição de escavações arqueológicas na região amazônica, em um contexto urbano que carrega as marcas do processo histórico de sua ocupação. Pontuando essa reflexão, apresentamos uma releitura desses espaços como instalações arqueológicas, a partir do trabalho de musealização da arqueologia *in situ*, realizado no interior de um edifício histórico na cidade de Manaus, o Paço da Liberdade, assentado sobre um antigo cemitério indígena no período da Manaus *Belle Époque* (1874). A musealização de urnas funerárias no interior do edifício foi realizada a partir de um trabalho de arqueologia preventiva, durante o período de quatro anos, no âmbito do Programa Monumenta para revitalização física de bens culturais no Centro Histórico da cidade, com financiamento pelo Ministério da Cultura e outros organismos governamentais. A conceitualização desse espaço como instalação arqueológica *in situ* teve como objetivo pensar sobre a agência da cultura material que essa perspectiva de publicitar a arqueologia suscita, enquanto estratégia interventiva e como espaço privilegiado pelo encontro de materialidades que refletem a pluralidade cultural dos povos que habitam a região amazônica.

PALAVRAS CHAVE Instalação Arqueológica *in situ*; Pluralidade; Agência; Manaus (AM)

ABSTRACT *An archaeological installation in the Amazon: dimensions and cultural pluralities.* This proposal presents a reflection on the dynamics of agency and appropriation of symbolic spaces, meetings of time-space dimensions and cultural pluralities, caused from the evidence of archaeological excavations in the Amazon region, in an urban context that carries the marks of the historical process of your occupation. Punctuating this reflection, we present a re-reading of these spaces as Archaeological installation, based on the work of musealization of *in situ* archeology, carried out inside a historical building in the city of Manaus, the Paço da Liberdade, sitting on an ancient Indian cemetery in the period of Manaus Belle Epoque (1874). The funeral urn museum was built on a preventive archeology project during the four years period under the Monumenta Program for the physical revitalization of cultural assets in the Historical Center of the city, with funding from the Ministry of Culture and other government agencies. The conceptualization of this space as an *in situ* archaeological installation was aimed at thinking about the agency of material culture that this perspective of publicizing archeology provokes as an intervention strategy and a privileged space for the meeting of materialities that reflect the plurality cultural diversity of the people that inhabit the Amazon region.

KEY WORDS Archaeological site; Installation; Agency; Manaus (AM)

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma reflexão crítica sobre agência e arqueologia relacionando processos de manifestação de intencionalidades que convergiram para a materialização de uma exposição arqueológica *in situ* no edifício histórico Paço da Liberdade em Manaus-AM. Propomos conceituar esse espaço de encontros como Instalação Arqueológica, desenvolvido no contexto de revitalização do bem cultural, entre 2005 e 2013, a partir do encontro de urnas funerárias pré-coloniais no interior do edifício, cuja categorização cronológica, dentro dos parâmetros da arqueologia, varia entre 100 e 800

d.C, conforme Hilbert (1968), arqueólogo de origem alemã, o primeiro a propor classificações e categorizações para a cultura material arqueológica nos arredores de Manaus.

Com a entrada do Programa Monumenta do Ministério da Cultura no Município de Manaus em 2004, teve início o processo de restauração do Paço da Liberdade e, em 2006, uma nova etapa se consolidava para a história da arqueologia no local. A revelação de artefatos funerários no subsolo de uma sala no interior do edifício levou a um processo conturbado entre dirigentes locais e arqueólogos envolvidos na pesquisa. As divergências metodológicas expuseram circunstâncias que se confrontaram sem, contudo, chegarem a consenso entre o resgate ou permanência dos artefatos *in situ*. Entretanto, a partir da intervenção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e Ministério Público (2008) foi possível o alinhamento de um Termo de Ajustamento de Conduta assinado pela Prefeitura de Manaus, responsável pelas obras de revitalização, permitindo que fosse colocada em prática a sugestão da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Amazonas - IPHAN-AM de manter os artefatos arqueológicos *in situ*.

Para situar o ambiente relacionado ao projeto, apresentamos uma breve caracterização do local, com alguns elementos históricos e outras peculiaridades do trabalho arqueológico, que vem constituindo o contexto histórico-social denominado Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Arqueológico do Paço da Liberdade. Tombado pela Lei Municipal nº 636 de 19 de dezembro de 1957, como patrimônio cultural edificado, localiza-se no Centro Histórico de Manaus¹ e possui a particularidade de abrigar a somatória de tempos e referências anteriores à colonização europeia até o presente, reunindo elementos de significação cultural e etnohistórica da constituição social da capital.

A edificação histórica, datada de 1874, foi originalmente construída como sede do Governo da Província, erguida sobre um dos mais importantes sítios arqueológicos da região - o Sítio Manaus - que abriga uma congruência de artefatos arqueológicos funerários e outros característicos de sítios-habitação, como panelas, alguidares, vasilhames de tamanhos diversos e uma variedade de vestígios que foram sobrepostos por esse conjunto arquitetônico da Manaus *Belle Époque*, configurando-se atualmente em uma complexa estrutura pré-colonial e histórica [FIG. 1].

Em 2009, novas estratégias surgiram à luz de reflexões entre a equipe de arqueologia do Paço da Liberdade (coordenada pelos arqueólogos Marcus Vinicius de Miranda Corrêa e Carlos Xavier Netto) e a Superintendência Regional do IPHAN no Amazonas (com a direção de André Bazanella). A articulação de medidas entre as instituições e demais agentes envolvidos no processo, contribui para o alcance dos procedimentos metodológicos que, enfim, resultaram no desenvolvimento expográfico da arqueologia *in situ*, com a visualização dos artefatos provenientes da cultura material no local onde a pesquisa arqueológica encontrou e atuou no edifício.

A configuração estética da escavação desenvolvida no local procurou evidenciar o que a arqueologia classifica como cronologia estratigráfica do sítio, ou seja, a sobreposição de camadas de sedimento relacionados à temporalidade da cultura material em associação aos artefatos encontrados. Esses artefatos foram destacados por uma iluminação focalizada em tonalidade amarelada, configurando



FIG. 1 Atual fachada do Paço da Liberdade – Manaus-AM. 2017. Foto: Camila Iribarrem.

efeitos visuais de luz e sombra e a criação de uma instalação arqueológica, que propõe uma leitura da arqueologia em simetria diacrônica com a cultura material na contemporaneidade. Essa conceituação ancorou-se sobre a agência do material arqueológico, considerando o desdobramento desse processo sobre os diferentes atores implicados no discurso local, os paradigmas teóricos que os referenciaram, o reflexo dessas ações sobre a política de preservação do patrimônio cultural na cidade e a rede de relações que envolveram o contexto político-cultural.

AGÊNCIA DOS ARTEFATOS E OUTROS DESDOBRAMENTOS

Os parâmetros de agência nesse contexto partiram da premissa que a presença dos artefatos arqueológicos implicaram diversas manifestações de agentes que interagiram sobre esse processo, propondo uma visão da arqueologia a partir de um enfoque antropológico. A bibliografia existente sobre a região do Paço da Liberdade e Praça Dom Pedro II versa, em sua base de investigação, sobre os aspectos históricos de construção do edifício e suas formas arquitetônicas (Mesquita, 2006), além do relatório historiográfico produzido por Costa & Costa (2002) sobre o Paço da Liberdade e fontes primárias registradas sobre os trabalhos de arqueologia na região do centro histórico (Hilbert, 1968); (ARQUEOURBS, 2002), que forneceram complementações sobre a contextualização histórica e social

da temática escolhida. Os relatórios produzidos pela arqueologia do Programa Monumenta (2007–2013), sob autoria do arqueólogo Marcus Vinicius de Miranda Corrêa, entre os quais cadernos técnicos e documentação visual, incluem a área do entorno do Paço da Liberdade. Esses materiais, associados ao Projeto de Intervenção Arqueológica da Praça Dom Pedro II (Neves, 2003) e relatório dessas práticas arqueológicas, coordenadas pelo arqueólogo Carlos Augusto da Silva, constituem referenciais singulares para a interpretação da atuação da arqueologia no local.

Participando da produção de estudos que correlacionam as disciplinas em foco e confrontando registros históricos sobre as intervenções de agentes e instituições que influenciaram a trajetória da pesquisa arqueológica no local, essa proposta pontuou estratégias de intervenção do poder público frente às políticas culturais e agência de grupos minoritários, representados pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB. A problematização sobre políticas públicas relativas à efetivação dos direitos adquiridos pelas minorias étnicas, elencados na Constituição de 1988, atravessou a narrativa da pesquisa, especialmente a partir da publicação de um manifesto da COIAB, em 2003, cujo objeto referia-se à reivindicação sobre artefatos funerários encontrados na Praça Dom Pedro II, adjacente ao Paço da Liberdade. O teor desse manifesto propiciou um campo



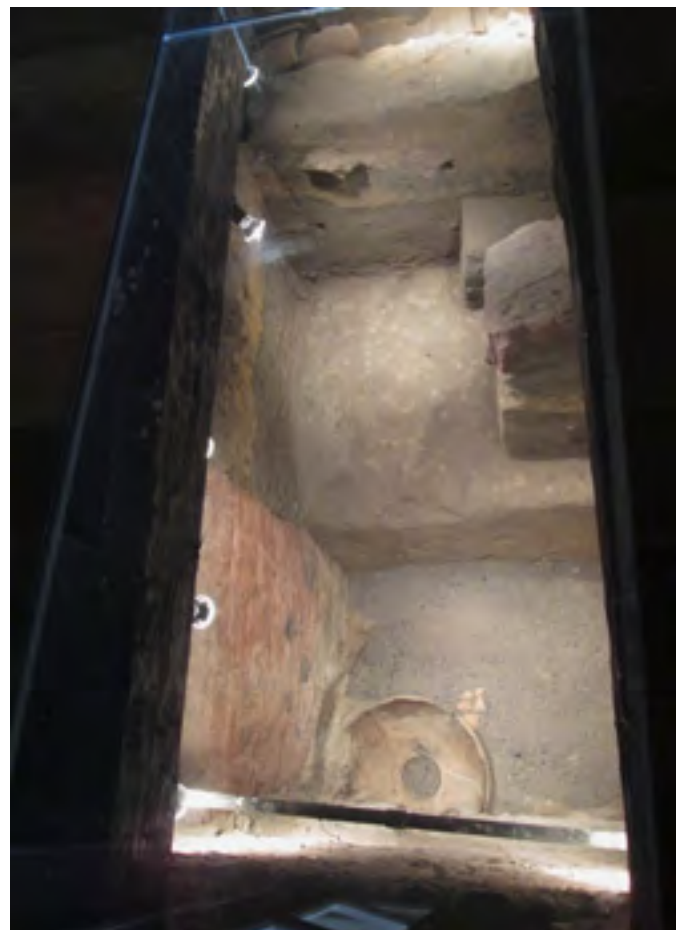
FIG. 2 Espaço de instalação arqueológica no interior do Paço da Liberdade. Foto: Camila Iribarrem.

FIG. 3 Exposição *in situ* do corte arqueológico. Foto: Camila Iribarrem.

privilegiado para argumentações sobre políticas culturais inclusivas e o acesso efetivo dessas minorias aos benefícios relacionados a essas políticas. Nesse sentido, a contribuição dessa abordagem também se volta para uma leitura revisitada de um processo histórico não divulgado e implicações que se estenderam sobre as políticas culturais e de preservação da cultura material no Paço da Liberdade. Tais circunstâncias foram encobertas devido às divergências de interesses entre múltiplos agentes atuantes no processo que culminou com a primeira exposição da arqueologia *in situ* no Amazonas. Essa releitura pretende suscitar aspectos relevantes sobre as políticas públicas de caráter sociocultural no município de Manaus.

O processo tangenciado por múltiplos discursos e múltiplas visões de mundo, convergiu na restauração física do bem cultural, efetivado na administração municipal de duas prefeituras subsequentes, entre os anos de 2012 e 2013², que promoveram a inauguração das obras de restauração do Paço da Liberdade. O primeiro evento de inauguração aconteceu no último dia de mandato do governo municipal em exercício, em 31 de dezembro de 2012, quando veio, pela primeira vez, a público a apresentação da sala no interior do edifício que abriga a exposição dessa escavação arqueológica ou, ainda, a exposição da arqueologia *in situ*. O conceito "*in situ*" foi aplicado para essa prática arqueológica por incorporar como prerrogativa a conservação de vestígios e artefatos encontrados exatamente no local onde foram evidenciados durante a escavação, que permanece exposta para que o público possa observá-la [FIG. 2].

Essa exposição da escavação realizada no local [FIG. 3] envolve a leitura da arqueologia em um paralelo diacrônico expresso pela cultura material. Apresenta uma contraposição de tempos que fluem entre as camadas de terra sobrepostas e dialogam com grandes fragmentos de cerâmica em forma circular, correlacionados às urnas funerárias pré-coloniais, entremeadas por inúmeros outros vestígios incrustados nas paredes de terra que compõem a exposição *in situ*, como louças, vidros, fragmentos de diversos tipos de cerâmica, resíduos alimentares de ossos, manilhas cerâmicas da antiga encanação do edifício, entre outros.



A expressão dessa cultura material relaciona-se à contemporaneidade tanto pela presença de outros objetos da atualidade que estabelecem relações com elementos que compõem o ambiente, como pela atuação do próprio fazer arqueológico e suas implicações sobre a leitura do sítio e a interferência que as pessoas envolvidas nesse trabalho imprimiram sobre suas visões particulares, modos de ser, viver e experimentar a arqueologia. Essa leitura que pretende contemplar a pluralidade de tempos, espaços e visões de mundo, converge sobre a cultura material, possibilitando uma interpretação de instalação arqueológica a partir de uma visão de arte dialógica, como conceituado por Silva (2011, p. 08),

"se dá no diálogo entre o objeto de arte e o observador, que no caso da instalação é agente ativo como complemento vivo da própria obra, onde a fruição do mesmo é essencial para a própria existência da obra".

O aspecto experimental da pesquisa arqueológica no Paço transporta-se sobre a indagação de como interage o olhar do expectador sobre a cena, em uma perspectiva visual, onde o expectador participa do contexto a partir do seu ponto de vista. Essa ideia também nos remete a uma discussão sobre antropologia da arte com base em uma hipótese pautada sobre instalação arqueológica ou ainda sobre o que Gell (2001) debateu em seu artigo, "A rede de Vogel: armadilhas como obras de arte e obras de arte como armadilhas", trazendo à luz controvérsias latentes sobre o que é arte e o que tem sido compreendido como arte. Os fundamentos do que hoje é denominado arte estão pautados muito mais nas considerações esteticistas das coisas do que no sentido que o objeto carrega por parte do agente que o originou com base nos processos sociais do saber local.

Cabe ainda reiterar outras manifestações de agência da cultura material no contexto abordado, retomando a trajetória da pesquisa arqueológica na região antes da produção da arqueologia *in situ* no interior do prédio (2008–2013). O ressurgimento de urnas funerárias na Praça Dom Pedro II, em frente ao Paço da Liberdade (2003), desencadearam o caráter de agência sobre o movimento indígena da COIAB, que passou a reivindicar o direito sobre as urnas funerárias, solicitando que as mesmas não fossem exumadas e permanecessem expostas no local em respeito aos ancestrais e às crenças do povo indígena.

Conforme o levantamento realizado para essa pesquisa, as reivindicações da COIAB, em 2003, não foram contempladas. Entretanto, em 2007, com o prosseguimento de novas intervenções no interior do edifício pelo programa de revitalização do Paço da Liberdade, a ocorrência de novos artefatos funerários, abriu espaço para o debate que encerra essa perspectiva, com interferência do Ministério Público e solicitação do IPHAN para manutenção das urnas *in situ*. Essa condição nos remete a outra reflexão: como os atores envolvidos no discurso das políticas culturais e o movimento indígena interagiram sobre os procedimentos metodológicos da arqueologia e sobre as políticas culturais e de preservação do patrimônio cultural?



FIG. 4 Fragmentos de urna funerária exposta *in situ*.
Foto: Camila Iribarrem.

A conjuntura da política cultural em vigor proporcionou o aprofundamento sobre a arqueologia de uma área focal que viria a ser beneficiada por incentivos financeiros disponibilizados pelo Ministério da Cultura, atendendo a múltiplos interesses políticos e econômicos, além de contribuir substancialmente para o conhecimento científico sobre a arqueologia daquela região. Com o avanço da pesquisa arqueológica sobre a Praça Dom Pedro, foram revelados outros artefatos funerários pré-coloniais, dentre os quais urnas com vestígios ósseos, o que ocasionou a entrada de novos agentes no discurso político e de reivindicação dos direitos indígenas.

A COIAB³, apresentou um manifesto ao Ministério Público, datado de 25 de setembro de 2003, em que relatou as divergências entre essa Organização e o IPHAN no Amazonas, a respeito da salvaguarda e tutela do material arqueológico encontrado, que indicava a contestação sobre a remoção das urnas do local onde as mesmas haviam sido encontradas, a partir da construção de uma infraestrutura adequada para que permanecessem *in situ*, em respeito aos “espíritos ancestrais e a memória dos

povos indígenas da Amazônia". Uma alternativa exposta no documento assinado pela COIAB, referia-se a possibilidade de repasse do material arqueológico ao movimento indígena se não fosse possível evitar a exumação das urnas". Com base na Constituição Federal, Art. 231, e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em seu Artigo 7.º, Parágrafo 10, a carta exara:

"Os povos indígenas e tribais deverão ter o direito de decidir sobre suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento na medida em que ele afete suas vidas, crenças, instituições e bem estar espiritual [...] além de participar na formulação, implementação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de os afetar diretamente."

Os argumentos expressos pelo movimento indígena acenaram para a oposição de interesses entre o poder público e a própria COIAB, que se inseriu enquanto agente transformador do contexto político cultural e, conseqüentemente, das políticas de preservação do patrimônio cultural a partir de suas reivindicações. Sem alcançar a satisfação de suas solicitações naquele momento, lideranças religiosas indígenas realizaram um ritual de proteção e homenagem aos espíritos ancestrais para que os trabalhos de arqueologia e exumação das urnas pudessem dar prosseguimento.

Analisando os parâmetros de articulação econômica que já haviam sido desenvolvidos em anos anteriores pela administração pública para constituição de recursos Federais por intermédio do Ministério da Cultura, verificou-se que a posição política da COIAB se contrapôs aos objetivos dos projetos elaborados por instituições municipais para captação de recursos por intermédio do Programa Monumenta. Tais projetos vinham de encontro a um modelo de revitalização do centro histórico considerando premissas de valorização do contexto urbano a partir dos padrões de conservação do estilo original das construções coloniais, o que divergia por completo das reivindicações da COIAB. Cenas políticas também se relacionam a propostas de espacialidades e a forma como a apropriação desses espaços culturais integram modelos políticos e econômicos de atuação do Estado sobre a sociedade. Para Rufino (2014), as exportações de modelos arquitetônicos instalados no processo de colonização integram "estratégias pautadas por interesses econômicos, políticos e culturais, que podem ser pensadas a partir de um modelo de processo civilizatório elaborado pelas elites locais numa ruptura com outras "tradições".

Nesse sentido, os conflitos de interesses convergem para um questionamento apontado na tese de Matos (2006, p. 05): "A participação indígena nas esferas públicas governamentais de atuação tem permitido a articulação entre os distintos sistemas de significados ou tem mantido o domínio hierárquico do sistema não indígena"? Se a resposta parece não contemplar plenamente a inclusão das minorias étnicas nos projetos governamentais de maior envergadura, cabe a reflexão que a influência do movimento indígena durante as escavações arqueológicas na Praça Dom Pedro II em 2003, foi determinante para o engajamento de arqueólogos e do próprio Ministério Público no sentido de que

as urnas funerárias posteriormente encontradas no Paço da Liberdade em 2007, permanecessem expostas *in situ*.

Nesse sentido, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), entidade pública responsável pela orientação e gestão do patrimônio cultural no Brasil, integra papel fundamental nas políticas culturais e parâmetros de preservação, além dos interesses imbricados nas relações de poder que a administração dos bens culturais no território nacional vem contrapondo ou flexibilizando, e constitui um sofisticado sistema de mediação entre elites econômicas e poder público, diretamente implicadas à cena política que a sociedade vivencia.

Alguns relatos e observações recolhidas durante o período em que ocorreram as escavações, de janeiro de 2007 a dezembro de 2012, com muitos intervalos de interrupção, tratam-se de levantamentos privilegiados para uma discussão sobre a política de preservação do patrimônio cultural na capital. O envolvimento do Ministério Público na questão dos procedimentos a serem realizados para preservação das urnas funerárias encontradas, pode ser percebido como ponto de convergência entre perspectivas díspares sobre a atuação da arqueologia pública, como ferramenta de construção de cidadania cultural.

Quando nos deparamos com o trabalho de arqueologia desenvolvido no Paço da Liberdade, percebemos que esse projeto não se encerra especificamente sobre os resultados visuais tangíveis, aqui caracterizado como instalação arqueológica, mas sobre a forma como foi empreendida a metodologia aplicada à constituição visual que deu expressão ao formato expográfico. Para Gell (1989), agência é um fenômeno de ação social que pode ser atribuído tanto a pessoas quanto a objetos e animais, como uma espécie de força emanada ou espírito gerador de consequências que podem ter partido de quaisquer elementos constituintes do universo social que possam refletir, em uma perspectiva individual, o espírito humano agente. Segundo Gell (1998, p. 17):

"Animais e objetos materiais podem ter espíritos e intenções atribuídos a eles, mas estes serão sempre, em algum sentido residual, espíritos humanos, e de fato, somente um deles, o nosso próprio... Nós só conhecemos nosso próprio eu em algum tipo de contexto social."

[Tradução nossa]

Por fim, a observação de múltiplas atuações da agência do material arqueológico sobre as pessoas nesse contexto, parte da hipótese de uma agência dos artefatos funerários sobre o movimento indígena que, por sua vez, foi agente de transformação de uma política de preservação do patrimônio cultural que se estabeleceu a partir de suas reivindicações. Trazer à luz tais discussões que entrelaçam temáticas relacionadas à arqueologia, à antropologia da arte, às políticas públicas e culturais são desafios propostos para análise dos discursos multivocais que se apresentam sobre o contexto em estudo e o diálogo interdisciplinar que vem se estabelecendo sobre a temática na atualidade.

CONSIDERAÇÕES

Essa reflexividade sobre as práticas arqueológicas vem sendo pensada por pesquisadores voltados para compreensão das dimensões plurais e multifacetadas representadas entre coisas e pessoas, assim como o engajamento sobre tais questões se insere sobre concepções e modos de ver o mundo que a arqueologia pública referencia. Para Bezerra (2011, p. 62):

"Arqueologia pública é uma vertente da Arqueologia preocupada em compreender as relações entre distintas comunidades e o patrimônio arqueológico, considerando o impacto do discurso acadêmico em sua visão de mundo, o lugar de suas narrativas na construção do passado e a gestão comunitária dos bens arqueológicos".

Essa intencionalidade dialógica na arqueologia tem se dedicado a um debate entre as propostas de arqueologia pública e a pluralidade de suas representações entre os diversos modos de viver e compreender esses patrimônios no país, considerando saberes locais, peculiaridades culturais e visões identitárias de grupos humanos, que formulam um fórum propício para compreensão de como a arqueologia vem sendo apropriada no sentido de sua publicitação. Para Carvalho & Funari (2007), o primeiro questionamento a ser problematizado em relação a expressão arqueologia pública advém da própria terminologia "pública", a partir da indagação sobre como se define o que seja "público", já que a princípio todo trabalho de arqueologia, assim como o de produção do conhecimento, deveria assim ser considerado. No entanto, o foco central relacionado ao sentido "público" da arqueologia, se define a partir da relação sobre a produção do conhecimento em arqueologia e as diversas formas de alcance social que essa perspectiva possa atingir. Assim, a arqueologia pública está presente desde a concepção sobre exposições arqueológicas em museus, aos projetos mais atuais em educação patrimonial, passando pelos debates acadêmicos e as demais intervenções sociais que os programas de arqueologia tem relacionado.

Quaisquer mecanismos de publicitação da arqueologia são diretamente implicados por direcionamentos legais cuja referência se dá a partir do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, instituição de caráter federativo atuante nas diversas regiões do Brasil a partir de suas Superintendências Regionais. O processo social que envolve a arqueologia pública e a multiplicidade de agentes que interagem sobre esses processos, incorrem substancialmente em discursos multivocais, em que vozes minoritárias são quase sempre abafadas pelos discursos elitistas do capitalismo e das relações de poder. Para Funari (2008, p. 20):

"Em uma sociedade muito desigual, como a do Brasil, com características aristocráticas patriarcais, as elites utilizam a Arqueologia para fomentar costumes e valores, e são capazes de controlar as instituições públicas e particulares graças à sua posição e lealdade para com regimes ditatoriais. Valores capitalistas e sutilezas burguesas são saudados e os valores não capitalistas da sociedade são ignorados, apesar das diferentes características das identidades sociais envolvidas."

Nesse sentido, a arqueologia pública participa de uma dimensão irrefutável do contingente humano, já que compreender essa arqueologia prenuncia uma tarefa laboriosa de considerar em que ponto se encerram não somente os discursos multivocais prementes sobre a questão, mas também motivações implícitas, visões de mundo, de seres e coisas, além da própria condição humana enquanto agente transformador do mundo na sociedade em que se insere, em sua trajetória cultural, política e social.

Por essa ótica, ainda que o comparecimento dos indígenas engajados nos movimentos que reivindicaram a tutela das urnas na Praça Dom Pedro II, tenha sido excluído do ato de compartilhar os procedimentos da arqueologia junto as urnas do Paço, sejam por motivações políticas ou implicações não desveladas, argumentamos que eles se fizeram presentes, a partir da própria agência dos artefatos funerários que surgiram na praça e despertaram o reflexo de sua agência na luta pela tutela e permanência dos artefatos no local de seus sepultamentos. Essa agência continuou atuando na posteridade de suas manifestações sobre os artefatos da praça, fazendo com que a principal instituição responsável pela salvaguarda do patrimônio cultural, o IPHAN, e outros profissionais envolvidos na questão se voltassem (passados cinco anos das reivindicações da comunidade indígena) para a intervenção dos procedimentos que seriam tomados com as urnas funerárias que surgiram no subsolo do edifício, o que finalmente contemplou a visão de que esses artefatos deveriam permanecer no local onde foram encontradas para exposição, ou seja, que fossem expostos *in situ*, o que se concretizou a partir da musealização arqueológica descrita no interior do edifício do Paço da Liberdade.

Tais desdobramentos também podem ser percebidos como a agência dos artefatos funerários que fizeram presentes os indígenas nessa etapa de escavação do Paço. Eles não estavam fisicamente no local durante a escavação, mas suas ideologias, intencionalidades, os fizeram presentes além de suas dimensões físicas, partindo da intangibilidade dessa agência para materialização de sua ação no mundo. Possivelmente, as reivindicações dos movimentos indígenas não se sustentavam somente pela permanência das urnas funerárias no local de exposição. Há, na condição de suas argumentações, uma rede de intencionalidades implicadas em envolvimentos políticos, de direitos e benefícios sociais. Entretanto, como observado na teoria de agência de Gell (1998), as ações depois de disparadas no mundo não estão mais sobre o controle de quem as disparou, seu alcance não depende mais de quem as deflagrou, e o que elas irão atingir poderá se diferenciar das intenções que as impulsionaram, mas elas transformarão o universo que atingirem de alguma forma.

Esse diálogo inclui a interface entre o universo social implicado pelas políticas culturais e como essas mesmas políticas relacionadas às esferas de poder vem sendo assentadas sobre os direitos à diversidade e as práticas relativas à socialização e preservação do patrimônio cultural. Tais questionamentos também se encontram implicados na atuação da arqueologia no Paço da Liberdade enquanto construção de um espaço privilegiado para esse tipo de debate.

NOTAS

- ¹ Perímetro urbano localizado no centro de Manaus, onde foi iniciada a colonização da cidade às margens do Rio Negro, delimitado e tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 2012.
- ² Em maio de 2013, o Paço da Liberdade foi reinaugurado com ajustes e complementações de restauro pelo Prefeito Arthur Virgílio Neto.
- ³ Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.

REFERÊNCIAS

- COSTA, Hideraldo Lima da; COSTA, Francisca Deusa Sena da. *História do Paço Municipal e Praça Dom Pedro II. Manaus: Fundação Municipal de Turismo-Manaustur, 2002.*
- *Procedimentos Metodológicos para retirada de artefato da Sala PM101.* Projeto técnico encaminhado ao IPHAN-AM. Manaus: Fundação Municipal de Turismo-Manaustur, 2007.
- *Relatório de Arqueologia do Paço Municipal de Manaus.* Relatório técnico encaminhado ao IPHAN-AM. Manaus: Fundação Municipal de Turismo-Manaustur, 2007.
- *Relatório do Achado de uma Urna Cerâmica na Sala PM120-NICHO 05.* Relatório técnico encaminhado ao IPHAN-AM. Manaus: Fundação Municipal de Turismo-Manaustur, 2007.
- *Projeto Arqueológico Paço da Liberdade- Programa Monumenta.* Projeto técnico encaminhado ao IPHAN-AM. Fundação Municipal de Turismo-Manaustur. Manaus, 2008.
- *Fundação de Manaus.* 4a ed aumentada. Manaus: Metro Cúbico, 1994.
- CALDERIPE, Márcia Regina. *Os estudos socioespaciais e a antropologia contemporânea: trajetórias, diálogos e cooperação.* 29.ª Reunião Brasileira de Antropologia: Diálogos antropológicos expandindo fronteiras. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.
- COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA - COIAB. *Coiab solicita intervenção do Ministério Público federal para garantir a proteção a urnas funerárias descobertas no centro de Manaus.* Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia. Manaus, 25 de setembro de 2003. Disponível em: www.coiab.com.br/jornal. Acesso em: 04 de março de 2004.
- CORRÊA, Marcus Vinicius de Miranda; NETTO, Carlos Xavier de Azevedo. *Procedimentos para Continuidade dos Trabalhos Arqueológicos na Restauração do Paço da Liberdade.* Relatório técnico encaminhado ao IPHAN-AM. Manaus: Fundação Municipal de Turismo, 2008.
- CORRÊA, Marcus Vinicius de Miranda. *Cápsula do tempo: Arqueologia da Arquitetura da Catedral Metropolitana de Manaus.* São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2011.
- GELL, Alfred. *Art and Agency: an anthropological theory.* New York: Clarendon Press, Oxford University Press, 1998.
- HILBERT, Peter Paul. *Archäologische Untersuchungen am Mittleren Amazonas.* Berlin: Dietrich Reimer Verlag, 1968.
- MANAUS (AM). *Compromisso de Ajustamento de Conduta.* Brasileira Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN; Município de Manaus; Fundação Municipal de Turismo. Diário Oficial de Manaus n.º 1883. Quinta feira, 17 de janeiro de 2008.
- MANAUS-AM *Ofício IPHAN-AM 0303/2013,* sobre esclarecimentos relativos as ações de arqueologia no Paço da Liberdade. Documento encaminhado a Fundação Municipal de Cultura e Arte, Janeiro 2013.
- MESQUITA, Otoni. *Manaus História e Arquitetura (1852-1910).* 3.ª Ed. Manaus: Valer, Prefeitura de Manaus; Uninorte, 2006.
- MONTEIRO, Mário Ypiranga. *A Capitania de São José do Rio Negro (Antecedentes históricos e fundação).* 3.ª ed. Ilustrada. Manaus: Valer, 2000.
- NETTO, Carlos Xavier de Azevedo. *Relatório Sintético das Ações Arqueológicas Empreendidas junto às obras de recuperação do Paço da Liberdade.* Relatório técnico encaminhado ao IPHAN-AM. Manaus: Fundação Municipal de Turismo-Manaustur, 2008.
- NEVES, Eduardo Góes. *Projeto de Intervenção Arqueológica na Praça D. Pedro II - Manaus.* In Relatório sobre o andamento das pesquisas arqueológicas no Conjunto Arquitetônico Paisagístico e Arqueológico do Paço da Liberdade. Unidade Executora de Projetos - UEP. Manaus: Fundação Municipal de Turismo-Manaustur, 2003.
- ORTOLAN, Maria Helena. *Rumos do Movimento Indígena no Brasil Contemporâneo: Experiências Exemplares no Vale do Javari.* Campinas, SP, 2006. Tese. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.
- SEC-AM. *Arqueourbs: Ações de Comunicação.* Secretaria de Estado e Cultura. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2002.
- SILVA, Luciana Bosco e. *Instalação: Espaço e Tempo. Tese (Doutorado em Artes).* Escola de Nelas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.
- UEP-MANAUSTUR. *Paço Municipal: Projeto de Conservação e Restauro dos Bens Artísticos Integrados à Arquitetura.* Manaus: Relatório IPHAN-AM, 2005.
- UEP-MANAUSTUR. *Projeto de Conservação e Restauro do Chafariz da Praça Dom Pedro II.* Manaus: Relatório IPHAN-AM, 2005.
- UEP-MANAUSTUR. *Relatório sobre o andamento das pesquisas arqueológicas no Conjunto Arquitetônico Paisagístico e Arqueológico do Paço da Liberdade.* Unidade Executora de Projetos- UEP. Manaus: Fundação Municipal de Turismo, 2003.
- ZANETTINI et al. *Projeto Arqueourbs: Forte São José da Barra do Rio Negro e Adjacências - Caderno Técnico.* Manaus: Secretaria de Estado e Cultura, 2002.



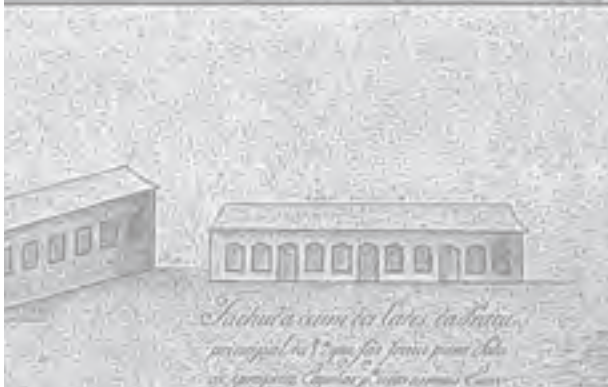
Arqueologia para quem? Gestão do patrimônio arqueológico no sítio histórico urbano da Cidade de Goiás, Goiás, Brasil – Patrimônio Mundial

HÉLLEN BATISTA CARVALHO

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN
hellen.carvalho@iphan.gov.br

GISLAINE VALÉRIO DE LIMA TEDESCO

Núcleo de Arqueologia da Universidade Estadual de Goiás – NARQ/UEG
gislainevl@gmail.com



RESUMO A pesquisa arqueológica na cidade de Goiás teve início no ano 2000 durante as obras de adequação da cidade para a inscrição na Lista do Patrimônio Mundial. Estas obras incluíam o embutimento subterrâneo de toda a fiação elétrica e telefônica do Centro Histórico e a implantação do sistema de esgoto sanitário em toda a cidade. Desde o início das atividades estabeleceu-se uma relação conflituosa com os moradores, a princípio entendida como reação aos transtornos gerados pelas obras e pelas intervenções arqueológicas nas vias urbanas. Todavia aos poucos tornou-se perceptível que as raízes mais profundas desse conflito estavam plantadas na ausência de um sentimento de pertencimento desses indivíduos em relação ao patrimônio cultural local reconhecido mundialmente. Diante da postura de hostilidade tornou-se necessário o estabelecimento de uma estratégia de mediação e aproximação com a comunidade. Este artigo trata das ações realizadas e como o contato direto dos moradores com as descobertas da arqueologia despertou na população local o sentimento de pertencimento, e o arqueólogo, a princípio um forasteiro, frequentemente questionado sobre suas intenções, tornou-se parceiro da população na gestão da sua herança cultural.

PALAVRAS CHAVE Arqueologia pública, urbana, conflitos e mediações.

ABSTRACT *Archeology for whom? Archaeological heritage management in the historical urban site of the City of Goiás, Goiás, Brazil – World Heritage.* Archaeological research in the city of Goiás began in the year 2000 during the works of adaptation of the city to have the inscription on World Heritage List. These works included the inlay of electrical and telephone wiring of the historical centre and the implantation of the sanitary sewage system throughout the city. Since the beginning of the activities was established a conflictive relationship with the residents, first understood as a reaction to the disruptions that the works generated and to the archaeological interventions in the urban ways. However, it gradually became noticeable that the deepest roots of this conflict were based in the absence of belonging feeling of these individuals to the world-recognized local cultural heritage. Against this backdrop of hostility, it was necessary to establish a mediation strategy and rapprochement with the community. This article deals with the actions carried out and how the direct contact of the inhabitants with the archaeological discoveries aroused the feeling of belonging in the local population, and the archaeologist, at first an outsider, frequently questioned about his intentions, became a partner of the population in the management of their cultural heritage.

KEY WORDS Public archaeology, urban archaeology, conflicts and mediations

INTRODUÇÃO

Para a inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, a cidade de Goiás, antiga Vila Boa de Goiás, teve que passar por obras de adequação que promoveriam intervenções em seu subsolo. Como medida protetiva as intervenções receberam pesquisa arqueológica preventiva, quando foram coletados testemunhos materiais relacionados aos antigos habitantes da Vila, preservando, desta forma, o direito das gerações futuras de conhecer parte de seu passado (Bastos, 2005). Tais medidas estão garantidas pela Constituição Federal de 1988 e legislações específicas de proteção ao patrimônio arqueológico brasileiro, como a Lei 3.924/61 (Coletânea de Leis sobre a Preservação do Patrimônio, 2006)

Vila Boa de Goiás surgiu no contexto da exploração aurífera nas regiões centrais do Brasil, no início do século XVIII. O ouro e a possibilidade de enriquecimento rápido atraíram todo tipo de pessoas para o interior do Brasil, povoando um vasto território habitado, até então, somente pelas tribos indígenas. Em 1727, a descoberta de ouro às margens do rio Vermelho, deu início à ocupação da área que viria se tornar Vila Boa de Goiás. Segundo Palacin "em quinze anos, abrem caminhos e estradas, vasculham rios e montanhas, desviam correntes, desmatam e limpam regiões inteiras, rechaçam os índios, exploram, habitam e povoam uma área que (...) se estende a mais da metade do atual estado de Goiás" (Palacin, 1976, p.39)

É difícil descrever os grupos sociais que vieram povoar Vila Boa, a partir dos dados históricos, pois estes não fornecem muitos elementos para uma caracterização mais precisa. Sabe-se, no entanto, que esta população era bastante heterogênea, "procedentes de variados recantos da colônia (...) saídos de todas as camadas sociais" (Chaim, 1987, p. 28). Assim, a expectativa da pesquisa arqueológica nesse contexto era favorecer um maior entendimento de parte da História desses indivíduos que as fontes documentais não alcançavam.

Dentre as várias intervenções que a cidade de Goiás recebeu para a inscrição na Lista do Patrimônio Mundial destacamos as obras de implantação do sistema de transporte de esgoto e das redes subterrâneas de energia elétrica e de telefonia. A primeira objetivou promover a despoluição do rio Vermelho que cruza a antiga Vila dividindo-a ao meio e as segunda e terceira promoveram a retirada da fiação aérea que encobria as fachadas dos edifícios coloniais tombados. Estas três obras, ao revolver o subsolo de toda a cidade, trouxeram à tona os depósitos arqueológicos dos séculos XVIII e XIX, preservados sob o calçamento de pedras, e permitiram a análise e compreensão da cidade como um sítio único (Wust, Tedesco e Carvalho, 2000; Tedesco, 2009).

A cada pedra do antigo calçamento retirada para abertura das valas o solo de ocupação dos antigos habitantes de Vila Boa de Goiás era revelado. Assim, estas evidências do passado promoveram o contato da população vilaboense com sua memória material (Tocchetti & Thiesen, 2007). Fragmentos de utensílios em cerâmica, louças importadas da Europa, vidros de remédios e de perfumes, e vários outros tipos de objetos surgiam em meio ao sedimento. A coleta desse material promoveu a constituição de um acervo de aproximadamente 130.000 fragmentos de objetos, dois esqueletos coletados no entorno da Igreja Matriz (antigo cemitério) e a fundação do Núcleo de Arqueologia da Universidade Estadual de Goiás.

As escavações revelaram a preservação de grande parte das camadas arqueológicas dos séculos XVIII e XIX, apesar do núcleo urbano apresentar uma ocupação contínua ao longo de três séculos. Esta preservação enriquece ainda mais os dados obtidos, pois tão importante quanto os objetos são os contextos históricos onde eles foram descartados. Ao longo de três séculos o eixo central da ocupação do sítio arqueológico seguiu basicamente o traçado urbano do século XVIII, sendo apenas ampliado na medida em que a ocupação do século XX foi se expandindo e acabou por incorporar algumas áreas de sítios antigamente localizados fora do núcleo urbano como pequenos sítios de

agricultura de abastecimento da área urbana. As principais ruas do atual centro histórico preservaram o mesmo traçado das vias públicas do antigo arraial o que favoreceu a preservação das camadas arqueológicas do sítio. Além das vias públicas foram escavados 83 (oitenta e três) quintais onde a rede de esgoto foi implantada.

A comunidade vilaboense, durante os primeiros contatos com as escavações, nem sempre reagiu de maneira favorável. Muitas reclamações foram direcionadas à equipe de arqueologia que estava diariamente em campo, nas ruas, em meio às obras. As reclamações eram de diversas ordens, sobre os transtornos nas ruas, nos quintais, sobre a demora na conclusão das intervenções, da inutilidade de investimentos de recursos financeiros na coleta do lixo que estava enterrado, ou, na melhor das hipóteses, a população fiscalizava o trabalho da arqueologia para evitar que os forasteiros levassem novamente embora mais ouro que por ventura fosse encontrado nas escavações.

Inicialmente essa hostilidade foi atribuída à falta de conhecimento sobre a importância da preservação do patrimônio arqueológico, mas a convivência com as reclamações da comunidade nas ruas revelou uma ausência de empatia com a preservação também em relação aos bens tombados, na medida em que a população se sentia obrigada a assentir aos desejos preservacionistas de uma pequena parcela da comunidade e as limitações de um patrimônio imposto pelo Estado, em detrimento aos interesses e necessidades cotidianas dos moradores. Essa relação conflituosa pré-estabelecida agiu negativamente sobre a pesquisa na cidade, sendo essa encarada como mais uma imposição da legislação. Estas dificuldades, a forma como a equipe têm buscado superá-las e o processo de apropriação do patrimônio arqueológico na cidade são objetos de discussão deste artigo.

DE ARQUEOLOGIA DESCONHECIDA E INDESEJADA À ARQUEOLOGIA NECESSÁRIA

A postura hostil da comunidade em relação à pesquisa arqueológica nos primeiros meses de escavação na cidade tornou necessário o estabelecimento de uma estratégia de mediação desses conflitos e aproximação com a comunidade. Por orientação da consultora do projeto Dra. Irmhild Wust decidiu-se que era a hora de mostrar resultados que respondessem às questões colocadas pela comunidade, tais como: Qual a razão para a pesquisa arqueológica nas obras de infraestrutura da cidade? Qual a importância em se recolher tantos cacos de louça, cerâmica, vidro e outros materiais pelas ruas? Por que o governo estava investindo tantos recursos nessa atividade? A quais interesses a pesquisa atendia?

Ações de esclarecimento já haviam ocorrido no início das obras, mas nesse momento era necessário mostrar resultados, abrir o diálogo, revelar a comunidade elementos de seu próprio patrimônio. Assim, se iniciaram as primeiras ações diretas com a comunidade, não mediadas por interlocutores das empresas estatais de saneamento, energia elétrica e telefonia ou pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), bem como, sem usar o argumento impositivo da legislação.

A primeira ação foi estabelecer uma aproximação com os agentes locais defensores do patrimônio cultural, pois este grupo de indivíduos por atuarem ativamente em prol do patrimônio detinham o poder de fala, de gestão e até mesmo do reconhecimento do que seria ou não um patrimônio local. O patrimônio histórico da cidade de Goiás ainda não havia se expandido para o reconhecimento do patrimônio cultural como um todo. Neste momento apenas os monumentos tombados eram reconhecidos, os bens culturais imateriais, embora desde sempre percebidos pela comunidade como "cultura local" só passaram a integrar o patrimônio cultural reconhecido a partir do Decreto 3.551 publicado em agosto de 2000. Para os agentes culturais locais a arqueologia era mais um entrave burocrático e legalista para a preservação do patrimônio da cidade e para o tão almejado reconhecimento internacional deste através do título de Patrimônio Mundial. A aproximação se deu a partir de contatos diretos com esses indivíduos, com apresentação de resultados e sua inserção no processo de divulgação da importância do acervo arqueológico.

A segunda ação buscou atingir a população vilaboense, a partir da realização de exposições do acervo encontrado nas escavações, alguns resultados parciais e possibilidades de interpretação da pesquisa. A primeira exposição montada recebeu o sugestivo título de *Pesquisa arqueológica na Cidade de Goiás - Uma outra história sob os nossos pés* e tinha como objetivo principal contrapor a pecha de decadência e pobreza impingida à cidade pela historiografia do período pós minerador a partir do destaque aos objetos importados (louça e vidro) e outros vinculados às preocupações higienistas e sociais do período do Império do Brasil representados em objetos como: recipientes de serviço e uso pessoal (escovas de dente, objetos de tocador, urinóis e escarradeiras).

Juntamente com a exposição foram elaborados cartões postais com imagens de peças mais chamativas do acervo; os postais foram distribuídos gratuitamente nas exposições e espalhados no comércio para livre distribuição ou venda. Consideramos importante que a comunidade tivesse em mãos imagens desse patrimônio material apresentado nas exposições, para mostrar aos amigos, parentes ou turistas que viessem visitar a cidade.

A historiografia regional ao longo dos anos tratou a cidade de Goiás a partir de uma perspectiva de decadência pós período minerador, essa decadência foi bastante enfatizada no discurso de transferência da capital do Estado da "decadente Goiás Velha" para a moderna, planejada e cosmopolita cidade de Goiânia. Esse tratamento impactou negativamente a cidade e seus habitantes, desenvolvendo nos cidadãos um sentimento de perda e inferioridade frequentemente exteriorizado na desconfiança em relação às pessoas vindas de outras cidades, denominadas de forasteiros.

O título e o tema selecionados para a exposição foram escolhidos pela coordenação do projeto, com o objetivo de seduzir a comunidade para o patrimônio arqueológico e mostrar como a cultura material poderia contribuir na construção de outras versões da história local, melhorando a autoestima da comunidade, ainda abalada pelo discurso de transferência da capital, e atingindo principalmente os antigos moradores do centro histórico, que tomavam como um ataque pessoal às suas famílias o discurso de decadência.

A reação da população a esta exposição foi sensivelmente positiva, era possível sentir nas ruas a diminuição da animosidade através dos sorrisos dos transeuntes e a demonstração de interesse por aqueles “cacos” recuperados nas escavações. Ao tratar a história local de forma mais positiva houve um aumento de autoestima coletiva e conseqüente a valorização e apropriação do patrimônio arqueológico como uma linha de defesa da cidade. Ressalta-se que neste momento conflituoso a escolha do aspecto a ser enfatizado no discurso arqueológico foi intencional, os pesquisadores diante de uma situação de embates optaram por valorizar um aspecto muito favorável do acervo escavado como forma de atrair o interesse da comunidade. Muito embora estes dados da cultura material representem de fato variáveis altamente relevantes para se repensar a historiografia regional a respeito da vida cotidiana no século XIX.

Outros aspectos da vida cotidiana vilaboense nos séculos XVIII e XIX foram também ressaltados nessa e em outras exposições que circularam pela cidade entre 2001 e 2002, incluindo questões sobre a participação ativa dos escravos não apenas na mineração, mas na vida urbana e na rotina doméstica, porém, nesse momento, estes temas não tiveram repercussão na comunidade.

O resultado desta estratégia foi uma lenta, mas visível, aproximação da comunidade com o patrimônio arqueológico na cidade. Timidamente os moradores passaram a se aproximar das escavações para trazerem histórias, perguntarem sobre os objetos encontrados diariamente e para denunciar intervenções de outras obras ou empresas que não tinham acompanhamento arqueológico, o que apesar de gratificante, era bastante complicado pois a equipe não era gestora do sítio, apenas responsável por três projetos que estavam em andamento.

A CERÂMICA ARQUEOLÓGICA DE INFLUÊNCIA AFRICANA

Com a finalização dos projetos de embutimento das fiações de energia elétrica e de telefonia, e a conclusão dos trechos de implantação da rede de esgotamento sanitário no Centro Histórico tombado, a pesquisa nas ruas já estava bastante reduzida, as escavações ocorriam nos bairros adjacentes, sendo constantemente interrompidas pela paralização da obra da rede de esgoto. Assim o contato dos pesquisadores com a população já não era cotidiano e as atividades estavam mais voltadas para o laboratório.

A curadoria e análise do acervo recolhido nas escavações trazia à tona uma enorme quantidade de recipientes cerâmicos com uma extensa variedade de decorações plásticas (pintada e incisa). Observou-se ao mesmo tempo uma seqüência diversificada de formas e utilização de argilas e decorações específicas para cada forma. As características observadas nestas decorações apresentavam similaridade com as escarificações e pinturas corporais dos africanos trazidos como escravos para a mineração, indicando que a confecção cerâmica tivesse sido feita por negros escravizados, assim como a hipótese de que estas decorações representassem manifestações culturais de seus grupos africanos de origem. Outras pesquisas arqueológicas realizadas no Brasil e nos Estados Unidos,

também corroboravam com a hipótese de que os utensílios cerâmicos utilizados em Vila Boa de Goiás nos séculos XVIII e XIX foram confeccionados por negros escravizados e/ou alforriados (Tedesco, 2012).

O artesanato da cidade de Goiás possui um forte viés ceramista, tendo várias mulheres e suas famílias vivendo dessa produção. Todavia para os vilaboenses, a tradição oleira local foi herdada dos índios "Goyases"¹. Esta atribuição indígena é ensinada nas escolas e constantemente divulgada pelos veículos de comunicação, como jornais, sites de internet, e mesmo publicações, que tratam a cerâmica indígena de Vila Boa de Goiás como uma herança cultural local repassada entre as mulheres ceramistas.

Novamente a pesquisa arqueológica se contrapôs a uma imagem construída historicamente para a cidade. A revelação de uma influência africana na cerâmica arqueológica em contraposição com a tradicional cerâmica vilaboense de influência indígena e portuguesa.

Ao apresentar a cerâmica arqueológica às ceramistas da cidade e indagar se elas já haviam visto estas peças muitas rememoraram suas mães e avós trabalhando em recipientes com formas e decorações semelhantes, assim como informações sobre os locais das jazidas de argila branca observada nas peças arqueológicas para servir, cujo uso também foi abandonado na confecção da cerâmica local.

A memória das ceramistas corroborou com as evidências arqueológicas e levantaram algumas questões importantes sobre a tradição oleira da cidade. O que levou os ceramistas vilaboenses a promoverem mudanças tão drásticas nos utensílios cerâmicos ao longo do tempo e a elaborarem um novo projeto de memória e identidade? Seriam enfrentamentos vivenciados ou interferências de outros setores da comunidade? Estas questões foram trabalhadas na tese de doutoramento de uma das coordenadoras do projeto e se encontra na bibliografia deste artigo (Tedesco, 2012).

À medida que a pesquisa avançou e os dados foram parcialmente divulgados em exposições, palestras e conversas informais na cidade, duas reações tornaram-se claras: por um lado o estranhamento e reações contrárias à raiz africana da cerâmica arqueológica foram se consolidando, por outro, um sentimento de libertação e pertencimento foi surgindo em um grupo até então excluído do patrimônio cultural vilaboense.

A cerâmica arqueológica de origem africana tomou quase que vida própria no seio da comunidade vilaboense e as discussões aconteciam à revelia da pesquisa arqueológica. De um lado os indignados com a ruptura de uma verdade, de outro os incluídos no patrimônio, passaram a debater a questão em diversos lugares. Em certo momento a equipe de arqueologia foi surpreendida pela visita da superintendente da Igualdade Racial que foi conhecer a cerâmica africana de Vila Boa de Goiás, juntamente com representantes do SEBRAE². Em seguida realizou-se na cidade o I Encontro Afro-goiano, com realização de oficinas de produção cerâmica nos moldes da cerâmica arqueológica dos séculos XVIII e XIX³. E esses indivíduos conhecedores da africanidade olhavam para o acervo arqueológico exposto na mesa de análise do laboratório e claramente viam coisas que os arqueólogos não enxergavam. Se apropriaram desse acervo arqueológico como um patrimônio probatório de sua presença, de sua luta, de sua história e de seus direitos de participação no patrimônio cultural da cidade.

Muitos foram os contatos entre a comunidade afrodescendente da Cidade de Goiás e os arqueólogos do Núcleo de Arqueologia de Universidade Estadual de Goiás desde esses primeiros encontros em 2002 e 2003. Um pouco atônitas, um pouco admiradas, nós arqueólogas acompanhamos a construção das narrativas desta comunidade a respeito de seu passado e sua identidade. Em teoria aprendemos que as comunidades são os destinatários dos resultados das pesquisas arqueológicas, e o efeito esperado é a apropriação local da pesquisa e sua utilização no processo de construção de narrativas históricas e identitárias. Todavia em nossa atuação prática, seja ela no licenciamento ambiental ou acadêmica, seguimos na tarefa de resguardar o patrimônio arqueológico para as futuras gerações, na certeza de que essas gerações saberão reconhecer nosso esforço e aproveitarão seus resultados.

A APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA E A ARQUEOLOGIA COMO CIÊNCIA SOCIAL.

A identidade se fundamenta no presente, nas necessidades presentes, ainda que faça apelo ao passado – mas é um passado também ele construído e reconstruído no presente, para atender aos reclamos do presente (Meneses, 1993: 210).

A pesquisa arqueológica na cidade Goiás iniciou-se como cumprimento obrigatório da legislação de proteção ao patrimônio arqueológico brasileiro (Lei Federal 3.924/1961). Foi imposta como dever de proteger e preservar o patrimônio cultural para as futuras gerações, partindo da definição de preservar, do latim *praeservare*, que significa ver antecipadamente o perigo. Entretanto o maior perigo para um bem cultural é a sua morte ou deterioração, e, portanto, o sentido da preservação está na dinamização [ou uso social] do bem cultural (Chagas, 1998).

A maioria das pesquisas arqueológicas realizadas no Brasil acreditam que a preservação do patrimônio arqueológico está no *conhecer para preservar, preservar para conhecer*⁴; a partir de diversificadas atividades educativas desenvolvidas nos projetos, nós nos esmeramos em criar ações lúdicas, didáticas, informativas, sedutoras, e isso também é fruto da legislação que traz como obrigatoriedade das pesquisas arqueológicas o retorno de conhecimento para a comunidade através do que chamamos de Educação Patrimonial (Portaria IPHAN 230/2002). Isso observa-se no primeiro momento das ações desenvolvidas por nós na cidade de Goiás, quando selecionamos um aspecto dos resultados e montamos exposições que a valorizavam e seduziam a comunidade local. Funcionou muito bem em termos de preservação do patrimônio arqueológico, quando esta ciência se tornou conhecida e parceira da comunidade. Atingimos nosso objetivo de tornar a preservação do patrimônio arqueológico importante para a cidade. Demos a conhecer com o objetivo de preservar.

Entretanto quando fomos surpreendidas pela apropriação e reconhecimento de um outro aspecto do conhecimento gerado pela pesquisa, percebemos que nosso papel social como arqueólogos

vai muito além da preservação do patrimônio arqueológico, da preservação dos acervos e produção de conhecimento acadêmico sobre uma determinada sociedade como forma de salvar o patrimônio arqueológico de uma destruição iminente em nome das futuras gerações (Holtorf, 2001). Temos um papel político muito forte e precisamos sair da bolha científica, acadêmica e salvacionista em que nos colocamos. A Arqueologia é uma ciência social e assim como a História ela é filha de seu tempo, assim as interpretações dadas ao conhecimento arqueológico só podem ter relevância se dialogarem com os anseios do presente, principalmente quando nosso campo de atuação e pesquisa é um sítio urbano, borbulhante e efervescente.

Hodder (1998) popularizou a ideia de que a cultura material é ao mesmo tempo produto e vetor de relações sociais; avançando um pouco nesse raciocínio Bezerra (2011) diz que a Arqueologia Pública é ao mesmo tempo produto e vetor de reflexões acadêmicas, de ações políticas e de estratégias de gestão, colocando esta ciência social no olho do furacão da construção histórica. Esta afirmação põe em cheque todas as ações que visam "a preservação por meio de projetos de 'educação' e 'conscientização' sobre a importância do patrimônio, mas que desconsideram os moradores como sujeitos ativos na sua construção" (Bezerra, 2011: 67).

Será que estamos preparados para estar no olho do furacão, será que estamos prontos para interagir com a sociedade quando esta nos aponta os caminhos pelos quais gostariam que seguissemos em nossa pesquisa? Não apenas os arqueólogos, mas os gestores do patrimônio cultural, as classes sociais mais favorecidas pela construção histórica tradicional? Silva (2011) ao tratar da arqueologia subaquática no Brasil nos aponta uma preocupação muito pertinente a todo o processo de patrimonialização da arqueologia: nós arqueólogos não podemos selecionar alguns aspectos ou grupos em desfavor de outros, pois corremos o risco de incorrer em uma recaída colonialista. Para o autor, tomando emprestado de Viveiros de Castro (2006):

"Não cabe ao arqueólogo definir quem é descendente de indígenas, de quilombolas, de caiçaras, ou dizer qual é a verdadeira história de algum lugar e qual deve ser a importância que comunidades locais devam dar ao "sítio arqueológico" recém-criado. Cabe ao arqueólogo tentar entender, quais as relações que determinado grupo vivo e habitante de um espaço estabelece com o entorno material e imaterial. Não seremos, nem devemos ser, acréditos, os estandartes da verdade sobre o rumo de uma comunidade ou mesmo sobre o rumo de uma nação. Justamente porque não há verdade única sobre o rumo de uma comunidade ou de uma nação" (Silva, 2011: 216).

Durante os anos de pesquisa na cidade de Goiás a arqueologia passou do status de ciência desconhecida e sem importância, de um estorvo à gestão do sítio histórico e arqueológico urbano, e o arqueólogo inicialmente considerado um forasteiro, sempre questionado sobre suas intenções, para o status de patrimônio a ser protegido pela comunidade e o arqueólogo um parceiro na construção e defesa desse patrimônio cultural.

Em um primeiro momento foi selecionado um aspecto do patrimônio arqueológico a ser valorizado como condutor de informações importantes para a construção da identidade local em contraposição à historiografia regional. Em um segundo momento outro aspecto se sobressaiu e foi selecionado por um grupo da sociedade como de extrema relevância para a construção de sua identidade cultural.

Da experiência ficam diversas perguntas: Arqueologia para quem? Qual o papel social do arqueólogo na sociedade? Quem decide o que preservar e como? Quais aspectos do patrimônio por nós preservados hoje serão considerados de relevância para as futuras gerações? A lei é clara, a proposta é preservar bens referentes à memória e identidade nacional. Mas qual memória? Qual identidade? A própria categoria de patrimônio, inventada pelo Estado, é conflituosa. Em um país cuja maior característica é a diversidade, como selecionar bens referentes à memória e identidade nacional? Quem são ou serão os herdeiros desse patrimônio?

As respostas passam por raciocínios muito complexos, porém nossa experiência leva-nos a corroborar as reflexões de Klaus Hilbert (2006) sobre qual o compromisso social do arqueólogo brasileiro? Para Hilbert o arqueólogo é sobretudo um mediador:

“O trabalho de um arqueólogo é de reorganizar o passado, contando histórias. Devem ser histórias úteis, contadas, escritas e desenhadas para responder às necessidades das pessoas que precisam de compreensão, consolo e ajuda para entender suas tragédias, derrotas e, por que não, também suas vitórias” (Hilbert, 2006: 100).

Acreditamos que na cidade de Goiás a pesquisa arqueológica influenciou em dois momentos de construção ou reconstrução da história local: o primeiro momento em que interpretamos os dados a partir de uma fragilidade identificada por nós na historiografia regional, e oferecemos estes dados à comunidade como forma de reinterpretação histórica do passado local e sedução para as potencialidades do patrimônio arqueológico. Em outro momento a própria comunidade nos conduziu na construção de uma história não mencionada pela historiografia regional, no preenchimento de uma lacuna e valorização de um grupo esquecido e desvalorizado. O próprio grupo viu as possibilidades de reconstrução de sua história e de reforço identitário. Se apropriou dos dados da arqueologia para ir além dos personagens notáveis e falar sobre o não dito, sobre os explorados e esquecidos.

No início desse processo, em 2003, um desabafo de um aluno de História dizia que “antes os negros andavam de cabeça baixa nessa cidade, agora podemos andar de cabeça erguida, porque sabemos que participamos ativamente na construção da história local”¹⁵. Hoje, os dados da arqueologia ainda integram o debate em prol da participação deste grupo na construção do patrimônio local “Fala-se do empadão goiano, mas não de quem estava na cozinha. Do Congo, mas não das guerras tribais...foi uma luta muito grande para comprovar arqueologicamente que nossa cerâmica é africana” (Gomes, 2017).

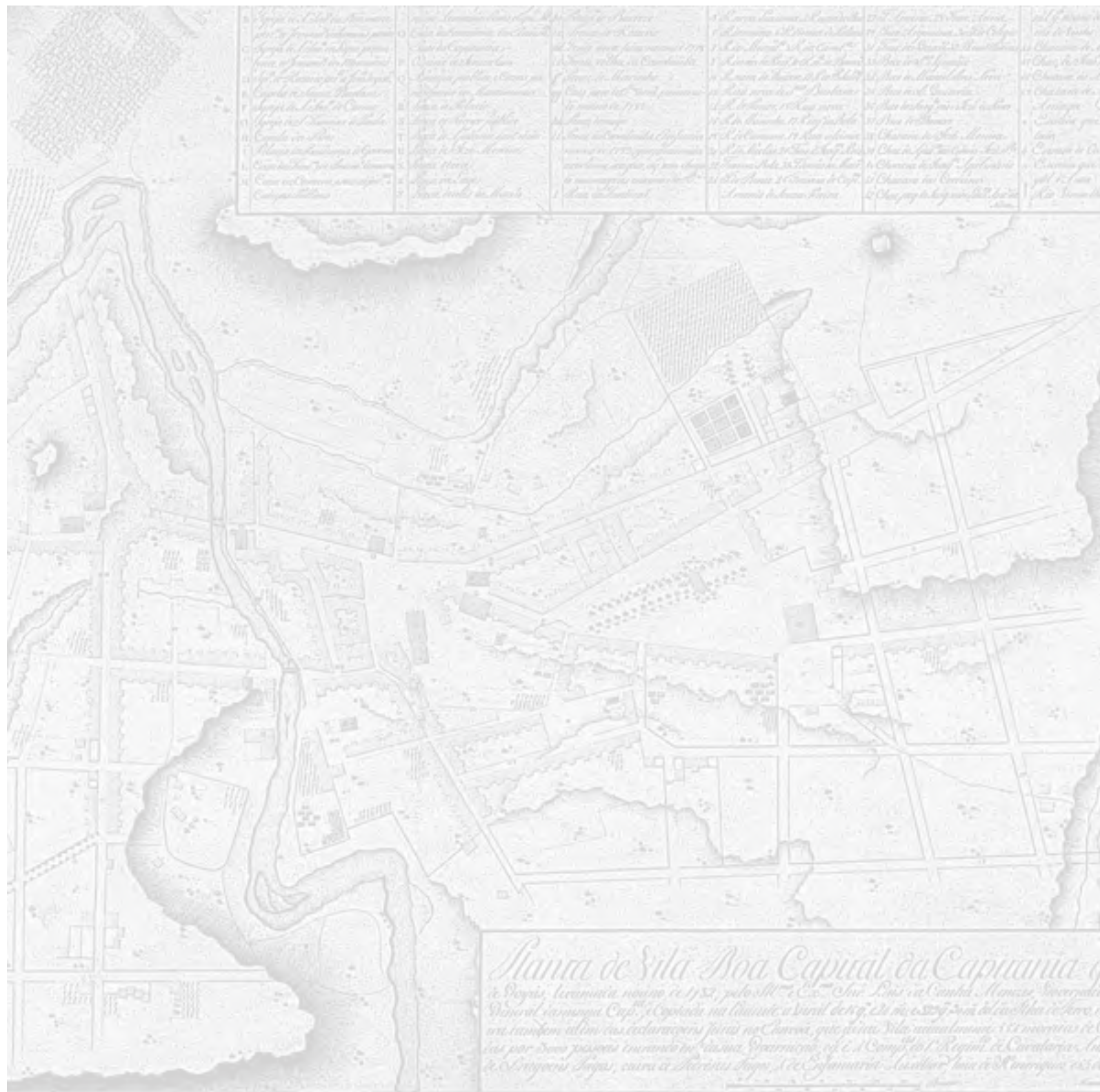
Talvez nosso papel seja trazer à superfície as possibilidades e ver o que acontece, quais herdeiros aparecem e que história vão construir com os dados arqueológicos.

NOTAS

- ¹ Grupo indígena que habitava a região antes da colonização e cuja denominação originou o nome da Cidade de Goiás e do estado de Goiás.
- ² Referimo-nos a representantes do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
- ³ Desta proposta de curso de confecção cerâmica desdobrou-se o projeto de extensão da universidade denominado de "Resgate de um saber fazer: Cerâmica Vilaboense dos Séculos XVIII e XIX" e posteriormente uma publicação da reconstituição das formas e desenhos das peças arqueológicas para subsidiar a produção cerâmica local no presente (Carvalho e Lima, 2004).
- ⁴ Projeto de Educação patrimonial desenvolvido pelo Iphan-GO na década de 1980, na cidade de Goiás, logo após o seu conjunto arquitetônico e urbanístico ser tombado em 1978. Atualmente a expressão é amplamente utilizado para exprimir a finalidade da Educação Patrimonial.
- ⁵ Comunicação pessoal de P. S. Gomes durante reuniões preparatórias para o I Encontro Afro-Goiano, Cidade de Goiás, 2003.

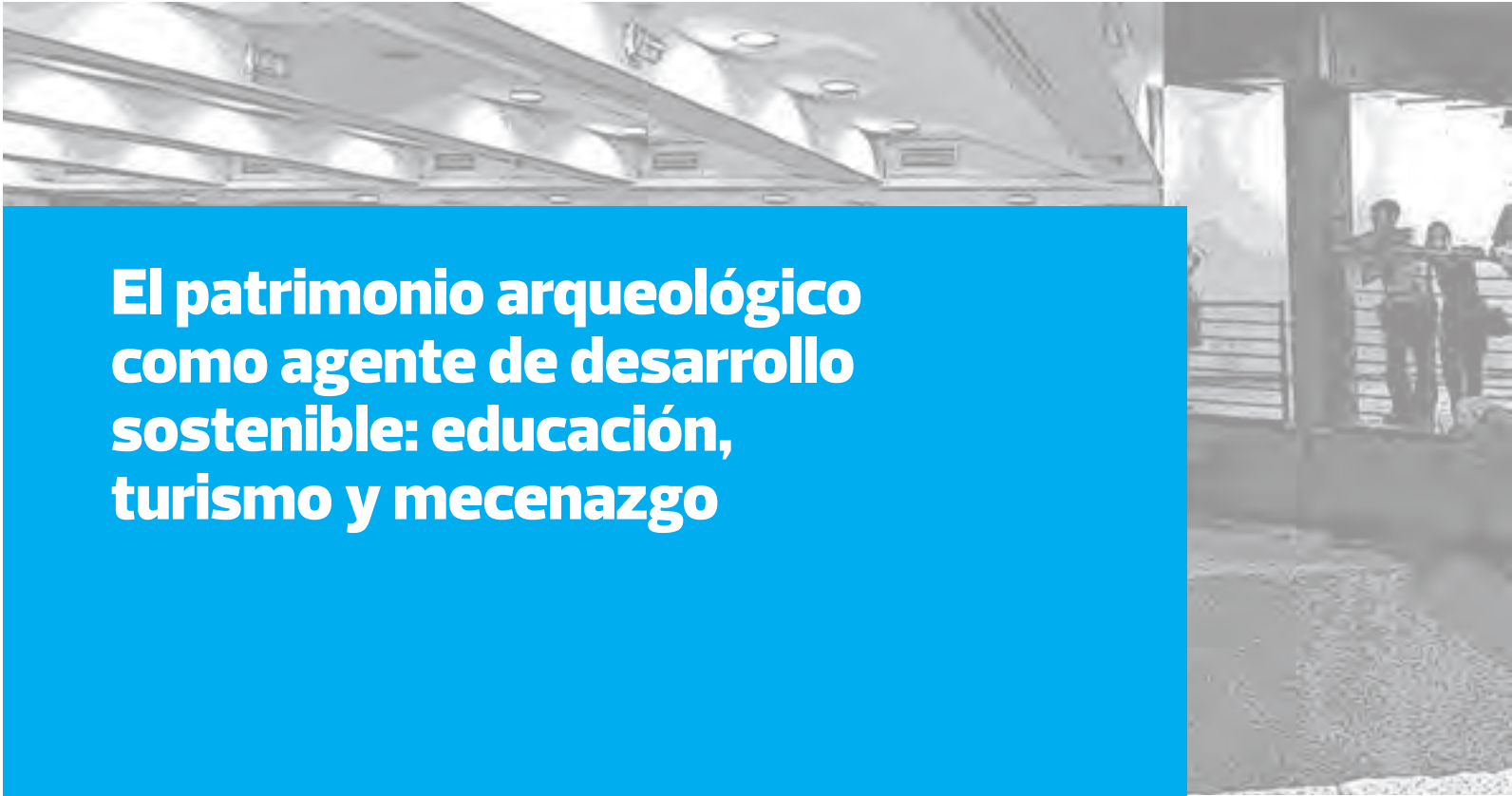
BIBLIOGRAFIA

- BASTOS, R.L.; TEIXEIRA, A. (2005). *Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico*. São Paulo: IPHAN.
- BEZERRA, M. (2011). "As moedas dos índios": um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, v. 6, n.º 1, pp. 57-70.
- CARVALHO, H. B.; LIMA, G. V. L. de. (2004). *A Cerâmica de Vila Boa de Goiás dos Séculos XVIII e XIX*. Goiânia, SEBRAE.
- CHAGAS, M. (1996). *Musedália*. Rio de Janeiro: JC Editora.
- CHAIM, M. B. (1987). *Sociedade Colonial (Goiás – 1749-1822)*. Goiânia: Secretaria de Cultura.
- Coletânea de Leis sobre a Preservação do Patrimônio*. (2006) Rio de Janeiro: IPHAN, 320 p.
- DOSSIÊ: *Proposição de inscrição da Cidade de Goiás na lista do Patrimônio Mundial*. (1999) Goiânia: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, CD-ROM.
- GOMES, P. S. (2017). A história silenciada de Goiás. Negros da antiga capital: protagonistas de 300 anos de cultura relegados ao descaso e ao fetiche. Entrevista a L. Carelli, *DMRevista*, 26/09/2017, p. 25. <http://impresso.dm.com.br/edicao/20170926/pagina/25>
- HILBERT, K. (2006). Qual o compromisso social do arqueólogo brasileiro? *Revista de Arqueologia*, 19: 89-101.
- HODDER, I. (1988). *Interpretacion en Arqueologia. Corrientes actuales*. Barcelona: Crítica.
- HOLTORF, C. J. (2001). Is the past a non-renewable resource? In *Destruction and Conservation of Cultural Property*. P. G. STONE; R. LAYTON; J. THOMAS. Routledge, London. pp. 286-297.
- MENESES, U. T. B. (1987). Identidade Cultural e Arqueologia. In *Cultura Brasileira, Temas e Situações*, Série Fundamentos, São Paulo: Ática.
- PALACIN, L. (1976) *O século do ouro em Goiás. 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de minas*. Goiânia: Ed. UCG, 4.ª edição.
- SILVA, B. S. R. da (2011). *Das ostras, só as pérolas: arqueologia pública e arqueologia subaquática no Brasil*. 237 f. (Dissertação de mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
- TEDESCO, G. V. de L. (2009). Do Lado de Lá e do Lado de Cá de Vila Boa de Goiás: Fronteiras Culturais e Espaciais entre negros e brancos no século XIX. In 4.º *Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Obtido em <http://www.labhstc.ufsc.br/iv Encontro/pdfs/comunicacoes/GislaineValerio.pdf>. Acesso: 08 jan. 2012.
- TEDESCO, G. V. L. (2012). *A cerâmica que vela e revela: projetos identitários de negros ceramistas em Vila Boa de Goiás (Séculos XVIII e XIX)*. (Tese de Doutorado) Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Letras. Goiânia.
- TOCCHETTI, F.; THIESEN, B. (2007). A preservação do Patrimônio arqueológico em áreas urbanas. In: ANDRADE LIMA, T. (Org.) *Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação*. Revista do Patrimônio. Revista do Patrimônio, n.º 33. Brasília: IPHAN.
- WUST, I.; TEDESCO, G. V. L.; CARVALHO, H. B. (2000). *Projeto de Acompanhamento, Monitoramento e Resgate Arqueológico da Obra de Implantação do Sistema de Coleta e Transporte dos Esgotos da cidade de Goiás*. Goiânia.




Nota: A Vila Rica foi fundada em 1727, pelo Sr. D. João de Almeida, Governador da Capitania de Minas Gerais, e elevada a Capital da mesma Capitania em 1732.





El patrimonio arqueológico como agente de desarrollo sostenible: educación, turismo y mecenazgo



ANA B. RUIZ OSUNA
Universidad de Córdoba
anaruiz@arqueocordoba.com



RESUMEN La crisis económica de los últimos años ha puesto en serio peligro la conservación del patrimonio arqueológico a escala mundial, dependiente, en la mayoría de los casos, de una administración pública incapaz de gestionarlo y mantenerlo. Este receso ha puesto también en evidencia las carencias de la Arqueología como ciencia y como profesión, por lo que se hace necesario encontrar nuevas fórmulas de entendimiento con la sociedad, que pasan por la educación a todos los niveles, el turismo como retroalimentación y el mecenazgo como medio eficaz de concienciación y co-participación. El fin último es promover la cultura de calidad con propuestas sólidas e imaginativas encaminadas a concebir la Arqueología como una ciencia útil, capaz de proporcionar recreo intelectual y estético, pero también retorno económico, motor de desarrollo y yacimiento de empleo.

ABSTRACT The economic crisis of recent years has seriously endangered the conservation of the archaeological heritage on a global scale, which in most cases depend on a public administration unable to manage and maintain it. This recess has also highlighted the shortcomings of Archaeology as a science and as a profession, so it is necessary to find new ways of understanding with society, through education at all levels, tourism as feedback and patronage as an effective means of raising awareness and co-participation. The ultimate aim is to promote a culture of quality with solid and imaginative proposals aimed at conceiving Archaeology as a useful science, capable of providing intellectual and aesthetic recreation, but also economic return, an engine of development and a source of employment.

Desde que tuviera lugar el primer fenómeno urbano, como una consecuencia más de la "revolución neolítica", la ciudad se ha convertido en el principal marco de referencia del ser humano; entendida siempre en el contexto del territorio que le sirve de asiento, y del que en último término depende. Este escenario se mantuvo apenas sin cambios conceptuales durante miles de años, hasta que el desarrollo tecnológico del siglo XX influyera drásticamente en la manera de comunicarnos y relacionarnos, encaminándonos hacia una imparable (y al mismo tiempo utópica) globalización. La complejidad y rapidez con la que se suceden los acontecimientos, el volumen de información sin filtros y la vertiginosa creación de redes cibernéticas están provocando, al albor de las denominadas TIC, graves contradicciones políticas, económicas, sociales, ideológicas y culturales, en la base de una profunda crisis que sólo la reflexión y el debate constructivo pueden reconducir, aunando el necesario desarrollo material y tecnológico con el equilibrio ambiental y el mantenimiento y transmisión de los grandes valores de la Humanidad. En este sentido, la Historia en general, y la Arqueología en particular, atesoran un potencial ilimitado como plataformas epistemológicas para la comprensión del devenir histórico, por su capacidad para extraer de la investigación científica del pasado: pautas para la interpretación del presente y modelos de referencia para las generaciones futuras.

España es el segundo país europeo, después de Italia, con mayor volumen de patrimonio conservado, a pesar de las pérdidas que provocaron, de entrada, los grandes acontecimientos bélicos moderno-contemporáneos y las desamortizaciones. Paradójicamente, sin embargo, ha sido el desarrollismo

urbano desaforado de la segunda mitad del siglo XX (ensanchamientos, instalaciones ferroviarias, reurbanizaciones, ordenaciones urbanísticas, circunvalaciones, etc.) el que, con haber contribuido también de forma importante al avance del conocimiento, ha supuesto mayor sacrificio, cuantitativo y cualitativo, de los legados patrimoniales en la ciudad histórica, por la falta de planificación, la indefinición de criterios, la improvisación, o simplemente los efectos colaterales de la vorágine y la dictadura del dinero; todo ello ante los ojos de una ciudadanía apabullada por el mensaje, proclamado desde múltiples tribunas y medios, de que la arqueología es un lastre para el progreso (Rodríguez Temiño, 2007: 164-179).

Esta frenética actividad constructiva coincidió con la redacción de normativas internacionales no siempre vinculantes, junto con otras nacionales y regionales, encaminadas todas ellas a la protección del patrimonio arqueológico, a través de la correcta investigación, conservación, difusión e imbricación del mismo con el planeamiento urbano; algo que se ha conseguido de forma equilibrada sólo en muy pocas ocasiones (Rodríguez Temiño, 2003; Ruiz de Arbulo, 2004; Quirós Castillo, 2005; Vidal Encinas, 2005; Vaquerizo Gil, 2013; 2015). Fue durante esas mismas décadas de finales del siglo XX cuando asistimos, también, al desarrollo de la arqueología profesional (Salvatierra, 2004: 45-59) –también llamada comercial (Almansa, 2011 y 2013)–, hoy sumida en el más profundo de los abismos.

Como es de todos sabido, el reciente estallido de la burbuja inmobiliaria ha provocado un parón en seco de la construcción pública y privada y, por ende, de la arqueología urbana², vinculada exclusivamente a ella, lo que ha aumentado de manera ostensible el desempleo en este último sector y, aún más importante, el abandono de multitud de restos arqueológicos en parcelas ya excavadas, que se degradan día tras día casi a la espera del Juicio Final, así como el cierre por falta de financiación de Yacimientos, Parques Arqueológicos o Centros de Interpretación que pone en evidencia los fallos de un sistema que carga todo su peso en lo público; incluso, en los casos más modélicos como el de los Parques Arqueológicos de Castilla La Mancha (Poyato Holgado, 2005: 60-64), que en septiembre de 2013 cerraban para unos meses después salir a subasta y comenzar a ser gestionados por entes privados.

El receso económico que vivimos se ha convertido, pues, en severa amenaza para la protección, conservación y sostenibilidad del Patrimonio Histórico: una de nuestras señas de identidad cultural más conspicuas. Se trata de un complicado reto social que necesita de soluciones innovadoras, con base en la investigación de excelencia y el desarrollo tecnológico, consensuando sinergias y otorgando a la iniciativa ciudadana y empresarial, siempre bajo el auspicio de la Administración, un papel más relevante en materia de Patrimonio del que ha tenido hasta la fecha. Ha llegado el momento de reflexionar y demostrar que existen formas alternativas, y más efectivas, de abordar el pasado; esto es, la arqueología como un legado común capaz de enriquecer la oferta patrimonial, cultural y turística de nuestras ciudades históricas, al tiempo que multiplicar sus atractivos y su proyección en el mundo, a fin de extraer el mayor rédito posible del principal motor socioeconómico con el que pueden contar muchas de ellas, carentes por completo de un tejido industrial sólido: su pasado (Domínguez Arranz, 2009).

El interés por el patrimonio arqueológico se ha visto incrementado en los últimos años gracias al denominado "turismo cultural" (Calle Vaquerizo y García Hernández, 2013: 69-94), un terreno apenas

explorado en nuestro país (más proclive al turismo de sol y playa, que se confunde lamentablemente con la marca España), que necesita de una adecuada colaboración público-privada. Todos podemos identificar como grandes destinos de "turismo cultural" regiones como Egipto, Italia, Norte de África, México o Sudamérica, donde realmente el gran atractivo está protagonizado por los restos arqueológicos de culturas pasadas, pero ¿podemos identificar a sus destinatarios como consumidores de turismo arqueológico? Este último, según J. Tresserras (2004: 2), es aquella modalidad bajo la que se presentan propuestas y productos culturales y turísticos en los que la arqueología es el ingrediente principal, así pues, todo "turismo arqueológico" es "turismo cultural", pero no todo el "turismo cultural" es "turismo arqueológico". La diferencia estriba en la filosofía y objetivos que ambos pretenden alcanzar, de tal forma que el "turismo cultural" está más vinculado al denominado "turismo de masas", mientras que el "turismo arqueológico" debe estar en la línea del "turismo sostenible", es decir, con aquella industria comprometida a hacer un bajo impacto sobre el medio ambiente y la cultura local, al tiempo que contribuye a generar ingresos y empleo para la población más cercana.

Este es el caso del Valle del Salado de Añana (Vitoria), donde una Fundación está tratando de recuperar y conservar la cultura material y medioambiental de este paisaje con el fin de garantizar la sostenibilidad, produciendo con técnicas tradicionales y milenarias una sal de gran calidad, cuya comercialización sirve a la autofinanciación (Landa y Plata, 2007). Cumple, así, con los requisitos de sostenibilidad que desde el Grupo de Investigación *Sísifo* de la Universidad de Córdoba venimos defendiendo desde hace años, ya que, a la recuperación de una instalación de producción salina tradicional, se suma la creación de puestos de trabajo entre los habitantes de la zona, así como la generación de fondos propios a través de actividades educativas y turísticas y a la venta de productos vinculados a la sal que producen de manera artesanal y que se han convertido en productos *gourmet* avalados por los principales chefs nacionales.

En el caso del patrimonio arqueológico urbano, contamos con algunas ciudades españolas que han sabido aprovechar e integrar sus recursos en la ciudad contemporánea de forma admirable, tal como ocurre en Zaragoza, Cartagena, Tarragona o Mérida. Estos proyectos, auspiciados en su mayoría por entidades y organismos públicos, han conquistado a particulares y empresarios de todo tipo y alcance, que han terminado por hacerlos suyos de alguna manera, abriendo con ello nuevas puertas a las posibilidades profesionales de la Arqueología, al tiempo que generaban nuevos paradigmas de ciudad y modelos ejemplares de gestión y divulgación arqueológicas en ciudades patrimoniales "vivas".

ARQUEOLOGÍA SOMOS TODOS: UN PROYECTO DE CULTURA CIENTÍFICA DESDE LA UNIVERSIDAD

La validez de las propuestas anteriores reside, particularmente, en la implicación social; algo que otras localidades como Córdoba, con uno de los legados patrimoniales más importantes de Europa y declarada también Patrimonio de la Humanidad por la UNESCO, no ha sabido explotar aún en toda su

dimensión, carente en realidad de discurso uniforme y de plan director (Vaquerizo Gil, 2013). Y es que la industria cultural cordobesa, así como su patrimonio arqueológico, viven todavía a la sombra de la Mezquita-Catedral. La mayoría de los programas divulgativos sobre la ciudad se ciñen a dicha construcción, emblema del Califato andalusí, y a su entorno inmediato, obviando a menudo otros elementos de gran relevancia para este período como la propia Medina Azahara, o simplemente otras etapas históricas, como la romana, germen de la megalópolis medieval.

Así las cosas, desde el Área de Arqueología de la Universidad de Córdoba entendimos hace algunos años que es el propio conocimiento emanado de la investigación realizada en tiempos de bonanza el que debe servir de llave para abrir nuevas vías de trabajo fundamentadas en la transferencia y rentabilización del patrimonio arqueológico, y corregir así los errores del pasado. Con base en esta filosofía, a principios de 2011 surgió, de la mano del Grupo de Investigación *Sísifo*, y en el marco de su convenio de colaboración con la Gerencia Municipal de Urbanismo del Ayuntamiento de Córdoba, el proyecto de divulgación científica *Arqueología somos todos*, animado por un firme propósito: investigar, proteger, valorizar y difundir el patrimonio arqueológico de la ciudad (Vaquerizo y Ruiz Osuna, 2013; 2015; Ruiz Osuna y Vaquerizo, 2016).

Ante la ausencia de programas suficientemente competitivos en la materia, configuramos una apuesta innovadora y creativa capaz de dar a conocer al gran público –local y foráneo– la realidad histórica de la capital cordobesa, desde sus orígenes turdetanos hasta su más reciente pasado industrial. Partimos para ello de la experiencia acumulada por nuestro equipo de trabajo –profesores universitarios, investigadores en formación, arqueólogos, topógrafos, dibujantes, informáticos y administrativos, con una clara vocación de interdisciplinariedad–, para identificar las necesidades patrimoniales de la ciudad y diseñar un intenso programa de actividades bajo el *leit motiv* “10 años haciendo Historia” (Vaquerizo y Ruiz Osuna, 2013: 232 ss.). Ciclos de conferencias, exposiciones, un concurso de fotografía, rutas y talleres infantiles, entre otras actividades, generaron las herramientas, los protocolos y las actuaciones necesarias para una educación social de calidad, a todos los niveles y edades, acudiendo para ello a espacios públicos, centros culturales, escuelas, barrios, asociaciones, etc., con el fin de promover la cultura con propuestas sólidas e imaginativas encaminadas a concebir la Arqueología como una ciencia útil, capaz de proporcionar recreo intelectual y estético, pero también retorno económico, motor de desarrollo y yacimiento de empleo.

Para tal fin, partimos de unos objetivos muy concretos, aunque ambiciosos, cuya meta última era la consolidación de un modelo de divulgación arqueológica capaz de establecer sinergias con otros organismos público-privados, transferir el conocimiento histórico de forma activa, y despertar la curiosidad, la imaginación y el interés científico, aunando en un cóctel inédito cultura, tecnología, educación, gestión del territorio urbano y rural, y compromiso ciudadano.

Aquellos primeros objetivos se han ido ampliando y reformulando con el tiempo, de tal manera que hoy podemos plantearlos como sigue:

- Reforzar el papel de la Universidad como generadora de conocimiento y agente de dinamización del entorno social en el que desarrolla su labor.
- Fortalecer la herencia cultural y patrimonial de Córdoba para, a través de ella, favorecer un nuevo modelo de industria cultural creativa y de emprendimiento con capacidad de retroalimentarse y, en consecuencia, de generar empleo de calidad.
- Afianzar la imagen de Córdoba como ciudad histórica de primer orden, cuya gestión arqueológica puede servir de modelo para el desarrollo sociocultural y económico de otros contextos urbanos y rurales, impulsando de paso identidades culturales.
- Imprimir un nuevo impulso a la difusión del patrimonio arqueológico, tan inaccesible a veces, mediante el uso de nuevas tecnologías y la producción de contenidos digitales en línea; siempre con base en la investigación sostenida.
- Propiciar el diálogo intercultural y contribuir a la creación de estrategias innovadoras y creativas que regeneren la actividad urbana de la capital cordobesa, instando a la elaboración de proyectos integrales capaces de potenciar de manera conjunta la cultura.
- Consolidar y ampliar los vínculos existentes con las administraciones públicas, el sector empresarial, los medios de comunicación de masas y los colectivos profesionales y ciudadanos relacionados con el patrimonio arqueológico, la cultura y el sector turístico, fomentando, en último término, el asociacionismo y la cooperación.
- Imbricar los resultados derivados de la producción investigadora emanada por el Grupo de Investigación *Sísifo* y por otros profesionales del mundo de la arqueología con la realidad urbana, económica, sociocultural y laboral de nuestra ciudad, buscando simultáneamente la implicación de nuevos agentes económicos que garanticen el sostenimiento de aquélla.
- Posibilitar a la sociedad un contacto directo con los testimonios arqueológicos del solar cordobés y los problemas que entrañan, estimulando la implicación de la ciudadanía.
- Enriquecer la oferta patrimonial y turística de la ciudad histórica, así como multiplicar sus atractivos y su proyección en el mundo, dentro de la tendencia que considera los bienes arqueológicos como recurso emergente de primer orden en el campo de la Industria Cultural.

El cese unilateral por parte del Ayuntamiento de Córdoba a finales de 2011 del Convenio GMU-UCO, a pesar de haberse configurado como un modelo inter-institucional de arqueología urbana a nivel nacional (León Muñoz 2008: 11-15; Murillo Redondo 2010: 87-127; León Muñoz y Vaquerizo 2012: 321-361; Ruiz Osuna y Ortiz 2012: 590-609), hizo que *Arqueología somos todos* se tambaleara; sin embargo, la alta participación en la iniciativa por parte de la ciudadanía (más de 3.400 asistentes repartidos en 131 actividades) y el nivel de compromiso del Grupo de Investigación *Sísifo* con la ciencia y el entorno hicieron que nuestro mermado equipo buscara nuevos apoyos y sinergias, redoblando esfuerzos desde la vocación, la generosidad, la entrega, la integridad y la ética.

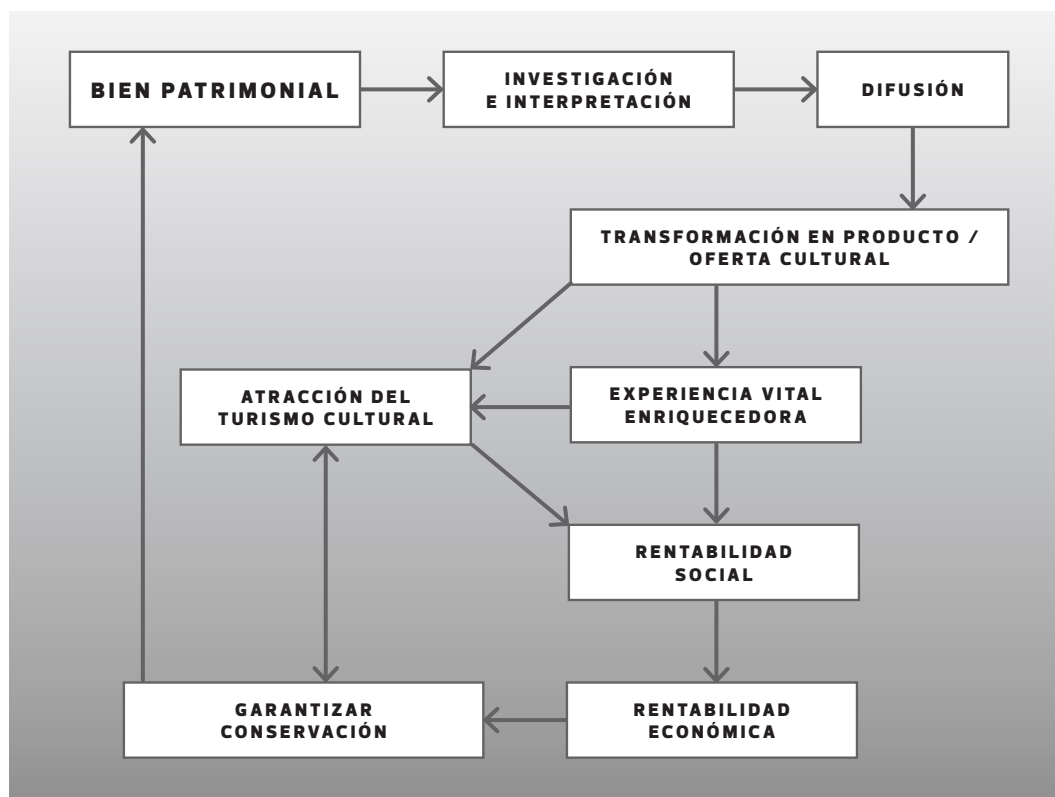
Mientras las autoridades cordobesas terminan o no de entender –y asumir– la necesidad de crear un organismo autónomo de carácter transversal, sostenido por capital público y privado, que garantice la formación científica continua y la inserción laboral de profesionales en el ámbito de la Arqueología urbana, evite los espectáculos superfluos y las duplicidades, rentabilice recursos, y permita una intervención programada al margen de los ciclos políticos, favoreciendo la protección, conservación, puesta en valor y difusión del patrimonio arqueológico a través de la dotación de centros de interpretación, parques arqueológicos y una señalética urbana rigurosa, tanto física como virtual, que ofrezca la posibilidad de aprehender la ciudad antigua desde distintos ángulos y temporalidades, sin que ello suponga un serio problema para el desarrollo urbanístico de Córdoba o de sus habitantes, desde *Arqueología somos todos* seguiremos apostando por la investigación de calidad, por la gestión integral del patrimonio y, por supuesto, y como último paso, por la divulgación de excelencia.

Se trata de un ciclo vital [FIG. 1] sin el que sería imposible garantizar el futuro y la sostenibilidad de nuestra labor cotidiana, y que, por fortuna, han sabido captar ya, a la perfección, algunas administraciones, instituciones, asociaciones, colectivos, profesionales libres y ciudadanos, caso de: Ministerio de Cultura, Educación y Deporte, Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología del Ministerio de Economía y Competitividad, Universidad de Córdoba, Diputación de Córdoba, Ayuntamiento de Córdoba, Ayuntamiento de Fuente Genil y Villa romana de Fuente Álamo, Casa Árabe, Casa de Sefarad, Diócesis de Córdoba, Museo Arqueológico de Córdoba, Conjunto Arqueológico de Medina Azahara, INGEMA, VIMCORSÁ, Fundación obra social "la Caixa", Fundación Cajasur, Fundación Patrimonio Industrial de Andalucía, Asociación Arte, Arqueología e Historia, Asociación de Amigos del Museo Arqueológico de Córdoba y Asociación de Amigos de los Museos de Córdoba. Todos nos han ayudado en alguna medida desde que dimos nuestros primeros pasos, solventado dificultades cotidianas como la búsqueda de infraestructuras óptimas para el desarrollo de actividades, o promovido el desarrollo de redes y plataformas de cooperación entre organismos públicos y privados; lo que, de una forma u otra y en distinta medida, los ha acabado convirtiendo en cómplices activos de nuestra "reinención" de la Arqueología.

Entre los elementos de transferencia del conocimiento implementados en estos últimos años, podemos destacar tres grandes pilares:

- CONFERENCIAS. Protagonizadas no sólo por investigadores y arqueólogos, sino también por todo tipo de personalidades relacionadas de alguna manera con el Patrimonio Arqueológico.
- RUTAS. Investigadores especialistas en la materia han hecho posible el acceso a vestigios arqueológicos diseminados por la ciudad, en muchos casos "escondidos" en sótanos y lugares recónditos.
- TALLERES. Gracias a nuestro "arqueódromo" (simulación a escala real de un yacimiento arqueológico), niños y jóvenes han podido acercarse de manera práctica a las principales técnicas de excavación e investigación arqueológica.

FIG. 1 Modelo teórico de diagrama de trabajo, basado en la más pura retroalimentación (a partir de Pulido, 2008).



Además de la programación divulgativa anual, hemos desarrollado hasta la fecha un total de 11 proyectos subvencionados o avalados por distintas entidades, a saber: *Arqueología somos todos: reinventando el futuro* (Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología); *Patrimonio Arqueológico de Córdoba y su provincia: Factor de Dinamización y Recurso de Futuro* (Diputación de Córdoba), *Arqueología, turismo y nuevas tecnologías: de la tierra al ciberespacio* (Ministerio de Educación, Cultura y Deporte); *Arqueología somos todos: formando el futuro* (Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología); *Qurtuba / Al-Andalus* (Casa Árabe); *Descubre la Córdoba romana* (Ayuntamiento de Córdoba); *Córdoba en la Historia. Arqueología, turismo y nuevas tecnologías* (Ministerio de Educación Cultura y Deporte); *Arqueología somos todos: el futuro del pasado* (Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología); *Arqueología somos todos a pie de calle. Transferencia 1.0.* (Universidad de Córdoba); *Arqueocordoba.com. Arqueología y TIC al servicio de la divulgación histórica* (Universidad de Córdoba) y *Dinamización escolar de la Villa Romana de Fuente Álamo* (Ayuntamiento de Puente Genil) [FIG. 2].

De todos ellos se han desprendido una serie de herramientas y recursos de divulgación arqueológica que desde el Grupo de Investigación *Sísifo* hemos puesto al servicio de las administraciones, instituciones y profesionales de todo tipo vinculados con el patrimonio, ocio y cultura de la ciudad, así como a la sociedad en general.



FIG. 2 Collage de fotos de algunas de las actividades de *Arqueología Somos Todos*.

CERTAMEN FOTOGRÁFICO ANA M.ª VICENT

Este certamen trata de honrar la memoria de una de las arqueólogas más férreas y combativas del ámbito cordobés, como un medio eficaz de potenciar el valor del patrimonio histórico-arqueológico y contribuir a su conocimiento, protección, conservación, y adecuada rentabilización cultural y económica. En sus dos ediciones (2011 y 2016) hubo un alto nivel de participación, celebrándose sendas exposiciones con las 40 obras seleccionadas, entre las que se otorgaron dos premios económicos (más simbólicos que otra cosa), correspondientes al fallo del jurado y del público.

BOLETÍN ARQUEOLOGÍA SOMOS TODOS

Este boletín divulgativo, que alcanza ya su número 6, tiene carácter semestral, con una tirada de 1.000 ejemplares que se distribuyen de forma gratuita en las actividades realizadas por *Arqueología Somos Todos* y se envían a más de 200 entidades nacionales e internacionales relacionadas con la Arqueología y el Patrimonio. Se ha institucionalizado, por tanto, como el principal medio de difusión de nuestro proyecto de cultura científica, con secciones fijas como Noticias de Actualidad, Conoce al Grupo *Sísifo*, Protege tu Patrimonio, Arqueólogos Cordobeses, Tribuna de Opinión o Pequeños Arqueólogos.

AULA DE FORMACIÓN PERMANENTE EN ARQUEOLOGÍA

El arqueódromo situado en la Facultad de Filosofía y Letras³, construido gracias a la concesión de un Proyecto de Innovación Docente y al patrocinio de la Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología del Ministerio de Economía y Competitividad y la Fundación Obra Social "la Caixa", a diferencia de otros existentes en territorio nacional o de los "cajones de arena" tan extendidos en los últimos tiempos, recrea un yacimiento arqueológico a escala real, con varias fases de ocupación protagonizadas por una vivienda andalusí, que se superpone a una fase de necrópolis romana, afectadas ambas por la acción contemporánea de un pozo. La excavación se encuentra permanentemente cubierta por varias capas de arena y gravilla, de manera que los participantes pueden reproducir y asimilar la teoría y las técnicas arqueológicas desde sus inicios. Así pues, el Aula de Formación Permanente en Arqueología ha sido ya el eje de muchas actividades programadas tanto para las prácticas de los alumnos de los Grados de Historia, Historia del Arte y Gestión Cultural como para la realización de los talleres didácticos organizados para colegios y familias, que se complementan con otros talleres de corte histórico-artístico.

VISOR DE RUTAS

Realizado en colaboración con la empresa Almagre, con un carácter interactivo y online, ofrece recorridos históricos virtuales de la Córdoba romana e islámica. Cada punto del mapa que marca el lugar en el que se encuentra un yacimiento o vestigio arqueológico está vinculado a una ficha técnica con información textual y gráfica en español e inglés, siempre abierto a nueva información e itinerarios. El carácter virtual de esta herramienta permitió desde sus inicios la incorporación de recreaciones en 3D de importantes vestigios romanos e islámicos de Córdoba, llevadas a cabo gracias a un equipo multidisciplinar de investigadores, informáticos y dibujantes especializados en el tema, que permiten al usuario una mejor comprensión de las estructuras. Muchas de ellas se han incorporado en los discursos de varias tesis doctorales⁴, demostrando que de la divulgación de calidad se puede hacer también investigación científica.

SERIE MONOGRÁFICA RUTAS ARQUEOLÓGICAS POR CÓRDOBA

Bajo este nombre hemos publicado por el momento 10 guías didácticas, de carácter temático, derivadas de los recorridos diseñados para el Visor que permiten a ciudadanos locales y visitantes conocer las distintas Córdobas históricas bajo unos recorridos coherentes. Disponibles para su descarga gratuita en nuestra web, estas guías responden a un diseño funcional y novedoso que pone claramente en evidencia nuestra apuesta por la difusión de calidad, entendida en varios niveles: ciudadanía en general (textos y recreaciones comprensibles para todos los públicos), experto (bibliografía específica) e infantil (juegos y curiosidades).

AUDIOVISUAL “LOS ORÍGENES DE CÓRDOBA”

Este recurso didáctico fue un elemento fundamental del proyecto *El futuro del pasado: los orígenes de Córdoba*, financiado por la Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología, con el que quisimos transferir a la sociedad un conocimiento riguroso de los inicios de la historia cordobesa: desde la primera ocupación turdetana hasta la ciudad romana altoimperial. Para ello se realizaron recreaciones tridimensionales animadas fundamentadas en los estudios arqueológicos más recientes, pero adaptadas a un receptor general y a la idiosincrasia propia de los contenidos online. Desde su presentación oficial en octubre de 2016 el vídeo ha ido alcanzando unos niveles de difusión inesperados, especialmente a través de las redes sociales, lo que lo ha convertido en un ejemplo de viralización, puesto que en pocos meses ha alcanzado las 600.000 reproducciones y casi 1.500.000 de visualizaciones [FIG. 3].



FIG. 3 Noticia del ABC Córdoba sobre el vídeo *Los orígenes de Córdoba*.

VIRTIMEPLACE: CÓRDOBA ROMANA IMPERIAL

Esta experiencia gratuita de inmersión virtual para móviles y tablets produce en los usuarios una percepción aumentada del espacio físico que permite comparar *in situ* la Córdoba actual con la Córdoba romana a través de recreaciones tridimensionales realizadas bajo el más exhaustivo rigor histórico por nuestro equipo. El éxito de esta herramienta es fruto de la empresa cordobesa Arketipo Multimedia, propietaria de la tecnología VirTimePlace, que le ha valido hasta la fecha la concesión de un proyecto por parte del Ministerio, así como el apoyo financiero de otras entidades públicas para el desarrollo de distintos destinos: Mérida, Cartagena, Conimbriga, Villa Romana de Puente Genil, etc. Aunque de carácter eminentemente turístico, VirTimePlace está desarrollando también una faceta educativa y lúdica que la convierten en una herramienta única en España, siendo reconocida su valía en Fitur 2014.

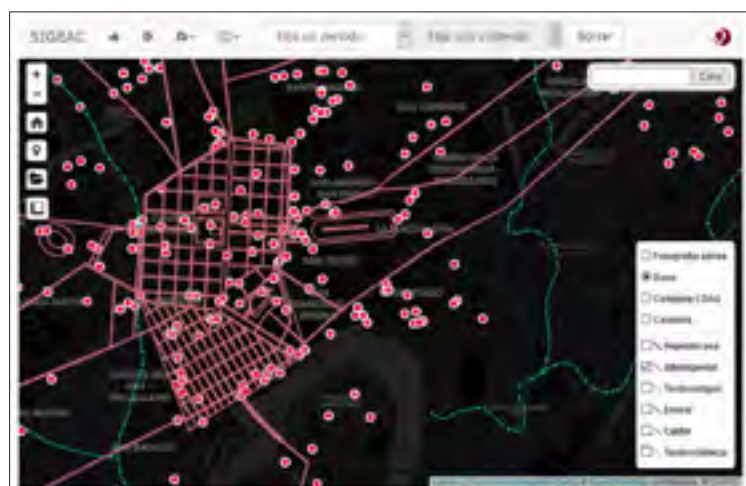
CENTRO DE INTERPRETACIÓN “LA AXERQUÍA EN EL TIEMPO”

La ubicación de este Centro de Interpretación Histórico-Arqueológico en el Palacio de Orive, gracias a un proyecto sufragado por el Ministerio de Cultura y la Delegación de Cultura del Ayuntamiento de Córdoba, lo convierte en una “puerta” excepcional al barrio de la Axerquía, ampliando así la oferta patrimonial de Córdoba. En su interior se ofrece una visión original de la evolución de este sector de la ciudad, fruto de un riguroso análisis científico, pero expresado en lenguaje accesible y a través de atractivos e innovadores medios tecnológicos, que promueven una comprensión didáctica y atractiva de más de 2000 años de historia, a través de un espectáculo estético de 15 minutos basado en técnicas de *videomapping*.

SIGEAC

El Sistema de Información Geográfica de Excavaciones Arqueológicas de Córdoba es una gran base de datos geolocalizada que pretende dar servicio público a la sociedad. Por ahora, se han introducido unos 400 puntos pertenecientes a las intervenciones arqueológicas realizadas en el término municipal entre los años 1985 y 2006, período de publicación del *Anuario Arqueológico de Andalucía*, de donde se ha extraído toda la información. La ficha individualizada permite conocer los datos administrativos, resumen, estratigrafía, bibliografía y material gráfico de la excavación. Además, el sistema permite llevar a cabo cribas por períodos o evidencias, de tal manera que los usuarios pueden seleccionar sólo aquellos puntos que hagan referencia a Arquitectura Doméstica Romana o Cementerios Islámicos, por ejemplo. También es posible cargar como base distintos tipos de cartografías y callejeros antiguos, lo que convierte a SIGEAC en un instrumento polivalente, tanto para investigadores como arqueólogos, así como estudiantes, profesionales del sector cultural o turístico y ciudadanía en general [FIG. 4].

FIG. 4 Captura de pantalla del SIGEAC (Sistema de Información Geográfica de Excavaciones Arqueológicas en Córdoba).



I JORNADAS CIENTÍFICO-DIVULGATIVAS ARQUEOCÓRDOBA

Como punto final al proyecto *RESCATE. Del registro estratigráfico a la sociedad del conocimiento: el patrimonio arqueológico como agente de desarrollo sostenible* organizamos, y en colaboración con el Ayuntamiento de Córdoba, las I Jornadas Científico-Divulgativas ArqueoCórdoba, celebradas en septiembre 2016, se configuraron como un botón de muestra de lo que entendíamos debía ser la divulgación histórica de carácter riguroso en Córdoba.

Las Jornadas contaron con una sesión académica en la Facultad de Filosofía y Letras, protagonizada por arqueólogos profesionales, investigadores y alumnos de tercer grado, varias conferencias y mesas redondas, como la conformada por varias asociaciones y plataformas ciudadanas (Arte, Arqueología e Historia, Foro Puente Romano y Plataforma por Córdoba), así como rutas, talleres didácticos y conferencias ilustradas (*Funus romanorum*, desfile militar, vida en el campamento, perfumistas, brujería o *Matronalia*) a cargo de la Asociación Cultural *Ara Concordia*, en colaboración el Museo Nacional de Arte Romano de Mérida.

Todas las actividades y programas desarrollados por *Arqueología somos todos* han tratado siempre de contar con un alto componente didáctico no sólo para los adultos del presente sino también

para los del futuro, incentivando vocaciones y educando personas plenas y comprometidas con su patrimonio histórico-arqueológico, en general, y con la ciencia, en particular. Para ello ha sido imprescindible ir más allá de las enseñanzas regladas (en las que, además, es difícil introducirse como colectivo externo) y diseñar un ambicioso programa que superase los modelos educativos clásicos a través de estrategias innovadoras. En este sentido, hemos dado un gran impulso a los talleres manipulativos y a las TIC's, que, tratadas con rigor, se convierten en una fuente importante de educación, permitiéndonos combatir defectos habituales como la pasividad o la superficialidad, gracias a propuestas novedosas basadas en la interacción y la creatividad, en la reflexión y el pensamiento crítico (Ruiz Osuna y Vázquez, 2017).

Los objetivos principales que hemos perseguido han sido: estimular a la sociedad desde sus raíces con la difusión de la cultura científica entre los más jóvenes, integrando la investigación universitaria en niveles educativos inferiores; fomentar la curiosidad científica y la experimentación entre los más jóvenes, iniciándoles en los rudimentos de la investigación y la metodología científica a través de las distintas fases del trabajo arqueológico para, de este modo, hacer surgir desde edades tempranas la capacidad crítica y la creatividad; eliminar clichés y presentar la Ciencia y la Arqueología de un modo entretenido, con la finalidad de aumentar el interés de los alumnos por una disciplina que basa sus principios en el método hipotético-deductivo; elaborar nuevos formatos tecnológicos para estudiantes pre-universitarios, ofreciéndoles así un ambiente más ameno y atractivo en nuestras tradicionales actividades educativas de divulgación científica; y configurar recursos didácticos e interdisciplinares que permitan ejercitar entre los más jóvenes habilidades útiles para su vida y sus futuras carreras profesionales, tales como el trabajo en equipo y el manejo de nuevas metodologías (Ruiz Osuna, en prensa).

DE LA TRANSFERENCIA DE CONOCIMIENTO A LA ARQUEOLOGÍA PÚBLICA

Además de la labor puramente científica, canalizada a través de proyectos financiados de nivel nacional y europeo, la dirección de Tesis Doctorales, el sostenimiento de tres series propias de divulgación científica (*Anales de Arqueología Cordobesa*, *Anejos de Anales de Arqueología Cordobesa*, y *Monografías de Arqueología Cordobesa*), la participación en congresos y publicaciones de carácter nacional e internacional, la capacidad formativa demostrada curso tras curso en la aulas universitarias a través de asignaturas repartidas en varias Titulaciones de la Facultad de Filosofía y Letras, diversos Másteres universitarios, o la Cátedra Intergeneracional, entre otros, desde sus inicios el Grupo de Investigación *Sísifo* asumió e incentivó, como obligación ineludible derivada de su carácter público, la necesidad de transferir a la sociedad los resultados de sus investigaciones; algo que ha venido haciendo a través de exposiciones (*Córdoba en tiempos de Séneca*, o *Córdoba, reflejo de Roma*), jornadas divulgativas (*Jornadas de Arqueología Cordobesa* y *Jornadas Cordobesas de Arqueología Andaluza*), publicaciones (*Guía Arqueológica de Córdoba*), y una constante relación con la prensa y otros medios de comunicación.

Esa labor constante, aunque esporádica, quedó unificada y reforzada con la puesta en marcha del proyecto de cultura científica *Arqueología somos todos*, con el que sentamos las bases de una nueva forma de entender y de hacer Ciencia Pública, lo que en su momento nos valió el apoyo de la Obra Social "La Caixa", y más recientemente la inclusión en el *II Catálogo de Prácticas Inspiradoras en Cultura Científica* (2014), editado por la Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología del Ministerio de Economía y Competitividad. Un honor que se suma a una ya larga serie de reconocimientos públicos conseguidos en estos tres últimos años; locales: Premio Juan Bernier de Arqueología, otorgado por la Asociación Arte Arqueología e Historia de Córdoba (2011); Premio a la Recuperación del Patrimonio Histórico-Artístico de Córdoba, convocado por la Fundación Caja Rural en 2011; Premio Averroes de Oro Ciudad de Córdoba a las Ciencias (2011); Premio Córdoba Joven del Instituto Andaluz de la Juventud (2012); Premio Transferencia del Conocimiento a la Sociedad del Consejo Social de la Universidad de Córdoba (2013); nacionales: Fundación Obra social "La Caixa" (2013) y Premios Vaccea del Centro de Estudios Vacceos 'Federico Wattenberg' (2014), e, incluso, internacionales, gracias a la Mención Especial de los Premios Europa Nostra en su categoría de Educación, Formación y Sensibilización (2014).

Corroboran este éxito el seguimiento del proyecto por parte de prensa escrita, televisiones y radios locales y regionales, y el número de usuarios de nuestra página web www.arqueocordoba.com (con más de 2.000.000 de visitantes de todo el mundo), y de nuestros perfiles sociales en Facebook (Arqueo Córdoba / Arqueología somos todos) y Twitter (ArqueoCordoba), que acumulan actualmente casi 10.000 seguidores. A todo ello debemos sumar la difusión llevada a cabo en las plataformas pertenecientes a nuestros más próximos colaboradores, de modo que, hasta la fecha, en 489 actividades hemos contabilizado la participación de 27.340 personas [FIGS. 5 y 6].

FIG. 5 Estadísticas de número de actividades de *Arqueología Somos Todos* entre 2011 y 2017.

NÚMERO DE ACTIVIDADES								
ACTIVIDAD/CURSO	2011	2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	TOTAL
Conferencias	32	31	15	12	12	6	9	118
Rutas	62	16	17	30	6	9	9	149
Tallers infantiles	28	–	32	42	8	23	18	151
Exposiciones	9	1	–	1	–	2	–	13
Jornadas abiertas	–	–	–	5	1	7	1	14
Concursos	1	–	–	1	–	1	1	4
Expediciones	–	–	–	–	3	7	9	19
Mesas informativas	–	–	–	–	2	7	3	12
Cafés Arqueológicos	–	–	–	–	1	1	–	2
Laboratorios	–	–	–	–	–	3	–	3
Centros Interpretación	–	–	–	–	–	1	1	2
TOTAL	132	48	64	91	33	67	52	489

NÚMERO DE PARTICIPANTES								
ACTIVIDAD/CURSO	2011	2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	TOTAL
Conferencias	1.746	1.543	940	915	805	285	385	6.619
Rutas	1.153	426	492	786	135	218	220	3.430
Talleres infantiles	525	–	1.034	1.703	445	797	831	5.335
Exposiciones	–	–	–	3.977	–	1.700	–	5.677
Jornadas abiertas	–	–	–	1.270	300	1.516	595	3.681
Concursos	70	–	–	143	–	80	250	543
Expediciones	–	–	–	–	165	370	350	885
Mesas informativas	–	–	–	–	200	285	50	535
Cafés Arqueológicos	–	–	–	–	15	15	–	30
Laboratorios	–	–	–	–	–	45	–	45
Centros Interpretación	–	–	–	–	–	1.513	560	2.073
TOTAL	3.494	1.969	2.466	8.794	2.065	6.824	3.241	27.340

FIG. 6 Estadísticas de número de participantes de Arqueología Somos Todos entre 2011 y 2017.

Hemos demostrado, pues, que, además del académico, la Arqueología puede, y debe, desempeñar un papel determinante como factor de enriquecimiento cultural, educativo y económico si transforma la investigación fundamental en aplicada, el conocimiento en riqueza, la formación en criterio. Con algunas particularidades, y sin suscribir del todo su filosofía, hemos seguido en buena medida los parámetros conceptuales de la llamada "Arqueología Pública" o "Comunitaria" (McGimsey, 1972; Merriman, 2004; Holtorf, 2007; Copeland, 2009;); una disciplina reciente, controvertida y todavía no bien definida ni consensuada, que busca, en términos generales y sin bajar a analizar los detalles, involucrar a la sociedad con su patrimonio, llegando en algunos casos a trasladarle las responsabilidades de investigación, conservación y difusión que las instituciones han declinado en mayor o menor medida. Esta apertura de la ciencia arqueológica a la sociedad surgió en la década de los pasados 70, de una parte con las comunidades indígenas americanas como protagonistas (Jameson, 2004), y, de otra, con el surgimiento de grupos locales y asociaciones culturales en Gran Bretaña dedicadas por entero a la arqueología y a la historia en sus propias comunidades (Henson, 2009), no siempre bien vistas por los profesionales.

También en España la "Arqueología Pública" está surgiendo a remolque de algunas iniciativas ciudadanas "como respuesta al interés mostrado por conocer los resultados del trabajo efectuado por los arqueólogos que tradicionalmente quedaba confinado a publicaciones especializadas fuera del alcance del público en general, tanto por la dificultad de acceder físicamente a dichas publicaciones, como intelectualmente a su contenido. Su origen, por lo tanto, tiene que ver con movimientos nacidos desde la base que comenzaron a preguntarse por la razón de ser de la arqueología y su función

en la sociedad actual" (López-Menchero, 2013: 1). Y es que la Arqueología, a menudo malinterpretada, necesita que la sociedad la entienda como una ciencia útil y necesaria; de ello depende nuestra propia subsistencia como disciplina. Así lo han puesto en práctica en el Museo y Parque Arqueológico Cueva Pintada (Gran Canaria), en la ciudad romana de Los Bañales (Zaragoza), en la fortificación de A Lanzada y Torre dos Mouros (A Coruña), en el Poblado de Cap de Babaria II (Formentera) o en el proyecto "Entorno Jamila" (Ciudad Real); todas ellas experiencias recogidas en la primera publicación monográfica dedica a la Arqueología Pública en España, editada por Jaime Almansa (2013), creador también de la primera revista sobre esta misma temática dentro de nuestras fronteras.

Estas nuevas tendencias y aperturas epistemológicas están alterando los flujos de información unidireccionales que tradicionalmente se producían desde las instituciones científicas y administraciones públicas a la sociedad, que tenían como interlocutores privilegiados a museos, centros de interpretación y medios de comunicación. Ahora es la sociedad la que busca e incentiva los procesos de interacción con la Arqueología desde múltiples perspectivas; una postura que los responsables del patrimonio debemos, sin duda, fomentar para potenciar el entendimiento y mejorar la disciplina, pero sin cuestionar jamás el rigor, la integridad ni los fundamentos conceptuales de la misma. Los beneficios son múltiples, y pasan por convertir a la sociedad en valedora principal de su patrimonio y de la forma de gestionarlo, además de una fuente alternativa y comprometida de financiación de la que otros sectores vinculados a la Cultura ya se están beneficiando desde hace tiempo, gracias a los sistemas de patronicio o mecenazgo.

El mecenazgo cultural, tal como lo entendemos hoy día, tuvo su origen a mediados del siglo XX en EE.UU., donde particulares y, especialmente, empresas pasaron a convertirse en patronos de Museos y Universidades, con el fin último de limpiar su imagen y obtener una alta visibilidad social, buscando un gran impacto tanto en los medios de comunicación y la publicidad. De hecho, en un país donde no existe un Ministerio de Cultura como tal la labor de mecenazgo está altamente reconocida entre sus ciudadanos y son frecuentes las galas benéficas destinadas a la recaudación de fondos tanto para investigación como para todo tipo de actividades culturales, cubriendo un 80% de los gastos nacionales. Las ventajas que se asumen pasan por una mejora de la imagen individual o corporativa dentro de la propia comunidad y dentro de la propia empresa; un incremento de relaciones con las instituciones públicas; y, en ocasiones, una gran ayuda para introducir nuevas marcas en el mercado. Por su parte, los inconvenientes son también evidentes: normalmente, este tipo de actividades alcanzan a un reducido número de público y no tienen unas ventajas fiscales atractivas ni tampoco un claro reflejo en la cuenta de resultados, siendo más bien una actividad vinculada a un marketing a medio y largo plazo, lo que hace que muchos inversores sean todavía reticentes (Ruiz Osuna, 2017: 347).

Vinculado al mecenazgo tradicional ejercido por las grandes fortunas ha surgido de forma reciente una nueva corriente llamada *crowdfunding* (micromecenazgo o mecenazgo de masa), que permite a proyectos culturales sin financiación de partida desarrollar sus objetivos gracias a la colaboración ciudadana en forma de pequeñas donaciones. La difusión de los proyectos depende en gran

medida de las nuevas tecnologías de la información puesto que se hace por internet, lo que supone que para su éxito debe contar con una importante labor de publicidad que va desde el diseño, la presentación del proyecto (normalmente un vídeo de no más de cinco minutos) y las prevendas o contrapartidas clasificadas según el nivel de la donación, que van desde un simple agradecimiento hasta productos de merchandising. El éxito de algunas de estas iniciativas, especialmente en el ámbito musical (para sufragar el coste de edición de discos o de giras discográficas de grupos y cantantes), ha querido trasladarse al ámbito cultural, buscando aprovechar las ventajas que permite el planteamiento de ideas creativas, la solidaridad de las personas, el apoyo de las redes sociales y el bajo precio (a veces, desde 10 €). Sin embargo, hemos de tener en cuenta también la dificultad que conlleva la divulgación del proyecto, la facilidad en la copia de ideas o el alto número de fracasos, fruto de la fiebre del oro que ha convertido a este sistema en la gran panacea del mecenazgo⁵, con casos excepcionales como el de la simbólica Victoria de Samotracia del Museo del Louvre que llegó a recaudar un millón de euros para su restauración.

Pero, tal vez, el ejemplo más llamativo, por excepcional y mediático, haya sido el italiano, donde las grandes firmas de moda, atraídas por unas ventajas fiscales que según los medios consultados van desde el 65% hasta el 100% de desgravaciones, se han convertido en las abanderadas del patrimonio nacional, asumiendo los gastos de restauración de los grandes monumentos tutelados por la Soprintendenza dei Beni Culturali (Coliseo, Fontana di Trevi, Templo de Venus, etc.) (Ruiz Osuna, 2017: Fig. 3); nada fácil en un país que cuenta con el mayor número de monumentos declarados Patrimonio de la Humanidad por la UNESCO⁶.

Desde *Arqueología Somos Todos* entendimos pronto la necesidad de hacer más participativo nuestro proyecto y abrirlo a la sociedad en todos sus términos, por lo que a principios de 2013 constituimos una Asociación Cultural homónima, sin ánimo de lucro, que, además de permitir la colaboración de personas físicas y jurídicas, se ha convertido en una vía de apoyo y sostenimiento al proyecto de divulgación científica, hoy día carente de cualquier otro tipo de financiación externa, que tiene como objetivo la búsqueda de un modelo político, social y administrativo más participativo, flexible y horizontal, que está permitiendo a la sociedad civil apoyar – en la medida de sus posibilidades y con distintos grados de implicación – a la investigación, la protección y la difusión del patrimonio arqueológico de Córdoba y su provincia, al tiempo que disfruta de ellas. Los 215 socios, más algunos mecenas⁷, son los que a día de hoy sostienen las actividades del programa anual, entre las que destacan: conferencias, rutas arqueológicas por Córdoba, visitas a excavaciones en curso, talleres didácticos, desayunos arqueológicos, expediciones nacionales e internacionales o, más recientemente, la convocatoria de los Premios *Sísifo*, a la investigación, defensa y divulgación del patrimonio arqueológico.

Actualmente, desarrollamos el proyecto de I+D+i "PATTERN. Patrimonio Arqueológico, Nuevas Tecnologías, Turismo, Educación y Rentabilización Social: un Nexo Necesario para la Ciudad Histórica" (2016–2019), concedido a nuestro Grupo de Investigación por el Ministerio de Economía y Competitividad en la modalidad de Retos de la Sociedad, como derivación del proyecto "RESCATE.

Del registro estratigráfico a la sociedad del conocimiento: el patrimonio arqueológico como agente de desarrollo sostenible" (2014–2016), a través de los cuales hemos pretendido generar un espacio único de colaboración multidisciplinar, intersectorial e internacional que, a través de la investigación científica, la transferencia del conocimiento, y sus respectivas aplicaciones prácticas, tratando de resolver problemas o carencias actuales de la sociedad, al tiempo que abrir nuevas vías de desarrollo para la disciplina; un modelo extrapolable a cualquier otra ciudad histórica o a diversos ámbitos territoriales, que se apoya en un principio rector de potencialidad futura indiscutible: la divulgación de excelencia como retroalimentación de la investigación. Un workshop internacional, varias reuniones científicas, la creación de una plataforma web con contenidos abiertos en línea, el diseño de material didáctico para docentes y discentes, información arqueológica al servicio de ciudadanos, investigadores y tour-operadores, etc., nos convertirán en una fuente de información primordial, en un generador de propuestas de actuación de las que, posteriormente, podrán beneficiarse administraciones y empresas privadas. Así lo han hecho ya de algunos de nuestros programas y actividades pasadas, como demuestran la proliferación de rutas arqueológicas por parte de jóvenes emprendedores, los ciclos de conferencias sobre temas históricos a cargo de las más variadas instituciones, los recorridos en bicicleta por el casco histórico como valor de accesibilidad, la presencia de talleres didácticos y divulgativos en multitud de centros educativos e instituciones públicas y varios arqueódromos diseminados por la ciudad, etc.

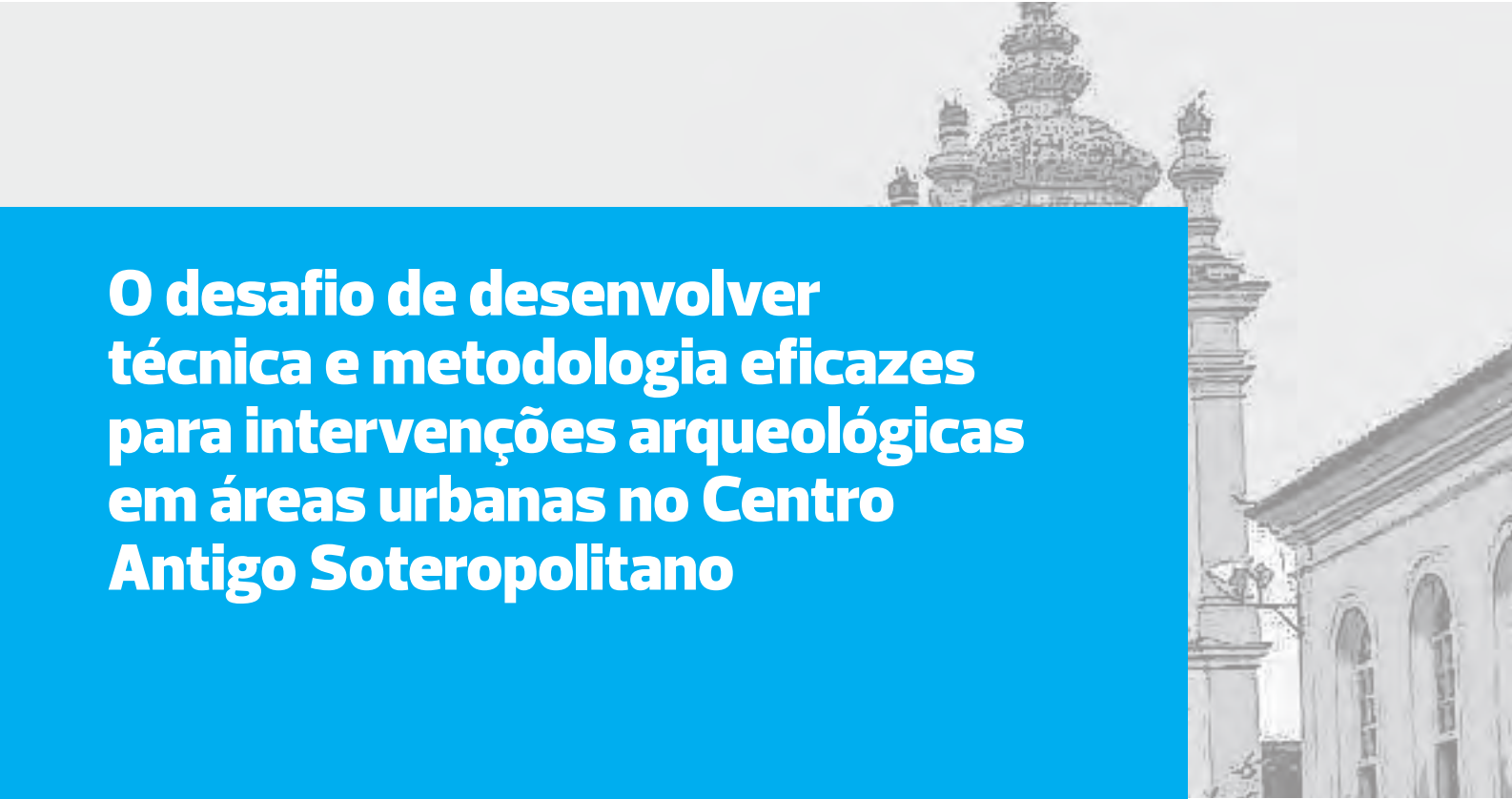
NOTAS

- ¹ Este trabajo se inscribe en el marco del Proyecto de investigación PATTERN. Patrimonio Arqueológico, Nuevas Tecnologías, Turismo, Educación y Rentabilización Social: un Nexo Necesario para la Ciudad Histórica, concedido por la Secretaría de Estado de Investigación, Desarrollo e Innovación orientada a los Retos de la Sociedad, convocatoria 2015, Modalidad 1 (HAR2015-68059-C2-1R).
- ² Para profundizar en esta cuestión *vid.* Almansa 2011.
- ³ En el año 2011 construimos en las dependencias del Real Jardín Botánico de Córdoba un primer yacimiento simulado, el cual nos proporcionó la experiencia y la confianza suficientes para embarcarnos en este segundo arqueódromo.
- ⁴ *Madinat Qurtuba Tardoislámica. Una aproximación arqueológica desde la arquitectura doméstica* de Rafael Blanco Guzmán; *Madinat Qurtuba: islamización y desarrollo urbanístico a través del análisis arqueológico de sus mezquitas de barrio* de Carmen González Gutiérrez; *La gestión urbana del agua en Madinat Qurtuba* de Belén Vázquez Navajas.
- ⁵ Un análisis detenido de los casos demuestra que todavía existe entre los usuarios una enorme confusión entre el proceso de pre-compra, donación y bancos de tiempo, a lo que debemos sumar la inseguridad jurídica, el agotamiento de las comunidades, la polarización de las iniciativas (música, revistas, proyectos experimentales, etc.), la pérdida de un 30% de lo recaudado en tasas, impuestos y otros gastos, la competencia ejercida por las mismas administraciones públicas y las escasas ventajas fiscales (Ruiz Osuna, 2017: 348).
- ⁶ En el caso de España, cabe destacar la labor desarrollada por Repsol con el Foro Romano de Cartagena (4 millones de €), Iberdrola con la restauración de los Códices del Monasterio de Yuso (15 millones de €), Endesa y su proyecto de iluminación de monumentos (17 millones de €) o La Caixa, de la que destacamos entre otros su interés por el Románico Catalán (18 millones de €).
- ⁷ Colegio de Médicos de Córdoba, El Fundo, S.L. o Asociación de Vecinos "Nueva Ciudad Jardín".

BIBLIOGRAFÍA

- ALMANSA, J. (2011): Arqueología para todos los públicos. Hacia una definición de la Arqueología Pública "a la Española", *ArqueoWeb*, 13, 87-107.
- ALMANSA, J. (2011). *El futuro de la Arqueología en España*, Madrid: JAS Arqueología.
- ALMANSA, J. (2013). *Arqueología Pública en España*, Madrid: JAS Arqueología.
- CALLE VAQUERIZO, M. de la; GARCÍA HERNÁNDEZ, M. (2013). Turismo y Patrimonio Arqueológico en España. Visitantes, Recursos y Destinos. In J. ALMANSA, ed. - *Arqueología Pública en España*, Madrid: JAS Arqueología, pp. 69-94
- COPELAND, T. (2009). Archaeological Heritage Education: Citizenship from the Ground Up. *Treballs d'Arqueologia*, 15, pp. 9-20.
- DOMÍNGUEZ ARRANZ, A. (2009). *Patrimonio arqueológico a debate. Su valor cultural y económico*, Huesca: Instituto de Estudios Altoaragoneses.
- HENSON, D. (2009). Friend or enemy? Community Archaeology in the United Kingdom. *Treballs d'Arqueologia*, 15, pp. 43-49.
- HOLTORF, C. (2007). *Archaeology is a brand! The meaning of Archaeology in contemporary popular culture*, Oxford: Left Coast Press.
- JAMESON, J. H. (2004). Public archaeology in the United States. In N. MERRIMAN, ed. - *Public archaeology*, Routledge, pp. 21-58.
- LANDA, M.; PLATA, A. (2007). *Valle Salado de Añana. Hacia su recuperación integral*, Vitoria-Gasteiz: Diputación Foral de Álava.
- LEÓN MUÑOZ, A. (2008). Hacia un nuevo modelo de gestión arqueológica en Córdoba. El Convenio GMU-UCO. *Anejos de Anales de Arqueología Cordobesa*, 1, pp. 11-15.
- LEÓN MUÑOZ, A.; VAQUERIZO, D. (2012). Un nuevo modelo de gestión de la arqueología urbana en Córdoba. In J. BELTRÁN; O. RODRÍGUEZ, eds. - *Hispaniae urbes. Investigaciones arqueológicas en ciudades históricas*, Sevilla: Universidad de Sevilla, pp. 321-361.
- LÓPEZ-MENCHERO, V. M. (2013). *La musealización del patrimonio arqueológico in situ. El caso español en el contexto europeo*. Oxford BAR International Series 2535.
- McGIMSEY, Ch. (1972). *Public Archeology*. New York: Seminar Press.
- MERRIMAN, N. (2004). *Public Archaeology*, London: Routledge.
- MURILLO REDONDO, J. F. (2010). La gestión del patrimonio arqueológico en Córdoba. Balance de una década. In AAVV - *Arqueología. Patrimonio Histórico y urbanismo en las ciudades Patrimonio de la Humanidad de España*, Tarragona, pp. 87-127.
- POYADO HOLGADO, M.ª del C. (2005). Los Parques Arqueológicos en Castilla - La Mancha. *Cuadernos de Castilla - La Mancha*, 28, pp. 60-64.
- PULIDO CALVO, A. J. (2008). La Arqueología como instrumento de rentabilidad social y económica: el ejemplo de Córdoba. *Anejos de Anales de Arqueología Cordobesa*, 1, pp. 321-338.
- QUIRÓS CASTILLO, J. A. (2005). ¿Excavar en las ciudades o historiar las ciudades? El debate sobre la Arqueología Urbana a la luz de algunas experiencias europeas. *Arqueología y Territorio Medieval*, 12,1, pp. 107-132.
- RODRÍGUEZ TEMIÑO, I. (2003). *Arqueología urbana en España*, Barcelona: Ariel.
- RODRÍGUEZ TEMIÑO, I. (2007). Arqueología a diario. *Patrimonio Cultural y medios comunicación, PH cuadernos*, 21, pp. 164-179.
- RUIZ DE ARBULO, J. (2004). El patrimonio arqueológico en la ciudad contemporánea. *Anales de Arqueología Cordobesa* 15, pp. 31-43.
- RUIZ OSUNA, A. (2017). El mecenazgo en arqueología. ¿Una solución provisional o la única vía de futuro. In D. VAQUERIZO; A. RUIZ OSUNA; M. DELGADO - *RESCATE. Del registro estratigráfico a la sociedad del conocimiento: el patrimonio arqueológico como agente de desarrollo sostenible*, Córdoba: Universidad de Córdoba, pp. 343-358.
- RUIZ OSUNA, A. (na imprenta). La arqueología como ciencia transversal. Las ventajas de una ciencia multidisciplinar. *I Congreso Internacional Educación y Patrimonio*, Granada: Universidad de Granada.
- RUIZ OSUNA, A. (na imprenta). El eslabón perdido: la divulgación arqueológica en Córdoba como agente de desarrollo sostenible. *Arte, Arqueología e Historia*, 23.
- RUIZ OSUNA, A.; ORTIZ URBANO, R. (2012). Un nuevo modelo de gestión arqueológica en Córdoba: el Convenio GMU-UCO. In M.ª A. PEINADOS HERREROS, coord. - *I Congreso Internacional El patrimonio natural y cultural como motor de desarrollo: investigación e innovación*, Sevilla, pp. 590-609.
- RUIZ OSUNA, A.; VAQUERIZO, D. (2016). Sisifo al rescate del patrimonio arqueológico. *La Linde*, 6, pp. 11-38.
- RUIZ OSUNA, A. VÁZQUEZ, B. (2017). El aula de formación permanente en arqueología de la UCO: investigación, formación y difusión para todos los públicos, *OTARQ*, 2, pp. 213-330.
- SALVATIERRA CUENCA, V. (2004). Arqueología urbana, investigación y profesión. *Anales de Arqueología Cordobesa* 15, pp. 45-59.
- TRESSERRAS, J. (2004). El arqueturismo o turismo arqueológico: un paso más para la valorización del patrimonio arqueológico. *Boletín GC*, 9.
- VAQUERIZO GIL, D. (2013). *Córdoba, a pie de tierra*, Córdoba: El Almendro.
- VAQUERIZO GIL, D. RUIZ OSUNA, A. (2013). Arqueología somos todos... o la necesidad de (re)inventarse. In J. ALMANSA, ed. - *Arqueología Pública en España*, Madrid: JAS Arqueología, pp. 221-247.
- VAQUERIZO, D. (2015). Arqueología para un futuro incierto... La profesión de arqueólogo tras la crisis devastadora del pelotazo. *Pyrenae*, 46,2, pp. 89-120.
- VAQUERIZO, D. RUIZ OSUNA, A. (2013). Arqueología Somos Todos...; o la necesidad de reinventarnos. In J. Almansa, ed. - *Arqueología pública en España*, pp. 221-248.
- VAQUERIZO, D. RUIZ OSUNA, A. (2015). ¿Socializar el Patrimonio...? Arqueología somos todos: un modelo de cultura científica en (por y para...) Córdoba, ciudad histórica. *Hispania Nostra*, 17, pp. 46-53.
- VIDAL ENCINAS, J. M. (2005). La inmodélica gestión de la arqueología en España: de servicio público a mercancía. *PHBoletín* 53, pp. 78-82.





O desafio de desenvolver técnica e metodologia eficazes para intervenções arqueológicas em áreas urbanas no Centro Antigo Soteropolitano




JEANNE ALMEIDA DIAS

Empresa Arqueólogos
jhanalmeida@gmail.com

RAILSON COTIAS DA SILVA

Empresa Arqueólogos
railsoncs@gmail.com



RESUMO Este trabalho nasce a partir da necessidade de discutir o desenvolvimento e aplicação da metodologia para intervenções arqueológicas nas áreas do Centro Antigo de Salvador, na Bahia. Entende-se que para ampliar a eficácia das pesquisas arqueológicas realizadas nestas áreas urbanas, deve-se considerar pelo menos três variáveis: o processo de formação histórica da área; os procedimentos de reestruturação urbana que incorreram em alterações no traçado da área, além dos aspectos de uso, desuso e reuso dos espaços envolvidos, a partir das peculiaridades reunidas por essa cidade, que foi a primeira do Brasil, posteriormente capital do país, e que ainda hoje ostenta o título de uma das mais importantes e imponentes. Para tanto, a partir do estudo detalhado da documentação histórica, com ênfase no seu modelo topográfico, e no entendimento das intervenções a cargo da necessidade urbanística, buscou-se entender os processos sedimentares e geomorfológicos existentes, principalmente centralizados nos aterramentos, para a proposição de uma metodologia pautada em um zoneamento prévio e entendimento do processo formativo e expansivo desse espaço, que apesar de sua relevância para a compreensão da formação do estado brasileiro, ainda hoje possui uma quantidade reduzida de estudos arqueológicos desenvolvidos e publicados. Nesse sentido, a proposição de uma metodologia pautada em um olhar mais complexo, visa a otimização da coleta de dados na realização da pesquisa, bem como contribuir com a ampliação dos resultados alcançados e, hoje, existentes sobre o desenvolvimento das "cidades históricas" brasileiras.

PALAVRAS CHAVE Arqueologia Urbana; Arqueologia Histórica; Arqueologia de Cidades Coloniais.

RESUMEN *El desafío de desarrollar técnica y metodología eficaces para intervenciones arqueológicas en áreas urbanas en el Centro Antigo Soteropolitano.* Este trabajo nace a partir de la necesidad de discutir el desarrollo y aplicación de la metodología para intervenciones arqueológicas en las áreas del Centro Antigo de Salvador, en Bahía. Se entiende que para ampliar la eficacia de las investigaciones arqueológicas realizadas en estas áreas urbanas, se debe considerar al menos tres variables: el proceso de formación histórica del área; los procedimientos de reestructuración urbana que incurrieron en alteraciones en el trazado del área, además de los aspectos de uso, desuso y reuso de los espacios involucrados, a partir de las peculiaridades reunidas por esa ciudad, que fue la primera de Brasil, posteriormente capital del país, y que aún hoy ostenta el título de una de las más importantes e imponentes. Para ello, a partir del estudio detallado de la documentación histórica, con énfasis en su modelo topográfico, y en el entendimiento de las intervenciones a cargo de la necesidad urbanística, se buscó entender los procesos sedimentarios y geomorfológicos existentes, principalmente centralizados en los aterrizajes, para la proposición de una metodología pautada en una zonificación previa y entendimiento del proceso formativo y expansivo de ese espacio, que a pesar de su relevancia para la comprensión de la formación del estado brasileño, aún hoy posee una cantidad reducida de estudios arqueológicos desarrollados y publicados. En este sentido, la proposición de una metodología pautada en una mirada más compleja, busca la optimización de la recolección de datos en la realización de la investigación, así como contribuir con la ampliación de los resultados alcanzados y, hoy, existentes sobre el desarrollo de las "ciudades históricas" brasileñas.

PALABRAS CLAVE Arqueología Urbana; Arqueología Histórica; Arqueología de Ciudades Coloniales.

AS BASES DE PARA UMA NOVA FORMA DE ESTUDO ARQUEOLÓGICO NO BRASIL

A elaboração de novas diretrizes regulatórias foram implementadas e reforçaram o desenvolvimento da pesquisa arqueológica no país, formando pilares sólidos para a realização desses tipo de estudos, então inseridos no âmbito do Licenciamento Ambiental.

Aos instrumentos regulatorios já existentes, a Lei 3.924/61 e o Decreto Lei 25/37, a partir dos anos 2002, segue-se uma série de marcos regulatórios que começam com a publicação da Portaria 230/02, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão responsável pela tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Hoje tem-se um amplo suporte de normativas e legislações que dão amparo a realização da pesquisa arqueológica, bem mais do que isso, a partir da ampliação do entendimento da concepção de Meio-Ambiente, ao qual insere-se a idéia de Patrimônio Cultural, busca-se alcançar o exarado pela Constituição Federal brasileira, a qual garante o acesso a um Meio Ambiente equilibrado como direito da coletividade e obrigação do Estado promover.

Nesse aspecto, ao inseri-se nessa temática o Patrimonio Cultural, e mais especificamente o Arqueológico assume aspecto relevante dentro das preposições dos discursos e, conseqüentemente passa a integrar o escopo das Leis e diretrizes propostas.

A grande benefício relacionado à preservação do patrimonio arqueológico brasileiro, nesse sentido, parece estar atrelado as emergencias ambientais. E, assim a realização dos estudos arqueológicos prévios à implantação de médios e grandes obras de engenharia/empreendimentos passa a figurar na orden do dia como diretriz fundamental à obtenção das licenças ambientais.

Assim, têm-se como base atual aos estudos arqueológicos no Brasil:

- *Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937.* Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- *Lei n.º 3.924, de 26/07/1961.* Apresenta os pilares dos estudos e da proteção do patrimônio histórico e arqueológico brasileiro. Proíbe a destruição ou mutilação, para qualquer fim, da totalidade ou parte das jazidas arqueológicas, o que é considerado crime contra o Patrimônio Nacional. Os monumentos arqueológicos existentes no território nacional ficaram sob a guarda e proteção da União. Obriga a realização de estudos prévios às possíveis atividades que venham a danificar o patrimônio cultural material;
- *Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81).* Define o meio ambiente como um macro bem, composto por elementos corpóreos e incorpóreos que têm conceituação e regimentos próprios (onde se inserem as florestas, a flora, a água, o meio social, o patrimônio cultural e o patrimônio arqueológico). Objetiva a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida. Visa assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana através da proteção ambiental;

- *Resolução CONAMA 001/1986*. Define que antes da implantação de qualquer tipo de empreendimento que implique na alteração do uso do solo, deverá ser verificado se na área a ser afetada pelas obras há algum sítio arqueológico ainda não detectado que pode estar correndo risco de dano. São estabelecidas as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para a inserção da arqueologia neste contexto. Explicita, no artigo 6.º, as atividades técnicas mínimas a serem desenvolvidas no estudo de impacto ambiental. Destaca-se, no inciso I, o diagnóstico ambiental da área de influência, na alínea c, o meio socioeconômico, “os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade”, para os quais se fazem necessárias: a análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, compensatórias e elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos. Em suma, a resolução CONAMA complementa os EIAs/RIMAs com a presença do arqueólogo, estabelecendo que os sítios e monumentos arqueológicos devam ser objeto de consideração para a emissão das licenças Prévia, de Instalação e Operação de empreendimentos que causem impacto significativo ao meio ambiente;
- *Portaria SPHAN / MinC. n.º 07, de 01/12/1988*. Normaliza e legaliza as ações de intervenção junto ao Patrimônio Arqueológico Nacional. Estabelece os procedimentos necessários à comunicação e autorização prévia para as pesquisas e escavações arqueológicas no Brasil;
- *Artigo 216, parágrafo 5º, da Constituição Federal de 1988*. Estabelece o Patrimônio Cultural Brasileiro como bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico;
- *Artigo 225 da Constituição Federal de 1988*. Estabelece que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e à sadia qualidade de vida, cabendo a sociedade e ao Poder Público sua defesa e preservação para as gerações futuras. Os parágrafos abordam o bem material como um todo composto de partes imprescindíveis e, ao mesmo tempo, autônomas, que devem ser protegidos;
- *Carta de Lausanne*. Redigida pelo Comitê Internacional para gestão do Patrimônio Arqueológico (ICAHM) em 1990, foi adotada pela Assembleia Geral do ICOMOS. Inspira-se nas cartas de Atenas e Veneza. É importante para o patrimônio arqueológico, pois trouxe uma visão adaptada às necessidades atuais de tutela do bem, considerando as obras e serviços que lhe causam os maiores e graves impactos. Portanto, atualmente é uma das bases mais sólidas para os princípios normativos aplicados no licenciamento ambiental. Em seu artigo 2.º, ela destaca que “o patrimônio arqueológico é um recurso cultural frágil e não renovável e que os planos de ocupação decorrentes de projetos desenvolvimentistas devem, em consequência, ser regulamentados, a fim de minimizar o máximo possível a destruição desse patrimônio”;

- *Decreto Federal nº 3.551 de 2000*. Instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.
- *Portaria IPHAN/MinC n. 230, de 17 de Dezembro de 2002 (Revogada pela IN 01/2015, mas passível de utilização devido a regra de transição existente na IN 01/2015)*. Define o escopo dos estudos arqueológicos a serem desenvolvidos nas diferentes fases de licenciamento ambiental. A portaria aprofundou a interface dos estudos arqueológicos e históricos no âmbito do licenciamento ambiental, compatibilizando os estudos arqueológicos com as fases de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO). Nela, foram explicitadas as exigências a serem cumpridas para os estudos, sempre em acordo com métodos tecno-científicos. Ainda que seja de conhecimento público a instituição da Normativa 001/2015, por se tratar de proposição de estudo que observa a categorização presente na Portaria 230/02, de acordo com o Termo de Referência exarado por este IPHAN para os estudos arqueológicos a ser realizados no empreendimento, será a referido portaria, o eixo condutor do projeto de pesquisa ora proposto.
- *Portaria interministerial 60/2015, de 24 de março de 2015*. De responsabilidade dos ministérios do Meio Ambiente, da Justiça, da Cultura e da Saúde, delibera sobre as competências de cada um dos agentes institucionais envolvidos no licenciamento ambiental e evoca sua condução pelos órgãos ambientais. Aponta o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN como responsável pela avaliação acerca da existência de bens acautelados identificados na área de influência direta da atividade ou empreendimento, bem como apreciação da adequação das propostas apresentadas para sua proteção e/ou salvamento. Nesse sentido, regulamenta a atuação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), da Fundação Cultural Palmares (FCP), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Ministério da Saúde. Estes estão incumbidos da elaboração de parecer em processo de licenciamento ambiental de competência federal, a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Em seu capítulo III, artigo 6, inciso III, aponta que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN – está responsável pela avaliação acerca da existência de bens acautelados identificados na área de influência direta da atividade ou empreendimento, bem como apreciação da adequação das propostas apresentadas para o resgate.
- *Instrução Normativa 01/2015, de 25 de março de 2015*. Compatibiliza o exposto na Portaria Interministerial 60/2015, para os estudos referentes a pesquisa arqueológica.
- *Portaria 137, de 28 de abril de 2016*. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio.

Focalizando a questão da metodologia e da práxis arqueológica, enfatizamos, uma vez mais, a necessidade de dissecar os modelos existentes, e assim limpamos nossas lupas e apontamos a realidade brasileira. Um esforço árduo, mais voltado, através da observação das particularidades,

a desenvolver metodologias mais assertivas e, menos agressivas ao contexto em análise para a obtenção de resultados, principalmente para a arqueologia realizada em áreas antigas, como representa o Centro Histórico Soteropolitano. Sem esquecer os seus múltiplos processos de ocupação, nem negligenciar os seus usos atuais, pessoas diferentes, cotidianos secularmente afastados (será? Aqui poderíamos discorrer sobre a continuidade das ações a partir da tradição, discussão essa que a arqueologia bem domina, mas esse seria um tema para desenvolvimento em outro artigo, seus complexos argumentos fariam fugir do nosso foco atual), mas que contam a continuidade de uma mesma história. A história da formação e desenvolvimento da cidade de Salvador e, em escala macro, do Brasil.

OS ATERROS DA CONCEIÇÃO DA PRAIA – UM ESTUDO DE CASO

A área onde está localizada a Rua da Conceição da Praia, no bairro do Comércio, pertence à área da mancha matriz da cidade de Salvador. A antiga Ermida, atual Catedral Basílica da Conceição da Praia e seu entorno, compõe um dos conjuntos arquitetônicos mais antigos da cidade, datado do século XVII.

Entretanto, apesar da relevância exposta pelo contexto histórico, na atualidade apresenta-se uma ausência significativa de produção científica abordando o desenvolvimento desta área. Produções estas que podem alicerçar o enaltecimento das questões atreladas ao patrimônio arqueológico e/ou edificado, por parte da população, através da extroversão e sensibilização à ideia de proteção, pertencimento e preservação.

No bojo desse entendimento foram direcionadas pelo IPHAN as ações arqueológicas que deveriam ser empreendidas conjuntamente com as ações de requalificação dos imóveis 32 e 34, inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, voltado para núcleos históricos.

A equipe de Arqueologia, no âmbito da pesquisa ao longo desses dois anos prospectou de forma intensiva as áreas que foram alvos das intervenções em subsolo. Essas intervenções localizaram um número expressivo de materiais arqueológicos que, conforme as primeiras análises em andamento remontam a camadas de aterramento formadas principalmente no século XIX.

Os processos de aterramento, desaterro, construções de taludes para contenção da encosta com lixo urbano, aliado à própria urbanização de toda a cidade do Salvador, fizeram proliferar os mais variados tipos de aterros na cidade, contexto no qual os sítios urbanos como as edificações da Rua da Conceição da Praia são testemunhas. Construindo e demolindo, a cidade se revigora, tendo em vista o triunfo desta ou daquela ideologia.

Sendo assim, o aterro constituiu-se para nós como um dos grandes artefatos arqueológicos, sobre o qual podemos nos debruçar não somente sobre a materialidade, mas também sobre os discursos, as ideologias, as práticas e o comportamento da sociedade.

Um dos objetivos perseguidos pela equipe, desde o princípio, foi o de tentar criar perguntas e hipóteses, associando-as aos diferentes momentos de ocupação das casas. Questões como: Que

tipo de descarte foi praticado no subsolo dos imóveis? Ações intencionais ou naturais teriam formado os depósitos arqueológicos ali inseridos? E a cultura material depositada? Quem descartou, produziu, consumiu?

Em se tratando de um estudo localizado na cidade e em um centro histórico, os caminhos percorridos pela pesquisa para responder ou mesmo fazer inferências sobre tais questionamentos seguiram os pressupostos da Arqueologia Urbana, considerando que o tecido urbano possui um sistema dinâmico e instável, resultado de sucessivas ocupações e expansões, onde buscamos uma leitura baseada no tempo e no espaço, tomando o objeto como igualmente mutante, interativo, expansivo e cultural. A Arqueologia Urbana se debruça sobre pertinentes questões quanto à funcionalidade dos sítios, são eles: unidade doméstica, lixeira coletiva e aterro que, como dito, se encontram com os questionamentos pensados antes do início das atividades.

Compreende-se a unidade doméstica como uma estrutura que relaciona os mais variados vestígios e espaços em uma unidade de assentamento e a integra à cidade e sua periferia (Tocchetto, 2004). O estudo destes sítios dá visibilidade a elementos importantes contidos no comportamento daqueles que habitaram ou transitaram pela residência (Symanski, 1997).

Em todas as sondagens analisadas observamos vestígios arqueológicos muito fragmentados, somado aos registros históricos que apontam que o terreno sob o qual estão construídos os imóveis sempre esteve ocupado por construções, mesmo não sendo semelhante ao atual parcelamento dos lotes.

Podemos destacar, ainda, que o lixo produzido pelos moradores dos imóveis deveria estar sendo descartado em outros locais, diante mesmo do discurso e da vigilância crescente com a higiene a partir de meados do século XIX após a eclosão de grandes epidemias em Salvador, como a cólera e a febre amarela.

Já os aterros, são evidências de que ações antrópicas modificaram o ambiente natural, além de guardarem vestígios do passado, ainda que separados do seu contexto original. Os cortes e aterros foram e continuam sendo umas das atividades mais corriqueiras e intensas a causarem modificações nos solos de áreas urbanas. A adição de materiais externos é caracterizada por resíduos de construção civil (reformas, demolições, etc.), e lixo doméstico como metais, vidros, madeiras, tecidos, tijolos e materiais orgânicos variados.

Esta funcionalidade foi evidenciada em toda a área analisada. Muito ou pouco espesso, acima da camada geológica natural, auxiliando no combate à umidade intensa naquela área, formando degraus para conter a encosta tão impactada pelas ações antrópicas, sempre há aterramento, pois apenas com este foi possível edificar prédios e permitir a expansão urbana.

Em outra direção, um estudo crítico dentro da Arqueologia Urbana pode dialogar com os registros históricos que apontam os desastres ocorridos na cidade, considerando a resposta humana a esses riscos. (Costa, 2005; Souza, 2010). Ações antrópicas como a abertura de caminhos e ladeiras, fizeram a encosta perder parte de sua cobertura natural. Esta ocupação gerou grandes deslizamentos

que vitimaram várias pessoas ao longo dos séculos. Isto forçou as autoridades a construir reforços na montanha, cujos vestígios estão presentes até os dias atuais.

Estes eventos também podem ter gerado volume de terra e entulho que serviu ao grande aterramento empreendido na cidade baixa, mas também destinado aos projetos particulares de ocupação de áreas.

Assim, a análise dos diversos materiais e elementos componentes das estruturas de alvenarias de paredes e fundações localizados, nos comunicam os diversos usos destes casarões ao longo do tempo.

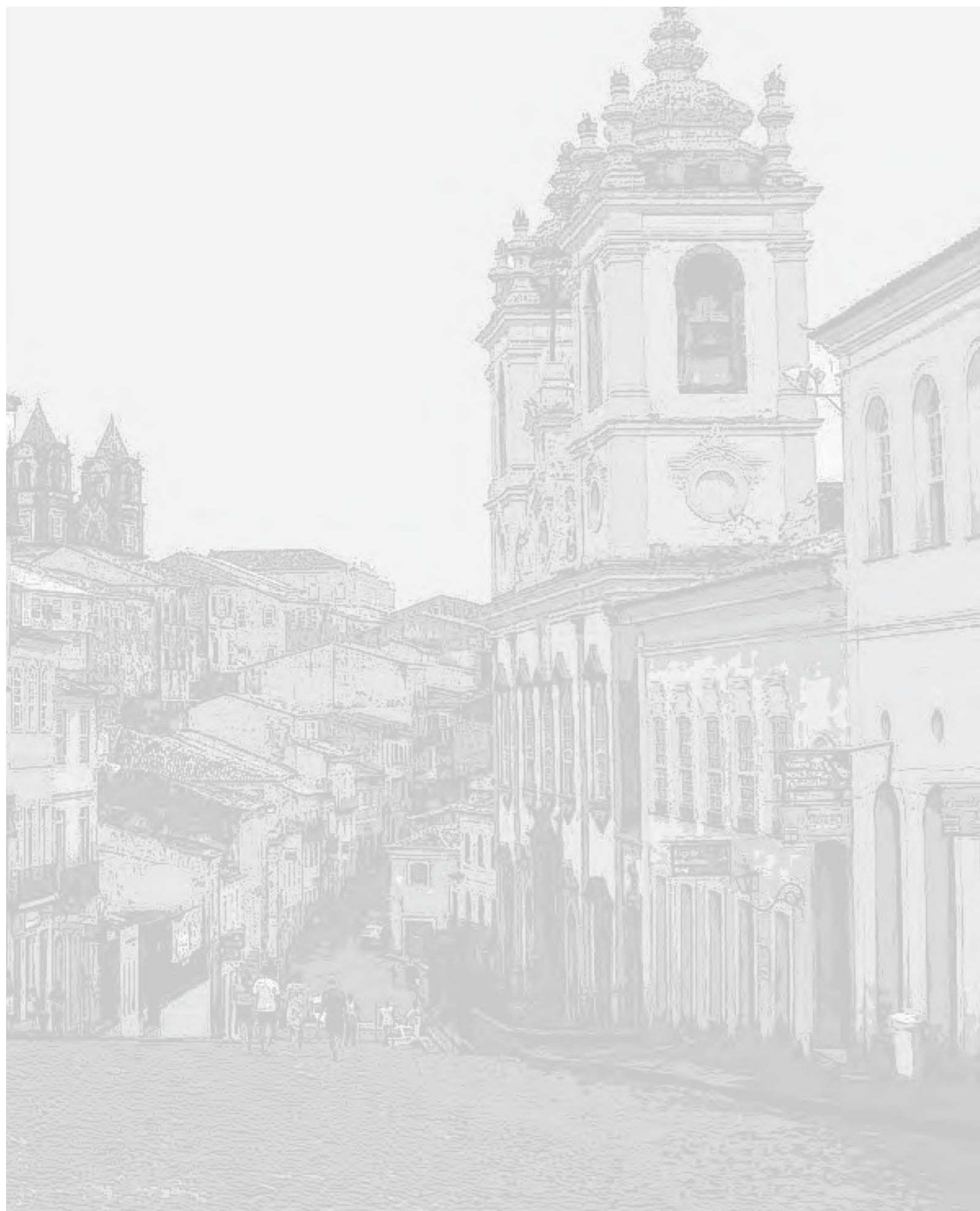
CONSIDERAÇÕES FINAIS

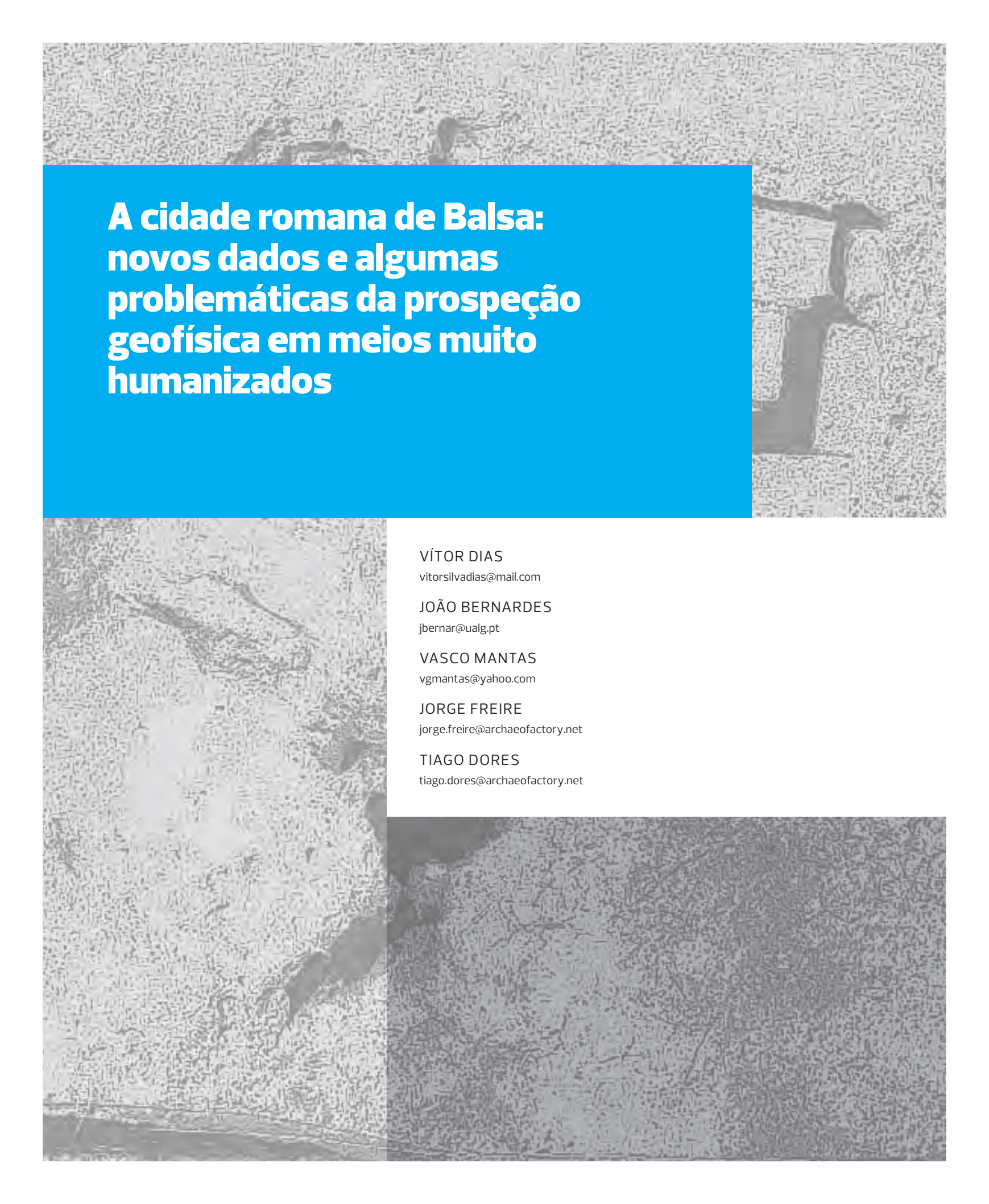
Apesar das mudanças incutidas na Arqueologia Brasileira, nos últimos 20 anos, graças a associação entre Arqueologia e Meio Ambiente, o que em seu caráter mais positivo, se ressalta o crescimento exponencial da quantidade de estudos arqueológicos realizados no país, com ecos no volume de contextos de interesse arqueológico observados como sua consequência direta, enfatiza-se ainda que em outros aspectos a arqueologia no país ainda engatinha: a falta de padronização de currículos para a formação de profissionais, o desenvolvimento de metodologia própria elaborada a partir da experiência empírica brasileira e o volume reduzido de publicações decorrentes da realização desses estudos, são aos nossos olhos, os aspectos mais negativos desse novo momento de estudo arqueológico.

Estamos longe de termos instrumentos normativos mais específicos sobre padrões a serem seguidos durante a realização do estudo, bem como ainda nos encontramos apartados das discussões sobre as questões éticas a serem evocadas, aceitas e aplicadas por todos os arqueólogos no Brasil, seja ela de origem acadêmica e/ou preventiva. Entretanto, entendemos que a consolidação da Arqueologia no país é algo ainda muito recente, e que essas bases devem servir como foco direcionador para as novas (e porque não velhas) gerações de pesquisadores, acatando a multidisciplinaridade e permeabilidade característica desta ciência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, Rossano; SOUZA, Marise Campos de; GALLO, Haroldo. *Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico*. Superintendência Regional do IPHAN – SP, São Paulo, 2010.
- BEZERRA DE MENEZES, U.A. "New Archaeology": A Arqueologia como Ciência. In: *Diálogos sobre a Arqueologia*. Terceira Série, Ano 1, n.º 1, 1983.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, de 5 de outubro de 1988.
- DECRETO–LEI n.º 99.274, de 6 de junho de 1990.
- FUNARI, P. P. A. *Arqueologia*. São Paulo: Vozes, 1988.
- FIORILLO, C. A. P. *Curso de Direito Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2007.
- GASPAR, M. D. História da construção da Arqueologia *Histórica brasileira*. In: *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia – USP*, São Paulo, n.º 13, 2003.
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Disponível em: < www.ibama.gov.br />. Acesso em: 14 de maio de 2016.
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <www.iphan.gov.br >. Acesso em: 14 de maio de 2016
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: < www.ibge.gov.br>. Acesso em: 16 de maio de 2016.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA IPHAN n.º 001, de 25 de Março de 2015.
- LEI FEDERAL n.º 3.924, de 26 de Julho de 1961.
- LEI FEDERAL n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981.
- MACHADO, P. A. L. *Direito Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2001.
- MACMANAMON, F. "Discovering sites useen". In: M. SHIFFER (org). *Advances in Archaeological Method and Theory. Selections for Students from*. Nova Iorque: Academic Press, p. 223–292, v. 4, 1984.
- MILARÉ, E. *Direito do Ambiente*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- PORTARIA SPHAN n.º 07, de 01 de Dezembro de 1988.
- PORTARIA IPHAN n.º 230, de 17 de Dezembro de 2002.
- PORTARIA IPHAN n.º 127, de 30 de Abril de 2009.
- PORTARIA INTERMINISTERIAL n.º 419, de 26 de Outubro de 2011.
- PORTARIA INTERMINISTERIAL n.º 60, de 24 de Março de 2015.
- PROUS, A. *Arqueologia brasileira*. Brasília: UnB, 1991.
- RESOLUÇÃO CONAMA n.º 001, de 23 de Janeiro de 1986.
- RESOLUÇÃO CONAMA n.º 237, de 19 de Dezembro de 1997.
- RENFREW, C. A nova Arqueologia. In: *O Correio da UNESCO*. Set., ano 13, n.º 9, 1985.
- SYMANSKI, L. C. *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- SOARES, I. V. P. *Proteção Jurídica do Patrimônio Arqueológico no Brasil*. Erechim: Habilis, 2007.
- SOUZA, M. A. Entre práticas e discursos: a construção social do espaço no contexto de Goiás do século XVIII. In: M. X. SENATORE; A. ZARANKIN, *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: Cultura Material, discursos e práticas* (pp. 63–86). Buenos Aires: Ediciones del Tridente, 2002.
- SOUZA, R. d. *Louça branca para a Paulicéia: arqueologia histórica da Fábrica de Louças Santa Catharina/IRFM – São Paulo e a produção nacional de faiança fina (1910–1937)*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). São Paulo: USP, 2010.
- TOCCHETTO, F. A arqueologia da cidade: reflexões e propostas para Porto Alegre. In: *Anais do IX Congresso de Arqueologia Brasileira*, (p. 11), 2004.
- *Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre moderna oitocentista*. São Leopoldo: Oikos, 2010.
- TRIGGER, B. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odysseus, 2004.





A cidade romana de Balsa: novos dados e algumas problemáticas da prospeção geofísica em meios muito humanizados

VÍTOR DIAS

vitorsilvadias@mail.com

JOÃO BERNARDES

jbernar@ualg.pt

VASCO MANTAS

vgmantas@yahoo.com

JORGE FREIRE

jorge.freire@archaeofactory.net

TIAGO DORES

tiago.dores@archaeofactory.net

RESUMO Entre maio de 2016 e maio de 2017 efetuaram-se trabalhos arqueológicos na antiga cidade romana de Balsa, sítio arqueológico classificado, situado nas proximidades de Luz de Tavira. Foram feitas prospeções arqueológicas sistemáticas, prospeções geofísicas e sondagens arqueológicas numa vasta área. Após uma breve introdução à importância e potencial do sítio arqueológico, objeto de destruições várias, apresentam-se os resultados do trabalho de campo desenvolvido, privilegiando-se a contextualização geoespacial dos dados arqueológicos, sendo posteriormente abordada a informação crono-estratigráfica. Esta sequência é ditada pela coerência metodológica aplicada e resultados obtidos, pela escala das áreas sondadas face ao possível território da cidade de Balsa, e pela elevada relevância arqueológico-patrimonial do sítio. Finalmente, abordam-se algumas problemáticas decorrentes da aplicação dos diferentes métodos geofísicos em sítios urbanos abandonados, mas com um intenso uso agrícola dos solos ao longo de mais de um milénio, como é o caso dos terrenos onde se implantou a antiga cidade romana de Balsa.

PALAVRAS CHAVE Urbanismo romano; métodos geofísicos; georadar; prospeção geomagnética.

ABSTRACT *The Roman city of Balsa: new data and some problems of geophysical prospecting in very humanized environments.* From May 2016 to May 2017, archaeological work was carried out in the ancient Roman city of Balsa, a classified archaeological site located in the vicinity of Luz de Tavira. Systematic archaeological surveys, geophysical surveys and archaeological surveys were conducted in a large area. After a brief introduction to the importance and potential of the archaeological site, object of several destructions, we present the results of the developed field work, focusing on the geospatial contextualization of the archaeological data, being later approached the chronostratigraphic information. This sequence is dictated by the methodological consistency applied in the terrain and results obtained, by the scale of the areas probed in relation to the size of the territory of the city of Balsa, and by the high archaeological-patrimonial relevance of the site. Finally, an approach is taken to some problems arising from the application of the different geophysical methods in abandoned urban sites, but with an intensive agricultural use of the soils for more than a millennium, as is the case of the lands where the old Roman city of Balsa was implanted.

KEY WORDS Roman urbanism; geophysical methods; GPR; Geomagnetic prospecting.

1. BALSA, CIDADE ROMANA DA LUSITÂNIA

O sítio arqueológico denominado como Estação arqueológica Romana da Luz – Balsa, correspondendo a uma importante ocupação urbana situada na Quinta da Torre d'Aires, em Luz de Tavira. Correspondia a uma antiga cidade romana referida nas fontes clássicas e identificada em 1866 por Estácio da Veiga. Desde então têm sido múltiplos os achados de artefactos e estruturas que vão do século I a.C. ao século VII (Viegas, 2011: 261 e seg.).

A longa historiografia do sítio encontra-se intimamente relacionada com a própria evolução da arqueologia portuguesa, em particular com o conhecimento da arqueologia romana da Lusitânia no

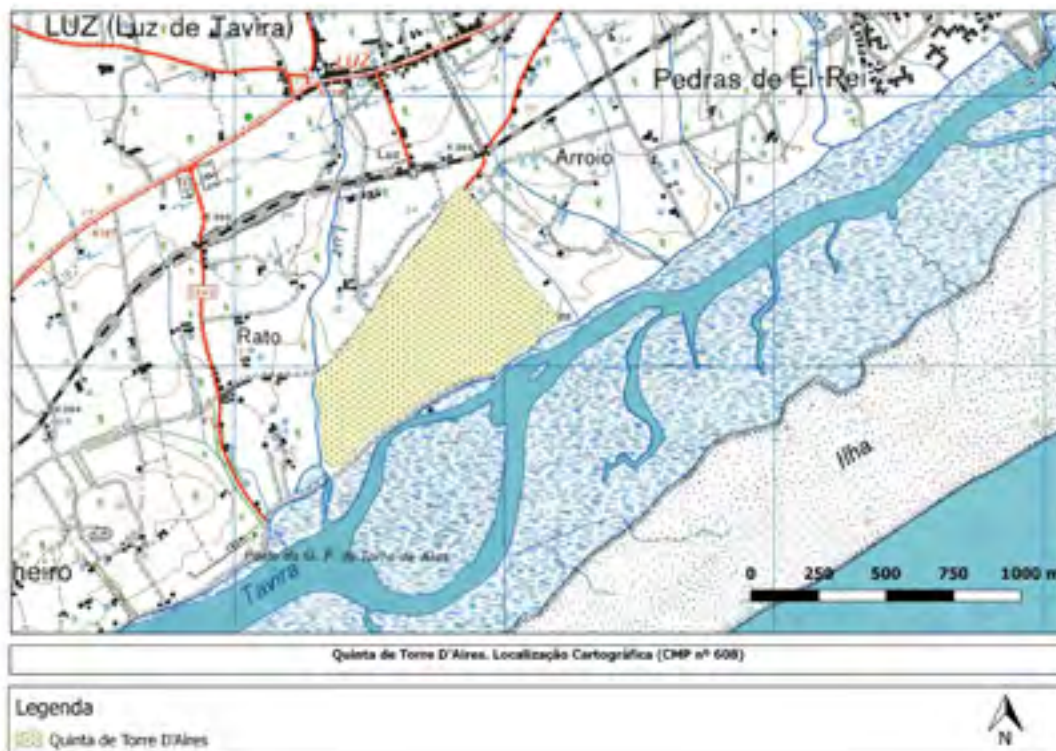


FIG. 1 Quinta de Torre D'Aires. Localização cartográfica (C.M.P. n.º 608).

atual território português. As primeiras referências a Balsa são indissociáveis do arqueólogo algarvio Sebastião Estácio da Veiga, cujos trabalhos não deixam dúvidas sobre o potencial arqueológico da área compreendida entre Santa Luzia e Luz de Tavira. São referidas por este autor cetárias, necrópoles, edifícios com mosaicos, balneários e condutas de água.

A “opulenta Balsa”, segundo palavras de Estácio da Veiga (1866), tem a sua prosperidade documentada através de diversas fontes. A numismática e a epigrafia, neste particular, fornecem sólidos e esclarecedores contributos. A representação de atuns, navios e o possível culto a Baal (Gomes e Gomes, 1981/83: 163; Mantas, 1990; Maia, 2008: 231), juntamente com a legenda *BALS*, testemunham a capacidade produtiva na iconografia da cidade.

As fontes epigráficas (Encarnação, 1984) fornecem diversa informação social, administrativa e quotidiana (séculos I e III), destacando eventos que pressupõem a edificação de diversos equipamentos públicos e confirmando o estatuto de município através de expressões como *R(es) P(ublica) BALS [ENSIVM ?]*. Conhecem-se, graças à epigrafia, vários balsenses como Tito Rutilio e Tito Mânlio Faustino (magistrado), inscritos na tribo Quirina, ou *Annius Primitivus* que terá promovido um evento público em honra da Deusa Fortuna Augusta oferecendo aos seus conterrâneos um combate de pugilismo e um espetáculo de barcas. A epigrafia testemunha ainda a acção de dois cidadãos beneméritos na edificação do circo (IRCP, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80).

A importância e prosperidade de Balsa, de acordo com os padrões da sociedade romana, é inquestionável como comprovam a qualidade e diversidade dos seus materiais arqueológicos (Nolen, 1994; 1997; Santos, 1972; Viegas, 2006). Se a prosperidade romana de Balsa é ausente de contestação, já a origem pré-romana do topónimo e a localização das origens do burgo, suscita discussão entre os investigadores. Convirá recordar que os indicadores cerâmicos não registam cronologia anterior a meados/ finais do século I a. C. (Viegas, 2011: 289), balizando, segundo Fabião, Arruda e Viegas o início da ocupação de Balsa na Quinta de Torre d'Aires, na primeira metade do século I a. C. (Arruda, 2003: 52; Fabião, 1999: 37). Entendem estes autores que Balsa primitiva estaria localizada em Tavira ou no Cerro do Cavaco e que terá sido deslocizada na primeira metade do século I a. C. de forma organizada e administrativa. A origem romana ou pré-romana do sítio carece todavia de verificação, nomeadamente através de pesquisa continuada na colina da Torre d'Aires, núcleo central da cidade romana (Bernardes, 2004; 2010b). É certo que o sítio já tem sido investigado, mas sempre com intervenções pontuais e dispersas, com autores e metodologias diversas como as que ocorreram entre 1948 até 2007.

Destacam-se os trabalhos de prospeção e sondagens arqueológicas desenvolvidos em 1977, por Fernando Bandeira Ferreira, Manuel Maia, Maria Maia e Víctor Gonçalves que permitiram a localização de várias estruturas, entre as quais um pequeno núcleo de cetárias em mau estado de conservação, e bastante material cerâmico; os ainda trabalhos de prospeção e registo de ocorrências arqueológicas de superfície levados a cabo pela arqueóloga do Parque Natural da Ria Formosa Cristina Garcia (1989); ou os trabalhos de escavação arqueológica realizados na sequência da prospeção que detetaram "uma conduta de água em *opus incertum*, ... e cetárias constituídas por paredes em *opus incertum*" (Maia e Maia, 1978).

Salientam-se igualmente os estudos de espólio cerâmico em depósito no Museu Nacional de Arqueologia e no Museu Municipal de Tavira, proveniente das escavações de 1977, desenvolvido por Catarina Viegas, no âmbito do projeto da Câmara Municipal de Tavira e da Rede Portuguesa de Museus. Os objetivos deste estudo de materiais centraram-se no reconhecimento da evolução do perfil de consumo de *Terra sigillata* e sua distribuição cronológica, bem como no conhecimento do perfil dos mercados abastecedores de produtos alimentares transportados em ânforas desde finais do século I a. C. até os séculos VI-VII, época de abandono do sítio (Viegas, 2011). O estudo de 243 ânforas possibilitou atestar que a cronologia de cerca de 44,7 % destes recipientes corresponde ao Baixo Império, registando-se um valor ligeiramente superior para o Alto Império. Sintomático é o elevado número das importações, revelando a dimensão de cidade portuária, expresso na percentagem de 93,4% das 136 ânforas datáveis do Alto Império (Viegas, 2011: 359).

Apesar de um acumular de informação desde o século XIX, constatando-se a importância patrimonial do local e da região, as destruições do sítio arqueológico foram recorrentes ao longo do século XX. Nas últimas décadas, tem havido uma maior atenção para com o sítio, classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 26-A/92, DR, 1.ª Série-B, n.º 126 de 1/06/1992,

com Zona Especial de Proteção instituída pela Portaria n.º 516/2011, DR, 2.ª série, n.º 81 de 27 de abril, atualmente (2018) em fase de expansão. Todavia a extensa atividade arqueológica que se tem registado no Algarve nas últimas décadas, tem passado ao lado desta antiga cidade romana (Bernardes, 2010a).

2. TRABALHOS DE CAMPO DE 2016 E 2017

Na sequência de um projecto agrícola para os terrenos da Quinta da Torre d'Aires, onde se localizava o centro do antigo burgo romano, foram desenvolvidos trabalhos arqueológicos pela empresa Archaeofactory Lda., sob coordenação científica de João Pedro Bernardes, da Universidade do Algarve, e de Vasco Gil Mantas, da Universidade de Coimbra. De acordo com o Caderno de Encargos então elaborado pela Direção Regional de Cultura do Algarve, os trabalhos assentaram numa metodologia que se iniciou com a prospeção arqueológica sistemática do sítio (2016), na prospeção geofísica desenvolvida por Helmut Becker e Cornelius Meyer (2016) e em quatro sondagens arqueológicas (2017), que pretenderam fazer uma caracterização arqueológica e patrimonial da área intervencionada, aferindo e validando os dados compilados e interpretados durante as prospeções sistemática e geofísica.

Depois de analisados os resultados da prospeção geofísica, numa primeira fase efetuados por Becker Archaeological Prospection e posteriormente por Eastern Atlas, selecionaram-se os locais a sondar com base nos resultados mais relevantes da interpretação dos dados de geofísica [cfr. FIGS. 9–12].

2. 1. PROSPEÇÃO SISTEMÁTICA

A prospeção arqueológica do sítio arqueológico foi concretizada em toda a propriedade sem se proceder à recolha total de artefactos arqueológicos de superfície. Deste modo pretendeu-se alcançar uma perspetiva, o mais global possível, da ocupação na área a investigar a partir dos dados de superfície e, simultaneamente, permitir comparações da fisiografia, de contextos sedimentares e da densidade de materiais arqueológicos identificados. Nesta área alvo o terreno foi observado minuciosamente com passagens sucessivas espaçadas de 5 metros, sendo este o padrão seguido em toda a zona para a definição do grau e detalhe da observação da superfície. Foram igualmente identificados e localizados os edifícios de apoio agrícola de cronologia contemporânea. Pretendeu-se deste modo não ignorar a longa diacronia do território prospectado e compreender melhor e integrar todas as ações antrópicas da área em estudo.

FIG. 2 Localização das sondagens arqueológicas e das áreas prospectadas com MAG e GPR.





FIG. 3 Áreas com maior concentração de materiais arqueológicos.

FIG. 4 Limite SW do fórum (?) e blocos de *opus caementicium* na encosta.



Destacaram-se da prospeção arqueológica duas áreas de maior densidade de fragmentos cerâmicos, localizadas imediatamente a oeste das casas abandonadas da Quinta da Torre d'Aires, principalmente na pendente topográfica que contacta com a Ria Formosa. Nestas zonas com mais vestígios relevantes à superfície, foi possível registar à superfície uma coerente frequência e preponderância de fragmentos de materiais anfóricos e de recipientes de armazenamento [cfr. FIG. 4]. Esta frequência não regista consistência tão coerente, em mais nenhuma zona da propriedade. Os fragmentos cerâmicos chegam a ter uma densidade média por vezes de 4 a 6 fragmentos cerâmicos por m^2 , ou mesmo de mais de 30 a 35 fragmentos cerâmicos por $10 m^2$.

O índice de visibilidade não variou consideravelmente ao longo da área, registando visibilidade média para estru-

ras e média/baixa para artefactos, condicionada pelas sucessivas e profundas terraplanagens e lavras das práticas agrícolas. As características da paisagem apresentaram solo regularizado (tipo: areias, calcários, siltes e argilas), terraplanado e lavrado com maquinaria pesada com propósitos agrícolas e com vegetação rasteira. Esta matriz regular e terraplanada da zona, particularmente da área a norte das casas da Quinta, resulta da grande afetação da área arqueológica consumada nas últimas quatro décadas, acompanhando a gradual e progressiva mecanização dos procedimentos e práticas agrícolas.

Os resultados da prospeção confirmaram a existência de diversos fragmentos cerâmicos de cronologia romana, de tipologia e origem diversas: cerâmica comum, *Terra sigillata*, ânforas, almofarizes, etc., oriundos da *Baetica*, Hispânia, Itália ou África.

Identificaram-se ainda, onde se localizam as casas da Quinta de Torre d'Aires, sinais claros de estruturas murais possivelmente associadas à grande praça pública do fórum, de sentido N-S e W-E

(ponderando a declinação magnética), divergindo da orientação estrutural dos alicerces do casario moderno/contemporâneo (Dias e Freire, 2016: 33–35).

A elevação onde ocorrem estas estruturas indicia ter sido pensada e modelada em época romana. A análise topográfica e os grandes blocos de *opus caementicium* identificados na encosta que desce para a ria Formosa apontam para o carácter antrópico dos patamares edificados em socialco, ainda que parcialmente camuflados pelo escorrimento e deposição de sedimento. No entanto, não restam dúvidas quanto à cronologia romana (matéria-prima e método construtivo) das estruturas identificadas e ao divergente alinhamento em relação ao edificado contemporâneo que, numa análise preliminar e meramente visual (que carece obviamente de escavações arqueológicas para aferição), aparenta assentar nos níveis fundacionais romanos.

2. 2. PROSPEÇÃO GEOFÍSICA E LOCALIZAÇÃO DAS SONDAGENS

As prospeções geofísicas sistemáticas foram realizadas na zona onde a prospeção de superfície assinalava maior densidade de vestígios e que visava, por isso mesmo, avaliar o potencial arqueológico desta área agrícola. A prospeção geofísica teve por base uma quadrícula de referência georreferenciada com pontos fixos do sistema geodésico português, projetada sobre o terreno numa malha de 20×20 m. Seguiram-se os trabalhos de prospeção geomagnética (MAG) e de prospeção por georadar (GPR) com registo de medições a intervalos regulares de 0,25×0,5 m. Foi usado magnetómetro configurado em gradiómetro. Confrontados os resultados dos dois métodos foi efetuada uma interpretação vetorizada dos dados resultantes da prospeção geofísica com a identificação das áreas edificadas, muralhas, vias, pátios, praças e outras estruturas características do urbanismo romano. Escolheram-se de seguida 4 locais onde incidiriam as sondagens arqueológicas que estiveram sempre intrinsecamente ligados aos resultados da prospeção geofísica.

Os locais selecionados pretenderam ser espacialmente distribuídos, tentando aferir os resultados da interpretação geofísica. Assim sendo a sondagem 1 pretendeu aferir os dados geofísicos cuja interpretação validava a presença de uma via e estruturas murais *grosso modo* edificadas de forma paralela à Ria Formosa e com aparente continuidade para a propriedade vizinha, localizada a sotavento [cfr. FIG. 6].

Na sondagem 2, demonstrou-se pertinente verificar a existência de uma grande estrutura mural interpretada pelos dados da geofísica. A apreciável dimensão e o facto de se implantar em "L" nos sentidos N-S e O-E, desenvolvendo-se em direção às cotas mais elevadas, foi igualmente valorizado como pertinente para tentar obter informação sobre a relação estabelecida entre assimetrias altimétricas.

O local definido para a sondagem 3, foi o único que não teve em consideração dados diretamente obtidos pela geofísica, mas sim, pela prospeção arqueológica sistemática. Neste caso os resultados de superfície que indicavam a ocorrência de sepulturas foram suficientes para validar a conveniência de sondagens arqueológicas [cfr. FIG. 7].

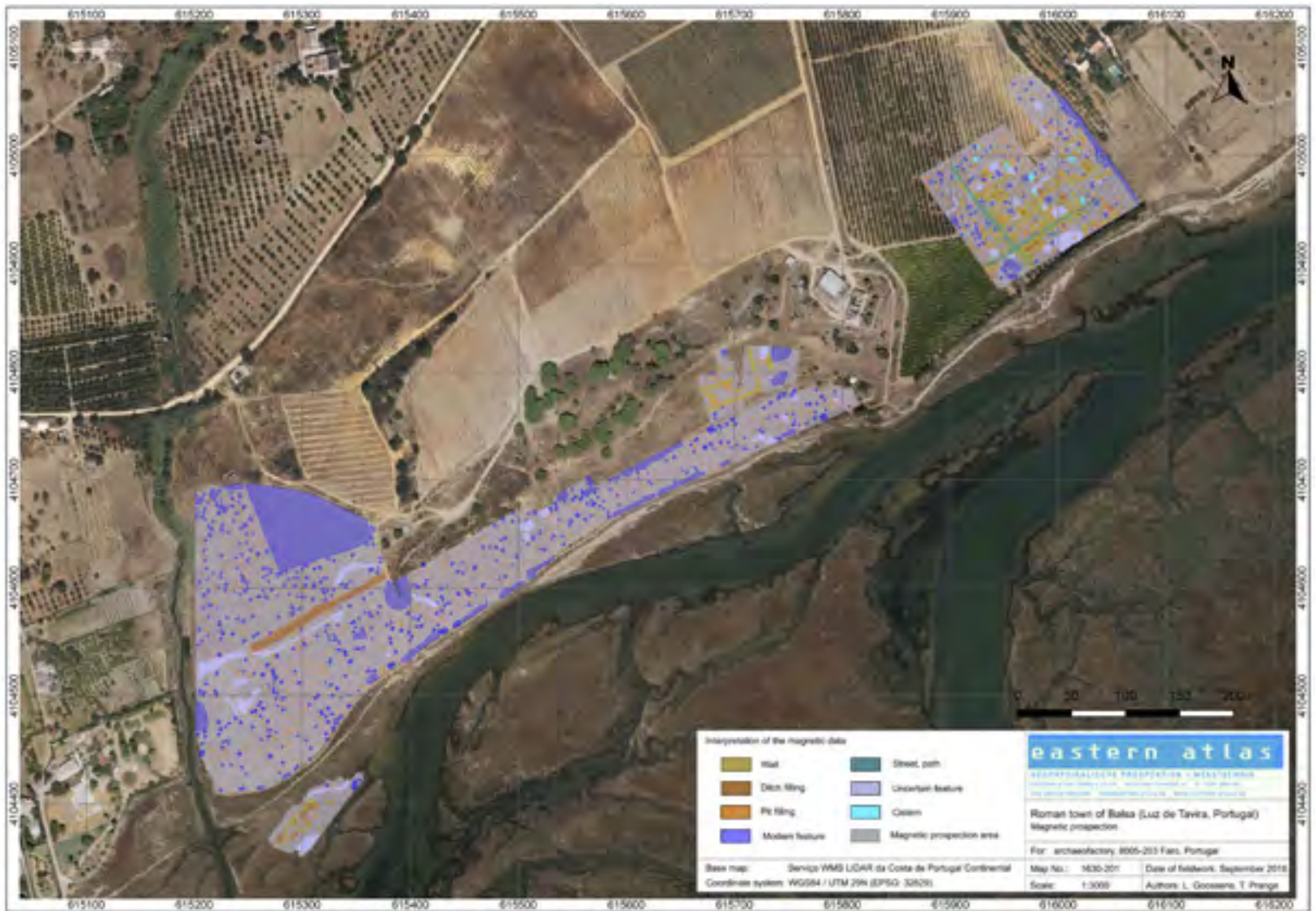


FIG. 5 Interpretação dos dados de prospeção geofísica (MAG e GPR).

A sondagem 4, localizada no extremo oeste da propriedade, foi desde o início da análise dos dados de prospeção geofísica o local que se afigurou como mais promissor, dado indiciar a presença de anomalias relacionadas com alinhamentos ortogonais de grande dimensão atualmente localizados em meio húmido que poderiam estar relacionados com infraestruturas portuárias.

Os resultados destas sondagens, como veremos de seguida, documentaram a presença de níveis arqueológicos preservados, que credibilizam não só os dados geofísicos previamente obtidos, como a existência de estruturas relativamente bem preservadas pertencentes à antiga cidade romana de Balsa (cfr. Dias e Freire, 2016, 33–35).



FIG. 6 Interpretação dos dados de GPR. Local de implantação da sondagem 1.



FIG. 7 Localização das sondagens e dos dados de prospeção geofísica (MAG e GPR).

2.3. SONDAGENS ARQUEOLÓGICAS

O considerável distanciamento registado entre a implantação das quatro sondagens [cfr. FIGS. 3, 7] inviabilizou qualquer comparação relacionada com o índice de afetação das diversas estruturas arqueológicas. Não só o enquadramento geomorfológico é distinto, como o uso do solo ao longo das últimas décadas registou práticas muito dispare, intensificando as dissemelhanças entre elementos caracterizadores das quatro áreas alvo de sondagem arqueológica.

2.3.1. SONDAGEM 1

O registo arqueológico confirmou a interpretação da prospeção geofísica, reiterando a orientação e localização das vias sugeridas [cfr. FIG. 6], bem como a presença de estruturas murais e níveis fundacionais de cronologia romana.

A combinação dos dados obtidos pelos diversos métodos sugere forte potencial a toda esta área, apontando para a continuidade das estruturas e vias na propriedade situada a sotavento da extrema da Quinta de Torre d'Aires 1 [cfr. FIGS. 5 e 6].

A sequência estratigráfica da sondagem 1 documenta essencialmente dois grandes momentos. O primeiro, de afetação mecânica contemporânea correspondendo a longas e continuadas ações de aterro/terraplanagem com recurso a maquinaria pesada [cfr. FIG. 9]. O segundo, regista estruturas

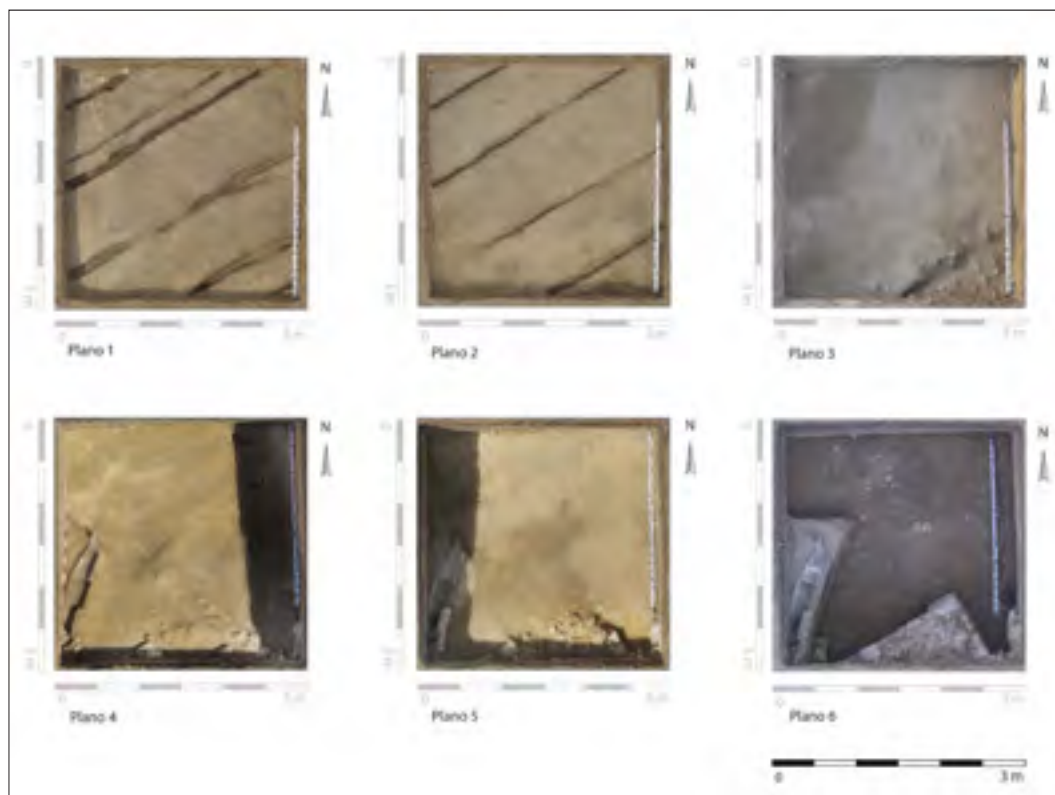


FIG. 8 Registo fotogramétrico da sondagem n.º 1 (modelagem 3D/planimetria).

murais de cronologia romana afetadas mecanicamente no seu topo e bem preservados na sua base fundacional e arranque estrutural.

Merece especial destaque a orientação W-E da via identificada na prospeção geofísica, quer por Becker, quer por Cornelius, e igualmente reconhecida através da sondagem arqueológica [cfr. FIGS. 6, 8, 9, 10]. Pertinente é também a menção à canalização tardia registada, cujo pendente e orientação se dirige no sentido da Ria Formosa (*grosso modo* no sentido N-S). Apesar de truncada no registo arqueológico situa-se numa cota bastante superior à da via cruzando esta infraestrutura, indiciando que terá sido construída num momento em que a via já não teria a sua funcionalidade original.

Como se poderá verificar pelo registo arqueológico [cfr. FIG. 10] o cunhal da estrutura mural e a relação que estabelece com a via certifica a presença/localização de um cruzamento, coincidindo e confirmando a interpretação dos dados da prospeção geofísica. Os limites da cidade romana de Balsa aparentam, pois, continuar para sotavento, não terminando nos contornos da propriedade da Quinta de Torre d'Aires.

Nas unidades mais superficiais registaram-se fragmentos cerâmicos de reduzida dimensão e bastante rolados, essencialmente de *terra sigillata*, lucernas, ânforas e cerâmica comum. O grau de fragmentação das cerâmicas reflete as continuadas práticas agrícolas.

FIG. 9 Registo gráfico dos perfis da sondagem n.º 1.

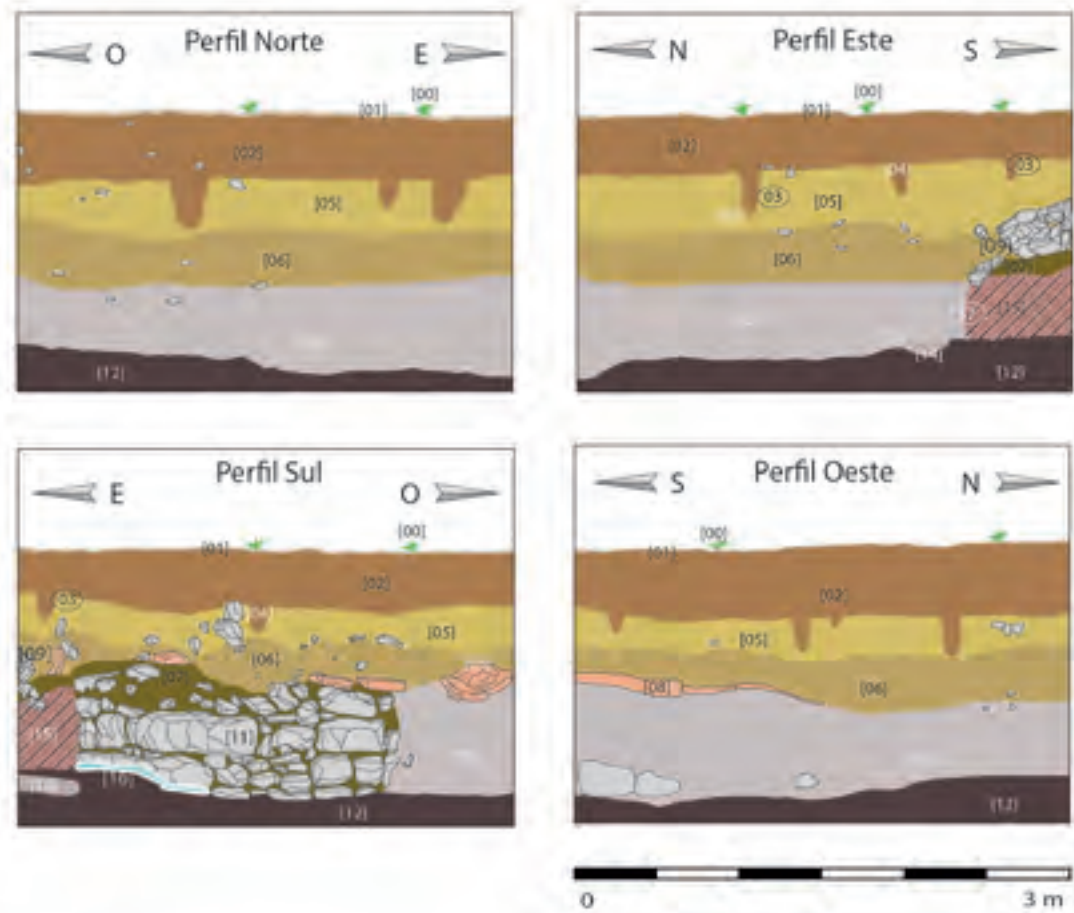


FIG. 10 Plano final da sondagem n.º 1.



2.3.2. SONDAGEM 2

A localização da sondagem 2 permitiu aferir a presença de uma grande estrutura mural detetada na geofísica e cujo comprimento no sentido W-E se aproxima dos 53 metros e, no sentido S-N, dos 13 metros. Apesar de muito afetada, a comprida estrutura foi parcialmente identificada nos seus níveis fundacionais, o que se verificou coerente com o registo geofísico. A estratigrafia documenta revolvimentos nos níveis mais superficiais, resultado de prováveis ações mecânicas.

Os sedimentos desta sondagem demonstraram ser mais arenosos quando confrontados com o teor argiloso das camadas da sondagem 1. Também o espólio, caracterizado por uma forte presença de fragmentos anfóricos e datável sobretudo do Alto Império, é globalmente diferente.

2.3.3. SONDAGEM 3

A localização da sondagem 3 foi a única que não seguiu critérios baseados nos dados prévios de geofísica, mas sim da prospeção sistemática de superfície. Na área sondada foi possível identificar, na sequência combinada do movimento erosivo de águas pluviais e do desnível topográfico, alinhamentos de vários *lateres*. Não tendo esta área, analisada por Becker, registado resultados geofísicos associados a ocorrências arqueológicas, mostrou-se imperioso aferir estes dados. As características desta realidade sedimentar e do registo arqueológico que embala, atestam algumas naturais e reconhecidas fragilidades metodológicas, quer da prospeção geofísica (gradiometria), quer da prospeção sistemática.

A sondagem de 3x5 m revelou duas sepulturas romanas (século III/IV?) em caixa, de morfologia retangular, edificadas com lateres e orientadas *grosso modo* segundo a orientação O-E. Destaca-se a elevada destruição de ambos os sepulcros, parcialmente escavados no sedimento geológico, e a ausência de espólio associado.

A exemplo do que foi possível contactar em quase toda a propriedade o uso de maquinaria também aqui está bem visível. Toda a área envolvente foi alterada pela abertura mecânica de uma

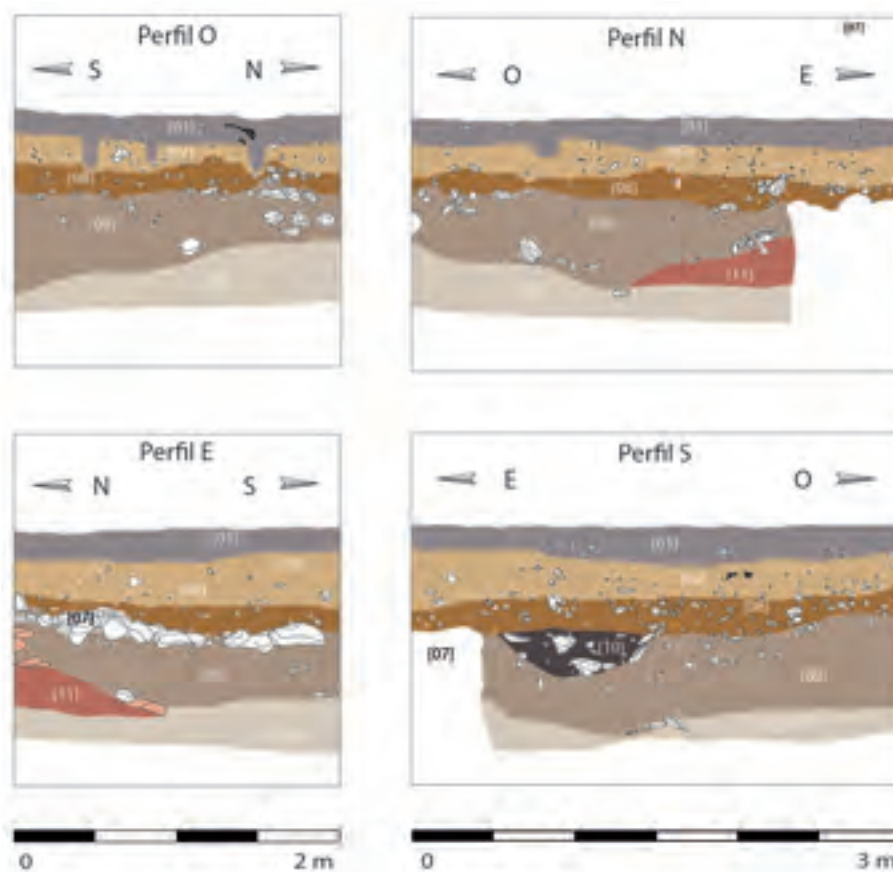
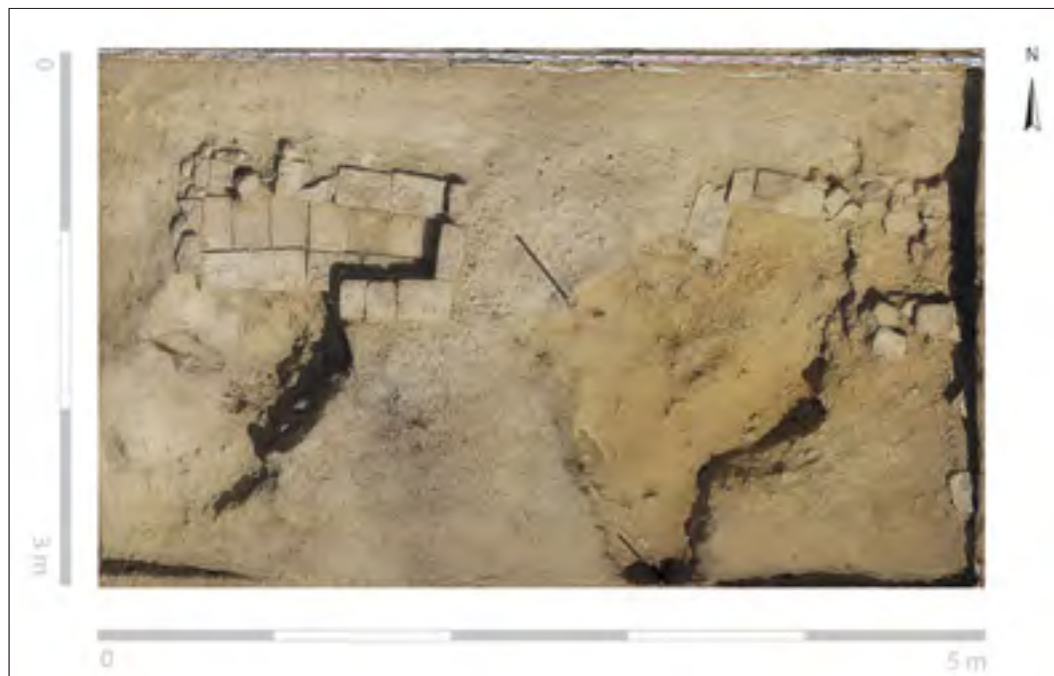


FIG. 11 Registo gráfico dos perfis da sondagem n.º 2.

FIG. 12 Registo fotogramétrico da sondagem n.º 3 (modelagem 3D/planimetria).



longa (c. 80–85 metros), larga (c. 3–5 metros) e profunda (c. 1,4–1,7 metros) vala, localizada ligeiramente a sul da sondagem, e que alterou por completo a topografia da área intervencionada e da implantação da necrópole. O próprio desnível topográfico que se regista no interior da sondagem é parte integrante desta ação mecânica, cujo objetivo foi o escoamento de águas pluviais, que confluem para uma manilha de betão, localizada a O, junto de uma cisterna de cronologia indeterminada.

2.3.4. SONDAGEM 4

A sondagem 4, depois de verificados os resultados da prospeção geofísica, foi de todas as sondagens aquela onde depositávamos maiores expectativas quanto à possibilidade da ocorrência de estruturas arqueológicas. Os resultados da prospeção geofísica documentam anomalias de consideráveis proporções, em grande parte coincidentes com anteriores análises da fotografia aérea (Mantas, 2003: 88; Mantas, 2016: 36) e com a interpretação duma possível estrutura mural de dimensões apreciáveis (10 m largura × 30 m comprimento) [cfr. FIG. 5]. Todavia, no espaço confinado pela sondagem de 2 × 6 m, a escavação não revelou quaisquer estruturas arqueológicas.

Apesar de não ter sido possível identificar as anomalias detetadas pelo GPR e perceber se ocorreu alguma discrepância entre a exata posição do ponto sondado e a anomalia registada na geofísica, estamos convictos que o potencial arqueológico e patrimonial do local correspondente àquelas anomalias não pode ser descartado. As generosas dimensões das estruturas indicadas exigem leitura espacial mais integrada e proporcional à escala dos resultados da geofísica. A existência de fragmentos

cerâmicos de cobertura (tégulas) e de cerâmica de construção (quadrantes e lateres), pressupondo a provável proximidade de mais artefactos e estruturas arqueológicas dos limites da sondagem 4, é promissora quanto a eventuais resultados a obter em futuras sondagens.

3. SIGNIFICADO DOS RESULTADOS: BREVE SÍNTESE

Numa fase tão embrionária da investigação de uma cidade romana de dimensão apreciável, os resultados obtidos são a relação possível entre os “parcos” estudos desenvolvidos e a informação proporcionada no momento pelos dados recolhidos.

Considerando a historiografia do sítio e a regularidade mecânica da zona a norte das casas da quinta, facilmente se conclui que o registo arqueológico desta parte foi completamente perdido pelos trabalhos com maquinaria pesada ali ocorridos. As áreas com maior interesse arqueológico, considerando as ocorrências de superfície, são a área 1 e área 2, situadas imediatamente na vertente a nascente daquelas casas, correspondentes aos locais das intervenções da década de setenta [cfr. FIG. 3].

A zona onde se situam as casas da quinta demonstrou sinais claros de estruturas murais provavelmente associadas à grande praça pública do fórum (?). O topo, talude e base desta elevação indiciam ter sido modelados em época romana (Dias e Freire, 2016: 34).

Os resultados da prospeção sistemática (localização do fórum e sepulturas), da prospeção geofísica (alinhamentos ortogonais; vias, arruamentos; estruturas murais; possíveis estruturas portuárias?) e das sondagens arqueológicas, complementando-se, demonstram de forma evidente a presença de diversas ocorrências de considerável valor arqueológico para o entendimento da cidade romana de Balsa. As questões nesta fase tão embrionária da investigação necessariamente que superam as respostas, legitimando, por si só, a continuidade dos estudos ao mesmo tempo que aconselha cautela sobre a natureza das ilações.

Ponderada a informação alcançada podemos afirmar com segurança que a cidade romana de Balsa, apesar de profundamente afetada por práticas agrícolas, mantém ainda grande valor e interesse patrimonial. Avaliando a dimensão da área arqueológica e a diversidade das práticas e exploração agrícola, o nível de afetação do registo arqueológico ao longo de toda a propriedade é altamente variável e de difícil definição. De qualquer forma, os dados arqueológicos validam e ampliam a pertinência científica e social da implementação de um projeto multidisciplinar que permita o estudo da cidade romana de Balsa como um todo, contribuindo para o entendimento das relações milenares entre o Mediterrâneo e o Atlântico.

4. PROBLEMÁTICAS METODOLÓGICAS

Apesar de tecnicamente a cidade romana de Balsa não se inserir atualmente em contexto urbano, mas em meio rural, devido ao total abandono do burgo antigo a partir dos séculos VI/VII, algumas das

áreas onde teve assento apresentam problemas similares ao da arqueologia feita na cidade. Desde logo porque apesar de a urbe ter sido abandonada manteve-se sempre e até à atualidade uma pequena ocupação constituída por uma família ou algumas pessoas nalguns pontos da antiga cidade, como o local onde se implanta a Quinta da Torre d'Aires. Esta quinta, que recebe o nome de Aires Gonçalves, seu proprietário em 1592 (Santos 2017: 16, nota 13), era uma das várias fazendas com casas que ocupavam a faixa litoral onde antes teve assento Balsa e que vão reocupando o espaço e reutilizando muitos dos materiais das estruturas da cidade antiga. No caso desta Quinta, que parece ter reocupado a colina que funcionou como o núcleo principal do velho burgo romano, ainda hoje são bem visíveis as pedras das construções antigas que serviram de matéria prima à edificação das casas da quinta e respetivos anexos.

Tal como nos contextos típicos da arqueologia urbana, também aqui a arqueologia não se faz apenas a cotas negativas mas também a cotas positivas, pois que muitos dos muros e estruturas que hoje se ali vêm incorporam, potencialmente, troços de construções da cidade antiga ou de outras épocas. Por outro lado, nos terrenos anexos a estas casas, o uso mais ou menos intenso ao longo do último milénio e meio, após o abandono da cidade, contém múltiplos traços e marcas desse uso. Necessariamente diversificado pela proximidade das casas, esses terrenos tanto foram ocupados como terrenos agrícolas ou hortas, como áreas onde se guardam alfaias ou materiais, locais onde se instalaram animais ou com muitos outros usos, desde espaços de enterramento de animais a lixeiras ou estrumeiras. É, pois, natural que vários dos obstáculos que se levantam em meio urbano à aplicação de métodos geofísicos se repliquem nestes contextos muito humanizados como é o caso da Quinta da Torre d'Aires e terrenos anexos.

Vem isto a propósito da utilização de diferentes métodos geofísicos aplicados em Balsa e dos respetivos resultados conseguidos. Como já vimos *supra*, em Balsa foram utilizadas por duas equipas o magnetómetro e o Geo-radar. Estes dois métodos e o trabalho das duas equipas incidiu sobre uma mesma área, o que permite confrontar e avaliar os resultados quer entre as equipas quer entre os métodos aplicados. O georadar (sistema GSSI SIR 3000 com antena de 400 MHz), porém, só foi utilizado em pequenas áreas, selecionadas de acordo com os resultados da prospeção geomagnética, cuja aquisição de dados é muita mais rápida e expedita. Desta confrontação dos resultados, obtidos por diferentes metodologias e equipas, fica desde logo evidente a conveniência em cruzar diferentes métodos geofísicos, nomeadamente o magnetómetro e o georadar, uma vez que este último, para além de permitir informação mais precisa, consegue leituras em áreas insondáveis ao magnetómetro pelo muito ruído de origem magnética que frequentemente existe sobretudo em áreas fortemente humanizadas. Todavia, dada a forma mais rápida e barata da aplicação do magnetómetro, para além de algumas ocorrências arqueológicas serem particularmente bem visíveis por este método, torna-se conveniente a sua utilização, sobretudo quando estamos perante áreas a prospectar com vários hectares, como foi o caso.

Do confronto dos resultados obtidos pelas duas equipas também se torna evidente que o sucesso e a fiabilidade destes métodos de prospeção decorrem em grande parte da interpretação que

se faz das leituras dos aparelhos; leituras essas que estão também muito dependentes da qualidade dos aparelhos, ou seja, aparelhos menos evoluídos tecnologicamente podem não registar ocorrências arqueológicas ou só registá-las de forma difusa, ao passo que aparelhos mais modernos e/ou com outras características as podem identificar claramente. Isto é particularmente sensível hoje em dia, quando as técnicas de prospeção geofísica evoluíram e continuam a evoluir significativamente. Aliás, em Balsa foi aplicado a título meramente experimental a termodeteção com recurso a uma câmara termográfica instalada num drone. Este método pode ser no futuro próximo muito útil, particularmente em trabalhos de prospeção em grandes superfícies de terreno, para identificar áreas arqueologicamente mais sensíveis ou excluir áreas onde essas ocorrências sejam pouco prováveis, depois de conhecidas as características do terreno e ponderadas as interferências que podem ter na leitura. No caso de Balsa, por exemplo, a proximidade da ria e/ou a maior ou menor presença de lençóis de água junto à superfície, mas também a profundidade a que estavam as estruturas romanas, não permitiram obter resultados conclusivos.

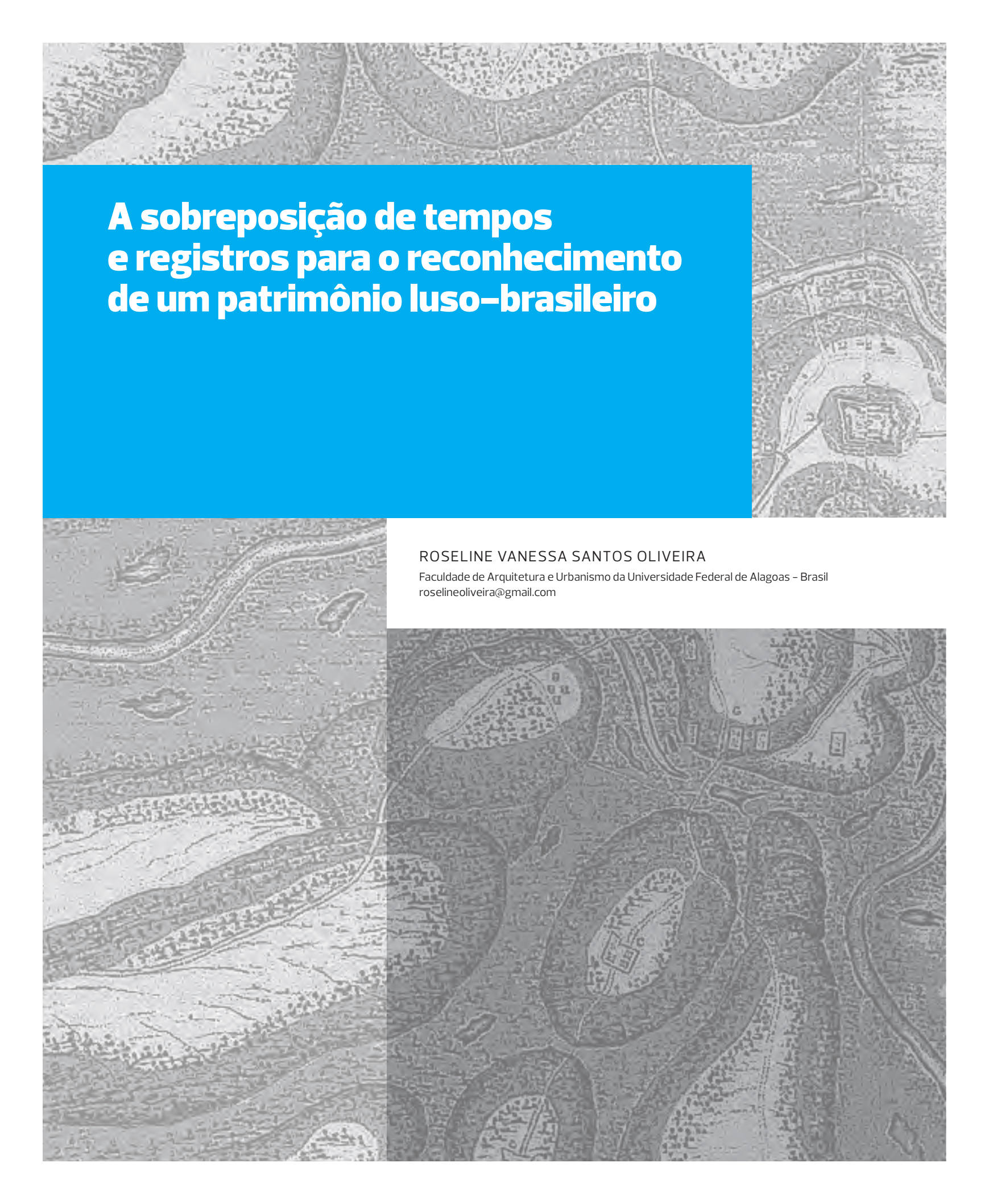
No caso da prospeção efetuada por magnetómetros (quer por magnetómetros de cézio, quer pelo sistema Lea Max configurado em gradiómetro) constatou-se que, à medida que o prospetor se aproximava das casas da quinta de Torre d'Aires, o ruído da leitura geomagnética aumentava muito ao ponto de as anomalias dipolares detetadas deixarem de ter qualquer leitura possível. Para tal ruído contribuíam os muitos objetos ferromagnéticos decorrentes de antigas redes, pregos, elementos de alfaias, etc., para além de outros elementos que interferem com a leitura, como a existência de antigas fogueiras, lixeiras e outras alterações de solos provocadas por múltiplas atividades decorrentes do quotidiano das casas da quinta. Mas se o equipamento, mais antigo, de uma equipa praticamente nada conseguiu fazer nas proximidades da casa, a outra, recorrendo-se de tecnologia mais moderna, conseguiu extrair alguns resultados no meio do ruído geomagnético e a seguir selecionar uma área onde aplicou o georadar. Esta tecnologia é a indicada para aplicar nestes contextos arqueológicos muito humanizados, como os terrenos envolventes à Quinta de Torre d'Aires. Não só as suas leituras não são perturbadas significativamente pelas ocorrências que inviabilizam ou perturbam as leituras geomagnéticas, (apesar de terem outros elementos perturbadores, como solos argilosos ou saturados de água, por exemplo), como permitem leituras mais precisas, nomeadamente quanto à profundidade, altura e constituição das estruturas enterradas, sendo estas leituras muito condicionadas pela experiência e interpretação que se faz dos registos efetuados. Já em 2007, em prospeções geofísicas preliminares efetuadas sob a co-responsabilidade de Jaquelina Covaneiro e de Sandra Cavaco do museu municipal de Tavira, se comprovou, tal como no presente caso, que o método de georadar é a melhor abordagem, devido ao considerável ruído originado por metais de cronologia recente (Covaneiro e Cavaco, 2008).

Note-se, porém, que a leitura pelo magnetómetro pode fornecer dados que o GPR não fornece, inclusive sobre a natureza dos materiais de que são constituídas as estruturas. Assim, em Balsa, um muro de tijolos dá origem a uma anomalia assinalada pelo contraste de uma magnetização positiva,

ao passo que num alinhamento mural de pedras o contraste decorre de uma magnetização negativa (Dias e Freire, 2017: 26). De qualquer forma, parece evidente que em áreas muito humanizadas como a das proximidades da quinta da Torre de Aires ou contextos urbanos com séculos de ocupação o GPR é um método *a priori* muito mais promissor, ainda que seja da conjugação de vários métodos que se otimizam os resultados da cada um. É isso mesmo que se depreende da cidade romana de Balsa, onde parte daqueles terrenos agrícolas foram, nos primeiros séculos da nossa Era, ocupados por um meio urbano vibrante.

BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, A. M. (2003). "Tavira: afirmação do poder e estratégias de ocupação do território durante a 1.ª Idade do Ferro". In MAIA, M. [et al.], coord. Tavira. Território e poder. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia; Câmara Municipal de Tavira. pp. 51-56.
- BERNARDES, João Pedro (2004). "Sobre o Litoral Algarvio no Período Imperial Romano" in Maria da Conceição Lopes e Raquel Vilaça (coord.) *O Passado em Cena – narrativas e fragmentos. Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão*, Coimbra / Porto. pp. 247-260.
- BERNARDES, João Pedro (2010a). "A Investigação Arqueológica do Período Romano no Algarve: balanço e perspectivas de investigação" In. *Xelb*. n.º 10. Silves: Câmara Municipal de Silves. Museu Municipal de Arqueologia. pp. 385-398.
- BERNARDES, João Pedro (2010b). "Ab Oppido ad Urbem: Algarves urban landscape variations throughout the roman age", In *Changing Landscapes – The impact of Roman towns in the Western Mediterranean*, Proceedings of the International Colloquium, Bolonha: Ante Quem soc. coop. pp. 357-367.
- COVANEIRO, Jaqueline; CAVACO, Sandra (2008). *Torre d'Ares 2007. Relatório dos trabalhos*. Câmara Municipal de Tavira (Exemplar policopiado).
- DIAS, Vitor S.; FREIRE, Jorge (2016). Relatório preliminar DGPC/DRCALg. Prospeção sistemática e prospeção geofísica na Quinta de Torre d'Aires. Estação arqueológica romana da Luz – Balsa (CNS: 60). Archaeofactory. Faro (Disponível na DGPC).
- DIAS, Vitor S.; FREIRE, Jorge (2017). Relatório Final. Prospeção sistemática, prospeção geofísica e sondagens arqueológicas na Quinta de Torre d'Aires. Estação arqueológica romana da Luz – Balsa (CNS: 60). Archaeofactory. Faro (Disponível na DGPC).
- ENCARNAÇÃO, José d' (1984). *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis. Subsídios Para o Estudo da Romanização*, Coimbra (= IRCP).
- FABIÃO, C. (1999). "O Algarve romano". In MARQUES, M. G. M., ed. *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*. Lisboa: Colibri. pp. 33-51.
- GARCIA, Cristina Tété (1989). *Estação Arqueológica da Luz (Tavira). Relatório de prospeção de campo e proposta de classificação*. Parque Natural da Ria Formosa (Exemplar policopiado).
- GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (1981/1983). "Novas moedas hispânicas de Balsa e Ossonoba". In *Nummus*. 2.ª série. vol. IV, V e VI. Porto. Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 155-182.
- MAIA, M. G. P.; MAIA, M. (1978). Relatório da Campanha de escavações realizada em Torre de Ares (Tavira) entre 24 de Outubro e 25 de Novembro de 1977 (Disponível na DGPC).
- MAIA, M. G. P. (2008). "Tavira e o Mar na Antiguidade". In. *Tavira, patrimónios do mar*. Catálogo da Exposição. Tavira: Câmara Municipal de Tavira. pp. 59-67.
- MANTAS, V. G. (1990). "As cidades marítimas da Lusitânia". In. *Les villes de Lusitane romaine. Hiérarchies et Territoires*. Table ronde internationale du Centre National de Recherche Scientifique (Coll. Maison des Pays Ibériques, 42). Paris: CNRS. pp. 149-205.
- MANTAS, V. G. (2003). "A cidade de Balsa". In *Tavira: Território e Poder*. Lisboa. pp. 85-94.
- MANTAS, V. G. (2016). "Navegação e Portos no Algarve Romano", *Al-Ulyá*, XVI, Loulé, pp. 25-51.
- NOLEN, Jeannette U. Smit, (1994). *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares, Balsa, incluindo o espólio ósseo e medieval*. Lisboa.
- NOLEN, Jeannette U. Smit, (1997). "Balsa, uma cidade romana no litoral algarvio". In *Noventa séculos entre a serra e o mar*. Lisboa. Instituto Português do Património Arquitetónico.
- SANTOS, Marco Sousa (2017). *A igreja Matriz da Luz de Tavira*. Albufeira. Arandis editora.
- SANTOS, Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos (1972). *Arqueologia Romana do Algarve*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. 1. pp. 219-304.
- VEIGA, Sebastião P. Estácio da (1866). *Povos Balsenses. Situação Geographico-physica Indicada por Dois Monumentos Romanos Recentemente Descobertos na Quinta da Torre d'Ares Distante seis Kilómetros da Cidade de Tavira*. Lisboa. Imprensa Nacional. (disponível em: <http://www.arkeotavira.com/Estudos/Povos%20Balsenses.pdf>)
- VIEGAS, C. (2006). *A cidade romana de Balsa (Torre de Ares – Tavira): (1) A terra sigillata*, Tavira: Câmara Municipal de Tavira/ Instituto Português de Museus.
- VIEGAS, Catarina (2011). *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano* (Estudos e Memórias, 3). Lisboa.

The background of the entire page is a grayscale topographic map. A large, solid blue rectangular box is positioned in the upper-left quadrant, containing the title text. The map shows various geographical features, including a winding river, a central urban area with a grid-like street pattern, and several smaller, irregularly shaped settlements or structures scattered across the terrain.

A sobreposição de tempos e registros para o reconhecimento de um patrimônio luso-brasileiro

ROSELINE VANESSA SANTOS OLIVEIRA

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas – Brasil
roselineoliveira@gmail.com

RESUMO O Nordeste brasileiro carrega em suas paisagens expressivas marcas de seu passado colonial. Contudo, a dinâmica do tempo tem camuflado não apenas os sinais do momento inicial de sua formação como também a forma de reconhecê-los. Portanto, este artigo apresenta alguns núcleos urbanos que constituíam a região correspondente à antiga Capitania de Pernambuco, sob a perspectiva de um estudo baseado na manipulação de documentos os quais, por muito tempo, foram deixados à margem das pesquisas científicas por sua carga de subjetividade e que hoje, por isso mesmo, vêm sendo cada vez mais respeitados com os avanços da Nova História. Trata-se do embate entre a empiria e a revisão de um conjunto de textos e imagens elaborados durante os dois primeiros séculos da formação da paisagem edificada das terras brasílicas e suas configurações atuais, como fundamento para a identificação de uma série de elementos e aspectos que constituem a paisagem luso-brasileira, desde relativos à feição de edifícios e caminhos até a gestos humanos do cotidiano, tais como, a pesca e a cultura da mandioca. Apresenta-se, pois, um procedimento de observação que resultou em um entendimento sutil e ampliado de determinados conteúdos paisagísticos enquanto patrimônio.

PALAVRAS-CHAVE Fontes documentais, conhecimento empírico, núcleos pós-coloniais, legado paisagístico.

ABSTRACT *The times and records overlap for Portuguese-Brazilian heritage recognition.* The Brazilian Northeast carries in its landscapes expressive marks of its colonial past. However, the time dynamic have camouflaged not only the initial moment sign of their urban formation but also the way of it is recognized. This paper presents a research about a group of colonial urban nucleus of the Captaincy of Pernambuco based on documents manipulation that was, for a long time, executed by the scientific knowledge base for its subjectivity load and that today have been increasingly respected by the New History advances. It is the clash between a revision of texts and images elaborated during the first two centuries of the Brazilian built landscape and their present configurations, to identification of elements and aspects that constitute a Luso-Brazilian landscape. It includes buildings, routes and daily human gestures, as food culture. This paper concern about an observation procedure which results in a subtle and expanded understanding of landscape content as patrimony.

KEY WORDS Documentary sources, empirical knowledge, postcolonial nucleus, landscape legacy.

1. ESTUDOS DA PAISAGEM

O início do processo de colonização da América por parte dos portugueses aconteceu num cenário marcado por uma natureza generosa que acolheu os núcleos urbanos ao longo das massas de água...

“Se buscássemos reencontrar a memória destas cenas, como deveríamos proceder? Se fôssemos apagando devagar, na paisagem posta aos nossos olhos, os contornos dos prédios, eliminando seus vários andares, desmanchando o traço dos fios de iluminação, sumindo os automóveis e o asfalto, acessaríamos a memória da longínqua paisagem da qual nos resta o que

vemos nas telas de Frans Post? A história lida com ausências. Como falar de uma experiência da qual nos afastamos por tantos anos? Como dar voz a homens desconhecidos, descrever terras hoje modificadas, compreender um mundo áspero, quotidianamente envolvido por guerras, que reunia de forma original culturas tão diferenciadas como os diversos pedaços da Europa – Portugal, Espanha, França, Países Baixos –, mas também as várias Áfricas que aportariam aqui e os povos nativos em sua variedade, ainda mais incógnitos por absterem-se das letras?" (Silva, 2011: 11,12)

Essas questões têm motivado os trabalhos do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, sediado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (Brasil) e formado por professores, doutorandos, mestrandos e graduandos das áreas de Arquitetura, Urbanismo, História, Antropologia e Design.

No sentido de entender a correlação de forças e analisar as migrações dos possíveis modelos portugueses para a colônia na América, o Grupo tem investigado, desde 1998, a conformação das primeiras vilas e cidades de origem colonial situadas em antigas capitanias que hoje correspondem aos Estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia, Nordeste do Brasil, na perspectiva de contribuir para os estudos urbanos comparados e para o fortalecimento de suas propriedades patrimoniais e identitárias. Com isso, a pesquisa se coloca na condição de fornecer subsídios a ações de instituições públicas vinculadas à cultura urbana, ao turismo, ao reconhecimento do patrimônio citadino, bem como para a realização de produtos e de atividades de sociabilização desse conhecimento através da linguagem gráfica, especialmente em formato digital.

Em princípio, tomou-se como objeto de estudo um recorte geográfico que permitisse uma conjugação bem assimétrica de escalas de dimensão e de importância. Portanto, foram abordadas cidades de grande visibilidade turística como Olinda, Patrimônio da Humanidade desde 1982, e localidades de porte singelo, como Vila Velha de Itamaracá, cujo conjunto paisagístico foi tombado em nível estadual em 1985.

Os trabalhos são realizados de forma interdisciplinar com o tema das temporalidades urbanas (no caso, os séculos XVI, XVII e a contemporaneidade) tomando como ferramentas metodológicas principais o uso de fontes primárias, o trabalho de campo e a análise iconográfica através de processos de manipulação digital, colocando como questão principal dos estudos o entendimento de como surgiram e se transformaram os núcleos de mais densa base temporal e quais os vestígios que permaneceram do seu primeiro momento de formação. Para tanto, as investigações baseiam-se no confronto entre representações históricas e situações paisagísticas atuais, buscando catalogar referências da paisagem urbana, desde expressões físicas até aspectos relativos a hábitos e costumes acumulados na longa duração.



FIG. 1 Núcleo urbano quinhentista do município de Olinda, situado no Estado de Pernambuco, correspondente a uma das mais importantes Capitanias Hereditárias das terras brasileiras. Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

O conteúdo deste artigo consiste, pois, na apresentação dos resultados do avanço dos mecanismos investigativos relativos ao uso das fontes, dos métodos de acessar o passado urbano de um conjunto de localidades de origem colonial e, por extensão, da forma de ver a paisagem e reconhecer o patrimônio.

2. AS FONTES

O tema de estudo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem é a paisagem. Portanto, tem a perspectiva de *"tratar os saberes de forma variada e conexa, pois, a paisagem pressupõe a aglomeração de diferentes elementos"*, cujos registros auxiliaram de forma definitiva no processo de sua identificação (Silva e Muniz, 2015: 06). Nesse sentido, ao assumir a complexidade do tema, assume-se também a pertinência em trabalhar com diversas fontes de pesquisa, de maneira a enriquecer as possibilidades de compreensão da paisagem e, especialmente, de acesso ao seu passado.

Nesse sentido, para além das referências bibliográficas comentadas, o Grupo toma como material privilegiado de observação o acervo iconográfico relativo ao Brasil dos séculos XVI e XVII. Devido a um conjunto de fatores como a importância de mapear as áreas de extração do açúcar, por exemplo, e mesmo a própria necessidade de reconhecimento da terra recém-conquistada, teve-se como decorrência a produção de uma série de registros textuais e iconográficos desse momento da expansão ultramarina.

Tais documentos constituem, em parte, relatórios e relatos que descrevem, dentre outros aspectos, os lugares povoados, com linguagem à maneira de diário ou de forma mais sistematizada enquanto resultado de uma encomenda real, como os escritos de Pero de Magalhães Gândavo (1576), Gabriel Soares Souza (1587) e Diogo de Campos Moreno (1609 e 1616). As obras de Moreno são ilustradas, sendo o registro de 1616 acompanhado por desenhos elaborados por Luís Teixeira.

FIG. 2 Exemplos da produção da Família Albernaz: registros da região da Capitania de Pernambuco de 1616 e de 1626 respectivamente. Fontes: Moreno, 1616 e Albernaz, 1626.





Este inaugura o trabalho produzido por uma família de cartógrafos reais que irá se destacar dentre a produção iconográfica portuguesa pela quantidade e expressividade de registro da costa brasileira, a exemplo dos Atlas elaborados por seu filho João Teixeira Albernaz, os quais caracterizam uma categoria de mapas titulada por Jaime Cortesão (1971), como cartografia do açúcar¹.

Se os portugueses se destacam no processo de descoberta, exploração e representação militar das terras, uma outra mentalidade motiva os neerlandeses a permearem seus projetos de colonização com a busca de informações minuciosas sobre o território encontrado. No século XVII, além do legado português, conta-se com o extraordinário acervo de imagens produzidas pelos holandeses, especialmente durante a presença de Maurício de Nassau no Brasil (1637-1644), o qual se fez acompanhar por uma comitiva constituída por cartógrafos, pintores, naturalistas e cientistas. A atuação de Nassau no Brasil foi minuciosamente narrada por Gaspar Barléus em sua obra *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*.

Os holandeses registraram as terras nordestinas conquistadas também em forma de textos outros além daquele produzido por Barléus, como os relatórios de Adrian Verdonck (1630) e Adrian Van der Dussen (1639), os quais participaram da comitiva nassoviana ao Brasil e registraram, em forma de listagens e descrições, os rios, as áreas povoadas e outras estruturas edificadas que conformavam a ocupação portuguesa das capitanias, inclusive as construções holandesas essencialmente de caráter militar. (Mello, 1981)

Esse material refere-se a uma série de localidades urbanas, mas se concentra no registro da região Nordeste, por obviamente ter sediado o governo colonial português e, no século XVII, o governo holandês, colocando-a em situação privilegiada para a realização de estudos baseados em fontes seiscentistas, especialmente as iconográficas.

FIG. 3 Registros da Vila de Olinda elaborados por George Marcgrave e Frans Post, respectivamente. Fonte: Barléus, 1647.

Além das fontes primárias, o Grupo de Pesquisa se apropria do Situacionismo que tem o corpo como um veículo de observação, proporcionando um conhecimento sensível dos lugares:

“Entre os diversos procedimentos situacionistas, a deriva se apresenta como uma técnica de passagem rápida por ambiências variadas. O conceito de deriva está indissolavelmente ligado ao reconhecimento de efeitos de natureza psicogeográfica e à afirmação de um comportamento lúdico-constructivo, o que o torna absolutamente oposto às tradicionais noções de viagem e de passeio”. (“Teoria da Deriva”, in Jacques, 2003: 87)

As derivas e as observações da paisagem em seu próprio ambiente físico são consideradas como processos metodológicos não apenas para revisar e averiguar os dados coletados nas fontes documentais, como também para re-conhecer o lugar, tendo esse mesmo como um documento. Trata-se do “objeto-fonte”, ou seja, “*las edificaciones, las construcciones, las obras que poseen em sí la cualidad arquitetónica de formalizar elementos que potencian la memoria da cultura*”. (Ramirez Nieto, in: Castriota, 2011: 265)

A empiria e a subjetividade constituem, portanto, uma forma de proceder diante do conhecimento, estimulando as possibilidades de manipulação dos dados históricos e perceptivos, e dando margem para a invenção de outras formas de entender determinadas questões, especialmente aquelas relacionadas à formação da paisagem.

FIG. 4 Integrantes do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem em trabalhos de campo nas ruínas do Convento de Paraguaçu (Bahia), e no sertão de Alagoas, nas proximidades do rio São Francisco. Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.



3. OS PROCESSOS

Tanto quanto as fontes documentais gráficas e historiográficas, o documento arquitetônico e urbanístico está sempre sujeito à interpretação dependente do olhar de quem o acessa. No caso das imagens, possivelmente esta questão seja mais significativa, pois, adotá-la como ferramenta para o estudo da história urbana não implica apenas em usá-la como base para a identificação de

determinadas marcas edificadas e das expressões do sítio, pois representam "aqueles princípios de fundo que revelam a atitude fundamental de uma nação, um período, uma classe, uma concepção religiosa ou filosófica, inconscientemente classificada por uma personalidade e condensada numa obra" (Panofsky, 1979: 59).

O estudo da imagem significa, portanto, encarar também como aspectos a serem considerados nos estudos a propriedade desses produtos de carregarem uma série de intenções – artística, científica e de marketing – norteadas pelo imaginário dos autores, que percorriam a colônia, e pelas exigências de quem lhes fazia a encomenda. Nesse sentido, o Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem adota o uso da iconografia histórica enquanto fonte de investigação abordando-a enquanto representação. Atenta-se, por exemplo, para os limites de corte de cada carta, observando que as principais povoações brasileiras no século XVII, sob o olhar dos Albernaz, apresentam-se inseridas num conjunto de mapas que intentam registrar, em partes, a Colônia enquanto unidade. Como mostra o registro da vila de Igarassu, a qual aparece geralmente nos recortes de mapa que compreendem a Capitania de Itamaracá e a cidade da Paraíba.

Não apenas as povoações mais importantes politicamente são representadas de forma geograficamente ampliada, mas as massas de água utilizadas como caminhos são assinaladas dentro de um recorte territorial mais abrangente, como se, sob o olhar português, fosse importante visualizar as relações entre elas para melhor compreendê-la, obviamente correspondendo ao processo de descoberta e exploração característico da experiência dos colonizadores.

Outro exemplo de análise iconográfica é o estudo sobre o registro de Teixeira Albernaz, de 1585. A composição e conteúdo do mapa demonstram textualmente e graficamente a existência e situação



FIG. 5 Mapa sem título que assinala as massas de água e portos existentes numa região que enquadra os núcleos urbanos de Igarassu (1), na Capitania de Pernambuco, de Vila de Nossa Senhora da Conceição na Ilha de Itamaracá (2) e a região da Capitania da Paraíba (3).
Fonte: Albernaz, 1640.



FIG. 6 Intervenção sobre imagem sem título de Albernaz, 1585, marcando a indicação, gráfica e textual, de arrecifes e informações pertinentes à navegação: "barreta" (A), "barra por onde entram" (B), "tem este arrecife 80 palmos distante da água profunda..." (C); o "Porto" (D); "Varadouro de navios" (E), "galpões" (F) e as "Terras de engenhos e fazendas". Vale destacar a referência de distância entre o porto e a Vila de Olinda na inscrição enquadrada no detalhe inferior direito: "caminho para a villa uma légua".
Fonte: Oliveira, 2009: 91.

medida que o olhar caminha para o interior do continente, não havendo representações específicas dos complexos dos engenhos, por exemplo, mesmo existentes.

Em termos de desenho, a análise imagética partiu da identificação dos componentes urbanos. A implantação das massas edificadas, a relação entre os elementos naturais e edifícios, os sistemas de circulação, o assentamento das povoações, dentre outros aspectos, foram elementos tomados como objeto de observação, sempre auxiliado com a leitura da feição atual das localidades. Para desenvolver os estudos isolados, determina-se, de acordo com a expressividade/realidade paisagística de cada localidade, um elemento urbano com memória de longa duração para ser observado com mais profundidade (igrejas, fortificações, conventos, quintais, mercado, casario, caminhos...), elegendo também um mote para a investigação, como por exemplo: a influência dos edifícios religiosos sobre o desenho urbano das povoações, a relação entre a arquitetura e natureza estabelecida pelos conventos; a origem dos quintais; a construção do Forte Maurício – construção holandesa, hoje desaparecida.² Para averiguar os dados oriundos da análise imagética, a pesquisa vale-se de vistas aéreas, que são buscadas para além das disponibilizadas pelo Google Earth, que são contrastadas com outros materiais imagéticos. A todos estes, se acumula a produção continuada de novos mapas e desenhos gráficos pela equipe, requerendo um minucioso trabalho através de programas computacionais como CorelDraw, Adobe Illustrator, Adobe Photoshop, AutoCAD, GarageBand, Sony Vegas e Adobe Premiere. Uma das metas dessas pesquisas foi aferir a qualidade destas imagens com relação ao seu caráter de fidelidade representacional, trilhando caminhos facilitados especialmente por trabalhos prévios realizados pelos professores Nestor Goulart Reis Filho (1968) e José Luiz Mota Menezes (1988).

de áreas habitadas, expressões do relevo e características físicas e funcionais das massas de água, tais como os caminhos aquáticos e o acesso das embarcações ao continente. Outra área referenciada pelo seu conteúdo funcional, e que se destaca pela densidade de representação, é aquela sinalizada com a existência de galpões sugerindo a atividade ali desenvolvida.

Este mapa, de aparência de esboço, dá visibilidade ao zoneamento do território indicado pela história urbana colonial: no interior do continente está o local da produção base da economia da colônia portuguesa, os engenhos, e nas proximidades do mar e dos rios, o local das trocas: a vila e o porto, os pontos urbanos que consolidam a manutenção da colônia. Entretanto, como pode ser visto, as informações tornam-se escassas à



À altura de um determinado nível de amadurecimento das pesquisas individualizadas, o Grupo parte para o desenvolvimento de estudos comparativos, inicialmente motivados pelas oportunidades de publicações em eventos e através de projetos de pesquisa financiados por instituições de fomento, mas, sobretudo, na

tentativa de alargar as investigações e aproximá-las da questão principal da Pesquisa, motivada pela intenção de testar a credibilidade da leitura dos antigos registros iconográficos e pela própria observação do material iconográfico que, cada vez mais, sugeria a associação entre as localidades. Surgiu, então, a necessidade de elaborar um outro mecanismo para avançar na análise do conjunto iconográfico (antigo e atual), na revisão de literatura específica sobre a localidade, e na identificação das permanências. Os estudos comparados, nesse sentido, não apenas potencializaram o uso das fontes, como também ampliaram a noção de núcleo urbano para além de seus limites políticos, na medida em que foi sendo possível reconhecer a dinâmica territorial em torno deles.

Para tanto, adotou-se inicialmente um formato para a catalogação e organização do material revisado sobre cada núcleo urbano estudado composto de: fontes textuais de época e contemporâneas, e de imagens (antigas e atuais) submetidas a tratamento digital e análise descritiva. Vale dizer que a etapa de descrição imagética foi favorecida pela revisão dos relatos de época que vêm se tornando cada vez mais acessíveis através dos inúmeros títulos publicados nos últimos anos. A riqueza de informações trazida por esses textos inclusive justificou a iniciativa do Grupo de organizar as antigas referências sobre arquitetura, urbanismo e paisagismo em formato de antologia. Cerca de 20 obras foram revisadas, fichadas e os trechos considerados mais significados sobre os temas acima citados, transcritos.

Com base no conteúdo dos relatos e nas fichas catalográficas, compostas basicamente pela referência da imagem e sua descrição, criou-se um modelo para a formatação dos resultados dos estudos urbanos pormenorizados, buscando montar uma matriz homogenizadora. A eleição das localidades para comparação considerou o compartilhamento do fato de possuírem um núcleo antigo preservado, terem sido iconograficamente registradas nos séculos XVI e XVII, e de apresentarem a possibilidade de realização de superposições iconográficas a partir de elementos remanescentes, sejam eles arquitetônicos, urbanísticos ou paisagísticos.

Os resultados das sobreposições documentais e gráficas vêm trazendo resultados



FIG. 7 Marcação sobre vista aérea da CODEVASP (2000) e mapa de J. Vingboons (ca.1652) da área correspondente ao primeiro núcleo urbano da cidade de Penedo-AL (antiga Vila de São Francisco), demonstrando a localização de sua primeira capela (1) e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (2), e a recuperação das evidências do traçado urbano inicial da cidade e estudos da localização do Forte Maurício. Fonte: Machado, In Silva (org), 2011: 164.

FIG. 8 Exemplo de manipulação gráfica, sobreposição de imagens e estudos infográficos marcando o Forte Orange do século XVII, hoje inexistente, na configuração atual do antigo núcleo da cidade de Penedo-AL. Fonte: Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

significativos para a história das cidades nordestinas, a exemplo da demonstração da situação atual de antigos conventos franciscanos, cujas cercas vêm sofrendo diminuições drásticas de suas áreas.

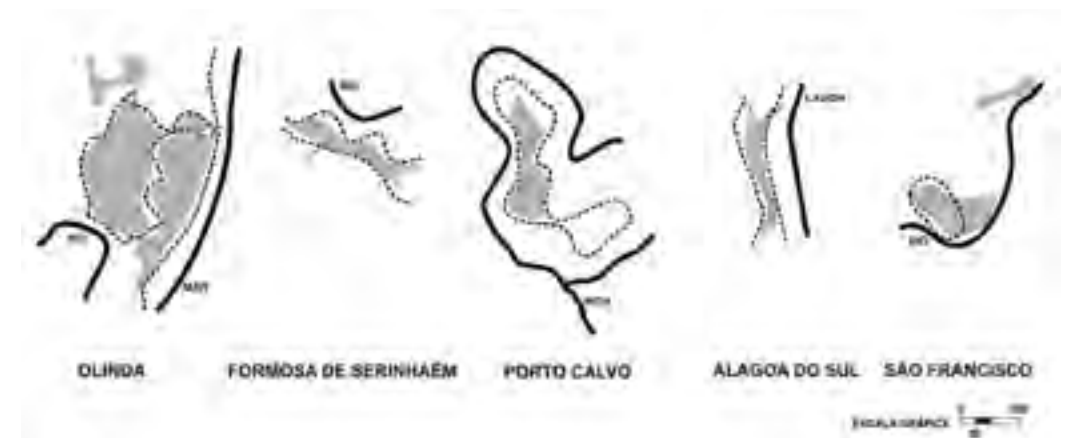
Ao longo dos processos de manipulação buscou-se reunir amplas informações de natureza científica e artística acerca das terras conquistadas, com o propósito de "usufruir" das condições proporcionadas pelo legado holandês, tentando confirmar o que se supunha e era exercitado na análise em pesquisas anteriores: sua pertinência enquanto fonte científica nos estudos da história da paisagem. Nesse sentido, como outro exemplo da análise comparativa cita-se aquele que abordou as vilas situadas na Capitania de Pernambuco e que foram registradas iconograficamente na obra Gaspar Barléus publicada em 1647, restringindo, assim, o material imagético que seria analisado para favorecer ainda mais a precisão do estudo.

FIG. 9 Demonstração do jogo de proporção entre as plantas das vilas elaboradas por Marcgrave (na sequência, Formosa de Serinhaém, Alagoa do Sul, Olinda, Porto Calvo e São Francisco) quando as escalas gráficas são ajustadas nas referências numéricas que variam de 5 a 10 unidades. Fonte: Oliveira, 2009: 178.



Sínteses gráficas permitiram um desenvolvimento mais seguro do cruzamento dos dados paisagísticos, diferente dos esforços de identificação e localização dos elementos urbanos baseados na comparação entre o representado e o remanescente nas paisagens urbanas, como foram os exemplos da arquitetura de caráter religioso em Olinda e do arruado e do forte em Penedo (antiga Vila de São Francisco), mostrados anteriormente.

FIG. 10 Esquemas gráficos de seis vilas estudadas situadas na região da antiga Capitania de Pernambuco, baseados em detalhes das plantas de Marcgrave, demonstrando as relações de situação geográfica e ocupação urbana entre as massas de água (linhas contínuas) existentes nas suas proximidades, a concentração de construções, inclusive alguns caminhos, (manchas claras) e os níveis topográficos (linhas tracejadas). Fonte: Oliveira, 2009: 180.



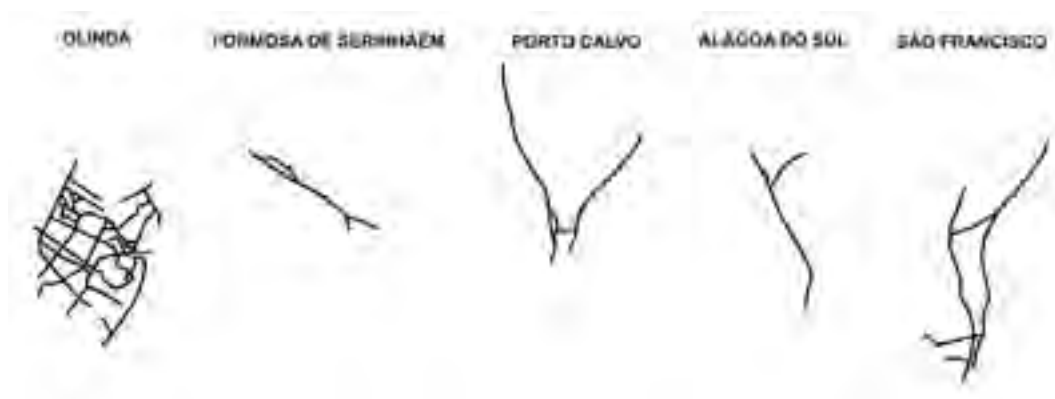


FIG. 11 Desenho das vilas delineado pelos percursos existentes entre os edifícios. Fonte: Oliveira, 2009: 192.

ASPECTOS/VILA	IGARASSU	OLINDA	SERINHAÉM	PORTO CALVO	ALAGOAS DO SUL	SÃO FRANCISCO
Caracterização do sítio de ocupação	Relevo acidentado com rio	Relevo acidentado com rio e mar	Relevo acidentado com rio	Relevo acidentado com rio	Relevo acidentado com lagoa	Relevo acidentado com rio
Edifícios integrantes do aglomerado urbano	Igreja, convento e casario	Igrejas, conventos, casario, casa do governador e muralha	Capela, igreja, convento, casa do governador e casario	Igreja, casario e forte	Igreja, casario e reduto	Igreja, casa do governador, casario e porto
Extremidades da contigüidade urbana	Convento e Casa do governador	Igrejas, conventos e muralha	Convento e Casa do governador	Igreja e forte	Igreja e reduto	Igreja e casa do governador
Sentido da extensão urbana, englobando os caminhos	Norte-sul	Tendendo para uma centralidade	Leste-oeste	Tendendo para uma centralidade	Norte-sul	Tendendo para uma centralidade
Configuração dos caminhos marcada pelas extremidades da contigüidade urbana	Traço linear quase reto	Traços em malha densa, estrutura radiocêntrica	Traço linear quase reto	Traços lineares quase retos, alongados e paralelos	Traço linear quase reto	Traços espaçados em malha rala, estrutura radiocêntrica
Configuração do conjunto de caminhos	—	Traços concentrados em malha densa, estrutura radiocêntrica	Traço linear quase reto	Traços espaçados em malha rala, estrutura radiocêntrica	Traço linear quase reto	Traços espaçados em malha rala, estrutura radiocêntrica

FIG. 12 Exemplo de matriz de comparação, baseada da análise de iconografia antiga, entre núcleos de origem colonial da Capitania de Pernambuco que tinham o status de vila no século XVII. Fonte: Oliveira, 2009: 195.

A análise comparativa revelou-se como um procedimento bastante eficiente em termos de estudos urbanos, na medida em que permitiram o enriquecimento da compreensão e de identificação de aspectos específicos abordados na literatura que até então tinham sido tratados de forma pouco particularizada, especialmente os temas da implantação urbana e as condições locais do sítio geográfico. Além disso, ao reportarmo-nos à principal questão perseguida pelo Grupo, qual seja, se

havia um modelo de urbe colonial por parte da empresa colonizadora, as comparações permitidas pela manipulação da iconografia histórica mostraram que as intervenções arquitetônicas coloniais no meio físico impressas nas vilas apresentam aspectos de assentamento e estruturação urbana recorrentes que vão desde a escolha do sítio ocupado até a locação de determinados edifícios, indicando que elas compartilham de uma lógica comum de assentamento. Por outro lado, as situações urbanas das vilas contrapostas entre si fogem à ideia de terem adotado um modelo (um formato, um procedimento tido como invariável) de implantação, por não compartilham da imagem de um planejamento rígido, sugerindo terem seguido padrões de métodos (um modo de operar) de princípios de assentamento, que permitem a formação múltipla de resultados, como se, de certa forma, o lugar dissesse como as vilas deveriam ser...

Portanto, o incremento da manipulação das fontes – sobreposição de mapas, textos e experiências – fundamentaram o entendimento mais ampliado do tema do urbanismo colonial no que tange inclusive a termos conceituais.

4. “QUANDO OLHAMOS MUITO TEMPO PARA AS COISAS, FICAMOS MAIS MADUROS E COMPREENDEMOS TUDO MELHOR”³

As contínuas idas a campo e o constante trabalho de análise dos documentos de época, especialmente, a iconografia histórica, demonstraram ser possível aprender com os documentos, para além de usá-los como objeto metodológico para comprovações de teses. Nesse processo de investigação que misturou trabalho de análise documental e empírica, um filtro, que inicialmente teria a função de identificar ruas e edifícios, foi revelando gestos, movimentos de coisas e pessoas, o que desestabilizou a ideia mais próxima do senso comum que vê a arquitetura enquanto matéria estática.

A sobreposição de documentos e experiências relativas à sua observação ampliou a noção de paisagem enquanto conceito que dá relevo particularmente aos processos de identificação humana e social com o espaço, mostrando, por exemplo, que as suas marcas nem sempre são tão visíveis a ponto de serem reconhecidas como memória urbana. Por vezes trata-se de um trecho de rua, de marcas na toponímia, ou uma vegetação que tem vencido o tempo, detalhes que apenas um estudo mais aprofundado revela o seu significado. Assim, o problema dos estudos sobre a memória urbana não é apenas o desaparecimento de suas marcas, mas, por vezes, o desconhecimento das mesmas.

Com a abertura do olhar, impulsionada pelas fontes e processos de manipulação, foi possível perceber que, para além dos aspectos funcionais do sítio urbano, as expressões da natureza é fortemente impregnada nos registros textuais e iconográficos que o Grupo tem consultado. A arquitetura dos espaços habitados, pois, é representada nas fontes tanto quanto elementos da natureza como rios, plantas e animais. Vê-se também que mapas, vistas, desenhos gráficos, pinturas, quando examinados em detalhe, trazem à tona uma série de dados dos mais variados gêneros: de revelações sobre espécies da flora e fauna às atividades relacionadas à tecnologia construtiva. Nos dias de hoje, ainda



FIG. 13 Vista da antiga Vila de Igarassu (Frans Post, 1637) com a marcação do detalhe e uma vista atual (2017) mostrando a vegetação (pé de fruta pão) que até hoje compõe o cenário da cidade. Fonte: Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

é possível encontrar na paisagem nordestina sinais de uma série de práticas que continuam vivas no cotidiano mostrando que o tempo presente é a soma de vários tempos.

Algumas destas práticas relacionam-se com o saber fazer, como por exemplo, hábitos vinculados ao plantio, à construção da casa, à pesca, desde a produção das ferramentas e utensílios até a execução dos trabalhos propriamente ditos, e efetivam-se envolvendo cantorias, versos e celebrações comunitárias. Em tempos em que as instituições responsáveis pela salvaguarda e gestão da memória nacional incorporam o tema do patrimônio imaterial, como ocorreu nas últimas décadas, o universo revelado pelas fontes imagéticas pode ser de extrema importância. Neste aspecto, os levantamentos de flora, fauna, medicina indígena realizados por Piso e Marcgraf no século XVII, contrapostos ao trabalho de campo, podem confirmar dados úteis à história da ciência. Um exemplo da longevidade das práticas e dos elementos paisagísticos refere-se ao cultivo de plantas e à presença de espécies. Assim, vários exemplares da flora registrados pioneiramente nas obras seiscentistas são ainda evidentes nas paisagens nordestinas estudadas, a exemplo da Imbira, encontrada nas matas do interior do Estado de Alagoas, Brasil (Oliveira, Mota, Zambí, 2007):

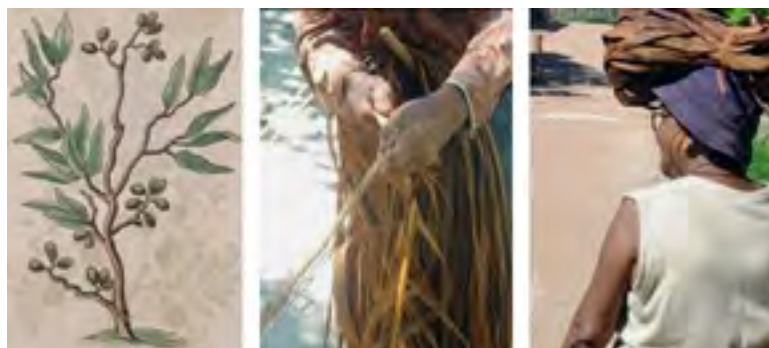
"Seu fruto é oval do tamanho de avelã; de sabor aromático e acre, podendo ser usado como pimenta seco e reduzido a pó. Tem uma grande força aromática; não tão acre como a pimenta. A casca separada da árvore serve para corda; é muito flexível; da mesma se fabricam estupins necessários para explosões. Quando se tira é branca; separando-se o fusco externo torna-se avermelhado, num quarto de hora" (Piso, 1958).

FIG. 14 Desenho da Imbira, registrada por Marcgrave (1942: 99), utilizada pelos moradores da comunidade (ao lado) como matéria-prima para o feitiço de corda destinada a usos diversos (2005). Fonte: Arquivo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

FIG. 15 Entrecéus (2014): Um curta-metragem do grupo de pesquisa Estudos da Paisagem, com direção e fotografia de Alice Jardim. Uma realização do Grupo, Laboratório de Criação Tabaêté e Filmes Atroá, com apoio da Embaixada do Reino dos Países Baixos, FAPEAL/CNPq e Capes. Fonte: Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

As visitas e os registros audiovisuais têm se revelado como mecanismos essenciais de aproximação com os lugares. Assim os pesquisadores agregam entre suas funções, a geração de imagens, a captação de depoimentos e de sons, que servem de base para a investigação e a seguir, para o design de produtos, considerando os estudos

sobre a iconografia histórica que ecoam a uma distância de mais trezentos anos. Além do seu conteúdo científico, cabe lembrar que parte desta herança apresenta significativo apelo estético, cujo reconhecimento interferiu na elaboração de inúmeros produtos desenvolvidos por integrantes do Grupo para fins de sociabilização, ou seja, retornar à sociedade o conhecimento que foi produzido a partir dela (Oliveira, Jardim, Baraldi, 2014). Livros, exposições, objetos ludo-didáticos, e vídeos já foram divulgados, dentre os quais destaca-se o vídeo



intitulado "Entrecéus", cujo conteúdo integra a sobreposição de fontes e de processos metodológicos que caracterizam o trabalho do Grupo.

Portanto, indo em uma direção distinta da dinâmica dos meios acadêmicos que muitas vezes descartam a vivência e se apropriam do isolamento, a produção do Grupo acena para o entendimento de que a imaginação e a subjetividade também geram o saber. Acredita-se que, ao trabalhar com a sobreposição de fontes e experiências promove-se discussões criativas voltadas ao tema do patrimônio, do planejamento da cidade e da sustentabilidade cultural, atuando na interface entre a gestão do turismo, os estudos históricos e a educação patrimonial. E, com isso, contribui-se para a ampliação das fontes de estudos na área da historiografia da paisagem, com o uso dos recursos infográficos, ao tempo em que proporciona às novas tecnologias, ampliação nas suas aplicabilidades, voltadas para os temas da cultura e da educação.

Esta breve apresentação de um percurso investigativo registra, pois, uma busca por fontes variadas para construir lentes de observação e que foram, pouco a pouco, deixando de ser material auxiliar para a constatação de teses e passando a constituírem produtos essenciais na produção e sociabilização do conhecimento, na medida em que ensinaram o próprio observador a observá-las e a enxergar, com mais sutileza, a paisagem e seu patrimônio...

NOTAS

¹ A produção cartográfica da Família Albernaz que ocorre por três gerações: Luís Teixeira (1564 a 1613), o seu filho João Teixeira Albernaz I, (o Velho, 1602-1666) e o filho deste, João Teixeira Albernaz II (o Moço, 1627-1675), todos cosmógrafos oficiais do Reino de Portugal, fazem os levantamentos in loco e a seguir eram "copilados, iluminados e aquarelados, em versões de luxo [...] os Altas apresentavam basicamente uma tipologia comum, contendo relatório sobre a situação de cada capitania, acompanhado de cartas que espacializavam seus acidentes geográficos, povoações, fortificações e engenhos, de forma a possibilitar

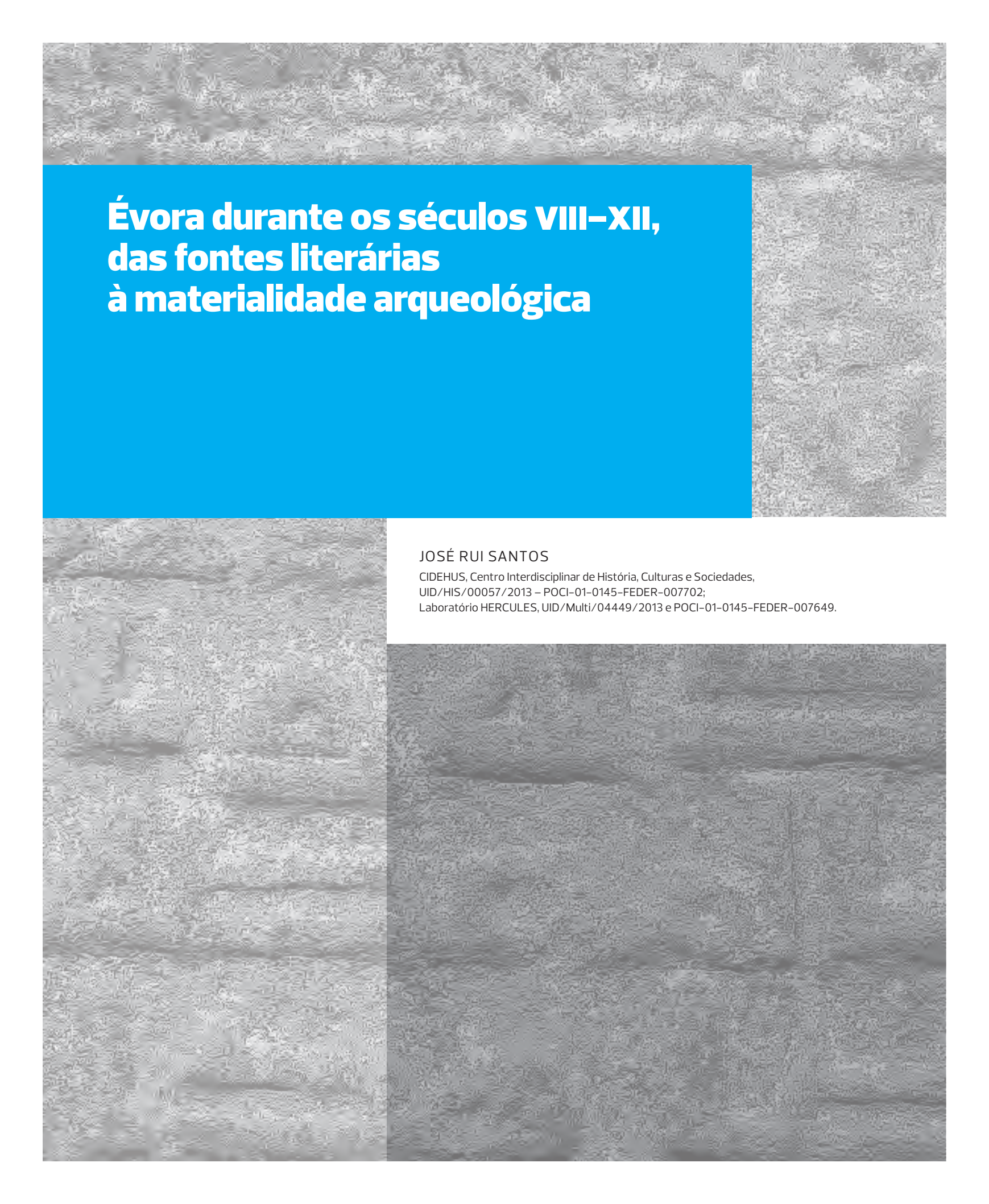
o controle das conquistas ultramarinas por parte das coroas européias". (Buena, 2007: 32)

² Ver dissertações e teses produzidas por integrantes do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem relativas aos temas aqui discutidos: Oliveira, 2002 e 2009; Martins, 2005; Vasconcelos, 2005; Loureiro, 2008; Cerullo, 2009; Muniz, 2010 e Menezes, 2012 e 2016.

³ Texto retirado na exposição virtual *Van Gogh Alive* sediada no Prédio da Cordoaria Nacional de Portugal, Lisboa, acessado em 16.07.2017.

REFERÊNCIAS

- ALBERNAZ, João Teixeira. *Todas as fortificações que se mostraõ dolugar do Recife até a Villa de Olinda e ainda adiante até oRio tapado de trincheiras Redutos e Plataformas que se estendem pormaes de huã legoa de terra se fezeraõ por mandado e Ordem do Governador Geral Mathias de Albuquerque na oCasiã em que os olandezes tomaraõ a Bahia*. Original manuscrito, que ilustra o códice "Livro que dá Rezaõ do Estado do Brasil" (ca. 1626), do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro.
- ALBERNAZ, João Teixeira, 1640. *Descrição de todo o maritimo da terra de S. Cruz, chamado vulgarmente, o Brazil. Feito por João Teixeira cosmógrafo de Sua Magestade. Anno de 1640, por João Teixeira Albernaz*. Lisboa: Aeroportos de Portugal. Edição integral, fac-similada a cores, do códice pertencente ao Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, de Lisboa.
- ALVES, Náide. *Patrimônio invisível: as cercas dos conventos franciscanos do Nordeste Brasileiro*. Maceió: UFAL, 2017. (dissertação de mestrado)
- BARLÉUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante os oito anos no Brasil, 1647*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1974.
- BUENO, Beatriz. *Desenhando o Brasil: o saber cartográfico dos cosmógrafos e engenheiros militares da colônia e do Império*. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Roteiro prático da cartografia da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. pp. 28-49.
- CASTRIOTA, Leonardo (Org.). *Arquitetura e documentação*. Belo Horizonte: IEDS, 2011.
- Cerullo, Flávia. *Olhares e memórias: representações históricas do rio São Francisco e da paisagem urbana de Penedo-AL*. Maceió: UFRJ, 2009. (dissertação de mestrado)
- FILHO, Nestor Goulart Reis. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1968.
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Tratado da terra e história do Brasil (1576)*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1995.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo, Cia das Letras, 1989.
- JACQUES, Paola Berenstein. *Apologia da deriva*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- LOUREIRO, Juliana. *Pelas entranhas de Olinda – um estudo sobre a formação dos quintais*. Maceió: UFAL, 2008. (dissertação de mestrado)
- MARCGRAVE, George. *História Natural do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1942.
- MARTINS, Dayse L. *Evolução Urbana da cidade de João Pessoa*. Maceió: UFAL, 2005. (dissertação de mestrado)
- MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Fontes para o Brasil Holandês – a economia açucareira*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1981.
- MENEZES, Catarina Agudo. *A escrita no chão: a formação do território de Alagoas por meio de fontes coloniais*. Maceió: Ufal, 2012.
- MENEZES, José Luis da Mota. *Atlas histórico cartográfico do Recife*. Recife: Massangana, 1988.
- MORENO, Diogo de Campos. *Relação das Praças Fortes e coisas de importância que Sua Magestade tem na costa do Brasil, 1609*. Documento microfilmado disponível no Arquivo Nacional/Torre do Tombo – Lisboa.
- *Livro que dá rezaõ ao estado do Brasil, 1616*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1999. Edição fac-similada do Códice da Biblioteca Pública do Porto.
- MUNIZ, Bianca. *Escavando a história: estudo sobre o Forte Maurício em Penedo-AL*. Maceió: UFAL, 2010. (dissertação de mestrado)
- OLIVEIRA, Roseline. *Vila Velha de Itamaracá: imagens, percursos e memória*. Salvador: UFBA, 2002. (dissertação de mestrado)
- *Pernambuco no papel: o desenho de seis vilas coloniais no contexto da representação iconográfica de Albernaz, Marcgrave e Post*. Salvador: UFBA, 2009. (tese de doutorado)
- OLIVEIRA, Roseline; ALCIDES, Melissa Mota; ZAMBI, Maria Madalena. *Sons, cheiros, sabores e texturas: A comunidade de Poxim (Brasil) e as Faces do Patrimônio Intangível*. In: Anais do V Encontro Internacional Ciudad Imagem y Memoria: Patrimonio Cultural vs. Patrimonio Natural um diálogo necesario. Havana, 2007.
- OLIVEIRA, Roseline; JARDIM, Alice; BARALDI, Gustavo. *Produtos dos Estudos da Paisagem*. In: Blucher Design Proceedings / 11.º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design. v. 1, pp. 1-9, 2014.
- PANOFSKY, Ervin. *Significado nas Artes Visuais*, São Paulo, Perspectiva, 1979.
- PISO, Guilherme. *História Natural do Brasil Ilustrada*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- SILVA, Maria Angélica da Silva (Org.). *O olhar holandês e o Novo Mundo*. Maceió: Edufal, 2011.
- SILVA, Maria Angélica da; MUNIZ, Bianca Machado. *A tarefa de arquivar: os desafios na organização dos materiais imagéticos do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem*. In: Anais eletrônico do V Encontro Internacional de História Colonial. Maceió: Edufal, 2014.
- SOARES, Gabriel. *Tratado descriptivo do Brasil em 1587*. 3.º Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- VASCONCELOS, Ana Cláudia. *Frades, artistas e filósofos: o convento de Santa Maria Madalena e a atitude franciscana frente à natureza – ontem e hoje*. Maceió: UFAL, 2005. (dissertação de mestrado)



Évora durante os séculos VIII–XII, das fontes literárias à materialidade arqueológica

JOSÉ RUI SANTOS

CIDEHUS, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades,
UID/HIS/00057/2013 – POCI-01-0145-FEDER-007702;

Laboratório HERCULES, UID/Multi/04449/2013 e POCI-01-0145-FEDER-007649.

RESUMO Durante o período islâmico Évora assume-se como um ponto essencial das rotas terrestres que atravessavam a marcas media e inferior de al-Andalus. Por outras palavras, foi uma encruzilhada de conexão entre os territórios do interior do Garb e os portos do comércio marítimo: para o sul para Mértola através de Beja, e para o oeste para Lisboa e Alcácer do Sal. O saque de Évora pela mão do cavaleiro cristão Ordonho II foi um acontecimento decisivo para a mudança de paradigma da história da cidade, o facto de ter demonstrado alguma vulnerabilidade nos territórios do Garb, levou a que Évora fosse reconstruída e repovoada torna-se a segunda cidade da taifa de Badajoz no século XI, trazendo até este território um paradigma cultural plenamente islamizado.

PALAVRAS-CHAVE Arqueologia medieval-islâmica, cartografia/SIG's, evolução urbana, Évora.

ABSTRACT During the Islamic period Évora is considered as an essential point of the terrestrial routes that crossed the middle and lower marks of al-Andalus. In other words, it was a cross-roads of connection between the territories of the interior of the Garb and the ports of maritime commerce: south to Mértola through Beja, and west to Lisbon and Alcácer do Sal. The sacking of Évora by the hand of the Christian knight Ordonho II was a decisive event for the paradigm shift of the city's history, the fact that it had shown some vulnerability in the territories of the Garb, led to Évora being rebuilt and repopulated becomes the second the city of Taifa of Badajoz in the eleventh century, bringing to this territory a fully Islamic cultural paradigm.

KEY WORDS Medieval-Islamic archeology, cartography / GIS, urban evolution, Évora.

Os estudos da ocupação Islâmica em Portugal sofreram um percurso peculiar, ao longo das primeiras décadas do século XX este foi considerado como uma época menor, comparativamente com o "glorioso" período romano e com o "grandioso" reino de Portugal. É uma corrente de pensamento que tem origem no processo de conquista cristã, e se enraizou na sociedade mediante a prevalência cristã sobre o islão (Macias, 2010, p. 162). O estado da investigação em Évora é marcado por uma relativa escassez de estudos analíticos, que se fixem no período islâmico. Tendo em linha de conta a pobreza de fontes literárias, os vestígios materiais tornam-se fundamentais para descortinar informações desta camada histórica da cidade.

Nos primórdios da aculturação muçulmana os acontecimentos na cidade são obliterados das fontes literárias, facto que torna especialmente importante a ação da investigação arqueológica. O espólio material fornece dados incontornáveis acerca das estratigrafias dos períodos mais encobertos, conta-nos sobre os hábitos alimentares e do quotidiano, o imaginário, as trocas comerciais e até a organização económica e política desta cultura.

A cerâmica assume-se como "o vestígio mais abundante deixado pelas civilizações desde o Neolítico, e que tem sido considerada, desde os inícios da investigação arqueológica, como um dos mais importantes indícios para definir cronologicamente uma estação" (Gómez-Martínez, 1998, p. 121). A arqueologia eborense é caracterizada sobretudo por intervenções reativas, adossadas a empreitadas de construção civil, por raras vezes se assistiu a uma intervenção com carácter meramente científico.

O relativo desconhecimento acerca dos primeiros tempos da ocupação islâmica de Évora encontra justificação em diferentes pontos. Em primeiro lugar a ausência relativa de informação estratigráfica do período emiral, que se alastra a todo o Garb al-Andalus. A ruralização progressiva que se assiste na alta idade média deve ter conduzido ao colapso das produções romanas tardias, dando lugar a criações menos especializadas (Gómez Martínez, 2007, p. 99), locais com meios técnicos muito pouco desenvolvidos e com mercados urbanos demasiado restritos para permitir aos oleiros investir numa longa aprendizagem técnica. As produções cerâmicas (Gómez Martínez, 2007, p. 99) misturam produções manuais com fabricos a torno bastante grosseiros e rudimentares, com pastas mal depuradas e abundantes elementos não plásticos de tamanhos elevados, assim como cozedura redutora com morfologias muito próprias de tradição tardo romana.

Os primeiros séculos (VIII-IX) caracterizam-se pela continuidade dos elementos já existentes, desde o ponto de vista urbano, arquitetónico e cultural. Com produções maioritariamente autóctones, nas quais perdura a continuidade das formas romanas-tardias, que em nada se integram na cultura islâmica, estas evoluirão lentamente ao longo dos primeiros tempos, materializando características próprias.

Este processo simbiótico tem origem em duas grandes questões, em primeiro lugar na islamização demorada das populações do Garb, que lentamente foram assimilando a nova religião e o novo sistema socioeconómico, e um segundo ponto que se relaciona com a falta de recursos e de técnicas de produção. A desagregação política e social do poder visigótico, onde um notório retrocesso económico tornou fácil a aceitação de uma nova ordem social, política, religiosa (Torres, 1992, p. 417), não permitiu com facilidade o ressurgimento económico que a sucessão à priori traria.

Durante o período romano a cidade manteve relações comerciais com outros centros urbanos, denota-se a quantidade e heterogeneidade em peças de cerâmicas encontradas na cidade. Não se sabendo ao certo se estes contactos comerciais se mantem durante o período visigótico, tudo indica que depois de florescer durante os séculos V e VI, a cidade encontra declínio no século VII, tanto do ponto de vista social como económico (Mattoso, 1997, p. 34).

Este antigo *municipium* encontrava-se já desde os tempos de Roma sob a alçada da cidade do convento pacense, que abrangia o território entre o Tejo e o Guadiana, lidando com o emeritense e o hispalense (Alarcão, 1974, p. 54). Ligação que será retomada durante os séculos VIII e IX (Picard, 2000, p. 197). O espaço geográfico que confina o Garb al-Andalus é pautado pela continuidade territorial através da manutenção das antigas divisões administrativas (Macias, 2005, p. 31). É na Kūra de Beja¹ que Évora encontra circunscrição militar e administrativa nos tempos emirais, na qual se enquadra também política e economicamente (Coelho, 1989, p. 36; Rei, 2005, p. 24). Esta patenteia a preeminência política, económica e judicial que aquela cidade conservaria desde a Antiguidade sobre as cidades e fortalezas suas dependentes (Fernandes, 1991, p. 34; Picard, 2000, p. 132).

A notória falta de pulso por parte da governação central cordovesa materializava-se pela falta de iniciativa no que respeita à propaganda ideológica, religiosa e política. As fontes literárias espelham a

importância de Beja em detrimento de Évora, que apenas no século X regista a primeira referência nas fontes escritas muçulmanas.

O historiador e geógrafo Ahmad al-Rasi refere, “[...] jaz uma vila a que os antigos chamavam Elbris e ora é chamada de Yábura com os seus termos” (Picard, 2000, p. 23). Esta necessidade de aludir o passado da cidade pode levar a crer da consciência que se tem na época, para a importância que a cidade manifestou outrora, veja-se A. H. de Oliveira Marques, que refere que a cidade no século VII, sob o domínio de Leogildo é um centro de emissão monetária e sufragânea do bispado de Mérida (Marques, 1993, p. 64 e 104).

Neste relato cronístico, Évora aparece designada como uma vila cuja antiguidade e prévio topónimo importa ter em conta, revelando elementos de continuidade urbana com o passado clássico e uma sobreposição dos estabelecimentos humanos. É certo que nos primeiros tempos de presença islâmica na cidade as populações autóctones se mantêm em maior número do que os “recém-chegados”, assistindo-se a uma assimilação lenta dos novos paradigmas sociais. Este fenómeno centrífugo começa-se a fazer sentir nas peças cerâmicas de produção autóctone nos finais do século IX e X. Aos poucos as formas encontram paralelos em diferentes pontos da Península no período homónimo. Aos poucos assimilam-se às correntes estilísticas, técnicas, iconográficas, etc. que vigoram no mundo islâmico (Coelho, 2010, p. 125). Esta primeira fase de assimilação pauta-se não só pelas influências do exterior, mas também pela modelação de influências locais antigas. Facto que resultará numa realidade material própria que vai absorver influências não só ao mundo islâmico, mas também no clássico, romano e visigótico, originando na criação de uma cultura material própria do Garb e com

reminiscências locais como se pode constatar nas cerâmicas de uso comum enquadráveis cronologicamente no século X, sendo um dos períodos históricos no qual se registou o maior salto qualitativo na evolução da cerâmica nos territórios que atualmente constituem Portugal (Gómez Martínez, 2007, p. 100).

Do ponto de vista administrativo, e político, os tempos emirais foram bastante conturbados. Nestes séculos além de se assistir à construção de uma identidade do ponto de vista cultural, verificam-se também o clarear das ligações administrativas e políticas. A continuidade da importância das elites locais, em Beja, motivou todo um ciclo de revoltas contra o poder central que justifica a atenção dos cronistas, negligenciando nas suas crónicas as demais cidades. As fontes documentais

FIG. 1 Georreferenciação dos achados do período islâmico, com necrópoles (polígonos) e zonas habitacionais (pontos).





FIG. 2 Lado 1 da lápide duplamente epigrafada, proveniente do desaterro da cave do Museu de Évora. Corresponderá à reconstrução de Évora, após o ataque de Ordonho II e destruição das suas torres e muralhas por Ibn al-Jilliqi (século X-914/915 d.C.-302 H.) – “Em nome de Deus, o Clemente, o Misericordioso. [Dou testemunho que] não há outro Deus, senão Deus, Ele só, [que] não tem associado e que Muhammad é o seu servo eleito e o seu profeta, merecedor de toda a Sua complacência – Que Deus nos guie através Dele pelo bom caminho. Esta cidade foi reconstruída [...]”.

ao primarem pela abstenção informativa em relação a Évora poderão quer evidenciar convulsões político-sociais em Beja vistas de longe sem se repercutirem no espaço eborense remetendo-o ao esquecimento.

No texto de Isa ar-Rázi, presente na obra *al-Muqtabis V*, relativamente ao saque da cidade de Évora pelo galego Ordonho II em 913 e à sua nova fundação, assume-se como ponto de observação privilegiado, não só dos acontecimentos que influenciaram os destinos da cidade nos séculos X e XI, e fornecem-se algumas informações do desenho urbano como também social no período emiral.

A primeira constatação é a clara decadência a que a se tinha votado a cidade pela altura do referido saque. Isa ar-Rázi relata que quando as tropas de Ordonho II analisavam as muralhas no momento que antecedeu o ataque, este verificou que era baixa e não tinha no topo parapeito nem ameias. Havia numa zona do exterior um elevado monte de lixo, os habitantes costumavam atirá-lo para ali, a partir do interior da muralha (Sidarus, 1988, p.22).

Apesar do relato poder ser encarado como um propositado exagero do autor, interpretemo-lo como uma descrição correta, verificando-se assim o claro descuido a que a cidade se tinha votado. A problemática das linhas da muralha não teria sido alvo de recuperação ou robustecimento por parte dos habitantes da cidade, é sinónimo de falta de recursos. Acerca do lixo amontoado junto à muralha, na *alcárcova*, pode revelar a intenção do autor querer reforçar a decadência a que a cidade tinha chegado.

A leitura global da informação arqueológica leva-nos a crer que o momento da reconstrução da cidade foi decisivo para o seu futuro, tento em linha de conta, a decadência a que a cidade se tinha

votado pela altura do ataque, um ano após ter sido destruída, Yábura foi reconstruída e repovoada, como testemunha uma das epígrafes presentes encontradas nas intervenções no Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo. A cidade foi reconstruída e repovoada pelo muladí Úd Ibn Sa'dún as-Shurumbaqi, a mando de Ibn Marwan, ficando sob a alçada de Badajoz, facto que será força motriz para assegurar o seu renascimento económico e cultural.

Se durante os primeiros tempos da ocupação islâmica em Évora (séculos VIII e IX) o reportório de materiais é bastante reduzido, estes dados parecem confirmar que a partir da segunda metade do século X se verificou um aumento significativo, tanto a nível de produções locais como no volume de importações.

Apesar da reconstrução e repovoamento da cidade se ter iniciado em período emiral, é sob a alçada do califa 'Abd al-Rahmān III que se concretiza. Foram movimentados militares e de populações de origem possivelmente rural da região de Beja para repovoar a área de Évora (Filipe, 2012, p. 53). O saque veio demonstrar alguma vulnerabilidade dos territórios do Garb e justificar a posição levada a cabo por 'Abd al-Rahmān III, o qual, durante anos de governação alastrou a todas as regiões do al-Andalus a centralização do poder a partir de Córdoba. Submete todos os territórios dissidentes, unificando-os e controlando novos ímpetus regionalistas através da nomeação de governadores da sua confiança para a administração das cidades (Torres, 1992, p. 420). Assume estrategicamente a autoria da reconstrução de Évora em 914 d.C., apropriando-se deste momento fundacional para ocultar a obra dos seus inimigos, demonstrando a sua hegemonia e ligando-o ideologicamente à sua ação (Filipe, 2012, p. 54).

A partir de 929 d.C. um enorme florescimento cultural e económico prospera a partir de Córdoba. Criaram-se as condições para que o comércio leve a todos os territórios do al-Andalus inovações culturais diversificadas. Sob o signo da pacificação califal por todo o al-Andalus, chegam aos territórios ocidentais do Garb técnicas, pessoas e mercadorias vindas de todo o mundo islâmico, com destaque para a região de Córdoba, que se assume como principal centro produtor e dispersor cultural deste período. Facto que se deveu à estabilidade política imposta pelo Califado, que integrou o Ocidente Ibérico na grande síntese Islâmica (Gómez Martínez, 2007, p. 100).

Foi neste momento que Évora se incluiu na próspera rede comercial que caracterizou o período omíada. O momento de reconstrução e repovoamento da cidade juntamente com a progressiva incorporação da cidade na orla de Badajoz, em favor do afastamento gradual de Beja, como se comprovará no período das taifas, tendo sido a segunda cidade do reino aftácida no século XI (Filipe, 2012, p. 153). É na sequência destes acontecimentos que começam a chegar a Évora peças exógenas, com enorme requinte, simbolismo, propaganda ideológica e com um índice de raridade bastante acentuado, em alguns casos únicas, vindas de diferentes pontos do al-Andalus.

A simbologia religiosa do Islão está presente no quotidiano destas populações, sinónimo claro da presença de uma elite islâmica, que aqui se fixa na segunda metade do século X, na sequência do renascer da cidade, a partir de 914 d.C., detentora de algum poder económico e com uma clara abertura

aos gostos culturais da época. São vestígios claros de revitalização urbana e do fortalecimento de um comércio estreito entre Évora, Badajoz e a região de Córdoba, como se comprova pelo elevado número de paralelos com peças destas regiões².

Ao nível das produções locais, encontraram-se peças que exprimem grande diversidade de formas e uma tecnologia de fabrico bastante especializada, com cozeduras predominantemente oxidantes e um nível de depuração bastante avançado. A introdução de expressões artísticas características deste período é sinónima de um progresso social consentâneo com a ordem vigente. A morfologia do espólio traduz hábitos alimentares e tradicionais, claramente pertencentes a um contexto cultural mediterrânico, denotando evolução nas formas e entrando em rotura com as de tradição visigótica e emiral, o que se traduz em novas tradições gastronómicas e numa cultura material característica de uma sociedade plenamente islamizada.

O fenómeno cultural ligado ao ressurgimento socioeconómico da cidade no quadro do al-Andalus deveu-se à decadência de Beja e Mérida no século X e a uma elevação político-administrativa de Badajoz, enquadrando-se na esfera governativa de desta. Para tal, foi determinante a existência de elites locais muladis que requeriam uma forma de vida idêntica às elites árabes (Filipe, 2012, p. 153), facto que se acentuará no século XI.

A taifa de Badajoz é fundada em 1013 por Sābūr al-Saklabī, mas será a dinastia Banū al-Aftas, que ligará o seu nome a uma das taifas mais poderosas do século XI (Franco Moreno, 2008, p.69), o reino Aftácida, que compreendia o distrito militar noroeste, estendendo-se a sua autoridade pelas cidades de Coimbra, Santarém, Lisboa, Sintra, Évora, Alcácer do Sal e Beja. O crescimento económico de Évora prende-se com a sua localização geográfica, preeminente para os objetivos comerciais, militares e políticos de Badajoz, posicionando-se como o ponto central da via comercial mais importante para o reino aftácida em direção às suas duas cidades portuárias: Lisboa e Alcácer do Sal.

A alteração do estatuto político e jurídico da cidade e região de Évora, no século XI, para segunda cidade da Taifa de Badajoz, apoiado possivelmente numa elite culta e inovadora, permitiu a experiência governativa sobre um espaço económico, no qual a cidade de Alcácer do Sal era sua dependente. Lembremos, que Muhammad b.' Abd Allāh, al-Muzaffar " (...) colocou nela o seu filho al-Mansūr" (Rei, 2005, p. 24)", escolhendo-o para a administração desta de entre todas as cidades que existiam no seu reino.

A partir deste período Évora teve uma singular importância como ponto-chave de diversas rotas comerciais, dos territórios centrais do eixo longitudinal do Garb, era encruzilhada das rotas terrestres que comunicavam com os reinos de Toledo e Badajoz, e por outro lado, os territórios do interior do actual Alentejo com os portos do comércio mediterrâneo.

Esta posição chave trouxe até Évora um conjunto material heterogéneo e vasto, neste decifram-se tradições culturais pré-islâmicas embebidas em correntes artísticas com características próprias nascidas desta diversidade de culturas que forma o al-Andalus. Destaca-se um profundo compromisso com o que são princípios doutrinários do Profeta e da cultura muçulmana, que se deixa influenciar

por uma corrente oriental, particularmente a bizantina e a sassânida (Fernandes, 1999, p. 94). O mundo omíada absorveu muito dessas culturas, mas criando mesmo os seus novos modelos com originalidade concordante com o vasto império islâmico (Fernandes, 1999, p. 94).

Não existe na cultura tradicional muçulmana uma base doutrinal direcionada para as artes, mas sim atitudes, algumas desenvolvidas ou copiadas a partir das regiões dominadas (Oleg Grabar, 1996, p. 28). O autor André Bazzana defende a função inegável dos princípios corânicos que norteiam o dia-a-dia dos crentes nas conceções artísticas, realçando o papel afetivo da unidade num mesmo credo, que se traduz numa sensibilidade comum (André Bazzana, 1991, p.352.). A iconografia da cerâmica é indissociável do contexto político-religioso do Islão peninsular, enquadrando-se na singularidade do reino omíada independente que se desenvolveu em Córdova, então um dos focos principais de irradiação cultural do mundo islâmico.

Destaca-se um conjunto de peças fabricadas com recurso à técnica comumente designada de "verde e magnanês", com representações antropomórficas, que segundo Isabel Fernandes, peças com este tipo de ornamentação chega a converter-se em oferendas do soberano, a título de recompensa ou de afabilidade. Expressão de um poder centralizado que divulga uma imagem de opulência e de ostentação (Fernandes, 1999, p. 95). Possivelmente são fruto de um trabalho artesanal de encomenda para uma clientela urbana, plausivelmente culta e de um "status" social elevado, que aprecia decorações de qualidade, mesmo em artigos utilitários como estes. "Ao gosto do comprador atraem as alusões ao sagrado e ao poder, através de um desenho invulgar, evocador de antigas tradições orientais e do efeito estético do "verde e manganês", a moda palaciana de grande expansão desde o centro cordovês" ostentação (Fernandes, 1999, p. 95).

É tentador associar estas peças aos acontecimentos ocorridos em Évora nos anos que sucederam o saque da cidade, em que a cidade é auxiliada pelo muladí Úd Ibn Sa'dún as-Shurumbaqi seguindo as ordens de Ibn Marwan. Uma análise meramente especulativa, no entanto, atendendo à cronologia e proveniência das peças, não é descabido que se trate de uma relação entre estes líderes "mecenias", num período após as-Shurumbaqi, e as entidades aftácidas.

A partir do final do século X a cidade encontra um enorme fluxo de crescimento urbano, ao olharmos as fontes literárias deste período, podemos concluir que não existem arrabaldes na cidade pela altura do saque, facto que se traduz numa cidade sem crescimento económico e urbano. O qual, só se fará sentir a partir da segunda metade do século X, existe unanimidade quanto a este facto, os dados arqueológicos estão sintonia com o relato do saque de Ordonho II.



FIG. 3 Cerâmica com ornamentação a "verde e manganês" com motivo antropomórfico.



FIG. 4 Pormenor da intervenção arqueológica junto ao templo romano por Theodor Hauschild em 1991. São perceptíveis vários silos do período islâmico escavado diretamente no pavimento do fórum romano.

Relativamente ao crescimento urbano da cidade, podemos concluir que durante os primeiros séculos a cidade manteve as estruturas herdadas da antiguidade, com poucas alterações, através da estratigrafia e da geografia urbana são diversas as conclusões com que nos deparamos. Era já ponto assente que a zona do templo e do Museu tiveram utilização habitacional, em ambos os casos durante todo o período islâmico³. No primeiro falamos claramente de uma ocupação polifásica, os silos escavados no pavimento de origem romana, são prova da reutilização das estruturas antigas pelas populações neste período, e a cronologia dos entulhos recuperados apresenta uma datação *post quem* emiral e *ante quem* almóada, traduzindo uma ocupação incessante do espaço durante o período islâmico.

Considerando a crónica referida, é bastante provável que o templo tenha sido transformado numa estrutura defensiva neste período⁴, é natural que se fixassem habitações junto a este forte, que se prolongará até à "mesquita", ligando-se fisicamente a esta, como comprovam os dados analisados por Vanessa Filipe no que toca à estratigrafia registada durante as escavações do Museu de Évora. Refere que há um reaproveitamento de estruturas de períodos anteriores, com estruturas que se enquadram nas normas construtivas descritas por Ibn'Abdun⁵. São estruturas que dão conta de um bairro de grandes dimensões que terá sido abandonado após conquista cristã da cidade em 1165 (Filipe, 2012, p. 148-150), consentâneo com o *términus* ocupacional das estruturas junto ao templo.

Os vestígios materiais e estratigráficos encontrados na zona sul desta zona central, no edifício do Colégio dos Meninos do Coro da Sé de Évora, traduzem de igual forma a presença de um conjunto habitacional. Atendendo ao consenso historiográfico que coloca geograficamente a Mesquita principal da cidade no local onde atualmente se situa a Sé Catedral, no entanto a necessitar de comprovação arqueológica, reforça esta perspetiva, existe claramente uma continuidade da zona áulica romana, na qual se insere o templo e a mesquita (Fernandes, 2001, p.5), habitada por uma elite urbana durante todo o período islâmico. É notório que estejamos perante uma continuação dessa zona habitacional, que se advinha intensa em torno da Mesquita, estendendo-se para a zona sul/ sudoeste da mesma, em direção ao largo das Portas de Moura.

No entanto o *términus post quem* deste local enquadra-se no século X, este défice de vestígios do período emiral pode encontrar justificação em diversas razões, nomeadamente pelo abandono dos silos se ter efetuado já no século XI e, simplesmente, a realidade material dos séculos VIII e IX, já ter sido abandonada, tal como se passa na ocupação da zona onde hoje é o Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo.

Relativamente à reutilização de uma estrutura de banhos romana afigurasse prematuro avançar com garantias, no entanto, fica a hipótese de um pequeno *hammam* ou local de abluções em anexo à mesquita, parece plausível atendendo ao fácil abastecimento de água da estrutura devido aos níveis freáticos da área que se encontram próximos da superfície, facto comprovado pela existência de poços, que poderiam ter continuado a fornecer água, muito depois do desaparecimento do aqueduto romano (Bilou, 2010, pp. 10–11)⁶.

Na encosta Este da cidade as escavações do Pátio de São Miguel e do Palácio dos Lóios, testemunham ocupação do local em período islâmico, contudo a associação desta zona à alcáçova carece ainda de trabalho arqueológico. No entanto a casa de grandes dimensões encontrada no Pátio de São Miguel sugere parte de um edifício palatino, justificando os moldes de ocupação do espaço como alcáçova.

Junto à muralha, no quadrante Oeste, na zona da atual Casa de Burgos e Rua Vasco da Gama encontramos, de igual forma, vestígios de



FIG. 5 Fotografia do templo romano empedrado. Arquivo CME.

habitações, materializados em espólios do quotidiano. Um dado que parece certo é que a cidade se foi construindo em torno das estruturas romanas já existentes, e logicamente do centro para a periferia. Apesar de surgirem materiais emirais nas escavações da *natatio* das termas romanas, que são provenientes de revolvimento, facto que leva a ponderar a reutilização das termas (ou pelo menos da *natatio*) como vazadouro de lixos domésticos, provavelmente uma lixeira urbana que atravessou todo o período islâmico. A partir da segunda metade do século X, verifica-se um crescimento urbano em Évora, como atesta o já referido arrabalde da Cerca de Santa Mónica situado na encosta da alcáçova. Numa análise à cartografia relativa à dispersão da cerâmica nos sítios arqueológicos observa-se que, na transição do período emiral para o califal existe uma evolução da ocupação na cidade, partindo da zona central em direção à muralha, extravasando-a a partir de 929 d.C., facto que se acentuará já em finais do século XI com o surgimento de um segundo arrabalde na zona Oeste.

Os vestígios osteológicos funcionam como fator delimitador da cidade nos diferentes períodos, assim sendo existem duas primeiras necrópoles na zona da Praça do Geraldo e Portas de Moura, em zonas junto às muralhas. Será, portanto, factual que até aos finais do século XI a cidade se mantém com a geografia mais ou menos definida pela muralha tardo-romana. O período de desenvolvimento califal é consentâneo com a reconstrução da cidade pós-saque, a partir deste momento surge o crescimento urbano, aliado logicamente ao aumento financeiro e comercial, tanto da cidade como de todo o al-Andalus. Surgem então os primeiros arrabaldes e, já no século XII, a cidade toma nova forma, sendo potenciada por um crescimento habitacional elevado, como constatamos na quantidade de pontos geográficos de onde surgiram vestígios relacionados com o período almorávida.

O crescimento da cidade iniciado no século X toma corpo no século XI, chegando ao seu apogeu já no início do século XII. A comprovar estão factos arqueológicos como a presença de necrópoles bastante mais afastadas da muralha antiga (necrópole da zona do Antigo Convento de S. Domingos) e uma quantidade relevante de novos vestígios em que os materiais apontam para uma cronologia exclusiva do século XII, ao contrário dos sítios centrais em que os vestígios abarcam todas as fases do

FIG.6 Espólio cerâmico do século XI.



período islâmico. São testemunhos que sugerem um vincado crescimento urbano no século XII. E visto que a ameaça cristã paira sobre a cidade⁷, não é desapropriada a hipótese de ter existido uma segunda linha de muralha na cidade construída em finais do século XI e inícios do XII.

As muralhas de Évora neste período teriam as características poliorcéticas que agora se desconhecem? Não é impossível, dado que, segundo a crónica do eborense Christovão Rodrigues Acenheiro⁸, D. Fernando de Portugal terá mandado destruir grande parte da "cerca velha" (Correia, 2012, pp. 664–665)⁹.

Esta hipótese parece bastante plausível, no entanto não se pode afirmar que a cintura que hoje se vê da muralha fernandina de Évora possa corresponder à segunda muralha islâmica, considerando inovações da Ordem de Avis que possam também ter sido destruídas na fase fernandina. Esta hipotética segunda cerca muçulmana pode em alguns troços ter coincidido com as linhas Fernandinas, no entanto parece um pouco exagerado que tivesse tais dimensões. As necrópoles cronologicamente mais recentes assumem-se como um fator delimitador da mancha urbana e desta possível muralha, até porque não se verificam vestígios de ocupação muçulmana para lá destes cemitérios.

A investigação arqueológica em Évora tem vindo a proporcionar um apreciável conjunto de dados, que conforme se demonstrou permitem formular com rigor as hipóteses, dos mais diversos prismas acerca da cidade muçulmana de Évora. Um fator que parece pertinente é a sucessiva reutilização/reocupação de espaços e estruturas dos períodos anteriores. No entanto muitos são os contributos deixados pela cultura muçulmana na cidade, desde a língua à cerâmica, ao traçado urbano e aos costumes alimentares.

Apesar de uma leitura fragmentada da realidade e de uma abordagem necessariamente esquemática, denotamos a ausência de vestígios que confirmem uma chegada abrupta ou violenta das tropas muçulmanas, nem uma doutrina ou política imposta à força, mas sim uma realidade que se molda lentamente ao sabor de ruturas com tradições passadas, numa branda aceitação dos novos costumes.

Ligada pelo cordão do comércio, a cidade de Évora insere-se no sul Ibérico, entendido como um espaço alargado e sem limites geográficos frígidos, culturalmente unificado por uma matriz comum, a mediterrânica, comportando especificidades próprias de um território onde, durante este período conviveriam, influenciando-se reciprocamente, cristãos, muçulmanos e minorias étnico-religiosas como judeus, moçárabes e estrangeiros.

NOTAS

- ¹ A obra de al-Rasi trata a geografia do al-Andalus no século X, com destaque para as sedes de Kûra, Évora encontra-se na obra integrada administrativamente e militarmente na órbita de Beja.
- ² Registado bibliográfico extenso, a título de exemplo: Fernández Valdés Fernando, 1998, p. 393.
- ³ São os dois locais já analisados do ponto de vista científico, no entanto a escavação do templo carece de um melhor esclarecimento estratigráfico. (Teichner, Felix, 1986-1992-1998, pp. 17-31).
- ⁴ Veja-se (Sidarus, 1988, p. 196) – “[...]de acordo com o relato da peleja, estas torres “pareciam não ter ligação estratégica com a muralha”. Isto é estranho do ponto de vista da arquitectura militar e da própria situação dos refugiados: divididos por vários edifícios e todos eles tão impenetráveis? A verdade é que o problema pode prender com a terminologia e o documento pode-se referir a um único edifício (mabnâ) poderia ser o antigo edifício do Templo Romano, com certeza, já emparelhado e transformado em torre inexpugnável. Terá funcionado antes, como igreja, na sequência do fim do paganismo em Évora?”.
- ⁵ FALTA NOTA 5.
- ⁶ Informação implícita na obra de Bilou (2010, pp. 10-11).
- ⁷ Veja-se o impacto que o saque de Évora por Ordonho II teve no seio do poder muçulmano, exemplo disso é a forma como Ibn-hayan se refere ao príncipe galego no texto al-Muqtabis. E a obra de Fernando Correia Branco, todo o processo de conquista cristã.
- ⁸ “E despoys, era de mil e quatrocentos e dezoito, maôdou este Rei derribar a cerca velha d'Évora, que era a mylhor couza d'espanha” – Christovão Rodrigues Acenheiro, *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*, in: *Collecção de Inéditos de História Portuguesa*, tomo V, Lisboa, Real Academia das Sciencias, 1824, p. 146.
- ⁹ FALTA NOTA 9.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge, *Portugal Romano*, ed. Verbo, Lisboa, 1974.
- BAZZANA, André, *La Céramique Verte y Morado Califale à Valence: Problèmes Morphologiques et Stylistiques*, in: *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 1991.
- BEIRANTE, Maria Ângela, *Évora na Idade Média*, Ed: Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1995.
- BILOU, Francisco, *A Refundação do Aqeduto da Água de Prata, em Évora 1533-1537*, ed. Colibri, Lisboa, 2010.
- COELHO, António Borges, *Donde Viemos*, História de Portugal, vol. I, Editorial Caminho, Alfragide, 2010.
- COELHO, António Borges, *Portugal na Espanha Árabe*, ed. Caminho, 3.ª ed., Lisboa, 2008.
- CORREIA, Fernando Branco, *Fortificação, Guerra e Poderes no Garb al-Andalus*, Tese de Doutoramento, policopiada.
- CHRISTOVÃO, Rodrigues Acenheiro, *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*, in: *Collecção de Inéditos de História Portuguesa*, tomo V, Lisboa, Real Academia das Sciencias, 1824.
- FARIA, António Marques de, *Pax Iulia, Felicitas Iulia; Liberalitas Iulia*, in: *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 4-2, IPA, Lisboa, 2001.
- FERNANDES, Hermenegildo, *Organização do espaço e sistema social no Alentejo medieval. Ocaso de Beja*, Dissertação de Mestrado, FCSH, Lisboa, 1991.
- FERNANDES, Hermenegildo; VILAR, Herminia, *O Urbanismo de Évora no Período Medieval*, in: *Revista Monumentos* n.º 26.
- FERNANDES, Isabel, *Uma taça islâmica com decoração antropomórfica proveniente do castelo de Palmela*, in: *Arqueologia Medieval* 6, ed. Afrontamento, Lisboa, 1999.
- FERNÁNDEZ, Valdés Fernando, et al., *La Cerámica Andalusí de la Ciudad de Badajoz. primer período (siglos IX- XII), según los trabajos en el antiguo hospital militar y en el área del aparcamiento de la c/ de Montesinos*. In: *Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, ed. Ajuntamento de Extremadura, 1998.
- FILIFE, Vanessa, *Contributo para o Conhecimento da Presença Islâmica em Yabura*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Março de 2012.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, *La Cerámica Islámica de Mértola: Producción e Comercio*, Tesis Doctoral, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2004.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, *Cerâmica Islâmica do Garb al-Ándalus*, in: *Portugal Islâmico, os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa 1998.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, *Cerâmica Islâmica do Gharb al-Ándalus*, Campo Arqueológico de Mértola, in: *Seminário “A produção de cerâmica em Portugal: histórias com futuro, Mértola*, 2007.
- GRABAR, Oleg., *La Formación del Arte Islámico*. 8.ª ed. Cátedra, Madrid, 2000, p. 216.
- MACIAS, Santiago, *Islamic Archeology in Portugal*, in: *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*, Direcção de José Mattoso, ed. Centro de Estudos de História Religiosa e 10 outras instituições, Lisboa, 2010.
- MACIAS, Santiago, *Mértola Islâmica, Estudo Histórico-Arqueológico do Bairro da Alcáçova (Séculos XII-XIII)*, Mértola, 1996.
- MATTOSO, José, A época sueva e visigótica, in: *História de Portugal*, Dir. José Mattoso, vol. I – Antes de Portugal, ed. Estampa, Lisboa, 1997.
- PICARD, Christophe, *Le Portugal Musulman (VIII – XIII siècle), L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*, Maisonneuve & Larose, Paris, 2000.
- REI, António, *O Gharb al-Andalus em dois geógrafos árabes do século VII/XII: Yāqūt al-Hamāwī e Ibn Saʿīd al-Maghribī*, in: *Medievalista* n.º 1 (online), 2005.
- SALINAS PLEGUEZUELO, M.ª Elena, *La cerâmica Islâmica De Madinat Qurtuba, de 1031 a 1236: Cronotipologia y Centros de Producción*, Tesis Doctoral, Universidad de Córdoba, Córdoba.
- SIDARUS, Adel, *Um texto árabe do século X relativo à nova fundação de Évora e aos movimentos muladi e berbere no ocidente andalus*, in: *A Cidade de Évora*, n.º 71-76, Ed. Gráfica Eborense, Évora, 1988.

- TEICHNER, Felix, *A ocupação do centro da cidade de Évora da época romana à contemporânea. Primeiros resultados da intervenção do Instituto Arqueológico Alemão (Lisboa)*, Actas das II Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Câmara Municipal de Tondela, Tondela 1998.
- TEICHNER, Felix, Évora, Vorbericht über die Ausgrabungen am Römischen Tempel (1986-1992), *Madrider Mitteilungen*, Mainz, Verlag Philipp Von Zabern.
- TORRES, Cláudio, Camponeses e Mercadores no Mediterrâneo, *Arqueologia Medieval* 10, ed. Afrontamento, Porto, 2008.
- TORRES, Cláudio, *O Garb al-Andaluz*, in. História de Portugal de José Mattoso, Vol. I, ed. Círculo de Leitores, Lisboa, 1992.
- Valdés Fernando, et al., *La Ceramica Andalusí de la Ciudad de Badajoz. primer período (siglos IX- XII), según los trabajos en el antiguo hospital militar y en el área del aparcamiento de la c/ de Montesinos*. In: Sítios Islâmicos do Sul Peninsular, ed. Ajuntamento de Extremadura, 1998.



O beco desaparecido da judiaria medieval de Leiria. Repensar o urbanismo a partir da descoberta de um arruamento

ANTÓNIO GINJA

Arqueólogo, doutorando da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e do Centro de Estudos Sociais, bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/132487/2017), apoiada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (orcid.org/0000-0002-3300-8223)
antonioldginja@gmail.com

RESUMO Uma intervenção arqueológica adjacente à reabilitação de um edifício no centro histórico de Leiria, em área ocupada na Idade Média pela judiaria da vila, pôs a descoberto um beco até então desconhecido. O beco, inicialmente ladeado por duas casas distintas, seria sucessivamente ocupado por construções, até desaparecer por completo. A configuração urbanística do centro histórico leiriense, conhecido pela sua característica organização em "espinha de peixe", pode ainda hoje observar-se na planta atual da cidade. Pese embora os vários e significativos contributos historiográficos, as suas características urbanísticas, nomeadamente as do bairro judaico medieval, permanecem por analisar, mesmo nas reflexões teóricas mais recentes sobre o urbanismo medieval português. A descoberta de um beco medieval desaparecido e a interpretação arqueológica das estruturas expostas oferecem por isso uma oportunidade singular para refletir sobre alguns aspetos do urbanismo medieval leiriense. Analisa-se assim, à luz das evidências postas a descoberto, o perfil do loteamento e da habitação da Leiria medieval, e, refletindo sobre a cartografia atual e antiga do centro histórico desta cidade, o enquadramento e os processos de formação e de transformação adjacentes à sua ordenação cruzada.

PALAVRAS-CHAVE Leiria, Época Medieval, Judiaria, Urbanismo.

ABSTRACT *The vanished alley of Leiria's medieval Jewish quarter. rethinking urbanism from the discovery of a street.* An archaeological intervention in close connection to the rehabilitation of a building at Leiria's historic centre, within the area occupied by the Jewish quarter during the Middle Ages, revealed an unknown vanished alley. Initially flanked by two different houses, the alley was continuously occupied by constructions, until it completely disappeared. Leiria's historic centre urban layout, known for its typical "herringbone" organization, may still to this day be observed in current plans of the city. Despite the many and significant historiographic contributions, its urban characteristics, namely those of the Jewish medieval quarter, remain however to be analysed, even in the most recent theoretical approaches to the Portuguese medieval urbanism. Therefore, the discovery of a medieval vanished alley and the archaeological interpretation of the structures now exposed offers a singular opportunity to reconsider some aspects of the medieval urbanism of Leiria. In light of new evidence, Leiria's medieval urban allotment and housing are analysed. Taking into account the current and old cartography of this city historic centre, the framework and processes of development and transformation adjacent to its cross-shaped planning are examined.

KEY WORDS Leiria, Middle Ages, Jewish Quarter, Urbanism.

INTRODUÇÃO

Embora o longo e dedicado investimento historiográfico tenha dotado a cidade de Leiria de múltiplas análises históricas, histórico-artísticas e arqueológicas, persiste sobre a malha urbana do seu centro histórico um certo desconhecimento. De facto, à exceção das análises empreendidas por Saul Gomes, pouco se tem debatido sobre a implantação e o desenvolvimento urbanísticos dos bairros medievais leirienses. Dos atributos urbanísticos do centro histórico da cidade, por exemplo, pouco se avançou para além da identificação de uma matriz em "espinha de peixe" e da sua mais que provável determinação régia, sem que tenham até hoje sido promovidas as análises espaciais daí decorrentes



FIG. 1 Ocorrências em análise sobre excerto da planta atual de Leiria. Planta original cedida pela Câmara Municipal de Leiria.

ou mesmo delimitadas as contextualizações históricas adjacentes a este tipo de ordenação urbanística. Com a presente comunicação pretende-se então, a partir de descobertas arqueológicas de índole urbanística, lançar um novo olhar ao cadastro do centro histórico de Leiria e, incorporando estudos anteriores de outros investigadores, avançar com hipóteses interpretativas para algumas das suas características urbanas.

Tendo como polo agregador a igreja de São Pedro, documentada desde 1156, a população medieval de Leiria começou por fixar-se no morro do seu castelo, em área circunscrita por uma muralha, a cerca da vila, que deverá recuar também a meados do século XII (Saraiva, 1929; Gomes, 2004). Por finais desta centúria, porém, surge já documentada a igreja de São Martinho (Gomes, 2010), erguida em praça homónima na falda do castelo, em local extramuros. De maior proximidade e mais fácil acesso ao rio e aos campos agrícolas, a praça, atualmente denominada Rodrigues Lobo, foi palco dos primeiros estabelecimentos populacionais extramuros, ocorridos logo a partir dos séculos XII e XIII (Gomes, 2004).

A preferência pelas várzeas do rio em detrimento da cerca da vila redundou no paulatino, embora irreversível, abandono do espaço intramuros. Por finais do século XIV, quando D. João I ordenou a construção dos seus Paços Novos¹, por exemplo, a escolha do local recaiu sobre a área do castelo voltada não para a vila primitiva, em torno da igreja de São Pedro, mas para a baixa da vila, instalada junto à praça de São Martinho. Em finais do século XV, já a desertificação no interior do castelo era uma realidade, de certo modo consubstanciada pelos privilégios atribuídos por D. João II (Gomes, 1990) aos que quisessem morar no interior da muralha, que, não obstante, se encontrava em 1566 "*muito desbaratada e em partes caída*" (in Gomes, 2004: 109).

A densidade urbana em torno da praça de São Martinho, pelo contrário, não cessou de aumentar desde a fundação da igreja homónima, já de si consequência de um agregado populacional preexistente. Local de mercado periódico pelo menos desde meados do século XIV, mas também das casas do Concelho, do Paço dos Tabeliães e da prisão (Gomes, 1990), a praça congregou, e congregaria até inícios do século XX, funções religiosas, comerciais e administrativas. Desaparecida a igreja de São Martinho, em data anterior a 1553 (Filipe *et alii*, 2003), ergueu-se no local a capela da Graça (O Couseiro, 2011), mas a substituição da igreja por uma capela, no entanto, não esvaziou do seu valor simbólico a praça, que albergou o edifício camarário até 1910 (Gomes, 1990).

Foi precisamente a algumas centenas de metros da praça, em pleno centro histórico de Leiria, que tomou lugar, no edifício n.º 26 a 28 da rua Barão de Viamonte, uma intervenção arqueológica² que, no âmbito de obras de requalificação decorridas entre 2013 e 2014, se encontra na base do presente trabalho. A leitura arqueológica decorrente de três sondagens no solo, da picagem de rebocos e do desmonte de algumas estruturas, possibilitou, à luz das evidências materiais e dos pressupostos da Arqueologia da Arquitetura, apurar relações estratigráficas, cronologias relativas e cronologias absolutas, passíveis de descodificar a sequência construtiva que deu origem ao edifício intervencionado.

DUAS CASAS MEDIEVAIS

Se se excetuarem as remodelações de pequena monta, que ao longo de diferentes épocas foram responsáveis por alterações de natureza meramente estética, pode afirmar-se que o edifício intervencionado resulta da sequência de quatro principais fases construtivas.

A fase mais recente (fase IV), que, executada com tijolos alveolares e ligantes de cimento, remonta a meados do século XX, está na origem de um conjunto de unidades estratigráficas murárias responsáveis pela compartimentação de alguns espaços internos e pela remodelação de alguns vãos. De uma forma genérica, no entanto, estas estruturas pouco contribuíram para o aumento da área do edifício em causa, quer em extensão quer em altura.

Por seu turno, uma fase construtiva estratigraficamente anterior (fase III) acrescentou ao piso térreo da secção poente do edifício dois novos pisos. Para que tal fosse possível, contudo, foi necessário ocupar uma área central ao edificado existente, espaço que permanecia até então por edificar. Esta ocupação urbana, que, constando de planta da cidade datada de 1816 deverá remontar a período anterior, resultou no efetivo encerramento de uma abertura ao nível do piso térreo, anulando, como se verá, um beco.

Imediatamente abaixo na sequência estratigráfica deste edificado, uma fase construtiva anterior (fase II) incidiu sobre o piso térreo da secção nascente do edifício, acrescentando-lhe também dois novos pisos. Encostada a um edifício vizinho, datado por epígrafe de 1642, mas também a estruturas cujo desmonte permitiu a identificação de espólio enquadrável na segunda metade do século XVII, a construção destes dois novos pisos terá decorrido a partir da segunda metade desta centúria.

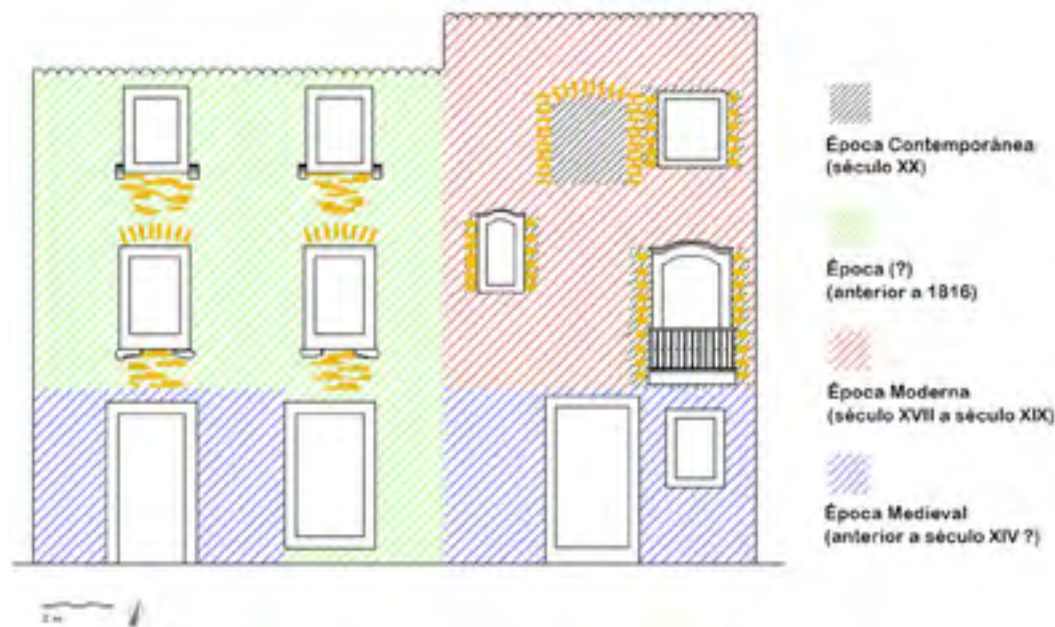


FIG. 2 Principais fases construtivas detetadas no edifício intervençionado. Alçado principal. Registo gráfico do autor.

Posteriormente encostada, como visto, por uma construção decorrida antes de 1816, esta fase construtiva enquadra-se em período compreendido entre a segunda metade do século XVII e inícios do século XIX.

Correspondendo às estruturas detetadas de cronologia mais recuada (fase I), estratigraficamente abaixo das estruturas decorrentes das demais fases construtivas, encontravam-se por sua vez dois distintos conjuntos edificados, que se desenvolviam apenas ao nível do piso térreo. Cobertos pelas estruturas edificadas nas fases II e III, os dois conjuntos eram inicialmente autónomos um do outro. Separados por um espaço em corredor, ambos os edifícios permaneceram isolados até à fase construtiva III, cujas construções anularam o espaço que os mediava, unindo os dois conjuntos. Erguidos desde o subsolo, os dois edifícios eram encostados por depósitos sedimentológicos. O mais antigo destes sedimentos, com alguma probabilidade, segundo cronologia deduzida dos materiais culturais que forneceu, de período anterior ao século XIV, remeteu ambos os edifícios para período medieval.

De ambos os edifícios subsistiam evidências estruturais enquadráveis no universo tipológico da habitacional corrente medieval³. De facto, ambos preservavam as paredes externas erguidas ao longo de lotes estreitos e alongados, assim como paredes internas que dividiam as respetivas áreas em dois espaços, um espaço anterior, coberto, adjacente a um espaço posterior, a descoberto. Outras evidências sustentavam uma comunicação privilegiada de ambos os edifícios com o espaço em corredor que os mediava, embora a possibilidade de vãos abertos na fachada voltada para a via principal (posteriormente designada rua Barão de Viamonte), muito alterada por ações construtivas posteriores, não seja de descartar.

FIG. 3 Edifício medieval nascente. Alçado oeste, em cima, localização sobre planta, em baixo. Registo gráfico do autor.

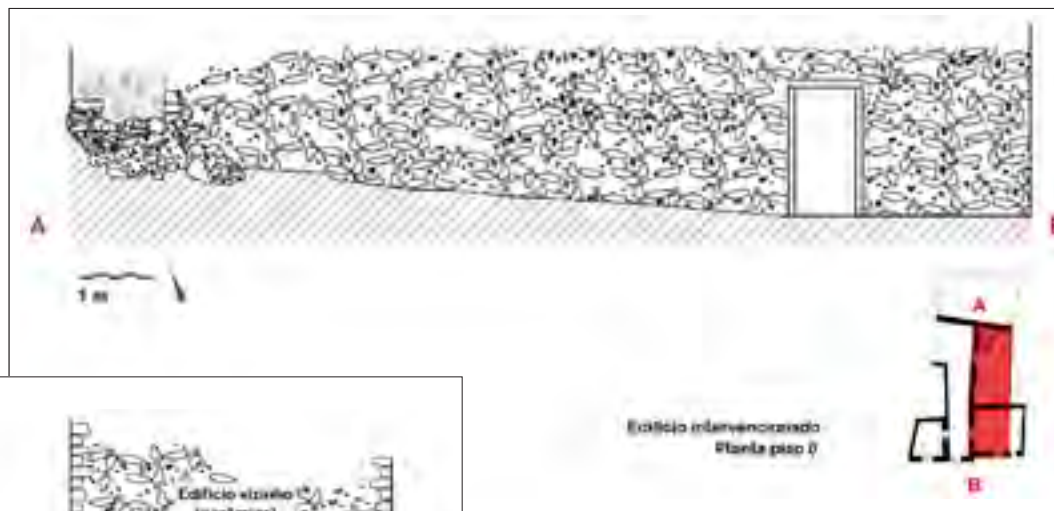
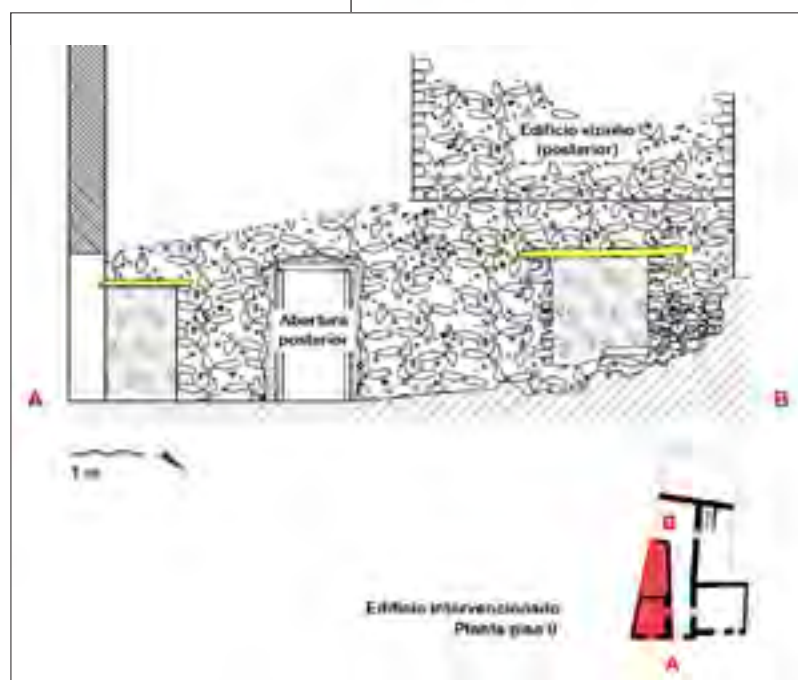


FIG. 4 Edifício medieval poente. Alçado este, em cima, localização sobre planta, em baixo. Registo gráfico do autor.



O edifício a nascente do corredor central contava com um vão de porta, emoldurado por cantaria, que servia o espaço anterior, embora o espaço posterior, contasse também com um vão de porta, desta feita sem qualquer adorno. A natureza diferenciada dos vãos sugere distintas funcionalidades espaciais, às quais não será alheia a presença de um poço, detetado no espaço posterior. Encostado por um nível de circulação associado a um conjunto de materiais de cronologia medieval/moderna, o poço recuará eventualmente a período medieval, cronologia de resto compatível com a dimensão do seu diâmetro, 0,88 metros ou 4 palmos de craveira.

Perspetiva-se assim um edifício com logradouro posterior dotado de poço, anexo a um compartimento anterior eventualmente coberto e habitável, dado o cuidado investido na moldura da sua porta.

No edifício a poente do corredor, pelo contrário, encontrava-se, fossilizado através de um interface horizontal, o negativo de um telhado de uma água só, com pendente para a via principal. O compartimento coberto confinava-se à área anterior do edifício. Este espaço, que uma considerável quantidade de fragmentos de talha pode remeter para o armazenamento de víveres, articulava-se com o corredor central através de um vão de porta desprovido de moldura. De modo equivalente, a área posterior deste edifício, hoje desenvolvida sob parte do edifício vizinho, abria também para este corredor, através de um vão de portão, entretanto emparedado. Prevê-se, deste modo, um edifício que poderá ter associado habitação e armazém, com logradouro ou telheiro munido de portão.



Compostos por duas áreas distintas, uma dianteira adjacente a uma segunda, posterior, os dois edifícios enquadram-se no tipo *casa térrea*, ou, caso algum dos seus respetivos logradouros tenha efetivamente sido coberto, no tipo *moradia térrea bicelular* (Conde, 2011). Ambos os edifícios revelavam ainda espaços habitacionais de planta tendencialmente quadrada e de pequena dimensão, respetivamente 20,89 m² e 28,80 m². Estas características aproximam-se dos casos verificados em Tomar ou no arrabalde da feira de Évora, mas opõem-se aos documentados em Coimbra ou em Santarém, por exemplo, onde predominavam as casas de planta retangular (Trindade, 2002).

FIGS. 5 e 6 Poço do edifício nascente, à esquerda, e portão (emparedado) do edifício poente, à direita. Registos fotográficos do autor.

O BECO DESAPARECIDO (DO TERREIRO?)

Sem as estruturas que posteriormente os vieram cobrir e unir, os dois edifícios, isolados um do outro tanto do ponto de vista espacial como do ponto de vista estratigráfico, erguiam-se, na realidade, em dois lotes separados por uma passagem em corredor. Articulada com três vãos de porta e um de portão, abertos em paredes externas, esta passagem corresponde na realidade a um arruamento, circunstância corroborada sobretudo pelo vão de portão, pela sua funcionalidade projetado para abrir diretamente para o exterior.

Em comunicação direta com a via principal até inícios do século XIX (fase III), este arruamento encontrava-se todavia interrompido a norte por uma volumosa massa de materiais rochosos, desagregados do morro em que se ergue o Castelo de Leiria, a curta distância do local. Estas rochas doleríticas, de enorme dureza e além do mais consolidadas por pacotes silto-argilosos, configurariam em período medieval um obstáculo de difícil remoção, determinando a obstrução do arruamento em causa. De facto, quando analisadas as plantas dos dois edifícios, percebe-se que este volume rochoso terá



FIG. 7 Material dolerítico na extremidade norte do beco, entre os dois edifícios detetados. Registo fotográfico do autor.

efetivamente constituído um obstáculo que impunha contornar: o edifício nascente desviado para leste do corpo rochoso, contra o qual de resto se ergueu em contraforte, enquanto o edifício poente se viu encurtado na sua profundidade. Ambos os edifícios tinham, para mais, as paredes posteriores parcialmente erguidas sobre o aglomerado rochoso, como, de resto se pode ainda hoje observar em alguns edifícios da vizinha rua de São Pedro.

Intransponível e de difícil remoção, ao ponto de condicionar a estruturação dos edifícios confinantes, o corpo rochoso ditou a efetiva interrupção, a norte, do arruamento. Aberto, a sul, para a via principal, mas interrompido na extremidade oposta, este arruamento configurou na verdade um beco. Sucessivamente ocupado por estruturas erguidas em distintos períodos, este beco desapareceu, tendo desapare-

cido também, sobretudo no decurso da fase III, os sinais mais evidentes da sua existência.

Particularmente sujeitos, porque mais reservados, à imundice que caracterizava as ruas das cidades medievais, os becos eram muitas vezes vedados por particulares através de portões ou cancelas. Esta conjuntura sobremaneira facilitava a sua apropriação privada e subsequente anulação, circunstância que ocorria de resto com a conivência das autoridades públicas, que em troca cobravam os respetivos tributos (Trindade, 2002).

Embora o troço final da rua da Judiaria, hoje rua Latino Coelho, tenha já sido identificado como o beco do Terreiro, um beco registado em documento de 1447 (Gomes, 2010), uma planta de Leiria de 1816 demonstra claramente que este troço entroncava de forma desimpedida com a antiga calçada de São Pedro, atual rua D. Afonso Henriques. Atualmente, as duas ruas articulam-se através de estreitas escadinhas, que, não estando registadas na dita planta (quando outras escadinhas se encontram assinaladas) e não encontrando reflexos na toponímia local senão a partir de 1912 (Gomes, 2010), deverão resultar de reformulação viária ocorrida já na contemporaneidade.

Contudo, o beco do Terreiro⁴ deverá com certeza ter assumido esta denominação em virtude de uma relação direta com a rua Direita, por esta altura denominada rua do Terreiro (Gomes, 1993). Ora, se o beco detetado durante a intervenção arqueológica em análise se articulava com a rua Direita, hoje rua Barão de Viamonte, não poderão os documentos citados referir-se, afinal, ao beco agora revelado? Se na rua do Beco, "*honde estaa huua mota de cassas*", se localizava "*hu quintall e poço na judiaria da dicta villa*" (in Gomes, 2010: 22, 23), então não deve ser desconsiderada a possibilidade de o beco descoberto, precisamente em articulação com um quintal dotado de poço (edifício nascente) e interrompido a norte por uma mota (desagregação dolerítica), corresponder ao dito beco do Terreiro.

O LOTEAMENTO E O CADASTRO URBANO

Para além de concordantes com os parâmetros da habitação corrente medieval, as evidências arqueológicas apontavam igualmente para a implantação dos dois conjuntos edificados sobre áreas consentâneas com o loteamento urbano medieval⁵. Consagrado na bibliografia concernente como *lote gótico*, expressão mais recentemente substituída por *lote godo*, o lote urbano medieval, retangular, estreito e alongado, resulta da conjugação entre a otimização do espaço disponível e a necessidade de articulação direta com a rua (Trindade, 2013). Efetivamente, a nascente do beco, o lote ocupado circunscrevia-se a um espaço quase retangular, mais estreito na face voltada para a via principal, a antiga rua Direita, e mais alongado na face voltada ao beco. A ponte deste, porém, o lote aparentava desenvolver-se em área trapezoidal, circunstância eventualmente decorrente de imposições topográficas, como as que derivam das referidas desagregações doleríticas.

Tendo em conta o lote nascente, com cerca de 20 palmos de craveira de frente por 60 palmos de craveira de profundidade (4,56 metros × 13,20 metros), e partindo do princípio de que o lote poente possa encontrar-se, face ao exposto, diminuído na sua profundidade, as dimensões e *ratio* do loteamento urbano da leiria medieval aproximam-se das estabelecidas para os lotes em Portugal a partir do século XIII (Trindade, 2013).

Qualquer tentativa para detetar este módulo noutros locais do centro histórico de Leiria esbarra, porém, nas irregularidades do cadastro atual. Se é certo que em alguns quarteirões módulos de 20 × 60 palmos de craveira parecem encaixar milimetricamente, noutros quarteirões parece impossível que os mesmos tenham alguma vez existido. Carecendo de investigação complementar, esta questão encontra-se, como tal, sujeita a confirmação, nomeadamente através de novas intervenções arqueológicas.

De uma forma geral, contudo, e independentemente do tipo de loteamento que se verificasse na Leiria medieval, parece ter sido prática comum nas cidades medievais portuguesas a adoção de lotes orientados no sentido este-oeste, garantindo deste modo, pelo desimpedimento das únicas duas fachadas livres, a melhor exposição solar possível (Trindade, 2013). Como tal, a procura pela exposição nascente e poente impunha a organização do loteamento em torno de eixos viários principais orientados no sentido norte-sul (Bertán Abadía, 1992). Em núcleos urbanos onde o eixo principal assumia uma orientação tendencialmente este-oeste, a solução para alcançar uma melhor exposição solar consistia com frequência na abertura de ruas transversais, de orientação norte-sul, em torno das quais os edifícios poderiam, assim, assumir a pretendida orientação este-oeste.

FIG. 8 Lotes detetados, a vermelho, e algumas tentativas de sobreposição do módulo 20 × 60 palmos, a azul, sobre excerto da planta atual de Leiria. Planta original cedida pela Câmara Municipal de Leiria.



Os dois lotes em apreço, organizados em torno de uma via principal tendencialmente orientada no sentido este-oeste (a rua Direita), contudo, contrariam esta tendência, assumindo uma orientação norte-sul. A explicação para esta ocorrência poderá residir na preferência por fachadas voltadas para a rua principal, sem que sejam de descartar também as imposições decorrentes da natureza topográfica do local em que se encontram. De facto, a acentuada inclinação do terreno, já de si muito acidentado pela presença de motas rochosas doleríticas, poderá ter tornado a área a norte da rua Barão de Viamonte menos favorável à ocupação urbana, pelo menos até certo período. Observando a planta de Leiria de 1816 percebe-se precisamente, mesmo admitindo falhas cartográficas, como a maior parte da área a norte da rua Direita permanecia, ainda neste período, por edificar.

Se a constância do módulo adotado para os lotes parece imprimir regularidade a alguns dos quarteirões do centro histórico leiriense, qualquer observação mais distraída consegue detetar porém discrepâncias nesta aparente uniformidade. De facto, a área a noroeste da praça de São Martinho, regular e até simétrica, dotada de quarteirões homogéneos e ruas lineares, apresenta-se em absoluto contraste com a área a nordeste, composta por quarteirões heterogéneos e ruas sinuosas.

Face à disparidade das características cadastrais de cada uma destas áreas do centro histórico, a descoberta de um beco medieval desaparecido assume uma incontornável preponderância científica. De facto, se até à atualidade se manteve desconhecido um arruamento medieval, até que ponto conhecemos realmente a malha urbana da Leiria medieval?

DO BAIRRO JUDAICO AO BAIRRO EM ORDENAÇÃO CRUZADA

Estabelecida por Saul Gomes a nordeste da praça Rodrigues Lobo, em local que abrange o edifício reabilitado, a judiaria da vila medieval de Leiria encontrava-se compreendida entre a atual rua D. Afonso Henriques e praça de São Martinho e entre a atual rua Gago Coutinho e o largo da Sé (Gomes, 2010).

Contudo, se a primeira referência documental recua a judiaria leiriense a período anterior a 1219 (Gomes, 1993), as primeiras ordenações urbanísticas recuam apenas a D. Afonso III e a D. Dinis (Trindade, 2013) e, como tal, a período posterior a 1219. Ocorrida antes das primeiras ordenações urbanísticas, é natural que a fixação da judiaria leiriense, posto que devidamente autorizada e fora do recinto murado, tenha ocorrido afinal de forma espontânea, resultando na malha urbana irregular que caracteriza aquela área do centro histórico, de ruas sinuosas e quarteirões heterogéneos.

Bem distinta é a situação a oeste da área estimada para a judiaria de Leiria. Com ruas transversais simetricamente distribuídas em torno de um eixo viário central, esta zona organiza-se segundo uma ordenação cruzada, ou em "espinha de peixe". Como defendido também por Saul Gomes, uma ordenação deste tipo resultou com certeza de determinação superior, provavelmente régia (Gomes, 1993), embora como tal deva ter ocorrido, face ao exposto, em período posterior ao da implantação da judiaria.

Organizada em torno da rua da Judiaria (atuais ruas Latino Coelho e Miguel Bombarda), documentada como eixo central do bairro já em 1337 (Gomes, 1993), a judiaria de Leiria terá assim crescido



em função daquele que seria à época o mais relevante eixo viário extramuros. Unindo a vila primitiva no interior da cerca do castelo (através das Portas do Sol), ao local de maior relevância social extramuros, a praça de São Martinho, a rua da Judiaria constituiria um local de passagem privilegiado, atraindo a fixação populacional numa lógia mercantil própria das cidades medievais⁶. A sinuosidade deste eixo sugere, por sua vez, que o mesmo possa, à semelhança do bairro a que deu origem, ter surgido espontaneamente, como consequência de uma vinculação a um caminho porventura preexistente, ao qual

FIG. 9 Judiaria medieval de Leiria sobre excerto da planta atual de Leiria. Planta original cedida pela Câmara Municipal de Leiria. Perímetro (segundo Gomes, 2010) a azul-escuro, arruamentos a azul-claro.

FIG. 10 Bairro em ordenação cruzada sobre excerto da planta atual de Leiria. Planta original cedida pela Câmara Municipal de Leiria. Antiga rua Direita a azul-escuro, arruamentos a azul-claro. Antiga rua da Judiaria a amarelo.



FIG. 11 Antiga rua da Judiaria (a amarelo) sobre excerto da planta de Leiria de 1816. Planta original cedida pela Câmara Municipal de Leiria. Em destaque: entroncamento entre as antigas rua da Judiaria e calçada de São Pedro, à esquerda; escadinhas junto à Sé, à direita.

se foram anexando as primeiras construções. Como visto, ao contrário do que ocorre atualmente, a extensão da rua da Judiaria correspondente à rua Latino Coelho não teria a sua extremidade congestionada pelas ingremes escadinhas que hoje ali figuram, mas antes desembocaria desafogadamente na atual rua D. Afonso Henriques. Esta situação, fundamental para a circulação desimpedida que caracteriza qualquer eixo viário principal, ter-se-á mantido de resto pelo menos até inícios do século XIX, conforme se denota da planta de Leiria de 1816.

Por seu turno, a área urbana em ordenação cruzada a sudoeste da judiaria, com certeza resultante do aumento demográfico que se fez sentir nesta área em consequência do abandono da vila intramuros, constituía um bairro articulado não só com a própria judiaria, mas também com a praça de São Martinho, o centro social da baixa da vila. Não obstante, no lugar de uma comunicação direta, como seria espectável, entre a nova via principal e o principal centro preexistente, a rua Direita foi projetada em comunicação indireta com a praça, com a qual se articula através de ruas perpendiculares. Para mais, enquanto a antiga rua da Judiaria se encontrava orientada no sentido norte-sul, a nova rua Direita projetou-se de acordo com uma orientação não apenas distinta, mas praticamente oposta, no sentido nordeste-sudoeste.

Uma alteração assaz radical de orientação dos eixos principais, sem dúvida reflexo de reformulação de programas urbanísticos, terá forçosamente por base causalidades específicas, que encontram na alteração da relevância social dos polos unidos por cada um destes eixos a sua explicação mais plausível. De facto, se inicialmente o eixo principal em torno do qual se organizou a judiaria ligava a vila primitiva intramuros à praça de São Martinho, o abandono da vila intramuros, documentado desde meados do século XII (Gomes, 2004) e perfeitamente consumado já em meados do século XV, terá com certeza diminuído a circulação de transeuntes neste eixo e, assim, diminuído consideravelmente a sua relevância social. Desde 1361⁷, por outro lado, vinham sendo intensificados os mecanismos de segregação dos bairros judaicos. Por lei, preconceito, rivalidade profissional ou animosidade religiosa, as judiarias tornaram-se a partir de então locais proscritos, facto que deverá ser tido em consideração no caso leiriense⁸, quando analisada a transferência de relevância social da rua da Judiaria para a rua Direita.

A praça de São Martinho, cuja relevância social e económica se vinha afirmando desde finais do século XII, assumia por meados do século XV o protagonismo congregador da vida urbana de Leiria, apoiada contudo por outras praças e rossios, como o Terreiro, atual largo Cândido Reis. Indiretamente documentado desde 1447 (Gomes, 1993), o Terreiro constituía então um amplo largo, aberto na extremidade sudoeste da rua Direita. O seu valor socioeconómico, atestado não apenas pelo seu topónimo mas também porque, por sua vez, chegou a atribuí-lo à própria rua Direita, que por meados do século XV assumiu a denominação de rua do Terreiro (Gomes, 1993), não deverá ter sido despiciente no momento de planear o novo bairro. De facto, Terreiro, rua Direita e praça de São Martinho encontravam-se, como de resto nos dias de hoje, diretamente articulados entre si, por via da rua Direita e das ruas transversais que desta partiam em direção à praça de São Martinho.



FIG. 12 Ocorrências em análise sobre excerto da planta atual de Leiria. Planta original cedida pela Câmara Municipal de Leiria.

Mas se por meados do século XV se pode admitir uma articulação urbana equilibrada entre o Terreiro e a praça de São Martinho, na centúria seguinte, com a criação do bispado de Leiria em 1545 (Melo, 1995), a dinâmica urbanística leiriense sofreu consideráveis alterações. O novo bispado exigiu, naturalmente, uma Sé, cuja localização recaiu sobre uma área a nascente da judiaria. A escolha deste local, na extremidade da rua Direita oposta à do Terreiro, sugere a extensão da preponderância social alcançada por este eixo já em meados do século XVI. A construção da Sé acarretou, por outro lado, a demolição da igreja de São Martinho, cedida pelo cabido para regularização da praça de São Martinho (Margarido, 1988). Se o investimento empreendido pelo concelho para regularização da praça parece corroborar a subsistência da sua relevância económica ou, por outras palavras, do seu "valor funcional" (Gomes, 1990: 72), não deixa de ser provável que parte significativa da sua importância social tenha então diminuído, posto o desaparecimento do templo mais relevante desta área urbana e sua subsequente substituição pelo novo templo, a Sé.

A rua Direita assumiu-se então como principal eixo viário da malha urbana de Leiria, papel que foi sendo sucessivamente reforçado desde inícios do século XVIII até ao século XX, mediante a eleição do Terreiro para instalação dos solares e palacetes da aristocracia local⁹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A substituição da rua da Judiaria pela rua Direita enquanto eixo principal da malha urbana de Leiria não reflete apenas a adoção de um percurso mais plano no arrabalde, em detrimento de um percurso mais íngreme pelo interior da cerca, fenómeno frequente nas cidades medievais portuguesas (Trindade, 2013). No caso de Leiria, esta transformação pode, como visto, ser tanto a causa como a consequência de mudanças mais profundas, decorrentes de alterações da relevância social e económica de áreas específicas da malha urbana do seu centro histórico.

À medida que ao abandono da cerca muralhada se contrapunha a fixação populacional, e respetivo crescimento demográfico, junto da praça de São Martinho, a expansão urbana acrescentou à judiaria um novo bairro. Ao bairro judaico, implantado de forma espontânea, uniu-se um novo bairro, planeado em ordenação cruzada. O novo bairro organizou-se, no entanto, não em torno da rua da Judiaria, que unia a vila da cerca à baixa da vila, mas em torno de um novo eixo, a rua Direita, orientado em função dos espaços à época socialmente mais relevantes, a praça de São Martinho e o Terreiro. A construção da Sé e a eleição do Terreiro pela aristocracia local trouxeram as suas próprias alterações socioeconómicas, selando o protagonismo da rua Direita enquanto principal eixo viário.

O trajeto da rua Direita, atravessando parte da antiga judiaria, deveria articular-se com o beco detetado na intervenção arqueológica em que se baseia este trabalho, pelo menos até à sua assimilação pelo edifício intervencionado, momento a partir do qual desapareceu por completo. À escala local, este processo de metamorfose espacial mimetiza os mecanismos de alteração, transformação e perda de relevâncias socioeconómicas, tanto mais frequentes nos tecidos urbanos quanto maior for a continuidade da ocupação humana nos mesmos.

O mecanismo que conduziu ao desaparecimento deste beco contribuiu também para a descaracterização de dois edifícios habitacionais medievos. Ambos os edifícios, erguidos sobre lotes estreitos e alongados, e compostos por residências modestas com pequenos logradouros, refletem os paradigmas do loteamento e da habitação corrente medievais. Proporcionam por isso uma singular ocasião para ponderação sobre as formas de organização mas também, e mais relevantemente, sobre a vivência urbana da Leiria medieval.

Os projetos de reabilitação empreendidos nos centros históricos das cidades portuguesas constituem portanto, à semelhança do ocorrido com a reabilitação do n.º 26 a 28 da rua Barão de Viamonte, oportunidades privilegiadas para a leitura histórica e arqueológica do edificado que as compõe. Sem o devido acompanhamento arqueológico, centrado também na leitura estratigráfica do edificado, poderão irremediavelmente perder-se contributos essenciais para a perceção do edifício reabilitado, sem os quais nunca verdadeiramente compreenderemos os centros históricos das nossas cidades.

NOTAS

- ¹ Os Paços Novos do Castelo de Leiria são hoje consensualmente atribuídos a D. João I, tanto por via de comparações com o Mosteiro da Batalha (Dias, 1986; Silva, 2002; Costa, 1997; Gomes, 2004), como pela filiação das suas características nas estratégias da arquitetura civil da época (Barroca, 2002).
- ² Processo DGPC 2008/1(678).
- ³ Cfr., por exemplo, Trindade, 2002.
- ⁴ O beco do Terreiro assume também, em documento de 1514, a denominação de rua do Beco (Gomes, 2010).
- ⁵ Cfr., por exemplo, Trindade, 2013.
- ⁶ Em inícios do século XIV, a rua da Judiaria assumia a denominação de rua dos Mercadores (Gomes, 1990), inequívoco reflexo do carácter mercantil desta via. Extensão natural da habitação e da oficina, as ruas das cidades medievais acolhiam toda a sorte de pequenos negócios, vertidos, como neste caso, na toponímia da época. O desenvolvimento económico da cidade medieval dependia assim da circulação de transeuntes e da manutenção administrativa de determinadas vias, circunstância que de resto encontra abundantes reflexos na documentação coeva (Trindade, 2013).
- ⁷ O decreto régio de 1361 de D. Pedro I determinou a segregação das minorias religiosas moura e judaica (Trindade, 2013). As primeiras condicionantes de circulação surgiram pouco depois, impostas, por exemplo, por portas encerradas em período noturno, como a da judiaria leiriense, documentada desde 1412 (Gomes, 1993). O auge da segregação ocorreu com a expulsão das comunidades judaicas, decretada em Castela e em Portugal respetivamente em 1492 e 1496.
- ⁸ Em 1377 registou-se uma invasão à judiaria leiriense, episódio em que "britando as portas" se fez muito "mal e dapno nos corpos" dos seus habitantes (in Gomes, 1993: 6).
- ⁹ Entre outros edifícios abastados, encontram-se localizados no antigo Terreiro, atual largo Cândido Reis, o solar dos Athayde, de inícios do século XVIII (Costa, 1989), o solar dos Charters, do século XVIII (Sequeira, 1955) e o palacete do Barão de Salgueiro, do século XIX (Gonçalves, 1992).

BIBLIOGRAFIA

- BARROCA, M. J. (2002). *Arquitectura Gótica Civil. História da Arte em Portugal: O Gótico*, Lisboa: Editorial Presença, pp. 86–133.
- BETRÁN ABADÍA, R. (1992). *La Forma de la ciudad. Las ciudades de Aragon en la Edad Media*. Zaragoza: Delegación en Zaragoza del Colegio Oficial de Arquitectos de Aragón.
- CONDE, M. S. A. (2011). *Construir, habitar: a casa medieval*. Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».
- COSTA, L. V. (1997). *Ernesto Korrodi 1889 – 1944: arquitectura, ensino e restauro do património*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- COSTA, L. V. (1989). *Leiria*, Lisboa: Editorial Presença.
- DIAS, P. (1986). A arquitectura do ciclo batalhino. In P. Dias, coord., *História da Arte em Portugal: O Gótico*, Lisboa: Publicações Alfa, p. 65–109.
- GOMES, S. A. (2010). *A Comuna Judaica de Leiria das origens à expulsão: introdução ao seu estudo histórico e documental*. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefardistas "Alberto Benveniste" da Universidade de Lisboa.
- GOMES, S. A. (2004). *Introdução à História do Castelo de Leiria*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria.
- GOMES, S. A. (1993). Os judeus de Leiria medieval como agentes dinamizadores da economia urbana. *Revista Portuguesa de História*, 28, p. 1–23 (fac-símile).
- GOMES, S. A. (1990). A praça de São Martinho de Leiria do século XII à reforma de 1546. *Revista de Arte, Arqueologia e Etnografia*, Série II, p. 57–78.
- GONÇALVES, A. S. M. (1992). *Heráldica Leiriense*, Leiria: Câmara Municipal de Leiria.
- MARGARIDO, A. P. (1988). *Leiria, história e morfologia urbana*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria.
- MELO, M. L. A. (1995). A criação da Diocese de Leiria e o contexto europeu da época. As transformações sociais e religiosas da idade moderna. *Leiria-Fátima Órgão Oficial da Diocese*, 8, pp. 319–334.
- SEQUEIRA, G. (1955). *Inventário Artístico de Portugal: Distrito de Leiria*, V, Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.
- SILVA, J. C. (2002). *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.
- TRINDADE, L. (2013). *Urbanismo na Composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- TRINDADE, L. (2002). *A casa corrente em Coimbra dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

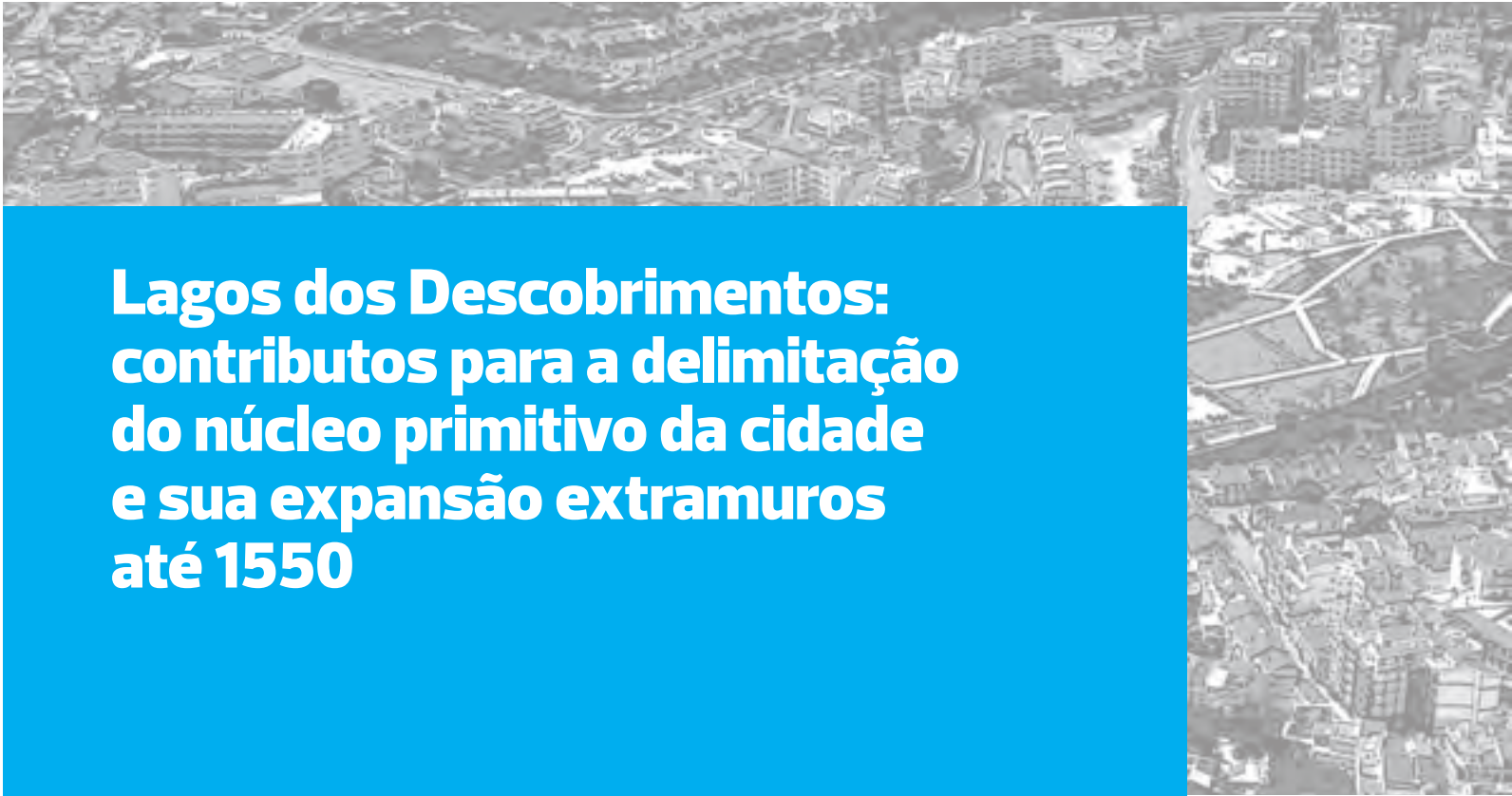
FONTES IMPRESSAS

- O Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria (2011). Ricardo Charters d'Azevedo, ed. Leiria: Textiverso (fac-símile da 2.ª edição de 1898).
- SARAIVA, J. (1929). *Leiria: Breve estudo crítico das suas origens e notícia histórica, arqueológica e artística, das ruínas do seu Castello, da Cathedral, do Santuário da S.ª da Encarnação e da Igreja de S. Pedro*. Porto: Litografia Nacional, Monumentos de Portugal, N. 6.

WEBGRAFIA

- FILIFE, I., BRAZUNA, S., MATOS, V. e FREITAS, J. (2003). Necrópole de S. Martinho: análise preliminar dos dados arqueológicos e antropológicos. (*Era Arqueologia*, 5, p. 55–77. Acedido a 22 de setembro de 2017 em http://www.uc.pt/en/cia/people/pdfs/matos_era).





Lagos dos Descobrimentos: contributos para a delimitação do núcleo primitivo da cidade e sua expansão extramuros até 1550




ELENA MORÁN

Arqueóloga no Município de Lagos. Doutora em Pré-História e Arqueologia (Universidade de Sevilha, Espanha).
Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ)

DANIELA NUNES PEREIRA

Doutoranda em História, na Universidade de Évora.
Bolseira de doutoramento no âmbito da Cátedra UNESCO –
Intangible Heritage and Traditional Know-how: Linking Heritage.
Membro do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades
(CIDEHUS – Universidade de Évora)



RESUMO Na arqueologia urbana, a cartografia antiga é uma das fontes de conhecimento mais ricas, que desempenha um papel particularmente importante no auxílio da compreensão, interpretação e explicação do uso dos espaços ao longo dos séculos; porque a cidade, que se pretende investigar, tem uma estratigrafia histórica. Deve-se lembrar, porém, que uma leitura incorreta das fontes cartográficas pode induzir ao erro no momento de reconstruir ou interpretar o passado urbano. A conjugação da cartografia histórica (relevante para a interpretação dos achados arqueológicos) com a arqueologia permitiu uma reconstituição e interpretação dos processos evolutivos das transformações físicas de Lagos, ao longo do tempo; bem como apresentar uma cronologia mais rigorosa para essa evolução. Porém, para que a cartografia sirva aos estudos históricos e arqueológicos é preciso saber muito bem quais os objetivos que levaram a realizar um determinado desenho e quais as diferentes finalidades. Por isso, deve-se indagar sobre o contexto histórico em que os registos foram produzidos e tentar responder às seguintes questões: Por quem foi desenhado? Para quem? Porquê? Para quê? O que consta representado? O que falta representar e que a arqueologia pode ajudar a desvendar? O investimento municipal na requalificação do núcleo primitivo e dos equipamentos municipais nele localizados, alguns deles integrando tramos da muralha e torres, junto com o investimento privado na reabilitação de edifícios, tem resultado numa profíqua intervenção arqueológica. A conjugação dos dados arqueológicos com os testemunhos escritos e com a cartografia antiga permite conhecer melhor a fortificação e a orgânica urbana medieval e caracterizar a evolução urbanística.

PALAVRAS-CHAVE Arqueologia Urbana, Cartografia, Fortificação, Descobrimientos, Séculos XV-XVII.

ABSTRACT In urban archeology, ancient cartography is one of the richest sources of knowledge, which plays a particularly important role in helping to understand, interpret and explain the use of spaces throughout the centuries. This is because the city, which is intended to investigate, has a historical stratigraphy. It should be remembered, however, that an incorrect reading of cartographic sources can be misleading when reconstructing or interpreting the urban past. The combination of historical cartography (relevant for the interpretation of archaeological findings) with archaeology, allowed a reconstitution and interpretation of the evolutionary processes of the physical transformations of Lagos, through the ages; but also to present a more rigorous chronology for this evolution. However, for cartography to serve historical and archaeological studies it is necessary to know very well which are the objectives of a particular cartographic drawing and the different purposes. Therefore, we must ask about the historical context in which the drawings were produced and try to answer the following questions: By whom was it drawn? For whom? Because? For what? What is represented? What remains to be represented and what archeology can help to unravel? The municipal investment in the requalification of the primitive nucleus and the municipal equipment located in it, some of them integrating sections of the wall and towers, together with private investment in the rehabilitation of buildings, has resulted in a fruitful archaeological intervention. The combination of the archaeological data with the written sources and with the old cartography has allowed to know better the fortification and the medieval urban organic and to characterize the urban evolution.

KEY WORDS Urban Archaeology, Cartography, Fortification, Discoveries, 15th-17th Centuries.

1. A INTERPRETAÇÃO DA CARTOGRAFIA HISTÓRICA DE LAGOS

O desenho mais antigo de Lagos é o esboço de uma segunda fortificação, que está depositado no arquivo militar de Estocolmo [FIG. 1]. Este projeto de arquitetura militar resulta do supervisionamento dos sistemas defensivos do Algarve pelo então secretário do rei D. João III, Pedro de Alcáçova Carneiro, que, por volta de 1550, se encontrava no Algarve para identificar a situação das defesas desta região, para a capacitar com um moderno sistema defensivo (Pereira, 2017: 55). Este desenho elaborado, possivelmente, pelo arquiteto mor do reino, Miguel de Arruda, possibilita a datação de partes da estrutura urbana correspondentes ao período medieval e moderno.

Apesar deste valioso documento oferecer ao historiador inúmeras informações sobre Lagos, há uma primeira dificuldade a ter em conta que é a sua datação. O documento não contém legenda, nem data e assinatura. Na procura de uma data mais precisa foi necessário recorrer às fontes documentais, que permitem apurar duas datas extremas para datar o desenho: entre 1554 e 1556. Além da data, este esboço contém várias propostas para fortificar Lagos, que foram enviadas ao rei D. João III para que aprovasse as que fossem mais eficazes e menos dispendiosas: considera-se envolver toda a fortificação medieval com novos muros abaluartados, incluindo as igrejas de Porto Salvo e São Brás, que existiam a sul do núcleo medieval; ou reforçar com baluartes os muros sul da muralha medieval. Não obstante, a existência de diferentes traços e um papelote sobreposto ao esboço original podem indicar que a planta foi manuseada por outros engenheiros. De facto, em 1598, Filipe II ordenou "*que as obras dos ditos muros de Lagos se façam pela traça que está dada e pelas de mais obras que se fizerem serão pela traça que der um homem dos meus engenheiros que aí esta no dito reino*", denunciando possíveis alterações às propostas de fortificação planeadas no reinado de D. João III (Pereira, 2017: 71).



FIG. 1 [Lagos B] Desenho da fortificação de Lagos [1554-1556?], Swedish Military Archives, and the Collection Foreign City and Fortress Plans, Portugal, Lagos.

FIG. 2 Lagos, cidade desenhada por Alexandre Massai [c. 1621]. Códice Vieira da Silva, fls. 40-41. Cota 1402-16. Arquivo do Museu de Lisboa. Cota 1402-16.



O segundo desenho de Lagos é da autoria do engenheiro napolitano Alexandre Massai, realizado por volta de 1621 [FIG. 2]. Trata-se de uma cópia colorida do desenho quinhentista, que acabámos de descrever. A única diferença que Alexandre Massai acrescenta ao mapa são uma topografia (imaginária), com os caminhos que conduzem a algumas casas religiosas que, entretanto, surgiram no exterior da muralha. Este elemento pode ser útil aos trabalhos arqueológicos que se vierem a fazer.

Uma legenda colocada na parte inferior dá conta do estado em que se encontravam os baluartes, com o respetivo orçamento para empregar na construção ou reconstrução daqueles elementos. A finalidade é chamar a atenção para as carências defensivas que as muralhas de Lagos apresentavam naquele momento. Redesenha, por isso, a estrutura defensiva existente, propondo uma defesa mais eficaz: com fossos e pontes levadiças nas zonas dos baluartes e plataformas, acrescentando-lhe elementos novos, que protegessem melhor perante as novas técnicas de cerco (Muñoz Cosme, 2016: 21). Nessa legenda, Massai informa ainda que a muralha medieval tem partes demolidas, ignorando se caíram por falta de manutenção. Parece ter-se dado início à apropriação das antigas ruas que contornavam paralelamente a primitiva muralha, através da ampliação das casas. Sabemos, pela documentação, que Lagos, desde os finais do século XVI, passou por um período de atividade construtiva crescente – uma das razões que levou o rei D. Sebastião a conceder o título de cidade a Lagos, a 14 de janeiro de 1573.

Embora o desenho de Alexandre Massai não permita uma análise sobre o tecido urbano de Lagos, porque não acrescenta nada de novo, possibilita, contudo, detetar o problema dos baluartes e a sua relação com o cerco do inimigo. Este detalhe pode revelar dados importantes relativamente

aos princípios da fortificação, destacando-se as diferenças entre as técnicas defensivas da segunda metade do século XVI e o seu aperfeiçoamento na primeira metade do século XVII (Muñoz Cosme, 2016: 21); e também a relação entre os engenheiros mores e seus subalternos, posto que as propostas de Massai foram feitas à revelia do engenheiro mor do reino, Leonardo Turriano (propostas que nunca chegaram a ser concretizadas, por serem obras de elevado custo).

Além destas informações, este desenho permite saber que partes do projeto quinhentista foram executadas e quais foram abandonadas, nomeadamente a fortificação que englobava as igrejas de São Brás e Porto Salvo, optando-se apenas pelo reforço do troço sul do muro medieval (Pereira, 2017: 72).

Finalmente, a terceira cartografia de Lagos é uma reprodução da planta quinhentista, realizada pelo pintor genovês Leonardo de Ferrari [FIG. 3], conservada no arquivo militar de Estocolmo, desde o final do século XIX (Sánchez Rubio *et al.*, 2004). Por volta de 1655, na época de Filipe IV, D. Gaspar de Haro y Guzmán, Marquês de Heliche, encomendou ao pintor Leonardo de Ferrari a elaboração de um Atlas, com os lugares pertencentes à monarquia espanhola¹. Todos os desenhos foram reduzidos à mesma escala (de dimensões reduzidas para poder ser transportado), com o mesmo padrão nas cores, cuja autoria é facilmente identificável. Annalisa Dameri (2016: 287) mostra que no desenho de Pavia podemos ler a metodologia utilizada para a preparação do referido Atlas: “traducido y reducido



FIG. 3 Planta de Lagos desenhada por Leonardo Ferrari [c. 1650], Swedish Military Archives, and the Collection Foreign City and Fortress Plans, Portugal, Lagos.

de grande a pequeno, por Don Leonardo de Ferrari"; "todo delineado por el Cap.no Gaspar Barreta Yngeniero Regio cameral y del Ex.to".

Dos 133 planos, três são no Reino do Algarve: Castro Marim, Tavira e Lagos. Para já só nos interessa falar de Lagos. Apesar da proximidade com o desenho original, a pintura de Leonardo de Ferrari para a planta de Lagos fez perder a intenção primordial do desenho. O traço que permitia distinguir os vários projetos de fortificação e do que estava previsto demolir ficou sem efeito, pelo uso da mesma espessura da linha sem qualquer diferenciação, confundindo a leitura do projeto, oferecendo grandes dúvidas na interpretação do percurso da fortificação inicialmente prevista. Sem dúvida que este desenho dever ser lido e interpretado em conjunto e no contexto histórico em que o Atlas do Marqués de Heliche foi produzido, como o único meio pelo qual se conseguiria mostrar ao monarca as posses fora do reino, aplicando uma cartela com legendas traduzidas para castelhano. Ferrari concentrou a sua atenção apenas na ilustração dos lugares que estavam sob o domínio da coroa espanhola, tendo por base desenhos ou esboços antigos que lhe foram fornecidos para os copiar e reduzir. Para Lagos, acrescenta a presença de embarcações, desproporcionais à cidade, que revelam, contudo, a importância do porto nesta parte do território.

Para concluir, das três cartografias só a quinhentista permite uma leitura mais verosímil do espaço urbano de Lagos, porque os desenhos de Alexandre Massai e Leonardo de Ferrari tiveram uma intenção diferente. Relembramos que Massai pretendia dar a conhecer o estado de conservação do sistema defensivo de Lagos propondo novas soluções; enquanto Leonardo de Ferrari pintar as posses da monarquia espanhola. Sobre Lagos sabemos que Ferrari teve por base um projeto de fortificação datado de 1554-1556, repetindo, quase cem anos depois, uma realidade urbana que já não existia!

2. TESTEMUNHOS CARTOGRÁFICOS / TESTEMUNHOS ARQUEOLÓGICOS DO NÚCLEO PRIMITIVO

O documento topográfico com a representação mais antiga da vila de Lagos é o já acima referido esboço que se atribui a Miguel de Arruda [FIG. 1], com o projeto da moderna praça de guerra desenhada para Lagos entre 1554 e 1556 (Pereira, 2017: 57). O mapa (Sánchez, Testón e Sánchez, 2004), inclui uma representação do recinto muralhado à época henriquina, ocupando a colina de Santa Maria e delimitando o primitivo núcleo urbano, e igualmente regista alguns dos quarteirões que foram sendo construídos extramuros a partir dos finais do século XV.

A consulta deste desenho é de uso regular na gestão da arqueologia no Centro Histórico de Lagos, cuja prática consolidou uma estratégia de intervenção preventiva, em prol do resgate e preservação da memória coletiva, que permite conciliar os projetos de iniciativa municipal e privada com a salvaguarda dos vestígios arqueológicos, seja através da preservação *in situ* das estruturas, seja através da sua valorização pelo registo científico, procurando a máxima difusão do conhecimento produzido com a comunidade como prática social da arqueologia (Morán, 2017: 197).

3. SITUAÇÃO DO NÚCLEO PRIMITIVO SOBRE A VERTENTE ORIENTAL DA COLINA DE SANTA MARIA RELATIVAMENTE À BAÍA DE LAGOS: AS CONDIÇÕES NATURAIS DE DEFESA

O núcleo urbano medieval foi fundado sobre a colina de Santa Maria, na margem direita da Ribeira de Bensafrim, sobranceira à ampla baía de Lagos. Esta colina viria a albergar, a partir de 1253, a aldeia de Lagos conforme sugere a doação do rei castelhano Alfonso X ao Bispo de Silves, Frei Roberto (Pereira, 2012: 19; 2012/2013: 138; 2017:25). Apesar da carta de doação ser muito imprecisa na descrição geográfica do território desta aldeia, pode inferir-se a existência de um porto e a importância dos recursos marítimos no sustento da sua população (Pereira, 2017: 26).

Os estudos geoarqueológicos (Arteaga e Barragán, 2010: 99) permitiram caracterizar a pequena enseada onde desaguava a Ribeira dos Touros, cuja localização, a norte do primitivo núcleo urbano, terá favorecido o resguardo das embarcações das marés e das fortes tempestades de sudoeste.

Não temos evidências arqueológicas da localização nem das características do cais associado ao núcleo urbano medieval, mas pode inferir-se, a partir da localização continua do cais entre os séculos XVI e XX, que a área portuária medieval se terá situado no mesmo local (Morán, 2017:199).

Apesar de que a crescente pressão urbanística de Lagos, focada nos últimos anos no seu centro histórico, favoreceu a investigação arqueológica através de procedimentos preventivos, a relação do edificado medieval com a atual urbe não é imediata e carece, por vezes, de uma mediação através de visitas comentadas. Esta realidade foi recentemente contrariada, numa tentativa de facilitar aos visitantes a descoberta do núcleo urbano medieval, através da construção de maquetas virtuais (Carlos Loureiro *in* Manteigas, 2015: 12 e 13), baseadas nos levantamentos georreferenciados das arquiteturas e dos vestígios arqueológicos preservados do recinto muralhado e dos fossos que o complementavam, dos edifícios públicos e do casario contemporâneo (Morán, 2017: 199).

4. A ORGANIZAÇÃO URBANÍSTICA E A REDE VIÁRIA DA VILA ADENTRO

A construção do núcleo urbano medieval foi adaptada à orografia da colina de Santa Maria, contido num perímetro muralhado de planta quadrangular. A delimitação premeditada do contorno da muralha ajuda a explicar a ortogonalidade do traçado viário da Vila Adentro [FIG. 4] (Pereira, 2017: 30). A investigação arqueológica confirmou que as muralhas foram complementadas por fossos (alcárcovas), para poente e para norte, equidistantes cerca de 4,5 m das muralhas. Ambos foram entalhados na rocha com um perfil em "U". O fosso do lado poente, do qual não tínhamos referência documental [FIG. 5] (Gonçalves, Morán e Silva, 2017: 1585), aproveitou o pronunciado declive do terreno, recolhendo as águas pluviais. Apesar de não termos comprovação arqueológica, é presumível que desague na alcárcova norte, também entalhada em "U" na rocha, por onde foi desviada a Ribeira dos Touros até à foz (Matos, Gonçalves e Morán, 2015). O pano nascente da muralha volta-se para a foz da Ribeira de Bensafrim, onde se localizava a área portuária. No que se refere ao pano sul, levantado sobre uma



FIG. 4 Lagos, a Vila Adentro na atualidade. Foto aérea, 2008 [Foto: CMLagos ½F. Castelo].

encosta escarpada, a investigação arqueológica não identificou até à data a alcárcova que referem as fontes documentais (Pereira, 2017: 30), no entanto foi escavada uma calçada junto do postigo da Ribeira que poderá ser contemporânea da abertura deste e cuja construção poderá guardar relação com uma melhor drenagem das águas pluviais.

No interior do núcleo urbano, o traçado viário ortogonal é articulado por quatro ruas paralelas, em sentido este-oeste, atravessadas por três vias em sentido norte-sul (Díaz-Guardamino e Morán, 2008: 55). A disposição da muralha e o traçado das ruas no seu interior definiu a disposição orgânica



FIG. 5 Corte estratigráfico parcial do fosso poente do Tramo escavado na Rua 5 de Outubro [Desenho: Arkhaios, Lda.].

dos quarteirões da Vila Adentro e dentro destes a ordenação das casas, dos quintais, das fachadas e das portas de serventia, o que evidencia a existência de um plano urbanístico desde a sua fundação (Pereira, 2012: 28).

O acesso ao núcleo urbano medieval fazia-se a norte e a nascente através de portas flanqueadas por torres albarrãs, concebidas à maneira almóada (Matos, Gonçalves e Morán 2015: 6). A investigação recente permitiu identificar a porta norte com a Porta da Vila das fontes documentais (Pereira, 2017: 29), onde o acesso à Vila Adentro obrigava a ultrapassar a alcárcova do Touril, certamente por uma ponte sobre esse curso artificial da Ribeira dos Touros (Matos, Gonçalves e Morán, 2015: 6).

5. O DISPOSITIVO DEFENSIVO INICIAL: O CASTELO E A CERCA VILÃ (CERCA VELHA)

Se procurarmos interpretar a lógica da construção, os primeiros tramos da muralha a serem edificados terão sido os panos de nascente e norte, debruçados sobre o porto natural de Lagos e a foz da Ribeira dos Touros respetivamente, precisamente para proteger as áreas vulneráveis do núcleo urbano das piratarías mouriscas e as armações das pescas do atum. E, assim, a esse primeiro momento corresponderão igualmente a Porta da Ribeira e a Porta da Vila, protegidas por torres albarrãs.

O pano poente, no lado interior, e o pano sul, no tramo mais escarpado da colina, localizados nas áreas mais seguras da mesma terão sido erigidos num momento mais tardio como se verificou na parte mais elevada, onde a construção de uma porta ladeada por torres albarrãs, autorizada por D. Manuel I, em 4 de novembro de 1503, cortou parcialmente o cemitério medieval. Não se descartando que a sua construção tenha sido executada ou ampliada bem no final do reinado de D. João II ou no início do reinado de D. Manuel I segundo se depreende das referências ao "muro novo" e à "torre nova" [ADF, Autos do Inventário do Convento de São Vicente. In Iria, 1956, pp. 67-68 e ANTT, *Leitura Nova, Iv. 1, Aforamento de huu chao em a uilla de lagos nalcarcoua que vem da porta da Igreja a luís gonçalves barbudo*, [28 de fevereiro de 1498], fls. 230-230v. Cota 989 *apud* Pereira, 2017: 29]. A configuração desta porta, semelhante à Porta da Ribeira da Cerca Nova, constituindo um espaço aberto que permitia circular desde o interior do núcleo urbano, junto do cemitério paroquial de Santa Maria da Graça, para o exterior, quer para sul, quer para poente, assim como a construção de uma estrutura para junção das duas torres, sugere uma alteração desta porta com integração no projeto da Cerca Nova.

As fontes cartográficas não representam as alcárcovas referenciadas nos contratos de aforamento de finais do século XV (Pereira, 2012/2013: 145-146), que por outra parte somente fazem referência à existência de duas alcárcovas paralelas aos panos norte e sul da muralha medieval para drenagem das águas pluviais (Pereira, 2012: 44-46 e 59), sendo a setentrional coincidente com a alcárcova do Touril para onde eram desviadas às águas da Ribeira dos Touros. Recentemente, a investigação arqueológica identificou ainda vestígios de uma outra alcárcova [FIG. 5], cujo fosso foi igualmente entalhado na rocha, discorrendo paralelo ao pano poente da Cerca Velha da qual não são visíveis vestígios (Gonçalves, Morán, Silva, 2017: 1585) mas cuja existência é identificável a partir da análise da forma urbana.

Os dados arqueológicos permitem alguns pressupostos referentes à amortização destes espaços em relação com o crescimento urbano da cidade, uma vez que os depósitos de colmatação das alcárcovas apontam para a sua desativação na primeira metade do século XVI (Gonçalves, Morán, Silva, 2017: 1586), confirmando os dados históricos relativos à construção da Cerca Nova nos inícios da segunda metade do século XVI (Pereira, 2017: 57) e a expansão urbana subsequente.

Para além das três portas, já referidas, com acesso protegido por torres albarrãs, o recinto muralhado medieval possuía outras entradas, correspondentes a postigos, levantadas no projeto de

meados do século XVI e cuja localização pode ser inferida na planta urbana atual a partir da conjugação da mesma com a planta original do século XVI. É o caso do postigo da Gafaria, coincidente com o cruzamento da Rua Dr. Mendonça com a Rua 5 de Outubro, e do postigo da Misericórdia, no enfiamento da Rua do Castelo dos Governadores com a Praça do Infante, cuja representação na planta atribuída a Miguel de Arruda confirma o seu uso ainda nessa altura. No tramo sul da muralha, em posição oposta ao postigo da Misericórdia, foi recentemente identificado um outro postigo junto ao Torreão da Ribeira que não aparece representado no projeto de meados do século XVI, evidenciando que o mesmo nessa data já teria sido entaipado.

A abertura dos postigos, autorizada pelas Cortes de 1490, poderá relacionar-se com a retificação de espaços destinados a atividades mercantis após as queixas apresentadas ao rei D. João II contra o almoxarife da vila que se teria apropriado parcialmente dos terrenos da ribeira para os aforar para a construção de casas (Pereira, 2017: 37)

6. A GAFARIA

O crescimento demográfico da vila de Lagos pôs em evidência algumas necessidades urbanas que foram expostas nas Cortes de 1490, solicitando a introdução de um imposto extraordinário para cobrir as despesas com as obras necessárias ao bom funcionamento da vila (Pereira, 2017: 36) e que incluíam, entre outras, a construção de uma gafaria (Ferreira *et al.*, 2008: 441–446) que se viria a localizar para poente do núcleo urbano fortificado, num espaço onde também se localizou uma área industrial de olaria e a lixeira urbana, entre cujos depósitos a investigação arqueológica identificou restos antropológicos correspondentes com os escravos de procedência africana reportados nas fontes documentais (Neves, Almeida e Ferreira, 2010).

O local de construção da gafaria, no mesmo espaço onde funcionava uma área industrial de olaria e se localizava a lixeira urbana, afastado do núcleo urbano, foi escolhido em função dos ventos dominantes em Lagos, para garantir o bem-estar dos moradores, preservando-os dos maus cheiros (Morán, 2017: 199–200).

A construção do pano poente da Cerca Nova significou a desativação da gafaria, concebida para reclusão e segregação profilática dos enfermos com doenças infecciosas e com malformações, em oposição aos hospitais, equipamentos de caráter terapêutico que se disseminam a partir de inícios do século XVI (Boléo-Tomé, 2014). A gafaria terá servido de pedreira para a construção da muralha, abastecendo a mesma.

7. O ARRABALDE DA RIBEIRA

Na proximidade da Porta do Mar ou da Ribeira, o Infante D. Henrique aforou vários lotes para a construção de casas destinadas aos mareantes da vila, conforme consta num documento de

aforamento datado em 12 de outubro de 1454 (Iria, 1957: 25 *apud* Pereira, 2017: 34). As habitações, adossadas às torres albarrãs, foram construídas em paralelo à muralha, deixando uma rua entre as casas e a muralha (Pereira, 2017: 35). Este bairro manteve-se ocupado por mareantes até meados do século XX, quando paradoxalmente, numa tentativa de recuperar a essência da vila henriquina, acabaram por destruir o que de mais genuíno dela ainda restava.

A investigação arqueológica demonstrou que para além deste arrabalde, existiram outros aglomerados fora do núcleo urbano medieval: para poente, entre as atuais ruas de Gil Vicente e Mendonça Pessanha, e para norte, na envolvente da Ermida de Nossa Senhora da Conceição, convertida em igreja paroquial de São Sebastião a partir do século XVI.

8. A EXPANSÃO URBANA EXTRAMUROS ATÉ MEADOS DO SÉCULO XVI

A Ribeira dos Touros e a alcárcova do Touril limitaram a expansão urbana para norte até final do século XV, quando D. João II doou ao concelho o chão para além da Ribeira dos Touros (Pereira, 2012:39). Terá sido nessa conjuntura que a alcárcova do Touril foi encanada e convertida em cloaca, numa longa galeria abobadada, pelo menos parcialmente, construída em alvenaria de pedra e entalhada na rocha, referenciada na tradição oral da comunidade lacobrigense e identificada pela arqueologia desde a década de 1980.

Nos finais do século XV iniciou-se a construção de uns Paços do Concelho, edificados à Porta da Vila, para os quais até então havia faltado o financiamento. Para custear todas as obras que se consideraram imprescindíveis para a vila, o concelho lançou um imposto extraordinário aos habitantes (Pereira, 2012: 30). Por um alvará da primeira metade do século XVI (A.N.T.T., Sobre o que a Vila de Lagos pede a Nosa Alteza, Fragmentos, cx. 6, mç. 2, n.º 11 *apud* Pereira, 2012: 30), sabe-se que o edifício dos Paços do Concelho tinha uma cadeia adjacente, no piso inferior, podendo o mesmo corresponder ao edifício da antiga cadeia (Matos, Gonçalves e Morán, 2015).

A disposição da muralha condicionou a orientação dos quarteirões e, em conjugação com as ruas, definiu o alinhamento das fachadas das casas e a localização da porta de serventia (Pereira, 2012:47). Esta orgânica consta nas cartas de aforamento. Assim, nas referidas aos chãos aforados na alcárcova do Touril, reporta-se como as casas edificadas deviam alinhar-se com o pano norte da muralha, orientando a fachada para a rua que se localizava entre o muro e os chãos de aforar. Nestes contratos de aforamento refere-se que o chão deve confrontar com a rua pública, de modo a fixar a rua, impedindo a ocupação do espaço público através de uma eventual ampliação da casa, encostando-a à muralha. O foreiro estava obrigado a colocar uma pedra lavrada com as armas do rei (Pereira, 2012: 46). O uso da heráldica, e da simbólica em geral, foi o mecanismo que permitiu a D. Manuel I perpetuar o seu poder, enquanto rei (Pereira, 1995). Nas cartas de aforamento indica-se também a forma de construção, impondo-se a construção das casas com pedra e cal em detrimento da construção em taipa ou adobe (Pereira, 2012: 53).

Fora do núcleo fortificado e para além da Ribeira dos Touros, foram construídos, já nos finais do século XV, a Igreja do Santo Espírito e a Santa Casa da Misericórdia e o início de uma rua direita (Pereira, 2013: 149).

A disposição dos edifícios públicos no projeto da Cerca Nova configurou uma praça ribeirinha, dotada de dois cais nos extremos norte e sul da mesma. A poente da praça, em posição centralizada, identifica-se o pelourinho o que permite supor a transferência dos Paços do Concelho para esta praça. Frente à Misericórdia, identifica-se um prédio, de rés-do-chão, com *loggia* porticada, cuja função se desconhece, mas onde posteriormente terá funcionado a Vedoria Geral de Lagos (Pereira, 2017: 85).

NOTA

¹ "Todas de mano hechas hacer de orden del excelentísimo señor don Gaspar de Haro y Guzmán, conde de Morente, marqués de Heliche, gentilhomme de la Cámara de su Majestad, su montero mayor, y alcalde de los reales bosques del Pardo, Valsahyn y Zarzuela. En Madrid. Año de 1655". (Dameri, 2013: 27).

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Swedish Military Archives, and the Collection Foreign City and Fortress Plans, Portugal, Lagos
Cota 0406:18:006:001A Utan title [Lagos].
Cota 0406:18:006:001B Utan title [Lagos].
Planta de Lagos, Leonardo Ferrari [c. 1650].
Arquivo do Museu da Cidade de Lisboa

Museu da Cidade de Lisboa

Lagos, Cidade desenhada por Alexandre Massai, [c. 1621].
Códice Vieira da Silva, fls. 40–41. Cota 1402–16.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Descrição e Plantas da Costa, dos Castelos e Fortalezas, desde o Reino do Algarve até Cascais, da Ilha Terceira, da Praça de Mazagão, da Ilha de Santa Helena, da Fortaleza da Ponta do Palmar na entrada do Rio de Goa, da Cidade de Argel e de Larache, [1617], Casa de Cadaval, n.º 29.

BIBLIOGRAFIA

ARTEGA, O.; BARRAGÁN, D., 2010. "Investigaciones geoarqueológicas en la Rúa da Barroca (Lagos)", *Xelb, Silves*, 10, 2010, pp. 87–102.
BOLÉO-TOMÉ, J. P. 2014. "Contribuição portuguesa para o progresso da Medicina". *Revista Ordem dos Médicos*, 153: 55–57.
DAMERI, A., 2013. *Le città di carta Disegni dal Krigsarkivet di Stoccolma*, Torino: Politecnico di Torino.
DAMERI, A., 2016. "La difesa di un confine. Le città tra Piemonte e Lombardia nella prima metà del XVII secolo", In CÁMARA MUÑOZ, A. (ed.). *El dibujante ingeniero al servicio de la monarquía hispánica Siglos XVI–XVIII*. Espanha: Fundación Juanelo Turriano, pp. 271–293.

DÍAZ-GUARDAMINO, M.; MORÁN, E. (ed.), 2008. *Entre Muralhas e Templos: Trabalhos arqueológicos no Largo de Santa Maria da Graça, Lagos (2004–2005)*. Lagos: Câmara Municipal [«Laccobriga», 1].

GONÇALVES, A.; MORÁN, E.; SILVA, R. C., 2017. "Breve apontamento sobre a Cerca ("Velha") Medieval de Lagos". *Actas do II Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa, pp. 1563–1575.

FERREIRA et al. [FERREIRA, M.; DIOGO, M.; COSTA, C.; FARIA, F.; FERNANDES, T.], 2008. "Um edifício, uma planta, um enterramento, as fontes... uma gafaria em Lagos", *Xelb, Silves*, 10, 2010, pp. 431–449.

IRIA, A. 1957. "As pescarias no Algarve". *Conservas de Peixe*, 130.

MATOS, C.; GONÇALVES, A.; MORÁN, E., 2015. *Antigo edifício da PSP em Lagos. Relatório dos Trabalhos Arqueológicos*. (ms.).

MANTEIGAS, R., 2015. *Lagos na Rota da Escravidão*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos.

MORÁN, E., 2017. "Crónica literária e registo arqueológico: usos sociais da memória dos escravos negros em Lagos". In *Sines, história e património, o porto e o mar, actas do colóquio*. Sines: Arquivo Municipal de Sines, pp. 195–205.

MUÑOZ COSME, A., 2016. "Instrumentos, métodos de elaboración y sistemas de representación del proyecto de fortificación entre los siglos XVI y XVIII". In CÁMARA MUÑOZ, A. (ed.). *El dibujante ingeniero al servicio de la monarquía hispánica Siglos XVI–XVIII*. Espanha: Fundación Juanelo Turriano.

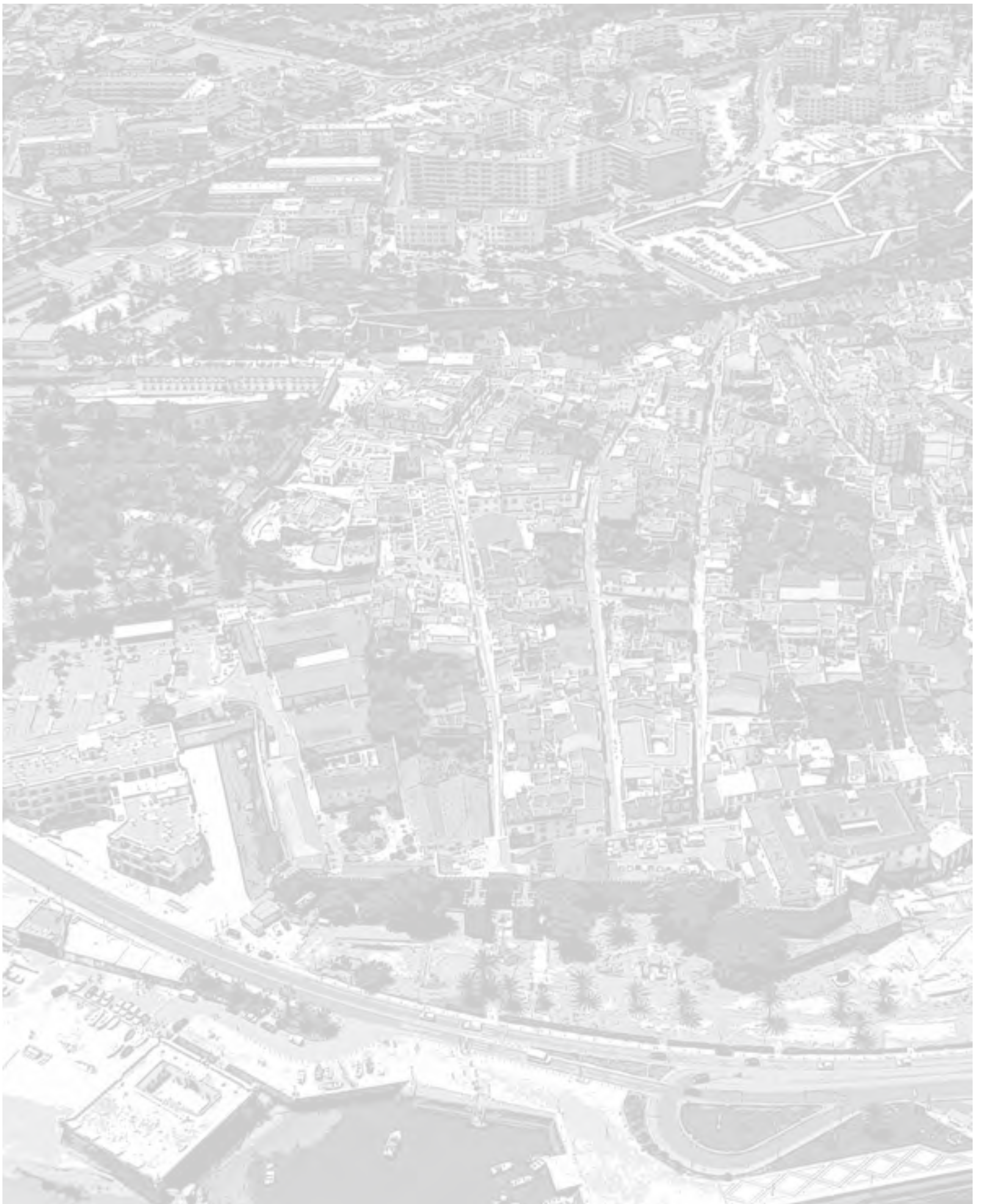
NEVES, M. J.; ALMEIDA, M.; FERREIRA, T., 2010. "Separados na vida e na morte: retrato do tratamento mortuário dado aos escravos africanos na cidade moderna de Lagos". *Xelb, Silves*, 10, 2010, pp. 547–560.

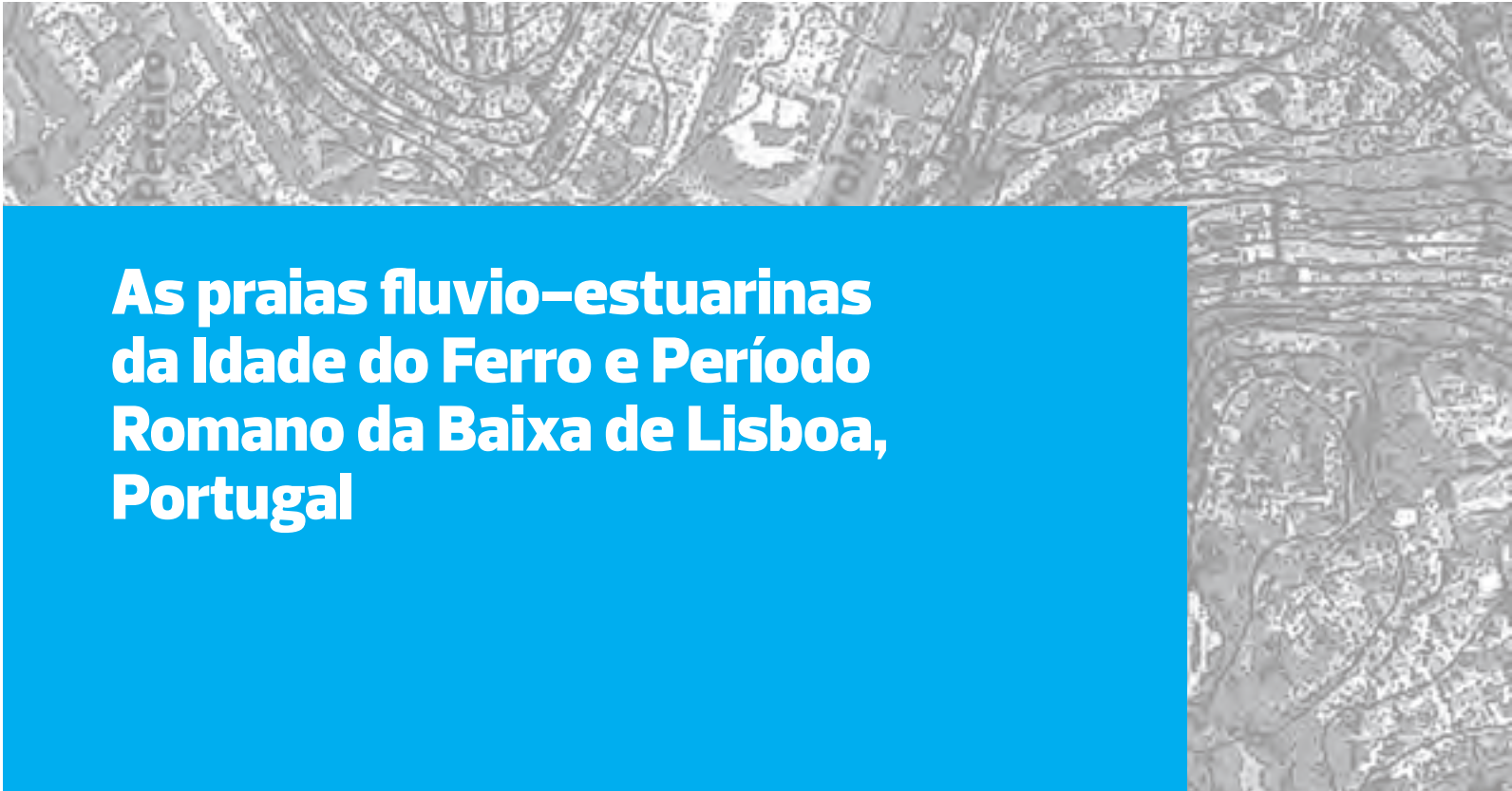
PEREIRA, D., 2012/2013. "A evolução urbana de Lagos". *Promontoria*, 10, Faro.

PEREIRA, D. N., 2017. *A Evolução Urbanística de Lagos (séculos XV–XVIII)*. Faro: Direcção Regional de Cultura do Algarve.

PEREIRA, P., 1995. "A simbólica manuelina. Razão, celebração, segredo". In PEREIRA, P. (ed.). *História da Arte Portuguesa*, vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 115–155.

SÁNCHEZ RUBIO, R.; TESTÓN NÚÑEZ, I.; SÁNCHEZ RUBIO, C. (eds.). 2004. *Imágenes de un Imperio Perdido: el Atlas del Marqués de Heliche – plantas de diferentes plazas de España, Italia, Flandes y las Indias*. Mérida: Junta de Extremadura.





As praias fluvio–estuarinas da Idade do Ferro e Período Romano da Baixa de Lisboa, Portugal



ANA MARIA COSTA

Laboratório de Arqueociências (LARC) – DGPC and CIBIO/InBIO, IDL – Universidade de Lisboa
acosta@dgpc.pt

MARIA CONCEIÇÃO FREITAS

IDL – Universidade de Lisboa, Departamento de Geologia da Universidade de Lisboa

VERA LOPES

IDL – Universidade de Lisboa, Departamento de Geologia da Universidade de Lisboa

JACINTA BUGALHÃO

Direcção-Geral de Património Cultural, UNIARQ – Universidade de Lisboa,
Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património

JOÃO CASCALHO

IDL – Universidade de Lisboa, Departamento de Geologia da Universidade de Lisboa

CÉSAR ANDRADE

IDL – Universidade de Lisboa, Departamento de Geologia da Universidade de Lisboa

ARTUR ROCHA

Arqueólogo



RESUMO No âmbito do projecto *Lisbon Stories* têm sido recolhidas, desde 2011, amostras de sedimento na zona ribeirinha de Lisboa, que permitirão fazer uma reconstrução paleoambiental da margem norte do rio Tejo e dos seus afluentes ao longo do tempo. Uma parte das amostras recolhidas corresponde a sedimentos que se localizam em profundidade no Esteiro da Baixa (EB), às quais apenas temos acesso devido ao desenvolvimento de escavações arqueológicas resultantes de obras de construção/reconstrução que aí decorreram ou ainda decorrem. É o caso dos sedimentos recolhidos no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (NARC), no Criptopórtico Romano de Lisboa e no Banco de Portugal/Museu do Dinheiro (Praça do Município), cuja estratigrafia permite estabelecê-los como depósitos das praias fluvio-estuarinas existentes no antigo esteiro, na Idade do Ferro e no Período Romano. Neste trabalho apresentamos as análises texturais e composicionais destes depósitos, caracterizados como depósitos de praia com forte influência fluvial exercida pelas ribeiras de Arroios e Valverde (Vale do Pereiro). Estes dados ajudam-nos a compreender a paisagem do EB neste intervalo cronológico.

PALAVRAS-CHAVE Sedimentologia, arqueologia, Esteiro da Baixa de Lisboa, caracterização ambiental.

ABSTRACT *The fluvio-estuarine beaches of downtown Lisbon during the Iron Age and Roman Period.* In the aim of the *Lisbon Stories* project several sediment samples, both sediment cores and discrete samples, were recovered in the riverine Lisbon area. The analyses of those sediments will allow rebuilding the palaeoenvironmental evolution of the northern Tagus margin and of its tributaries, such as the Arroios and Valverde (Pereiro Valley) rivulets. Discrete sediment samples were collected on Esteiro da Baixa (EB), a low area to where the rivulets flow and from where the city of Lisbon grows. Those sediments, nowadays below several meters of landfills and buildings in the downtown centre of Lisbon, were collected in the archaeological excavations of Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (NARC), of the Roman Cryptoportic of Lisbon and of Banco de Portugal/Museu do Dinheiro. The archaeological context allows to establish these deposits as fluvio-estuarine beaches of the Iron Age and Roman Period. On this work we present the textural and compositional analyses of the sediments recovered on the EB. The sedimentological analyses reflect beach deposits, however the sediment supply is almost done by the fluvial network, particularly by both the Arroios and the Valverde rivulets.

KEY WORDS Sedimentology, geoarchaeology, Esteiro da Baixa de Lisboa, environmental characterization.

*“Água com areia, brinca na beira do mar
a água passa, a areia fica no lugar”*

Caetano Veloso, *It's a Long Way*, Transa, 1972

1. O PROJECTO LISBON STORIES

Lisbon Stories é um projecto multidisciplinar que nasceu em 2011 da oportunidade e da necessidade de conhecer a evolução da paisagem da zona ribeirinha de Lisboa.

Da oportunidade, porque o elevado número de trabalhos de construção e reconstrução de edifícios que têm decorrido nesta área nos últimos anos, tem permitido o acesso aos sedimentos depositados de forma natural ao longo do tempo na margem norte do Tejo. São sedimentos que hoje em dia se encontram debaixo de espessos aterros antrópicos consecutivamente construídos desde o século XIV.

Da necessidade, porque se torna cada vez mais importante caracterizar esta margem do rio Tejo, na qual se instalou e desenvolveu a cidade de Lisboa desde, pelo menos, a Idade do Ferro. Daqui resultou também a colaboração com colegas arqueólogos, que ao longo dos anos acompanharam e escavaram diversos sítios arqueológicos em Lisboa. Para além de contribuírem para o conhecimento da história da cidade, estes colegas forneceram-nos amostras dos sítios arqueológicos escavados em anos anteriores ao início do *Lisbon Stories*.

No âmbito deste projecto foram reunidas amostras de 17 locais entre o Jardim do Tabaco a nascente e Pedrouços a poente [FIG. 1]. Os sedimentos recolhidos têm sido analisados e estudados para extrair diversos indicadores ambientais e os resultados publicados em revistas nacionais (Costa *et al.*, 2016; Inácio *et al.*, 2016; Costa *et al.*, 2017).

Neste trabalho apresentamos o resultado e a interpretação das análises realizadas em amostras recolhidas em três locais da Baixa de Lisboa em contextos arqueológicos contemporâneos da Idade do Ferro (séculos V-IV a.C.) e do Período Romano.

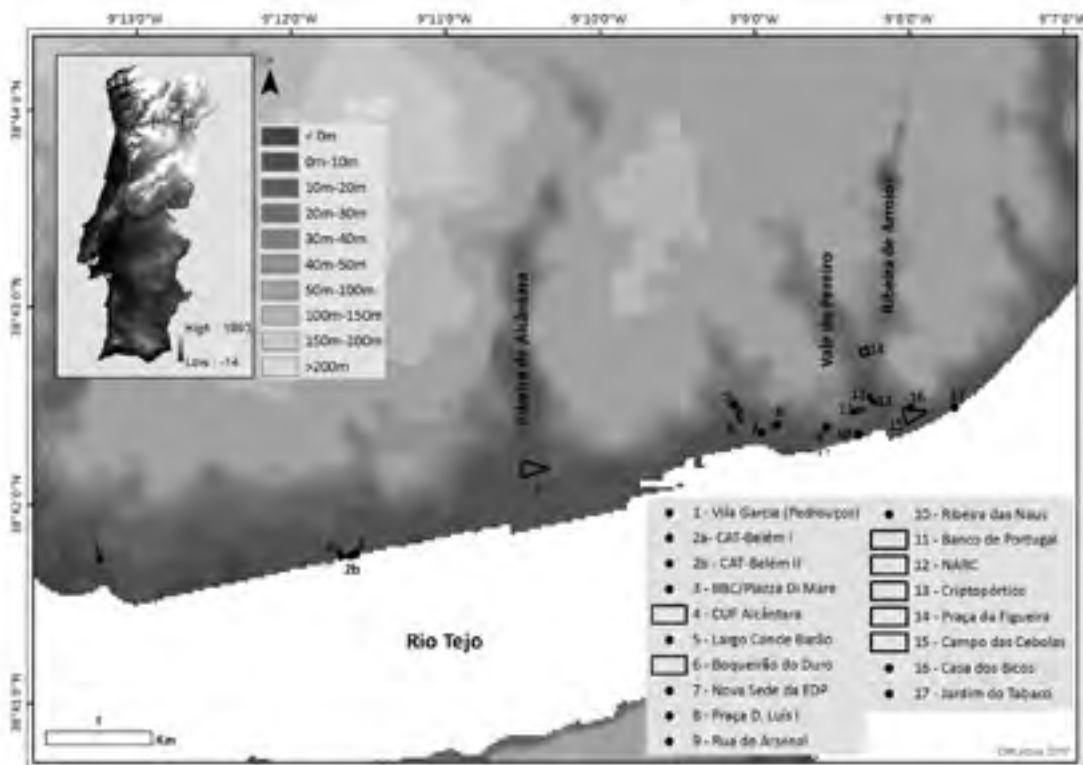


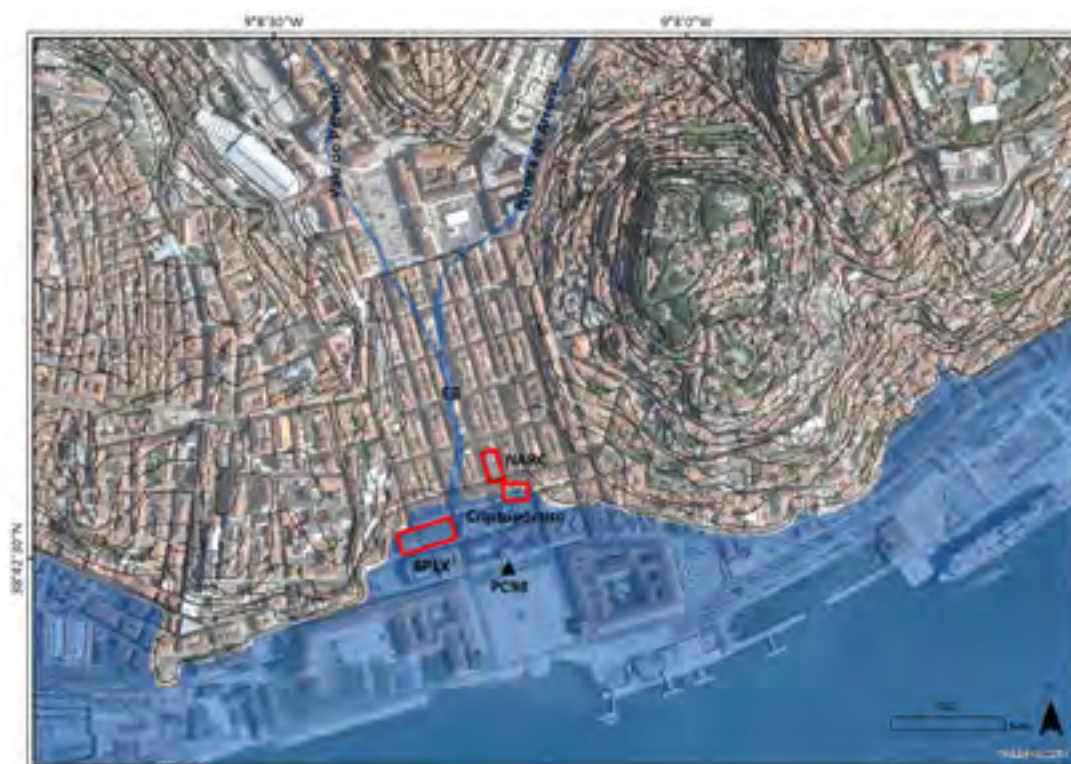
FIG. 1 Localização dos locais de amostragem na zona ribeirinha de Lisboa no âmbito do projecto *Lisbon Stories*. Pontos a preto – localização de amostras de sedimento; polígonos a preto – área de obra na qual foram recolhidas amostras pertencentes a mais do que um perfil/sondagem.

2. ENQUADRAMENTO ARQUEOLÓGICO

O estudo apresentado neste trabalho refere-se a amostras de depósitos sedimentares [FIG. 1, n.ºs 11, 12 e 13] recolhidas durante as escavações arqueológicas do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC; 1991–1995), Criptopórtico Romano de Lisboa (1996 e 2016/17) e no Banco de Portugal/Museu do Dinheiro (BPLX; 2010–2011).

Vários trabalhos (e.g. Almeida *et al.*, 2009; Matildes *et al.*, 2011) têm sido elaborados tendo como objectivo reconstituir o Esteiro da Baixa (EB), linha de água que resulta da confluência da Ribeira de Arroios com a do Vale do Pereiro (Ribeira de Valverde; FIG. 2). Para a Idade do Ferro não existe nenhum traçado da linha de costa ou dos vales destas ribeiras. No âmbito do "Estudo e contextualização das ânforas e *terra sigilata* do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros" (cuja equipa é constituída por Jacinta Bugalhão, Carlos Fabião, Rui Almeida, Catarina Viegas, Armando Sabrosa, Carolina Grilo e Ana Sofia Gomes), foi elaborada por Jacinta Bugalhão e Ana Vale, uma proposta para o traçado dos vales e linha de costa (estuarina) no Período Romano. Esta linha foi realizada com base na topografia e na cartografia dos sítios arqueológicos deste período identificados na baixa de Lisboa e sua respectiva interpretação e caracterização [FIG. 2]. De acordo com este traçado, em Período Romano, o NARC encontra-se junto à margem do EB, o Criptopórtico situa-se na margem estuarina e o Banco de Portugal/Museu do Dinheiro localiza-se numa área subtidal.

FIG. 2 Proposta do traçado do vale da Ribeira de Arroios e Ribeira de Valverde e da linha de costa (estuarina) no Período Romano com localização dos sítios arqueológicos em estudo. Este traçado é projectado sobre ortofotomapa de Lisboa (2016).



2.1. NÚCLEO ARQUEOLÓGICO DA RUA DOS CORREIROS (NARC)

O espaço hoje ocupado pelo NARC situa-se na margem esquerda do EB, a ocidente da colina de São Jorge onde, a partir do final do século VIII a.C., se foi constituindo a cidade de *Olisipo*. Entre os séculos V e IV a.C. um grupo populacional construiu um bairro numa praia fluvial, ao edificar um conjunto de construções rectangulares de compartimento único e lareira central. Foi igualmente identificado um forno de produção cerâmica (Sousa, 2014).

Entre os séculos IV e II a.C., este local não regista ocupação humana permanente. As construções da Idade do Ferro ruíram e foram cobertas por areias. Com a chegada dos colonizadores romanos implantou-se aqui um eixo de acesso da cidade, mais tarde (século I d.C.) materializado através da construção de uma via. A norte deste eixo de circulação e respeitando a localização tipicamente externa ao espaço urbanizado mas a curta distância, a área do NARC foi utilizada como cemitério, entre as últimas três décadas do século I a.C. e meados do século I d.C. (Bugalhão *et al.*, 2013).

Em meados do século I d.C., este espaço funerário é desactivado e substituído pela construção de um conjunto de unidades industriais de transformação e conserva de preparados piscícolas salgados. Estas estruturas vão sendo construídas no solo arenoso desde o sopé da colina até à margem do EB (Bugalhão, 2001).

2.2. CRIPTOPÓRTICO ROMANO DE LISBOA¹

O Criptopórtico foi construído em meados do século I d.C. À semelhança de outras estruturas romanas conhecidas na cidade de Lisboa, das quais se salienta o teatro e as "Termas dos Cássios", foi descoberto no século XVIII durante os trabalhos de reconstrução pós-terramoto.

Desde então sujeito a várias interpretações, é hoje consensual que a sua função original seria a de alicerçar um edificado, provavelmente público e de carácter monumental. No entanto, perdura a dúvida sobre qual o tipo de edificação suportada, existindo várias possibilidades, deduzidas através da análise de paralelos e modelos teóricos e, sobretudo a partir das mais recentes evidências contextuais e estruturais reveladas arqueologicamente (Caessa, Nozes e Mota, 2016). As últimas intervenções arqueológicas, realizadas entre 2015 e 2017 (CAL/CML)², permitiram obter novos elementos e esclarecer algumas questões em aberto, tais como: reconhecer a extensão das pavimentações marmóreas no seu topo; identificar um acesso ribeirinho, inédito, ao interior do complexo abobadado e confirmar a entrada accidental de água ainda durante o século I d.C., para o interior desta (agora evidente) estrutura de carácter portuário; identificar o limite sudoeste da frente de rio e a praia fluvial associada (onde se colheram as amostras de areia analisadas neste trabalho) (Caessa, Nozes e Mota, 2016).

Sobre o historial de investigação arqueológica directa sobre este monumento há que referir ainda as acções datadas de 1996, desenvolvidas pelo Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade/CML³ no interior das galerias visitáveis, que possibilitaram também a recolha de areias subjacentes ao Criptopórtico durante os trabalhos de perfuração geotécnica.

2.3. BANCO DE PORTUGAL/MUSEU DO DINHEIRO

A intervenção arqueológica realizada pela empresa Arqueohoje e dirigida por um dos signatários (Rocha *et al.*, 2013) ocorreu durante a remodelação da Sede do Banco de Portugal, abrangendo todo o quarteirão pombalino delimitado pelo Largo de São Julião e pelas ruas de São Julião, do Ouro e do Comércio.

O vasto leque de testemunhos arqueológicos, distribuídos desde a época Romana Imperial até à actualidade, reparte-se por duas grandes etapas: a primeira, presente nos níveis de praia romanos, islâmicos e medievais cristãos, prévia a qualquer ocupação do local, sem indícios concretos de construção/urbanismo; a segunda, de cariz urbano e imediatamente sobreposta aos níveis de praia, iniciou-se com a edificação da muralha de D. Dinis e de equipamentos anexos (Terceiras, Judiaria, etc.) no final do século XIII.

Da fase pré-urbana, foi recuperada uma sequência sedimentar composta por cinco blocos cronológica e morfologicamente distintos, escavados por via mecânica numa área superior a 300m².

A individualização destes blocos foi feita em função de um conjunto de diferenças muito significativas, entre as quais se destacavam a granulometria e a cor dominante do sedimento, característica que acabaria, inclusive, por denominar os *horizontes* então definidos: Amarelo – Medieval cristão; Verde – Islâmico; Transição; Vermelho – Romano Imperial; Cinzento – Romano Imperial, o mais antigo e assente sobre um estrato de cascalho arqueologicamente estéril.

As amostras analisadas neste estudo correspondem ao *horizonte* Vermelho, de época romana imperial, semelhante em termos granulométricos ao *horizonte* Cinzento.

FIG. 3 Mapa simplificado das unidades geológicas da região central de Lisboa (adaptado de Cachão, 2017).

K2 – litótipos carbonatados atribuídos às formações de Caneças e Bica, de idade Cretácico superior;

β^1 – Complexo Vulcânico de Lisboa-Mafra, de idade fini-cretácica;

CB – Complexo de Benfica, de idade paleogénica;

Formações miocénicas:

Pr – Camadas dos Prazeres;

Es – Areolas da Avenida de Estefânia;

Ec – Calcários de Entrecampos;

FT – Argilas do Forno do Tijolo;

QB – Areias de Quinta do Bacalhau;

CV – Calcários de Casal Vistoso;

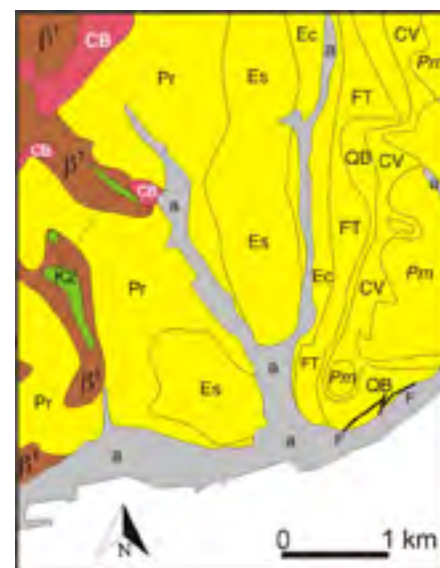
Pm – Areias com *Placuna miocénica*;

a – Depósitos recentes, aluvionares, bem como aterros provenientes de atividade humana na zona ribeirinha.

3. ENQUADRAMENTO REGIONAL

A área de estudo assenta sobre aluviões holocénicas (FIG. 3; Cachão, 2017) depositadas pela Ribeira de Valverde e pela Ribeira de Arroios nos seus vales fluviais e no EB junto à foz com o Rio Tejo. O EB é caracterizado por um vale profundo (Almeida *et al.*, 2009; Matildes *et al.*, 2011) com enchimento sedimentar que ocorre desde o Plistocénico final (Almeida *et al.*, 2009) e durante todo o Holocénico, havendo evidências da existência de influência antrópica nestes sedimentos desde o Período Romano (Almeida *et al.*, 2009).

Os vales fluviais encaixam em formações miocénicas atribuídas ao Aquitaniano e Burdigaliano (Pais *et al.*, 2006) denominadas por Camadas dos Prazeres (Pr), Areolas da Avenida de Estefânia (Es) e Calcários de Entrecampos (Ec). Na margem esquerda da ribeira de Arroios ocorrem ainda depósitos atribuídos à formação das Argilas do Forno do Tijolo (FT), das Areias de Quinta do Bacalhau (QB), do Calcário de Casal Vistoso (CV)



e das Areias com *Placuna miocénica* (*Pm*). Estes depósitos do Miocénico inferior representam essencialmente ambientes continentais e litorais, com passagens a ambientes marinhos de pequena profundidade. São constituídos por argilitos, margas, arenitos, biocalcarenitos e calcários ricos em conteúdo fossilífero, contendo, nomeadamente, corais e briozoários (*Pr*), moluscos (*EC*, *FT* e *CV*), peixes, nanoplâncton calcário, dinoflagelados, foraminíferos e ostracodos (*FT*), ostreídeos (*Pr* e *QB*) e algas rodófitas (*CV*) (Pais, *et al.*, 2006). Nas fácies mais continentais ocorrem fósseis de mamíferos, particularmente em *Pr* e *Pm*.

Na área a montante da Ribeira de Valverde ocorrem também afloramentos do Complexo Vulcânico de Lisboa-Mafra (β^1) que correspondem essencialmente a escoadas basálticas (Pais *et al.*, 2006). As lavas apresentam uma grande variedade textural, de afíricas a muito porfíricas, sendo os fenocristais mais frequentes de espinela cromífera, olivina, clinopiroxena, óxidos de ferro, plagioclase e anfíbola (horneblenda) (Palácios, 1985).

Oliveira (1967) caracteriza as areias do estuário do Tejo com base na granulometria, na composição em minerais pesados e teor em carbonato de cálcio. Para as praias adjacentes à zona de estudo (Ribeira de Barcarena – Belém), foram descritas associações de minerais pesados ricas em augite e contendo turmalina, zircão, estauroilite e andaluzite (*Associação A*; Oliveira, 1967), provenientes, de acordo com o autor, de rochas ígneas básicas. As areias são finas, com medianas do diâmetro entre 1.4 e 2.1 Φ e com valores de carbonato de cálcio superiores a 20% (bioclastos e grãos de calcite).

4. MATERIAIS E MÉTODOS

Foram estudadas 11 amostras de 3 locais diferentes, cuja descrição, localização e enquadramento arqueológico estão sintetizados na Tabela 1.

As amostras recolhidas no NARC correspondem a sedimentos de praia fluvial, correspondendo a amostra recolhida na Camada 34 à superfície de ocupação durante a Idade do Ferro (entre os séculos V e VI a.C.) que assenta sobre areias de praia expostas naquela época.

As amostras recolhidas no Criptopórtico correspondem a: sedimentos das praias fluviais sobre as quais assenta esta estrutura (Criptopórtico 4); sedimentos localizados no exterior da estrutura, na área virada ao estuário e depositados após a sua construção (amostras Criptopórtico 1/2/3). Estas últimas poderiam representar depósitos posteriores ao Período Romano, uma vez que após o abandono desta estrutura haveria neste local condições para a existência de praias. No entanto, as cerâmicas exumadas destes depósitos apresentam uma diacronia entre a Idade do Ferro (residuais) até aos séculos V/VI d.C., limitando a cronologia a este período (Caessa, Nozes e Mota, 2016).

As amostras recolhidas no BPLX correspondem a depósitos cascalhentos de praia, numa área sem ocupação antrópica. O enquadramento cronológico deste local é atribuído ao Período Romano, pela presença abundante, no seio do depósito, de fragmentos de cerâmica de grande dimensão (> 3cm) e rolados de produção romana.

TABELA 1 LOCALIZAÇÃO, DESIGNAÇÃO, ENQUADRAMENTO ARQUEOLÓGICO E ALTIMETRIA DAS AMOSTRAS ESTUDADAS					
LOCAL	DESIGNAÇÃO CAMPO	AMOSTRA	DESIGNAÇÃO LABORATÓRIO	ENQUADRAMENTO ARQUEOLÓGICO	ALTIMETRIA (m ACIMA NMM)
NARC	3 SE, Comp. 8	Camada 9 topo (recolhida durante a escavação arqueológica)	NARC1	Romano	3.0
	3 SE, Comp. 8	Camada 9 base (recolhida durante a escavação arqueológica)	NARC2	Romano	2.6
	3 Este L/M 18	Camada 34 (recolhida em 2017, com trado)	NARC3	Ocupação Idade do Ferro	2.5
	Não escavada	Não escavada (recolhida em 2017, com trado)	NARC4	Anterior à ocupação da Idade do Ferro	2.3
Criptopórtico	Perfil 6	Amostra 5	Criptopórtico1	Após construção do criptopórtico Romano	1.8
	Sondagem 16, amostra 2	Amostra 2	Criptopórtico2	Após construção do criptopórtico Romano	1.7
	Sondagem 16, amostra 1	Amostra 1	Criptopórtico3	Após construção do criptopórtico Romano	1.7
	Sondagem 1 - 1996	Sondagem 1 - 1996	Criptopórtico4	Anterior à construção do criptopórtico Romano	0
Banco de Portugal/Museu do Dinheiro	UE2402	Sem referência	BPLX1	Romano	0
	UE2403	Sem referência	BPLX2	Romano	-0.2
	UE20134	Sem referência	BPLX3	Romano	0.1
	UE964	Sem referência	BPLX4	Romano	0
	UE12201	Sem referência	BPLX5	Romano	0

Em todas as amostras foi caracterizada a textura dos sedimentos através da determinação da percentagem da fracção grosseira ($fg > 63\mu m$) e fina ($ff < 63\mu m$) recorrendo à separação por via húmida com auxílio de um crivo de $63\mu m$. Cada amostra foi alvo de classificação textural de acordo com Folk & Ward (1957) e objecto de representação em diagrama triangular adequado (Folk, 1954). A fg foi alvo de separação granulométrica através de peneiração mecânica, utilizando uma série normalizada de crivos ASTM entre 4Φ ($63\mu m$) e -5Φ ($3,2cm$) com intervalo de 0.5Φ , de acordo com a classificação

de Udden-Wentworth. Determinaram-se os quatro parâmetros estatísticos da distribuição granulométrica: diâmetro médio (Mz), desvio-padrão gráfico inclusivo (σ), assimetria gráfica inclusiva (SKI) e curtose gráfica ($K\sigma$) pelo método gráfico (Folk and Ward, 1957) utilizando o programa GRAN-GRAF (Carvalho, 1998). As curvas de frequência acumulada foram construídas em papel de Gumbel com recurso ao software Grapher v.11.

Foi determinado o conteúdo em carbonato de cálcio ($CaCO_3$) através do método gasométrico, utilizando um calcímetro Eijkelkamp. A percentagem de matéria orgânica total (MO_T) foi determinada por queima na mufla utilizando método adaptado de Kristensen (1990).

As areias de dimensão $0.5\Phi-1\Phi$ foram observadas numa lupa binocular Leica MZ12 com ampliação até 10x e descritas em relação à composição e morfologia dos grãos. Na amostra BPLX5, por ser uma amostra muito grosseira, foram observados os balastos de dimensão superior a -2Φ .

Na fracção contida no intervalo $1\Phi-4\Phi$ foram separados os minerais pesados utilizando bromoformio. Seguidamente foram montadas preparações microscópicas utilizando bálsamo do Canadá. Os minerais pesados transparentes foram identificados e contados com recurso a um microscópio Leitz Wetzlar utilizando as propriedades ópticas mais comuns (forma, hábito, relevo, cor em luz simplesmente e duplamente polarizada, pleocroísmo e sinal de alongamento). Em média foram contados e identificados cerca de 300 grãos destes minerais por amostra utilizando o método de *ribbon* (Galehouse, 1971 in Mange e Maurer, 1992). Os minerais pesados não foram estudados nas amostras BPLX4 e BPLX5, devido à baixa percentagem de areia.

5. RESULTADOS

5.1. GRANULOMETRIA

Da análise textural [TABELA 2; FIG. 4] é possível caracterizar os sedimentos do NARC como areias e areias cascalhentas. A amostra que corresponde ao nível de ocupação da Idade do Ferro (NARC 3), apresenta enriquecimento relativo em lodo. Os sedimentos do Criptopórtico são classificados como areias, com excepção da amostra anterior à construção da estrutura (Criptopórtico 4), classificada como areia lodosa (cascalhenta). As amostras do BPLX são essencialmente caracterizadas como cascalho arenoso, com excepção das amostras BPLX4 e BPLX5 caracterizadas, respectivamente, como lodo arenoso (cascalhento) e cascalho, correspondendo a intercalações centimétricas no seio dos cascalhos arenosos.

FIG. 4 Classificação textural das amostras analisadas (Folk, 1954; Folk e Ward, 1957).

L – lodo;
La – lodo arenoso;
Al – areia lodosa;
A – areia;
L(c) – lodo (cascalhento);
La(c) – lodo arenoso (cascalhento);
Al(c) – areia lodosa (cascalhenta);
A(c) – areia (cascalhenta);
Lc – lodo cascalhento;
Alc – areia lodosa cascalhenta;
Ac – areia cascalhenta;
Cl – cascalho lodoso;
Cal – cascalho arenoso (lodoso);
Ca – cascalho arenoso;
C – cascalho.

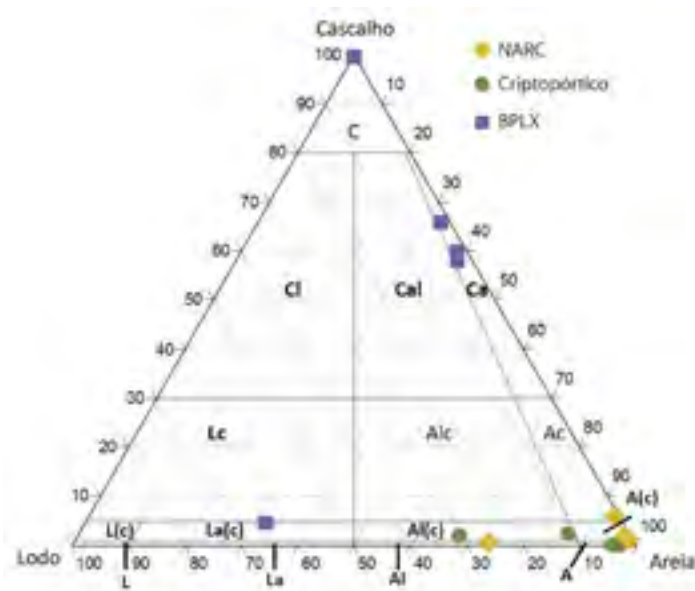
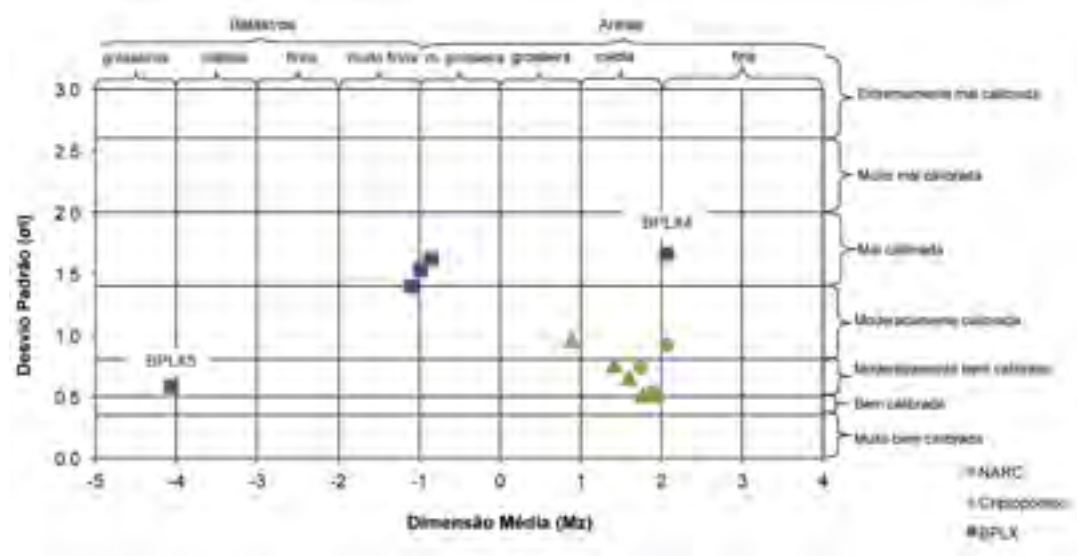


TABELA 2 ANÁLISE TEXTURAL DAS AMOSTRAS ESTUDADAS			
AMOSTRA	% CASCALHO	% AREIA	% FINOS
NARC 1	0	96	4
NARC 2	0	97	3
NARC 3	2	68	31
NARC 4	2	87	11
Criptopórtico1	6	93	1
Criptopórtico2	1	98	1
Criptopórtico3	2	97	1
Criptopórtico4	0	74	26
BPLX1	60	39	2
BPLX2	66	33	2
BPLX3	58	39	3
BPLX4	4	32	64
BPLX5	100	0	0

A fracção grosseira (fg) dos sedimentos do NARC é caracterizada como areia média a fina (Mz: 1,8 a 2,1 Φ), moderadamente bem calibrada a moderadamente calibrada (σ : 0,5 a 0,9 Φ) [FIG. 5]. As amostras recolhidas no Criptopórtico são constituídas por areias médias a grosseiras (Mz: 0,9 a 1,8 Φ) e são moderadamente bem a moderadamente calibradas (σ : 0,5 a 1 Φ) [FIG. 5]. No que concerne às amostras do BPLX, a fg é constituída por areia muito grosseira a balastos muito finos (Mz: -1,1 a -0,9 Φ), moderadamente calibradas a mal calibradas (σ : 1,4 a 1,6), com excepção das amostras correspondentes às intercalações do material caracterizado como balastos grosseiros (MZ= -4,1 Φ), moderadamente bem calibrados (σ = 0,6) (amostra BPLX5) e areias finas (MZ=2,1 Φ), mal calibradas (σ = 1,7) (amostra BPLX4) [FIG. 5].

FIG. 5 Gráfico de correlação entre o desvio padrão (σ) e a dimensão média (Mz) das amostras estudadas. Amostras classificadas segundo Friedman e Sanders (1978). Unidades representadas em Φ .



Os sedimentos do NARC apresentam uma distribuição maioritariamente unimodal e simétrica, enquanto os sedimentos do Criptopórtico apresentam uma distribuição maioritariamente unimodal, mas com assimetria negativa [FIG. 6], incorporando materiais mais grosseiros. Os sedimentos do BPLX apresentam uma distribuição essencialmente unimodal, e assimetria muito positiva, com excepção dos casos representados pelas amostras BPLX4 (polimodal) e BPLX5 (unimodal), que apresentam uma simetria muito negativa e simetria negativa, respectivamente.

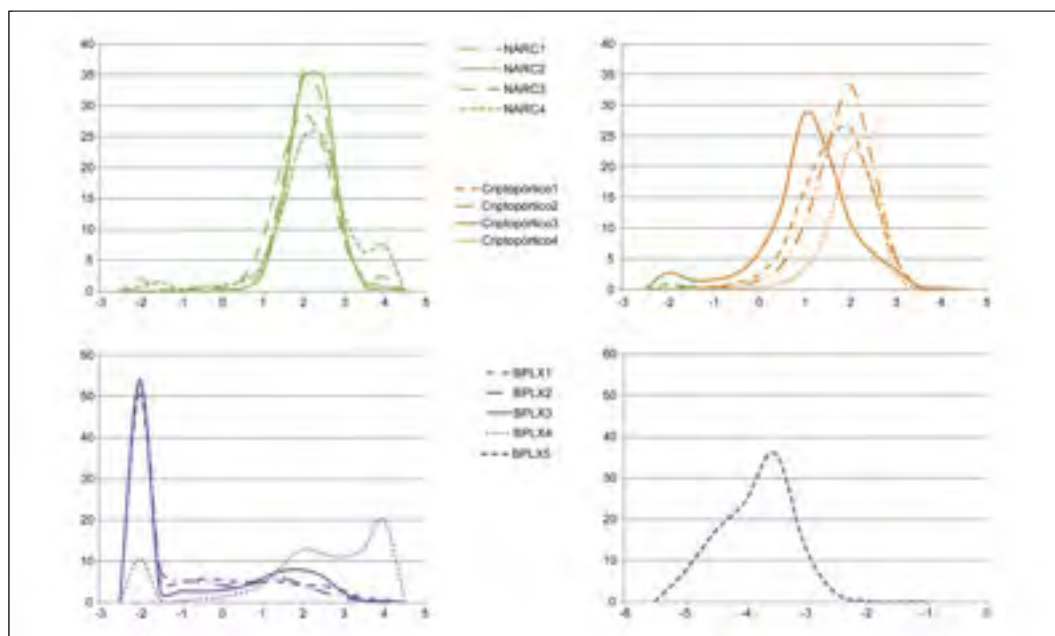


FIG. 6 Histograma de frequência simples dos sedimentos do NARC, Criptopórtico e BPLX.

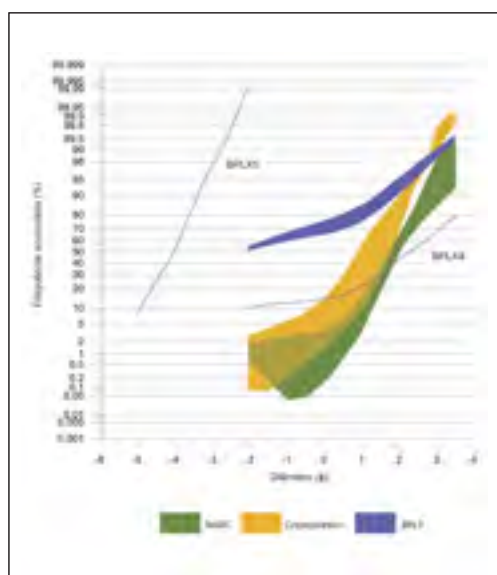


FIG. 7 Frequência acumulada vs. dimensão média das amostras.

Nas amostras do NARC e do Criptopórtico verifica-se a existência de duas populações granulométricas principais [FIG. 7], sendo a população mais fina (areia média a muito fina) mais representativa do sedimento (>95% no NARC e >90% no Criptopórtico) e melhor calibrada.

Nas amostras do BPLX, também se distinguem duas populações granulométricas distintas. A população grosseira é mais representativa da amostra (>80%), com excepção da amostra BPLX4, cuja população grosseira representa apenas 15% do total da amostra. No caso do BPLX5 só existe uma população constituída por cascalho.

5.2. COMPOSIÇÃO DO SEDIMENTO E MORFOLOGIA DOS GRÃOS

O sedimento de dimensão entre $0,5\Phi$ e 1Φ é essencialmente constituído por grãos de quartzo hialino e leitoso, sub-angulosos a sub-rolados, com a superfície limpa, ocorrendo alguns grãos com pátina alaranjada e alguns minerais pesados, opacos e transparentes. Na amostra correspondente à ocupação da Idade do Ferro recolhida no NARC (NARC3), alguns grãos de quartzo apresentam a superfície baça e ocorrem carvões. Nas amostras do NARC e Criptopórtico ocorrem ainda muitos lito-clastos (basalto) e calcite. Em todas as amostras foram observados fragmentos de moluscos (bivalves e gastrópodes), alguns gastrópodes inteiros e fragmentos de briozoários. Foram também observados foraminíferos, alguns dos quais com recristalização da carapaça e rolamento, que podem ter sido retomados do substrato geológico. Particularmente nas amostras recolhidas no BPLX foram observados dentes e vértebras de peixe, restos de vegetais e sementes; ocorrem também algumas cerâmicas roladas.

A fracção de dimensão superior a -2Φ do BPLX é essencialmente constituída por balastros de calcário sub-rolados a rolados, raros balastros de outras litologias e alguns fragmentos de concha (ostreídeos) também rolados.

5.3. TEOR EM CARBONATO DE CÁLCIO (CaCO_3) E MATÉRIA ORGÂNICA (MO)

O teor (%) em MO é nulo em todas as amostras, com excepção de NARC 3 e BPLX4, onde foram determinados valores de 1,4% e 5%, respectivamente.

O teor em CaCO_3 foi apenas determinado nas amostras recolhidas no NARC e no Criptopórtico, uma vez que as amostras do BPLX são essencialmente constituídas por uma fracção grosseira rica em balastros de calcário. Os teores de CaCO_3 nos sedimentos do NARC apresentam valores médios de 10% (máx.12% na amostra NARC3; mín.7% na amostra NARC1); no Criptopórtico os valores médios são de 13% (máx.16% na amostra Criptopórtico1; mín.10% na amostra Criptopórtico4), reflectindo um aumento do teor de bioclastos.

5.4. MINERAIS PESADOS

Considerando os minerais pesados existentes no intervalo granulométrico entre 1Φ e 4Φ , verifica-se que a maior quantidade destes minerais, ponderada no sedimento total, ocorre em valores significativamente maiores do que 4%. Estes valores mais elevados correspondem exclusivamente a amostras recolhidas no NARC, as quais são compostas por areias moderadamente a bem calibradas [FIGS. 5 E 8].

Em relação às espécies minerais transparentes, ocorre uma associação dominante (>60%) composta por piroxena e turmalina e outra, menos importante (<40%), composta por andaluzite, zircão, granada, estauroilite e mica [FIG. 9].

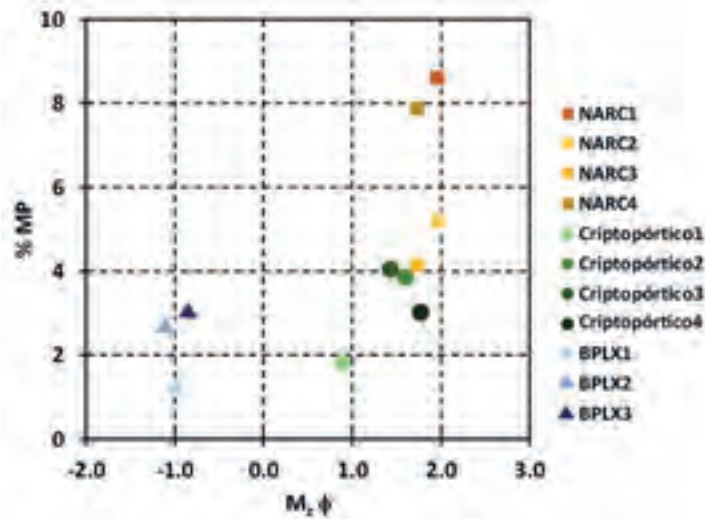


FIG. 8 Projecção dos valores correspondentes à percentagem de minerais pesados ponderada na amostra total (eixo das ordenadas) de acordo com a média granulométrica (eixo das abscissas) expressa em unidades Φ ($-1\Phi = 2\text{ mm}$; $3\Phi = 0.125\text{ mm}$).

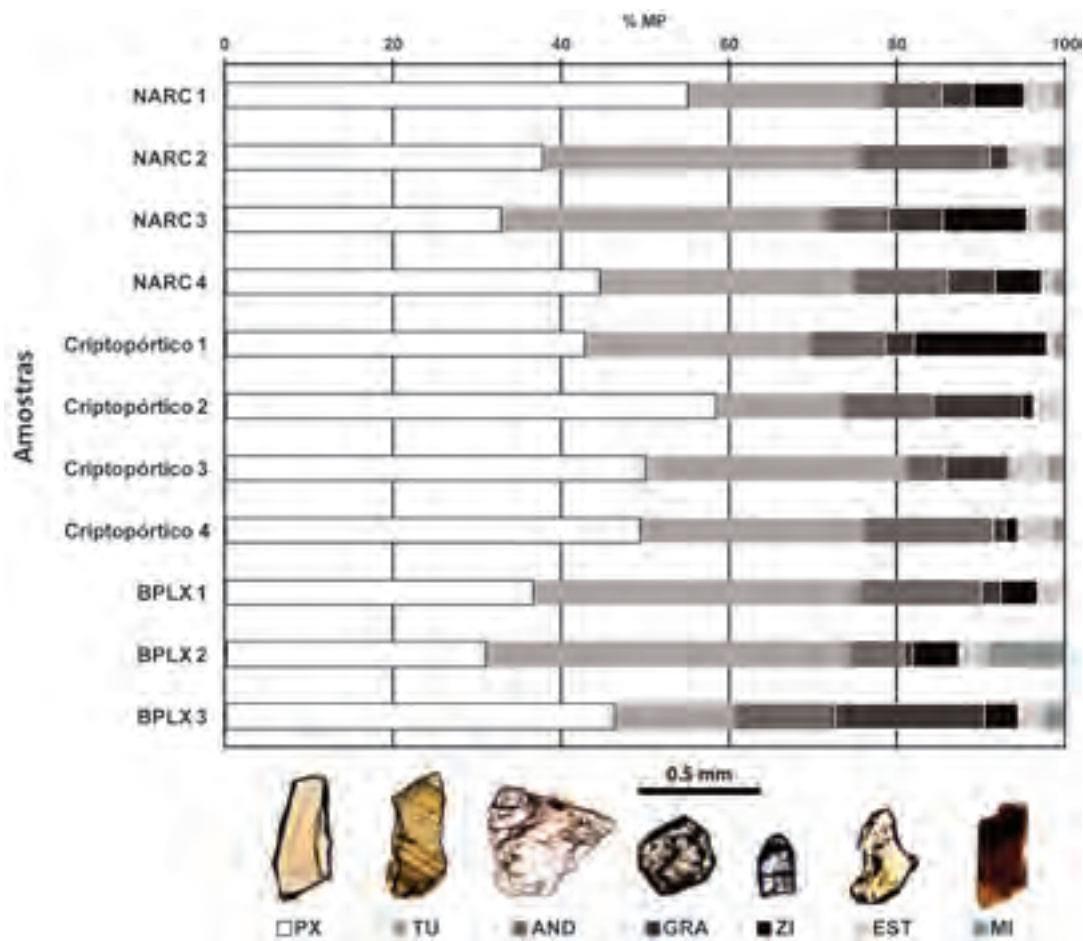


FIG. 9 Frequência (em percentagem) das principais espécies de minerais pesados transparentes presentes em cada uma das amostras estudadas.

TU – turmalina;
 PX – piroxena;
 AND – andaluzite;
 ZI – zircão;
 EST – estauroлите;
 GRA – granada;
 MI – mica.

As imagens dos minerais foram captadas ao microscópio petrográfico "Leitz Orthoplan" em luz simplesmente polarizada com uma máquina fotográfica acoplada "Canon PowerShot D10" de 12 MP.

6. DISCUSSÃO

6.1. FORMAÇÃO E DESAPARECIMENTO DAS PRAIAS DO EB

As praias que se desenvolvem no estuário do Tejo terão origem no processo de enchimento sedimentar que ocorreu após a atenuação da subida do nível médio do mar (NMM; Taborda *et al.*, 2009) há cerca de 7000 anos cal BP (e.g. Vis *et al.*, 2008). As margens estuarinas foram retrabalhadas por acção de ondas de geração local, que criaram condições para a formação de praias em locais com enquadramentos geomorfológicos favoráveis à acumulação de sedimentos (Taborda *et al.*, 2009), como é o caso do EB e das fozes de outras ribeiras que afluem directamente ao estuário do Tejo.

As amostras recolhidas correspondem a sedimentos de praias estuarinas, que ficaram preservadas vários metros abaixo de estruturas e aterros antrópicos que se lhes sobrepõem, construídos, pelo menos, desde a Idade do Ferro. Durante este período cronológico é edificado um bairro populacional, ocupado de forma contínua entre os séculos V e IV a.C., sobre estas praias estuarinas (NARC). O enriquecimento em matéria orgânica observado no sedimento que corresponde à superfície de ocupação da Idade do Ferro (amostra NARC 3) deverá estar directamente relacionado com a utilização da margem por parte da população. Foram observados à lupa binocular fragmentos de carvão na amostra NARC 3, que podem resultar da dispersão dos restos de combustão associados a esta ocupação humana.

A (quase) constante utilização antrópica das margens do EB desde a Idade do Ferro levou ao desaparecimento destas praias, como tem acontecido em muitos outros estuários (Nordstrom, 1992). Esta utilização traduziu-se, numa primeira fase, na construção de edifícios de habitação e criação de áreas mais úteis à população. Mais tarde, a partir do século XIII, inicia-se a construção de aterros sucessivos que permitiram conquistar mais e mais terreno ao rio e reconstruir ao longo do tempo a área aplanada que corresponde hoje à baixa de Lisboa.

6.2. CARACTERIZAÇÃO DAS PRAIAS ESTUARINAS

Os sedimentos recolhidos nas praias do NARC e Criptopórtico são constituídos essencialmente por areia e areia lodosa (cascalhenta), de dimensão fina a média, essencialmente unimodal, bem calibrada. Estes sedimentos têm características semelhantes aos das praias estuarinas do rio Tejo (Freire *et al.*, 2007; FIG. 10). As areias de ambos os locais apresentam duas populações granulometricamente distintas, em que a fracção mais representativa é caracterizada por areia média a muito fina (90 a 95%). Estas areias são ainda semelhantes, do ponto de vista textural, às areias da face de praia e da berma das praias de Santo Amaro de Oeiras e Paço de Arcos (Cebola, 2015) e das referidas por Oliveira (1967).

As características texturais e a cota a que se encontram os sedimentos das amostras do NARC (2.3 a 3.0m NMM) e do Criptopórtico (1.7 a 1.8m NMM) sugere que estes materiais correspondem a areias da face de praia ou de berma de praias desta margem estuarina, considerando um nível médio do mar e amplitude de maré similares aos actuais.

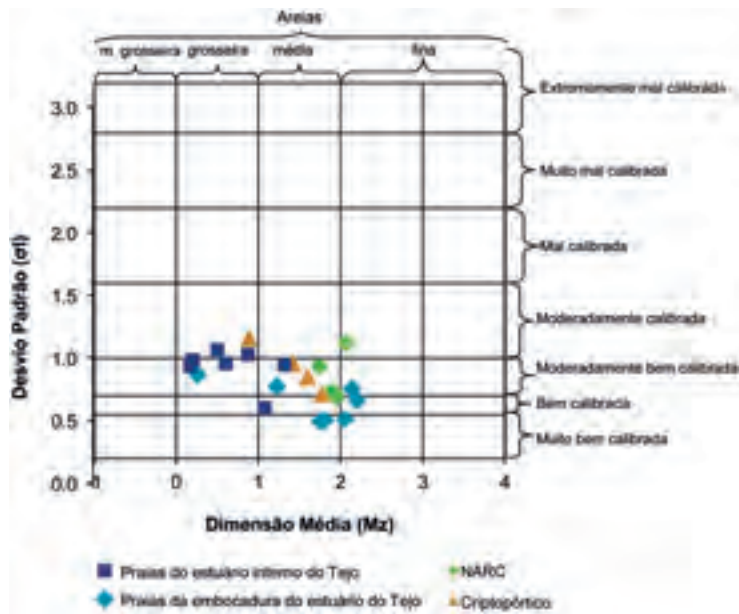


FIG. 10 Caracterização das praias actuais e antigas do estuário do Tejo relativamente à sua dimensão média e desvio padrão. Dados das praias actuais são retirados de Freire *et al.*, 2007. Praias da embocadura do estuário – Paço de Arcos e Algés, na margem norte; Cova do Vapor, Trafaria, Porto Brandão, Arrábida e Almada, na margem sul. Praias do estuário interno – Alfeite, Seixal, Santo André, Barreiro, Rosário, Base Aérea, Alcochete, na margem sul. Unidades representadas em Φ .

As amostras do BPLX correspondem a sedimentos cascalhentos com assimetria positiva localizados a cotas mais baixas (ap. 0m NMM). Estes sedimentos são essencialmente constituídos por balastos de calcário rolados aos quais se associa a presença de uma população minoritária de areia semelhante em composição à identificada nas amostras do NARC e do Criptopórtico. A presença de balastos poderá traduzir a existência de depósito sedimentar residual localizado ao nível médio do mar (numa posição intertidal, possivelmente no limite entre a face de praia e o terraço de baixa-mar), que foi trabalhado ao longo do tempo, gerando o predomínio de elementos com formas boleadas.

6.3. PROVENIÊNCIA SEDIMENTAR

Os vários trabalhos desenvolvidos nas praias estuarinas do Tejo (Oliveira, 1967; Louzada, 1995; Freire, 1999; Freire *et al.*, 2007, 2013) demonstram que a proveniência de sedimentos marinhos para estas praias é limitada, apontando para a grande importância de uma fonte local associada aos afluentes que drenam para o estuário. Oliveira (1967) identifica nos sedimentos da margem direita do interior do estuário a presença de uma associação de minerais pesados composta predominantemente por augite (piroxena), seguida por turmalina, zircão, estauroilite e andaluzite cuja principal origem é identificada pelo autor como sendo o Complexo Vulcânico de Lisboa-Mafra. Esta associação é compatível com a identificada nas amostras estudadas, onde se destaca, também, a presença dominante de piroxena (possivelmente augite), turmalina, andaluzite e zircão [FIG. 9]. Assim sendo, a presença dominante de piroxena aponta para a influência do Complexo Vulcânico de Lisboa-Mafra como uma possível fonte destes sedimentos, tal como foi apontado pelo estudo de Oliveira (1967). Por outro lado, a presença de

turmalina como segundo mineral mais abundante, poderá ser indicativa da influência das formações detríticas do Miocénico como fonte provável. Estes dados confirmam, portanto, a importância das fontes locais no abastecimento sedimentar das antigas praias, em detrimento de uma contribuição associada à bacia hidrográfica do rio Tejo.

O teor em CaCO_3 apurado nas amostras do NARC (10%) e Criptopórtico (13%) é inferior aos teores dos sedimentos das praias da margem norte da embocadura do Tejo localizadas a oeste da zona de estudo (>20%) (Oliveira, 1967). Segundo este autor, o elevado teor em CaCO_3 detectado na foz do estuário, é interpretado como o resultado da influência marinha. A observação à lupa binocular permitiu detectar a presença de frequentes fragmentos de conchas de moluscos, gastrópodes, foraminíferos, para além de vestígios de outros organismos. As características de alguns destes fragmentos parecem ser compatíveis com as de organismos de idade miocénica, fósseis, retomados pela erosão e lançados nas antigas praias, onde se terão misturada com as partículas terrígenas e apontando também para a importância de uma fonte sedimentar local. Assim, os bioclastos podem resultar de uma mistura entre elementos herdados do substrato geológico e de elementos estuarinos existentes durante o período de formação das praias.

7. CONCLUSÃO

Neste trabalho são apresentadas as análises realizadas em amostras de sedimento das antigas praias estuarinas de Lisboa. Estas existiram no EB e na margem estuarina adjacente durante a Idade do Ferro e Período Romano e foram ocupadas desde estes períodos cronológicos, levando ao seu desaparecimento. Foi sobre elas que cresceu Lisboa, dando forma à *Lisboa Sobreposta* que é esta cidade que conhecemos hoje em dia.

Os sedimentos analisados revelam um ambiente de praias estuarinas, similares às que hoje ainda se encontram no estuário interior e na embocadura do Tejo. A proveniência sedimentar destas praias é essencialmente local e tem origem na erosão das formações miocénicas e do Complexo Vulcânico de Lisboa-Mafra, onde encaixam as ribeiras de Arroios e Valverde.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado no âmbito das bolsas FCT com a referência SFRH/BI/51557/2011 e SFRH/BD/110270/2015 atribuídas a Ana Maria Costa. O *Lisbon Stories* é financiado pela FCT através do projecto UID/GEO/50019/2013 - Instituto Dom Luiz. Agradecemos a colaboração da Câmara Municipal de Lisboa (CML) que disponibilizou a informação georreferenciada de Lisboa e em particular aos arqueólogos Ana Caessa, Cristina Nozes, Nuno Mota e Rodrigo Banha da Silva por todo o apoio prestado.

NOTAS

- ¹ Texto da autoria de Ana Caessa, Nuno Mota e Cristina Nozes.
- ² Intervenções arqueológicas da responsabilidade de Ana Caessa, Cristina Nozes e Nuno Mota, que autorizaram a recolha científica das amostras.
- ³ Intervenção arqueológica da responsabilidade de Lídia Fernandes e Manuela Leitão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, I. M.; ANDRADE, C.; FREITAS, M. C.; MORENO, J.; CABRAL, M. C.; CRAVEIRO, S.; MARQUES, F. M. S. F. (2009). Holocene paleoenvironmental evolution of the Lisbon downtown area as recorded in the Esteiro da Baixa sediments – first results. *Journal of Coastal Research (proceedings of the 10th International Coastal Symposium)*, SI 56, pp. 574–578.
- BUGALHÃO, J. (2001). A indústria romana de transformação e conserva de peixe em *Olisipo*. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros. Instituto Português de Arqueologia. *Trabalhos de Arqueologia* 15, 186 p.
- BUGALHÃO, J.; ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; DUARTE, C. (2013). Uma necrópole na praia – o cemitério romano do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 16. Lisboa: DGPC; pp. 243–275.
- BUGALHÃO, J. (2015). Núcleo arqueológico da Rua dos Correiros. In: *Uma casa pré-Pombalina na baixa lisboeta*. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros. Lisboa. CHAM. Arqueoartes 3, pp. 7–12.
- CACHÃO, M. (2017) – A Geologia subjacente aos pavimentos de Lisboa. In: *Debaixo dos nossos pés, Pavimentos Históricos de Lisboa*, Museu de Lisboa, EGEAC, E.M., pp. 28–31.
- CAESSA, A.; NOZES, C.; MOTA, N. (2016). Novas descobertas no criptopórtico romano de Lisboa – Rua da Conceição, 75–77 (primeira fase). *Almadán*, II série, 20, Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 220–221.
- CARVALHO, C. (1998). GranGraf V 2.0 B, Programa de Tratamento de Dados Granulométricos, F.C.U.L., Lisboa.
- CEBOLA, M. T. (2015). Caracterização morfodinâmica e sedimentar das praias de Santo Amaro e Paço d'Arcos. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geologia, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa. 108 pp.
- COSTA, A. M.; FREITAS, M. C.; INÁCIO, M.; FATELA, F.; LOPES, V.; ANDRADE, C.; CACHÃO, M.; MENDES, P. M.; SARRAZOLA, A.; MACEDO, M.; BETTENCOURT, J.; CARVALHO, R.; FREITAS, T. (2016). Single Events and century-scale evolution of the northern margin of the Tagus river multidisciplinary approach to a natural and anthropic sediment record. *Estudos do Quaternário* 14, pp. 92–104.
- COSTA, A. M.; FREITAS, M. C.; LOPES, V.; ANDRADE, C.; BUGALHÃO, J.; BARRROS, P. (2017). Reconstrução paleoambiental da margem Norte do rio Tejo através da análise *multi-proxy* de sedimentos recolhidos em contexto de obra com achados arqueológicos. *Actas do II Congresso da Associação de Arqueólogos Portugueses*, pp. 765–780.
- FOLK, R. L. (1954) – The distinction between grain size and mineral composition in sedimentary-rock nomenclature. *Journal of Geology* 62, pp. 344–359.
- FOLK, R. L.; WARD, W. C. (1957). Brazos River bar, a study in the significance of grain size parameters. *Journal of Sedimentary Petrology* 27, 3.
- FREIRE, P. (1999). *Evolução morfo-sedimentar de margens estuarinas (estuário do Tejo, Portugal)*. Dissertação de Doutoramento. Universidade de Lisboa. 320 pp.
- FREIRE, P.; TABORDA, R.; SILVA, A. M. (2007). Sedimentary characterization of Tagus estuarine beaches (Portugal). A contribution to the sediment budget assessment. *Journal of Soils and Sediments* 7, pp. 296–302.
- FREIRE, P.; JACKSON, N. L.; NORDSTROM, K. F. (2013). Defining beaches and their evolutionary states in estuaries. *Journal of Coastal Research* SI 65, pp. 482–487.
- FRIEDMAN, G. M.; SANDERS, J. E. (1978). Principles of Sedimentology. Wiley: New York. 792 pp.
- INÁCIO, M.; COSTA, A. M.; FREITAS, M. C.; FATELA, F.; LOPES, V.; ANDRADE, C.; CACHÃO, M. (2016). Evolução da margem estuarina do Tejo a escala multiseccular. *VI Congresso Jovens Investigadores em Geociências*, LEG 2016: 26–29.
- KRISTENSEN, E. (1990). Characterization of biogenic organic matter by stepwise thermogravimetry (STG). *Bio-geochemistry*, 9, pp. 135–159.
- LOUSADA, C. (1995). Contribuição para o estudo da proveniência dos sedimentos arenosos das praias da margem esquerda do estuário do Tejo. Relatório do projecto EU-0445-“Climate Change and Coastal Evolution in Europe”. GeoFCUL (não publicado), Lisboa, 76 pp.
- MANGE, M. A.; MAURER, H. F. W. (1992). *Heavy minerals in colour*. Chapman and Hall, London, 147 pp.
- MATILDES, R.; ALMEIDA, I. M.; TABORDA, R.; MARQUES, F. (2011). The contribution of GeoSIS_Lx database and geoscientific information system to the reconstruction of Lisbon's coastline. *Journal of Coastal Research*, SI 64: 1702–1706.
- MOTA, N.; MARTINS, P. V. (no prelo). Criptopórtico Romano de Lisboa: arqueologia e arquitetura de uma estrutura portuária (um esboço preliminar)”, in *Meios, vias e trajetos: entrar e sair de Lisboa*. *Fragmentos de Arqueologia de Lisboa*, 2, Centro de Arqueologia de Lisboa (CML)/Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa.
- NORDSTROM, K. (1992). *Estuarine beaches. An introduction to the physical and human factors affecting use and management of beaches in estuaries, lagoons, bays and fjords*. Elsevier's Science Publishers Lda, New York, 225 p.
- OLIVEIRA, R. (1967). Contribuição para o estudo do estuário do Tejo. Sedimentologia. Memória 296. Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 61 pp.
- PAIS, J.; MONIZ, C.; CABRAL, J.; CARDOSO, J. L.; LEGOINHA, P.; MACHADO, S.; MORAIS, M. A.; LOURENÇO, C.; RIBEIRO, M. L.; HENRIQUES, P.; FALÉ, P. (2006). Notícia Explicativa da Folha 34-D Lisboa da Carta Geológica de Portugal na escala 1:50000. Departamento de Geologia, Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, 74 pp.
- PAIS, J.; CUNHA, P. P.; LEGOINHA, P. (2010). Litostratigrafia do Cenozóico de Portugal. In NEIVA, J. N. C.; RIBEIRO, A.; VICTOR, L. M.; NORONHA, F.; RAMALHO, M. (eds.) – *Ciências geológicas: Ensino e Investigação*, Vol. I, pp. 365–376.
- PALÁCIOS, T. (1985). *Petrologia do Complexo Vulcânico de Lisboa*. Dissertação de Doutoramento. Universidade de Lisboa, 260 pp.
- ROCHA, A.; REPRESZAS, J.; MIGUEZ, J.; INOCÊNCIO, J. (2013). Edifício Sede do Banco de Portugal em Lisboa. Um primeiro balanço dos trabalhos arqueológicos in Arnaud, J.; Martins, A.; Neves, C. (coord.) *Arqueologia em Portugal 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1011–1019.
- SOUSA, E. R. B. (2014). A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo durante a segunda metade do 1.º milénio a.C. *Estudos e Memórias*, 7. Lisboa: UNIARQ, 449 p.
- TABORDA, R.; FREIRE, P.; SILVA, A.; ANDRADE, C.; FREITAS, M. C. (2009). Origin and evolution of Tagus estuarine beaches. *Journal of Coastal Research*, SI 56: 213–217.
- VIS, G. J.; KASSE, C.; VANDENBERGHE, J. (2008). Late Pleistocene and Holocene palaeogeography of the Lower Tagus Valley (Portugal): effects of relative sea level, valley morphology and sediment supply. *Quaternary Science Reviews* 27, pp. 1682–1709.



***Nihil durare potest
tempore perpetuo***
**Desafios contemporâneos
à eficaz tutela do Património
Arqueológico Vesuviano**

DAVID ALMEIDA ELEUTERIO

Doutorando do Curso de Arqueologia pela Universidade de Coimbra em co-tutela com a Università degli Studi di Napoli «L'Orientale».

Membro do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património (CEAACP).
Bolseiro da Fundação CAPES – Ministério da Educação do Brasil.

david-alma@hotmail.com

<https://coimbra.academia.edu/DavidEleuterio>



RESUMO O indubitável valor democrático do qual se investe os bens patrimoniais, vinculado a uma sociedade cada vez mais ecologicamente consciente, faz com que a via de tutela futura seja um caminho voltado para a ampliação das competências até então atribuídas à Arqueologia. A trilogia *Paisagem – Democracia – Direitos Cívicos* começa a definir-se como a nova base de actuação. À *Paisagem de Ruína Vesuviana*, por antonomásia, acresce a *Paisagem Cultural* e, como ela, o valor colectivo que transcende as fronteiras italiana e comunitária. Neste contexto é premente que nós, arqueólogos, assumamos um posicionamento crítico sobre o evoluir do nosso desempenho como agentes formadores de opinião perante a sociedade. Pelo que urge vincularmos a actividade turística à esfera preventiva, por meio de iniciativas de fomento à consciência patrimonial, através da criação de mecanismos que incentivem uma verdadeira *heritage literacy*. Em contexto vesuviano, tal realidade assume proporções inquietantes, devido à impreparação dos parques arqueológicos para receberem uma fruição turística em crescimento exponencial. Pelo que o contributo da presente comunicação consistirá numa análise transversal do quadro legislativo italiano e das intervenções executadas nos sítios vesuvianos nas últimas décadas, de forma a propor uma via capaz de mitigar a degradação eminente do construído arqueológico.

PALAVRAS-CHAVE Arqueologia Vesuviana, Fruição Turística, Normativas de Tutela, Património Cultural.

ABSTRACT The democratic value of heritage sites, together with an increasingly ecological and social consciousness, has led to the path of future tutelage into an expanding set of competences, previously attributed to Archaeology. So, a triad based in *Landscape – Democracy – Civil Rights* has now been defined as the new basis for taking action. The *Vesuvian Ruins Landscape*, for antonomasia, is connected to the *Cultural Landscape*, which has resulted in a collective value that transcends both the Italian border and the European community. Within this context, it is imperative that we, as archaeologists, should adopt a critical stance within the eyes of society on the evolution of our own performance, as agents of opinion formation. Consequently, it is necessary to combine touristic activities with some preventive initiative. In other words, to elaborate activities which could promote heritage awareness, through the adoption of mechanisms that will encourage a deeper *heritage literacy*. In the example of the vesuvian ruins, this process assumes greater proportions, due to the inability of archaeological parks to receive a growing touristic fruition. Therefore, it is the goal of this paper to contribute in the formulation of a solution capable of mitigating the imminent degradation of the archaeological structures, through the analysis of the Italian legislative framework and the interventions, carried out in the vesuvian sites in the last few decades.

KEY WORDS Vesuvian Archeology, Touristic Fruition, Protection Legislation, Cultural Heritage.

A CONVERSÃO DA PAISAGEM DE RUÍNA EM PAISAGEM CULTURAL

Nihil durare potest tempore perpetuo, primeira estrofe proveniente do poema identificado entre as fachadas das *tabernae* IX.13.4 e IX.13.5 de Pompeia, representa de forma emblemática o argumento central do presente contributo. No momento do desterro, executado em 1913, eram visíveis integralmente os grafites da composição poética (Della Corte, 1965: 335). Todavia, os mesmos acabaram progressivamente por desaparecer, fruto dos agentes atmosféricos e de um século de incúria transcorrido (García y García, 2005: 155).

Tal observação atesta a efemeridade do vestígio, enquanto ruína, fadado ao progressivo desaparecimento, factor que reveste o registo arqueológico do valor de testemunho vindouro da materialidade. No entanto, as cidades vesuvianas, desde o desterro sob a égide borbónica, no segundo quartel do século XVIII, estiveram sujeitas aos avanços conceptuais e metodológicos da própria disciplina arqueológica (Ciardiello, 2009:137-140).

Neste processo também desempenhou função preponderante as expectativas sociais da aristocracia europeia, legítima predecessora do turismo moderno. A *paisagem de ruína* por antonomásia vesuviana aos olhos dos artistas, cortesãos, eruditos e mercadores de antiguidades do século XVIII, fundamentava o itinerário obrigatório do *Grand Tour*. Comungavam, entre si, o interesse pela harmonia existente entre os monumentos e a sua integração na natureza, como refere Paul Zanker, "*il lento degrado veniva vissuto come ritorno nel grembo della natura*" (Zanker, 2009: 265). Esta percepção idílica da Itália meridional *pittoresque* oferecia um retorno imaginário à Arcádia primordial.

Com o advento do domínio francês, personificado no mecenato de Carolina Bonaparte e nos decretos promulgados por Giuseppe Bonaparte, as cidades vesuvianas convertem-se em monumentos de propaganda do recém instaurado Reino de Nápoles. Pela primeira vez verifica-se uma apreciação de cunho científico das escavações. De facto, em 7 de Abril de 1807, tornar-se-ia proibida a exportação de qualquer obra de arte ou antiguidade; ao que acresce, no dia 4 de Janeiro de 1808, a aquisição de todas as propriedades existentes sobre as ruínas de Pompeia (D'Alconzo, 2001:530). Ambas as normativas régias serão o prelúdio de um longo processo administrativo, que seguir-se-á com a unificação do Estado Italiano à actualidade.

No decurso deste processo assistimos à conversão da *paisagem de ruína* em *paisagem cultural*. Os valores antes partilhados por uma visão eurocentrista do mundo transformaram-se e, desta vez, à escala global. Tal realidade coloca-nos uma *questão interessante*, magistralmente apresentada por Fabrizio Pesando, o qual nos interroga acerca de como proceder uma vez que o monumento perde a sua individualidade e atinge um estado de informe equilíbrio. Como o mesmo retoricamente nos adverte, "*sono mancati il coraggio e l'onestà di riconoscere che le aree archeologiche, anche le più conservate al momento dello scavo – quali appunto i siti vesuviani –, sono destinate inevitabilmente a trasformarsi in rudere e a scomparire dopo che i suoi edifici, costruiti per durare solo qualche generazione, hanno subito per decenni un'esposizione continua alle intemperie senza usufruire di alcuna protezione, resistendo, nonostante tutto, fino ai nostri giorni e giungendo a rappresentare, quasi per paradosso, il vero miracolo pompeiano*" (Pesando, 2013: 10).

A perenidade da ruína é uma realidade em grande parte subtraída do quadro normativo instituído, mas não será esta verdade inegável o caminho para eficazmente tutelarmos esta *Paisagem* que se apresenta cada vez mais desmaterializada? Como sintetiza Gregorio Froio "*la rovina, infatti, è il tempo che sfugge alla storia: un paesaggio, una commistione di natura e di cultura che si perde nel passato ed emerge nel presente come segno senza significato, o per lo meno, senza altro significato che il sentimento del tempo che passa e che dura contemporaneamente*" (Froio, 2014: 4).

Cabe-nos, enquanto arqueólogos, a capacidade exímia de aplicar todos os mecanismos metodológicos disponíveis no presente para que o registo seja efectuado com rigor, porém, esta fase representa apenas o início das actividades sob nossa incumbência. Devemos dar seguimento à eficaz tutela e valorização, a qual apenas será possível por meio de um quadro normativo consistente e da nossa capacidade, como legítimos educadores e formadores de opinião, de criarmos uma parceria eficaz e não meramente institucional com os cidadãos, entes públicos e privados.

Como nos adverte, Salvatore Settis, a frase «*La bellezza salverà il mondo*», atribuída ao príncipe Myškin na obra *O Idiota* de Dostoevskij, "*è diventata negli ultimi anni, specialmente in Italia, il veicolo e il mantra, consolatorio e liberatorio, di questa fuga da ogni responsabilità (individuale e sociale). Ma la <<bellezza>> che ci circonda nella città e nei paesaggi non salverà niente e nessuno, se noi non salviamo la bellezza: prima di tutto definendola, difendendola, creandola, come anche l'architetto è chiamato a fare dalla natura stessa del suo mestiere*" (Settis, 2017: 16-17).

Pelo que devemos impor-nos, enquanto arqueólogos, arquitectos, historiadores de arte e demais especialistas, de forma a restringirmos ao nosso encargo a gestão e respectiva formação civil dos bens patrimoniais. É verdade que os mesmos são propriedade colectiva da sociedade, porém, não podemos permitir que se vincule a ideia falaciosa de que qualquer indivíduo, independente da sua formação curricular e académica, possa administrá-los. Da mesma forma que apenas ao médico é permitido diagnosticar uma doença e dar o respectivo prognóstico, também apenas a nós deve ser permitido tutelar e valorizar de forma integral e orgânica o património cultural.

REFORMA MINISTERIAL E ALTERAÇÕES NO QUADRO NORMATIVO ITALIANO

"Cultural heritage is a group of resources inherited from the past which people identify, independently of ownership, as a reflection and expression of their constantly evolving values, beliefs, knowledge and traditions. It includes all aspects of the environment resulting from the interaction between people and places through time."

Convenção de Faro 2005, art.2

O carácter inovador da Convenção de Faro, a qual nos propõe uma revisão acerca do valor identitário, que o património cultural reveste, foi determinante para a reforma do MIBACT (*Ministero dei Beni*

e delle Attività Culturali e del Turismo). De facto, a assinatura por parte do governo italiano ocorreu apenas no dia 27 de Fevereiro de 2013, sendo o 21.º país do Conselho da Europa a assumir o compromisso de promover a consciência cidadã com ênfase na *herança cultural* (Petraroia, 2014: 41; Volpe, 2017: 18–20).

Neste seguimento, sob a alçada de Dario Franceschini, assistiríamos a uma autêntica reforma ministerial, por meio do decreto-lei 24 Abril de 2014, n.º 66 e do decreto-lei 31 Maio de 2014, n.º 83. Ambas as deliberações, com base no mote do *spending review*, asseguraram a plena integração de dois âmbitos estratégicos de intervenção: a cultura e o turismo. A que sucede o decreto ministerial 23 Janeiro de 2016, n.º 44, o qual instituiu 39 novas Superintendências Territoriais de Arqueologia, Belas Artes e Paisagem, o Instituto Central para a Demoetnoantropologia e o Instituto Central para a Arqueologia.

O novo modelo administrativo prefigura uma gestão integrada do património cultural, dando ainda lugar ao mecenato, por meio do *Art bonus*, dispositivo criado em Maio de 2014 e que até 2017 já conseguiu angariar mais de 200 milhões de euros. Esta fonte de investimento, obtida por meio de doações, da parte dos cidadãos e demais entes privados, representa uma autêntica revolução na forma como o património cultural passou a ser concebido. Afinal, “*preserving cultural heritage is no longer a <<private affair>> of each state, it has become a matter of civil society, because the procedure of inclusion is a long and fairly tedious process requiring a public debate and fulfillment of variety of conditions associated not only with the condition of the monument itself, but the cultural landscape as well*” (Romanova et al., 2013: 104).

É chegado o momento de aceitarmos que os entes privados podem ser parceiros efectivos na administração dos bens patrimoniais. Os recursos financeiros são necessários e muito bem-vindos, todavia, devemos saber avaliar a forma como estas parcerias se constituem. Um exemplo de sucesso é-nos dado pela *Packard Humanities Institute* (uma fundação filantrópica), que doou 10 milhões de dólares a *Soprintendenza Speciale per i Beni Archeologici di Napoli e Pompei* (um ente de tutela), de forma a financiar a gestão integrada do parque arqueológico de Herculano, projecto ao qual se associou, numa fase posterior, a *British School at Rome* (um instituto de pesquisa), de forma a proporcionar os mecanismos necessários para o êxito obtido ao longo de mais de uma década de parceria (Court et al., 2011:27; Mollo et al., 2012).

O HCP (*Herculaneum Conservation Project*) nasce em resposta ao eminente estado de degradação, que no ano de 2001 levou Herculano a constar na lista dos sítios culturais em risco publicada pelo ICOMOS, com dois terços do sítio arqueológico vedado ao aceso turístico, devido ao avançado estado de deterioração dos edifícios provocado pela incúria, pelo avanço do processo de biodeterioramento e do elevado risco geohidrológico (Bamburu et al., 2002).

Mas graças à eficiência da parceria público-privada com os mecanismos metodológicos oferecidos pela comunidade científica, no final de 2014 deu-se início ao primeiro ciclo trianual de manutenção programada do complexo arqueológico (Pesaresi, 2013:186). É um caso de sucesso, que só foi possível, como afirma Domenico Camardo, devido a “*encourage a genuine interdisciplinary approach where the*

daily issues that come up on-site, whether during excavation or conservation, are dealt with by the archaeologist, the conservation architect and the conservator restorer, and where necessary by the structural engineer, the expert for humidity and water, the chemist and geologist" (Camardo, 2007:387).

Eis a via de tutela e valorização do património cultural, que o início do terceiro milénio nos apresenta (Volpe, 2016: 98). Ainda estamos longe de obter um profícuo entendimento entre os diferentes agentes, contudo, há que ter espírito de cooperação, de forma a salvaguardar o património, que diz respeito a todos os cidadãos, sem excepção. Em 2017, na cidade de Florença, ocorreu o primeiro encontro G7 da cultura, sob o tema da defesa dos bens culturais em eminente risco de calamidades naturais e terrorismo. Que seja mais um passo, no caminho de criarmos um quadro normativo internacional, capaz de tutelar, proteger e promover eficazmente o património cultural mundial.

OS DESAFIOS DO GRANDE PROJECTO POMPEIA

Pompeia, cuja historiografia comparada estabelece nítidos paralelos com Herculano, não obtém, no entanto, o mesmo pródigo resultado. Muito embora ambas as cidades vesuvianas se tenham convertido em *Património Mundial*, em 1997, não se verificaram substanciais efeitos práticos a nível da tutela. Apenas com o colapso da *Schola Armaturarum Iuventus Pompeiani* III.3.6, decorrido no dia 6 de Novembro de 2010, é que a repercussão mediática sem precedentes conduziu ao desenvolvimento de mecanismos efectivos para mitigar o eminente estado de degradação. No mesmo ano Pompeia, juntamente com Áquila e as necrópoles púnicas de Tuvixeddu, foram os únicos sítios italianos em risco a prefigurarem na lista editada pelo ICOMOS (Machat *et al.*, 2010: 109–114).

Tal medida exorta o governo italiano a que cumpra o seu dever de, em Janeiro de 2011, dar curso, por meio dos órgãos directivos, a um ampla monitorização capilar do estado de risco das estruturas arquitectónicas do sítio arqueólogo. O que possibilitou, em 2012, o lançamento do GPP (*Grande Progetto Pompei*), cofinanciado pela União Europeia (Osanna, 2015: 105–108). Projecto oficialmente promulgado pelo art. 1, n.º 4, da L.112/2013, o qual dispõe a constituição de uma estrutura *ad hoc* para o desenvolvimento económico-social e a requalificação ambiental e urbanística das comunas de interesse, que constam no plano de gestão dos sítios UNESCO «Áreas arqueológicas de Pompeia, Herculano e Torre Annunziata», de forma a potenciar a atractividade turística do território (Aiello, 2014:10–12).

O valor integral do projecto extraordinário foi estabelecido inicialmente em 105 milhões de euros, dos quais 80 milhões seriam resultantes do Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional e os restantes 25 milhões ficariam a cargo do governo italiano (Wollner, 2013: 5–8). Até ao ano de 2016, a U.E. disponibilizou 30 milhões dos cerca de 40 gastos em Pompeia. Tendo já liberado no corrente ano de 2017 os restantes 50 milhões, do total de 65. A comissão administrativa do parque arqueológico estipulou como prazo para a conclusão dos trabalhos o último trimestre de 2018 (Giovinazzo, 2017: 6–8).

Devemos, contudo, ater-nos à proveniência do cofinanciamento europeu, o qual lança um alerta gravíssimo sobre o propósito por detrás do projecto extraordinário. O financiamento de cunho comunitário advém do *Programma Operativo Interregionale «Attrattori culturali, natural e turismo»* FESR 2007-2013 (POIn), cujo principal objectivo é promover o desenvolvimento regional por meio da atratividade turística. Medida esta altamente danosa, que em teoria se contrapõe ao princípio primário, que deveria ser zelar pela requalificação do parque arqueológico. Nos últimos anos foi registado um crescimento vertiginoso do fluxo turístico. Em 2012, como adverte Karilyn Sheldon, *“Pompeii sees about 10.000 visitors a day in the summer, and 2.3 million visitors annually. The foot traffic of millions erodes the pavement of the city, and inadequate surveillance and supervision of tourists allows thousands to explore structures and walk on surfaces in need of conservation, such as delicate mosaics in houses. Backpacks and tourists rubbing against walls and paintings in the narrow fauces (entrance hallway) to houses have contributed to erosion. Even restorative structures have not been granted significant surveillance. The lintels and doors of many houses are threatening to collapse, and disintegrating concrete has exposed restored iron rods”* (Sheldon, 2013: 72).

No ano de 2016, obteve-se novo recorde histórico de bilheteira, com 3.209.089 visitantes, número que já foi superado no presente ano 2017. Esta pressão turística, que decorre concomitantemente à implementação do projecto, demonstra uma visão míope e de curto prazo, a qual nada favorece a reabilitação do parque arqueológico. Revela, pelo contrário, o advento de uma óptica de mercado feroz, que converteu o património cultural num bem de consumo de massas, cujo objectivo primário é a sua rentabilização. É preocupante reconhecer que esta opção de gestão possuiu o aval do MIBACT e da UNESCO. Devemos, como Fabrizio Pesando, *“riconoscere con franchezza che molto, in questo processo di dissoluzione durato più di due secoli e mezzo – e a cui contribuirà presto anche l’impatto sempre più devastante di un irresponsabile turismo di massa – non potrà che trasformarsi inevitabilmente «in un mero pasticcio di palta ammonticchiato dal pavimento al soffitto»”* (Pesando, 2013: 11).

É inegável a assunção de um modelo de indústria cultural, que vê nos bens patrimoniais o crescimento exponencial do mercado turístico. Pompeia não é alheia a este fenómeno. Contudo, devemos empregar todos os esforços contra uma forma de consumo do património cultural, que nas palavras de Françoise Choay, conduz ao *“fétichisme du patrimoine”* (Choay, 2015: 49). Existe uma via conciliatória entre o interesse económico e a genuína tutela. É nosso dever, como investigadores e profissionais, de prover uma formação patrimonial cívica sustentável.

PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO ESTRUTURAL CASO DE ESTUDO DAS *INSULAE VI, 3-4*

No que diz respeito ao tema central do meu projecto doutoral, o qual consiste na análise do estado de conservação das *insulae* 3 e 4 da *Regio VI* de Pompeia, a primeira fase consistiu na avaliação do estado de risco dos edifícios, tomando como ponto de referência o levantamento *in loco* efectuado

nos inícios da década de 90, de forma a quantificar o avanço do processo de degradação das estruturas arquitectónicas, passadas quase três décadas deste primeiro exame integral (Carrocci *et al.*, 1990).

No âmbito das tecnologias aplicadas à catalogação e processamento dos dados de campo, no âmbito do estudo do edificado na *Regio VI*, foram obtidos consideráveis avanços (Pesando *et al.*, 2017). Em parte, graças aos inúmeros projectos nacionais e internacionais, financiados com fundos estatais e europeus, bem como através de parcerias entre a direcção do parque arqueológico, instituições académicas e filantrópicas (Cecchi, 2010; Cecchi *et al.*, 2011).

O programa doutoral interliga ao estudo da estratigrafia murária, uma análise espacial, estatística e arquivística da informação existente acerca de intervenções de restauro precedentes, com vista a compreendermos o desenvolvimento urbanístico das *insulae VI*, 3-4, de forma a desenvolver específicos mecanismos de tutela e salvaguarda.

A nível metodológico procedemos ao levantamento, mediante ficha U.E.M., dos 16 edifícios compreendidos nas *insulae VI*, 3-4, os quais se subdividem em 104 ambientes e 311 unidades estratigráficas murárias [FIG. 1]. Por meio do qual identificamos uma complexa estratigrafia construtiva, uma vez que estamos perante um sector urbano no qual estão compreendidos edifícios de carácter habitativo, comercial e produtivo. Tal diversidade justifica-se pela posição nevrálgica, localizado no quadrante setentrional do Fórum Civil. Ao que acresce a Via Consular, que colocava em comunicação os principais espaços públicos da cidade, com as *villae* extraurbanas e a rota de Cápua. Ambos os edifícios ao longo deste eixo viário possuem *tabernae* e demais ambientes destinados às actividades comerciais, como constata Miko Flohr, “*si può inoltre registrare un aumento generale del numero di tabernae a partire dal II sec. a.C. fino al I sec. d.C. e uno spostamento del cuore commerciale della città lontano dal foro e dalla zona immediatamente a est di esso*” (Flohr, 2014: 42). A rentabilização do espaço disponível é tal, que se verifica a edificação de *pergulae* sobrestantes.

No que concerne os materiais construtivos, verificamos o emprego de calcário do Sarno, tufo de Nocera, tufo de Campi Flegrei, além de outras rochas de origem vulcânica. Dentre as diversas técnicas construtivas adoptadas, verificamos para a área de estudo o predomínio do *opus incertum*.

Quanto à cronologia das estruturas, no momento tudo indica um desenvolvimento análogo ao das demais *insulae* adjacentes, com uma datação posterior ao III século a.C., se considerarmos a morfologia das fundações murárias. Como demonstra Fabrizio Pesando, “*i muri in opera a telaio di III e II secolo a.C. presentano invece una limitata fondazione a scarpa, che sarà utilizzata – se pur di rado – anche nelle successive murature in opera cementizia e in opera incerta*” (Pesando, 2012: 76).

Todavia, devemos fazer particular menção à ampla fase de reestruturações, que se seguiu ao evento telúrico do 62 d.C. Nesta frase, como bem elucida Riccardo Helg, “*the transformation of domestic space can be traced back to the intrusion of productive and commercial businesses into the homes, occupying spaces originally designed for domestic life*” (Helg, 2012: 144). No caso da *domus VI* 3,3,27-29 o sector oeste, precedentemente ocupado por um *viridarium*, cederia lugar à implantação de um *pistrinum* (Maiuri, 2002: 163-164). Nesta última fase edificativa, os materiais empregues, na sua

maioria, provêm de contexto de reutilização. Os segmentos angulares das unidades murárias, que em parte foram afectados pelos sucessivos sismos, deram lugar ao *opus latericium* e *vittatum* (Cappana et al., 2012: 294).

Já no que diz respeito ao actual estado de conservação das *insulae* VI, 3-4, o mesmo é resultado de profundas intervenções de restauro, conduzidas maioritariamente após os bombardeamentos anglo-americanos, decorridos no dia 13 de Setembro de 1943, sobretudo nas estruturas atinentes à *insula* 4 (García y García 2006: 75). A esta ampla campanha, que teve lugar até aos inícios da década de 60, seguiram-se apenas pontuais intervenções de carácter estático e de combate ao biodeterioramento.

Em síntese, consideramos que a metodologia adoptada, por meio da conjugação do exame da gestão do espaço edificado, com base nas dinâmicas existentes entre os critérios de circulação, acessibilidade, morfologia estrutural e análise estatístico/ arquivística, proporciona os mecanismos necessários para compreender o processo de desenvolvimento edificativo das *insulae* VI, 3-4. Oferecendo, desta maneira, um contributo para o estudo integrado da gestão urbana da inteira *Regio* VI do sítio arqueológico de Pompeia.

IMPACTO DO CRESCIMENTO EXPONENCIAL DA FRUIÇÃO TURÍSTICA

Na sociedade contemporânea os limites entre os fenómenos tendem ao completo desaparecimento e, progressivamente, dão lugar a práticas líquidas e a formas de autenticidade híbrida e relativa, que unem, em modo dinâmico e criativo, passado e presente, educação e entretenimento, história e mercado, cultura e espectáculo. Factores que influenciam profundamente a paisagem urbana e a função anteriormente atribuída aos sítios arqueológicos. Inclusive, a terminologia empregue foi alterada, substituída por um conceito de carácter lúdico. Agora falamos abertamente em «*parques arqueológicos*», nomenclatura que evidencia uma substancial mudança de paradigma na forma como os bens patrimoniais passaram a ser vistos, sob a óptica consumista.

No território vesuviano, o crescimento exponencial sem precedentes do fluxo turístico é uma realidade, que tem exigido nos últimos anos a criação de mecanismos específicos de tutela. No caso de Herculano, “*the extraordinary legacy that the site and the surrounding cultural landscape constitutes, the multiple and changing values it holds for the local community and beyond, added to the severe conservation problems encountered in recent times and the socio-economic disadvantages suffered by local community*” (Court et al., 2011: 3-5).

Já Pompeia, cuja integração territorial com a comunidade local se desenvolve segundo moldes bem distintos de Herculano (se considerarmos o modelo heterotópico que a define, conjugada com um fluxo turístico à escala de milhar), tem concentrado esforços numa gestão paliativa. Como defende Serena Borea, “*migliorare la visibilità dell'area consiste anche nel constatare i punti di forza della stessa, potenziando la qualità del servizio e le modalità di fruizione*” (Borea, 2013: 234).

"Mas enquanto as massas turísticas circulam de uma ponta à outra do planeta à descoberta das obras-primas da humanidade, é a sua própria cultura que se torna estranha, misteriosa, opaca, tanto o presentismo da cultura-mundo teve sucesso ao dissolver os quatros milenares do nosso enraizamento cultural" (Lipovetsky, 2011: 80). Não queremos com isto marcar uma posição contrária à demanda turística, a qual defendemos ser a única via sustentável para a manutenção a longo prazo do património cultural, mas sim alertar para a urgência da criação de mecanismos que incentivem uma autêntica *heritage literacy* (Brunelli, 2013: 17-19; Nuzzaci, 66-68).

É POSSÍVEL UMA VIA DE CONCILIAÇÃO FUTURA?

As actuais políticas de tutela, salvaguarda e valorização dos bens patrimoniais, em especial daqueles classificados por órgãos supranacionais, como a UNESCO e o ICOMOS, em raríssimos casos prefiguram, na sua génese programática, qualquer relevância, além do plano protocolar, a integração com a comunidade local e, quando tal acontece, menos são os casos que chegam à consulta directa da comunidade local. O que se busca *a priori* é uma visibilidade em amplo espectro em detrimento do bem-estar social. É a indústria cultural massificada, fomentada pelo fluxo turístico a ditar as regras e a estipular as expectativas sobre o bem cultural.

"Mais alors, que faire? Une première urgence, générale, s'impose: prendre conscience de la nature de la crise ouverte par la mondialisation, du fait qu'elle met en jeu le destin de notre espèce, qu'aujourd'hui ce sont l'ensemble des pratiques humaines qui, dans la totalité des sociétés et des cultures sont identiquement concernées et menacées de mort" (Choay, 2015: 62). É necessário reflectirmos, sem pré-conceitos, de forma a construir uma parceria concreta, e não meramente institucionalizada, com os diferentes agentes públicos e privados (Tarasco, 2014: 2-3).

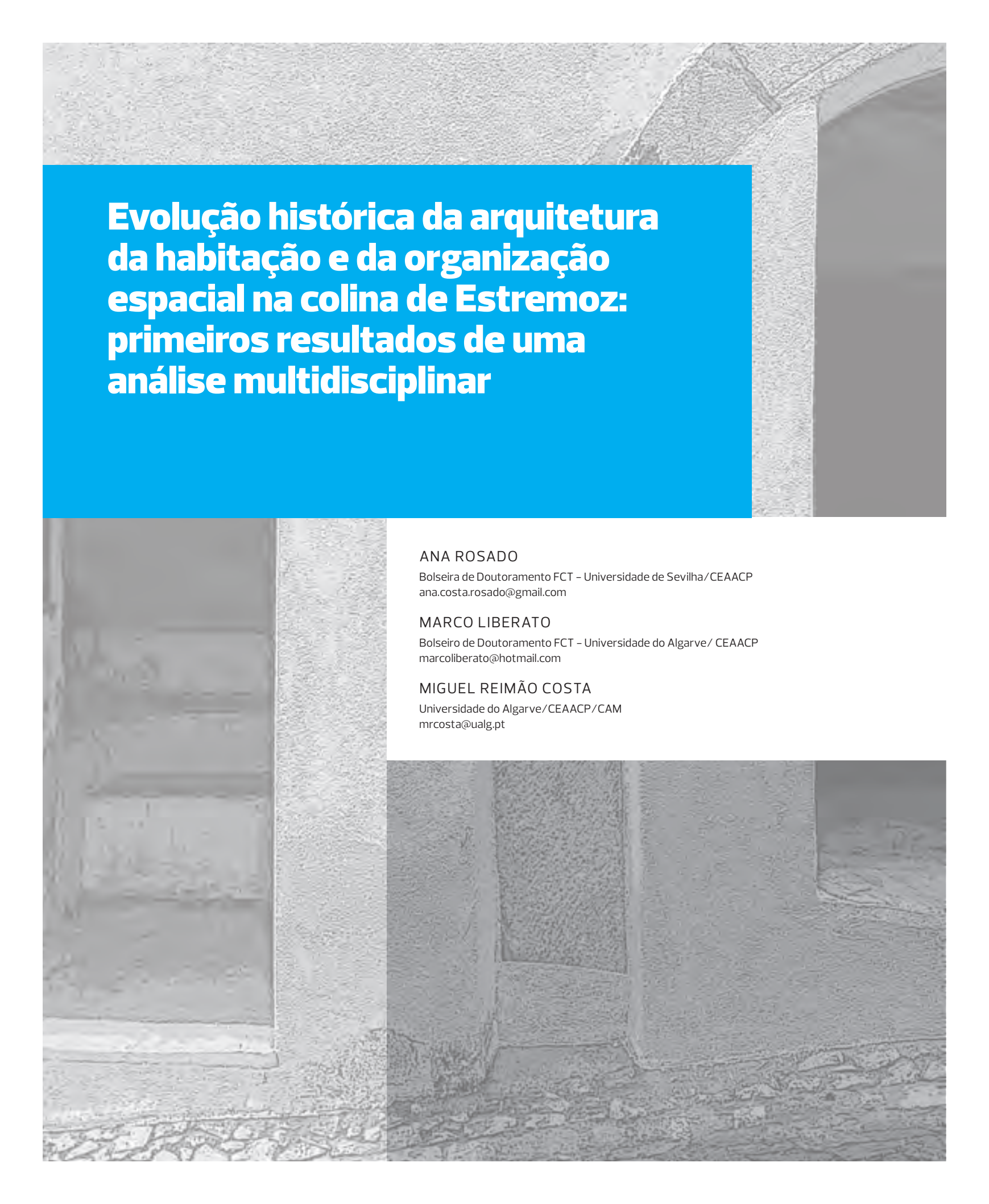
Neste cenário de crise político-institucional em que vivemos, onde os ideais da Europa Ocidental, responsáveis por disseminar o conceito de «Património» aos quatro cantos do globo se encontram em risco, é fulcral termos consciência que o dever cívico precede a acção prática e discursiva acerca da gestão patrimonial. Como assevera Slavoj Žižek, *"toda crise é, em si mesma, uma instigação a um novo começo (...) Do que precisamos é de uma recuperação pela repetição (Wieder-Holung): através de um confronto crítico com toda a tradição europeia, deveria repetir-se a pergunta «O que é a Europa? Ou melhor, o que significa, para nós, sermos europeus?»*, e formular-se assim uma nova génese. A tarefa é difícil, obriga-nos a correr um grande risco de penetrarmos no desconhecido – todavia, a única alternativa é o lento declínio, a transformação gradual da Europa naquilo que a Grécia foi para o Império Romano da maturidade: um destino para turismo cultural nostálgico desprovido de qualquer relevância efectiva" (Žižek, 2016:19). O que propomos neste artigo é o estabelecimento de novos parâmetros que proporcionem uma via de consenso, capaz de propiciar tanto a plena identificação local com o bem cultural, como com a sua eficaz tutela, salvaguarda e valorização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIELLO, S.; EVANGELISTA, L.; GRANATIERO, M. (et al.) (2014). *Piano Strategico per lo Sviluppo delle Aree Compresa nel Piano di Gestione del sito UNESCO. «Aree archeologiche di Pompei, Ercolano e Torre Annunziata»*. Documento di Orientamento Prime Indicazioni Operative. Nápoles: MIBACT.
- BAMBURU, D.; BURKE, S.; HARRINGTON, J. (2002). *Heritage at Risk. ICOMOS World Report 2001/2002 on Monuments and Sites in Danger*. Munique: K.G. Saur Verlag.
- BOREA, S. (2013). Per una Fruizione Consapevole. Il Museo-Deposito dei Granai e i Servizi Attorno all'Area del Foro. In Renata, P., coord. – *Pompei Accessibile. Per una Fruizione Ampliata del Sito Archeologico*. Roma: «L'ERMA» di BRETSCHNEIDER, pp. 229-236.
- BRUNELLI, M. (2013). Archeologi Educatori. Attuali Tendenze per un'Archeologia Educativa in Italia, tra Heritage Education e Public Archaeology. In *Il Capitale Culturale: Studies on the Value of Cultural Heritage*, vol. 7. Macerata, pp. 11-32.
- CAMARDO, D. (2007). Archaeology and Conservation at Herculaneum: From the Maiuri Campaign to the Herculaneum Conservation Project. In SULLIVAN, S.; MACKAY, R., coord. – *Archaeological Sites: Conservation and Management*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, pp. 384-391.
- CAPANNA, M.; CAVALLERO, F.; MALATESTA, S. (2012) Analisi ed Edizione di un'Insula a Pompei. Regio VI, Insula 11. In CARANDINI, A.; AGNOLETTI, M.; SANTAGATA, W., coord. – *Studi e Ricerche. Essays and Researches*. Florença: Fondazione Florens, pp. 291-330.
- CAROCCI, F.; DE ALBENTIS, E.; GARGIULO, M.; PESANDO, F. (1990). *Le Insulae 3 e 4 della Regio VI di Pompei – un'Analisi Storico-Urbanistica*. Roma: «L'ERMA» di BRETSCHNEIDER.
- CECCHI, R. (2011). *Pompei Archeologica. Progetto di Conservazione e Fruizione del Patrimonio Archeologico*. Roma: MIBAC.
- CECCHI, R.; GASPAROLI, P. (2011). *La Manutenzione Programmata dei Beni Culturali Edificati. Procedimenti Scientifici per lo Sviluppo di Piani e Programmi di Manutenzione. Casi Studio su Architetture di Interesse Archeologico a Roma e Pompei*. Florença: Alinea.
- CIARDIELLO, R. (2009). L'Archeologia dei Borbone nella Cultura Europea. In M. SPINOSA, coord. – *I Borboni di Napoli*. Nápoles: Franco Di Mario Editore, pp.137-149.
- COURT, S.; THOMPSON, J.; GUIDOBALDI, M. P. (2011). L'Esperienza dell'Herculaneum Conservation Project, un Progetto Pubblico-Privato per la Conservazione degli Scavi di Ercolano. In BUONDONNO, E.; BIGGI, C.; BATTISTI, E., coord. – *Progetti di Architettura. Concorsi, Realizzazioni e Sperimentazioni*. Nápoles: Doppiovoce, pp. 27-35.
- COURT, S.; THOMPSON, J.; BIGGI, C. (2013). Recognizing the Interdependent Relationship between Heritage and its Wider Context. In Bridgland, J., coord. – *Preprints of the 16th ICOM-CC triennial conference. Lisbon, 19-23 September 2011*. Almada: ICOM, pp. 1-9.
- CHOAY, F. (2015) *As Questões do Património: Antologia para um Combate*. Lisboa: Edições 70.
- D'ALCONZO, P. (2001). La Tutela del Patrimonio Archeologico nel Regno di Napoli tra Sette e Ottocento. *MEFRIM: Mélanges de l'École Française de Rome. Italie et Méditerranée*, vol. 113 (2002,2), pp. 507-537.
- DELLA CORTE, M. (1965). *Case ed Abitanti di Pompei*. Nápoles: Fausto Fiorentino.
- FLOHR, M. (2014). Costruire Tabernae – L'Investimento Commerciale nella Città dell'Italia Romana. In *Forma Urbis* 19,9, pp. 42-44.
- FROIO, G. (2014). Visioni e Eterotopie. L'iconografia della Rovina nella Definizione di Scenari Urbani Contemporanei. *Disegnarecon Revista Digitale*, 13, pp. 1-8.
- GARCÍA Y GARCÍA, L. (2005). *Pupils, Teachers and Schools in Pompeii. Childhood, Youth and Culture in the Roman Era*. Roma: Bardi Editore.
- GARCÍA Y GARCÍA, L. (2006). Danni di guerra a Pompei. Una dolorosa vicenda quasi dimenticata. In *Studi della Soprintendenza Archeologica di Pompei*, n.º 15. Roma: «L'ERMA» di BRETSCHNEIDER.
- GIOVINAZZO, R. (2017). *6.ª Relazione Trimestrale sullo Stato di Attuazione del Piano di Gestione dei Rischi e di Prevenzione della Corruzione (P.G.R.P.C)*. I Trimestre. Nápoles: MIBACT-GPP.
- HELIG, R. (2012). Transformation of Domestic Space in the Vesuvian Cities: From the Development of the Upper Floors and Façades to a New Dimension of Intimacy. In ANGISSOLA, A. coord. – *Privata Luxuria – Towards an Archaeology of Intimacy: Pompeii and Beyond*. Munique: Herbert Utz Verlag, pp. 143-161.
- LIPOVETSKY, G.; JUVIN, H. (2011). *O Ocidente Mundializado. Controvérsia sobre a Cultura Planetária*. Lisboa: Edições 70.
- MACHAT, C.; PETZET, M.; ZIESEMER, J. (2010). *Heritage at Risk. ICOMOS World Report 2008-2010 on Monuments and Sites in Danger*. Berlin: Hendrik Bäbler Verlag.
- MAIURI, A. (2002). *L'Ultima Fase Edilizia di Pompei*. Associazione Internazionale «Amici di Pompei». Nápoles: Arte Tipografica.
- MOLLO, L.; PESARESI, P.; BIGGI, C. (2012). Interactions between Ancient Herculaneum and Modern Ercolano. In P. DE JOANNA; D. FRANCESE; A. PASSARO, coord. – *The Proceedings of the Inter-National Conference. Sustainable Environment in the Mediterranean Region: From Housing to Urban and Land Scale Construction*. Nápoles: Edizioni Franco Angeli, pp. 1-7.
- NUZZACI, A. (2013). Alfabetizzazione Culturale ed Educazione ai Patrimoni: l'Importanza di Costruire una Heritage Literacy. In *Turismo Sostenibile e Scuola. Tra Ricerca e Innovazione verso un Ecosistema Culturale*. Roma: Gangemi Editore, pp. 63-81.
- OSANNA, M.; NISTRÌ, G. (2015). Valorizzare e Proteggere i Parchi Archeologici. Il Caso Pompei. In C.A. BRIOSCHI, coord. – *Un Capolavoro Chiamato Italia. Racconto a più Voci di un Patrimonio da Tutelare, Proteggere, Valorizzare*. Milão: Fondazione Enzo Hruby, pp. 99-116.
- PESANDO, F. (2012). Fundamenta sub Terra. Breve Nota sulle Fondazioni Murarie Pompeiane Durante l'Età Sannitica. In *Vesuviana: An International Journal of Archaeological and Historical Studies on Pompeii and Herculaneum*, 4, pp. 69-85.
- PESANDO, F. (2013). Interesting Question. In *Vesuviana: An International Journal of Archaeological and Historical Studies on Pompeii and Herculaneum*, 5, pp. 9-11.
- PESANDO, F., GIGLIO, M. (2017). Rileggere Pompei V. L'Insula 7 della Regio IX. In *Studi e Ricerche del Parco Archeologico di Pompei*, n.º 36. Roma: «L'ERMA» di BRETSCHNEIDER.

- PESARESI, P. (2013). The Herculaneum Conservation Project's Programmed Maintenance Cycles for the Archaeological site of Herculaneum. In BORIANI, M.; GABAGLIO, R.; GULOTTA, D., coord. – Online Proceedings of the Conference. *Built Heritage 2013. Monitoring Conservation and Management*. Milão, 18–20 Novembro de 2013. Milão: Politécnico de Milão, pp. 184–193.
- PETRAROIA, P. (2014). La Valorizzazione come Dimensione Relazionale della Tutela. In NEGRI, G.; STABILE, S., coord. – *Il Diritto dell'Arte. La Protezione del Patrimonio Artistico*, vol. 3, Milão: Skira, pp. 41–49.
- ROMANOVA, A.; YAKUSHENKOV, S.; LEBEDEVA, I. (2013). Media Coverage of Cultural Heritage and Consumerism in Modern Society. In *World Applied Sciences Journal* 24 (1). IDOSI Publications, pp. 103–112.
- SETTIS, S. (2017). *Architettura e Democrazia. Paesaggio, Città, Diritti Civili*. Turim: Giulio Einaudi Editore.
- SHELDON, K. (2013). Presenting Pompeii: Reconciling Relationships between Configuration and Conversation. In *Spectrum*. University of New Hampshire, [online] 1(3), pp. 68–78.
- TARASCO, A. (2014). Interesse Privato e Logiche Aziendali nella Gestione del Patrimonio Culturale. In: *Queste Istituzioni*, 23 marzo 2014, pp. 1–7.
- VOLPE, G. (2016). Alcune Considerazioni sulle Riforme dei Beni Culturali. In *Impresa Cultura: Creatività, Partecipazione, Competitività*. Rapporto 2016 Federculture. Roma: Cangemi Editore, pp. 87–98.
- VOLPE, G. (2017). Un'Eredità da Riconquistare. Libero Accesso e Riforma dei Beni Culturali. In R. AURIENNA, coord. – *La Democrazia della Conoscenza. Patrimoni Culturali, Sistemi Informativi e Open Data: Accesso Libero ai Beni Comuni*. Udine: Forum, pp. 13–22.
- WOLLNER, J. (2013). Planning Preservation in Pompeii: Revising Wall Painting Conservation Method and Management. In *Studies in Mediterranean Antiquity and Classics*, vol.3: Iss. 1, Art.5, pp.1–17.
- ZANKER, P. (2009). Le rovine romane e i loro osservatori. In M. BARBANERA, coord. – *Relitti Riletti. Metamorfosi delle rovine e identità*. Turim: Bollati Boringhieri, pp. 256–277.
- ŽIŽEK, S. (2016). *A Europa à Deriva. A Verdade sobre a Crise dos Refugiados e o Terrorismo*. Lisboa: Editora Objectiva.

NIHIL DURARE POTEST TEMPORE PERPETUO



Evolução histórica da arquitetura da habitação e da organização espacial na colina de Estremoz: primeiros resultados de uma análise multidisciplinar

ANA ROSADO

Bolseira de Doutoramento FCT – Universidade de Sevilha/CEAACP
ana.costa.rosado@gmail.com

MARCO LIBERATO

Bolseiro de Doutoramento FCT – Universidade do Algarve/CEAACP
marcoliberato@hotmail.com

MIGUEL REIMÃO COSTA

Universidade do Algarve/CEAACP/CAM
mrcosta@ualg.pt

RESUMO Com o presente artigo, pretende-se caracterizar o processo de transformação da arquitetura doméstica, no interior das muralhas medievais de Estremoz, desde o início do período moderno até à contemporaneidade. Em termos metodológicos, este estudo combina a análise documental do Tombo dos Bens da Confraria de Nossa Senhora dos Mártires de 1515 com a caracterização e interpretação do conjunto edificado que chegou aos dias hoje, através do levantamento, recolha e desenho de mais de 60 edifícios diferentes. O levantamento destes casos de estudo tem permitido identificar elementos de diferentes períodos e marcas construtivas associadas à alteração de lógicas de distribuição (como arcos encerrados, passagens em paredes meãs ou alteração no acesso a escadas), registando os sinais de mutação da conceção e uso dos espaços através dos tempos. A interpretação do Tombo dos Bens da Confraria de Nossa Senhora dos Mártires e a presença de um número significativo de portais manuelinos, nesta área intramuros, pode indiciar a continuidade de determinadas estruturas ao nível térreo, desde, pelo menos, a centúria de quinhentos. A interpretação da casa tradicional permite identificar alguns dos temas fundamentais de transformação da arquitetura na área intramuros, partindo das suas características formais, da sua organização interna e dos elementos construtivos associados, de modo a entender a sua génese, evolução e relação com a estrutura de espaços livres.

PALAVRAS-CHAVE Habitação tradicional, Antigo Regime, morfologia urbana.

ABSTRACT *Historical evolution of housing and spatial organization on Estremoz hill: first results of a multidisciplinary analysis.* This paper intends to characterize domestic architecture transformation, inside the medieval fortifications of Estremoz, from early Modern Age to contemporaneity. In methodological terms, it combines documental analysis of "Tombo dos Bens da Confraria de Nossa Senhora dos Mártires" (Inventory of assets of *Nossa Senhora dos Mártires* Sisterhod) of 1515 with description and interpretation of the existing housing, through the surveying and drawing of more than 60 study cases. Houses' surveying allowed us to identify elements of different periods and constructive marks of distribution changes (enclosed arches, gateways through plot-division walls, changes in stair access), and to record these signs of mutation in the layout and uses of house divisions through time. The study of "Tombo dos Bens da Confraria de Nossa Senhora dos Mártires", combined with a significant number of 16th century "Manueline" portals, may indicate the continuity in time, from 16th century onwards, of housing structures, at least at ground floor level, in this historic walled village. The interpretation of traditional housing permitted us to identify some fundamental themes of architecture transformation. Through its formal characteristics, inner organization and constructive elements it is possible to understand its origins, evolution and relation with public space.

KEY WORDS Traditional housing, *Ancien Régime*, urban morphology.

INTRODUÇÃO

A transformação significativa que os centros urbanos do sul de Portugal têm assistido nas últimas décadas não tem sido acompanhada, na maior parte dos casos, por um aprofundamento do estado da arte da história da arquitetura da habitação. Pode mesmo dizer-se que, apesar de constituir a construção mais comum dos tecidos urbanos, a casa corrente é a menos estudada das nossas cidades.

De um modo geral, o estudo da arquitetura da cidade tem privilegiado os edifícios singulares – religiosos, administrativos ou habitacionais –, deixando bastante incógnita a edificação corrente que é, muitas vezes, entendida enquanto pano de fundo do qual sobressaem os edifícios de exceção. É, no entanto, a arquitetura doméstica comum que melhor revela o carácter regional intrínseco das cidades, registando a evolução milenar dos modelos habitacionais mediterrâneos e da sobreposição de culturas diversas, já que, contrapondo-se aos edifícios notáveis, tende a uma evolução lenta, menos marcada por modas externas mais ou menos fugazes. Deste modo, a história da casa corrente é a história das gentes, traduzindo os seus modos de viver e de construir, espelhando os hábitos quotidianos e as relações sociais, das marcas dos povos no seu território. É a importância deste legado e da sua preservação que hoje discutimos à luz do binómio desertificação/turistificação dos centros urbanos. A ameaça de desaparecimento que paira sobre este património edificado torna urgente a sua inventariação e documentação, não apenas para memória futura, mas para formular estratégias de reabilitação urbana adequadas, de base científica, em que o estudo das transformações da arquitetura doméstica e o conhecimento profundo dos seus tipos se revelam essenciais.

O estudo urbano e arquitetónico de Estremoz, enquanto vila de fundação medieval, remete para o interesse régio demonstrado na ocupação e povoação de um ponto elevado estratégico, de controle visual sobre um vasto território. Essa intervenção do monarca é evidente no objeto do planeamento e na dimensão que a povoação então atingiu, mesmo por comparação com as cidades notáveis e de grande antiguidade da região – como Évora e Elvas – entre as quais se situa, equidistantemente. A sua importância estratégica advém da localização no caminho Lisboa-Mérida, na confluência de vários outros caminhos estruturantes do território português a sul do Tejo, com ligações diretas a Santarém e Évora, por exemplo (Liberato, 2012). A posição de Estremoz em relação à fronteira coloca-a na segunda linha de defesa, e, em caso da queda de Elvas, na proteção imediata da ligação a Lisboa [FIG. 1].

É neste contexto que o povoamento do lugar mereceu atenção régia. A vila recebe carta de foral em 1258, datando a primeira menção escrita ao território de Estremoz apenas de 1211 e à povoação – um pequeno aglomerado com uma única igreja – de 1250. Estremoz cresce exponencialmente desde a data de foral até ao final do século XIII, ocupando primeiro a zona do Castelo, com cerca edificada em 1261, e duplicando essa dimensão em superfície com a construção do bairro habitacional de

FIG. 1 Localização.



Santiago, cuja igreja paroquial é atestada documentalmente logo em 1279 (Liberato, 2012). A influência das *bastides* francesas no traçado de várias vilas alentejanas (Gaspar, 1969) é uma questão que mais uma vez importa colocar. De facto, a morfologia e a topografia do arrabalde denominado de Santiago parecem materializar o contacto de D. Afonso III com este tipo de urbanismo planificado durante a sua estadia em França (Liberato, 2012). São estes dois bairros, embora morfologicamente distintos, que consideraremos como vila original. Embora a génese e amuralhamento não sejam simultâneos, são tão próximos no tempo que devem ser abordados em conjunto.

METODOLOGIA

O artigo combina a análise de duas disciplinas sobre o mesmo objeto de estudo – a casa tradicional corrente nos bairros amuralhados de Estremoz – juntando à leitura do espaço construído a interpretação das fontes documentais, fundamental para a caracterização dos estratos que já não podem ser observados diretamente.

A documentação quinhentista de Estremoz compreende a descrição completa de 54 exemplos de construção comum, concentrando-se a sua maioria no tombo dos Bens da Confraria de Nossa Senhora dos Mártires de 1515, que oferece importantes pistas sobre a habitação medieval de Estremoz (descrição de 38 imóveis). Enumeram-se no "Tombo" parcelas com diferentes graus de ocupação, designadas por casas, quintais, pardieiros, ou com funções produtivas como lagares ou adegas. Com frequência, também se nomeiam os diferentes compartimentos da casa, registando-se as suas dimensões, que podem ser apresentadas em varas, palmos ou côvados (com equivalência ao metro de 1,10, 0,22¹ e 0,55², respetivamente).

À análise documental e à interpretação da cartografia histórica (cf. Teixeira & Valla, 1999) junta-se, como foi referido, o estudo do conjunto edificado atual baseado na recolha de informação referente a cada exemplar, com recurso a levantamentos métricos e fotográficos *in situ*, complementados com a consulta de processos de obra e fotografias antigas no Arquivo Municipal de Estremoz. Ainda que, no âmbito do *corpus* dos edifícios estudados, apenas para escassos casos existam registos anteriores a 1940, os projetos de alteração encontrados, neste arquivo, foram fulcrais para detetar padrões e tendências de alteração da casa corrente na segunda metade do século XX. Esta informação, associada à identificação dos sinais de transformação nas construções levantadas, permitiu proceder ao desenho da reconstituição de estados anteriores de cada caso de estudo.

A sua seleção, embora condicionada pela autorização dos moradores no acesso aos edifícios, resultou num conjunto de 30 casos levantados no Castelo e 11 no bairro de Santiago, a que se acrescem 8 casos desenhados a partir de levantamentos cedidos por outros técnicos (7 dos quais no Castelo e apenas um em Santiago). Para além destes, foi possível considerar as peças desenhadas do Arquivo, juntando o desenho de mais 12 casos (2 no Castelo e 10 em Santiago), alguns dos quais foi possível visitar posteriormente, perfazendo um total de 62 casos analisados.

FONTES DOCUMENTAIS PARA O ESTUDO DA CONSTRUÇÃO COMUM DE ESTREMOZ: UMA INTRODUÇÃO

Os tombos de propriedades serão indiscutivelmente a melhor fonte para o estudo da construção comum nos centros urbanos em período medieval. Sendo o principal instrumento de gestão patrimonial das instituições da época aí se registavam rigorosamente os foros devidos, quem os devia e a localização dos bens e a sua tipologia.

O movimento de standardização legislativa e regulamentar dos finais da Idade Média atingiu também as organizações assistenciais num processo que, em muitas povoações, se traduziu na concentração patrimonial sob a alçada da Misericórdia local (Sá, 1998). Estremoz não foi exceção e em 1515, seguindo ordens diretas de D. Manuel I, são arrolados todos os bens da mais importante confraria da vila, denominada de Nossa Senhora dos Mártires, bem como o foro pago pelos seus locatários e, contributo de grandeza maior para o nosso trabalho, a sua localização precisa na malha urbana e as dimensões das suas divisões internas (A.M.E, Tombo n.º 8). Este Tombo dos Bens de Nossa Senhora dos Mártires arrola 38 imóveis, localizando 5 deles no Castelo e mais 7 em Santiago.

Já entre o património da Capela de Corpo de Deus dos Casados constavam, em 1516, mais 12 casas, que foram registadas com as suas dimensões (AN-TT, CC, liv. 1), sendo 6 no castelo e apenas 3 em Santiago. Por fim, no rol de bens da Capela de Margarida Vicente, verifica-se que esta instituição pia recebia foro, em 1520, de 4 imóveis, todos no arrabalde de Santiago. Foram identificadas na documentação mais 4 casas com as dimensões registadas. No entanto, como a maioria (3) não se localizava nos núcleos da colina e poderiam duplicar registos já contabilizados na análise das propriedades de Nossa Senhora dos Mártires, não foram considerados³.

Contamos assim com informações espaciais e dimensionais para 54 imóveis, 11 no Castelo e 14 no arrabalde de Santiago⁴ não tendo sido possível localizar na planta da vila seis menções documentais. Valores que nos despertam de imediato para a maior fragilidade desta abordagem: a dimensão da amostra. Considerando o arrabalde de Santiago, verifica-se que o seu pároco registou, em 1758, que a freguesia era composta por 337 fogos (Costa, 1961). Não é expectável que, dados os constrangimentos topográficos, a malha urbana se tenha expandido entre 1520 e o século XVIII, pelo que o número de fogos se terá mantido relativamente estável entre essas datas. Assim, o nosso universo corresponderia a uns escassos 4% do edificado desse arrabalde.

INFORMAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A CASA ESTREMOZENSE NOS FINAIS DA IDADE MÉDIA: UMA SÍNTESE

A dimensão da amostra é no entanto suficiente para verificar que, também em Estremoz, se reconhecem as características que enformam a generalidade da construção comum medieval, constatando-se imediatamente a reduzida especialização espacial. A habitação mais frequente é composta por duas divisões térreas com as mesmas denominações que se conhecem nas vizinhas

Évora e Montemor-o-Novo: casa dianteira e celeiro (Beirante, 1995; Fonseca, 1998). Existindo mais que duas divisões térreas a intermédio podia receber, em alternativa, a designação de «casa do meio» (A.M.E, Tombo n.º 8, doc. 27). Esta é a forma mais comum de organização do ambiente doméstico. Na primeira divisão decorreriam assim todas as atividades quotidianas enquanto a segunda seria tendencialmente dedicada ao armazenamento das reservas alimentares necessárias ao aprovisionamento do núcleo familiar.

Se esta função se infere da nomenclatura utilizada, encontra-se definitivamente comprovada para uma das casas de Estremoz. Os Pobres de Vale de Infante receberam um «celeiro de casa» em 1466, onde se guardavam três talhas. A designação da divisão sugere desde logo uma autonomia deste espaço face ao espaço de habitação, impressão reforçada pelo enunciado do documento, que informa que a doadora conservou a posse da casa dianteira. (IAN-TT, OR, SP, liv. 2, fl. 165).

Sendo uma notícia isolada, foi assinalado um repartimento interno, logicamente numa casa composta por apenas uma divisão (A.M.E, Tombo n.º 8, doc. 27). Todas as restantes habitações parecem ser unidades sem uma separação física permanente entre áreas funcionais em cada um dos compartimentos, sendo que a multiplicação de áreas diferenciadas se fazia quase exclusivamente pela adição de divisões em plano ou em altura. Sintomaticamente, a única referência a uma «câmara» que identificamos encontrava-se num sobrado (IAN-TT, CC, liv. 1, fl. 10v). Remetia-se assim para uma área cuja designação parece enquadrar comportamentos mais privados para longe da entrada e dos olhares exteriores ao círculo doméstico.

Partindo dos valores médios a habitação estremocense, pelo menos ao nível do plano, parece ser mais exígua que as observadas noutras zonas do Reino (Conde, 1999). Exacerbando certamente as características genéricas das casas medievais, cifrava-se nuns escassos 31 m², que se revelam pouco condizentes com os padrões atuais de uma existência confortável⁵. No entanto, verifica-se que a maioria das casas contabilizadas tem uma área superior à média, uma vez que esta é depreciada pela presença de edificações minúsculas. Na amostra utilizada 47.7% das casas apresentam áreas entre os 31-50 m² e apenas 38.6% entre 11-30 m².

Este segundo grupo englobando as habitações mais diminutas enquadrava 45,6% das casas lisboetas e representava mais de metade da amostragem recolhida em Évora (52%). A habitação em Tomar, Alcácer, Torres Vedras e Alenquer era em geral mais ampla (Conde, 1999). Esta posição relativa de Estremoz no quadro geral do reino pode anunciar uma relação entre a pressão demográfica de cada localidade e o tamanho da habitação que, para além de limitar o espaço a construir, vai implicando sucessivas repartições do património já edificado, tendência que se acelera nos centros urbanos mais atrativos (Gonçalves, 1996a) e no interior destes, nas zonas precocemente urbanizadas e/ou mais procuradas. Consolidando esta perceção, 58,8% das casas com áreas inferiores à média encontram-se no Castelo e em Santiago.

Nos locais onde escasseava a área livre, a ampliação da habitação passava obrigatoriamente pela execução dos sobrados. A percentagem absoluta de casas sobradas por cada um dos núcleos de

povoamento demonstra-nos sem sombra de dúvida essa tendência. Segundo a nossa amostra, atingia praticamente metade dos imóveis no Castelo (45%), descendo para 30% em Santiago e apresentando um valor residual, de apenas 13%, nos arrabaldes da "vila baixa" [FIG. 2].

O que as muralhas impediam de criar em plano, conseguia-se em altura. Mas para além de resposta a condicionantes de ordem prática, como a falta de espaço⁶, esta tendência poderia estar também relacionada com a capacidade aquisitiva de alguns dos seus moradores, que lhes permitia erguer habitações arquitetonicamente mais complexas⁷. Algumas informações parecem escorar essa interpretação. Na Rua das Portas de Santarém, para a qual possuímos dados mais abundantes, além da instalação da residência do Conde de Odemira, sucederam-se como locatários da mesma casa, entre 1470 e 1489, dois judeus Salomão Abroz e o *Bordez* (A.M.E., Tombo n.º 1, fl. 186), que certamente mantinham alguma disponibilidade financeira⁸ de resto induzida pela possibilidade de habitar fora da judiaria.

Uns anos mais tarde, em 1516, habitavam na mesma rua João Afonso e João Alvares, ambos tosadores (IAN-TT, CC, liv. 1, fl. 140vº). A atividade profissional que consistia no acabamento de tecidos importados, além de rentável economicamente (Marques, 1980), revestia-se de um certo reconhecimento social, como se depreende da sua posição nas procissões de Évora onde surgiam como o terceiro mester mais prestigiado, logo atrás de ourives e picheleiros (Beirante, 1995).

Observe-se, como corolário da nossa argumentação, a discrepância dos foros pagos neste núcleo face aos arrabaldes da vila. Contabilizaram-se apenas as casas de duas divisões de forma a determinar uma tipologia homogénea, escolhendo-se, naturalmente, a que se encontrava mais divulgada. Pelos dados apresentados parece clara a preferência por se habitar no interior da cerca genésica, pagando-se valores muito mais elevados – 138 reis em média, face aos 70 dos arrabaldes da planície e aos 23 que permitiam vencer a "renda" numa casa de S. Tiago – mesmo habitando casas de dimensões mais reduzidas.

Esta tendência poderá justificar uma maior diversidade tipológica das construções no núcleo do Castelo, enquanto fatores vários como a rapidez da sua construção, o rigor na planificação, a tutela régia do empreendimento ou a extração social dos habitantes na diacronia, condicionaram o arrabalde de Santiago em sentido contrário, ocorrendo aí menos alterações desde o momento genésico.

FIG. 2 Tabela de tipologias da construção comum de Estremoz no primeiro quartel do século XVI.

TIPOLOGIA	CASTELO	SANTIAGO	RESTO DA VILA
1 casa térrea	1	2	5
2 casas térreas	5	5	9
2 casas térreas + quintal	–	–	1
3 casas térreas	–	2	5
1 casa térrea com sobradado	–	1	–
2 casas térreas com 1 sobradado	2	2	2
2 casas térreas com 1 sobradado + quintal	–	–	1
2 casas térreas com 2 sobradados	2	–	–
3 casas térreas com 1 sobradado	–	1	–
3 casas térreas com 2 sobradados	1	–	–

LEITURA DA ESTRUTURA PREDIAL PARA INTERPRETAÇÃO DO URBANISMO MEDIEVAL: UMA HIPÓTESE

As tipologias urbanas identificadas no século XVI apresentam uma considerável diversidade que é já resultado de um processo de evolução marcado pela preponderância do módulo bicelular da casa medieval. Este tipo de habitação muito simples, quase elementar, pode ser encontrado um pouco por todo o país no período pós-reconquista e aparece, em muitos casos, associado ao conceito de *lote medieval*. O lote medieval ou *godo* (Trindade, 2009) remete para uma parcela estreita e comprida que serve de base ao loteamento encontrado na área de génese medieval de Estremoz, os bairros do Castelo e de Santiago.

Sendo Estremoz uma cidade de fundação medieval, com desenvolvimento estimulado pelo poder régio, integra no seu núcleo primitivo as diretrizes do planeamento urbano português, correspondendo a uma malha reticulada estruturada a partir de um eixo – a rua direita – e a um parcelário composto por lotes modulares estreitos e profundos, equitativamente delimitados. O eixo estrutural que define a malha urbana e atravessa toda a povoação medieval divide-se entre a rua Direita (de Santiago), que une a igreja de Santiago e as portas de Santarém da cidadela, a rua do Arco de Santarém, prolongamento retilíneo da anterior pelo castelo até à praça, e a rua da Calçada da Frandina que completa a ligação da praça até à porta homónima no extremo oposto da cerca⁹. Em Santiago, a disposição do parcelário estrutura-se de forma linear. No Castelo (cidadela), à distribuição linear do



FIG. 3 Planta do Castelo e de Santiago com fortificações medievais e eixo axial.

casario entre portas, acrescenta-se a ocupação em malha ovalada no recinto a sul do eixo estrutural, quarteirões hoje maioritariamente vazios. Assim, o objeto do artigo mantém-se nas parcelas estreitas e longas de orientação predominante Nordeste-Sudoeste [FIG. 3].

Estes lotes homogéneos poderiam adquirir dimensões díspares em diferentes povoações e até nos diversos ensanches de uma mesma localidade. Um módulo referido com frequência no planeamento medieval é o "chão medieval", apontado, por exemplo, para cidades como Lisboa (Carita, 1994) correspondendo a 6 varas de largura por 12 de comprimento (equivalente a 6,60 por 13,20 m). O *Chão* poderia ser dividido em duas parcelas menores ou unidos entre si para obtenção de lotes maiores, oferecendo flexibilidade na malha, útil para fixação de população de diferentes extratos. Em casos estudados no Alentejo, encontram-se outras medidas de lote: em Évora, as fontes documentais apontam um parcelário de largura média de 3,5 m (Beirante, 1995), o que corresponde a meio-chão, e em Mértola – embora de fundação muito anterior – observaram-se, através de levantamentos no local, variações de largura de parcela entre os 3 e os 5 metros (Costa, 2015b).

Em Estremoz, as fontes documentais registam a discrepância entre o planeamento urbano homogéneo e a realidade construída. Em 1470, temos notícia de um terreno alienado pelo concelho para loteamento, com lotes de dimensão exata de um *chão* (AN-TT, LN, Odiana: livro5). É referido que as dimensões correspondem a duas casas de profundidade e uma de largura, pelo que sabemos a organização espacial interna do lote: duas divisões quadrangulares dispostas em profundidade. Mas a descrição das habitações do Tombo dos Bens da Confraria de Nossa Sr.^a dos Mártires [FIG. 14, tabela em anexo] mostra variações de implantação de casas construídas, com medidas oscilando, no Castelo, entre os 2,80 e os 5 metros de largura por 7,8 a 11,65 m de comprimento¹⁰ e, em Santiago, entre os 3,25 e os 6,60 metros de largura por 8,30 a 14,30 de comprimento¹¹.

Registe-se, no entanto, que quando a medição foi realizada pelo exterior das habitações, como no caso de 4 habitações na rua do Arco em Santiago em 1516 (IAN-TT, CC, livro 4, fl.144) aproximando-se portanto de forma mais rigorosa do tamanho do lote para construção, as dimensões tendem a aproximar-se do módulo teórico e seus submúltiplos. É o caso das quatro casas mencionadas com larguras de 3, 6 e 9 varas por 11 a 13 de comprimento. Igualmente significativa parece ser a constatação de que a diversidade tipológica não implica necessariamente um loteamento diverso; uma casa com duas divisões internas corresponde a um plano de 6x11 varas, o mesmo que foi verificado para uma moradia com três compartimentos (AN-TT, CC, livro 4, fl.144).

Ao analisar o parcelário atual, constata-se a mesma oscilação na largura das casas que a documentação aponta, entre as 3 e as 6 varas, embora a profundidade do *chão* (13,20 m) apareça com alguma clareza. Uma hipótese para explicar esta discrepância poderia ser a aglutinação de lotes para obtenção de casas maiores, já que esta área albergava os extratos sociais de maior poder económico. Mas olhando para o mais popular bairro de Santiago, repete-se a mesma arbitrariedade nas medidas da largura dos edifícios, que não é alheia aos mais de sete séculos de sucessivas alterações, não sendo evidente de imediato a regra de ocupação que a génese e morfologia do bairro parecem indicar ter existido.

documentação histórica como *casa dianteira* e *seleiro* (celeiro) – noutras latitudes também referido como casa de dentro ou câmara (Costa, 2015a/2015b) – definem o programa mais elementar de habitação: um espaço para vivência do núcleo familiar, confinante com o acesso à rua, e um espaço resguardado para armazenamento de géneros, combinado com outras valências. A *casa dianteira* tem, geralmente, na porta da rua o único vão para iluminação e ventilação, aí se desenvolvendo as atividades quotidianas, incluída a área de fogo.

As primeiras variantes desta solução elementar da casa são já documentadas no *Tombo dos Bens (...)*, identificando-se um número considerável de moradias de três casas, em Santiago, ou de casas sobradadas, no Castelo. Como é visível no quadro 2, o tipo mais numeroso em 1515 continua a ser a morada de duas casas térreas, mas ganham relevo significativo os tipos de três casas térreas e de duas casas térreas com um sobrado, ilustrando as duas formas de evolução do tipo bicelular.

A primeira linha de evolução passa pela adição de um compartimento térreo a tardoz [FIG. 6]. Quando o lote inicial é muito profundo ou integra um logradouro associado à casa original que pode ser ocupado, a construção de uma nova divisão é feita por adição linear (a), resultando num aumento efetivo de área da moradia. Quando o lote é pouco profundo e/ou se encontra confinado – por outros lotes, pela muralha – tornando a sua expansão inviável, um terceiro compartimento aparece por divisão da casa traseira (b). Neste caso, a área da moradia permanece inalterada, sendo o benefício da compartimentação sobretudo funcional.

De qualquer modo, será a segunda linha de evolução, associada à integração do sobrado, que terá mais impacto no futuro desenvolvimento da casa. Se num primeiro momento, a subida em altura poderá ocorrer apenas sobre uma das divisões térreas, no século XVI pode resultar em pisos superiores com a mesma superfície do piso térreo [Tabela anexo, FIG. 14, n.º 6]. Um exemplo de casa sobradada apenas sobre o celeiro, como indicam os registos do *Tombo dos Bens (...)* n.ºs 2, 10, 15, 20, pode ser identificada após reconstituição do hipotético estado anterior do edifício da rua da Calçada da Frandina, n.º 11-13 [FIG. 7]. Aqui é evidente a existência de duas fases de ampliação em altura, sendo a primeira relativa à adição de sobrado sobre a casa tardoz, beneficiando do desnível do terreno. A moradia configura-se como uma casa dianteira alta – em cota e pé-direito – a partir da qual se acede a dois meios pisos. A segunda fase corresponde à introdução de um piso nivelado a toda a profundidade da casa.

FIG. 6 Esquema de adição de compartimento em planta. Em a) as paredes interiores são paralelas, em b) tomam a forma de "T".

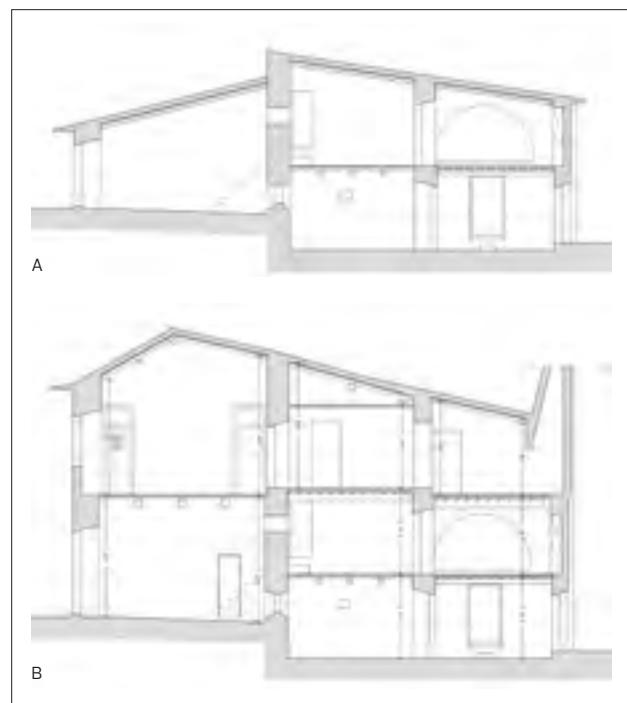
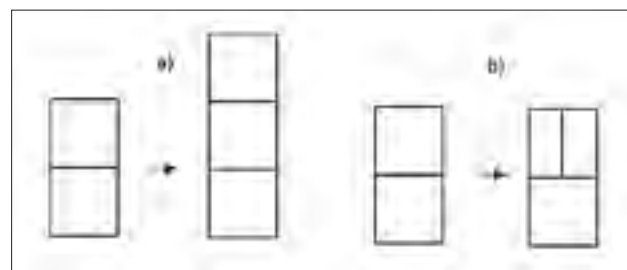


FIG. 7 Calçada da Frandina n.º 11-13, corte longitudinal: A. Reconstituição; B. Estado actual.

FIG. 8 Cantarias interiores e exteriores em mármore. Rua da Calçada da Frandina, n.º 21 (à esquerda), n.º 12 (ao centro) e Rua Nova, n.º 4 (à direita).



A evolução em altura não traz, no imediato, mudanças na organização interna dos pisos de casas em sequência linear. Assumindo que a localização dos vãos manuelinos, tanto exteriores como interiores [FIG. 8], seria a original (em especial aqueles com emolduramentos em tijolo maciço), a configuração linear das plantas nos pisos térreos ter-se-ia mantido inalterada desde o século XVI. A escada é quase sempre de tiro, encostada à empena¹², com acesso a partir do interior da habitação dianteira.

É sobretudo com a progressiva transferência das funções domésticas familiares para o piso superior, libertando o espaço térreo para ofícios e comércio, que surgem alterações morfológicas. Em primeiro lugar, a instalação da cozinha no piso superior, quase sempre sobre a casa dianteira, poderá levar à construção de estruturas “pesadas” como chaminé e pia de despejos no piso superior e ao aparecimento do volume da chaminé na fachada à altura do 1.º andar [FIG. 9]. Em segundo lugar, a crescente autonomia entre pisos resulta na sua separação física, especialmente em períodos de maior pressão demográfica, nos quais a moradia se poderá dividir em “propriedade horizontal”, passando o acesso ao lance de escadas a ser feito diretamente a partir da rua. Neste caso, são rasgadas novas portas cuja posterioridade é denunciada pela sua menorização hierárquica na fachada [FIG. 10].

Mas a transformação mais profunda da habitação da área de estudo passa por uma terceira linha evolutiva que consiste na aglutinação de lotes ou casas confinantes, para obtenção de parcelas maiores e aparecimento de tipos de casas abastadas ou mesmo nobres. Este processo pode ser observado na documentação a partir do exemplo da instalação de D. Sancho de Noronha, nomeado alcaide-mor entre 1436 e 1439. A sua ofensiva senhorial sobre a sociedade local (Liberato, 2008) materializou-se na construção de uma excecional moradia edificada a partir de propriedades doadas pelo monarca em 1449: umas casas nas imediações das Portas de Santarém, localizadas entre duas cisternas e a rua

dos Pobres, bem como parte da muralha onde se incluíam três cubelos da mesma (IAN-TT, Místicos, liv. 3, fl.212). A perceção da monumentalidade desta construção levou mesmo gerações posteriores de estremocenses a denominá-la de Casa da Câmara, designação que aliás conservou no dossier de classificação como Monumento Nacional em 1924.

A aglutinação aparece fortemente associada à ampliação em altura, já que não se relaciona necessariamente com as delimitações do lote. Mas as aglutinações podem acontecer apenas ao nível de um dos pisos, como ocorre com a combinação de células térreas para grandes espaços de armazém¹³ (em que as paredes portantes em alvenaria passam a integrar arcos de tijolo, muitos hoje novamente encerrados), como resultar na criação de pisos “nobres” de primeiro andar de área muito superior à das casas térreas independentes a que se sobrepõem, como se vê na rua da Cadeia, n.º 2. Neste conjunto edificado que representa praticamente um quarteirão, as uniões e disjunções de células são de tal ordem que é muito difícil reconstituir o desenho original. De qualquer modo, intui-se pelas marcas de vãos encerrados nas paredes, ou pela dimensão e aparato da cozinha, que um conjunto de pelo menos cinco compartimentos teria formado uma casa abastada [FIG.11].

Outro exemplo de aglutinação de várias casas que gera um tipo de casa nobre ou apalaçada pode ser encontrado no atual Museu Municipal, no Largo D. Dinis. Aqui, a disposição das paredes portantes das casas térreas denota a sua anterior autonomia, embora os compartimentos tenham sido adaptados para formar uma casa apalaçada de pátio central. Sobre as preexistências térreas é construído um piso nobre nivelado, num processo de adição semelhante ao descrito na 2.ª ampliação da rua da Cç. da Frandina, 11-13, do qual se conhece um alçado característico do início do século XVII (Espanca, 1975), embora a sua génese possa ser anterior [FIG.12].

A evolução em altura aparece associada a novas técnicas construtivas de suporte de cargas superiores às providenciadas pelas paredes de alvenaria de pedra, e estruturas de piso e cobertura compostos por madres e barrotes de madeira. A subida em altura fará do tijolo um importante

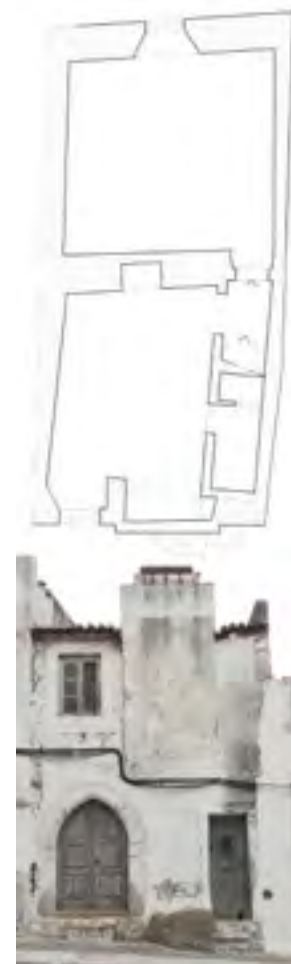


FIG. 9 Largo D. Dinis n.º 9-10. Fachada e planta do 1.º andar.

FIG. 10 Fachadas da Rua da Calçada da Frandina.

FIG. 11a Rua da Cadeia, n.º 2-8:
A. Plantas do rés-do-chão
e 1.º andar.
B. Cozinha.



A



B

protagonista pela aplicação em arcos estruturais e abóbadas, que chegam à arquitetura doméstica em distintos formatos, e cujo uso se tornará frequente com o avançar do Antigo Regime. Assim, o recurso a estes elementos cerâmicos vem-se juntar ao uso da telha já corrente na Idade Média e aos pavimentos ladrilhados da casa urbana dos séculos XV e XVI (Conde, 2011).

Por outro lado, a tendência de compartimentação dos espaços, mesmo nas moradias de organização interior linear simples, intensifica-se com o desenrolar do século XIX e a crescente especialização funcional dos espaços domésticos [FIG.13]. No caso dos casaríos de génese medieval, como os aqui apresentados, a impossibilidade de transformação total das existentes divisões multifuncionais – de acordo com os parâmetros de especialização funcional e privacidade da época – resulta na frequente introdução de espaços de distribuição e circulação, como corredores, através da integração



FIG. 12 Museu Municipal, Largo D. Dinis, n.º 4, plantas do rés-do-chão e 1.º andar.



FIG. 13 Sinais de transformação.

de divisórias simples de tabique. É interessante verificar como, no seu conjunto, os diversos tópicos de transformação da habitação corrente de Estremoz, conforme foram sendo descritos, apresentam evidentes analogias com os do núcleo intramuros de Mértola (Costa, 2015b), apesar deste corresponder a um contexto muito diverso, quer a nível do território físico, quer a nível da sua própria história, associada a um núcleo de fundação pré-romana.

CONCLUSÃO

A leitura dos bairros do Castelo e de Santiago, considerando de forma integrada as fontes documentais, a estrutura parcelar e a arquitetura tradicional, permite reconhecer alguns dos temas fundamentais da transformação urbana de Estremoz. Constituindo um dos pontos da rede de centros urbanos associada ao ordenamento do interior e à defesa da fronteira (reinados de D. Afonso III e D. Dinis), o núcleo primitivo do Castelo viu-se ampliado, num curto espaço de tempo, num segundo bairro amuralhado. O urbanismo medieval deste conjunto, com estudo aprofundado ainda por realizar, comunga de princípios de composição fundamentais dos núcleos coevos de fronteira, com estrutura urbana no interior do perímetro amuralhado, organizada a partir da preponderância da rua Direita entre portas. No caso do bairro de Santiago é possível avançar com um desenho hipotético para o lote medieval, disposto em profundidade, com uma frente de dimensão idêntica à largura da rua, correspondente a 20 palmos. A nível da arquitetura corrente, as fontes documentais do início do período moderno confirmam a preponderância da habitação composta por dois espaços dispostos em profundidade, designados aqui por casa dianteira e celeiro.

É sobre esta matriz, com expressão a nível das métricas características dos processos construtivos, que se assistiu à transformação gradual do conjunto edificado, traduzindo a coexistência e encadeamento de diferentes modos e culturas do habitar. A ampliação mais elementar da habitação ocorria – quando as circunstâncias de implantação no tecido urbano o permitiam – por aglutinação de um novo compartimento no tardo. De qualquer modo, a densificação do tecido urbano intramuros aparece, em grande medida, associada ao crescimento em altura. Também aqui as fontes documentais confirmam a presença da habitação com uma ou duas casas sobradadas enquanto solução presente no início do período moderno, em particular no interior do bairro do Castelo. A ampliação da edificação em altura tenderá a compreender uma dimensão evolutiva, que poderá aparecer associada à transposição da habitação para o piso superior, à integração de espaços de ofícios e comércio no piso térreo, à autonomização dos dois pisos, ou até à integração de um segundo andar. Mas para além da ampliação em profundidade e em altura, a transformação da habitação intramuros poderá ainda resultar da junção de dois ou mais edifícios contíguos (com manutenção parcial das paredes meias correspondente aos limites dos lotes originais). Nalguns casos, a emergência desta habitação de frente larga está associada a um processo de nobilitação da casa que é especialmente evidente no bairro do Castelo.

O presente artigo acaba assim por privilegiar a habitação corrente e a transformação urbana relacionada com o processo de densificação do tecido construído, em detrimento do processo inverso de esvaziamento, a considerar noutro contexto, que acabaria por resultar na conversão em quintais e parcelas agrícolas de algumas áreas anteriormente edificadas (como ocorreu, por exemplo, a sudeste do bairro do Castelo). Deste modo, para a ulterior investigação do núcleo intramuros de Estremoz, adquire uma importância decisiva o contributo da arqueologia urbana, incluindo a arqueologia da arquitetura, tendo em vista a reconstituição e a confirmação, em cada caso, do modo como se combinam os diferentes princípios de transformação que fomos enunciando. De qualquer forma, a reconstituição do

processo tipológico deste conjunto permite estabelecer um paralelismo evidente com outros centros urbanos estudados (como é o caso da vila intramuros de Mértola). Este paralelismo abre um novo espaço para a presente investigação, relacionado com o modo como os diferentes princípios genéricos de transformação enunciados se poderão ou não reconhecer noutros aglomerados urbanos da região, identificando, simultaneamente, em cada caso, as diversas expressões tipológicas e construtivas locais.

NOTAS

- ¹ O *palmo de craveira* corresponde a 22 cm a partir do reinado de D. Dinis (Trindade, 2009).
- ² A equivalência utilizada no Alentejo – côvado *andalusi* – até ao reinado de D. Manuel (Rei, 1998), a partir do qual terá 3 palmos, i.e., 66 cm (Barroca, 1992).
- ³ De facto são propriedades da Confraria de Nossa Senhora dos Mártires, registadas entre 1498 e 1501 (AME, Tombo 1 e 2) pelo que, com elevada probabilidade, foram registadas novamente em 1515, no documento mandado coligir por D. Manuel.
- ⁴ Assinale-se que um «pardieiro meio coberto» (AN-TT, CC, livro 1, fl.141) localizado em Santiago não foi contabilizado no quadro tipológico.
- ⁵ A casa medieval, como tem sido salientado por vários autores, caracterizava-se pela falta de espaço e de luminosidade que se traduziam numa sobreposição de atividades nos mesmos compartimentos, tornando-se por isso certamente insalubre, incómoda e oferecendo pouca privacidade aos seus locatários (Gonçalves, 1996).
- ⁶ Gerada desde logo pela área ocupada por uma série de equipamentos que não tinham função residencial: castelo, Praça, paço do Concelho, igreja de Santa Maria e já nos finais do século XV, Paço dos tabeliães.
- ⁷ Talvez a atual designação de rua dos Fidalgos, artéria de que não possuímos referências em época medieval, guarde a memória da extração social de alguns dos habitantes do Castelo.
- ⁸ Em 1480, cada um deles emprestou 4.000, para além da contribuição comunal, no âmbito do pedido dos 60.000.000, lançado para D. Afonso V preparar a defesa do reino face a uma eventual invasão castelhana. O segundo será certamente o Jacob Bordes, arrolado nesse documento (Faro, 1965).
- ⁹ Os topónimos utilizados são os atuais.
- ¹⁰ Larguras interiores dos compartimentos entre as 2 e as 4 varas, e comprimentos interiores dos compartimentos entre as 3 e 5 varas, a que são somados 60 cm de espessura de parede.
- ¹¹ Larguras interiores dos compartimentos entre as 2 varas e 2 palmos e as 6 varas, a que são somados 60 cm de espessura de parede (30 cm a cada lateral do lote), e comprimentos totais de lote entre as 6,5 varas e 4 palmos e as 13 varas.
- ¹² Apenas 5 dos 50 casos estudados apresentam outra disposição de escada, tendo 4 deles escada de dois tramos em "L" entre o primeiro e o segundo compartimentos, e um único caso, escada de tiro central.
- ¹³ Outros fins comerciais, como adegas, são frequentes.

N.º	LOCAL	DATA	LOCALIZAÇÃO	TIPO DE PROPRIEDADE	1.ª CASA			2.ª CASA			3.ª CASA			COTA
					TIPO/ DESIGNAÇÃO	COMP.	LARG.	TIPO/ DESIGNAÇÃO	COMP.	LARG.	TIPO/ DESIGNAÇÃO	COMP.	LARG.	
1	Castelo	1515	Rua de João Afonso da Virtude	Casa	duas casas	11 varas	3 varas	–	–	–	–	–	–	A.M.E. Tombo n.º 8
2	Castelo	1515	Rua de João Afonso da Virtude	Casa	.../dianteira	4.5 varas	3.5 varas	sobradado/ seleiro	3.5 varas	3.5 varas	–	–	–	A.M.E. Tombo n.º 8
3	Castelo	1515	Rua de Diogo de Melo	Casa	térrea/ dianteira	3.5 varas	3 varas e 1 palmo <i>em quadro</i>	térrea/ seleiro	–	–	–	–	–	A.M.E. Tombo n.º 8
4	Castelo	1515	Rua de Diogo de Melo	Casa	.../dianteira	3 varas	2 varas e 4 palmos	.../seleiro	3 varas	2 varas e 4 palmos	–	–	–	A.M.E. Tombo n.º 8
5	Castelo	1515	Rua Nova	Casa	.../dianteira	4 varas	2 varas	.../seleiro	3 varas	2 varas	–	–	–	A.M.E. Tombo n.º 8
6	Castelo	1516	<i>Rua da Praça para a porta de Santarém</i>	Casa	sobradada/ dianteira	3 varas	2 varas e duas terças	sobradado/ seleiro	3 varas	2.5 varas	–	–	–	CC, Liv. 1, 140V
7	Castelo	1516	<i>Rua que sai da Praça para a porta de Santarém</i>	Casa	.../dianteira	4 varas	3.5 varas	.../seleiro	3.5 varas	3.5 varas	–	–	–	CC, Liv. 1, 1 40V
8	Castelo	1516	<i>Rua que vem da Praça para a Rua Nova</i>	Casa	sobradada/ dianteira	4.5 varas	3.5 varas	térrea/ <i>a da metade</i>	4 varas	2	sobradada/...	3.5 varas	...	CC, Liv. 1, 140V
9	Castelo	1516	Rua Nova	Casa	sobradada/...	5 varas	4 varas	sobradada/...	4.5 varas	3 varas menos <i>sesma</i>	–	–	–	CC, Liv. 1, 140V
10	Castelo	1516	Rua de Mem de Oliveira	Casa	térrea/ dianteira	4 varas e terço	...	sobradado/ seleiro	...	4 varas	–	–	–	CC, Liv. 1, 140V
11	Castelo	1516	Rua dos Pobres	Adega	–	8 varas	2 varas e <i>sesma</i>	–	–	–	–	–	–	CC, Liv. 1, 140V
12	Santiago	1515	Rua de Martim Anes	Casa	térrea/ dianteira	5.5 varas	2 varas e 2 palmos	térrea/ seleiro	4.5 varas	3.5 varas	–	–	–	A.M.E. Tombo n.º 8
13	Santiago	1515	Rua do Arco	Casa	térrea/ dianteira	5 varas	3 varas e 4 palmos	térrea/ seleiro	5 varas	2.5 varas	–	–	–	A.M.E. Tombo n.º 8
14	Santiago	1515	Rua dos Trabucos	Casa	sobradada com <<um repartimento pequeno>>	5 varas	3 varas e 4 palmos	<i>repartimento</i>	5 varas	1 vara e 1 palmo	–	–	–	A.M.E. Tombo n.º 8
15	Santiago	1515	Rua dos Trabucos	Casa	.../dianteira	3 varas e 4 palmos	2.5 varas	sobradado/ seleiro	3 varas e 4 palmos	3 varas	–	–	–	A.M.E. Tombo n.º 8
16	Santiago	1515	Rua da Porta da Lage	Casa	.../dianteira	4.5 varas	3 varas e 3 palmos	.../seleiro	4.5 varas	1.5 varas	–	–	–	A.M.E. Tombo n.º 8
17	Santiago	1515	Rua de Évoramonte	Casa	casa	4.5 varas	4 varas <i>menos uma mao travessa</i>	–	–	–	–	–	–	A.M.E. Tombo n.º 8
18	Santiago	1515	Rua de Fernão Caldeira	Casa	térrea/ dianteira	4 varas e <i>sesma</i>	3 varas e <i>sesma</i>	térrea/seleiro	3.5 varas	3.5 varas	sobradada/ segunda casa	4.5 varas	3.5 varas	A.M.E. Tombo n.º 8
19	Santiago	1516	Rua que vai para a porta de S. Brás	Casa	térrea/ dianteira	4 varas	3 varas	térrea/seleiro	3 varas	3 varas	–	–	–	CC, Liv. 1, 140V
20	Santiago	1516	Rua de S. Brás	Casa	.../dianteira	4.5 varas	3 varas menos <i>sesma</i>	sobradado/ seleiro	–	–	–	CC, Liv. 1, 140V
21	Santiago	1520	Rua do Arco	Casa	3 casas	13 varas	3 varas e 4 palmos	–	–	–	–	–	–	CC, Liv. 4, 144V
22	Santiago	1520	Rua do Arco	Casa	3 casas	11 varas	9 varas	–	–	–	–	–	–	CC, Liv. 4, 144V
23	Santiago	1520	Rua do Arco	Casa	2 casas	11 varas	6 varas	–	–	–	–	–	–	CC, Liv. 4, 144V
24	Santiago	1520	Rua do Arco	Casa	...	11 varas	6 varas	–	–	–	–	–	–	CC, Liv. 4, 144V

FIG. 14 Anexo.

BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS


- Arquivo Nacional – Torre do Tombo (IAN-TT)
 Capelas da Coroa (CC), Livro 1; Livro 4
 Leitura Nova (LN), Odiana, Livro 5; Místicos, Livro 3.
 Ordens Religiosas(OR), S. Paulo 1.º Eremita, Santo Antão
 de Vale de Infante (SP), Livro 2.
- Arquivo da Misericórdia de Estremoz (AME)
 Tombo n.º 1
 Tombo n.º 2
 Tombo n.º 8

ESTUDOS

- ABEL, A. B. (1995). *Vilas de fundação medieval no Alentejo: contributos para o estudo da morfologia urbana*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora.
- ALBERGARIA, H.; PAIO, A.; MADALENO, A.; SANTOS, L. S. (2007). *Vilas Medievais Planeadas de Portugal*. Coimbra: IERU.
- BARROCA, M. J. (1992). Medidas-padrão medievais portuguesas. *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. IX. Porto: Universidade do Porto.
- BEIRANTE, M. A. (1995). Évora na Idade Média. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- BICHO, S. M. Q. M. M. (1999). *A judiaria de Castelo de Vide: contributos para o seu estudo na óptica da conservação do património urbano*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora.
- CARITA, H. (1994). *Bairro Alto. Tipologias e modos arquitectónicos*. Lisboa: CML.
- CONDE, M. S. A. (1999). *Horizontes do Portugal Medieval: Estudos Históricos*. Cascais: Patrimonia.
- CONDE, M. S. A. (1999a). Sobre a casa urbana do Centro e Sul de Portugal, nos finais da Idade Média. *Horizontes do Portugal Medieval. Estudos históricos*, Cascais: Patrimonia, pp. 257–297.
- CONDE, M. S. A. (2011). *Construir, Habitar: A Casa Medieval*. Braga: CITCEM.
- CORREIA, F. B. (2013). *Elvas na Idade Média*. Évora: Edições Colibri.
- COSTA, M. R. (2015a). As moradas de casas do núcleo intramuros de Mértola: uma leitura preliminar da arquitetura doméstica entre o final do Antigo Regime e o início do século XX. In M. R. COSTA; S. GÓMEZ MARTINEZ; V. RIBEIRO, ed. – *Arquitetura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental – 1.º Congresso Internacional*. Mértola: Argumentum/Campo Arqueológico de Mértola, pp. 12–19.
- COSTA, M. R. (coord.) (2015b). *Mértola – A arquitetura da vila e do termo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- COSTA, M. A. N. (1961). *Estremoz e o seu termo nas “Memórias Paraquiais de 1758”*, Coimbra: sep. do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra.
- ESPANCA, T. (1975). *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora, VIII, Concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas*. Lisboa: Academia das Belas-Artes.
- FARO, J. (1965). *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481. Subsídios documentais*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística – Centro de Estudos Económicos.
- FONSECA, J. (1998). *Montemor-o-Novo no século XV*, Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.
- GASPAR, J. (1969). A Morfologia Urbana de Padrão Geométrico na Idade Média. *Finisterra*, vol. IV 8, p. 198.
- GASPAR, J. (1982). A cidade portuguesa na Idade Média: aspectos da estrutura física e desenvolvimento funcional. *La ciudad hispanica durante los siglos XIII al XVI*, Actas, pp. 134–136.
- GONÇALVES, I. (1996). Posturas Municipais e vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa. *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais: Patrimonia, pp. 77–96.
- GONÇALVES, I. (1996a) Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia. *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais: Patrimonia, pp.11–60.
- LIBERATO, M. (2008) A presença nobiliárquica na Estremoz do século XV: tensões, confrontos e reorganização social. *La convivencia en las ciudades medievales. Najéra. Encuentros Internacionales del Medioevo. 2007*, Logroño, pp. 191–205.
- LIBERATO, M. (2012). Núcleos urbanos e afirmação de soberania no Alentejo duocentista: o caso de Estremoz. *La Historia Peninsular en Los Espacios de Frontera: Las “Extremaduras Históricas” y La Transierra (Siglos XI-XV)*, Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, pp. 189–204.
- MARQUES, A. H. de O. (1980). Estratificação económico-social de uma vila portuguesa da Idade Média. *Ensaios da História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Vega, pp. 121–133.
- REI, A. (1998). *Pesos e medidas de origem islâmica em Portugal. Notas para o seu estudo*. Évora: Câmara Municipal de Évora.
- SÁ, I. G., (1998). A reorganização da caridade em Portugal em contexto europeu (1490–1600). *Cadernos do Noroeste*, vol. 11 (2), pp. 31–63.
- TEIXEIRA, M. C.; VALLA, M. (1999). *O Urbanismo Português – séculos XIII–XVIII, Portugal – Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte.
- TRINDADE, L. (2009). Urbanismo na composição de Portugal. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra.

12





Planeamiento especial y protección de los centros históricos. Reflexiones desde la perspectiva docente



DANIEL NAVAS CARRILLO

Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio.
Escuela Técnica Superior de Arquitectura. Universidad de Sevilla
dnavas@us.es

MARÍA TERESA PÉREZ CANO

Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio.
Escuela Técnica Superior de Arquitectura. Universidad de Sevilla
tpcano@us.es



RESUMEN Este artículo tiene como objeto aproximarse a la metodología docente de la asignatura Patrimonio Urbano y Planeamiento, que imparte el Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio en quinto curso del Grado en Arquitectura de la Universidad de Sevilla. La asignatura tiene como objetivo familiarizar al estudiante con el trabajo patrimonial y, más concretamente, con la figura urbanística del Planeamiento Especial, de forma que al final del cuatrimestre sea capaz de afrontar profesionalmente su redacción. Entre las competencias abordadas destaca la aptitud para catalogar el patrimonio y planificar su protección desde una noción amplia del concepto Patrimonio. Además de las tipologías arquitectónicas fácilmente reconocibles, se busca que el alumno se aproxime al reconocimiento patrimonial desde disciplinas, como la Arqueología, tangenciales a su formación. En este sentido, la metodología docente se construye desde la inexorable interdisciplinariedad que caracteriza al trabajo patrimonial. Como objeto de trabajo se toman los entornos de protección de una selección de Bienes de Interés Cultural situados en la ciudad histórica. El entorno de trabajo reúne a escala reducida un amplio abanico de la problemática patrimonial más frecuente, de modo que sea abarcable para los estudiantes, y favorezca la comprensión del alcance y complejidad de la práctica profesional.

PALABRAS CLAVE Arquitectura y Arqueología, Conjuntos Históricos, Metodología Docente, Planeamiento de protección

RESUMO *Planeamento especial e proteção dos centros históricos. Reflexões na perspetiva docente.* Este artigo tem como objetivo aproximar-se da metodologia docente da disciplina Património Urbano e Planeamento, administrada pelo Departamento de Urbanística e Ordenação do Território, no quinto ano do curso de Arquitetura, na Universidade de Sevilha. A disciplina pretende que o estudante se familiarize com o trabalho patrimonial e, mais concretamente, com a imagem urbanística do Planeamento Especial, para que no final do trimestre seja capaz de defender, profissionalmente, a sua tese. Entre as competências abordadas destaca-se a capacidade de catalogar o património e planear a sua proteção, com uma ampla noção do conceito de Património. Além das tipologias arquitetónicas facilmente reconhecidas, pretende-se que o aluno se aproxime do reconhecimento patrimonial em disciplinas como a Arqueologia, tangenciais à sua formação. Neste sentido, a metodologia docente constrói-se a partir da interdisciplinaridade implacável que caracteriza o trabalho patrimonial. Como objeto de trabalho assumem-se os contextos de proteção de uma seleção de Bens de Interesse Cultural, situados na cidade histórica. O ambiente de trabalho reúne numa escala reduzida uma vasta gama da problemática patrimonial mais frequente, de modo a que seja transparente para os estudantes, e facilite a compreensão do alcance e da complexidade da prática profissional.

PALAVRAS CHAVE Arquitetura e Arqueologia, Conjuntos Históricos, Metodologia Docente, Planeamento de proteção

1. INTRODUCCIÓN A LA DOCENCIA DEL PLANEAMIENTO ESPECIAL DE PROTECCIÓN

El presente artículo tiene como objeto aproximarse a la metodología docente empleada en la asignatura Patrimonio Urbano y Planeamiento, optativa que imparte el Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio en quinto curso del Grado en Arquitectura (Plan 2010) y del Grado en Fundamentos de Arquitectura (Plan 2012) de la Universidad de Sevilla.

La asignatura tiene como objetivo docente familiarizar al estudiante con el trabajo patrimonial desde la arquitectura y el urbanismo y, más concretamente, con la figura urbanística del Planeamiento Especial. Entre las competencias específicas con las que se trabaja se debe destacar la aptitud para catalogar el patrimonio y planificar su protección desde una noción amplia del concepto Patrimonio.

La esfera de lo patrimonial, y en especial desde la amplitud que se busca abordar en esta asignatura, no ha sido tradicionalmente desarrollada en la formación de los estudiantes de Arquitectura en España. El perfil de conservación y restauración del patrimonio arquitectónico fue una de las especialidades incorporadas al plan de estudios de 1957 en la Escuela de Madrid, no así en la de Barcelona, o en la Escuela de Arquitectura de Sevilla (creada en 1959, ofertando en su último curso las asignaturas de especialidad de Urbanismo, Estructuras y Economía y técnica de obras). En los planes siguientes, 1964 y 1975, las especialidades quedaron reducidas a las de edificación y urbanismo, no abordándose en la docencia "los criterios y procedimientos específicos ajenos a quienes se adiestraban para acometer obras de nueva planta" (ANECA 2005).

Esta situación se consiguió solventar a través de las asignaturas optativas y de libre configuración en los planes que surgen en la década de los 90 como consecuencia de la aprobación del Decreto de directrices generales comunes de los planes de estudios conducentes a los títulos de carácter oficial y con validez en todo el territorio nacional (Ministerio de Educación y Ciencia, 1987). En el caso de la Escuela de Sevilla, el plan docente de la titulación de Arquitecto de 1998 incorporó una línea curricular o de especialidad en Arquitectura y Patrimonio ofertando una serie de asignaturas de carácter optativo. Es el caso de la asignatura Planeamiento Especial y Protección del Patrimonio, antecedente de la asignatura objeto de este capítulo y que ha sido coordinada desde sus inicios por la profesora María Teresa Pérez Cano¹, responsable del grupo de investigación HUM700 Patrimonio y Desarrollo Urbano Territorial en Andalucía.

Tanto el contenido como la metodología docente han sido trasladados al Grado en Arquitectura (Universidad de Sevilla, 2010), título en extinción, así como al vigente Grado en Fundamentos en Arquitectura (Universidad de Sevilla, 2012). En este sentido, se han realizado exclusivamente adaptaciones pertinentes al nuevo sistema basado en una perspectiva competencial como vía para garantizar el aprendizaje de capacidades y habilidades para el desarrollo de la actividad profesional futura. Este establecido en 2007 tras la aprobación del Real Decreto sobre ordenación de las enseñanzas universitarias oficiales en el marco del EEES (Ministerio de Educación, 2007).

Cabe destacar, que para los títulos universitarios oficiales que habilitan para el ejercicio de la profesión de Arquitecto (Ministerio de Educación y Ciencia, 2010), se recogen dos competencias específicas en materia patrimonial: Catalogar el patrimonio y planificar su protección; e Intervenir en y conservar, restaurar y rehabilitar el patrimonio construido. Se relega así, la formación específica en la dimensión patrimonial a los estudios de postgrado, tal como se recoge en el Libro Blanco de los Estudios de Grado en Arquitectura (ANECA, 2005), como vía para paliar este déficit formativo.

En este sentido, la Escuela de Sevilla se anticipó a estas recomendaciones, con la creación del Máster en Arquitectura y Patrimonio Histórico como título propio de en 1996, vinculado al nacimiento del Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico y cuya coordinación académica recae en el grupo de investigación (Mosquera Adell, 2014). Es importante esta aclaración en el entendimiento de que esta asignatura se inserta en un contexto docente con amplio bagaje formativo en Patrimonio durante más de 20 años y que está logrando, en mayor o menor medida, aumentar considerablemente entre los profesionales de la arquitectura la sensibilidad por la cuestión patrimonial, generando importantes sinergias entre la formación en grado y posgrado.

2. APUNTES PARA LA REDACCIÓN DE UN PLAN ESPECIAL COMO METODOLOGÍA DOCENTE

Tal como se describe en su programa docente (Universidad de Sevilla, 2017) esta asignatura aborda la figura urbanística del Planeamiento Especial de Protección de forma que al final del cuatrimestre el estudiante sea capaz de elaborar criterios propios y de manejar una metodología que le permita en el futuro abordar profesionalmente la redacción de este tipo de planeamiento. Por este motivo, las componentes teóricas y prácticas están estrechamente relacionadas, quedando equilibradas las horas de docencia dedicadas a una y otra componente. De forma genérica, las cuatro horas de cada clase semanal se organizan de modo que las dos primeras horas se dedican a teoría y las dos siguientes a práctica.

El contenido teórico incorpora conceptos clave sobre la valoración y protección patrimonial, siendo principalmente procedimental, es decir, a través de ejemplos de planeamiento de protección se introducen los principales aspectos a desarrollar en este tipo de trabajo profesional y que, a nivel académico, se trabajan en el desarrollo práctico de la asignatura. Se es consciente de que sin formación previa en la temática (no se establece como necesario haber cursado ninguna otra asignatura) la conceptualización teórica de un trabajo de esta índole es difícilmente abordable en un único cuatrimestre. En este sentido la propuesta docente pretende ser realista, aunque ambiciosa en sus contenidos, al abordar los siguientes temas:

De carácter conceptual:

CO.1_ El Patrimonio y el proceso de patrimonialización,

CO.2_ La ciudad como patrimonio

CO.3_ El planeamiento especial y el territorio

De carácter procedimental general:

PG.1_ El planeamiento y la protección del patrimonio a nivel territorial

PG.2_ El planeamiento y la protección del patrimonio a nivel urbano

PG.3_ La redacción de un Plan Especial de Protección del Patrimonio

De carácter procedimental específico:

PE.1_ La clasificación de los bienes inmuebles

PE.2_ Los entornos de los bienes culturales

PE.3_ Las áreas urbanísticas homogéneas

PE.4_ Los inventarios y catálogos

PE.5_ Las normas urbanísticas y ordenanzas

PE.6_ La contaminación visual y perceptiva

En cuanto al desarrollo práctico de la asignatura, se tiene en cuenta que la redacción de un plan de estas características es una tarea que se realiza en equipo y en un marco temporal que abarca varios años. En este sentido, a partir de la idea de apuntes sobre un Plan Especial, se sigue una metodología de taller, en la que cada grupo trabaja como si de un equipo redactor de planeamiento especial se tratara, y donde los docentes ejercen de directores en las fases iniciales de este tipo de documento: Información, Diagnóstico y Avance.

3. PRIMERA FASE. EL CONOCIMIENTO COMO BASE FUNDAMENTAL DEL TRABAJO PATRIMONIAL

La asignatura toma como objeto de trabajo los entornos de protección de una selección de Bienes de Interés Cultural, de tipología monumento, situados en la primera periferia de la ciudad histórica, justo a las afueras de las murallas o en el interior, en las inmediaciones de las puertas de la ciudad. El entorno de trabajo reúne a escala reducida un amplio abanico de la problemática patrimonial más frecuente, de ahí su valor educativo en cuanto al aprendizaje de los instrumentos de protección más al uso. Esta



FIG. 1 Entorno del Convento de Santa Clara. Sevilla. Equipo 9. Curso 2016-2017.

elección parte del hecho de la constatación de que la amplia mayoría de BICs están declarados con anterioridad a 1985, y por ello, carecen de entorno declarado.

Metodológicamente, el trabajo se organiza en dos fases, con una sesión crítica intermedia como punto de control de su estado. En la primera, asimilable a lo que sería el Documento de Información y Diagnóstico, se aborda inicialmente la delimitación automática de un entorno de 50 metros en base a la disposición adicional cuarta de la Ley 14/2007, de 26 de noviembre, de Patrimonio Histórico de Andalucía, relativa al entorno de determinados inmuebles (Presidencia de la Junta de Andalucía, 2007). Sobre esta primera delimitación, se trabaja en la detección de sus principales valores históricos como paso necesario a la hora de abordar el conocimiento para la puesta en valor y protección de cualquier elemento patrimonial.

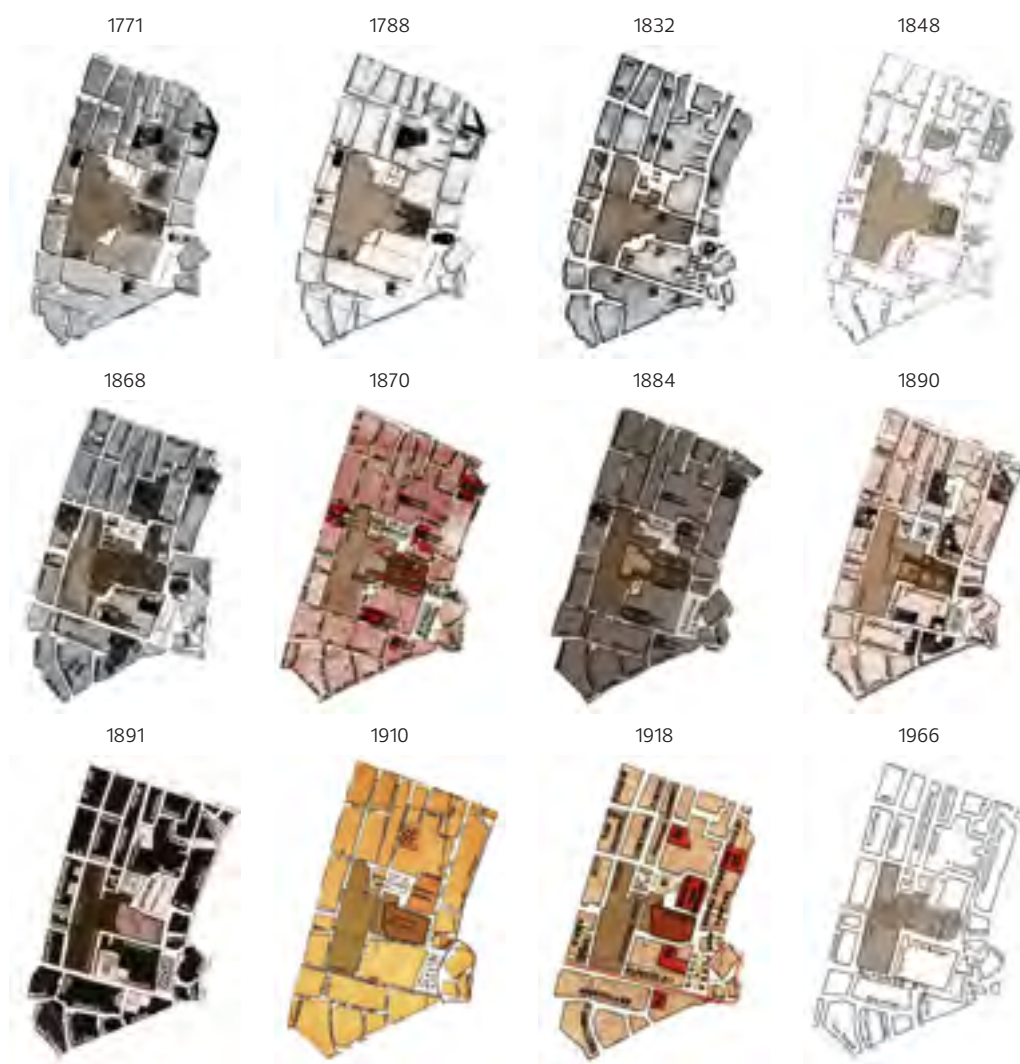


FIG. 2 Evolución de la Antigua Casa de Misioneros de Indias. Sevilla. Equipo 7. Curso 2016-2017.

La evolución histórica aporta elementos que ayudan a entender el tejido urbano en su globalidad, pero también en sus singularidades. Se trabaja con cartografía y ortofotografía histórica, fotografías y grabados del espacio urbano o los edificios singulares, bibliografía específica sobre el bien y la evolución urbana de la ciudad, fuentes orales, noticias de hemeroteca, etc. Se hace especial hincapié en el análisis de la planimetría histórica disponible en el Instituto de Estadística y Cartografía de Andalucía, y que para el caso de Sevilla se encuentra también disponible en la Gerencia de Urbanismo.

Hipótesis 1 según plano de Olavide (1771)



Hipótesis según plano de López Vargas (1788)



Hipótesis 3 según plano de Herrera Dávila (1848)



Hipótesis 4 según plano de Padura y Vega (1891)



FIG. 3 Entorno automático BIC para diversas hipótesis de delimitación de parcela primitiva. Antiguo Convento - Hospital Ntra. Sra. de la Paz. Sevilla. Equipo 8. Curso 2016- 2017.

A partir de esa aproximación al objeto de estudio, los estudiantes trabajan diversas hipótesis de delimitación de la parcela primitiva, con objeto de aplicar el entorno automático de 50 metros en base a la citada ley 14/2007. En un segundo paso los estudiantes trabajan en su propia propuesta de entorno identificando los criterios de sustracción o adhesión de parcelas sobre la delimitación resultante de la aplicación del entorno automático de 50 metros. Para ello, se apoyan en el estudio de la evolución histórica y las relaciones visuales del bien en distintas escalas y niveles, para lo cual, resulta imprescindible analizar la altura de la edificación próxima y las relaciones de medianería establecidas entre inmuebles.

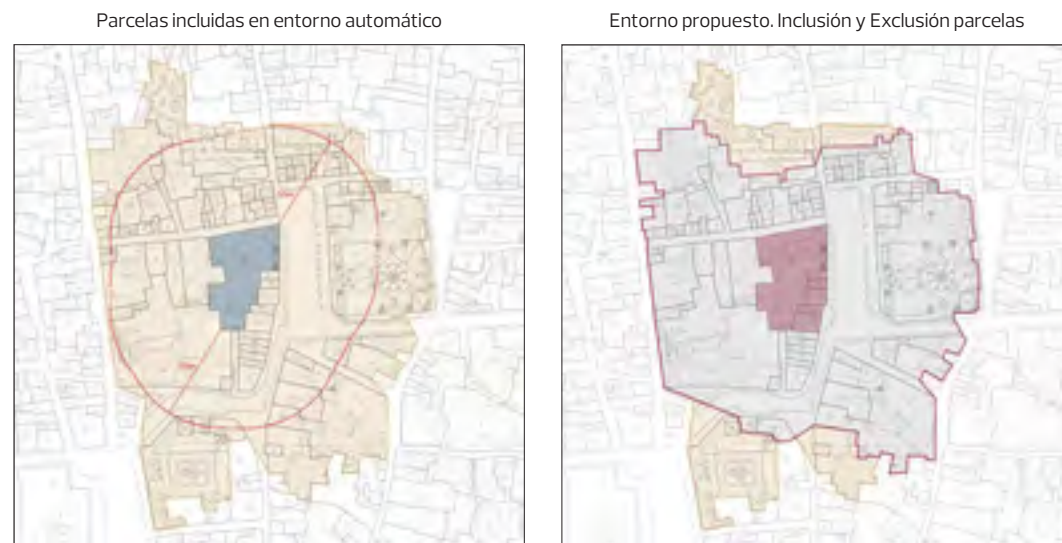


FIG. 4 Propuesta de delimitación de Entorno BIC. Antiguo Convento - Hospital Ntra. Sra. de la Paz. Sevilla. Equipo 8. Curso 2016- 2017.

Esta primera fase también consta de la recopilación y análisis de la información urbanística existente. Entre los aspectos a analizar se debe destacar lo que se ha denominado caracterización del paisaje patrimonial urbano. Éste consiste en un minucioso trabajo de identificación de la casuística de elementos arquitectónicos singulares y de su arquitectura propio, cuya suma conforma la verdadera identidad del paisaje urbano de cualquier entorno urbano. Además del pertinente reconocimiento in situ, el registro fotográfico y la recopilación de la planimetría catastral para cada una de las parcelas que se engloban en el ámbito de estudio, esta caracterización se apoya en una serie de parámetros, de cuya puesta en relación pueden extraerse indicadores significativos para cada uno de los entornos analizados.

Alguno de los datos básicos que se manejan son los siguientes: Superficie Parcela, Superficie Construida, Edificabilidad, Número de Plantas, Altura de la edificación en metros, Superficie Patios, Número de Patios, Ocupación, Propiedad, Usos globales, Usos pormenorizados, Tipologías residenciales, Número de viviendas, Longitud de Fachada, Relación Longitud de Fachada / Superficie de Parcela, Año de construcción, Estado de conservación, Intervenciones realizadas, Protección actual, Elementos singulares, etc.

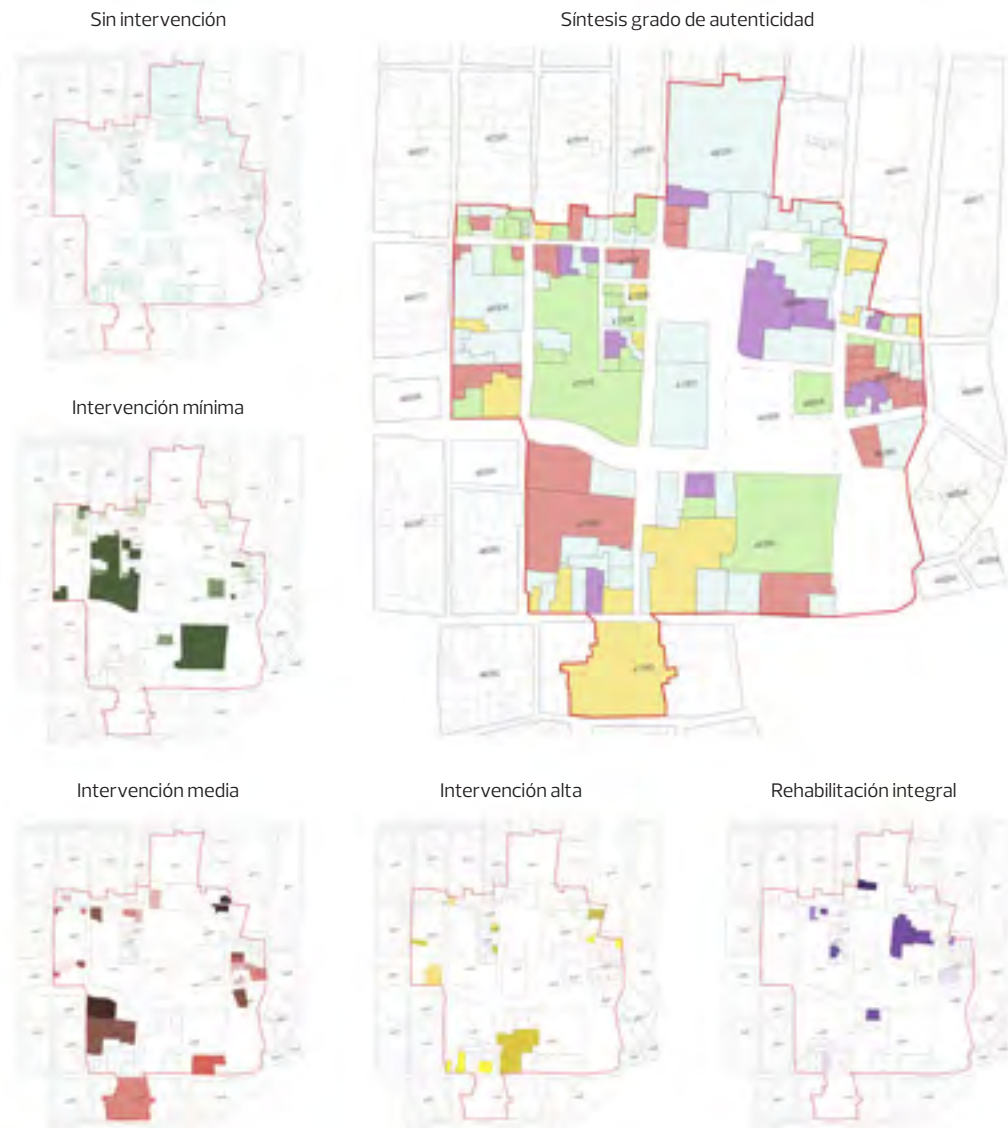


FIG. 5 Caracterización urbana del entorno de la Antigua Casa de Misioneros de Indias de Sevilla. Equipo 7. Curso 2016–2017.

La sistematización de esta información comprende un paso necesario para su posterior representación planimétrica, cuyo fin no es otro que grafiar con las herramientas propias de la disciplina urbanística las características de este paisaje patrimonial urbano. Este proceso de trabajo, así como la selección de estos parámetros y no de otros, constituye un posicionamiento conceptual determinado sobre cuáles son y cómo se identifican los valores patrimoniales que determinan un paisaje urbano concreto, en base a la experiencia docente e investigadora de la coordinadora de la asignatura.

Ahora bien, la identificación de estos valores históricos no debe entenderse como un hecho desvinculado del soporte territorial. En este sentido se insta a abordarlo desde la percepción que cualquier parte de este territorio tiene para población como resultado de la interacción entre factores naturales y humanos, aproximándose así al Convenio Europeo del Paisaje (Consejo de Europa, 2000). Pero esta aproximación también lleva a reconocer la recomendación sobre paisaje urbano histórico (UNESCO 2011), en la cual se define este como «la zona urbana resultante de una estratificación histórica de valores y atributos culturales y naturales, lo que trasciende la noción de conjunto o centro histórico para abarcar el contexto urbano general y su entorno geográfico».

FIG. 6 Grado de autenticidad del entorno de la Antigua Casa de Misioneros de Indias de Sevilla. Equipo 7. Curso 2016–2017.



Así se aboga por realizar una valoración patrimonial del medio urbano en sentido amplio a partir del concepto de Paisaje Cultural, superando los aspectos exclusivamente perceptivos, para incluir también los usos y valores sociales y culturales, los procesos económicos y los aspectos inmateriales del patrimonio en su relación con la diversidad y la identidad (Pérez Cano *et al.*, 2017:7). Inexorablemente vinculado a los modos de vida, lleva a detenerse en uno de los valores a menudo olvidado, que es el valor de autenticidad.

La experiencia docente también permite adoptar la consciencia de que, frente a la riqueza de un patrimonio diverso, la singularización que imponen las exigencias turísticas como medida frente a la globalización actual, está provocando que se esté dando valor a determinados tipos de patrimonio o épocas concretas frente al resto. Acorde con el Documento de Nara (1994), la consideración de autenticidad en la práctica de la conservación es clarificar e iluminar la memoria colectiva, lo que implica necesariamente el reconocimiento de los valores culturales como legado heterogéneo.

En este sentido, se insta a los estudiantes a detectar en su entorno de trabajo aquellas parcelas que hayan sufrido cambio de uso o modificación tipológica, al tiempo que en el caso evalúen el grado de intervención experimentado por la edificación. Es importante su confrontación con el nivel de protección de cada parcela en los sucesivos planes de la ciudad, con objeto de entender la influencia que tiene el planeamiento de protección para evitar la pérdida de autenticidad del tejido urbano.

SEGUNDA FASE. LA PROTECCIÓN PATRIMONIAL COMO EJERCICIO INTERDISCIPLINAR

La segunda de las fases del trabajo práctico, asimilable a la de Avance, se centra en la revisión de la catalogación vigente, tanto de bienes inmuebles como de espacios públicos, en base a todos aquellos valores patrimoniales previamente detectados. Los estudiantes deben evaluar si proponen diferentes niveles de protección a los ya recogidos por el Plan General de Ordenación Urbana de Sevilla o al Plan Especial del Sector de Conjunto Histórico en el que se encuentre el Bien objeto de trabajo. En el caso deben recoger su definición y los criterios de intervención por cada uno de los niveles de protección establecidos.

Además de su identificación en la planimetría, las fichas de catálogo sirven como apoyo documental a la hora de justificar los cambios propuestos en la pirámide patrimonial. Para su elaboración se toma como base los ejemplos expuestos en la clase teórica dedicada a la catalogación.

Tal como ha sido mencionado, se parte de asumir que trabajo patrimonial se caracteriza por la interdisciplinariedad. Esto exige realizar una aproximación a disciplinas, como la arqueología, tangentes a su formación como arquitectos. En este sentido, se insta a los alumnos a que investiguen sobre el contenido que incorporan los planes especiales de protección en esta materia, para en un segundo estadio incorporen a su trabajo las cautelas arqueológicas y medidas de protección del patrimonio arqueológico que se recogen en el planeamiento vigente para el entorno del Bien estudiado.

PLAN ESPECIAL DE PROTECCIÓN DEL CENTRO HISTÓRICO DE SEVILLA
CATÁLOGO DE ELEMENTOS PROTEGIDOS

SECTOR III SAN BARTOLOMÉ Convento de San José (Mercedarias)

DATOS BÁSICOS
 Ubicación: Calle de Calle Cordón de Espada y calle Plaza de la Merced (antes Plaza de San José)
 Denominación: Convento de San José de las Mercedarias Descalzas (Actualmente, convento de San José)
 Data: Religiosa
 Referencia Cultural: 0200007044420
 Ciudad de Inscripción: San Javier
 Régimen de protección: Conservación/Reserva
 Nivel de Protección: B

DATOS HISTÓRICOS Y ARQUITECTÓNICOS
 Cronología: 1423
 Sitio: Monumental
 Tipo de Bien Cultural: Monumento (para el conjunto general de BIC O.P.N.A. Como monumento)

DESCRIPCIÓN ACTUAL
 La iglesia, cuyo templo comenzó a ser edificado durante el reinado de Alfonso X el Sabio, fue el primer templo de la orden de las Mercedarias Descalzas en España y América. Presenta un interesante conjunto de elementos arquitectónicos que muestran la evolución de la orden de las Mercedarias Descalzas en el territorio español y en América. Los restos más antiguos del templo se sitúan en el espacio que ocupó el convento de San José. A principios del siglo XVI, se comenzó la construcción del templo actual, obra de Juan de Herrera. A principios del siglo XVII, se comenzó la construcción del templo actual, obra de Juan de Herrera.

BIENES MUEBLES E INMUEBLES
 En el interior del templo se conserva un conjunto de obras de arte que de conjunto constituyen un conjunto de gran valor artístico. Entre ellas se encuentran: la imagen de la Virgen de la Merced, que guarda el cuerpo de la Virgen; la escultura de la Inmaculada de la Capilla Sacramental.

De los restos de la nave se conserva el conjunto de arcos que representan la estructura. En la planta cuadrada se conserva el conjunto de arcos que representan la estructura. En la planta cuadrada se conserva el conjunto de arcos que representan la estructura.

Características arquitectónicas
 Presenta un conjunto de elementos arquitectónicos que muestran la evolución de la orden de las Mercedarias Descalzas en España y América.

Obras monumentales
 En el entorno del templo se encuentran un conjunto de elementos arquitectónicos que muestran la evolución de la orden de las Mercedarias Descalzas en España y América.

Ver página 144 del plan.

FIG. 7 Ficha de catálogo de elementos protegidos del Convento de San José (Mercedarias). Sevilla. Equipo 2. Curso 2015-2016.



FIG. 8 Análisis de la protección arqueológica en el entorno del Antiguo Convento - Hospital Ntra. Sra. de la Paz. Sevilla. Equipo 8. Curso 2016-2017

En esta fase se vuelve a incidir sobre la caracterización del paisaje patrimonial urbano, en este caso en lo relativo a su protección frente a la contaminación visual y perceptiva. Se trata de un concepto nuevo específicamente introducido por la Ley 14/2007, de 26 de noviembre, del Patrimonio Histórico de Andalucía, el cual lo define en el artículo 19 como *aquella intervención, uso o acción en el bien o su entorno de protección que degrade los valores de un bien inmueble integrante del Patrimonio Histórico y toda interferencia que impida o distorsione su contemplación*.

Cabe mencionar como principales antecedentes, tanto el Informe del Defensor del Pueblo Andaluz sobre la contaminación visual del Patrimonio Histórico de 1998, así como las Jornadas de Contaminación Visual del Patrimonio Histórico en Andalucía, celebradas en Antequera, Setenil de las Bodegas, Baza y Granada, en 2001. A pesar de los esfuerzos de difusión que desde entonces que se

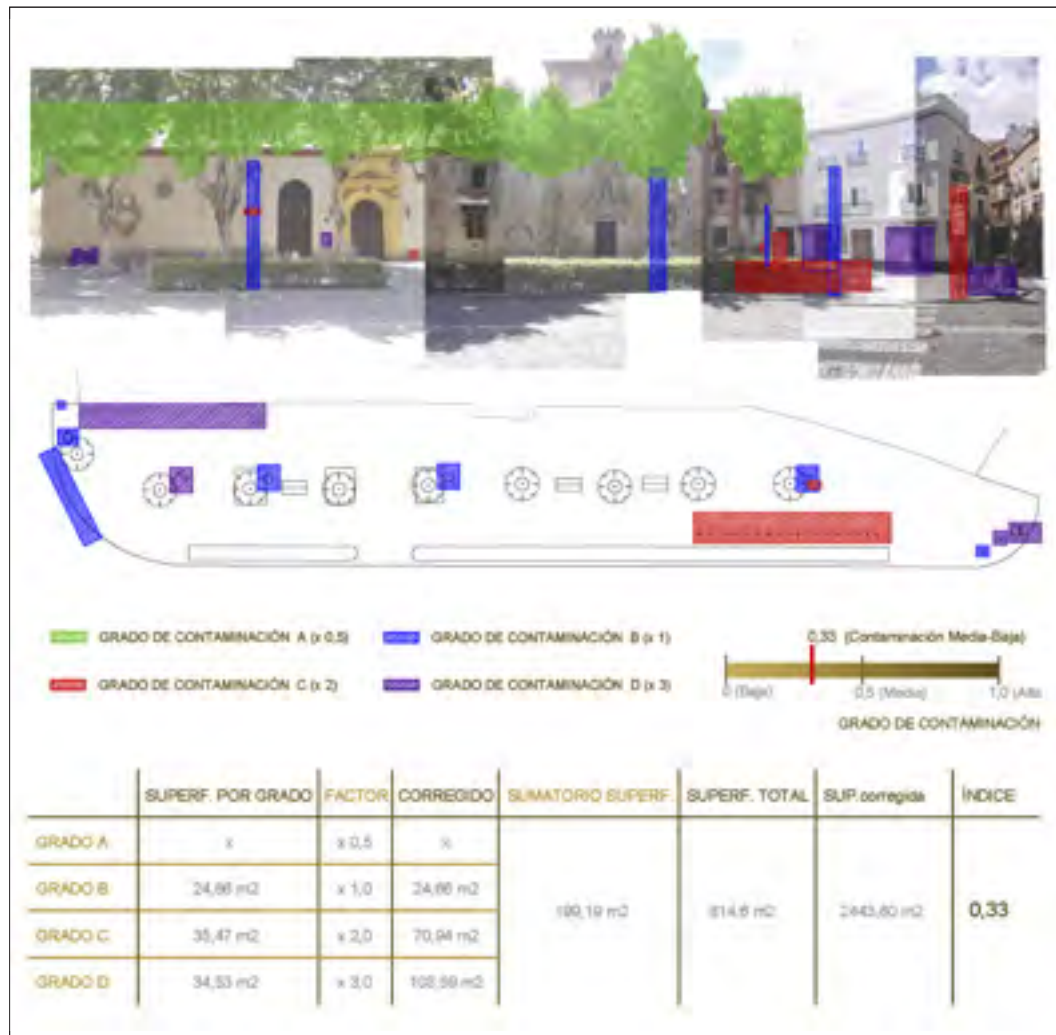


FIG. 9 Propuesta metodológica de análisis de la contaminación visual y perceptiva en el entorno del Convento de San Pablo. Equipo 1. Grupo 5.01. Curso 2016-2017.

vienen desarrollando en diversos foros académicos, se trata de un aspecto aún incipiente en la práctica profesional. Esta afirmación se sustenta tanto en el número de planes de protección redactados desde 2007 en comparación con todos aquellos que se redactaron en base a la ley andaluza anterior (Presidencia de la Junta de Andalucía, 1991), como en la ausencia de referencias bibliográficas que aborden este aspecto en profundidad en el ámbito de la investigación aplicada.

Aun siendo abordado desde una perspectiva experimental, son los propios alumnos los que proponen una metodología de análisis para su posterior aplicación sobre el entorno de estudio. Se trata, por tanto, de una excelente oportunidad para profundizar en su enseñanza, con objeto de que el conocimiento adquirido por el alumnado tenga un mayor alcance que el desarrollado hasta este momento, así como una especial repercusión en su formación para dotarles de las competencias necesarias e imprescindibles para abordar en el futuro la contaminación visual y perceptiva en la redacción de planeamiento especial de protección.

En cuanto a los aspectos a abordar por el recurso, se toma como base el artículo 19 de la mencionada ley, el cual establece que *el planeamiento urbanístico o las ordenanzas municipales de edificación y urbanización deberán recoger medidas que eviten la contaminación visual o perceptiva de los bienes, las cuales comprenderán, al menos, el control de las construcciones o instalaciones de carácter permanente o temporal que por su altura, volumetría o distancia puedan perturbar su percepción, de las instalaciones necesarias para los suministros, generación y consumo energéticos, las instalaciones necesarias para telecomunicaciones, la colocación de rótulos, señales y publicidad exterior, la colocación de mobiliario urbano o la ubicación de elementos destinados a la recogida de residuos urbanos.*

Estos mínimos a los que se hace mención se completarían con el análisis de elementos discordantes relacionados con aspectos también de gran importancia, como el uso de los bienes, el lenguaje arquitectónico y/o a las expresiones culturales. Así mismo la legislación no hace exclusivamente mención a contaminación visual, sino que se trata de un campo amplio en el que se deben incluir otras manifestaciones de contaminación perceptiva. Para ello se contemplan dos apartados específicos en los que se desarrollaría, por una parte, la contaminación acústica, y por otra la influencia del nivel de iluminación y la relación del diseño arquitectónico y urbano con la sensación de inseguridad que pueden percibir los viandantes y como ésta influye de forma directa en la percepción que la población en su conjunto tiene de un determinado bien.

4. CONSIDERACIONES FINALES

Tal como se ha descrito anteriormente, frente a la metodología tradicional de transmisión de conocimiento, en la asignatura se aboga por un aprendizaje crítico natural, en el que los estudiantes puedan desarrollar la capacidad de razonamiento autónomo por medio de la resolución de problemas y por tanto fomentando el aprendizaje activo. Diversos autores (Harvey, 1997; Scottish Council Foundation, 2003), mucho antes de que estuviese abordando en España la adaptación de los planes al

Espacio Europeo de Educación Superior, ya hacían hincapié sobre la experiencia práctica como una de las principales herramientas para garantizar la empleabilidad de los titulados.

No se debe olvidar que uno de los objetivos docentes es la capacitación del alumnado en competencia profesionales (García & Pérez, 2008) como potenciales responsables, en este caso, de la protección del patrimonio urbanos de nuestras ciudades, aunque es cierto que las técnicas de aprendizaje tradicional en Arquitectura ya se basaban en metodologías similares a lo que hoy conocemos como método de caso, en la que se exige al alumnado tomar decisiones, valorar actuaciones, emitir juicios fundamentados (SIEUPM, 2008).

Siguiendo a Bain (2007), se intenta dar un paso más siguiendo las pautas de los mejores profesores universitarios. Así, el planteamiento docente descrito sitúa al estudiante en el centro del aprendizaje, fomentando que investigue y trabaje con situaciones nuevas (la redacción de un plan especial de protección); sea creativo, inventando respuestas nuevas y utilizando diversas perspectivas en la resolución del problema (trabaje con patrimonios emergentes, y baraje diversos de valoración patrimonial); desarrolle el pensamiento crítico, no aceptando una única verdad, evaluando diferentes argumentos antes de decidir (trabajando la evolución urbana desde diversas hipótesis evolutivas); se implique y se comprometa de forma activa en la resolución de los problemas, confiando en sus propias capacidades y trabaje en equipo, resolviendo problemas de forma cooperativa, negociando y consensuando las respuestas (Navas Carrillo, 2017).

NOTA

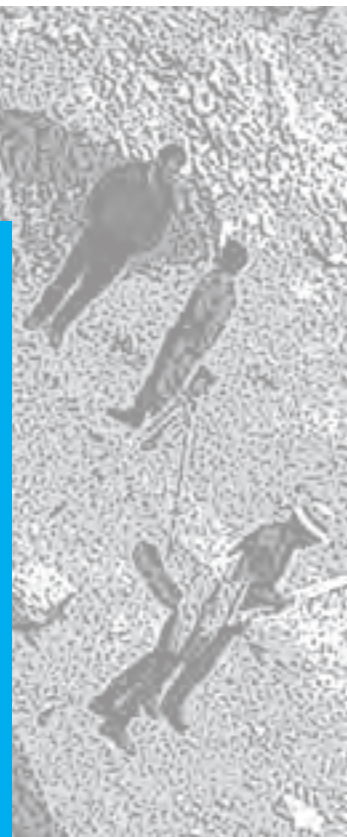
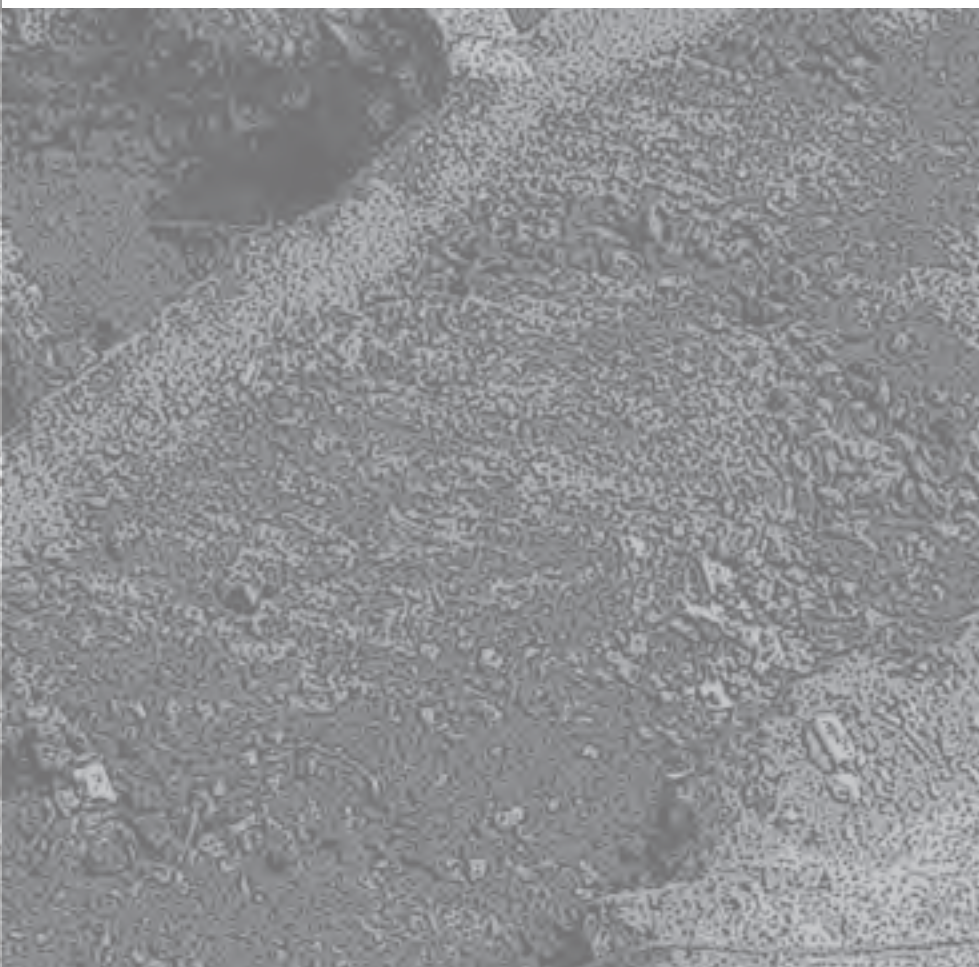
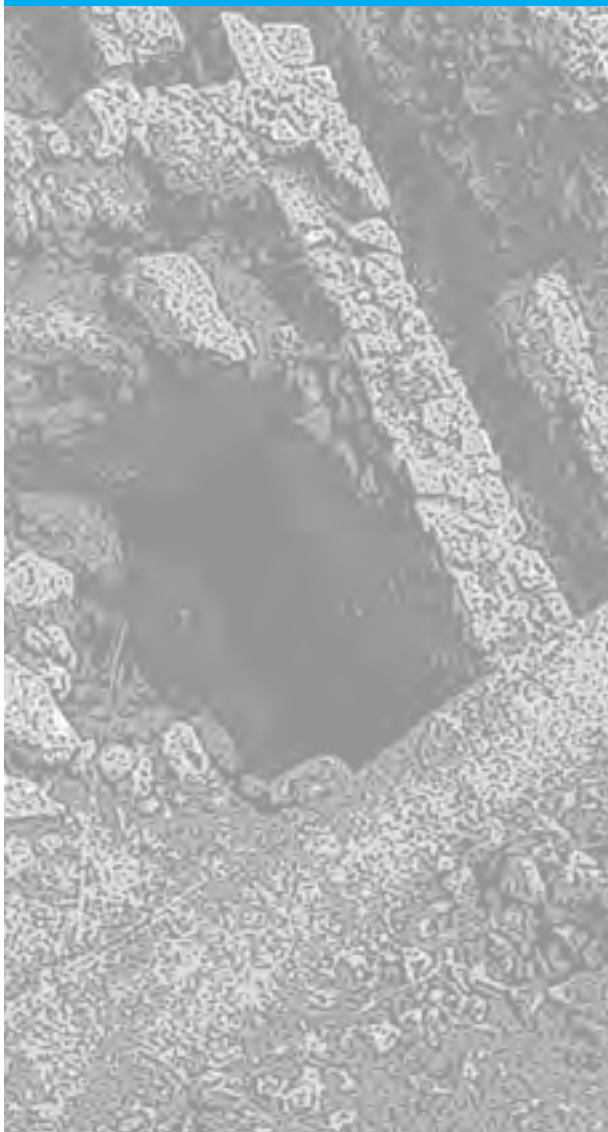
- ¹ El enfoque y metodología docente de esta asignatura se recoge en la publicación "La protección del patrimonio edificado a través del planeamiento: la figura del Plan Especial y su aplicación a la protección del patrimonio de ciudades de tamaño pequeño y medio". (Pérez Cano & Del Espino Hidalgo, 2012).

BIBLIOGRAFÍA

- ANECA (2005). *Libro Blanco. Título de Grado en Arquitectura*. Madrid: Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación.
- BAIN, K. (2007). *Lo que los mejores profesores hacen*. Valencia: Universitat de Valencia. Servei de publicacions.
- Consejo Europa (2000). *Convenio Europeo del Paisaje*. Florencia: Estados Miembros del Consejo Europa.
- GARCÍA, J. V.; PÉREZ, M. C. (2008). Espacio Europeo de Educación Superior competencias profesionales y empleabilidad. *Revista Iberoamericana de Educación*, 46(9), pp. 1-12.
- HARVEY, L. (1997). *Graduates' Work: Organisational Change and Students' Attributes*. Birmingham: University of Central England, Centre for Research Quality.
- Ministerio de Educación y Ciencia (1987). Real Decreto 1497/1987, de 27 de noviembre, por el que se establecen directrices generales comunes de los planes de estudio de los títulos universitarios de carácter oficial y validez en todo el territorio nacional. *Boletín Oficial del Estado*, 298, 36639-36643.
- Ministerio de Educación y Ciencia (2007). Real Decreto 1393/2007, de 29 de octubre, por el que se establece la ordenación de las enseñanzas universitarias oficiales. *Boletín Oficial del Estado*, 260, 44037-44048.
- Ministerio de Educación (2010). Orden EDU/2075/2010, de 29 de julio, por la que se establecen los requisitos para la verificación de los títulos universitarios oficiales que habiliten para el ejercicio de la profesión de Arquitecto. *Boletín Oficial del Estado*, 185, 66483-66487.
- MOSQUERA ADELL, E.; PEREZ CANO, M. T.; ALADRO PRIETO, J. M.; ROYO NARANJO, L. (2014). Una generación de patrimonialistas. Veinte años de formación en patrimonio: la experiencia en MARPH. *PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, 86. pp. 12-15.
- NAVAS CARRILLO, D. (2017). Mejoras en la metodología docente de la asignatura "Patrimonio Urbano y Planeamiento". In R. PORLÁN ARIZA; E. NAVARRO MEDINA (coord.) IV Jornadas de Formación e Innovación Docente, pp. 194-206. Sevilla: Secretariado de Formación y Evaluación. Universidad de Sevilla.
- PÉREZ CANO, M. T.; DEL ESPINO HIDALGO, B. (2012). La protección del patrimonio edificado a través del planeamiento: la figura del Plan Especial y su aplicación a la protección del patrimonio de ciudades de tamaño pequeño y medio. *Colección Contenidos Plan Propio de Docencia. Repositorio de Objetos de Aprendizaje de la Universidad de Sevilla*. Acedido a 12 de dezembro de 2017, em <https://rodas5.us.es/items/c6cca89d-5594-4c3f-8965-ef29e0c19ad0/1/>
- PÉREZ CANO, M. T.; DEL ESPINO HIDALGO, B.; NAVAS CARRILLO, D. (2017). Patrimonio urbano y planeamiento: la protección del paisaje patrimonial a través del planeamiento especial. In S. GARCÍA BUJALANCE, coord. - *Territorio, Paisaje y Turismo: metodologías docentes en las escuelas de arquitectura*. Málaga: Geometría, seminario de difusión de la arquitectura, pp. 88-99.
- Presidencia de la Junta de Andalucía (1991). Ley 1/1991, de 3 de julio, de Patrimonio Histórico de Andalucía. *Boletín Oficial de la Junta de Andalucía*, 59, pp. 5573-5585.
- Presidencia de la Junta de Andalucía (2007). Ley 14/2007, de 26 de noviembre, del Patrimonio Histórico de Andalucía. *Boletín Oficial de la Junta de Andalucía*, 248, pp. 6-27.
- Scottish Council Foundation (2003). *Higher Education: Higher Ambitions?* Edimburgo: Critical Thinking.
- SIEUPM (2008). *El Método del Caso. Guías Rápidas para nuevas metodologías*. Madrid: Servicio de Innovación Educativa de la Universidad Politécnica de Madrid.
- Universidad de Sevilla (2010). *Memoria de verificación del título de Graduado/a en Arquitectura por la Universidad de Sevilla*. Sevilla: Vicerrectorado de Ordenación Académica.
- Universidad de Sevilla (2012). *Memoria de verificación del título de Graduado/a en Fundamentos en Arquitectura por la Universidad de Sevilla*. Sevilla: Vicerrectorado de Ordenación Académica.
- Universidad de Sevilla (2017). Patrimonio Urbano y Planeamiento (Grado en Fundamentos de Arquitectura). *Universidad de Sevilla*. Acedido a 12 de dezembro de 2017, em http://www.us.es/estudios/grados/plan_233/asignatura_2330069#programa.

Arqueologia na cidade em construção

M. CONCEIÇÃO LOPES
CEAACP/UC



RESUMO Resultado de um longo e complexo processo de construção, as cidades históricas apresentam-se como paisagens onde se foram inscrevendo os equilíbrios que a vivência coletiva experienciou no seu devir construtor. A Arqueologia urbana, enquanto projecto multidisciplinar que visa a compreensão da fábrica urbana, em competição com as práticas avulsas que propõe a Arqueologia comercial, perde espaço. Com o enfraquecimento da arqueologia urbana, feita fundamentalmente para a cidade, perde-se o foco do conhecimento novo e efectivos modos de representar a cidade impõem-se como saber. Tomar de emprestado o património cultural híbrido, que se revela na fábrica urbana, e empregá-lo na construção de contemporâneas práticas de promoção das comunidades citadinas, implica e implica-nos numa visão empenhada de direito à cidade e ao bem-estar das sociedades contemporâneas. Falta, por isso debater o papel da Arqueologia Urbana e, por ela, de toda a arqueologia como ciência.

PALAVRAS CHAVE Fábrica da cidade; Arqueologia urbana; conhecimento e cidadania.

ABSTRACT As a result of a long and complex process of construction, historical cities present themselves as landscapes marked with the equilibriums that collectivities experienced in an ever-changing world. Urban archeology, as a multidisciplinary project that aims at understanding the urban fabric loses space in competition with the unique practices proposed by commercial archeology. With the weakening of urban archeology, made fundamentally to the city, we lose the focus of new knowledge production and fictional ways of representing the city imposes itself as knowledge. Borrowing the hybrid cultural heritage, which is revealed in the urban fabric, and employing it in the construction of contemporary practices promoting the city communities, implies and implies ourselves in committed vision of the right to the city and the well-being of contemporary societies. It is needed, therefore, to discuss the role of Urban Archeology and of all archeology as a science.

KEY WORDS City factory; Urban archeology; knowledge and citizenship.

A pressão urbanística que se observa nas cidades históricas portuguesas, seja para dar resposta à indústria do turismo, seja por impulso dos incentivos financeiros europeus e nacionais à regeneração urbana, deveria motivar um debate alargado em torno da Arqueologia Urbana em Portugal.

Não se trata de debater a definição de arqueologia urbana, a qual, apesar de alguma evolução conceptual, se vinculou à existência de um projeto de investigação pluridisciplinar orientado e fixado no estudo da fábrica urbana na longa duração, na sua tripla dimensão espacial, social e temporal (Galinié, 2000).

Por fábrica urbana, entende-se, genericamente, o processo globalmente impensado de interação permanente e dialética entre a estrutura do espaço urbano, na sua realidade de espaços e territórios morfológicamente materializados, e a actividade social multiforme.

É neste postulado, de cidade como contexto incluso e indiviso, com carácter complexo, multiforme, polissémico, dinâmico, em perpétua mudança (transformissão), na qual ocorrem fenómenos particularmente complexos em concordância com as dinâmicas que as sociedades lhes imprimiram,

que a arqueologia urbana define o seu objecto de estudo, o qual não se presta a derivas conceptuais para acolher abordagens legitimadoras de práticas arqueológicas desgarradas.

Abordando o fenómeno urbano na longa duração, a arqueologia urbana constitui-se como laboratório interdisciplinar para apreender e analisar os fenómenos particularmente complexos que alicerçaram o funcionamento e a construção do espaço urbano, de acordo com as dinâmicas e não com as tradicionais compartimentações de espaços ou de tempos históricos.

O trabalho arqueológico em contexto urbano vivo assume particularidades que o distinguem daquele que se realiza em contextos que facilmente se desimpedem e onde, por circunstâncias várias, em algum tempo cessou um processo ininterrupto de ocupação habitada e de vida comunitária, condição que implica uma relação distinta com a comunidade e com os seus representantes. Por isso, a arqueologia urbana supõe a dupla ação de convocatória aos cidadãos e a criação de documentos de síntese integral da história e património das cidades, com informações bem documentadas e referenciada, de modo a constituir-se como um documento eficaz para uso nas decisões sobre planeamento urbano, de acordo com visão da cidade nas suas dimensões e não espartilhada por fragmentos morfológicamente incoerentes.¹

ARQUEOLOGIA URBANA EM PORTUGAL²

Apesar da especificidade do objecto de estudo e do meio onde se desenvolve, ao contrário do que acontece em outros países na Europa e na América Latina, por exemplo³, não existe, nem nunca existiu e Portugal apartado legal e/ou regulamentar próprio para a arqueologia urbana, nem qualquer estrutura administrativa específica para a protecção do património arqueológico exumado em meio urbano.

A Arqueologia Urbana em Portugal, enquanto projecto de abordagem de uma cidade, surge em Braga, com o lançamento do Projecto Bracara Augusta, em 1976, sob a direcção científica e técnica da Universidade do Minho, devidamente oficializado pelo Decreto-Lei 640/76, de 30 de Julho e, em termos genéricos funciona, mesmo confrontando-se com dificuldades de actuação, ainda hoje, como o projecto mais emblemático de arqueologia urbana vinculado a uma unidade de investigação.

Este projecto, emerge num contexto de franco desenvolvimento de intervenções em cidades europeias, para as quais se constituíram equipas multidisciplinares e permanentes.

Ao longo dos anos setenta do século XX, a arqueologia urbana, particularmente a inglesa, a partir das escavações em Londres, na City, dirigidas por F. Grimes, entre o final dos anos quarenta a meados dos anos sessenta (Carver, 1987, 1003) e Winchester, dirigidas por M. Briddle, durante a década de sessenta e início da de setenta (Briddle e Hudson, 1973), corporiza a ideia de que deveriam disponibilizar-se e mobilizar-se meios e desenvolver-se os métodos de escavação e dos sistemas de representação adequados para o trabalho nas cidades. A escavação em área (Baker, 1969, 229-235) e a representação da estratigrafia através de matriz, vinculada á cronologia, impõem-se como

instrumentos metodológicos de recolha e registo de dados primários; o conceito de poluidor pagador o paradigma de financiamento desta arqueologia.

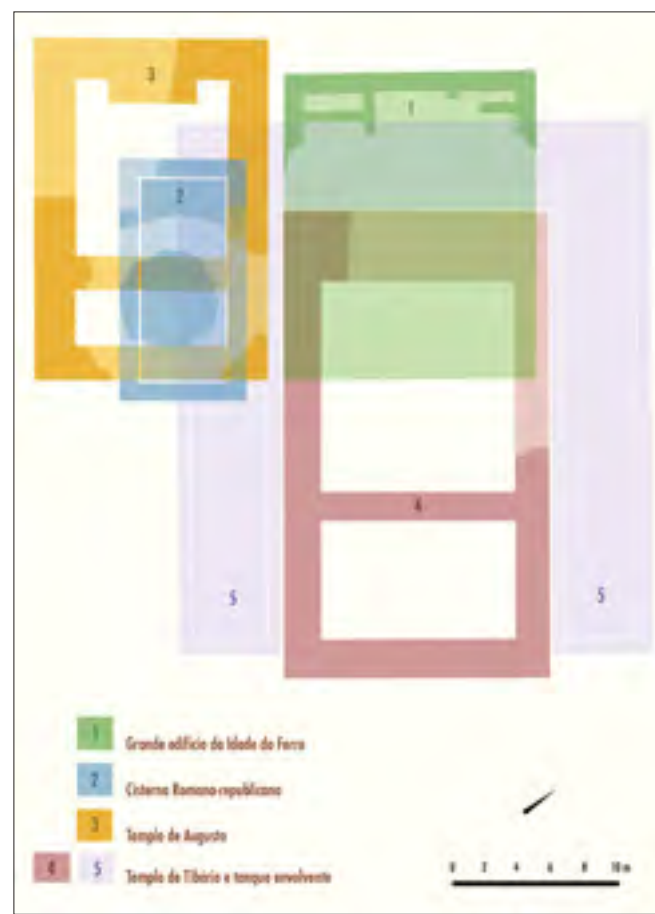
Ao mesmo tempo, em França, concretamente em Tour, uma equipa multidisciplinar, com origem na Universidade local, inicia um projecto de reflexão e estudo sobre as cidades históricas, tomando como laboratório a cidade de Tour. É no seio desta equipa, a qual serviu de modelo base aos projectos de arqueologia urbana em França, que nasce o conceito de fábrica urbana (Galinié, 2000, 122). Compreender e explicar o funcionamento da fábrica do espaço urbano surgia como o objectivo da Arqueologia Urbana, o qual se alcançaria através da leitura dos arquivos de solo, por intermédio de métodos e técnicas específicos, na convicção de que se estes informavam sobre os usos do espaço, o tempo longo era a dimensão temporal que se adequava a essa leitura. (Galinié, 1988, 43)

A protecção dos arquivos do solo, como designou Galinié os contextos que documentam a dinâmica das sociedades, mobilizou a arqueologia urbana para pressionar os poderes públicos a incluírem nos quadros normativos e legais mecanismos que obrigassem a que a intervenção nas cidades fosse acompanhada de trabalho arqueológico e, também, para que os países assinassem as cartas e os convénios internacionais.

É neste contexto de promoção das comunidades urbanas por via do conhecimento do seu passado, nas quais os dados da arqueologia se apresentam com potencial para confrontar diretamente as políticas de intervenção urbana e sustentam ou sugerem propostas alternativas de intervenção, que surge, em 1988, o Campo Arqueológico de Mértola.

Este projecto, com afirmada posição política, proponha uma arqueologia pública, ao serviço do desenvolvimento local e da comunidade e com franca ligação ao Mediterrâneo. Inovadora forma de entender a arqueologia e os usos do passado, apesar da desconfiança de uma certa academia, o projecto fez o seu caminho e consolidou-se, mesmo num período que só poderá considerar em contraciclo se não quisermos entender o Campo Arqueológico de Mértola como uma nova forma de dar rumo à História, a da arqueologia e a do lugar e das gentes de Mértola.

De facto, no final da década de oitenta do século XX, generaliza-se a prática de arqueologia preventiva, arqueologia de salvamento a que se seguem nos anos noventa os acompanhamentos, aos quais se acerta a noção de preservação pelo registo⁴. Estas práticas, em que, não frequentemente, o



arqueólogo anota, apenas como espectador, fragmentos de um todo que se não se considera relevante conhecer, orienta o percurso da arqueologia para posições marginais à ciência arqueológica e, de modo muito evidente, contribui para o desprestígio social do arqueólogo. Neste cenário, a arqueologia pública, com potencial de inclusão e desenvolvimento, perde apoios, mesmo ganhando prestígio social.

Ao mesmo tempo que o primado neoliberal se impõe e, conseqüentemente, se assiste ao retrocesso do investimento público na arqueologia, em cumprimento dos preceitos legais, entretanto fixados, cresce a exigência de intervenções arqueológicas, pressionadas pela pressão urbanística nos centros históricos.

Os interesses dos promotores tomam de assalto as cidades e o conhecimento arqueológico destas, num apartamento de curiosidade e exigência científica, perde-se num rol infinito de unidades estratigráficas e paredes sem contexto preciso, funcionalidade, orientação ou volume, sustentado numa regulamentação e legislação que lhe dá apoio.

Aos poucos, os projectos, desenvolvidos por equipas pluridisciplinares perdem sustentabilidade e são substituídas por intervenções casuísticas, realizadas por jovens acabados de sair das universidades e disponíveis para o mercado de trabalho. A legislação vai-se afeiçoamento às lógicas e leis do mercado e as intervenções *ah doc* vão tomando o lugar de projectos e esvaziando as equipas permanentes de arqueologia urbana, pois que, aquelas, implicam um menor investimentos dos organismos de tutela e, por via do princípio do poluidor pagador, importado da legislação ambiental, é transferida para os privados a obrigação de suportar os encargos com os trabalhos arqueológicos.

Sem financiamento por parte da tutela, em 2011, mais de 80% da actividade arqueológica portuguesa está concentrada na esfera contratual (Bugalhão; 2011, 37), na qual as áreas do acompanhamento arqueológico decorrentes de pareceres sobre obras ou projectos em zonas de protecção de imóveis classificados ou áreas com condicionantes arqueológicas definidas por instrumentos do planeamento (PDM, PGU, ...) representa parte substancial do volume de negócios.

Em rigor, constata-se que o esforço de consciencialização da importância do estudo das cidades teve um efeito antinómico dos princípios de *projecto, equipa permanente e interdisciplinar, cidade como uma unidade*, que caracterizavam e definiam a arqueologia urbana.

Em 2011, os dados indicam que no século XXI, em Portugal, o estado financia directamente apenas 11% das intervenções arqueológicas (Bugalhão, 2011, p. 37), sendo os promotores das obras com impacto no subsolo ou património arquitectónico obrigados legalmente a financiar a maioria dos trabalhos arqueológicos tornados necessários, por forma a salvaguardar o património que possa ser afectado.

É neste contexto, o qual implica uma exaustiva militância em prol da cidade, que o projecto de Bracara Augusta mantém o trabalho que se “salda num importante acervo de dados arqueológicos relativos ao conhecimento das sucessivas fases de ocupação da cidade, centralizado e parcialmente informatizado, na existencia de um significativo conjunto de núcleos arqueológicos distribuídos pela

cidade, já musealizados, ou em vias de o ser e num esforço meritório de gestão planificada de áreas arqueológicas preservadas para o futuro, decorrentes do incentivo ao abandono de projectos de construção, do licenciamento de obras em cotas superiores aquelas em que se encontram os vestígios, ou através da afectação desses espaços a equipamentos sociais de superfície, em respeito dos princípios consignados na Carta de Malta".

É, num esforçado e constante equilíbrio, apesar do reconhecido mérito e reconhecimento social e internacional do projecto Campo Arqueológico de Mértola, que em Mértola se continua o trabalho de vinculação da intervenção arqueológica na cidade à produção científica e ao conhecimento, à economia e ao ordenamento do território, o qual resulta de um exaustivo trabalho prévio de conhecimento de fontes, de qualquer natureza, metodologicamente assumindo que a cidade como o lugar está não somente no centro mas na origem e é o motivo da investigação.

A legislação e regulamentação da prática arqueológica em Portugal renunciou ao princípio de que para que o conhecimento dos núcleos urbanos seja consequente é necessário que se não abdique de atribuir-lhe a condição de sítios arqueológicos indivisos e que o trabalho arqueológico, em observância de uma correta leitura das dinâmicas que marcam a "fábrica da cidade",⁵ não prescindida dela.

De facto, no artigo 74.º da Lei de Bases do Património Cultural⁶ referente ao *conceito e âmbito do património arqueológico e paleontológico*, no n.º 2 a arqueologia urbana é referida de forma ambígua como espaço de localização de *depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitectónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o seu contexto*, formulação que deixa à mercê de intervenções compartimentadas e dispersas a arqueologia nas cidades históricas.

Por sua vez, o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (RTA), recentemente aprovado⁷, crê adequar-se à *presença crescente da arqueologia em áreas tão diversas como as políticas de gestão do ambiente, do ordenamento do território ou da reabilitação urbana e impõe a adoção de um novo e eficiente corpo de normas que garanta o cumprimento de procedimentos e preceitos técnicos a observar na realização de trabalhos arqueológicos*.

Ao inscrever a preocupação de salvaguardar o princípio de *que todo o trabalho arqueológico visa a produção de conhecimento histórico, elemento essencial da cultura dos povos, e como tal, é desenvolvido em respeito pelas premissas e procedimentos da investigação científica*, o RTA parece querer encontrar resposta ao carácter perverso dos procedimentos legais e do desinvestimento público na arqueologia de projectos os quais assentiram o funcionando desta prática quase em exclusivo para dar resposta a solicitações de promotores de obras, facto que quase matou a área da investigação arqueológica e arrastou a arqueologia para o âmbito do trabalho técnico.

Assim, o facto de não garantir financiamento para a investigação, o RTA desvincula os princípios da prática. Na alínea a) do Artigo 3.º, refere que o trabalhos arqueológico pode configurar um projecto de duração de quatro anos, reportado à Categoria A: *ações de investigação, programadas em projectos de investigação plurianual em Arqueologia, integráveis no PNTA⁸*, sem contudo

garantir o financiamento, ou um trabalho periódico da Categoria C: *ações preventivas e de minimização integradas em estudos, planos, projetos e obras com impacto sobre o território em meio rural, urbano e subaquático*, cujo financiamento será sempre privado, de acordo com o princípio de poluidor pagador.

Do mesmo modo, tanto a lei quanto o normativo regulamentar inscrito no RTA prescindem de considerar a cidade como uma objecto científico em si mesmo e, de acordo com o artigo 2 do RTA, é válido qualquer tipo de trabalho arqueológico, independentemente de a sua execução estar ou não constrangida à produção de conhecimento para a cidade. Ao permitir intervenções casuísticas, desobrigadas de qualquer trabalho prévio de recolha e análise de fontes históricas, arqueológicas, arqueogeográficas, antropológicas inerentes à arqueologia urbana e, eventualmente, conduzidas por alguém que desconhece o processo de construção da cidade, a tutela abre espaço para que se questione se as intervenções arqueológicas nas cidades históricas não servem mais para resolver o preceito administrativo de dar resposta à pressão e ritmo construtivo e aos rearranjos dos centros históricos do que para responder a um problema de ciência e de *produção de conhecimento histórico* aos quais seria suposto responderem.

A aplicação das leis do mercado à actividade arqueológica, permitiu o trabalho de múltiplas equipas contratualizadas directamente pelos promotores, eventualmente com métodos e conhecimentos dispare, em qualquer caso, sem obrigatoriedade de articulação e, também, sem qualquer necessidade de conhecimento prévio da cidade. Ter-se-ão, deste modo, inviabilizado alguns projectos, tanto do ponto de vista científico como do ponto de vista da sustentabilidade e, certamente, tornado difícil a vida de outros, os quais, entretanto, tentaram impor-se, sobretudo se executados fora do contexto funcional das autarquias.

Aconteceu isso com o projecto *Arqueologia das Cidades de Beja*, iniciado no centro histórico de Beja, no início do século XXI.

Projecto com origem na Academia foi⁹, com a conivência das instituições de gestão da arqueologia ignorado pelo programa Polis de 2003 e, administrativamente, em 2007, sem qualquer explicação, deslocado da categoria A, onde tinha sido publicamente avaliado e financiado, para a categoria C¹⁰.

A cidade de Beja tem sido objecto de muitas dezenas de intervenções arqueológicas sem qualquer controlo científico ou obrigação de articulação entre equipas e métodos¹¹ e, todavia, é evidente o conhecimento da importância arqueológica do seu subsolo¹². As recentes escavações colocaram a descoberto, para além de uma casa de moeda do século XVI, casas islâmicas e outros equipamentos domésticos e artesanais e todos os tempos um grande edifício pré Romano e os dois templos da cidade romana, um datado do início do último quartel do século I a. C com 20,3 × 13,9 m, conservado em 3,75 metros de altura e outro datado do reinado do imperador Tibério, com 32,40 × 16,20 m, com um tanque a toda a volta e conservado com cerca de 4 m de altura [FIG. 1].

Entretanto, outros projectos em cidades históricas, como Porto e Lisboa, têm tido uma evolução interessante, todavia, sem uma gestão integrada e consequente de todas as intervenções que aí

ocorrem, os gabinetes municipais de Arqueologia acabam apoucados nessa tarefa de conhecer e dar a conhecer a cidade como um todo.

O debate implica, portanto, que se questione se os mecanismos legais e normativos existentes são os adequados para gerir de forma consubstanciada e germinadora o tratamento dos arquivos da terra em cidades históricas e, integradamente, para responder à demanda social sobre os custos das intervenções, incluindo os de interferência e perturbação dos ritmos de vida pessoais e colectivos e o quanto deles reverte para a comunidade.

Para além das questões relacionadas com a qualidade dos procedimentos de acesso a dados e do desbaratamento de informação que estes comportam, a que acrescem as relativas ao tratamento, para as quais urge se tomem decisões, trata-se de definir com rigor e inequivocamente em que condições a arqueologia deve participar nas tomadas de decisão sobre as políticas de planeamento urbano e no âmbito destas, que estratégias pretende apresentar para aceder ao conhecimento sobre as cidades históricas e de que modo pretende valorizar e preservar o património arqueológico urbano exumado no decurso de escavações.

Importa, também, perceber como as instituições públicas e os organismos da tutela estão a reagir e a agir face às tensões ligadas à prática da arqueologia em meio urbano e encontrar respostas adequadas e concertadas para minimizar essas tensões, às vezes hostis, para com uma actividade que por muitos é considerada, não apenas como um freio, mas, até, completamente dispensável. (TROADEC, 2014, 2). Cabe identificar essas razões e descodificar se as práticas legal e institucionalmente previstas são as mais adequadas para responder à encruzilhada para onde essas tensões tendem a atirar a arqueologia.

Sendo claro que o acesso ao passado através do trabalho arqueológico cientificamente exemplar não pode ser indiferente às demandas sociais sobre o quanto deste empreendimento reverte para a vivência social comunitária, torna-se necessário definir com clareza os mecanismos de *negociação* da transferência do conhecimento para a sociedade, considerando que a tendência para a museificação dos centros das cidades, menos com o objectivo de valorizar o passado que de explorar a imagem nostálgica deste, para seduzir e atrair turistas, se vai tornando prática corrente.

CIDADE, CONHECIMENTO E CIDADÃOS

O trabalho arqueológico acede a dados primários, aqueles com que se faz a ciência, os quais só ganham verdadeiro sentido enquadrados no seu contexto de existência.

A arqueologia comercial, recolhe nas cidades enormes quantidades de dados sem que, na maior percentagem, lhes seja dado qualquer tratamento ou realizado estudo que os valorize. Desbaratam-se, assim, quantidades infinitas de dados primários, inéditos, circunstância que ciência alguma compreende. Não menos inexplicável e, claro, preocupante, é o facto de que não sendo a publicação dos dados uma prioridade para os promotores de obras se publiquem ou se promova a musealização

e divulgação na imprensa de grande alcance de peças singulares, por algum motivo pitoresco, excepcional qualidade, raridade, matéria prima valiosa de que são constituídas, grande antiguidade ou valor estético, preenchidas de uma descrição efabulada, numa clara invocação do carácter espectacular dos propósitos de coleta das escavações do século XVIII e XIX e da propaganda ao achado "fora de série", como panfleto propagandístico do achador, numa postura que remete para a arqueologia à la Indiana Jones.

No cinema, eram apenas peças de luxo que Indiana Jones procurava e, portanto, não havia preocupação com a gestão das incontáveis toneladas de materiais, sobretudo cerâmicas comuns, aquelas que contam para a História e, sobretudo, a história daqueles que a documentação histórica não refere.

Na arqueologia real, o carácter pontual das intervenções e a natureza volátil da sua acção acumulou incontáveis materiais, – dados primários – que descartou, por não terem préstimo nas estratégias de comunicação, nem ser obrigação criar qualquer plano de gestão que não seja, nos últimos tempos, entregar numa reserva, onde são recebidos por quem nem chegue a ter certificação científica para o fazer.

A delapidação de documentos sobre a história da cidade que constitui esta situação é um facto cada vez mais preocupante e as vozes que se fazem ouvir, têm sons e timbres de vários idiomas.

Vicente Salvatierra Cuenca, referindo-se à Andaluzia, diz-nos:

El hecho de que em algunos momentos se propusiese denominar a este tipo de intervención "arqueología de salvamento", expresa mejor que cualquier otra cosa, los objetivos de la misma. Como consecuencia de todo ello en los últimos años, se ha producido una situación verdaderamente esperpéntica. Mientras por un lado, para la "Investigación" se pedía cada vez mayor rigor en los proyectos y en las intervenciones, y se exigían equipos solventes (medidas con las que estamos totalmente de acuerdo), las excavaciones de urgencia se consideraban en la práctica como intervenciones de segundo orden, y los mismos partidarios de endurecer las condiciones de los "Proyectos", no tenían inconveniente en que personas sin la adecuada preparación intervención, dirigieran tales excavaciones.

Es decir, se han utilizado las excavaciones de urgencia como campo de prácticas autónomas –dado que generalmente ningún especialista se preocupaba del desarrollo de la intervención– y como fuente de recursos económicos para que se mantuvieran los miembros de los equipos de investigación, aunque dichos equipos nada tuviesen que ver, y sus responsables nada supiesen, de las fases históricas afectadas por tales excavaciones.

Nas palavras de Salvatierra Cuenca encontramos alento para acreditar que, há que haver um momento em que os poderes públicos vão exigir que dados primários, cujos contextos de onde se retiram se perdem para sempre, tomem o seu lugar na cadeia operatória de construção de conhecimento.

Intervenções fragmentadas, pontuais e casuisticamente, alheias a qualquer problemática relativa à dinâmica dos tempos de construção do espaço urbano e ao seu enquadramento, fora do quadro de uma rede onde o seu funcionamento se garantiu e na qual se podem reconhecer os valores que determinam a sua singularidade, são práticas, certamente legais, mas distorcidas e aviltadas de trabalho nos arquivos da terra inscritos nas cidades.

Importa, pois, reflectir sobre a arqueologia na cidade, o que implica considerar, entre outras, questões como a de saber qual é o lugar da arqueologia nas políticas de desenvolvimento durável, como conciliar projectos de investigação, como articular arqueologia preventiva e projectos de planeamento urbano.

É preciso afrontar com seriedade a questão de saber qual o interesse e o impacto patrimonial e social de uma sondagem mecânica sobre uma pequena superfície, sobretudo se ela for desenquadrada de qualquer conhecimento do resto do que se faz na cidade.

Analisar o paradoxo de, em articulação com a legislação de impacte ambiental, se exigir e proceder a um exaustivo trabalho prévio às grandes intervenções na paisagem, como, por exemplo, aconteceu na construção da barragem do Alqueva, cujos resultados foram disponibilizados a todos os intervenientes nos concursos¹³; à dispensa de conhecimento prévio sobre a urbe e até, nalguns casos à escusa de verificação do rigor do conhecimento apresentado¹⁴ que, por norma a norma, caracteriza a intervenção que enquadra o trabalho arqueológico realizado na cidade,¹⁵ merece particular alerta.

As cidades históricas pelo seu tempo longo de vida, são espaços privilegiados para averiguar a experiência que as comunidades foram cumprindo ao longo do tempo da sua construção. São, por isso, reservas de informação impares, nas quais o tempo e o espaço se confundem; quando arqueólogos, arqueogeógrafos, antropólogos, historiadores ambientalistas e outros combinam as suas abordagens, as interações que presidem à estruturação material do espaço podem revelar grandes e inesperadas dinâmicas.

A Arqueologia urbana é uma *ciência das origens* que pelo seu poder de criação restaura o laço entre a comunidade e o território, (Van Damme, 2012, p.236). A mediação desta relação exige compromisso e participação, confiança e permanência.

Intervir na cidade, implica, portanto, um trabalho prévio colectivo e interdisciplinar, *in situ*, de conhecimento e permanecer. Encontrarmo-nos com a construção, remete-nos para a esfera das heranças, as quais, construídas no quadro de um impensado e dinâmico desafio de estímulos imateriais e realizações materiais, nos esclarecem sobre os singulares percursos de fábrica da cidade, onde estas se transformam e se transmitem.

O facto de as práticas de acompanhamento arqueológico ou de salvaguarda terem assumido, em sua substituição, as práticas arqueológicas reportadas à arqueologia preventiva, transformou a disciplina científica numa prática e técnica de registo ao compasso de meios mecânicos, estrangulando os elos de relação da disciplina com o corpo social e criando um bloqueio à acção participativa.

A Arqueologia preventiva e comercial não fixa lastro, não se molda ao espírito do lugar, nem se compromete com o tempo da construção da cidade.

Fazer o debate sobre a arqueologia em Portugal¹⁶ sobretudo porque, face à experiência e conhecimento que hoje se tem da prática arqueológica em meio urbano, torna lícito perguntar se a tutela se sente confortável com a situação actual, sabendo-se que a flexibilidade de leituras das leis e normas que gerem o património arqueológico urbano cria para os investigadores situações de desigualdade de uma região para a outra¹⁷ (como ficou bem demonstrado no debate) e que a pressão urbanística é, por maioria, predadora e pouco preocupada com a integridade e autenticidade das narrativas.

Resultado de um longo e complexo processo de construção, as cidades históricas apresentam-se como paisagens onde se foram inscrevendo os equilíbrios que a vivência coletiva experienciou no seu devir construtor.

Desvalorizar a coesão do núcleo urbano como um todo inseparável significa subtrair a estes contextos arqueológicos possuidores de matriz informativa identitária de natureza muito variada o papel determinante que ocupam na reflexão sobre os quadros teóricos e as metodologias em que se baseia o trabalho arqueológico e apagar o seu contributo decisivo no debate sobre as formas contemporâneas de apropriação do passado.

Apenas a valorização da coesão do núcleo urbano como um todo inseparável permite conceder aos contextos arqueológicos construído na longa duração um estatuto privilegiado como repositórios de híbrida herança cultural, com préstimo na construção de contemporâneas práticas de promoção das comunidades citadinas, implicando e implicando-nos numa visão empenhada de direito à cidade e ao bem-estar das sociedades do presente.

Reivindicar a Arqueologia como uma ciência, e a arqueologia urbana como uma prática científica com potencial social inclusivo, obriga a que libertemos a disciplina científica arqueologia da sua condição de técnica de registo e a situemos no seu lugar de ciência de resgate do conhecimento do passado e de promoção da reciclagem dos seus elementos materiais, transferindo para a malha urbana, de acordo com modalidades próprias, o património ancestral para usufruto e, ajustado, como instrumento de desenvolvimento ao serviço da comunidade.

Se todos concordamos que a técnica de construir se não confunde com a construção, legítimo será acordar que a técnica de escavar e o processo de registar se não podem tomar pelo conteúdo dos factos e dos conteúdos que emergem.

O presente, em boa medida motivado por esse fenómeno de escala planetária que é o turismo, encontra-se perante o dilema de revitalizar os centros históricos, os quais, um pouco por todo o lado, têm vindo, deslizantemente, a perder vigor e a dissipar-se, não apenas enquanto território disputado e subalternizado por outras centralidades urbanas, mas também enquanto referência cultural e histórica da dignidade e identidade urbanas e da manutenção de identidades.

Tomar de emprestado o património arqueológico e inclui-lo no debate sobre as formas contemporâneas de apropriação do passado pode ser uma resposta eficaz e inteligente face a esse dilema

, ao mesmo tempo que dota os arqueólogos de competências para serem presentes no momento das decisões sobre as questões da memória e da gestão social, de acordo com a recomendação da UNESCO sobre paisagens históricas urbanas, adotada na sua 36.º sessão, em 2011.

Nenhuma outra disciplina tem, como tem a arqueologia, capacidade para procurar olhar as cidades como “lugares”, onde se encontram ou se relacionam territórios e sujeitos, em acontecimentos e acontecimentos. Ali, existiam sujeitos, territorializados e em desterritorializações, encontrando-se nas suas dificuldades, nas suas comensalidades, nas suas possibilidades, nas suas lutas; a arqueologia não deve arrumar as ferramentas que lhe dão o olhar e permitem ver os encontros, de territórios e sujeitos em movimento, e tentar criar novas categorias para mirar esses sujeitos e para pensar o que acontecia, ou poderia acontecer, nesta micropolítica dos encontros e dos tempos de construção da cidade e da cidadania.

NOTAS

- ¹ A avaliação do património arqueológico em algumas cidades francesas, e a construção de documentos fundamentados para uso no planeamento urbano, tomou como modelo a «synthèse archéologique urbaine» (SAU). Este modelo, baseado nos princípios dos documentos de avaliação dos patrimónios arqueológicos das cidades francesas (DEPAVF), publicados pelo Centre National d'Archéologie Urbaine (Cnau) entre 1990 e 2002, foi implementado em Noyon, Chartres e Le Mans, entre outras cidades.
- ² Não se pretende, neste enquadramento, traçar o quadro evolutivo da arqueologia urbana em Portugal e, por paralelo, a do continente europeu. Outros o fizeram já: Manuela Martins e Maria do Carmo Ribeiro apresentam o estudo que melhor faz essa síntese, incluindo a conjugação com a componente inseparável de defesa do património das cidades. (Martins e Ribeiro; 2009-2010).
- ³ Ver o caso de Buenos Aires, e do Centro de Arqueología Urbana (C.A.U.) creado por el Consejo Directivo de la Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo de la Universidad de Buenos Aires en 1991, a partir de su precedente Programa de Arqueología Urbana, que funcionaba desde 1987, siendo el primer organismo de esta naturaleza en América Latina. http://www.iaa.fadu.uba.ar/cau/?page_id=19.
- ⁴ Na lei refere-se preservação pelo registo científico.
- ⁵ Fábrica da cidade.
- ⁶ Lei 107/2001, de 8 de Setembro.
- ⁷ Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro, Diário da República, 1.ª série—N.º 213—4 de novembro de 2014.
- ⁸ Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos.
- ⁹ O projeto Arqueologia das cidades de Beja: onde a cidade se encontra com a sua construção é parte integrante de um mais amplo trabalho de investigação que, *grosso modo*, se desenvolve no espaço que poderá ter correspondido ao território da colónia romana de *Pax Iulia* Objectiva o estudo dos processos de evolução que conduziram à atual cidade de Beja. Este projeto, beneficiou na sua concepção da experiência de alguns anos de trabalhos arqueológicos no centro histórico da cidade e de um profundo conhecimento da mesma, no tempo longo e nos ritmos mais pautados da sua construção. Beneficiou, também, de uma sistemática interlocução entre a Arqueologia, a História e a Arqueogeografia, onde se destacou o Estudo de Gérard Chouquer sobre a morfologia da cidade (Chouquer, 2012), o qual torna claro que além de um sítio arqueológico a cidade é, fundamentalmente, um sítio morfológico e que nenhum trabalho arqueológico pode augurar afirmar o conhecimento da dinâmica da cidade se excluir o estudo morfológico.
- ¹⁰ Apesar de funcionar como um PNTA financiado no quadro dos concursos públicos.
- ¹¹ Arqueólogos que desaparecem e não deixam relatórios nem materiais; arqueólogos que definem labirínticas ruas romanas pavimentadas em mármore, relatórios e materiais que nunca aparecem...; tudo o que se pode dizer das possibilidades que a arqueologia comercial potenciou. Sobre a questão de Beja, pronunciar-nos-emos em particular em artigo a publicar brevemente.
- ¹² A desarticulação tem impactos negativos no conhecimento da cidade mas, para além disso, tem permitido situações cujos impactos não estamos ainda em condições de avaliar. Veja-se, por exemplo: Beja foi sempre servida de água por poços subterrâneos. Alguns deles foram, no âmbito das obras do POLIS, e de outras posteriores, entulhados de cimento, como se vê e lê nos relatórios entregues à tutela. O impacto desta selagem de estruturas aquíferas subterrâneas, feita sem qualquer avaliação de impactos, poderá a vir a custar caro à cidade. A *bordadura* da muralha com uma estrutura de cimento, com 1,5 metros de largura e 3 de altura no Parque da Vista Alegre, contam-se como outra *bizarria*, feita com consentimento de arqueólogos e tutela, sem que tenha sido feita a leitura exata daquele espaço.

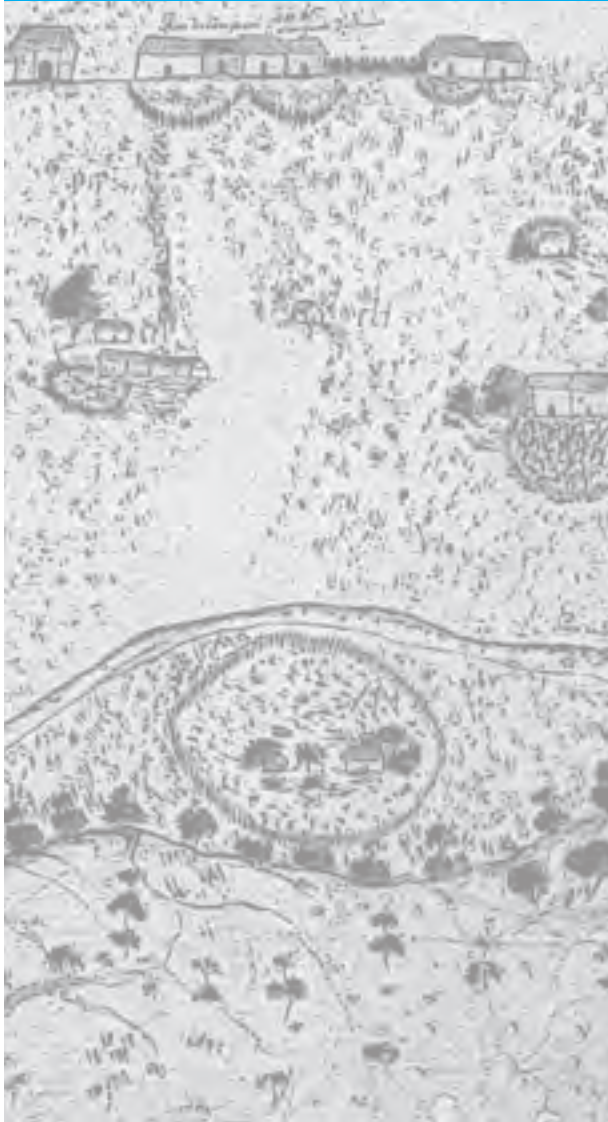
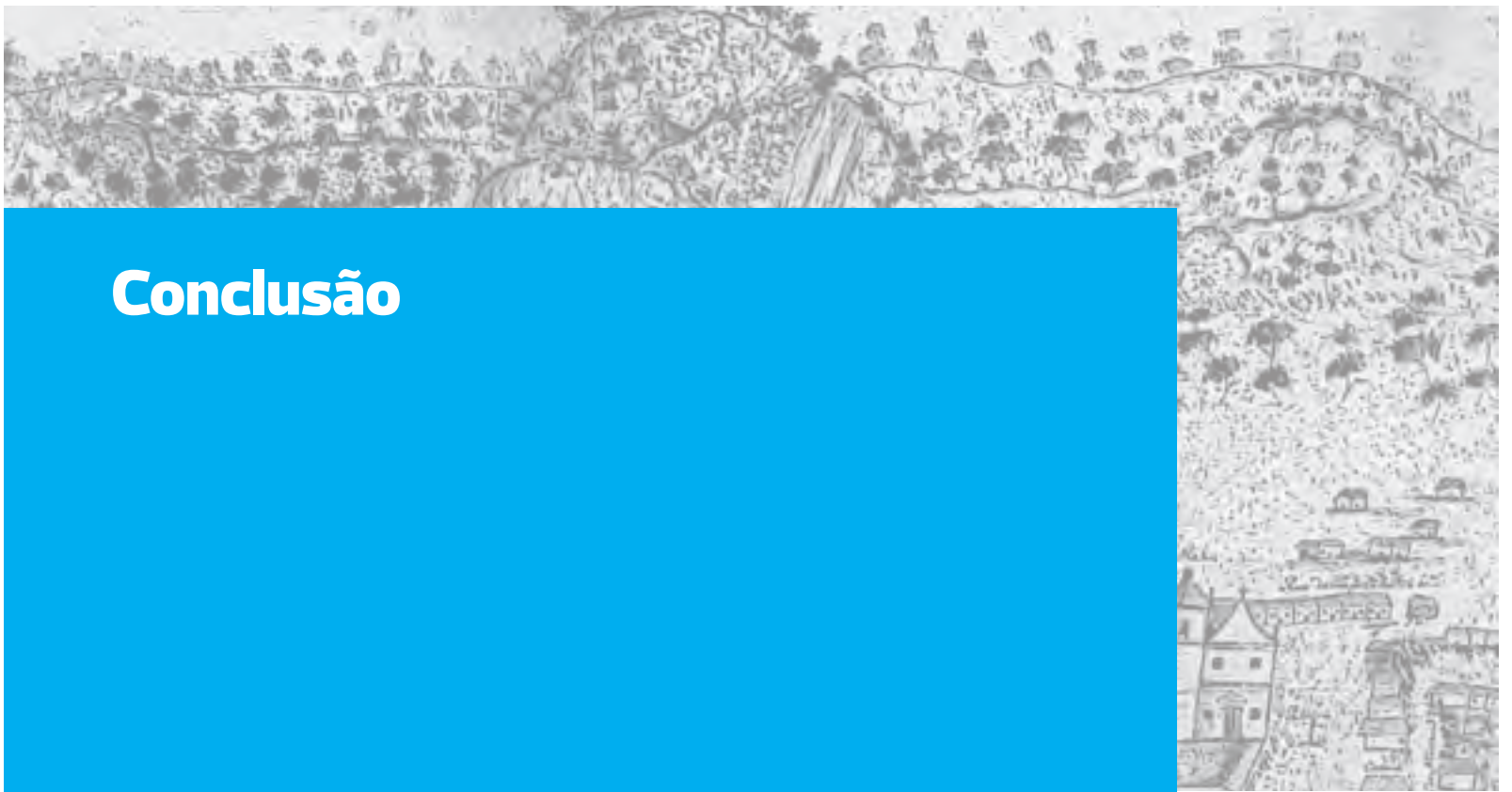
- ¹³ No caso do Alqueva, as equipas concorreram e foram para o campo com conhecimento prévio de toda a "paisagem" arqueológica, organizando-se, tanto quanto possível, em função da sua área de especialidade.
- ¹⁴ Encontrar sistematicamente referido nos textos de enquadramento científico, como sendo um facto, que Beja é cidade muito antiga, onde Julio César fez as pazes com Lusitanos", repetindo o que nos seus "Dialogos" Dom Frei Amador Arraiz, Bispo de Portalegre, referia no início do século XVII, revela a qualidade das informações de natureza histórica que se aceitam
- ¹⁵ Face ao volume de trabalhos relacionados com obras públicas fora das cidades, o IGESPAR criou a Divisão de Arqueologia Preventiva e de Acompanhamento cujas competência, reportadas ao Departamento de Salvaguarda eram "Estudar e propor a definição de normas a que deve obedecer o impacte arqueológico de obras, públicas ou privadas, em meio terrestre ou subaquático, que envolvam remoção ou revolvimento substancial de terras;" (...) e de "propor a autorização, fiscalizar tecnicamente e acompanhar a realização dos trabalhos arqueológicos e aprovar os respectivos relatórios" (alíneas t) e aa) da Portaria n.º 376/2007, de 30 de Março – Estatutos do IGESPAR, IP).
- ¹⁶ Aliás, a discussão sobre esta questão, no final do encontro, mostrou bem a importância de o fazer, sobretudo porque, face legislação deficitária, neste campo, as práticas variam de região para região, e criam-se desigualdades de tratamento e intervenção absurdamente diferentes.
- ¹⁷ Cada Direcção Regional de Cultura decide de acordo com entendimento próprio. Uma mesma situação pode ser objecto de decisão oposta, criando situações de desequilíbrio e desigualdade.

BIBLIOGRAFIA:

- AA. VV. (1982): *Archéologie Urbaine. Actes du Colloque International* (Tours, 17-20 novembre 1980), Paris.
- AA. VV. (1985): *Arqueologia de las ciudades modernas superpuestas a las antiguas*, Madrid.
- AA. VV. (1997): *Congreso ciudades históricas vivas, ciudades del pasado: pervivencia y desarrollo*, Mérida.
- Archaeology and the Urban project: A European code of good practice, adopted by the Cultural Heritage Committee at its 15th plenary session (8-10 March 2000)*. (http://www.coe.int/T/E/Cultural_Cooperation/Heritage/Resources/CodeArcheo.asp#TopOfPage).
- AYERS, B. (2002): "People and places: Archaeological approaches to urban change. An English View", en A. RICCI, *Archeologia dell'urbanistica, International School in Archaeology* (Certosa di Pontignano, Siena, 26 gennaio - 1 febbraio 2001), Firenze, pp. 183-197
- BIDDLE, M. (1990): *Object and Economy in Medieval Winchester: Artefacts from Medieval Winchester*, 2 vols., Oxford.
- BIDDLE, M. (1992): *Approaches to Urban Archaeology*, London.
- BIDDLE, M.; HUDSON D. (1973): *The future of London's past: the archaeological implications of planning and development in the nation's capital*, Worcester.
- BROGILO, G. P.; CREMASCHI, M.; GELICHI, S. (1988): "Processi di stratificazione in centri urbani (dalla stratificazione 'naturale' alla stratificazione 'archeologica')", *Archeologia stratigrafica dell'Italia settentrionale* 1, pp. 23-30
- BUGALHÃO, Jacinta, (2011): "A Arqueologia Portuguesa nas últimas décadas". In: *Arqueologia e História*. pp.19-43.
- CARVER, M. O. H., (1984): "Archeologia urbana in Europa", *Archeologia urbana in Lombardia: valutazione dei depositi archeologici e inventario dei vincoli, a cura di G. P. BROGILO*, Modena, pp. 9-21.
- CHOUQUER, Gérard, "L'analyse de morphologie urbaine. L'exemple de Beja (Portugal)", *coll. d'archéogéographie de l'Université de Coimbra*, vol. 2, Coimbra, décembre 2012, 144 p.
- GALINIÉ, H.; RODIER X. (2002): «TOTOP1 - Topographie de Tours Pré-Industriel, un outil d'analyse urbaine», *Les petits cahiers d'Anatole* 11 (<http://www.univ-tours.fr/lat/Pages/F2.htm>).
- GALINIÉ, H.; RANDOIN, B. (1979): *Les archives du sol à Tours. Survie et avenir de l'archéologie de la ville*, Tours.
- GALINIE, H. (2000): *Ville, espace urbain et archéologie*, Paris.
- GARMY, P. (2012): *Villes, réseaux et systèmes de villes. Contribution de l'archéologie*, Paris, Éditions Errance, 329 p.
- HUDSON, P. (1981): *Archeologia urbana e programmazione della ricerca: l'esempio di Pavia*, Firenze.
- LOPES, Maria da Conceição (2003): *A Cidade Romana de Beja. Percursos e debates em torno de Pax Iulia*, Coimbra, IA.
- MARTINS, Manuel; RIBEIRO, Maria do Carmo (2009-2010): "A arqueologia urbana e a defesa do património das cidades", *FORUM*, n.º 44-45, pp. 149-179.
- NOIZET, H. (2009), «Fabrique urbaine: a new concept in urban history and morphology», *Urban Morphology*, 13, 1, pp. 55-66.
- SALVATIERRA CUENCA, V. (1994): "Arqueologia urbana: investigación y gestión. La situación en Andalucía", *Arqueologia y Territorio Medieval* 1, pp. 75-82.
- SARFATII, H., MELLI, P. (1999): "L'archéologie et la villa", Rapport sur la situation de l'Archéologie Urbaine en Europe, Council of Europe Publishing, Strasbourg, pp. 13-30.
- TROADEC, Jacques, "De l'usage contemporain de l'archéologie urbaine", *Les nouvelles de l'archéologie* (Online), 136 | 2014, Online since 01 January 2016, connection on 10 June 2018. URL: <http://journals.openedition.org/nda/2469>; DOI: 10.4000/nda.2469
- VAN DAMME, Stéphane (2012): *Métropoles de papier. Naissance de l'archéologie urbaine à Paris et à Londres (XVII^e-XX^e siècle)*, Paris: Les Belles Lettres.



Conclusão



O conjunto dos textos reunidos neste volume, mostram, antes de mais, diferentes olhares dos dois lados do Atlântico sobre o que é hoje a Arqueologia Urbana; suscitam, por outro lado, uma profunda reflexão que levanta uma certa inquietude decorrente, quer da incapacidade do arqueólogo de agir de forma eficaz em meio urbano, quer da sensação de que há muita coisa a corrigir e atitudes a alterar. Foram todas estas problemáticas contemporâneas da intervenção arqueológica em meio urbano que se discutiram ao longo de dois dias no IV Forum Luso-Brasileiro de Arqueologia Urbana (IV FAUR).

Num mundo em permanente mudança, onde o Património urbano, nomeadamente os centros históricos, se modificam incessantemente, urge repensar os mecanismos e práticas de valorização desses núcleos, de modo a que o Património, do qual emerge a identidade e se foi construindo a cidade, se constitua como instrumento de valor que permita aos cidadãos dele se apropriarem e pugnam pela sua proteção. Depois de décadas de intervenção efetiva nos núcleos urbanos, de práticas mais ou menos enraizadas de trabalho conjunto com arquitetos e construtores, de paulatina aceitação, por parte da comunidade, dos arqueólogos em contexto urbano, há cada vez mais a consciência de que os processos de investigação arqueológica têm que ser repensados e aprofundados, no sentido da integração do passado no quotidiano, da ressignificação de espaços e da sua (re)valorização. Afinal, o que é que queremos da Arqueologia Urbana?

A Arqueologia urbana é uma disciplina complexa e conflituosa, porquanto implica interesses e opções políticas, económicas, sociais e culturais muito diversas. Tem, portanto, que partir de uma perspetiva multidisciplinar assente na abordagem do devir e dinâmica histórica que a cidade, por definição, encerra. É desta abordagem que decorre, desde logo, a questão de saber o que é que se pretende com a Arqueologia Urbana, questão esta que tem que ser corporizada em projetos de investigação programada, adaptada a cada realidade urbana. Dificilmente se alcançará um olhar fiel da cidade, que escape aos interesses estritamente urbanísticos, imobiliários e administrativos, sem uma planificação coerente que tenha em conta o Urbanismo, a Arquitetura e a Arqueologia.

As cidades são entes vivos construídos ao longo do tempo, pelo que qualquer intervenção arqueológica no tecido urbano exige uma abordagem metodológica própria, que deve estar subjacente aos tais projetos de investigação programada, bem como a um conjunto de princípios, a saber:

- A cidade histórica tem que ser encarada como conjunto coerente e sítio único, pelo que deve ser estudada de maneira integral, com ideias e projetos concretos, que articule num corpo metodologicamente coeso toda a informação recolhida;
- Os projetos para a investigação arqueológica da cidade devem considerar diferentes componentes desde a gestão, investigação, prevenção, conservação/preservação, valorização/integração, disseminação e retorno social;
- A gestão deve prever áreas de sensibilidade arqueológica, prevenir a fragmentação da informação, prover o apoio logístico necessário à intervenção, gerir e acautelar o acondicionamento, disponibilização e o estudo dos espólios;

- A gestão e planeamento dos centros históricos, deve passar pela elaboração e implementação de planos de pormenor de salvaguarda que incluam a Arqueologia;
- Os regulamentos municipais devem definir mecanismos compensatórios do investimento obrigatório efetuado em Arqueologia;
- A Investigação, assente em rigor científico reconhecido, deve ter por fim último a produção do conhecimento e a sua devolução à comunidade numa perspetiva de consciencialização cidadã e de formação para a cidadania através do Património, procurando ir bem mais além da simples "salvação da informação pelo registo";
- A investigação e valorização dos bens deve ser integrada e multidisciplinar com vista a fazer leituras da cidade que articulem o edificado, a realidade arqueológica que lhe subjaz, e a paisagem urbana que hoje a caracteriza;
- A integração dos resultados da investigação na cidade deve atender, sempre que possível, aos diferentes discursos da comunidade, contribuindo, dessa forma, para a inclusão social, a autoestima coletiva, e para o reconhecimento e clarificação das diferentes identidades presentes na comunidade urbana, constituindo-se e afirmando-se a Arqueologia, neste sentido, como uma Ciência Social.

Pretende-se que estes princípios decorrentes da discussão que teve lugar no IV FAUR, sejam vistos como corpo de recomendações que, em conjunto com as legislações, regulamentos e convenções nacionais ou internacionais, devem ser tidos em devida conta aquando da criação/revisão de normativas e práticas que enquadrem intervenções arqueológicas em meio urbano.



O EYRAS. DO PIAUHI.



Monte da Calçada



Lugar de Calçada 376



Machu

Rua de Agulha 726

Rua de Agulha 726

Rua de Calçada 476

Rua de Calçada de Calçada 376

Rua de Calçada de Calçada 376

Rua de Calçada 376

Rua de Calçada 376

Rua de Calçada 376

Rua de Calçada 376

Rua de Calçada 376

Rua de Calçada 376

Rua de Calçada 376